Makilim Nunes Baptista
Maycoln L. M. Teodoro
organizadores

Psicologia de família

teoria, avaliação e intervenção

artmed

INDEX BOOKS GROUPS



P974 Psicologia de família [recurso eletrônico] : teoria, avaliação e intervenções / Organizadores, Makilim Nunes Baptista, Maycoln L. M. Teodoro. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2012.

Editado também como livro impresso em 2012.
ISBN 978-85-363-2742-6

1. Psicologia. 2. Psicologia familiar. I. Baptista, Makilim Nunes. II. Teodoro, Maycoln L. M.

CDU 159-027.553

Catalogação na publicação: Ana Paula M. Magnus – CRB 10/2052

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Makilim Nunes Baptista
Maycoln L. M. Teodoro
organizadores

Psicologia de família

teoria, avaliação e intervenção

Versão impressa
desta obra: 2012

artmed

2012

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

© Artmed Editora Ltda., 2012

Capa
Paola Manica

Preparação do original
Elisângela Rosa dos Santos

Leitura final
Maria de Souza Guedes

Coordenadora editorial
Mônica Ballejo Canto

Gerente editorial
Letícia Bispo de Lima

Projeto e editoração
Armazém Digital® Editoração Eletrônica – Roberto Carlos Moreira Vieira

Reservados todos os direitos de publicação, à
ARTMED EDITORA LTDA., uma empresa do GRUPO A EDUCAÇÃO S.A.
Av. Jerônimo de Ornelas, 670 – Santana
90040-340 Porto Alegre RS
Fone: (51) 3027-7000 Fax: (51) 3027-7070

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte,
sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação,
fotocópia, distribuição na Web e outros), sem permissão expressa da Editora.

SÃO PAULO
Av. Embaixador Macedo Soares, 10.735 – Pavilhão 5
Cond. Espace Center – Vila Anastácio
05095-035 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3665-1100 Fax: (11) 3667-1333

SAC 0800 703-3444 – www.grupoa.com.br

IMPRESSO NO BRASIL
PRINTED IN BRAZIL

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Autores

Makilim Nunes Baptista (org.). Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Doutor pelo departamento de Psiquiatria e Psicologia Médica da Universidade Federal de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco, Itatiba. Coordenador do Laboratório de Avaliação Psicológica em Saúde Mental (LAPSAM--III) do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco. Membro do Grupo de Trabalho de Família da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI).

Maycoln L. M. Teodoro (org.). Professor Adjunto da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor pela Albert-Ludwigs-Universität Freiburg (Alemanha) com estágio pós-doutoral na UFRGS. Graduação e Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista produtividade do CNPq e do Programa Pesquisador mineiro (FAPEMIG).

Acácia Aparecida Angeli dos Santos. Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP. Professora titular da Graduação e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco.

Adriana Wagner. Doutora em Psicologia pela Universidade Autônoma de Madri. Professora do Instituto de Psicologia da UFRGS. Pesquisadora do CNPq. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Dinâmica das Relações Familiares.

Aline Abreu e Andrade. Psicóloga pela UFMG. Mestranda em Psicologia do Desenvolvimento na UFMG. Especialista em Terapia Comportamental pela PUC/MG. Terapeuta Cognitiva pelo IMTC.

Aline Cardoso Siqueira. Psicóloga. Mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela UFRGS. Doutora em Psicologia pela UFRGS. Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria.

Clarissa De Antoni. Doutora em Psicologia. Professora Adjunta da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

Clarisse Mosmann. Psicóloga. Doutora em Psicologia pela PUCRS. Terapeuta de casal e de família. Docente do Programa de Pós-Graduação e do Curso de Psicologia da UNISINOS.

Claudio Garcia Capitão. Doutor pela Unicamp. Pós-Doutorado em Psicologia Clínica pela PUCSP. Professor dos cursos de graduação e de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade São Francisco.

Claudio Simon Hutz. Psicólogo, Professor titular da UFRGS, Bolsista I-A do CNPQ. Foi presidente da ANPEPP e do IBAP. Participou de comissões da CAPES, CNPq, INEP e foi chefe do Departamento de Psicologia, Diretor do Instituto de Psicologia e atualmente é coordenador do PPG em Psicologia da UFRGS.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Débora Dalbosco Dell'Aglio. Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia do Desenvolvimento pela UFRGS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS. Pesquisadora CNPq. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência.

Denise Falcke. Psicóloga. Doutora em Psicologia pela PUCRS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Coordenadora Adjunta do Curso de Graduação em Psicologia da UNISINOS. Terapeuta de Casais e Famílias.

Deusivania Vieira da Silva Falcão. Professora da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Psicologia pela UnB. Mestra em Psicologia Social pela UFPB. Coordenadora do Programa e Grupo de Atenção Psicogerontológica, Sociofamiliar e Educativa aos Cuidadores e Familiares de Pessoas com Doença de Alzheimer do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.

Dinael Corrêa de Campos. Professor Assistente. Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Bauru.

Evani Zambon Marques da Silva. Psicóloga Judiciária. Perita das Varas de Família do Tribunal de Justiça de São Paulo (SP). Mestre e Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora de Psicologia Jurídica.

Evely Boruchovitch. Psicóloga. Ph.D. em Educação pela University of Southern California. Professora Titular do Departamento de Psicologia Educacional e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Unicamp. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia (Gepesp-Unicamp). Bolsista de produtividade do CNPq.

Fátima Abad Sanchez. Psicóloga. Mestre na Saúde da Criança e do Adolescente pela Unicamp. Terapeuta de Família e de Comunidade. Membro da Equipe Transdisciplinar do Instituto SER-Campinas no tratamento de indivíduos com Transtornos Globais do Desenvolvimento.

Fernando Augusto Ramos Pontes. Doutor em Psicologia pela USP. Professor na Universidade Federal do Pará (UFPa), vinculado ao Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPG-TPC). Bolsista de produtividade do CNPq.

Gisele Alves. Psicóloga. Mestre em Psicologia com ênfase em Avaliação Psicológica pela Universidade São Francisco. Pesquisadora do Departamento de Pesquisa e Produção de Testes da Editora Casa do Psicólogo.

Hugo Ferrari Cardoso. Mestre em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF). Docente do Programa de Graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Júlia S. N. F. Bucher-Maluschke. Doutora em Psicologia, Ciências Familiares e Sexologia. Professora Emérita da Universidade de Brasília. Pesquisadora Colaboradora da Universidade de Brasília e Professora da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília.

Juliana Oliveira Gomes. Psicóloga. Mestre e Doutoranda em Psicologia pela Universidade São Francisco, Itatiba-SP

Kátia Carvalho Amaral. Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará (PPGTPC/UFPA).

Laíssa Eschiletti Prati. Psicóloga. Doutora em Psicologia pela UFRGS. Professora e supervisora do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Taquara (Faccat).

Larissa Wolff da Rosa. Psicóloga. Mestranda em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Lina Wainberg. Psicóloga. Terapeuta de Casal e de Família. Mestre em Sexologia. Doutora em Psicologia.

Marcela Madalena. Graduanda em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista Fapergs de iniciação científica.

Marco Antônio Pereira Teixeira. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Instituto de Psicologia da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Coordenador do Núcleo de Apoio ao Estudante da UFRGS.

Maria Célia Pacheco Lassance. Psicóloga. Doutora em Psicologia. Professora do Instituto de Psicologia da UFRGS, coordenadora do Centro de Avaliação Psicológica, Seleção e Orientação Profissional (CAP-SOP). Fundadora e ex-presidente da Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP).

Maria Elisa Fontana Carpena. Mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Psicóloga Clínica, Professora Universitária e Coordenadora do Curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul.

Maria Isabel S. Pinheiro. Psicóloga Clínica. Mestre em Educação Especial pela UFSCar. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente na Faculdade de Medicina da UFMG. Colaboradora no Laboratório de Neuropsicologia do Desenvolvimento da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

Marília Saldanha da Fonseca. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pedagoga. Professora convidada pela Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa (COPEP) do Centro Universitário de Barra Mansa (UBM). Vinculada ao Grupo ABRAMD Educação, SP da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD).

Marucia Patta Bardagi. Doutora em Psicologia pela UFRGS, com Pós-Doutorado Júnior pelo CNPq. Professora Adjunta do curso de Psicologia da UFSC. Membro da Associação Brasileira de Orientadores Profissionais (ABOP).

Mayra Silva de Souza. Doutora em Psicologia, ênfase em Avaliação Psicológica pela Universidade São Francisco (USF). Docente na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Orestes Diniz Neto. Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-Rio. Mestre em Psicologia Social pela UFMG. Professor Adjunto do Departamento de Psicologia FAFICH UFMG. Pesquisador FAPEMIG.

Rebecca de Magalhães Monteiro. Doutora em Educação na área de Psicologia Educacional pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Livre Docente do Departamento de Psicologia Educacional da Unicamp.

Rita Aparecida Romaro. Mestre em Saúde Mental pela HCFMRP-USP. Doutora em Psicologia Clínica pelo IPUSP. Psicóloga Clínica no Rita Romaro Centro de Psicoterapia e Mediação.

Selma de Cássia Martinelli. Doutora em Educação na área de Psicologia Educacional pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Livre Docente do Departamento de Psicologia Educacional da Unicamp.

Silvia H. Koller. Psicóloga. Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS. Pesquisadora 1A do CNPq. Coordenadora do Centro de Estudos CEP-RUA/Psicologia/UFRGS.

Simone Souza da Costa Silva. Doutora em Psicologia pela UnB. Docente na Universidade Federal do Pará (UFPA), vinculada ao Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC). Professora credenciada ao Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Bolsista de produtividade do CNPq.

Sonia Liane Reichert Rovinski. Psicóloga Judiciária do Tribunal de Justiça do RS. Especialista em Psicologia Jurídica. Doutora em Psicologia Clínica e da Saúde. Professora de Psicologia Jurídica na FARGS.

Terezinha Féres-Carneiro. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Pós-Doutorado em Psicoterapia de Família e Casal pela Universidade de Paris 5, Sorbonne. Professora Titular do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Thamyris Maués dos Santos. Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPG-TPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Vitor Geraldi Haase. Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da UFMG. Doutor em Psicologia Médica pela Universidade de Munique. Bolsista de produtividade do CNPq.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Prefácio

A família pode ser considerada como a célula primária da sociedade, o berço e a "comida" que alimenta o cidadão, em todas as fases de sua vida. Atualmente, a família "tradicional" tem sofrido mudanças significativas e vem tentando responder e se adaptar às novas condições. Afora as famílias consideradas tradicionais, observam-se, nas últimas décadas, novas configurações que não se identificam com o modelo da ideologia patriarcal dominante. Sendo assim, outras possibilidades vêm sendo incorporadas na contemporaneidade, tais como os agregados familiares, famílias reconstituídas, mistas, homogenéricas, multigeracionais, relacionais, e assim por diante.

A vida familiar sempre deve ser considerada como sendo circunscrita a um ambiente biológico, psicológico, emocional, educacional, socioeconômico, político e cultural. Nestes ambientes é que se permeia e define a autopercepção dos seus integrantes, definindo-se a cosmologia, ou seja, a forma como todos são e coexistem com o seu ambiente. A família, além disso, regula, dirige, organiza e permite que a espécie humana seja prolongada como um grupo social.

O exercício dos papéis e funções parentais é um processo psicológico complexo que pode ser desempenhado por instituições, equipes ou pessoas, envolvendo todo o trabalho que se desenvolve no dia a dia. A compreensão de todo esse processo de cuidado, que pode ser bem particular de família para família, nos ajuda a entender melhor o comportamento dos pais no intuito de atender às necessidades das crianças, em cada estágio de seu desenvolvimento biopsicossocial.

Como profissionais em psicologia, devemos compreender e apoiar o exercício da parentalidade, além do que hoje, mais que nunca, os pais são necessários e de fundamental importância, já que todos têm condições de criar filhos felizes e socialmente ajustados. O conceito de parentalidade responsável é complexo e envolve diferentes dimensões, tais como os cuidados diários (limpeza, alimentação, vestuário e proteção) e cognitivos (conhecimento sobre os filhos/as, autoeficácia percebida, responsabilidades e expectativas do próprio comportamento e desenvolvimento em geral), as interações afetivoemocionais e físicas (o que permite a satisfação no desempenho das funções e a confiança dos pais) e comportamentais (habilidades de comunicação e o uso de padrões interacionais que promovem uma melhor qualidade de vida para toda a família).

O exercício dos papéis e funções parentais também inclui a capacidade de vinculação entre pais e filhos, já que os pais devem responder às necessidades dos filhos de forma empática, ou seja, deve-se ter a capacidade de perceber as necessidades dos outros e entrar em sintonia com eles para estabelecer modelos adequados de interação.

A parentalidade é também um resultado da aprendizagem, já que os fenômenos naturais são transmitidos de geração em geração, dependendo também da capacidade de usar recursos da comunidade ou da capacidade de interagir em redes sociais. Nesse sentido, os papéis e funções

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

parentais, em termos de legitimidade, não se baseiam em um fato biológico, em um estatuto ou em um ato legal, mas em uma série de competências, habilidades, disposições e atitudes, de forma ativa e empenhada dos pais, com os cuidados diários, criação e educação das crianças.

Este livro de psicologia de família procura estabelecer novas teorias, tendências e pesquisas no campo a partir de diferentes contextos em que a vida da família está focada, apresentando propostas que têm sido implementadas no Brasil, desde práticas e intervenções na vida da família e da conjugalidade até a educação dos filhos. A obra destaca a importância do intercâmbio científico, sendo que os autores compartilham uma vocação na área familiar nas quatro sessões, a fim de apresentar e difundir novas propostas, preocupações e conclusões derivadas de trabalho conjunto entre pesquisadores, acadêmicos e clínicos.

David Alonso Ramírez Acuña
Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Independente da Costa Rica.
Doutor em Psicologia Forense pela Universidade Autônoma de Centro América, aprovado com louvor. Representante da Costa Rica no Grupo de Trabalho GT-2 – Psicologia e Família, na União Latino-americana de Entidades de Psicologia – ULAPSI.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Sumário

Prefácio ix
David Alonso Ramírez Acuña

Apresentação 13
Makilim Nunes Baptista e Maycoln L. M. Teodoro

Parte I
Teoria e pesquisa em psicologia da família

1 Intergeracionalidade familiar 16
Makilim Nunes Baptista, Hugo Ferrari Cardoso e Juliana Oliveira Gomes

2 Concepção psicanalítica da família 27
Claudio Garcia Capitão e Rita Aparecida Romaro

3 A família na visão sistêmica 38
Fátima Abad Sanchez

4 Família, depressão e terapia cognitiva 48
Maycoln L. M. Teodoro, Makilim Nunes Baptista, Aline Abreu e Andrade, Mayra Silva de Souza e Gisele Alves

5 Sistemas e psicodinâmica: uma visão binocular para a terapia de casal 58
Orestes Diniz Neto e Terezinha Féres-Carneiro

6 Saudade da família no futuro ou o futuro sem família? 74
Dinael Corrêa de Campos

PARTE II
A família em diferentes contextos

7 Família ribeirinha: um estudo de suas relações 88
Simone Souza da Costa Silva, Fernando Augusto Ramos Pontes, Júlia S. N. F. Bucher-Maluschke, Kátia Carvalho Amaral e Thamyris Maués dos Santos

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

8 A pessoa idosa no contexto da família 100
Deusivania Vieira da Silva Falcão

9 Família e escola: promoção da saúde e prevenção ao abuso de drogas 112
Marília Saldanha da Fonseca e Evely Boruchovitch

10 Violência familiar: rompendo o ciclo transgeracional e seguindo em frente 127
Denise Falcke, Larissa Wolff da Rosa e Marcela Madalena

11 Suportes e recursos familiares: relações com o contexto escolar 137
Acácia Aparecida Angeli dos Santos, Selma de Cássia Martinelli e Rebecca de Magalhães Monteiro

12 O contexto familiar e o desenvolvimento vocacional de jovens 145
Marucia Patta Bardagi, Maria Célia Pacheco Lassance e Marco Antônio Pereira Teixeira

13 Famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social 156
Silvia H. Koller, Clarissa De Antoni e Maria Elisa Fontana Carpena

PARTE III
Avaliação familiar no Brasil

14 Alguns instrumentos para avaliação familiar no Brasil 168
Maycoln L. M. Teodoro

15 Entrevista familiar: técnicas de escuta e investigação 176
Terezinha Féres-Carneiro e Orestes Diniz Neto

16 Intimidade conjugal: principais modelos teóricos 195
Lina Wainberg e Claudio Simon Hutz

17 A família no judiciário 209
Evani Zambon Marques da Silva e Sonia Liane Reichert Rovinski

18 Avaliação da rede de apoio familiar: a utilização do Mapa dos Cinco Campos 225
Débora Dalbosco Dell'Aglio e Aline Cardoso Siqueira

PARTE IV
Intervenções e práticas familiares

19 Intervenção na conjugalidade: estratégias de resolução de conflitos conjugais 240
Adriana Wagner e Clarisse Mosmann

20 Treinamento de pais: programas de intervenção 249
Maria Isabel S. Pinheiro e Vitor Geraldi Haase

21 Práticas de Terapia de família no Brasil 264
Laíssa Eschiletti Prati e Silvia H. Koller

Índice 281

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Apresentação

Makilim Nunes Baptista
Maycoln L.M. Teodoro

Quando iniciamos as conversas sobre a organização deste livro, percebemos que o Brasil ainda carecia de um manual que falasse da família daqui, abordando as suas peculiaridades. A partir daí nos demos conta que existiam algumas áreas extremamente sensíveis e também pouco exploradas, como a avaliação familiar e algumas especificidades regionais que deveriam ser cobertas pela obra. Depois de longas discussões, chegamos a um consenso sobre os pontos que necessitariam ser abordados e agradecemos à equipe da Artmed Editora pelas valiosas sugestões neste momento!

A ideia básica do livro *Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção* é oferecer aos leitores de graduação e pós-graduação textos que permitam um aprofundamento dentro da área da família, seja ele teórico, avaliativo ou interventivo. Pensando nisso, convidamos diversos pesquisadores e profissionais reconhecidos nacionalmente para que pudessem dividir seus conhecimentos e experiências conosco. Agradecemos a todos os autores que aceitaram construir juntos este livro. O resultado foi extremamente satisfatório e a obra foi dividida em quatro seções.

A primeira parte do livro trata da "Teoria e pesquisa em psicologia da família" e aborda temas e conceitos relevantes para a compreensão do sistema familiar. Levando-se em consideração a diversidade existente dentro da psicologia, procurou-se contemplar diferentes perspectivas teóricas. A segunda parte intitula-se "A família em diferentes contextos". Nesta seção, o leitor encontrará capítulos que discutem algumas características do sistema familiar dentro da realidade brasileira. Os textos tratam de assuntos que envolvem tanto o desenvolvimento do ciclo de vida familiar e seus desafios como as particularidades regionais ou situacionais. A seção "Avaliação familiar no Brasil"apresenta alguns instrumentos que podem ser utilizados na clínica e/ou na pesquisa. Tendo em vista o baixo número de instrumentos existentes nessa área, esta parte objetiva oferecer ao leitor uma referência sobre as técnicas existentes e sua aplicabilidade. A última parte, "Intervenções e práticas familiares", aborda alguns aspectos terapêuticos. Nesta seção, o leitor encontrará algumas informações valiosas sobre experiências interventivas desenvolvidas no Brasil.

Com o intuito de auxiliar o professor e as discussões em sala de aula, foram disponibilizadas, pelos autores, questões ao final de cada texto. A formulação das perguntas foi norteada pela mensagem principal de cada capítulo. Além das questões, o leitor encontrará, junto dos textos, quadros destacando os conceitos principais. Esses recursos foram inseridos na obra para facilitar a aprendizagem dos conceitos mais importantes.

Esperamos que este livro contribua para a consolidação da psicologia da família no Brasil e auxilie os estudantes e profissionais nos seus cursos e prática clínica.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Parte I

Teoria e pesquisa em psicologia da família

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

1

Intergeracionalidade familiar

Makilim Nunes Baptista
Hugo Ferrari Cardoso
Juliana Oliveira Gomes

INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é o de abordar, mesmo que de forma introdutória, o conceito de intergeracionalidade e seus desdobramentos, bem como sua importância primordial para a compreensão do histórico e da dinâmica familiares. A intergeracionalidade não é um constructo recente nem pouco estudado na literatura internacional, sendo inclusive abordado por diferentes teorias psicológicas, como, por exemplo, aquelas mais relacionadas aos princípios da aprendizagem, tais como a modelagem, a modelação, o reforçamento, entre outras.

A intergeracionalidade não é um constructo recente nem pouco estudado na literatura internacional, sendo inclusive abordado por diferentes teorias psicológicas.

Inicialmente, conceituaremos a expressão intergeracionalidade, com base nos estudos de Albert Bandura, a teoria da aprendizagem social, que se pauta no princípio da modelação para a aprendizagem da criança, a partir da qual há transmissão de conhecimentos não só de modo formal, mas também pautado na observação do comportamento de adultos tidos como modelo. Posteriormente, são apresentadas algumas características nas quais a transmissão geracional apresenta-se como fator de risco ou de proteção, como é o caso da qualidade do suporte (ou apoio) familiar, da depressão e da agressividade.

A família é a primeira instituição com a qual os indivíduos mantêm contato e estabelecem relações, sendo ela responsável pela educação e socialização de seus membros (Lima, 1999; Campos, 2004; Ceberio, 2006). Dentre alguns dos papéis principais da família nuclear, estão a promoção da socialização e a educação dos filhos, a provisão financeira e a geração de proteção e afeto. Contudo, além dessas atribuições materiais e afetivas, cabe aos pais ensinar aos seus filhos os valores éticos e culturais, regras, papéis, crenças que um dia eles mesmos aprenderam de seus respectivos pais, transmitindo uma herança familiar que perpassa gerações (Alchaer et al., 1994; Carvalho e Almeida, 2003; Jessel, 2009). A esse ensinamento de pais para filhos dá-se o nome de transmissão geracional, transgeracionalidade ou intergeracionalidade.

FAMÍLIA E INTERGERACIONALIDADE

A família pode ser concebida como uma instituição responsável pelo processo de socialização de seus membros, pela educação e pelo estabelecimento de condutas adequadas a seus integrantes, principalmente crianças e adolescentes. De fato, a família é a primeira institui-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

A família é a primeira instituição com a qual a maioria dos indivíduos mantêm contato e pela qual são aprendidas as primeiras convenções sociais e desenvolvidos os principais padrões de comportamento.

ção com a qual a maioria dos indivíduos mantêm contato e pela qual são aprendidas as primeiras convenções sociais e desenvolvidos os principais padrões de comportamento, pois nela se concentram modelos de relações sociais dos seus membros, o que lhes permite não só a reprodução, como também o desenvolvimento de novas relações, desde laborais, de parentesco, de amizade, até a construção de uma nova família (Macêdo e Monteiro, 2004).

Na cultura ocidental, a família padrão nuclear, mesmo com diversas mudanças em sua constituição, geralmente é composta por marido, esposa e filho(s), e sua função básica é promover socialização e educação, prover financeiramente os seus membros, gerar proteção e afeto. Entretanto, seu papel não se restringe somente a essas questões, pois na dinâmica familiar as pautas, as regras, os papéis e as obrigações são assimilados por seus membros e, com o tempo, são também transmitidos valores éticos e culturais, crenças, sentimentos, condutas e afetividade. No contexto familiar, é a qualidade das interações entre seus membros que torna possível as trocas afetivas.

Quando se pauta o estudo da família nessa transmissão de valores, modelos de conduta, crenças e sentimentos, fala-se em transgeracionalidade, intergeracionalidade ou transmissão intergeracional. Os estudos de geracionalidade partem do pressuposto de que as influências da família não se restringem ao contexto nuclear, composto pelo marido, pela esposa e pelos filhos, mas extrapolam-se a outros familiares, uma vez que tanto o marido quanto a esposa, antes de transmitirem informações aos seus filhos, também as receberam de seus respectivos pais. Assim, a maneira como os pais ensinam seus filhos a passar pelos momentos de crise, por exemplo, não depende somente da família nuclear, mas dos legados familiares deixados pelas gerações passadas (Penso, Costa e Ribeiro, 2008).

A maneira como os pais ensinam seus filhos a passar pelos momentos de crise, por exemplo, não depende somente da família nuclear, mas dos legados familiares deixados pelas gerações passadas.

A partir da dinâmica intergeracional, ou seja, da transmissão não formal de padrões de comportamento entre as gerações, a família proporciona aos seus membros, tal como os pais proporcionam aos filhos, tanto conhecimento individual quanto diversas possibilidades de socialização coletiva (Marquês, 2009; Carreteiro e Freire, 2006). Pode-se pensar, portanto, que as trasmissões ocorrem não só no âmbito nuclear, mas também em uma perspectiva global, já que o indivíduo está inserido em vários outros contextos sociais. Assim, quando se retoma, por exemplo, o enfrentamento de problemas, podem ser construídas estratégias tanto no sentido de resolvê-los quanto no de prevenir outros momentos de crises. Durante as transmissões geracionais, podem ser feitas modificações criativas e transformações na herança geracional, ou se pode repeti-la.

Durante as transmissões geracionais, podem ser feitas modificações criativas e transformações na herança geracional, ou se pode repeti-la.

Um dos primeiros clínicos a estudar a relação de transmissão de aprendizagem dos pais aos filhos foi Albert Bandura. De acordo com a sua teoria da aprendizagem social, que se baseia no princípio da modelação, o simples contato social é por si só produtor de conhecimento e aprendizagem, uma vez que a criança tende a imitar o comportamento do adulto que ela toma como modelo. Quando o repertório social da criança começa a ficar consistente, ela passa a selecionar quais tipos de comportamento repetir, de modo a reforçar positivamente as características que a estão modelando. Por exemplo, crianças mais inseguras e tímidas tendem a imitar comportamentos receosos com maior prontidão, enquanto crianças mais seguras e prestativas copiam mais comportamentos desse tipo (Fontana, 1995). Entretanto, o modelo de

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Bandura vai além da moldagem direta ou do condicionamento de respostas, e sua teoria tenta explicar como ocorre a socialização, como são transmitidas as normas e os papéis sociais (Berns, 2002).

A transmissão geracional é percebida de acordo com a repetição de padrões de comportamento entre uma geração e outra, incluindo as heranças não materiais, como valores, mitos, expectativas e modos de relacionamento (Falke e Wagner, 2005). Por meio da transgeracionalidade, pode-se explicar como é possível encontrar, em um mundo contemporâneo repleto de transformações e novos paradigmas, algumas famílias que mantêm as suas tradições e os seus rituais familiares ao longo de várias gerações, sem necessariamente haver uma cobrança social para tal manutenção (Lisboa et al., 2007).

Entre os diferentes tipos de padrões de comportamentos repetidos ao longo de gerações, é possível perceber a transmissão tanto de experiências benéficas quanto de experiências prejudiciais. Em um estudo com adolescentes chilenos, Santander e colaboradores (2008) verificaram que a família é considerada como um dos principais fatores protetivos na prevenção de comportamentos de risco, como, por exemplo, abuso de substâncias. Foram entrevistados 815 adolescentes, entre 10 e 20 anos, dos quais 36% apresentaram consumo de tabaco, 26,6% de álcool e 24,3% de maconha, sendo que aqueles cujos pais usavam tais substâncias apresentavam riscos significativamente maiores de também consumi-las em comparação aos adolescentes cujos pais não fumavam ou bebiam.

Mesmo quando os filhos, ao se tornarem adultos, decidem transmitir exatamente o oposto do que aprenderam em suas gerações, é comum que essa busca pelo adverso acabe por fortalecer, na prática, a dinâmica familiar anterior que teoricamente se quer evitar. Nos achados de Bucx, Raaijmakers e Wel (2010), os filhos tenderam a discordar de algumas atitudes dos pais no início da idade adulta, principalmente quando não estavam mais morando com eles e devido a influências recebidas do ambiente (como exemplos, mudanças nos papéis sociais e relacionamento amoroso). Entretanto, quando esses sujeitos constituíram família e tiveram filhos, as atitudes adotadas tenderam a se assemelhar com as adotadas anteriormente por seus pais.

Os estudos sobre a dinâmica intergeracional tiveram considerável aumento a partir da década de 1980, sobretudo na literatura internacional. Tal aumento ocorreu devido a investigações acerca de como se comporta a família no que se refere à transmissão de conhecimentos, afetos e comportamentos. Os pesquisadores dessa vertente atentaram para a forma como os laços familiares são transmitidos aos filhos e, nesse sentido, verificam tanto as transmissões de condutas de pais para seus filhos quanto os ensinamentos que esses filhos possivelmente transmitirão aos seus descendentes (Kempeneers, Lelièvre e Bonvalet, 2007).

INTERGERACIONALIDADE EM DIFERENTES CONTEXTOS

Suporte ou apoio familiar

Um dos aspectos familiares imprescindíveis para o estudo da transmissão geracional relaciona-se ao suporte ou apoio familiar. No estudo de Santander e colaboradores (2008), os autores perceberam que os adolescentes que abusavam de substâncias, fossem elas lícitas ou não, descreveram as famílias como disfuncionais. De fato, a família recebe destacada importância como modelo de conduta e transmissão de suporte familiar, especialmente dos pais para seus filhos (Rodrigues, Sobrinho e Silva, 2000).

O suporte familiar está relacionado com o grau no qual as necessidades de apoio do indivíduo são satisfeitas pela família.

O suporte familiar está relacionado com o grau no qual as necessidades de apoio do indivíduo são satisfeitas pela família (Procidano e Heller, 1983). O apoio pode ser percebido por meio de ações que remetem à aten-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

ção, ao carinho, ao diálogo e à autonomia (Baptista, 2005, 2007; Baptista e Dias, 2007; Baptista e Oliveira, 2004). Quando o apoio é percebido de forma positiva ou benéfica, são observados comportamentos relacionados a humor positivo, o que aumenta a percepção de bem-estar entre os membros, fechando o ciclo. Ao contrário, a fraca percepção de suporte tende a ser expressa na forma de humor negativo e discórdias familiares (Weinstein et al., 2006).

De acordo com Soenens, Vansteenkiste e Goossens (2007), o apoio familiar é relevante para a socialização e a aprendizagem dos filhos, pois, à medida que os pais mostram-se empáticos no que se refere à promoção de afeto, cuidados e conhecimentos, eles são concebidos como modelos positivos. Nesse sentido, os autores enfatizaram a transmissão intergeracional da empatia, em especial porque tais crianças e adolescentes, quando se tornarem adultos, tenderão a transmitir a seus filhos os conhecimentos e comportamentos anteriormente adquiridos.

Em contraponto, emoções negativas e sofrimento psicológico também podem ter relação com um ambiente familiar pouco apoiador. À medida que os pais passam por situações estressoras e apresentam características de inadequado enfrentamento, os filhos tendem a manifestar características subjetivas inapropriadas, o que ocasiona prejuízos mais significativos a longo prazo, como, por exemplo, rebaixamento da autoestima e do autoconceito, ou aumento da ansiedade e dos sintomas depressivos. Nesse sentido, Powdthavee e Vignoles (2008) salientam que as angústias e a ansiedade apresentadas pelos pais podem influenciar a percepção de não satisfação de vida apresentada pelos filhos. Acerca das influências maléficas de transmissão intergeracional, alguns autores alertam para possíveis prejuízos sofridos pelos filhos devido à presença de psicopatologias, eventos traumáticos ou até mesmo condições sociais que os pais possam apresentar, como, por exemplo, estresse, ansiedade, abuso de drogas e álcool, comportamentos socialmente inadequados, baixa percepção de bem-estar psicológico, sintomas depressivos, tentativas de suicídio e baixa percepção de suporte sociofamiliar (Davies e Windle, 1997; Farrington, 1995; Kane e Garber, 2004).

Em sua maioria, os estudos desenvolvidos acerca do suporte familiar são realizados utilizando-se metodologia transversal, ou seja, com resultados não passíveis de inferências causais sobre a variabilidade do suporte recebido, bem como sua influência para os filhos em outras fases do desenvolvimento (Parrott e Bengtson, 1999). Entretanto, há pesquisadores que encontraram algumas evidências de que as lembranças de apoio familiar satisfatório na infância e na adolescência tendem a influenciar positivamente a postura dessas pessoas quando constituem suas próprias famílias (Hammen e Brennan, 2001). Em linhas gerais, os filhos, por meio de modelação dos comportamentos expressos pelos pais, tendem a reproduzir esses atos de modo semelhante, ou seja, uma pessoa que vem de um núcleo familiar apoiador tende a repetir isso ao formar sua família, transmitindo tal apoio à próxima geração.

De acordo com Millward (1994), pessoas que perceberam apoio familiar positivo na infância e na adolescência também tendem a oferecer ajuda aos pais quando estes se encontram em fase idosa. Do contrário, a escassa percepção de suporte familiar detém relação com uma menor probabilidade de auxílio aos pais quando estão idosos. Contudo, os familiares mais velhos podem desempenhar um importante papel no processo de transmissão intergeracional. Conforme esclarecem Chen e Silverstein (2000), na família nuclear atual, ambos os pais costumam estar inseridos no mercado de trabalho e, em decorrência dessa situação, seus filhos ficam sob os cuidados de avós. Nesse sentido, as funções desenvolvidas pelos idosos podem ser variadas, sendo muitas vezes responsáveis por promover uma parcela importante no suporte e no aprendizado dos netos.

Pessoas que perceberam apoio familiar positivo na infância e na adolescência também tendem a oferecer ajuda aos pais quando estes se encontram em fase idosa.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

No estudo de Parrott e Bengtson (1999), a dinâmica de trocas sociais entre os familiares foi analisada tanto com relação à percepção do filho em receber suporte dos pais (por meio de recordação da infância e da adolescência) quanto com relação ao fornecimento de suporte na ocasião da pesquisa, quando os pais se encontravam em idade avançada. A amostra investigada foi de 680 famílias que responderam a um questionário construído, o qual continha questões acerca de suporte emocional (como, por exemplo, dar e receber carinho e afeto), suporte instrumental (tarefas de ordem prática) e suporte financeiro. Como principal resultado, houve maior tendência para o fornecimento de auxílio aos pais por parte de filhos que perceberam uma história de afeto positiva com a família na infância e na adolescência. Nesses casos, os filhos demonstram um forte senso de obrigação para com os pais, já que anteriormente receberam deles todo o suporte e os ensinamentos de que necessitaram. Esse tipo de estudo levanta a hipótese da influência, ao longo de gerações, das formas de tratamento escolhidas pelos pais na educação de seus filhos ou, em outras palavras, da transmissão geracional dos estilos parentais.

Estilos parentais

Estilo parental refere-se aos comportamentos dos pais em relação aos filhos durante a interação entre eles. Esses estilos podem envolver práticas parentais positivas, como apoio e comportamento interativo, ou negativas, como cobranças excessivas e hostilidade, por exemplo (Oliveira et al., 2002). Alguns estudos discutem a transmissão de estilos positivos e negativos, tendo sido percebida maior interferência geracional no que tange ao estilo parental autoritário, bem como às práticas parentais abusivas ou punitivas (Simons et al., 1991).

Em um estudo longitudinal, foram comparados os efeitos geracionais dos estilos parentais autoritário *versus* democrático-recíproco de mães e avós maternas de 25 meninos e 25 meninas entre 4 e 5 anos, alunos de dois colégios particulares e de uma escola estadual do Rio Grande do Sul. Foram investigadas as atitudes conflituosas das mães, os comportamentos de externalização e internalização das crianças e os estilos parentais das mães e das avós maternas. Por meio de análise de regressão múltipla, foi possível apoiar a hipótese de um papel mediador para a atitude conjugal conflituosa na transmissão geracional do estilo parental autoritário. Em contrapartida, não foram encontrados resultados significativos em relação ao estilo democrático. Percebeu-se de forma significativa uma influência do estilo autoritário da avó materna sobre a atitude conjugal da mãe. Os autores concluíram que a vivência de um estilo parental autoritário pela mãe repete-se em seu estilo parental, refletindo-se em sua atitude conjugal (Oliveira et al., 2002).

Simons e colaboradores (1991) estudaram duas diferentes possibilidades de transmissão geracional dos modelos parentais: a primeira, baseada na teoria da aprendizagem social, cujo modelo parental de uma geração pode influenciar diretamente o estilo parental da próxima pela modelação simples, e a segunda, cuja transmissão é tida de forma indireta, pela relação pessoal entre pais e filhos. Os modelos foram testados em uma amostra de 451 famílias, compostas obrigatoriamente por pai e mãe, não sendo aceitos pais ou mães solteiros. Os filhos eram adolescentes da 7.ª série do ensino fundamental. A todos os participantes foram aplicados testes de estilos parentais. Por meio de análises utilizando equações estruturais, foi possível demonstrar que os estilos parentais dos avós, principalmente o do tipo agressivo, influenciaram o modelo parental dos pais da pesquisa, que utilizaram modelos parentais similares. Os autores também constataram que a essa transmissão específica foi mais forte nas mães do que nos pais.

Também se realizou outro estudo familiar no qual foram testados dois modelos relacionados à transmissão geracional de punição física: o primeiro é baseado na teoria da apren-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

dizagem social, na qual a punição por agressão por parte dos pais influenciaria o comportamento do filho, e o segundo é baseado na teoria temperamental, que sugere o contrário, ou seja, é o comportamento agressivo dos filhos que apresenta impacto sobre os pais na escolha da forma física de punição. Participaram 1.536 pais (732 homens e 804 mulheres) e 983 estudantes universitários (295 homens e 688 mulheres), os quais responderam a questionários desenvolvidos para o estudo. O comportamento da punição física foi medido tanto na perspectiva da mãe quanto na do pai e na do filho. Os resultados sugeriram que o modelo de Albert Bandura sobre a aprendizagem social foi mais consistente, ou seja, é o comportamento dos pais que influencia o comportamento dos filhos, sendo tal comportamento transmitido de uma geração a outra (Muller, Hunter e Stollak, 1995).

É o comportamento dos pais que influencia o comportamento dos filhos, sendo tal comportamento transmitido de uma geração a outra.

Whitbeck e colaboradores (1992) realizaram uma pesquisa na qual entrevistaram os pais de alunos da 7.ª série do ensino fundamental, totalizando uma amostra de 451 famílias, compostas por pai, mãe e dois filhos. A pesquisa teve por objetivo verificar a possibilidade de continuidade da rejeição parental e do humor depressivo por meio da replicação parcial de um modelo de transmissão cíclica no qual os traços de personalidade dos pais afetam a interação entre pais e filhos, o que, por sua vez, aumenta a propensão de problemas desenvolvimentais. Com base no modelo de estrutura equacional, os resultados indicaram a existência de um padrão de transmissão geracional do humor depressivo, demonstrada pela rejeição parental. Assim, o histórico de rejeição parental quando criança aumenta a probabilidade do desenvolvimento da depressão quando adulto, ao mesmo tempo em que a influência depressiva quando criança aumenta a propensão do desenvolvimento da rejeição parental quando adulto.

Depressão

Outro tema em que se pode considerar a transmissão intergeracional, tanto em sua manifestação primária quanto associada a outros aspectos, é a depressão. Davies e Windle (1997) demonstram que, embora uma das explicações da depressão esteja relacionada à influência de fatores genéticos, a pesquisa intergeracional tem ganhado espaço no estudo das psicopatologias presentes nos pais, bem como as influências para os filhos. No tocante aos achados de estudos intergeracionais, Kane e Garber (2004) realizaram uma metanálise de estudos acerca da influência de sintomas depressivos dos pais sobre os filhos. Os autores verificaram que a psicopatologia dos pais pode estar relacionada ao desenvolvimento de comportamentos socialmente inadequados nos filhos, tais como irritabilidade, estresse, ansiedade, dificuldades nas interações sociais, além de sintomas depressivos.

A psicopatologia dos pais pode estar relacionada ao desenvolvimento de comportamentos socialmente inadequados nos filhos, tais como irritabilidade, estresse, ansiedade, dificuldades nas interações sociais, além de sintomas depressivos.

No que se refere a estudos de mães com sintomas depressivos e possíveis influências para os filhos, Hammen e Brennan (2001) afirmam que filhos de mães com sintomas depressivos também estão propensos a enfrentar dificuldades psicossociais, assim como as pessoas com pais depressivos. Ainda com relação à depressão materna, Goodman e Gotlib (1999) desenvolveram um modelo abrangente da transmissão intergeracional. Para os autores, existem quatro mecanismos que podem contribuir para a transmissão dos sintomas depressivos das mães para os filhos, a saber: fatores genéticos (hereditariedade da depressão), mecanismo neurorregulatório disfuncional (desenvolvimento fetal anormal em decorrência da depressão materna durante o período gestacional), inapropriada transmissão de suporte familiar (pouca assistência afetiva, instrumental e informacional por parte da família)

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

e contexto estressante vivido pelos filhos (principalmente brigas familiares e discórdia conjugal).

No estudo de Davies e Windle (1997), foi investigada a relação entre sintomas depressivos maternos, discórdia familiar e ajustamento psicológico dos filhos em 443 díades familiares (mãe e filho), bem como a análise da percepção dos filhos expostos a esse contexto. Para a coleta de dados, foram aplicados, às mães, os instrumentos Center for Epidemiology Studies Depression Scale (CES-D), Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales III (FACES III), Parental Role Stress (PRS), Kansas Marital Satisfaction Scale (KMSS), O'Leary-Porter Scale (OPS) e a Social Readjustment Rating Scale. Já aos adolescentes, também foi aplicado o CES-D, além do Perceived Social Support from Family Questionnaire (PSS-Fa) e três questionários para se analisar conduta social (delinquência), problemas com álcool e dificuldades acadêmicas. Dos resultados apresentados, quanto à diferenciação de percepção dos filhos, os autores concluíram que a discórdia familiar foi um importante mediador para o desenvolvimento de condutas sociais inapropriadas (delinquência e abuso de álcool), de dificuldades nas atividades acadêmicas e de sintomas depressivos, principalmente na população feminina jovem.

Dois grupos de jovens deprimidos foram comparados no estudo de Hammen e Brennan (2001), sendo o primeiro formado por 65 adolescentes depressivos com mães também depressivas, e o segundo grupo formado por 45 jovens depressivos, porém com mães não depressivas. As mães foram avaliadas por meio do Delusions Symptoms States Inventory (DSSI), bem como os critérios do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV). Nos adolescentes, para o diagnóstico de depressão foram aplicados o Schedule for Affective Disorders and Schizophrenia for School-Age Children (K-SADS-E) e o Beck Depression Inventory (BDI). Além do diagnóstico de depressão, outras variáveis foram analisadas entre os jovens, tais como desempenho social (competência nas interações sociais, afetivas, familiares e acadêmicas) e eventos estressores. Os autores apontaram como resultados que o grupo de filhos deprimidos com mães também depressivas diferenciou-se significativamente do outro grupo, uma vez que relataram dificuldades nas atividades sociais, como fazer amigos, participar de eventos e manifestar segurança nos relacionamentos. Entretanto, não houve diferenciação entre os grupos no que se refere ao desempenho acadêmico.

Kane e Garber (2004) realizaram uma revisão da literatura sobre depressão paterna e filhos com sintomas depressivos entre os anos de 1975 e 2000. Por meio das análises dos artigos, os autores constataram que a depressão paterna está significativamente relacionada às emoções e aos sentimentos negativos dos filhos. Além disso, discórdias conjugais entre os pais e baixo nível socioeconômico podem ser considerados fatores que contribuem para o aumento de conflitos entre pais e filhos, ao passo que o suporte familiar é visto como uma variável de apoio frente a essa situação.

Em um estudo longitudinal, Lewinsohn, Olino e Klein (2005) investigaram os impactos da depressão no funcionamento psicossocial dos filhos. A amostra foi composta por 711 famílias, formadas por pai, mãe e filho avaliados em três momentos distintos em um período de aproximadamente 10 anos. Em acréscimo, outras variáveis de interesse foram investigadas, como grau de instrução, problemas escolares, renda familiar, taxa de desemprego, percepção de suporte familiar e social, estresse, percepção de autoeficácia social, bem-estar psicológico, tentativas de suicídio e nível de satisfação com a vida. Como principais resultados, a presença de depressão em familiares, seja pai ou mãe, acarreta comprometimentos psicossociais nos filhos, influenciando-os e tendendo a perdurar até a idade adulta (período em que foram acompanhados os sujeitos da amostra). Os autores também verificaram que, na

A presença de depressão em familiares, seja pai ou mãe, acarreta comprometimentos psicossociais nos filhos, influenciando-os e tendendo a perdurar até a idade adulta.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

idade adulta, houve maiores comprometimentos, tais como baixa percepção de suporte social, baixa autoeficácia social, estresse e maior risco de suicídio do que na adolescência. Além disso, os achados remeteram à ideia de que a depressão materna tende a causar maior comprometimento psicossocial para os filhos quando comparada à depressão paterna.

Como se pode observar, independentemente de qual membro do núcleo familiar sofre de depressão, o fato é que os filhos podem ser influenciados por tais circunstâncias. Mais especificamente, quando submetidos a esse contexto desprovido de suporte em decorrência da patologia dos pais, os filhos podem apresentar dificuldades acadêmicas, pouca habilidade social nos relacionamentos, discórdias familiares, bem como comportamentos disfuncionais e de risco à saúde, como delinquência, não cumprimento de regras, desrespeito com colegas, abuso de álcool e drogas, entre outros (Goodman e Gotlib, 1999).

Comportamento agressivo/violento

Embora o conceito de transgeracionalidade englobe os aspectos positivos de herança entre gerações, como afetos, papéis sociais e padrões de comportamento, os fatores tidos como negativos também são transformados em heranças entre gerações. Em estudos sobre agressividade, por exemplo, Albert Bandura mostrou que, devido à modelação e ao reforço dos comportamentos agressivos, a criança que presencia agressão entre adultos tem maior probabilidade de agir com agressividade no futuro (Berns, 2002; Fontana, 1995). Alguns estudos demostraram que o ato de testemunhar violência doméstica na família é um fator de risco importante do comportamento agressivo conjugal posterior (Malamuth et al., 1991; Sani, 2004).

Embora haja uma tendência nos estudos em procurar possíveis explicações genéticas para o comportamento agressivo, sugere-se que o contato com o comportamento abusivo dos pais seja um dos principais fatores da transmissão desse tipo de padrão de comportamento. Dessa forma, testemunhar atos de violência durante a infância constitui-se não só como um dos principais fatores de risco de agressão marital na idade adulta, mas também como um fator de tolerância em relação ao comportamento abusivo (Kwong et al., 2003; Oliveira e Sani, 2009). Partindo da teoria de Bandura, as pessoas que não apresentam histórico de violência familiar têm menores probabilidades de desenvolver comportamentos abusivos quando adultos, por não terem tido contato com tais comportamentos, e também apresentam menor tolerância ao comportamento abusivo de um parceiro, o que o caracteriza como fator protetivo. O modelo de Bandura é o mais consistente no que se refere à transmissão do comportamento agressivo, uma vez que o comportamento de punição física dos pais influencia o comportamento dos filhos, sendo transmitido de uma geração à outra.

Em uma pesquisa sobre transmissão geracional da violência, foram randomicamente escolhidos 614 homens e 635 mulheres que vivenciaram, no momento da pesquisa ou em momento anterior, algum tipo de relacionamento oficial ou não (Kwong et al., 2003). A maioria dos participantes (48%) situava-se na faixa etária entre 19 e 34 anos. Foram medidos dois possíveis aspectos da violência na família, entre os pais (marido e esposa) e entre pais e filhos, avaliando-se a presença de violência física e psicológica. Por meio de análises estatísticas de regressão logística e regressão múltipla, os autores verificaram os fatores preditivos envolvidos no comportamento agressivo. Inicialmente, percebeu-se que o tipo de violência entre os pais não foi mais preditivo de possíveis comportamentos violentos futuros do que os comportamentos violentos entre pais e filhos quando comparados. Entretanto, foi possível perceber que a violência familiar, nas duas formas estudadas, foi preditiva tanto de violência psicológica futura quanto de violência física.

Lyons-Ruth e colaboradores (1989) encontraram evidências de que mulheres que

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

sofreram maus-tratos durante a infância e a adolescência tendem a reproduzir tais atitudes quando se tornam mães. A respeito da transmissão intergeracional de comportamentos socialmente inadequados, alguns autores constataram, por meio de estudos longitudinais, que há possibilidade de filhos de pessoas condenadas à prisão desenvolverem esse tipo de comportamento e, consequentemente, serem presos, já que não têm, na maioria das vezes, suporte para o aprendizado de valores, regras e condutas sociais adequadas (Farrington, 1995).

Em consonância com os estudos citados, a pesquisa de Farrington, Coid e Murray (2009) teve como objetivo analisar a transmissão intergeracional com relação a comportamentos antissociais, e futuros problemas com a justiça. Para tanto, os autores recorreram a um estudo longitudinal, no qual acompanharam 411 homens por um período de aproximadamente 40 anos, sendo que esses sujeitos compuseram um grupo específico na classificação dos autores, o grupo 2 (G2). Também foram analisados históricos de condenações ou não de seus pais e mães, que formaram o grupo 1 (G1), assim como histórico de condenações ou não de seus filhos ou filhas, sendo esse denominado grupo 3 (G3). Dos resultados, com base na análise do sexo masculino (G1 e G3), de acordo com os autores, a transmissão intergeracional (por meio de comportamentos antissociais) foi significativamente associada em relação aos casos de condenações entre os grupos G1-G2 e G2-G3. No que se refere às mulheres (G1 e G3), nas duas associações realizadas, G1-G2 e G2-G3, houve pouca evidência de transmissão intergeracional de comportamentos antissociais e consequente condenação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intergeracionalidade é um fenômeno que vem recebendo importante destaque, principalmente da comunidade internacional, porque tenta desenvolver explicações sobre as relações de aprendizagem entre membros de diversas gerações em uma mesma família. No Brasil, o tema ainda carece de maiores investigações por parte de pesquisadores e/ou grupos de pesquisas, apesar de haver iniciativas isoladas. Ainda com relação aos estudos internacionais e nacionais, observa-se que há necessidade de um maior número de pesquisas longitudinais que acompanhem diversas gerações familiares, apesar das dificuldades inerentes a esse tipo de delineamento em termos de custo, tempo despendido e planejamento.

O fenômeno da intergeracionalidade também não pode ser visto isoladamente, já que outras diversas características devem ser levadas em consideração na abordagem dessa problemática. Não se pode ser ingênuo em acreditar que somente os processos de aprendizagem são, por si só, causais no desenvolvimento de traços de comportamento na relação entre as gerações familiares. Portanto, outras variáveis também estão associadas ao constructo, como aquelas mais voltadas às questões biológicas, genéticas, pessoais ou psicológicas de cada membro (personalidade), não deixando de mencionar as questões sociais (nível socioeconômico, nível educacional, religião) e de constituição familiar (número de filhos, recasamentos, etc). Sendo assim, a intergeracionalidade mostra-se como um fenômeno altamente complexo, que deve ser estudado sob o prisma multifatorial.

O vasto conhecimento gerado pelos estudos intergeracionais pode servir de base para diversos profissionais das ciências humanas e para o desenvolvimento de políticas públicas. Do ponto de vista do profissional de psicologia clínica, com ênfase na família e na sociedade, o conhecimento das dinâmicas familiares em gerações anteriores pode favorecer a compreensão das dinâmicas familiares atuais, funcionando como o esteio de práticas preventivas em pequena e larga escala, tanto no caso de uma família que está sendo atendida em consultório particular quanto em programas familiares estabelecidos pelas políticas públicas de saúde.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Questões para discussão

1. A que se refere o conceito de intergeracionalidade?
2. De que forma a família promove a socialização de seus membros?
3. Com base nos pressupostos da teoria da aprendizagem social de Albert Bandura, discuta, tendo como base a citação abaixo, sobre a relação entre transmissão geracional e processo de formação do repertório social de crianças.
   "Durante as transmissões geracionais, podem ser feitas modificações criativas e transformações na herança geracional, ou se pode repeti-la."
4. Por que é importante levar em consideração as variáveis suporte social e estilos parentais quando se trata de questões intergeracionais?
5. A partir dos estudos apresentados no capítulo, qual a relação que pode ser feita entre a presença de psicopatologias na família, relacionamento interpessoal entre os membros da família e processo intergeracional?

REFERÊNCIAS

Alchaer, J. R., Bahsas, F., Hernández Nieto, R., & Salinas, P. J. (1994). Relacion entre el funcionalismo familiar: El estrés y la ansiedad. *Medula, 3*, 81-86.

Baptista, M. N. (2005). Desenvolvimento do inventário de percepção de suporte familiar (IPSF): Estudos psicométricos preliminares. *Psico USF, 10*(1), 11-19.

Baptista, M. N. (2007). Inventário de percepção de suporte familiar (IPSF): Estudo componencial em duas configurações. *Psicologia: Ciência e Profissão, 27*(3), 496-509.

Baptista, M. N., & Dias, R. R. (2007). Fidedignidade do inventário de percepção de suporte familiar – IPSF. *Avaliação Psicológica, 6*(1), 33-37.

Baptista, M. N., & Oliveira, A. A. (2004). Sintomatologia de depressão e suporte familiar em adolescentes: Um estudo de correlação. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 14*(3), 58-67.

Berns, R. M. (2002). *O desenvolvimento da criança*. São Paulo: Loyola.

Bucx, F., Raaijmakers, Q., & Wel, F. V. (2010). Life course stage in young adulthood and intergenerational congruence in family attitudes. *Journal of Marriage and Family, 72*(1), 117-134.

Campos, E. P. (2004). Suporte social e família. In J. Mello Filho, *Doença e família*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Carreteiro, T. C., & Freire, L. L. (2006). De mãe para filha: A transmissão familiar em questão. *Psicologia Clínica, 18*(1), 179-191.

Carvalho, I. M. M., & Almeida, P. H. (2003). Família e proteção social. *Perspectiva, 17*(2), 109-122.

Ceberio. (2006). Vejas y nuevas famílias: La transmisión hacia nuevas estructuras familiares. *Interpsiquis*. Acessado em 29 jul, 2011, em http://www.psiquiatria.com. (Acesso restrito).

Chen, X., & Silverstein, M. (2000). Intergenerational social support and the psychological well-being of older parents in China. *Research on Aging, 22*(1), 43-65.

Davies, P. T., & Windle, M. (1997). Gender-specific pathways between maternal depressive symptoms, family discord, and adolescent adjustment. *Developmental Psychology, 33*(4), 657-668.

Falke, D., & Wagner, A. (2005). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: Definição de conceitos. In A. Wagner (Org.), *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Farrington, D. P. (1995). The development of offending and antisocial behaviour from childhood: Key findings from the Cambridge Study in Delinquent Development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 36*(6), 929-964.

Farrington, D. P., Barnes, G., & Lambert, S. (1996). The concentration of offending in families. *Legal and Criminological Psychology, 1*(1), 47-63.

Farrington, D. P., Coid, J. W., & Murray, J. (2009). Family factors in the intergenerational transmission of offending. *Criminal Behaviour and Mental Health, 19*(2), 109-124.

Farrington, D. P., Gundry, G., & West, D. J. (1975). The familial transmission of criminality. *Medicine, Science and the Law, 15*(3), 177-186.

Farrington, D. P., Jolliffe, D., Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M., & Kalb, L. M. (2001). The concentration of offenders in families, and family criminality in the prediction of boys' delinquency. *Journal of Adolescence, 24*(5), 579-596.

Fontana, D. (1995). *Psicologia para professores*. São Paulo: Loyola.

Goodman, S. H., & Gotlib, I. H. (1999). Risk for psychopathology in the children of depressed mothers: A developmental model for understanding mechanisms of transmission. *Psychological Review, 106*(3), 458-490.

Hammen, C., & Brennan, P. A. (2001). Depressed adolescents of depressed and nondepressed mothers: Tests of an interpersonal impairment hypothesis. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 69*(2), 284-294.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Jessel, J. (2009). *Family structures and intergenerational transfers of learning: Changes and challenges*. Acessado em 20 jun, 2010, em http://www.beyondcurrenthorizons.org.uk/family-structures-and-intergenerational-transfers--of-learning-changes-and-challenges/.

Kane, P., & Garber, J. (2004). The relations among depression in fathers, children's psychopathology, and father--child conflict: A meta-analysis. *Clinical Psychology Review, 24*(3), 339-360.

Kempeneers, M., Lelièvre, E., & Bonvalet, C. (2007). The contribution of a longitudinal approach to family solidarity surveys: Reflections on the temporality of exchanges. *Canadian Studies in Population, 34*(1), 69-83.

Kwong, M. J., Bartholomew, K., Henderson, A. J. Z., & Trinke, S. J. (2003). The intergerational transmission of relationship violence. *Journal of Family Violence, 17*(3), 288-301.

Lewinsohn, P. M., Olino, T. M., & Klein, D. N. (2005). Psychosocial impairment in offspring of depressed parents. *Psychological Medicine, 35*(10), 1493-1503.

Lima, A. O. (1999). O papel da família no ajustamento social e psicológico da criança. *Revista Symposium, 3*(1), 48-50.

Lisboa, A. V., Féres-Carneiro, T., & Jablonski, B. (2007). Transmissão intergeracional da cultura: Um estudo sobre uma família mineira. *Psicologia em Estudo, 12*(1), 51-59.

Lundberg, M. (2000). Intergerational transmission of perceived parenting. *Personality and individual diferences, 28*(5), 865-877.

Lyons-Ruth, K. (1989). Family deviance and family disruption in childhood: Associations with maternal behavior and infant maltreatment during the first two years, of life. *Development and Psychopathology, 1*(3), 219-236.

Macêdo, V. C. D., & Monteiro, A. R. M. (2004). Enfermagem e a promoção da saúde mental na família: Uma reflexão teórica. *Texto Contexto em Enfermagem, 13*(4), 585-592.

Malamuth, N. M. (1991). Characteristics of aggressors against women: Testing a model using a national sample of college students. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 59*(3), 670-681.

Marquês, S. A. V. (2009). Educabilidade e construção de laços intergeracionais. In *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho.

Millward, C. (1994). Intergenerational family support. *Family Matters, 39*(2), 10-13.

Muller, R. T., Hunter, J. E., & Stollak, G. (1995). The intergerational transmission of corporal punishmente: A comparison of social learning and temperament models. *Child Abuse & Neglect, 19*(11), 1323-1335.

Oliveira, E. A. (2002). Estilos parentais autoritário e democrático-recíproco intergeracionais, conflito conjugal e comportamentos de externalização e internalização. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 15*(1), 1-11.

Oliveira, M. S., & Sani, A. I. (2009). A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 6*, 162-170.

Organización Mundial de la Salud, Organización Panamericana de la Salud. (2003). La familia y la salud. In *37ª Sesión del Subcomitê de Planificación y Programación del Comité Ejecutivo*. Acessado em 29 jul, 2011, em http://www.paho.org/ spanish/gov/ce/spp/spp37-06-s.pdf.

Parrott, T. M., & Bengtson, V. L. (1999). The effects of earlier intergenerational affection, normative expectations, and family conflict on contemporary exchanges of help and support. *Research on Aging, 21*(1), 73-105.

Penso, M. A., Costa, L. F., & Ribeiro, M. A. (2008). Aspectos teóricos da transmissão geracional e do genograma. In M. A. Penso, & L. F. Costa (Orgs.), *A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção*. São Paulo: Summus.

Powdthavee, N., & Vignoles, A. (2008). Mental health of parents and life satisfaction of children: A within-family analysis of intergenerational transmission of well-being. *Social Indicators Research, 88*(3), 397-422.

Procidano, M. E., & Heller, K. (1983). Measures of perceived social support from friends and from family: Three validation studies. *American Journal of Community Psychology, 11*(1), 1-23.

Rodrigues, M. S. P., Sobrinho, E. H. G., & Silva, R. M. (2000). A família e sua importância na formação do cidadão. *Família Saúde e Desenvolvimento, 2*(2), 40-48.

Sani, A. I. M. (2004). *As crenças, o discurso e a acção: As construções de crianças expostas à violência interparental*. Tese de doutorado não publicada, Universidade do Minho, Braga. Acessado em 29 jul, 2011, em http://hdl.handle.net/1822/6958.

Santander, S. R. (2008). Influencia de la familia como factor protector de conductas de riesgo en escolares chilenos. *Revista Médica de Chile*, (136), 317-324.

Simons, R. L. (1991). Intergenerational transmission of harsh parenting. *Developmental Psychology, 27*(1), 159-171.

Soenens, B., Duriez, B., Vansteenkiste, M., & Goossens, L. (2007). The intergenerational transmission of empathy--related responding in adolescence: The role of maternal support. *Personality and Social Psychology, 33*(3), 299-311.

Weinstein, S. M. (2006). The time-varying influences of peer and family support on adolescent daily positive and negative affect. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology, 35*(3), 420-430.

Weissman, M. M. (1997). Offspring of depressed parents: 10 years later. *Archives of General Psychiatry, 54*(10), 932-940.

Whitbeck, L. B. (1992). Intergerational continuity of parental rejection and depressed affect. *Journal of Personality and Social Psychology, 63*(6), 1036-1045..

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

2

Concepção psicanalítica da família

Claudio Garcia Capitão
Rita Aparecida Romaro

VISÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA

A família nem sempre teve a configuração e o desenho que visualizamos atualmente. Ela tem sofrido transformações contínuas, assim como os pressupostos teóricos que, pelos mais variados enfoques, tentam entendê-la. Pode ser compreendida como uma instância mediadora entre a pessoa e a sociedade, ou como a primeira referência para a criança, a partir da qual, com base nas inter-relações de seus membros, formam-se as primeiras regras, valores e crenças de uma pessoa. É ao mesmo tempo um espaço de sociabilidade e socialização primárias, de solidariedade e de proteção social (Carvalho e Almeida, 2003; Lopes, 1985; Ribeiro, 1999; Baptista, 2004).

A família, no entanto, vai além da simples soma de seus componentes. Pode ser considerada como um organismo vivo, com leis intrínsecas em seu funcionamento que configuram uma estrutura estável, mas com certa flexibilidade para permitir alterações com o passar do tempo (Falceto, 1998).

Andolfi (1984) acrescenta que a família pode ser vista como um sistema ativo em permanente transformação, como um organismo complexo que se modifica com o decorrer do tempo para garantir a continuidade e o crescimento psicossocial de seus componentes. Essa duplicidade possibilita o desenvolvimento da família, assim como a diferenciação de seus membros. A necessidade de diferenciação, compreendida como a autoexpressão de cada pessoa, mantém um paralelo com a necessidade de coesão e permanência da unidade do grupo com o passar dos anos (Bloch e Harari, 2007).

A família também pode ser considerada um dispositivo social capaz de influenciar as pessoas em seus relacionamentos, colocando-se como um dos pilares da vida psicológica dos indivíduos, além de influenciar de modo contundente os padrões de comportamento, o sentimento de pertencimento social e a saúde psíquica. Observa-se que as famílias vêm passando por mudanças relevantes, com redução do número de filhos, maior frequência de divórcios, desempenho de atividades profissionais por parte das mulheres, realização de atividades domésticas por parte dos homens, maior proximidade física e afetiva entre pais e filhos (Ceberio, 2006).

Observa-se que as famílias vêm passando por mudanças relevantes, com redução do número de filhos, maior frequência de divórcios, desempenho de atividades profissionais por parte das mulheres, realização de atividades domésticas por parte dos homens, maior proximidade física e afetiva entre pais e filhos.

Em relação às mudanças ocorridas no grupo familiar, Zimerman (2004) salienta que a tradicional família nuclear, constituída por pais, filhos e avós, tem cedido espaço a outras

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

composições distintas e atípicas, tais como casais que se mantêm unidos, mas que vivem separados; alta frequência de divórcios seguidos de novos casamentos, em que cada cônjuge traz seus filhos de casamentos anteriores; mães solteiras; aumento do número de mães e pais adolescentes. Outro ponto que merece destaque diz respeito à união estável de casais homossexuais, inclusive compondo um grupo familiar com filhos adotivos.

No contexto da família, como destacam Martins e colaboradores (2010), o conjunto de relações estabelecidas entre pais e filhos é permeado por necessidades distintas, porém complementares, como o cuidado, a educação e a promoção do desenvolvimento da criança. Esses imperativos acabam resultando em um conjunto característico de comportamentos ou práticas que, em geral, recebem diferentes denominações na literatura, tais como práticas de cuidados, cuidados parentais, práticas parentais, práticas educativas e estilos parentais, além de termos referentes às cognições parentais, como crenças, ideias e valores parentais.

A família vem sendo reconhecida há muito tempo como uma unidade fundamental da organização social na vida dos seres humanos, independentemente do padrão particular da vida familiar, das narrativas, dos mitos, das lendas e do folclore. Todas as culturas valorizam o poder das relações familiares como formadoras do caráter da pessoa e como exemplo da ordem moral e política da sociedade (Bloch e Harari, 2007).

Pela importância que a família ocupa no desenvolvimento individual e na sociedade como um todo, novas disciplinas acadêmicas, entre elas a antropologia, a sociologia e a história social, têm dedicado grande atenção às diversas formas de estrutura e funções familiares encontradas em diferentes culturas e em vários períodos históricos. Por outro lado, influenciada pelo enfoque da medicina ocidental no paciente individual, a psiquiatria demorou a formular outra visão da família além de uma fonte de enfermidades geneticamente transmitidas, com ênfase na investigação sobre a prevalência de doença mental entre familiares.

Em uma perspectiva sistêmica, Cerveny e Berthoud (2002) assinalam que a família pode ser concebida como uma rede complexa de interações e que a unidade familiar em si não pode ser reduzida à soma de seus integrantes, assim como os sentimentos e comportamentos manifestados nessa rede não podem ser entendidos individualmente. Enfim, a família deve ser observada como um todo organizado, um sistema cujos elementos são os indivíduos e as relações, constituindo as interações vividas ao longo da sua existência em família.

Pode-se pensar basicamente em três componentes que permitem entender o funcionamento interno da família: a estrutura, o desenvolvimento e a adaptação. A estrutura representa o conjunto de exigências funcionais que estabelece a interação entre seus membros e um padrão de relações que assume a função de organizar o seu comportamento. O desenvolvimento está relacionado às diferentes fases pelas quais a família passa durante a sua existência, o que requer inúmeras mudanças de seus membros. A adaptação, por sua vez, denota a adequação da família às circunstâncias novas sem a perda de sua continuidade (Rigoto, 2006).

Pode-se pensar basicamente em três componentes que permitem entender o funcionamento interno da família: a estrutura, o desenvolvimento e a adaptação.

Martins e colaboradores (2010) afirmam que a diversidade de conceitos utilizados parece fornecer indícios da coexistência de diferentes concepções sobre a parentalidade humana em diversos momentos do ciclo vital. Observam-se pelo menos duas grandes dimensões: o que os pais fazem (comportamentos ou práticas) e o que os pais pensam (cognições) durante a criação dos filhos.

Para Carvalho e Almeida (2003), a concepção de família vem modificando-se na sociedade industrial pós-moderna. No entanto, seu núcleo central permanece intacto, com a constituição familiar sendo ainda, apesar das mudanças, o cerne formador dos indivíduos e da transmissão de valores culturais e morais da sociedade.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Roudinesco (2003) assinala que os casais homossexuais estão em luta pela legalização de suas relações, propondo o direito de constituírem famílias segundo o modelo tradicional, ou seja, propugnam por relações familiares que sejam regidas pelos mesmos códigos do direito civil de famílias compostas por casais heterossexuais. Contudo, em uma perspectiva histórica, a constituição e a dinâmica familiar sempre acompanharam as transformações sociais. Uma relação dialética aparentemente se coloca entre a família e a sociedade, duas faces de uma mesma moeda, embora uma possa não ser sincrônica com a outra.

Na ideologia da sociedade tradicional do século XVI, a criança tinha pouca importância, sendo na realidade tida como um verdadeiro estorvo na família. Quando muito, tinha uma posição insignificante e até mesmo assustadora. Ariès (1981) esclarece que a teologia cristã, por meio de Santo Agostinho (354-430), construiu uma imagem dramática da infância, na qual a criança era considerada o símbolo da força do mal. Tal visão manteve-se até o fim do século XVII, numa atmosfera rígida que envolvia a família e os movimentos pedagógicos. A família tinha por objetivo a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana em um mundo no qual um homem e, mais ainda, uma mulher isolados não podiam sobreviver. A família não tinha qualquer função afetiva e, por consequência, inexistia o sentimento amoroso entre pais e filhos; não significa dizer, porém, que não houvesse amor. Os pais ocupavam-se das crianças mais pela contribuição que elas trariam ao estabelecimento da família, sendo que a relação ficava restrita a uma realidade mais moral do que sentimental e compreendia todas as pessoas que viviam sob o mesmo teto, independentemente dos laços sanguíneos.

Ainda segundo Ariès (1981), duas outras ideias indicam a persistência do desprezo pela criança. Uma era sua representação usual como um brinquedo ou máquina; outra, a forma como era considerada a morte da criança, sem grande importância, pois em breve outra criança surgiria para substituí-la. A transmissão dos valores e conhecimentos não era absolutamente assegurada pela família. Na Idade Média, ocorreu uma grande mudança na transmissão de valores e conhecimentos: a educação passou a ser garantida pela convivência com adultos, geralmente por meio da prática de uma atividade laboral, quando a partir dos sete anos as crianças deveriam viver com outra família que não a sua de origem.

Ariès (1981) esclarece que foi aproximadamente entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna que se instituiu um novo modo de se viver em sociedade, marcado pelo controle rígido dos impulsos, pela subjugação das emoções e pela elevada consciência de pudor. Essa mudança propiciou uma nova forma de se comportar, criando a esfera do privado. A família deixa de ser apenas uma mera unidade econômica, que sacrificava tudo em prol da produção de bens, e transforma-se no lugar de refúgio de uma afeição obrigatória entre os cônjuges e os filhos, bem como de atenção à criança.

Roudinesco (2003) distingue três grandes períodos na evolução da família. Um primeiro período caracterizado pela família tradicional, que serviu sobretudo para afiançar a transmissão de um patrimônio, já que os matrimônios eram arranjados e a vida sexual e afetiva do jovem casal não recebia atenção. Um segundo momento, fundamentado no amor romântico, em que são permitidas a reciprocidade dos sentimentos e a realização dos desejos sexuais por meio do casamento. Por último, a partir dos anos de 1960, impõe-se a família contemporânea, que vai unir, ao longo de uma duração relativa, duas pessoas em busca de relações íntimas, com a transmissão da autoridade cada vez mais problemática, principalmente pelo aumento de divórcios, separações e novas vivências conjugais.

Ariès (1981) também apresenta uma visão panorâmica sobre o modo como a família evoluiu da Idade Média até a Modernidade. No século XV, ocorre uma transformação drástica na realidade e nos sentimentos da família – as crianças deixam de ser educadas com famílias "educadoras" de profissão e pas-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

sam a frequentar a escola, momento em que os educadores acreditam que se deveria isolar a infância do mundo dos adultos a fim de preservar a inocência infantil. Como correlato, os pais começam a cuidar dos filhos de uma maneira mais próxima e, assim, assumem sua educação. A partir do século XIX, surgiu a reorganização da casa em cômodos, que possibilitou a intimidade da família, com o advento da família nuclear e dos progressos de um sentimento que poderia ser definido como familiar. A criança torna-se então o centro das atenções da família, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva.

Para Bandinter (1985) uma das grandes modificações nos costumes no final do século XVII consistiu no fato de a maternidade deixar de ser um dever imposto para se tornar algo desejável pela mulher. Configurava-se a moderna família nuclear que se fecha em si com o intuito de se proteger da intrusão da sociedade, tendo como base o amor materno. D'Incao (1997), em um recorte sociológico, afirma que o surgimento da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e, ao mesmo tempo, reserva para as mulheres novas e absorventes atividades no lar. Foi a partir da segunda metade do século XX que eclodiu a crise na família ocidental como responsável pela desestruturação da cultura burguesa, sobretudo no que diz respeito ao comportamento das crianças e dos adolescentes. Tais formulações tinham como pressuposto que algum dia existiria uma família estável e boa, que poderia oferecer amparo, segurança e padrões de moralidade às crianças, como se então a família estivesse abalada, produzindo crianças angustiadas, doentes, deliquentes ou antissociais (Kehl, 2001).

Adorno e Horkheimer (1982) argumentam que a crise da família é uma crise integral do humanitarismo, precisamente quando se desenha a possibilidade de realização do direito da emancipação da mulher, obtida graças à concomitante emancipação da sociedade. No entanto, opera-se com igual força a recaída na barbárie, em consequência da redução e da separação da coletividade. Ou seja, as mudanças sociais assinalam uma derrocada significativa da figura do pai autoritário, uma revisão do papel da mulher, a possibilidade legal do divórcio, uma maior liberação da sexualidade – e todas essas novas condições trouxeram transformações significativas na maneira como a família tradicional até então vinha sendo delineada (Tanis, 2001).

A família pode ainda ser vista como o ponto de encontro dos espaços individual, grupal e institucional. À semelhança de uma instituição, adquire vitalidade própria, que ultrapassa fatos e acontecimentos esporádicos. Durante a década de 1960, atravessou-se um período histórico denominado, muitas vezes, como portador de uma "crise de valores", com a chegada do movimento *hippie*. Por conseguinte, tentou-se criar maneiras menos rígidas de vida microssocial, surgindo noções desafiadoras da contracultura, a antipsiquiatria e o movimento feminino de liberação. Toda essa emergência tinha como pano de fundo uma corrente política que colocava a família como o ponto-chave de uma estrutura social mantenedora do modo capitalista de produção e de sustentação de seus valores. Contudo, não se encontra, até o presente momento, uma alternativa válida para a família. Isso significa que, basicamente, alguma forma de família é encontrada em toda sociedade. Grosso modo, trata-se de uma unidade socioeconômica organizada em torno de um par heterossexual, potencialmente capaz de reproduzir a referida unidade, na qual o padrão de atitudes sexuais e parentais estará relacionado ao meio cultural, ao mesmo tempo em que definirá os papéis de seus membros e estabelecerá as bases de suas interações (Meyer, 1983).

No entanto, apesar de todas essas mudanças, das redefinições de papéis encontrados no atual momento histórico

Apesar de todas essas mudanças, das redefinições de papéis encontrados no atual momento histórico da família e da sociedade, algumas características permanecem como regra geral e universal em todas as famílias e em todas as condições sociais.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

da família e da sociedade, algumas características permanecem como regra geral e universal em todas as famílias e em todas as condições sociais. Algo que talvez esteja presente no inconsciente da espécie humana, na cultura, mas que se tornou o cerne organizador da família humana.

VISÃO PSICANALÍTICA DA FAMÍLIA

Entre os escritos de Freud, observam-se comentários sobre os relacionamentos conjugais e familiares e seus possíveis papéis, tanto no desenvolvimento normal da pessoa quanto na psicopatologia. Na descrição de Freud a respeito de processos inconscientes, como a introjeção, a projeção e a identificação, vê-se como as experiências da pessoa podem ser transmitidas por gerações em uma família (Bloch e Harari, 2007).

Freud (1913/1990), em *Totem e tabu*, formula que os aborígenes australianos estabeleceram com o mais escrupuloso cuidado e a mais rigorosa severidade o propósito de evitar relações sexuais incestuosas. Praticamente toda a organização social parecia objetivar esse propósito. Assim, o lugar de todas as instituições sociais e religiosas que lhes faltavam foi preenchido pelo sistema do totemismo. Em geral, o totem é um animal, mais raramente uma planta ou um fenômeno natural, que tem uma relação particular com todo o clã. Em quase todos os lugares onde existem totens, existe também uma lei contra as relações sexuais entre pessoas do mesmo totem e, consequentemente, contra o seu casamento. A violação da proibição era castigada de maneira enérgica pelo clã inteiro. A exogamia vinculada ao totem tem um efeito maior do que o de impedir o incesto de um homem com sua mãe ou irmã, visto que torna impossíveis as relações sexuais de um homem com todas as mulheres de seu próprio clã, considerando-as parentes consanguíneas. A exogamia totêmica parece ter sido o meio adotado para impedir o incesto grupal.

Freud considera que o animal totêmico é, na realidade, um substituto dos pais, mostrando estar de acordo com o fato contraditório de que, embora a morte do animal seja em regra proibida, sua matança representa uma ocasião festiva. A atitude emocional ambivalente que caracteriza o complexo paterno nos filhos, que com tanta frequência persiste na vida adulta, parece estender-se ao animal totêmico em sua capacidade de substituto do pai.

Freud considera que o animal totêmico é, na realidade, um substituto dos pais, mostrando estar de acordo com o fato contraditório de que, embora a morte do animal seja em regra proibida, sua matança representa uma ocasião festiva.

O violento pai primevo fora, sem dúvida, o temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos: pelo ato de devorá-lo, identificavam-se com ele e adquiriam assim uma parte de sua força. Nesse sentido, a refeição totêmica é, segundo Freud, o mais antigo festival da humanidade, pois representaria uma repetição e uma comemoração desse ato tanto memorável quanto criminoso, o começo de tantos processos, tais como da organização social, da família, das restrições morais e da religião. Para Freud (1921/1990), a família é o substituto histórico da horda primitiva, cujo pai autoritário é morto por seus filhos, em uma espécie de revanche por terem sido um dia afastados das mulheres da horda.

Pelo que se nota, Freud (1921/1990) inspirou-se em uma tese do darwinismo para explicar a formação da família humana, provavelmente o primeiro dos grupos que, a partir dela, por deslocamento das representações, outros grupos pudessem vir a se constituir (Capitão, 1998). Nessa perspectiva, o homem primeiramente vivia em hordas, o que pressupõe um estado da família humana muito diferente daquele que podemos localizar em outras épocas da nossa filogênese.

A hipótese é a de que, como vimos antes, um dos componentes da horda teria assumido o controle de uma forma talvez violenta, muito próxima daquela que acontece com outros animais, especialmente entre os mamíferos. Com isso, o novo chefe da horda primitiva assumiu o comando das fêmeas e de outros membros

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

do grupo, proibindo a relação sexual entre os membros de uma mesma horda. Todavia, à medida que se instaura essa proibição, também se impede a satisfação direta do impulso, criando-se a possibilidade de inibição da sua função. Revoltados com tal interdição, os "filhos" reuniram-se e mataram o chefe "pai" da horda, partindo-o em pedaços e devorando-o. Após o assassinato, a hipótese coloca a existência de um período de transição, até que um novo estado de coisas fosse estabelecido. Esse período, denominado genecrocia, marcou o predomínio da mulher na horda (Capitão, 1998).

A mulher tornou-se desejada por todos os homens da horda e, com isso, houve a necessidade de que muitos machos fossem castrados pelo mais forte, o qual então assumiu as rédeas, supondo-se o herdeiro das melhores características daquele que outrora havia sido assassinado. Porém, nessa hipótese freudiana, como todos haviam comido o corpo do antigo chefe, todos, por extensão, adquiriram características semelhantes, sendo convertidos em parentes e cúmplices de certa maneira. A consequência foi, então, a obrigatoriedade da exogamia, permitindo-se as relações sexuais apenas com membros fora do círculo do grupo ou pertencentes a outras hordas.

Para Freud (1921/1990), na perspectiva da constituição da família humana, o assassinato do pai revela-se como um ato necessário e até mesmo fundamental para a civilização ser criada, instaurando a lei, capaz de separar os homens do mundo da natureza e inseri-los na cultura, tornando possível a internalização das proibições paternas. Nesse sentido, longe de se impor externamente pela força, a lei passa a regular os indivíduos a partir de dentro.

Na família atual, apesar de o papel da mulher estar em constante transformação, pelo modo como se estrutura psicologicamente, cabe ao pai a tarefa de estabelecer limites e de assumir a função da proibição. Devido a tais aspectos paternos na estrutura familiar, além da história edípica da família, o pai encarna aquele que, ambiguamente, atrai o ódio do filho rival, concorrente do amor materno, como se em cada família atual ocorresse de maneira figurada uma repetição da pré-história de todas as famílias (Capitão, 1998).

É possível encontrar indícios da origem da família a partir das transformações das hordas nos rituais de muitos grupos, como, por exemplo, o ritual da comunhão na Igreja Católica, em que todos bebem o sangue e comem o corpo de Cristo, tornando-se, assim, irmãos pela ingestão, com as qualidades que eram de Cristo, porém agora dentro de cada um dos fiéis (Freud, 1920/1990).

Eiguer (2005) afirma que a psicanálise propõe implicitamente uma concepção de família, sublinhando as funções de cada um de seus membros, as prescrições e as interdições que governam suas relações recíprocas, tendo influência sobre os complexos, as fantasias e as instâncias psíquicas. A família constitui uma unidade impossível de ser reduzida a uma série de indivíduos. Trata-se de um grupo de dependência e apoio, com suas leis tão obscuras e tão poderosas quanto as do inconsciente, que asseguram, desse modo, sua coerência e coesão.

A família tem múltiplas finalidades, que vão desde prover as necessidades materiais e psíquicas de seus membros, passando por conceber e formar a criança até a sua constituição como indivíduo. Na realidade, cada um dos pais transmite uma herança que a criança deverá ajustar ao seu desejo. A família concede-se igualmente uma função lúdica, organização de espaços-tempos de ócio e devaneio (Eiguer, 2005).

Antes de Freud, os médicos interessavam-se muito pouco pela família. O paciente era estudado no presente; não era feita nenhuma alusão à história infantil, ao contexto no qual fora formado, ao pai ou à mãe, salvo para descobrir predisposições hereditárias eventuais que servissem para alimentar alguma hipótese em moda a respeito da degenerescência nos doentes mentais (Eiguer, 2005).

De acordo com Meyer (1983), o casal recém-formado é de fato o "veículo de transporte" das expectativas e necessidades que foram construídas em uma situação ancestral. A família nuclear já começa "hipotecada" à família extensa. O bebê é um produto da situa-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

ção gerada pela formação de um par que, em si próprio, é uma fonte de movimento. Antes mesmo de seu nascimento, o bebê faz parte das fantasias dos pais e é "moldado" por eles. Logo após o seu nascimento, surge uma nova dinâmica relativa às suas próprias exigências, e a assimetria do poder está vinculada à situação triangular. Frequentemente passa a ocorrer uma interação caracterizada por coerções recíprocas, quando a maior parte das pressões será exercida pela dupla parental com o intuito de garantir que o bebê seja cúmplice na satisfação das fantasias inconscientes dos pais.

Em termos psicanalíticos, pode-se afirmar que a dinâmica do casal se tornará a dinâmica familiar. A natureza da interação do casal será determinada pelas qualidades das relações objetais familiares que foram introjetadas no decurso do processo de crescimento e desenvolvimento *na* e *pela* família de origem. É no interior da família nuclear, por meio de seus participantes, que podem ser feitas tentativas no sentido de trazer à tona, a fim de recuperá-los, os objetos temidos e amados, conflitantes, ambivalentes, bons e maus, que controlam os objetos do mundo interior e que originaram na família ancestral (Meyer, 1983).

Em termos psicanalíticos, pode-se afirmar que a dinâmica do casal se tornará a dinâmica familiar. A natureza da interação do casal será determinada pelas qualidades das relações objetais familiares que foram introjetadas no decurso do processo de crescimento e desenvolvimento *na* e *pela* família de origem.

Para Eiguer (2005), não seria unicamente a presença do objeto ou a solicitude materna primária o que contribuiria para as introjeções, mas também a subjetividade da mãe, seus desejos, fantasias e afetos, a força do seu desejo inconsciente, que vai orientar os ideais da criança ao propor um ideal que consolida o seu amor-próprio quando ele o vivencia como uma parte de si mesmo e que desperta a pulsionalidade ao seduzi-lo.

A mãe, no contexto da família nuclear, exerce inúmeros papéis. Ela é a que gera a vida dos filhos, torna-se objeto de desejos deles, representa para a criança um objeto amoroso e ao mesmo tempo ameaçador, além de funcionar como a provedora de necessidades básicas e imaginárias, imprimindo representações mentais nos filhos. O pai, por seu lado, além de ser o provedor das necessidades econômicas da família, papel dividido com a mulher moderna, funciona como aquele que instaura a proibição, ou seja, é o representante da lei, colocando limites aos desejos dos filhos. Devido às condições sociais atuais, o pai também é continente às necessidades dos filhos, principalmente quando a mãe, por condições de trabalho, fica ausente (Zimerman, 2004).

Os filhos trazem uma significativa transformação para a dinâmica do casal, pois os conflitos que os genitores tiveram com seus respectivos pais são muitas vezes atualizados, revividos por intermédio de um sistema complexo de projeções e de expectativas idealizadas. O nascimento de um primeiro filho pode unir o casal, mas também pode desestabilizá-lo, ou mesmo levar à separação. Os papéis e lugares assumidos pelos filhos estão diretamente ligados à necessidade de os pais terem gerado o filho para preencher suas próprias lacunas.

Mandelbaum (2008) salienta que grande parte do funcionamento mental é inconsciente, sendo importante considerar-se o significado da experiência que os membros trazem da vida em família. Ela é um grupo de pessoas que interage por meio de processos psicodinâmicos, os quais estão na base de seus laços manifestos.

É por meio das relações familiares, desde muito cedo, que o mundo interno da criança vai sendo formado, encontrando complementaridade nas figuras que exercem as funções de pai e de mãe. Klein (1982) estruturou boa parte de suas concepções teóricas a partir das formulações de Freud (1920/1990) sobre a dualidade das pulsões, estabelecida, em linhas gerais, a partir de seu ensaio *Além do princípio do prazer*, escrito em 1920, e nos aspectos estruturais da mente, desenvolvidos em 1923.

Modificando e ampliando algumas das concepções originais de Freud, Melanie Klein (1982) postula que, a partir do nascimento, o ego tem condições de vivenciar a angústia e

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

usar mecanismos de defesa, além de ter condições para estabelecer relações objetais na fantasia. O incipiente ego deflete, em alguma medida, parte da pulsão de morte para o exterior e, a partir de tal projeção, origina-se a fantasia de um objeto mau, perseguidor, que ameaçaria de destruição o ego. O ego primitivo sofreria a ação da pulsão de morte e tenderia a projetar, como defesa contra o medo de aniquilamento interior, seus objetos maus. Por outro lado, a pulsão de vida é projetada com o objetivo de criar, na fantasia, algo bom e idealizado. Tais projeções ocorrem sobre o objeto externo original, o seio materno, que a partir de então torna-se dividido, organizando a experiência da criança do que seria bom e do que seria mau.

Essa constelação psíquica inicial foi denominada por Melanie Klein de *posição esquizoparanoide*, caracterizada pela angústia do ego de ser destruído pelos objetos perseguidores e pelo fato de que o ego está dividido. O conflito central seria a dualidade entre as pulsões de vida e de morte. À medida que a criança vai se desenvolvendo e o ego ganhando mais recursos, a mãe pode ser sentida como um objeto total, podendo o bebê amá-la como uma pessoa inteira, não fragmentada. Para essa mãe amada de uma forma inteira é que o bebê volta-se para tranquilizar seus medos persecutórios, buscando introjetá-la de modo que consiga proteção das perseguições internas e externas. A mãe tomada como objeto de amor e de identificação tem a sua ausência sentida como perda, a qual é vivenciada intensamente, originando um conjunto novo de sentimento e reações. A essa nova forma do funcionamento psíquico, Klein denomina de *posição depressiva*, em que ocorre a integração do ego e do objeto, tornando-se o bebê consciente de seus próprios impulsos e de que os objetos têm uma vida independente dele.

Para Klein (1982), o ponto de fixação das doenças psíquicas estaria na posição esquizoparanoide e no início da posição depressiva, para as quais regrediria o funcionamento psíquico das crianças maiores, dos adolescentes e adultos acometidos pela depressão. No entanto, as repetidas experiências de perda e de recuperação pelas quais passa o bebê tornam seu ego enriquecido, dando-lhe confiança para o estabelecimento de um objeto seguro, que o proteja e possibilite suportar a angústia depressiva, sem levar a pessoa à doença. A partir dessa visão particular, a vivência e a elaboração adequada tanto da posição esquizoparanoide quanto da depressiva seriam formas de prevenção para doenças psíquicas, possibilitando aos indivíduos enfrentar, futuramente, as perdas e os reveses da vida.

A família modifica-se ao longo da sua história, acompanhando as fases evolutivas dos filhos. Quando o filho é bebê, observa-se o favorecimento da simbiotização. Quando adolescente, sua busca de identidade e afirmação coloca os valores paternos em xeque, o que pode causar na família comportamentos reativos não apenas contra a rebeldia natural da adolescência, mas também contra o crescimento, pois denota o inexorável decorrer do tempo e a aproximação da morte. Outra fase da evolução da família pode ser demarcada pela saída de casa do filho adulto, com as inevitáveis separações que poderiam induzir os genitores a sentirem ou a reatualizarem intensas vivências de abandono, próximas de um estado depressivo (Zimerman, 2004).

Na adolescência, o afastamento dos pais como objeto de amor, ou seja, a retirada do investimento objetal suscita uma supervalorização do eu, um aumento da autopercepção à custa da prova de realidade, uma extrema sensibilidade e autoabsorção. Geralmente, a centralização em si mesmo e o autoengrandecimento, denominado de supervalorização narcísica, impele o adolescente a ver seus pais sob outra perspectiva, não mais tão valorizada quanto na primeira infância (Blos, 1985).

Na adolescência, o afastamento dos pais como objeto de amor, ou seja, a retirada do investimento objetal suscita uma supervalorização do eu, um aumento da autopercepção à custa da prova de realidade, uma extrema sensibilidade e autoabsorção.

O adolescente sofre uma perda real na renúncia a seus pais edípicos e, em decorrência disso, experimenta o vazio interior; o so-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

frimento e a tristeza são inerentes ao seu luto. O período de luto pelos pais da infância, pelo corpo e pela identidade infantis encerra uma das fases psicológicas mais significativas nesse momento, pois a vivência do processo de luto é essencial para a liberação dos objetos perdidos, visto que o declínio do complexo de Édipo corresponde a um processo lento e que chega ao final da fase adolescente (Knobel, 1983).

É na adolescência que o ideal de ego vem constituir-se como um superego, resultante do amplo desfecho do complexo de Édipo, uma formação intrapsíquica, relativamente autônoma, serve de referência ao ego para apreciar suas realizações efetivas, uma instância psíquica especial de censura e de auto-observação. E, caso tais ideais tornem-se extremamente rígidos e exigentes, as tarefas a que se propõe o adolescente, pela ocorrência de um simples entrave, pode levar a potencializar o sentimento de fracasso a um amplo espectro (Blos, 1985).

O superego não é um simples resto das escolhas primitivas objetais, pois também representa uma formação reativa contra essas escolhas. Essa relação estabelece os preceitos de que a pessoa deveria ser assim, mas também ordena o que a pessoa não poderia ser. Parece-nos que, quando o superego exige a perfeição, faz com que o adolescente sinta-se distante de alcançar seus objetivos e torne-se, segundo seus referenciais internos, uma pessoa sentida como decepcionante (Freud, 1923/1990).

O superego surge a partir de uma identificação com os pais, ou com o superego deles, tomados como modelo.

O superego surge a partir de uma identificação com os pais, ou com o superego deles, tomados como modelo. Toda identificação desse tipo tem a natureza de uma dessexualização ou mesmo de uma sublimação – e, quando ocorre, estamos diante de uma desfusão pulsional. Tal desfusão implica a separação do amor e da agressividade, fazendo, assim, com que o superego aumente a sua severidade, já que, mediante o trabalho de identificação e sublimação, o ego contribui para que a pulsão de morte do id obtenha controle sobre a libido, tornando o superego sádico e destrutivo. Para o ego, portanto, viver significa o mesmo que ser amado pelo superego (Freud, 1923/1990).

A família nem sempre teve a configuração e o desenho conforme visualizamos atualmente, tem sofrido e sofre transformações contínuas, assim como os pressupostos teóricos que, pelos mais variados enfoques, tentam entendê-la.

O adolescente muitas vezes apresenta em sua personalidade um superego extremamente punitivo e sádico, talvez oriundo de suas fantasias e da assimilação das exigências de seus progenitores. Aparentemente, pais perfeccionistas, como, por exemplo, uma mãe supereficiente e uma figura paterna forte, sem "defeitos" e poucos afeitos à reflexão e à troca de experiências, afetam decisivamente o mundo afetivo e efetivo do adolescente (Blos, 1985).

A família também pode ser considerada como um dispositivo social capaz de influenciar as pessoas em seus relacionamentos, colocando-se como um dos pilares da vida psicológica dos indivíduos.

O núcleo familiar, por suas múltiplas implicações e também pelo fato de que em nossa cultura o adolescente permanece um tempo considerável na dependência de seus pais, deve ser acompanhado de uma adequada avaliação, uma vez que às crises adolescentes corresponde a crise ampla do grupo familiar. Não raramente, os pais revivem, por seu lado, na adolescência de seus filhos, alguns traços importantes de sua própria adolescência. Suas reações à crise adolescente de seus filhos são determinadas pela forma como eles solucionaram os seus próprios processos adolescentes, o que coloca em prova a capacidade familiar de redefinições e de novas adaptações.

Roudinesco (2003) distingue três grandes períodos na evolução da família.

A família pode ainda ser vista como o ponto de encontro dos espaços individual, grupal e institucional.

Em termos psicanalíticos, pode-se afirmar que a dinâmica do casal se tornará a dinâmica familiar.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Cabe salientar que o conteúdo emocional mobilizado em um dos membros ressoa em toda a família em maior ou menor intensidade, dependendo dos conteúdos emocionais mobilizados e da forma como cada um pode passar pelas posições esquizoparanoide e depressiva, além do patamar de elaboração de sua conflitiva edípica.

As relações ocorrem continuamente no mundo externo com coisas e pessoas e, no mundo interno, na imaginação, no devaneio, no sonho. Contudo, ambos são intrinsecamente interdependentes, sendo impossível dissociá-los. Dessa maneira, o processo pelo qual se coloca no outro os próprios afetos e pensamentos, que se enxerga a partir de coisas próprias que no objeto são colocadas, Melanie Klein chamou de *identificação projetiva*. A incorporação dos objetos do mundo, repletos do que nele foi projetado, por sua vez, foi denominada de *identificação introjetiva* (Segal, 1975).

É nesse jogo fantástico, propiciado pela psique humana, que a família, como função, propicia o desenvolvimento de uma mente grupal, semelhante, mas não igual, às de tantas outras famílias existentes na sociedade ocidental.

Questões para discussão

1. Como podemos definir família?
2. Qual a importância de *Totem e tabu*, escrito por Freud em 1913, para compreendermos a organização e a dinâmica familiar?
3. Discuta as possíveis consequências das vivências infantis na vida familiar de cada indivíduo.
4. Quais são as principais funções do feminino e do masculino na dinâmica familiar? Como tais papéis e funções podem sofrer influências culturais?
5. Discuta as implicações que a chegada de um novo membro – o bebê – pode trazer para a dinâmica do casal.

REFERÊNCIAS

Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1982). *Sociologia da família*. São Paulo: Brasiliense.

Andolfi, M. (1984). *Por trás da máscara familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bandinter, E. (1985). *Um amor conquistado*: *O mito do amor materno* (8. ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Baptista, M. N. (2004). Psicoterapias cognitivo-comportamental e cognitiva: Aspectos teóricos e terapêuticos no manejo da depressão e do suicídio. In M. N. Baptista (Org.), *Suicídio e depressão*: *Atualizações*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan.

Bloch, S., & Harari, E. (2007). Terapia familiar. In G. O. Gabbard, J. S. Beck, & J. Holmes (Orgs.), *Compêndio de psicoterapia de Oxford*. Porto Alegre: Artmed.

Blos, P. (1985). *Adolescência: Uma interpretação psicanalítica.* Rio de Janeiro: Martins Fontes.

Capitão, C. G. (1998). *A organização dos anônimos: Um estudo psicanalítico dos alcoólicos anônimos*. Tese de doutorado não publicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Carvalho, I. M. M., & Almeida, O. H. (2003). Família e proteção social. *São Paulo em Perspectiva, 17*(2), 109-122.

Ceberio, M. R. (2006). *Viejas y nuevas famílias: La transición hacia nuevas estructuras familiares.* Acessado em 18 ago, 2010, em http://www.psiquiatria.com.

Cerveny, C. M. de O., & Berthoud, C. M. E. (2002). *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Dias, M. L. (2006). *Famílias e terapeutas: Casamento, divórcio e parentesco*. São Paulo: Vetor.

D'incao, M. A. (1997). Mulher e família burguesa. In M. D. Priore (Org.), *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Eiguer, A. (2005). Família. In A. Mijola (Org.), *Dicionário internacional de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Falceto, O. G. (1998). *Terapia de família*. In A. V. Cordioli (Org.), *Psicoterapia: Abordagens atuais*. Porto Alegre: Artmed.

Freud, S. (1990). A psicologia de grupo e análise do ego. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. XVIII). Rio de Janeiro: Imago. (Original de 1920).

Freud, S. (1990). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. XVIII). Rio de Janeiro: Imago. (Original de 1921).

Freud, S. (1990). O ego e o id. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago. (Original de 1923).

Freud, S. (1990). Totem e tabu. In S. Freud, *Obras Completas* (Vol. XIII). Rio de Janeiro: Imago. (Original de 1913).

Gomes, P. B., & Porchat, I. (2006). *Psicoterapia de casal*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Kehl, M. R. (2001). Lugares do feminino e do masculino na família. In M. C. M. Comparato, & D. S. F. Monteiro (Orgs.), *A criança na contemporaneidade e a psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Klein, M. (1982). Notas sobre alguns mecanismos esquizoides. In J. Riviere (Org.), *Os progressos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Knobel, M. (1983). A adolescência e o tratamento psicanalítico de adolescentes. In A. Aberastury (Org.), *Adolescência*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Lopes, V. L. S. (1985). A família e o processo de interiorização: Três exemplos. *Arquivo Brasileiro de Psicologia, 37*(3), 105-111.

Mandelbaum, B. (2008). *Psicanálise da família*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Martins, G. D. F. (2010). Construção e validação da Escala de Crenças Parentais e Práticas de Cuidado (E-CPPC) na primeira infância. *Psico-USF, 15*(1), 23-34.

Meyer, L. (1983). *Família: Dinâmica e terapia: Uma abordagem psicanalítica*. São Paulo: Brasiliense.

Ribeiro, J. L. P. (1999). Escala de satisfação com o suporte social (ESSS). *Análise Psicológica, 3*(18), 547-558.

Rigoto, D. M. (2006). *Evidências de validade entre suporte familiar, suporte social e autoconceito*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade São Francisco, Itatiba.

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Segal, H. (1975). Introdução à obra de Melanie Klein. Rio de Janeiro: Imago.

Tanis, B. (2001). A família atual, a constituição subjetiva da criança e a psicanálise. In M. C. M. Comparato, & D. S. F. Monteiro (Orgs.), *A criança na contemporaneidade e a psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Zimerman, D. E. (2004). Terapia com a família. In *Manual de técnica psicanalítica: Uma revisão*. Porto Alegre: Artmed.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

3

A família na visão sistêmica

Fátima Abad Sanchez

INTRODUÇÃO

A relação entre as ciências permite compreender que toda a verdade sobre o homem só pode vir da diversidade dos elementos que a constituem. O grande desafio atual tem sido aproveitar o intercâmbio intercultural gerado pelo choque das diferentes percepções que compõem os elementos de uma família e comunidade. Os valores culturais e os vínculos interpessoais de um grupo social fazem os elementos desse grupo descobrir o sentido de pertencimento, legitimando a identidade e a inclusão.

A cultura é vista como uma teia invisível que integra e une os indivíduos. Tudo está ligado; cada parte na visão sistêmica depende da outra. As crises e os problemas só podem ser entendidos e resolvidos no âmbito dessa rede complexa que envolve o desenvolvimento biológico (corpo), o equilíbrio psicológico (mente e emoções) e a vida em sociedade. Esse pensamento que explora a multidimensionalidade tem como fundo epistemológico o entrelaçamento biológico cultural do viver humano em redes de conversações. A riqueza e a variedade das possibilidades de comunicação no sistema permitem compreender os significados ligados ao comportamento humano. As vivências tanto dolorosas quanto prazerosas são instrumentos de crescimento e de transformação pessoal e coletiva.

A construção pessoal consolida-se através desse sistema de relação, sendo possível compreender os mecanismos para solução de problemas, comunicação, receptividade, envolvimento afetivo, controle comportamental e funcionamento familiar necessários para mobilizar as competências em uma ação preventiva em saúde mental. Na visão sistêmica, ao sair do unitário para o comunitário, a ação terapêutica baseia-se na teoria da comunicação, na antropologia cultural, na autopoiese e na resiliência como princípios praticados nas intervenções terapêuticas com a família e a comunidade.

PENSAMENTO SISTÊMICO

Por volta da década de 1930, o pensamento sistêmico surge como um novo paradigma, em que as características-chave de um sistema são a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade. Tudo está em relação com tudo, nada está isolado e os seres coexistem com todos os outros seres do universo. Diante desse olhar, os sistemas vivos são totalidades essenciais ou propriedades do todo: surgem a partir das relações de organização entre as partes (Minuchin, 1974).

Tudo está em relação com tudo, nada está isolado e os seres coexistem com todos os outros seres do universo.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Até então, segundo Von Foerster (1996), a cibernética como modelo de ciência da interdisciplinaridade e da transdiciplinaridade ocupou-se basicamente dos estudos de circularidade, retoalimentação e autorreferência em sistemas biológicos e sociais. Maturana e Varela (1995, p. 110) já descreviam esse movimento como mecanismos relacionais e como a criação de uma nova ciência da mente, de funcionamento da cognição e da comunicação: "a inteligência deixou de ser a capacidade de resolver um problema para ser a capacidade de ingressar em um mundo compartilhado".

"A inteligência deixou de ser a capacidade de resolver um problema para ser a capacidade de ingressar em um mundo compartilhado".

Nas últimas décadas, o desenvolvimento da terapia sistêmica passou de uma abordagem conceitual de modelos cognitivos e construtivistas para uma posição mais hermenêutica e interpretativa, que enfatiza "significados" como criados e experimentados por indivíduos em conservação entre si. A antropologia cultural, semiótica, e por isso interpretativa como base epistemológica das ações terapêuticas de construção social, está inserida nesse contexto do pensamento científico pós-moderno, constituindo os elementos essenciais que são as ideias, as abstrações e os comportamentos que geram os componentes da cultura, como o conhecimento, as crenças, os valores, as normas e os símbolos (Laraia, 1992).

Nessa perspectiva, as ideias no campo sistêmico transformaram-se e passam a ser entendidas no discurso, na linguagem e na conversação, alojando-se nos domínios da semântica e da narrativa. Com base nessa nova concepção, Maturana (1991) propõe que a linguagem seja constitutiva do ser humano, pois cria o mundo e o sujeito desse mundo a partir de um domínio cooperativo que vai de interações até referenciais compartilhados. Andersen (1990) afirma enfaticamente que a ação humana se dá pela construção social e do diálogo. Além disso, os seres humanos vivem e compreendem seu viver por meio de narrativas socialmente construídas que dão significado às suas experiências.

Referenciando o conceito de hermenêutica, Andersen (1990) mobiliza os filósofos Martin Heidegger e Hans Georg Gadamer, lembrando que o ser humano desenvolve-se em uma constante busca de significados que influencia a maneira como se relaciona com o meio. Dessa relação criativa entre meio e sistema é que emerge o social, descrito por Maturana (2009) como o domínio de condutas relacionais que dá forma a uma das mais revolucionárias teorias do século XX – a autopoiese – que é a capacidade do ser humano de organizar e participar de sua própria criação, sendo o seu objetivo conhecer mecanismos vitais. Segundo essa teoria, a conservação da autopoiese e da adaptação de um ser vivo ao seu meio são condições sistêmicas para a vida. Portanto, um sistema vivo, como sistema autônomo, está constantemente se autoproduzindo, autorregulando-se e sempre mantendo interações com o meio. A proposta da teoria autopoiética parte da observação de determinado objeto pela interação de seus elementos, possibilitando uma circularidade essencial na natureza dos sistemas vivos, que são rigorosamente interconectados e mutuamente interdependentes.

A teoria sistêmica expande a visão de adaptação individual para a mutualidade de influências através dos processos transacionais. Walsh (1996) já propunha o estudo de processos-chave da resiliência em famílias. A resiliência abrange processos que explicam a capacidade de superação de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações (Yunes e Szymanski, 2001). Para Barreto (2007), as crises, os sofrimentos e as vitórias de cada um devem ser utilizados como matéria-prima em um trabalho de criação gradual de consciência social para que os sistemas descubram as implicações sociais e transformem o sofrimento em competências, identificando tanto as forças quanto as capacidades dos indivíduos, das famílias e das comunidades na solução de seus problemas. A resiliência vem sendo bastante discutida do ponto de vista teórico e metodológico pela

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

comunidade científica, que fundamenta a sua proposta de abordagem denominada funcionamento familiar efetivo, organizando um panorama conceitual referente aos seguintes domínios: sistema de crenças da família, padrões de organização e processos de comunicação.

FUNCIONAMENTO FAMILIAR

Por volta do século XV, segundo Sluzki (l997), o significado de família ampliou-se, abrangendo todos os membros da casa e favorecendo vínculos de proteção e lealdade, imersos em redes múltiplas, complexas e em evolução, incluindo todas as relações do indivíduo. O vínculo gerado nesse contexto proporciona a identidade, a história, o *feedback* social, o cuidado com a saúde, a validação e a responsabilidade pelo outro. O sistema promove o processo de integração, o bem-estar e a consolidação dos potenciais de adaptação e mudança. Nessa trama íntima da família ou na rede social significativa é que as experiências de perda e dor, alegria e amor, crescimento e criação, vivência e evolução organizam-se e ganham significado. A rede mantém interações que reafirmam responsabilidades e papéis, neutralizam desvios de comportamento e favorecem a resolução de problemas.

O significado de família ampliou-se, abrangendo todos os membros da casa e favorecendo vínculos de proteção e lealdade, incluindo todas as relações do indivíduo.

Andolfi (1988) considera que todo grupo tem a sua verdade fundante; porém, quando ela é questionada, o grupo tende a se desorganizar, aumentando a tensão e ameaçando a coesão do sistema. Quanto mais coeso e integrado ele for, maior será o consenso, pois as premissas básicas compartilhadas é que garantem o sentimento de pertencimento grupal. Por outro lado, ao compartilhar, renuncia-se em parte ao exercício da curiosidade, ao risco de ser diferente, de transgredir e de não pertencer. Andolfi e colaboradores (1989) observaram que esses movimentos muitas vezes se tornam estéreis, não permitindo o desenvolvimento e a diferenciação de cada membro. Os autores referem-se a esse processo, o qual engloba todo o sistema de crenças e regras, como construção de mitos. No mito, coexistem elementos de realidade e fantasias que juntos contribuem para a formação de uma realidade capaz de suprir determinadas necessidades do sistema. Esse sistema de crenças é mantido para a sua sobrevivência, mas deve ser permeável às mudanças indispensáveis para a sua evolução.

Brazelton (1991) salienta que as reações das famílias às pressões externas diferem, embora sejam vistas como padrões consistentes. Esses padrões são definidos como universais e incluem confusão, regressão, reorganização e crescimento. Sanchez (2004) avaliou os mecanismos de autorregulação de famílias com crianças com autismo nas dimensões de solução de problemas, comunicação, funções e papéis, receptividade e envolvimento afetivo, controle comportamental e funcionamento geral da família, concluindo que, apesar da imutabilidade da condição da criança, o sistema familiar apresentou não só a habilidade de resolver problemas, como também a capacidade de manter um nível de funcionamento familiar efetivo, troca de informações, apoio, suporte para o desenvolvimento de cada membro, vivências emocionais apropriadas frente a uma variedade de estímulos, valorização dos membros familiares, controle comportamental em situações de perigo social e emocional, assim como um funcionamento global flexível e saudável de todos os membros, sendo capaz de abrir canais de comunicação.

Segundo Bateson (1980), a maneira como os indivíduos se comportam é determinada pelo sistema. O foco de atenção dirige-se para a rede relacional da pessoa. A comunicação e o comportamento, incluindo não só as palavras com suas configurações e seus significados, mas também seus concomitantes não verbais e a linguagem do corpo, afetam as interações de um sistema. Aceita-se que todo

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

comportamento tem um valor de mensagem, e isso é comunicação. Atividade ou inatividade, palavras ou silêncio, têm um valor de mensagem e influenciam as pessoas, que são influenciadas por tais comunicações. Maturana (1998) define a comunicação como conversação, um modo especificamente humano de se relacionar, e com essas contribuições o olhar voltado ao sistema terapêutico familiar desenvolve alternativas, perspectivas e mudanças. Dessa forma, em toda a sua história, o homem sempre teve necessidade de dar respostas às suas inúmeras perguntas (Brun e Rapizo, 1991). Essas respostas são consequências da curiosidade humana, tornando-se necessárias e importantes para que o homem possa dar sentido à sua vida e, ao mesmo tempo, organizar as informações que recebe. Para alcançar e manter essa organização, ele seleciona aspectos da realidade, construindo a sua história.

Para Freedman (1996), a palavra *história* tem diferentes associações e percepções. Como humanos, os seres são interpretativos e têm experiências diárias de eventos que tentam tornar significativos. As histórias são criadas por meio da ligação de certos eventos em uma sequência particular através de um período de tempo e da busca por uma maneira de explicá-los ou fazer com que tenham sentido. Esse significado forma o enredo da história, enquanto a narrativa é o fio que tece os eventos, formando a história.

A narrativa é o fio que tece os eventos, formando a história.

O VALOR DAS NARRATIVAS NA TERAPIA DE FAMÍLIA E DE COMUNIDADE: NOMEAÇÃO E EXTERNALIZAÇÃO DO PROBLEMA

As narrativas abrem caminho para entender as pessoas em um contexto social mais amplo, privilegiando a cultura ética própria de cada um e a identidade pessoal, assim como o entendimento dos efeitos dos problemas na vida das pessoas. Para Morgan (2007), um princípio central de métodos narrativos é que os conhecimentos e as aptidões daqueles que consultam terapeutas formam de modo significativo a prática da terapia. Essa prática procura ter um enfoque respeitoso para o aconselhamento, o trabalho familiar e comunitário, que centra as pessoas como peritas em suas próprias histórias. Além disso, vê o problema separado das pessoas e parte do pressuposto de que elas têm diversas aptidões, competências, crenças, valores, compromissos e habilidades que ajudam a reduzir a influência dos problemas em sua vida.

White e Epston (1990) descrevem dois métodos narrativos como significativos no papel do terapeuta. Um é o de sempre manter uma posição curiosa e outro é o de sempre fazer perguntas cujas respostas desconhece. A curiosidade e o não saber abrem espaço de conversação e aumentam o potencial de desenvolvimento da narrativa de uma nova ação e de liberdade pessoal. Essa postura dialógica possibilita uma nova narrativa. Nessa posição hermenêutica, a criação de significado por meio do diálogo é sempre intersubjetiva e ocorre em um processo contínuo de partilha na criação de uma realidade, um novo significado, um novo conhecimento e uma nova narrativa.

A curiosidade e o não saber abrem espaço de conversação e aumentam o potencial de desenvolvimento da narrativa de uma nova ação e de liberdade pessoal.

As conversas narrativas são interativas e sempre feitas em colaboração com as pessoas que consultam o terapeuta, sendo guiadas e direcionadas pelos interesses dos que estão procurando apoio. A pergunta, como intervenção terapêutica, tem por objetivo integrar, inter-relacionar várias informações e diferentes leituras da história da família. As perguntas são dirigidas de modo a valorizar contextos e inter-relações. Para Checin (1987), mais do que a resposta, o importante é como a família lida com as perguntas e que efeito elas provocam. Nas narrativas, sempre se encontra uma "história oficial", e o que se busca no

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

O que se busca no processo terapêutico é habilitar a família a enfrentar qualquer mudança em seu ciclo de vida.

processo terapêutico é habilitar a família a enfrentar qualquer mudança em seu ciclo de vida, adotando o recurso da flexibilidade em seus processos de incorporação e expulsão, assim como reconhecendo novas possibilidades de articulação.

White (1991) denomina esse processo de conversas de desconstrução, as quais indagam sobre as ideias e os contextos que podem sustentar a existência do problema. Traçar a história dessas ideias pode desfazer as histórias dominantes e criar histórias alternativas, reduzindo a influência dos problemas e gerando novas possibilidades para a vida. Partindo-se da premissa de que o problema *é* o problema, exteriorizar conversas distingue os problemas das pessoas. A externalização é uma técnica para situar o problema longe da pessoa, possibilitando-lhe discernir seu próprio significado e suas explicações para os eventos, bem como permitindo-lhe nomear o problema e conduzir as descrições como eventos que ocorrem fora dela. Na nomeação do problema, o terapeuta negocia uma definição do mesmo que combina com o significado e a experiência da pessoa, cuja vida o problema está afetando.

A externalização é uma técnica para situar o problema longe da pessoa.

Benjamin (1994) esclarece que, ao narrar uma experiência, torna-se possível ressignificar o que se viveu, e um acontecimento vivido é lembrado sem limites, tornando-se uma chave para tudo o que veio antes e depois. Nesse sentido, para Barreto e Grandesso (2007), propiciar espaços de conversações inter-humanos, nos quais a palavra e a experiência de cada um são legitimadas, é um meio de comunicação para mediar as relações familiares e de comunidade, estimulando a percepção das competências a fim de que se construam novos arranjos de existência frente às adversidades e de que se rompa com o círculo vicioso das narrativas redundantes, fatalistas e sem saída.

DOENÇA CRÔNICA: DILEMAS E ORGANIZAÇÃO FAMILIAR

O grupo familiar é fundado a partir de um casal que traz em si as influências ancestrais, sendo, portanto, o lugar de transmissão biológica e psicológica. O indivíduo já emerge dos desejos dessas gerações que o precedem. O peso do desejo do outro já está presente antes mesmo do nascimento e é assegurado através da rotina, das regras e dos rituais que preservam a família (Cerveny, 1994).

Para Imber-Black (1994), cada família constrói mitos em sua história familiar, elaborando um legado que fica como segredo em uma geração e transforma-se no inominável que aparece nas gerações posteriores em forma de expectativas compartilhadas. No impacto do conhecimento de uma problemática, a negação como mecanismo de defesa passa a ser mantida pelo forte sentimento de sofrimento, estruturante das relações familiares. Para Minuchin (1974), o segredo mútuo refere-se não tanto ao desconhecido, mas à impossibilidade de citar ou comentar um fato, a partir da impossibilidade de simbolizar essa situação.

O segredo familiar refere-se à impossibilidade de citar ou comentar um fato, pela dificuldade de simbolizar essa situação.

Browns (l995) afirma que o nascimento de uma criança com doença crônica representa para os pais uma ruptura das expectativas construídas. É o início de um caminho de incertezas, vivendo essas famílias o estresse, um período de adaptação que vai do nascimento ao diagnóstico. Nesse período de adaptação, são negociados na família os papéis que cada membro desempenhará diante dessa nova realidade para a sua organização familiar. Em uma família com um membro afetado por doença crônica, os problemas relacionais são comuns aos das famílias de modo geral. O que

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

as distingue é que, na maioria das vezes, o "diferente" é eleito como porta-voz dos problemas familiares, desenvolvendo no processo familiar o sintoma.

Pakman (1991) define o sintoma como uma saída possível para a crise através de uma linguagem unívoca, de um consenso restrito que é incorporado e mantido com a colaboração de toda a rede relacional significativa. O sintoma não é uma aberração na lógica familiar, mas encaixa-se em sua história e em seu estilo interativo. Existem muitas evidências de que os estresses familiares, que costumam ocorrer nos pontos de transição do ciclo de vida, criam situações favoráveis ao surgimento de algum sintoma. Minuchin e colaboradores (1975), no estudo de famílias com crianças com doença crônica, observaram que a organização dessas famílias encoraja o conflito, a superproteção, a rigidez e a ausência de solução de conflito.

O conflito é caracterizado por esses autores como um processo transacional das famílias, mas que dificulta a percepção de si e dos outros membros, além de gerar um subsistema familiar debilitado, em que a comunicação é focalizada na pessoa limitada; a superproteção, por sua vez, é definida como uma proteção constante que impede os membros da família de manter uma interação satisfatória. Essa superproteção dos pais retarda o desenvolvimento da autonomia das crianças, reforçando a doença e a dependência. O objetivo do controle é tentar fugir das situações de frustrações, ansiedade e conflito que podem surgir quando um membro põe em desequilíbrio a relação familiar; a rigidez é percebida quando as famílias de crianças doentes insistem em métodos de interação com os quais já estão acostumadas e operam em um sistema fechado, na tentativa de manter um sistema patológico previamente equilibrado. Como resultado desse inadequado mecanismo homeostático, a família inicia um estado crônico de estresse. Com isso, pode-se observar que, quanto maior a rigidez com que a lealdade se impõe ao indivíduo, mais dano ela causará: a rigidez, o conflito e a superproteção levam a família a não resolver o conflito e a usar a doença como padrão de comunicação.

Dessa forma, a família é o contexto natural para crescer e receber auxílio, pois ela cumpre o papel de garantir o pertencimento e promover a individualização do sujeito, que, por sua vez, elabora a própria identidade. A pouca diferenciação entre os membros da família causa uma confusão de papéis que provoca perturbações na estrutura hierárquica familiar. A família nuclear não se separa o suficiente das respectivas famílias de origem, nem se estabelecem as fronteiras geracionais. Assim, a intervenção no ambiente familiar deve fazer parte da rotina de atendimento para mediar conflitos e informar sobre a realidade a todas as partes. Autores como Araújo (1994) mostram como a família em que um de seus membros tem doença crônica está sujeita a desequilíbrios, inclusive pela falta de preparo, pela adoção de atitudes de superproteção, segregação, piedade, rejeição e simulação. Essas atitudes no núcleo familiar tornam as crianças mais suscetíveis à doença e impedem o seu desenvolvimento nos campos social, emocional e cognitivo.

Outros autores, citados por Rapizo (1998), conotam como positivo todo padrão de interação da família, e não só a função do comportamento sintomático, sendo que as intervenções envolvem todo o padrão de comportamento à volta do sistema. Não é o sistema que determina o problema, e os elementos envolvidos nas relações é que serão considerados como sistema. O aspecto negativo de terem passado por um problema leva essas famílias, na tentativa de acertos e erros, a se fortalecer, e a estabelecer padrões, mesmo que rígidos, acrescidos de positividade no sentido de se adaptarem à rede social (Sluzki, 1997). Nessa perspectiva, torna-se fundamental a valorização dos recursos culturais nos encontros terapêuticos com essas famílias, com o objetivo de ampliar as redes sociais e partilhar o sofrimento que, se for entendido como sendo de ordem cultural, poderá ser dissolvido com o apoio de uma rede solidária, desenvolvendo-se estratégias e alternativas de

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

mudanças diante de padrões de interação e comunicação familiar com discurso dominante no enfrentamento da doença.

RECURSOS CULTURAIS NO ENCONTRO ENTRE FAMÍLIAS E COMUNIDADE

Sistema refere-se a um conjunto de elementos interconectados.

Maturana (2009), ao falar de sistemas, refere-se a um conjunto de elementos interconectados sobre os quais se atua de maneira simultânea. Ao surgir um sistema, o sistêmico surge ante um observador como o âmbito das dinâmicas operacionais e relacionais. O recurso é a própria dinâmica relacional na construção de um olhar e uma escuta mergulhada na experiência, na tarefa e no acontecimento. Para White (1991), todas as histórias são constitutivas do humano e dão forma à vida, que ganha riqueza e consistência. Abrir caminho para entender as pessoas em um contexto social mais amplo é privilegiar a cultura ética própria de cada um e a identidade pessoal, permitindo o desenvolvimento de histórias que descrevem a vida dessas pessoas e o significado que atribuem ao seu conjunto de experiências, aptidões, competências, crenças, valores, compromissos e habilidades que ajudam a reduzir a influência dos problemas em sua vida.

Barreto (2005) aponta a rede social como facilitadora da inclusão. No campo da antropologia social, a ideia de redes sociais diz respeito aos processos de integração social que são estabelecidos pelos indivíduos, independentemente de filiação, categoria social e problema. A concepção de redes sinaliza especificamente para o estudo das interações e para o funcionamento do sistema. Trabalhar em rede é também permitir um campo de reflexão sobre a "intrincada" série de reflexões inter e intrapessoais existentes. O trabalho descrito a seguir apresenta uma reflexão sobre a terapia comunitária sistêmica integrativa com famílias que têm filhos portadores de transtorno invasivo do desenvolvimento, incluindo toda a comunidade. Trata-se de um modelo proposto por Barreto (2007), que promove a formação de redes solidárias e a troca de experiência entre os participantes. Tendo o sofrimento humano como seu contexto definidor, trabalha no sentido de fortalecer as competências, a autoestima e o empoderamento. É estruturado em etapas de acolhimento, escolha do tema, contextualização, problematização, rituais de agregação, fechamento e avaliação. Requer do terapeuta a habilidade de fazer perguntas e de organizar as narrativas, a proposição de técnicas de aquecimento e descontração do grupo, a ressignificação e reformulação das perguntas, o uso de conotações positivas e as finalizações.

Na perspectiva relacional sistêmica, a inserção comunitária e o desenvolvimento de práticas sociais vêm promovendo o crescimento e o bem-estar do Instituto Senso Educação Reintegrada (SER), situado em Campinas, que desde 1989 presta apoio ao desenvolvimento humano no campo da saúde mental. Com uma equipe transdisciplinar de apoio nas áreas de pedagogia, psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, educação motora e artística, e com a finalidade de compreender cada indivíduo em uma visão plural de conhecimentos, tem como fundamento epistemológico o trabalho em equipe, a geração de novas alternativas e estratégias de tratamento, a interação entre as áreas, a legitibilidade e o compartilhamento dos discursos e a tomada de decisão em consenso grupal.

O formato das intervenções terapêuticas é sustentado por vínculos que dão apoio ao crescimento e aos relacionamentos. Entender os relacionamentos sociais como compromissos baseados em comunicações verbais e não verbais, que são inspirados por sentimentos de amor ou dor, modulados por atitudes empáticas e por uma percepção reconhecida das diferenças, proporciona o desenvolvimento evolutivo no fazer corporal e na potencialização das habilidades e competências. Em seu percurso histórico, sempre guiado pela concepção humanista, o Instituto SER seguiu sua trajetória com uma abordagem multidimensional, especificando técnicas e métodos

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

a partir do diagnóstico para identificar o problema e "elevar" seu nível de desenvolvimento social. Constituía, até então, a forma mais eficiente de prevenção ou de tratamento dos problemas psicossociais. Porém, como o indivíduo não é o diagnóstico, tampouco vive suas experiências nos métodos, a capacidade da natureza humana dependia de uma ação conjunta, ampliando-se essas dimensões para o contexto social.

A visão individual deu lugar ao construcionismo, em que a escuta sistêmica passa a privilegiar as relações. Nesse processo social e linguístico com ênfase na dialética contingência e na criatividade da convivência humana, ao construir e ao mesmo tempo ser construído pelo sistema social, as noções de apoio e aliança tornaram-se o marco de toda a evolução humana. O modelo da terapia comunitária como ação terapêutica de apoio às famílias e à comunidade dessa instituição é aplicado a uma população com diferentes perfis, diferentes faixas etárias e contextos étnicos, capaz de atender simultaneamente a um grande número de pessoas, configuradas como um grupo aberto, caracterizando-se com começo, meio e fim para as pessoas presentes na sessão daquele dia.

No Instituto SER, a terapia comunitária é realizada a cada mês, com duração de uma hora e meia cada sessão. Em uma análise realizada no período de agosto de 2004 a abril de 2009, foram registradas 70 terapias, com a presença de 1.333 pessoas, dentre as quais havia 71 crianças, 166 adolescentes, 987 adultos e 109 idosos, considerando uma média de 19 pessoas por terapia e de 330 novatos do total de participantes. Na etapa da apresentação do problema, os temas mais recorrentes foram os seguintes: depressão (perda e saudades) em 30% das terapias, conflitos familiares (brigas, traição e separação) em 20%, estresse (medo, angústia, ansiedade, desânimo e desespero) em 12,86%, discriminação (doença, gênero) em 7,l4%, rejeição (autorrejeição, família) em 7,14%, violência (abuso sexual) em 7,14%, dificuldades no trabalho (falta de reconhecimento e dificuldades financeiras) em 7,14%, alcoolismo e drogadição em 4,29%, abandono (adoção) em 2,86% e deficiência (autismo, síndrome de Down e epilepsia) em 1,43%. É interessante ressaltar que, em todas as terapias, o envolvimento de todos os participantes conduziu o processo. As narrativas referenciaram a história de cada participante, tendo a diversidade cultural o objetivo de ampliar a visão do problema e a sua externalização na etapa da problematização para as reflexões do grupo e para as possibilidades de mudança na fase da contextualização.

Embora o Instituto SER seja referência no acompanhamento e no apoio aos pais com filhos com deficiência, esse tema pouco apareceu e, quando evidenciado era apontado como uma preocupação quanto às perspectivas de futuro para os filhos, e não como um problema do sistema familiar. Pode-se dizer que a comunidade considera esses encontros como uma fonte de apoio social, uma partilha de respeito e solidariedade, valorizando as competências e sendo espelhos para a transformação do seu sofrimento e do sofrimento do outro. Recontar e ressignificar a sua história fornece uma estrutura com a qual todos os futuros eventos ou ações podem ser mapeados (White, 1990).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista da dinâmica familiar, é importante apontar para o sofrimento de famílias de um portador de deficiência e para a necessidade de receber uma abordagem de apoio que acolha essa dor, tanto para que se valorizem as razões humanitárias quanto para que se desenvolvam estratégias e possibilidades pertinentes de suporte a todos os membros. Na perspectiva relacional sistêmica, a inserção comunitária e o desenvolvimento de práticas sociais vêm promovendo o crescimento e o bem-estar de toda a comunidade.

Na perspectiva sistêmica e comunitária o desenvolvimento de práticas sociais vem promovendo o crescimento e o bem-estar de toda a comunidade.

A formação de uma rede social, para além da família nuclear, permite no papel do observador

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

a percepção de que o indivíduo desenvolve uma identidade grupal, um sentimento de pertencimento, de validação e, ao mesmo tempo, a possibilidade de diferenciação e crescimento. A dinâmica do grupo na terapia comunitária transforma-se: a relação entre as pessoas encaminha-se para uma postura de acolhimento, de sensibilidade para a escuta e de respeito pelo sofrimento do outro, legitimando as diferenças e reconhecendo as competências.

Falar em redes e inserção comunitária demanda uma mudança nos métodos de pensar e de produzir conhecimento. É preciso considerar que os recursos de saúde encontram-se na família e que, através das intervenções terapêuticas em forma de perguntas, é possível ter acesso a esses recursos, levantando-se questões que levam o terapeuta de família e comunidade a reflexões importantes sobre a prática clínica.

A expectativa é a de que com esse trabalho o "ato de perguntar" torne-se uma ferramenta indispensável a qualquer intervenção que vise mudança, levando-se em consideração que a curiosidade e o "não saber" do terapeuta é que abrem espaço de conversação e, assim, aumentam o potencial da narrativa de uma nova ação e de liberdade pessoal na ressignificação de histórias. Esse modelo tanto privilegia o suporte às famílias quanto aceita o desafio de lidar com a subjetividade no contexto social.

Contudo, é preciso ter cuidado no manejo desses recursos, pois até pouco tempo atrás a função das instituições e dos terapeutas era a transmissão de conhecimento sistematizado e organizado. Hoje, a pós-modernidade coloca essa visão em "crise" e é a partir desse desequilíbrio que se chega ao crescimento. Espera-se que, ao construírem um novo saber no encontro com famílias e comunidades, os terapeutas ou pesquisadores possam apoiar indivíduos para estar no mundo, falando sua própria linguagem e criando suas próprias imagens, utilizando-se de sua curiosidade e do ato de fazer perguntas. O terapeuta deve perguntar sobre detalhes dos eventos, crenças e interesses das pessoas. As perguntas ajudam a criar uma história nova e diferente. No encontro com as famílias, os terapeutas têm aprendido que o ser humano guarda – e usa como referência – saberes e tesouros que adquire sem saber e que ficam à disposição para serem colocados em uso nos espaços de convivência quando precisa ser criativo para resolver problemas de seu cotidiano.

O espaço de convivência familiar constitui uma arquitetura complexa, e é nesse equipamento cultural e conjunto de práticas linguísticas que se criam aprendizados efetivos e incorporados. Na tentativa de ampliar esses espaços de convivência e criar diferentes histórias, é importante que os terapeutas instigam perguntas pertinentes à sua atuação e a esses espaços com a família.

Assim, a história das famílias traz à tona as capacidades e o compromisso de cada membro com o outro. Esse ato ajuda as famílias a restabelecer preferências, esperanças, sonhos e ideias. Acessar suas capacidades e habilidades dará significado às suas ações futuras.

Questões para discussão

1. Quantos outros espaços a família encontrou para a sua convivência?
2. Como possibilitar uma experiência simbólica, enunciar um acontecimento, uma história alternativa na relação com as famílias?
3. Se as famílias buscam ajuda pelo amor ou pela dor, quais experiências sustentam os vínculos familiares?
4. No sentido ético das experiências da família, quais são os mitos, as crenças e os desejos que sustentam as ações e os comportamentos de cada membro?

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

REFERÊNCIAS

Andersen, H., & Goolishian, H. (1990). Beyond cybernetics: Comments on Atkinson and Heath's. *Family Process*, (29), 157-163.

Andolfi, M. (1989). *Por trás da máscara familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Andolfi, M., & Angelo, C. (1988). *O tempo e o mito na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Araújo, L. A. D. (1994). *A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência*. Brasília: Corder.

Barreto, M., & Grandesso M. (2007). *Terapia comunitária: Saúde, educação e políticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bateson, G. (1980). *Mind and nature: A necessary unity*. New York: Bantam.

Benjamin, W. (1994). *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.

Brazelton, T. B. (1991). *Cuidando da família em crise*. São Paulo: Martins Fontes.

Browns, F. H. (1995). O impacto da morte e da doença grave sobre o ciclo de vida familiar. In B. Carter, & M. McGoldrick, *As mudanças no ciclo de vida familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Brun, G., & Rapizo, R. (1991). Reflexões sobre o ato de perguntar. *Nova Perspectiva Sistêmica, 1*(1), 10-14.

Cechin, G. (1987). Hypothesizing, circularity, neutrality revisited: An invitation to curiosity. *Family Process, 26*(4), p. 405-413.

Cerveny, C. M. O. (1994). *A família como modelo: Desconstruindo a patologia*. Campinas: Psy.

Freedman, J., & Combs, G. (1996). Shifting paradigms: From systems to stories. In J. Freedman, & G. Combs, *Narrative therapy: The social construction of preferred realities*. New York: Norton.

Imber-Black, E. (1994). *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Laraia, R. B. (1992). *Cultura: Um conceito antropológico* (16. ed.). Rio de Janeiro: Zahar.

Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: Resilience processes in development. *American Psychologist, 56*(3), 227-238.

Maturana, H. (1991). *El sentido de lo humano*. Santiago: Pedagógicas Chilenas.

Maturana, H., & Varela, F. (1995). *A árvore do conhecimento: As bases biológicas do conhecimento humano*. Campinas: Psy.

Maturana, H. R. (1998). *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: UFMG.

Maturana, H. R., & Dávila, Y. X. (2009). *Habitar humano em sis ensaios de biologia cultural*. São Paulo: Palas Athena.

Minuchin, S. (1974). *Families and family therapy*. Cambridge: Harvard University.

Minuchin, S. (1975). A conceptual model of psychosomatic illness in children: Family organization and family therapy. *Archives of General Psychiatric, 32*, 1031-1038.

Morgan, A. (2007). *O que é terapia narrativa?* Porto Alegre: Centro de Estudos e Práticas Narrativas.

Pakman, M. (1991). *Lãs semilhas de la cibiernética: Obras escogidas de Heinz Von Foester*. Barcelona. Gedisa.

Rapizo, R. (1998). *Terapia sistêmica: Da instrução à construção*. Rio de Janeiro: Instituto NOOS.

Sanchez, F. I. A. (2004). *Percepção do sistema familiar e avaliação de sintomatologia depressiva em mães de crianças autistas*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Von Foerster, H. (1996). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Walsh, F. (1996). The concept of family resilience: Crisis and challenge. *Family Process*, (35), 261-281.

White, M. (1991). *Desconstruction therapy*. Adelaide: Dulwich Centre. (Newsletter).

White, M., & Epston, D. (1990). *Narrative means to therapeutic ends*. New York: Norton.

Yunes, M. A. M., & Szymanski, H. (2001). Resiliência: Noção, conceitos afins e considerações críticas. In J. Tavares (Org.), *Resiliência e educação*. São Paulo: Cortez.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

4

Família, depressão e terapia cognitiva

Maycoln L. M. Teodoro
Makilim Nunes Baptista
Aline Abreu e Andrade
Mayra Silva de Souza
Gisele Alves

INTRODUÇÃO

A cada ano vem sendo mais debatida nas universidades e na mídia a importância do diagnóstico e do tratamento das alterações do humor, especialmente a depressão. A gravidade desse transtorno torna-se mais dramática quando levamos em consideração as suas consequências, como o risco de suicídio do paciente. É comum que o episódio depressivo apareça após um fator estressante, que é considerado por amigos e parentes como o fator causador da depressão. Mas por que nem todas as pessoas reagem da mesma forma ao mesmo evento estressor? Por que algumas pessoas se deprimem após uma separação e outras não? Neste capítulo, abordaremos a relação entre família e depressão juntamente com a importância das relações com os pais para a aprendizagem das crenças disfuncionais, um constructo central na explicação da depressão para a terapia cognitiva.

A família é um grupo de pessoas unidas por descendência a partir de um ancestral comum, matrimônio ou adoção. Do grupo familiar podem fazer parte marido, esposa e filhos, parentes mais distantes e ainda outros integrantes não necessariamente ligados por laços de sangue (como é o caso de filhos adotados, por exemplo). Uma variável adicional na consideração do que vem a ser um grupo familiar é o domicílio, já que uma unidade familiar pode ser considerada como o grupo de pessoas com parentesco que residem na mesma casa.

Estruturalmente, a família pode apresentar-se de várias formas. Com as mudanças sociais e culturais, essa estrutura flexibiliza-se cada vez mais, podendo reconstituir-se em um grupo novo após divórcio de um casal ou morte do cônjuge, reunindo filhos de casamentos anteriores e até mesmo formando-se a partir de uma relação com parceiros do mesmo sexo. Independentemente da maneira como se estrutura, o agrupamento em questão tem como funções a proteção e a transmissão da cultura, do capital econômico e da propriedade do grupo, das relações de gênero e de solidariedade entre gerações.

Cada agrupamento familiar tem um funcionamento diferente, no qual cada integrante assume um papel na dinâmica. Diferentes tipos de relações são encontradas no grupo familiar, como aquelas entre o casal (aliança), entre pais e filhos (afiliação) e entre irmãos (consanguinidade). Com essa complexidade de relações em um grupo familiar, não é surpreendente que o modo como se dá essa

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

dinâmica seja de suma importância para a consideração dos processos de saúde e doença dos integrantes da família, visto que um funcionamento familiar pobre ou difícil entre mães e filhos está relacionado com a sintomatologia psiquiátrica dos filhos (Campos, 2004; Castro, Campero e Hernández, 1997; Uchino, Cacioppo e Kiecolt-Glaser, 1996).

A família pode representar tanto fonte de suporte quanto de estresse para seus integrantes, pois o apoio provindo da família é bastante significativo na superação de problemas e, por outro lado, os conflitos com pessoas tão próximas podem gerar grande estresse, dificultando o enfrentamento de crises. Muitos estudos tratam das relações familiares, especificamente das atitudes dos pais com relação aos filhos, e também do cumprimento de funções familiares como apontadores de saúde ou psicopatologias (Faubert et al., 1990; Feres-Carneiro, 1992; Rutter, 1987).

A família pode representar tanto fonte de suporte quanto de estresse para seus integrantes, pois o apoio provindo da família é bastante significativo na superação de problemas e, por outro lado, os conflitos com pessoas tão próximas podem gerar grande estresse, dificultando o enfrentamento de crises.

O afeto recebido da família no início da vida torna o indivíduo mais resistente diante dos eventos estressantes. Esse afeto inicial fica marcado na memória da criança e pode protegê-la dos estressores internos e externos, constituindo base para o domínio das tarefas de desenvolvimento. Por outro lado, o afeto inseguro é uma vulnerabilidade central para a criança e pode desembocar em problemas sociais e de saúde, incluindo a depressão (Weinman et al., 2003).

DEPRESSÃO E SISTEMA FAMILIAR

A depressão é caracterizada por sentimentos de tristeza ou irritação, anedonia, diminuição da energia, perda de confiança e autoestima, desânimo, pessimismo, sentimento de culpa, diminuição da concentração, alterações no sono e no apetite, ideias de morte e suicídio, dentre outros. Essas alterações podem interferir em diferentes áreas, como o pensamento, o humor, os sentimentos e as várias percepções relacionadas ao corpo. A pessoa acometida pela depressão pode modificar inclusive os sentimentos em relação a si mesma, o modo como enfrenta os fatos da vida e as suas relações interpessoais (Del Porto, 2002; Grevet e Knijnik, 2001; Holmes, 2001).

Quanto à eclosão de um transtorno mental, como a depressão, o grupo familiar pode funcionar como fator de proteção ou vulnerabilidade. Entre pais e filhos é possível observar a relação entre sintomatologia depressiva e interações familiares empobrecidas, ou seja, com baixa afetividade e alto nível de conflitos (Teodoro, Cardoso e Freitas, 2010). Na direção oposta, o afeto e a empatia dos pais podem facilitar o desenvolvimento da autoestima dos filhos, proporcionando proteção contra a depressão na fase adulta (Parker, Tupling e Brown, 1979).

Entre pais e filhos é possível observar a relação entre sintomatologia depressiva e interações familiares empobrecidas, ou seja, com baixa afetividade e alto nível de conflitos.

Ao se avaliar pacientes com transtornos depressivos, são vistos relatos de déficits no cuidado dos pais e grande superproteção materna. Nesse sentido, atitudes de superproteção também parecem estar relacionadas à depressão. À medida que os pais desencorajam a independência dos filhos, pode ocorrer inibição de sua autonomia e competência social. Com isso, há redução da probabilidade de enfrentamento das situações-problema e aumento de sentimentos de incapacidade, fatores que elevam a vulnerabilidade à depressão (Parker, 1979).

Outro fator que parece correlacionar-se à eclosão de depressão é a ocorrência de episódios de maus-tratos na infância, como rejeição e falta de afeto (Bemporad e Romano, 1993). Essas experiências infantis de maus-tratos emocionais por parte dos pais ou cuidadores podem levar a prejuízos duradouros no desenvolvimento de crianças e adolescen-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

tes, com manifestações na vida adulta (Heim e Nemeroff, 2001).

Quanto aos adolescentes, ambientes familiares menos apoiadores e mais conflituosos parecem estar associados a uma maior sintomatologia depressiva (Sheeber et al., 1997). Entre os adolescentes brasileiros, especificamente, quanto maior a sintomatologia depressiva, mais inadequada é a sua percepção do suporte familiar recebido. Deve-se levar em conta que os sintomas de depressão também podem contribuir para uma percepção distorcida das relações familiares (Baptista e Oliveira, 2004).

Quanto aos adolescentes, ambientes familiares menos apoiadores e mais conflituosos parecem estar associados a uma maior sintomatologia depressiva.

Alguns problemas pessoais e psicossociais em adolescentes surgem como fatores de risco para a eclosão de depressão até a idade adulta. São eles a baixa autoestima, a insatisfação com o desempenho acadêmico, a ocorrência de problemas com a lei, a falta de experiências com pares (namoro) e o divórcio dos pais (Pelkonen et al., 2008).

Observa-se também que as rápidas mudanças familiares, no que tange a alterações na composição, na estrutura física e consequentemente nas regras e nos papéis da família, acabam por colaborar com a prevalência de depressão na população adolescente (Baptista, Baptista e Dias, 2001). Além disso, existe uma associação entre a percepção negativa da dinâmica familiar e a ocorrência de pensamentos e tentativas de suicídio em adolescentes, ocorrendo aumento da probabilidade de atitudes suicidas entre aqueles que apresentam disfunção das relações familiares (Martin et al., 1995).

Inversamente, pode-se dizer que, para os adolescentes, a estrutura e o suporte familiar são fatores de proteção, na medida em que a família funciona como amortecedora frente aos eventos estressantes enfrentados no cotidiano. Essa estrutura, contudo, pode sofrer alterações ao longo do ciclo de vida da família. Eventos que implicam rompimento familiar de qualquer natureza podem trazer consequências tanto a curto quanto a longo prazo, seja por separação, abandono, morte ou divórcio (Baptista, Baptista e Dias, 2001).

Para os adolescentes, a estrutura e o suporte familiar são fatores de proteção, na medida em que a família funciona como amortecedora frente aos eventos estressantes enfrentados no cotidiano.

A separação dos pais pode, a curto prazo, fazer com que as crianças sofram uma variedade de problemas físicos e emocionais. As reações iniciais para a separação incluem raiva intensa, medos sobre o futuro, conflito devido à batalha entre os pais, além de problemas de vários tipos na escola. A longo prazo, essas pessoas, já adultas, podem ter deficiências na habilidade para relacionar-se amorosamente de um modo saudável e estável (Marks, 2006).

Tais mudanças na estrutura familiar, relacionadas à ausência de um ou de ambos os pais, podem contribuir para a desestruturação do sistema, influenciando no provimento de suporte familiar e colaborando para o desenvolvimento de sintomas depressivos. Em um extremo, a situação de ausência de ambos os pais proporciona a mínima proteção da saúde mental. Além disso, o impacto para a saúde mental parece ser maior para pessoas com pais solteiros do que para pessoas com famílias reconstituídas (Barret e Turner, 2005).

Quando há separação entre a criança e os pais antes dos 10 anos de vida, devido a divórcio ou morte, observa-se nos filhos um aumento da vulnerabilidade para transtornos psiquiátricos. Assim, a exposição a eventos dessa natureza pode levar a prejuízos duradouros para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, com manifestações na vida adulta (Landerman, George e Blazer, 1991). No entanto, é importante destacar que o nível de conflito dos pais pode ser mais impactante para a saúde mental das crianças do que o próprio divórcio.

Esses eventos decorrentes de perdas por morte ou separação dos pais na infância permitiram diferenciar grupos de depressivos e grupo controle em estudo realizado por Ho-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

resh, Klomek e Apter (2008). No ano anterior ao primeiro episódio depressivo, a proporção de perdas foi significativamente maior no grupo de deprimidos quando comparado ao grupo controle. Além disso, a perda de um dos pais (por morte ou separação) antes dos 11 anos parece estar associada à depressão nas mulheres, sendo que a perda da mãe até essa idade pode dobrar o risco de depressão. Portanto, as situações de morte e separação dos pais podem ser vistas como eventos estressores capazes de precipitar o surgimento da depressão, constituindo-se em fatores de risco para esse quadro (Patten, 1991).

A respeito de perdas por falecimento de um ou ambos os pais, observa-se que estudantes que perderam um dos pais apresentaram altos escores de hostilidade, maior intensidade de sintomas depressivos e menor suporte social apenas quando apresentavam pobres relações familiares atuais (Luecken, 2000). Quando se comparam grupos de filhos e filhas, é possível constatar um efeito mais negativo para os meninos, se comparados com as meninas, para a morte do pai. Os filhos que perderam seus pais relataram mais sintomas depressivos do que as filhas. Em contraste, a morte da mãe esteve mais associada ao baixo bem-estar entre as filhas quando comparadas aos filhos (Marks, Jun e Song, 2007).

Já nos casos em que há presença de doença mental nos pais durante os primeiros anos da infância do filho, também parece haver um aumento da vulnerabilidade para a depressão. Nos casos de depressão paterna, a presença de sintomas depressivos reduz a frequência de envolvimento do pai em atividades com a criança. Por outro lado, há um aumento da ocorrência de comportamentos inadequados. Dessa forma, a depressão pode trazer como consequência uma mudança da dinâmica familiar, inclusive no relacionamento do casal, empobrecendo o relacionamento pai-filho. Esses níveis mais elevados de depressão também são encontrados em adolescentes filhos de pais deprimidos (Bronte-Tinkew, 2007; Sarigiani, Heath e Camarena, 2003).

Existem evidências de uma associação entre depressão e sistema familiar. No entanto, ainda não está claro como se forma tal relação. Uma hipótese seria por meio da transmissão de crenças que seriam aprendidas pelos filhos através do contato com os pais (Blount e Epkins, 2009). Nessa concepção, certas condições presentes nos pais, conhecidas como vulnerabilidade cognitiva, seriam transmitidas para os filhos, tornando-os cognitivamente vulneráveis para o transtorno depressivo.

TERAPIA COGNITIVA, VULNERABILIDADE COGNITIVA À DEPRESSÃO E TRANSMISSÃO FAMILIAR

O modelo cognitivo trabalha com a hipótese de que os comportamentos e as emoções dos indivíduos são influenciados pela maneira como eles processam as informações dos eventos diários. Isso significa que o modo como as pessoas interpretam as situações determina os seus sentimentos mais do que a situação em si. Mais especificamente, o modelo cognitivo desenvolvido por Beck (1995) postula a existência de três estruturas mentais interligadas, responsáveis pela interpretação dos eventos rotineiros, chamadas de crenças centrais, crenças intermediárias e pensamentos automáticos.

O modelo cognitivo trabalha com a hipótese de que os comportamentos e as emoções dos indivíduos são influenciados pela maneira como eles processam as informações dos eventos diários.

As crenças centrais são ideias que o indivíduo desenvolve desde a infância e que representam entendimentos profundos e verdades inquestionáveis que ele tem sobre si mesmo e os demais. As interpretações contidas nesse conjunto de crenças são utilizadas para interpretar diversas situações do dia a dia, sendo estáveis e de difícil modificação.

A partir desse primeiro conjunto de crenças surge um segundo, mais específico,

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

que influencia a percepção de uma situação pelo indivíduo, atuando no modo como ele pensa, sente e se comporta. Esse conjunto de ideias é chamado de crenças intermediárias e inclui atitudes, regras e suposições. Esse sistema é desenvolvido pelo sujeito para que ele consiga suportar e manter, mesmo que inadequadamente, suas crenças centrais. As atitudes dizem respeito a um pensamento sobre a ausência ou presença de alguma habilidade. As regras constituem-se em ideias que ditam o comportamento do indivíduo em algumas situações. As suposições são ideias hipotéticas que interferem na maneira como as pessoas percebem o seu ambiente.

A última estrutura proposta por Beck é chamada de pensamentos automáticos, que são ativados pelas crenças intermediárias em uma situação específica, influenciando o comportamento e as emoções do indivíduo. Eles são a forma mais superficial da cognição e específica para cada situação. Os pensamentos automáticos surgem e desaparecem rapidamente, fazendo com que a pessoa concentre-se mais na mudança de humor do que no pensamento que a gerou.

Algumas crenças são disfuncionais, gerando uma diminuição do humor em decorrência de um erro de interpretação da situação vivida. Por exemplo, terminar uma relação amorosa poderia ser interpretado por uma pessoa como apenas uma incompatibilidade ou como o fato de que ela não é um ser humano digno de ter alguém. O conjunto de crenças disfuncionais pode ser latente, sendo ativado somente na presença de um evento estressor. Nesse sentido, Beck e colaboradores (1997) propõem um modelo cognitivo para a depressão no qual três fatores seriam cruciais para a compreensão do substrato psicológico dessa psicopatologia.

O primeiro fator relevante para a depressão foi chamado de tríade cognitiva e consiste em três padrões que orientam o indivíduo a considerar suas experiências de um modo particular. A primeira característica é a percepção negativa que a pessoa deprimida tem de si mesma (*self*). Essa visão faz com que o deprimido veja-se como sendo indesejável e sem valor. O segundo componente é a tendência da pessoa deprimida em interpretar suas experiências com os outros de maneira negativa. O último aspecto é a visão negativa com relação ao futuro, o que produz previsões pessimistas a longo prazo. A tríade cognitiva colaboraria para os sintomas da síndrome depressiva na medida em que influenciaria erroneamente a interpretação do paciente.

Um segundo fator importante para a depressão é a noção de esquema, caracterizado por estruturas cognitivas do pensamento que englobariam as crenças centrais. Os esquemas seriam os responsáveis pela permanência da visão negativa e derrotista da vida por parte do paciente, que ignora as situações positivas e realça os eventos negativos. Desse modo, os esquemas constituem-se em padrões cognitivos estáveis, formados pelas crenças centrais.

O terceiro componente do modelo cognitivo para a depressão é o processamento falho de informações. Por meio desses erros, os pacientes deprimidos apresentam a tendência a estruturar o seu pensamento de maneira primitiva, fazendo julgamentos negativos, amplos, extremos e categóricos com relação à sua vida, mesmo na presença de eventos contraditórios.

A partir do modelo cognitivo proposto por Beck, assim como por outros autores (ver Ingram, 2003 para uma revisão), foi elaborada a ideia de vulnerabilidade cognitiva. Conforme esse conceito, existem determinadas condições que proporcionariam o surgimento da síndrome depressiva na presença de um evento estressor. Pesquisas sobre vulnerabilidade cognitiva têm colaborado para a compreensão, o tratamento e a prevenção do surgimento dos transtornos afetivos (Ingram, Miranda e Segal, 1998).

O modelo de Beck também é conhecido como modelo diátese-estresse da depressão e sugere a existência de uma estrutura cognitiva depressogênica que seria ativada por um evento estressor. Existem evidências de que essas estruturas latentes seriam ativadas na presença de um evento estressor, causando um pa-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

drão de processamento de informação de autorreferência negativo que conduziria à depressão. Por exemplo, Ingram e Ritter (2000) compararam o desempenho da atenção e de indução de humor em grupos de indivíduos que passaram por um episódio depressivo (cognitivamente vulneráveis) e que nunca foram deprimidos (não vulneráveis). Os resultados indicaram que indivíduos vulneráveis focalizavam sua atenção em estímulos negativos após terem sido induzidos a um humor negativo. Além disso, os autores verificaram que o nível de cuidado materno estava relacionado ao desempenho dos indivíduos vulneráveis na tarefa de humor, apoiando a noção de que o sistema familiar pode moderar essa relação.

Além dos diversos preditores ambientais para depressão, um crescente corpo de evidências tem sugerido que estilos cognitivos negativos e processamento falho de informações produzem, de fato, um maior risco de eclosão desse transtorno (Abramson et al., 1999; Alloy et al., 1999). Os estilos cognitivos estruturam a compreensão da pessoa sobre o mundo e são formados através de suas experiências precoces de aprendizado, especialmente aquelas que ocorrem na família. Esses estilos cognitivos formam a referência a partir da qual o indivíduo interpreta e avalia as suas interações (tanto positivas quanto negativas) durante a adolescência e a idade adulta.

Um crescente corpo de evidências tem sugerido que estilos cognitivos negativos e processamento falho de informações produzem, de fato, um maior risco de eclosão desse transtorno.

Considerando-se que os estilos cognitivos negativos conferem vulnerabilidade à depressão, torna-se importante entender as origens desses mecanismos. Tal compreensão pode levar ao desenvolvimento de intervenções precoces para prevenir a eclosão e a recorrência da depressão.

Estudos mostram que numerosas vias podem contribuir para o desenvolvimento do estilo cognitivo que, por sua vez, confere risco para depressão. Por exemplo, a depressão parental pode contribuir para o desenvolvimento de estilos cognitivos depressogênicos nos filhos através de uma variedade de mecanismos, incluindo transmissão genética ou práticas parentais negativas, entre outros (Goodman e Gotlib, 1999). Além disso, a exposição a um contexto interpessoal negativo (por exemplo, *feedback* inferencial negativo de outros significativos, história precoce de maus-tratos, falta de intimidade nos relacionamentos afetivos, avaliações negativas de competência de outros significativos, discórdia familiar ou ruptura) pode desencadear a vulnerabilidade cognitiva pessoal para a depressão (Alloy, 2001).

Estudos mostram que numerosas vias podem contribuir para o desenvolvimento do estilo cognitivo que, por sua vez, confere risco para depressão.

No que se refere ao contexto interpessoal de avaliações negativas de competência de outros significativos, observa-se que adolescentes que percebem seus pais como perfeccionistas e críticos tendem a desenvolver um estilo de apego inseguro, caracterizado por dificuldades de se aproximar dos outros e medo de abandono. Essas dimensões do apego inseguro, por sua vez, parecem contribuir para baixa autoestima, atitudes disfuncionais e estilo de atribuição negativo, todos eles fatores cognitivos negativos que aumentam o risco de depressão. Sendo assim, uma relação problemática entre pais e filhos pode fazer emergir a vulnerabilidade cognitiva à depressão, incluindo crenças negativas sobre o *self* e sentimentos de inferioridade (Gamble e Roberts, 2005).

Já em avaliação de adolescentes e suas mães, a história materna de depressão está associada longitudinalmente à baixa autoestima, ao estilo de atribuição negativo e à desesperança nos filhos. Além disso, baixa aceitação materna, *feedback* atribuicional negativo das mães para eventos relacionados ao filho e eventos de vida estressores incrementam a predição de cognições negativas dos adolescentes, além de depressão materna.

As crianças que são expostas à depressão materna parecem ser mais propensas a expressar cognições depressivas (desesperança,

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

pessimismo e baixa autoestima) em situações ecologicamente realistas. Apesar disso, essas cognições depressivas podem ser em parte explicadas pela hostilidade atual da mãe com a criança (Murray et al., 2001).

Deve-se destacar ainda que, mesmo depois de controlada a depressão das mães, perdura a relação entre vulnerabilidade cognitiva da mãe e do filho. Por isso, a tríade cognitiva das mães, e não os sintomas depressivos, parece ser mais determinante para a vulnerabilidade à depressão em pré-adolescentes, adolescentes e jovens. Assim sendo, a tríade cognitiva da mãe, isoladamente, funciona como um preditor significativo da vulnerabilidade dos filhos. Daí a importância de considerar as cognições dos pais, além de seus sintomas afetivos e comportamentais, na compreensão da transmissão familiar da vulnerabilidade cognitiva da criança.

Mas como aconteceria a transmissão familiar da vulnerabilidade cognitiva à depressão dos pais para os filhos? Uma hipótese explicativa consiste na ideia de que ela seria transmitida por meio da interação entre eles.

A hipótese de transmissão familiar baseada em exposição e modelação sugere que o estilo cognitivo pode desenvolver-se com base na observação e na imitação dos pais.

A hipótese de transmissão familiar baseada em exposição e modelação sugere que o estilo cognitivo pode desenvolver-se com base na observação e na imitação dos pais. De acordo com Blount e Epkins (2009), a exposição a cognições negativas de suas mães a respeito de si, do mundo e do futuro, e não o comportamento ou o afeto depressivo ou ansioso, por si só, pode ser mais determinante no desenvolvimento de vulnerabilidade cognitiva. As crianças aprendem, implícita ou explicitamente, a fazer os mesmos julgamentos sobre as próprias competências ou as mesmas inferências sobre os acontecimentos em sua vida, tal como aquelas feitas por outras pessoas significativas para elas.

Considerando-se que a observação direta é um pré-requisito para a modelação, ressalta-se a importância de avaliar o tempo que os pais passam com o filho. O tempo que mãe e filho passam juntos pode mediar a relação entre o estilo cognitivo da mãe e a vulnerabilidade cognitiva presente no filho, uma vez que a tríade cognitiva de mães que passam pouco tempo com a criança não se correlaciona significativamente à tríade cognitiva da criança. Esse achado provê suporte direto para a hipótese de exposição e modelação.

O tempo que mãe e filho passam juntos pode mediar a relação entre o estilo cognitivo da mãe e a vulnerabilidade cognitiva presente no filho.

Além disso, o fato de as mães relatarem passar mais tempo (média de horas por semana) com a criança do que os pais parece ser determinante para que a modelação ocorra de mãe para filho, e não de pai para filho. Possivelmente por esse motivo seja encontrada maior evidência de transmissão entre mãe e filho do que entre pai e filho, assim como maior semelhança entre a psicopatologia da mãe com os filhos do que entre pai e filhos (Cardoso, 2010).

Entretanto, ainda não está claro se as cognições depressivas em crianças estão especificamente relacionadas a mães depressivas ou a outra sintomatologia, como a ansiedade. De todo modo, a investigação das relações familiares e da cognição dos pais parece ser um caminho para a compreensão da vulnerabilidade cognitiva de crianças e adolescentes.

TRATAMENTO DA DEPRESSÃO NA FAMÍLIA

Tendo em vista que a transmissão da depressão entre gerações é um processo complexo e multifacetado (Serbin e Karp, 2004), o estudo dos preditores psicossociais para a eclosão do transtorno tem implicações significativas para a prática clínica, na medida em que são potencialmente modificáveis a partir de intervenções preventivas.

Essas intervenções devem buscar metas que tragam impacto direto (por exemplo, in-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

tervenções individuais voltadas para a redução da depressão) ou indireto (por exemplo, promoção da comunicação familiar) sobre a saúde mental. As intervenções podem incluir os seguintes módulos:

1. estabelecimento de vínculo e educação sobre depressão;
2. treino de comunicação;
3. programação de atividades agradáveis e
4. solução de problemas.

É recomendado incluir a criança ou o adolescente e seu familiar em todas as sessões, devido à importância da interação pai-filho (Moon e Rao, 2010). O envolvimento dos pais permite prover educação parental a respeito da modelação de cognições positivas sobre o *self*, o mundo e o futuro, bem como ensino de estratégias comportamentais na tentativa de não expressar suas cognições negativas na presença da criança. Permite também ensinar às mães habilidades parentais que reduzam a disfunção familiar e desenvolver com os adolescentes habilidades de enfrentamento à depressão materna e aos estressores associados (Garber e Cole, 2010).

Os esforços de prevenção ainda podem envolver esses jovens com outros, com os quais eles possam passar algum tempo e os quais possam proporcionar-lhes exposição e subsequente modelação de cognições funcionais. Conforme a concepção preventiva, um programa cognitivo-comportamental de intervenção foi efetivo em melhorar as habilidades parentais e o enfrentamento da criança, de modo a prevenir depressão e outra psicopatologia em filhos de mães deprimidas (Compas et al., 2009).

Prevenir estilo cognitivo negativo e depressão materna durante as fases iniciais de desenvolvimento infantil seria o ideal. Porém, uma vez que a mãe esteja experienciando um transtorno de humor, deve-se objetivar a intervenção para tratar os seus sintomas atuais e evitar a recorrência, pois o tratamento da depressão materna pode trazer impacto positivo para o filho (Gunlicks e Weissman, 2008).

Questões para discussão

1. Tendo em vista os fatores ambientais que afetam a probabilidade de eclosão de cognições depressogênicas entre adolescentes, avalie de que forma a escola e a comunidade podem contribuir para a redução do risco de depressão.
2. Dê exemplos de pensamentos automáticos, crenças intermediárias e crenças centrais que podem indicar vulnerabilidade cognitiva para depressão em uma criança.
3. Elabore cinco perguntas que podem ser feitas aos pais de uma criança que vem apresentando sintomatologia depressiva, considerando a investigação do que está contribuindo para o desenvolvimento de cognições depressogênicas nessa criança.
4. O tratamento medicamentoso da depressão comprovadamente apresenta eficácia na redução da sintomatologia depressiva. A realização desse tipo de intervenção no tratamento de um pai deprimido seria suficiente para reduzir o risco de seu filho apresentar cognições depressogênicas? Por quê?
5. "João, uma criança de 7 anos, é filho único de pais separados. Não conheceu o pai e mora somente com a mãe, que tem um histórico de sintomatologia depressiva grave, inúmeras tentativas de suicídio e baixa adesão aos tratamentos indicados. João começa a apresentar pensamentos autodepreciativos e desesperança quanto ao futuro, apesar de não demonstrar sintomas de depressão significativos." Considerando a hipótese de transmissão familiar baseada em exposição e modelação, discuta meios de intervir nessa situação.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

REFERÊNCIAS

Abramson, L.Y. (1999). Cognitive vulnerability to depression: Theory and evidence. *Journal of Cognitive Psychotherapy*: *An International Quarterly, 13*, 5-20.

Alloy, L. B. (1999). Depressogenic cognitive styles: Predictive validity, information processing and personality characteristics, and developmental origins. *Behaviour Research and Therapy, 37*, 503-531.

Alloy, L. B. (2001). The developmental origins of cognitive vulnerability to depression: Negative interpersonal context leads to personal vulnerability. *Cognitive Therapy and Research, 25*(4), 349-351.

Baptista, M. N., & Oliveira, A. A. (2004). Sintomatologia de depressão e suporte familiar em adolescentes: Um estudo de correlação. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 14*(3), 58-67.

Baptista, M. N., Baptista, A. S. D., & Dias, R. R. (2001). Estrutura e suporte familiar como fator de risco na depressão de adolescentes. *Psicologia Ciência e Profissão, 21*, 52-61.

Barret, A. E., & Turner, R. J. (2005). Family structure and mental health: The mediating effects of socioeconomic status, family process, and social stress. *Journal of Health and Social Behavior, 46*, 156-169.

Beck, A.T. (1997). *Terapia cognitiva da depressão*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Beck, J. S. (1995). *Cognitive therapy: Basics and beyond*. New York: Guilford.

Bemporad, J. R., & Romano, S. (1993). Childhood experience and adult depression: A review of studies. *American Journal Psychoanalysis, 53*, 301-315.

Blount, T. H., & Epkins, C. C. (2009). Exploring modeling--based hypotheses in preadolescent girls' and boys' cognitive vulnerability to depression. *Cognitive Therapy and Research, 33*, 110-125.

Bronte-Tinkew, J. (2007). Symptoms of major depression in a sample of fathers of infants: Sociodemographic correlates and links to father involvement. *Journal Of Family Issues, 28*, 61-99.

Campos, E. P. (2004). Suporte social e família. In J. Mello Filho, *Doença e família* (pp. 141-161). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Cardoso, B. M. (2010). *Problemas emocionais e de comportamento e relações familiares em adolescentes*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

Castro, R., Campero, L., & Hernández, B. (1997). La investigación sobre apoyo social em salud: Situación actual y nuevos desafios. *Revista de Saúde Pública, 31*(4), 425-435.

Compas, B. E. (2009). Randomized clinical trial of a family cognitive-behavioral preventive intervention for children of depressed parents. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 77*, 1007-1020.

Del Porto, J. A. (2002). Depressão: Conceito e diagnóstico. In J. J. Mari, *Atualização em psiquiatria 1* (pp. 21-29). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Faubert, R. (1990). A mediational model of the impact of marital conflict on adolescent adjustment in intact and divorced families: The role of disrupted parenting. *Child Development*, *61*, 1112-1123.

Feres-Carneiro, T. (1992). Família e saúde mental. *Psicologia: Teoria e Prática, 8*, 485-493.

Gamble, S. A., & Roberts, J. E. (2005). Adolescents' perception of primary caregivers and cognitive style: The roles of attachment security and gender. *Cognitive Therapy and Research, 29*(2), 123-141.

Garber, J., & Cole, D. A. (2010). Intergenerational transmission of depression: A launch and grow model of change across adolescence. *Development and Psychopathology, 22*, 819-830.

Goodman, S. H., & Gotlib, I. H. (1999). Risk for psychopathology in the children of depressed mothers: A developmental model for understanding mechanisms of transmission. *Psychological Review, 106*, 454-490.

Grevet, E. H., & Knijnik, L. (2001). Diagnóstico de depressão maior e distimia. *Revista AMRIGS*, *45*(3,4), 108-110.

Gunlicks, M. L., & Weissman, M. M. (2008). Change in child psychopathology with improvement in parental depression: A systematic review. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry, 47*, 379-389.

Heim, C., & Nemeroff, C. B. (2001). The role of childhood trauma in the neurobiology of mood and anxiety disorders: Preclinical and clinical studies. *Biological Psychiatry, 49*, 1023-1039.

Holmes, D. S. (2001). *Psicologia dos transtornos mentais*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Horesh, N., Klomek, A. B., & Apter, A. (2008). Stressful life events and major depressive disorders. *Psychiatry Research, 160*, 192-199.

Ingram, R. E. (2003). Origins of cognitive vulnerability to depression. *Cognitive Therapy and Research, 27*(1), 77-88.

Ingram, R. E., & Ritter, J. (2000). Vulnerability to depression: Cognitive reactivity and parental bonding in high-risk individuals. *Journal of Abnormal Psychology*, 109(4), 588-596.

Ingram, R. E., Miranda, J., & Segal, Z. V. (1998). *Cognitive vulnerability to depression*. New York: Guilford.

Landerman, R., George, L. K., & Blazer, D. G. (1991). Adult vulnerability for psychiatric disorders: Interactive effects of negative childhood experiences and recent stress. *Journal Nervouse Mental Disorders, 179*, 656-663.

Luecken, L. J. (2000). Attachment and loss experiences during childhood are associated with adult hostility, depression, and social support. *Journal Psychosomatic Research*, *49*, 85-91.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Marks, G. N. (2006). Family size, family type and student achievement: Cross-national differences and the role of socioeconomic and school factors. *Journal of Comparative Family Studies, 37*(1), 1-27.

Marks, N. F., Jun, H., & Song, J. (2007). Death of parents and adult psychological and physical well-being: A prospective U.S. National Study. *Journal of Family Issues, 28*, 1611-1638.

Martin, G. (1995). Adolescent suicide, depression and family dysfunction. *Acta Psychiatrica Scandinávica, 92*(5), 336-344.

Moon, S. S., & Rao, U. (2010). Youth-family, youth-school relationship, and depression. *Child and Adolescent Social Work Journal, 27*, 115-131.

Murray, L. (2001). Cognitive vulnerability to depression in 5-year-old children of depressed mother. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry, 42*(7), 891-899.

Parker, G. (1979). Parental characteristics in relation to depressive disorders. *British Journal of Psychiatry*, *134*, 138-147.

Parker, G., Tupling, H., & Brown, L. B. (1979). A parental bonding instrument. *British Journal of Medical Psychology, 52*, 1-10.

Patten, S. B. (1991). The loss of a parent during childhood as a risk factor for depression. *Canadian Journal Psychiatry, 36*, 706-711.

Pelkonen, M. (2008). Adolescent risk factors for episodic and persistent depression in adulthood: A 16-year prospective follow-up study of adolescents. *Journal of Affective Disorders, 106*, 123-131.

Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Orthopsychiatric Association, 57*(3), 316-331.

Sarigiani, P. A., Heath, P. A., & Camarena, P. M. (2003). The significance of parental depressed mood for young adolescents' emotional and family experiences. *The Journal of Early Adolescence, 23,* 241-267.

Serbin, L., & Karp, J. (2004). The intergenerational transfer of psychosocial risk: Mediators of vulnerability and resilience. *Annual Review of Psychology, 55*, 333-363.

Sheeber, L. (1997). Family support and conflict: Prospective relations to adolescent depression. *Journal of Abnormal Child Psychology, 25*(4), 333-344.

Teodoro, M. L. M., Cardoso, B. M., & Freitas, A. C. H. (2010). Afetividade e conflito familiar e sua relação com a depressão em crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 23*(2), 324-333.

Uchino, B. N., Cacioppo, J. T., & Kiecolt-Glaser, J. K. (1996). The relationship between social support and physiological processes: A review with emphasis on underlying mechanisms and implications for health. *Psychological Bulletin, 119*, 488-531.

Weinman, M. L. (2003). Associations of family support, resiliency, and depression symptoms among indigent teens attending a family planning clinic. *Psychological Reports, 93*(1), 719-731..

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

5

Sistemas e psicodinâmica: uma visão binocular para a terapia de casal

Orestes Diniz Neto
Terezinha Féres-Carneiro

INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é descrever algumas contribuições das abordagens sistêmica e psicanalítica à terapia de casal, discutindo sua articulação em uma perspectiva epistemológica batesoneana orientada pelo conceito de dupla descrição. Esta tem como metáfora a visão binocular, na qual diferentes descrições, irredutíveis entre si, podem ser articuladas em suas diferenças e semelhanças, levando à emergência de uma nova descrição, com novas informações, e irredutível às visões anteriores. Aspectos teóricos de ambas as abordagens são delineados, relacionando diferentes perspectivas e posições em seu desenvolvimento histórico. As possibilidades de articulação de diferentes perspectivas e técnicas são discutidas em termos epistemológicos e metodológicos.

A expressão terapia de casal refere-se a uma vasta gama de modalidades de tratamento que buscam modificar o relacionamento conjugal com o objetivo de melhorar a satisfação conjugal e superar dificuldades do relacionamento.

A expressão terapia de casal refere-se a uma vasta gama de modalidades de tratamento que buscam modificar o relacionamento conjugal com o objetivo de melhorar a satisfação conjugal e superar dificuldades do relacionamento. Além disso, busca lidar com disfunções conjugais, aumentar a resiliência do casal e fornecer suporte psicológico em momentos de crises conjugais que podem ser previsíveis, como aquelas decorrentes do ciclo de vida familiar, ou imprevisíveis, como adoecimentos e pressões socioeconômicas, entre outras. A disfunção da conjugalidade pode manifestar-se em diversos sintomas, como aumento do sofrimento de um ou dos dois cônjuges, dos filhos ou da família extensa, incluindo somatizações, surgimento ou agravamento de quadros clínicos psicológicos ou médicos preexistentes. Esse foco implica que dois indivíduos razoavelmente saudáveis podem formar, apesar disso, um relacionamento conjugal disfuncional. Ou, de outro modo, dois indivíduos diagnosticados com quadros psicopatológicos podem formar casamentos funcionais, até certo ponto, por complementação de suas dificuldades.

A terapia de casal desenvolveu-se durante o século XX, embora tentativas para fortalecer os relacionamentos e resolver conflitos conjugais sejam tão antigas como o próprio casamento. A tarefa de auxiliar o jovem casal cabia, nas sociedades pré-industriais, aos membros mais velhos das famílias extensas, que interviam de acordo com sua experiência

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

e tradição a que pertenciam, o que incluía a tradição religiosa (Sholevar, 2003).

Com o declínio do predomínio da configuração familiar extensa, por volta do fim do século XIX, somado à ascensão e à afirmação de modelos de família nuclear e mudança da população para os grandes centros, a questão das disfunções conjugais passaram a ser abordadas por clérigos e médicos. Obviamente esses grupos profissionais estavam em posição estratégica para realizar intervenções, pois costumavam fazer parte da mesma comunidade que os casais, tinham contato anterior bem-estabelecido e atuavam diretamente em questões de orientação na comunidade.

O aconselhamento matrimonial, como profissão, surgiu apenas nas décadas de 1920 e 1930 nos Estados Unidos. O Marriage Consultation Center foi estabelecido em Nova York em 1929, o Marriage Consultation Center of Philadelphia em 1932 e O American Institute of Family Relations na Califórnia em 1939. O aconselhamento matrimonial desenvolveu-se como um corpo de atividade sem orientação teórica fundamentada, pautando-se mais comumente no uso do bom senso. A abordagem psicanalítica foi a que primeiramente influenciou, de modo produtivo, a atuação no aconselhamento matrimonial. E talvez, retrospectivamente, por esse motivo tenha despertado o interesse de psicanalistas de desenvolver modelos de terapia de casal orientados analiticamente (Sholevar, 2003).

DIVERSOS OLHARES SOBRE O CASAL

Diversas escolas de terapia de casal orientadas por diferentes abordagens, como sistêmica, comportamental e humanista, desenvolveram-se a partir de então, seguindo caminhos e propostas epistemológicas próprias, bem como gerando uma diversidade de modelos e métodos de intervenção (Féres-Carneiro e Diniz-Neto, 2008). Nas décadas de 1970 e 1980, surgiram estudos controlados sobre a eficácia da terapia de casal. Sucessivas revisões com o uso de métodos metaestatísticos têm encontrado um quadro de homogeneidade de resultados independente da abordagem teórica. Assim, o uso e a aplicação na clínica de diferentes métodos de tratamento a casais mostram-se, até o momento, possíveis e adequados do ponto de vista da eficácia terapêutica. Além disso, pesquisas mostram que os psicoterapeutas orientam-se por um ou mais modelos derivados de diferentes abordagens (Sholevar, 2003).

Em uma investigação sobre o perfil do psicólogo brasileiro, 50,1% dos psicólogos de uma amostra de 2529 entrevistados declaram orientar-se por duas ou mais abordagens teóricas, mesmo que estas sejam contraditórias em seus pressupostos e orientações.

Gondim, Bastos e Peixoto (2010), em uma investigação sobre o perfil do psicólogo brasileiro, verificaram que 50,1% dos psicólogos de uma amostra de 2529 entrevistados declaram orientar-se por duas ou mais abordagens teóricas, mesmo que estas sejam contraditórias em seus pressupostos e orientações: "De um lado, a habilidade de integrar teorias, que historicamente não são afins, pode ser explicada pela complexidade do objeto da psicologia, que compele o profissional a analisar o homem de modo integral, conciliando perspectivas biológicas (cognitivo-comportamental) e subjetivas" (p. 190). Porém, esse mesmo resultado pode indicar que o psicólogo não tem clareza metodológica e epistemológica, promovendo muito mais um ecletismo do que uma integração articulada e crítica.

Ponciano e Féres-Carneiro (2006), ao examinar as produções do I ao V congressos da Associação Brasileira de Terapia de Família (ABRATEF), notaram a diversidade de abordagens terapêuticas orientadoras dos trabalhos apresentados: "A tendência de se utilizar várias disciplinas para uma compreensão que englobe o indivíduo, a família e o contexto sócio-histórico, enfatizando a relação entre eles" (p. 259). Ao examinar as publicações nacionais sobre família nas bases de dados INDEXPSI e SCIELO de 1980 a 2003, as autoras observaram que apenas 36 (7,34%) artigos referiam-se a casais. Esse resultado é notável,

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

uma vez que pesquisas internacionais relatam a predominância de aproximadamente 60% do atendimento dos terapeutas de família são a casais ou consistem em sessões de família com a presença exclusiva de casais (Gottman e Notarius, 2002). Isso pode indicar a necessidade de maiores estudos e teorizações centradas em modelos específicos para os casais.

Além disso, outras categorias temáticas apareciam como sendo de menor ocorrência e representatividade: psicanálise (6; 1,12%); articulação (2; 0,38%); interiorização (1; 0,19%); Winnicott (1; 0,19%). Sugeriram que essas categorias representam a necessidade de integrar diferentes teorias, considerando tanto o aspecto intrapsíquico quanto o relacional. Esses dados indicam que uma possibilidade para compreender melhor a relação entre conceitos como saúde/doença mental e homeostase seria "que se considere o indivíduo, pela psicanálise, a família e o grupo social, pela teoria sistêmica" (Ponciano e Féres Carneiro, 2006, p. 256).

A complementaridade entre essas duas abordagens tem sido defendida por diversos autores desde Nataniel Akerman (1970). Mais recentemente, Abdo e Oliveira (1994) defenderam uma complementaridade entre as duas teorias para compreender o adoecer psíquico. Para eles, conceitos comuns poderiam estar presentes em ambas as teorias, como, por exemplo, a homeostase como princípio explicativo da psique humana e de sistemas relacionais. Féres-Carneiro (1994, 1996) também aponta a ausência de um campo teórico unificador e propõe uma perspectiva de articulação, observando ainda que a rigidez entre certos partidários da psicanálise e da teoria sistêmica pouco tem contribuído para a produção teórica e o desenvolvimento de técnicas terapêuticas.

Articulações tanto no nível teórico quanto na prática, abordando o indivíduo, sua família ou o casal e o contexto social, seriam não só possíveis como também necessárias.

Assim, articulações tanto no nível teórico quanto na prática, abordando o indivíduo, sua família ou o casal e o contexto social, seriam não só possíveis como também necessárias. Diversas questões emergem desse quadro: diferentes modelos podem ser de fato articulados? De que forma? Diferentes abordagens são realmente eficazes quando utilizadas em conjunto? Como essa orientação beneficia o tratamento? Qual postura epistemológica poderia permitir uma articulação teórica entre essas perspectivas de modo ético e científico?

Figueiredo (2004), ao abordar a questão da diversidade de escolas de psicoterapia derivadas de matrizes do pensamento psicológico, nota que se pode adotar duas reações típicas diante desse quadro: o ecletismo e o dogmatismo. Na primeira, os usos de diversas abordagens, modelos e técnicas são feitos livremente, com a suposição de que no final se combinam. Esse processo gera, entre outras dificuldades, uma indiferenciação da crítica epistemológica e metodológica, impedindo o avanço da ciência psicológica através da perda da avaliação da relação entre teoria, a aplicação da técnica e seus resultados. A posição dogmática leva, por outro lado, a um fechamento arbitrário ou à adesão exclusiva a uma abordagem, também impedindo a exploração de teorias e vieses alternativos que poderiam levar a descobertas e desenvolvimentos significativos ou a críticas construtivas. Para o autor, articular campos teóricos diversos parece ser uma rota viável, tanto para o avanço da psicologia quanto para o enriquecimento das teorias psicoterapêuticas e da atuação terapêutica.

Articular campos teóricos diversos parece ser uma rota viável, tanto para o avanço da psicologia quanto para o enriquecimento das teorias psicoterapêuticas e da atuação terapêutica.

ARTICULANDO DIFERENTES VISÕES

Como realizar essa articulação? Muitas propostas apontam soluções para tal pergunta. Figueiredo (2004), por exemplo, propõe a adoção de uma abordagem construtivista e reflexiva, considerando a importância de se investir na produção do conhecimento a par-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

tir dos recursos conceituais disponíveis em diferentes orientações e no desafio de uma crítica reflexiva da prática. Nesse sentido, a epistemologia batesoniana parece ser de especial interesse por oferecer um caminho epistemológico possível para a articulação de teorias. Gregory Bateson, figura seminal do campo da terapia de casal e família, apresentou em 1979 no livro *Mind and nature* um método de investigação e articulação entre diferentes vieses, descrevendo a visão binocular como metáfora dessa proposta. Nela, cada olho, como nos seres humanos, capta uma visão semelhante, mas diferente da cena que se apresenta. Assim, na comparação entre semelhanças e diferenças, o nosso processo cognitivo constrói/extrai uma informação que não está disponível no padrão captado por nenhum dos dois olhos separadamente: a profundidade em três dimensões.

Cada olho, como nos seres humanos, capta uma visão semelhante, mas diferente da cena que se apresenta. Assim, na comparação entre semelhanças e diferenças, o nosso processo cognitivo constrói/extrai uma informação que não está disponível no padrão captado por nenhum dos dois olhos separadamente: a profundidade em três dimensões.

Bateson (1979) descreve seu método como "dupla descrição". Inclui elementos dos conceitos de "abdução" de Charles S. Pierce e da teoria de tipos lógicos de Bertrand Russel, embora nenhum deles seja aplicado em seu sentido original. Para que a "dupla descrição" seja um método analítico útil para extrair informações, desvelando padrões de relações não percebíveis nas descrições originais, a seleção de similaridades é o primeiro passo. Nesse ponto, Bateson considera como chave um modo de inferência metodológica frequentemente negligenciado: a abdução, conceito proposto por Pierce (1994).

Para Pierce, a abdução é o processo epistêmico para formar hipóteses explicativas. A dedução conclui algo que deve ser lógico, enquanto a indução mostra algo que atualmente é operatório, e a abdução faz uma mera sugestão de algo que pode ser. Para apreender ou compreender os fenômenos, a abdução só pode funcionar como método inicial, pois seria o modo de seleção de *inputs* e construção de fatos. Assim, o raciocínio abdutivo leva às hipóteses que formulamos antes da confirmação (ou negação) do caso pela indução e pela dedução. Julio Pinto (1995) sintetiza: "a inferência abdutiva é um palpite razoavelmente bem fundamentado acerca de uma semiose que deve ser testado posteriormente por dedução a fim de que se chegue a uma inferência indutiva sobre o universo representado por aquela semiose" (p. 14).

Enquanto Pierce utiliza as categorizações abdutivas como base para induções ou deduções, Bateson (1979) entende-as de modo diferente: "Cada abdução pode ser vista como uma dupla ou múltipla descrição de um objeto ou sequência de eventos" (p. 143). Logo, a dupla descrição seria a base para a abdução em Bateson, pois o relacionamento entre diferenças seria sempre necessário. Ele inclui o relacionamento entre diferentes descrições como parte da abdução, introduzindo uma hierarquia lógica na "dupla descrição", insistindo na necessidade de não confundir diferentes níveis. Portanto, o primeiro passo da "dupla descrição" envolve identificar padrões informativos similares, compará-los e, em virtude da comparação, descobrir regras de ordem superior sobre as similaridades e diferenças. Bateson (1979) vê na abdução a possibilidade de prover uma profundidade metafórica, mas que não garante por si mesma sua utilidade, necessitando de uma clara distinção entre a abdução e a inferência hierárquica que esta pode eliciar.

Para ele, a possibilidade para a diferenciação dessa profundidade metafórica vem da lógica matemática: a teoria dos tipos lógicos de Russel. A teoria dos tipos lógicos foi desenvolvida por Bertrand Russel como meio de evitar paradoxos lógicos matemáticos que emergem em asserções autorreferentes como a de um conjunto que pertence a si mesmo. Bateson desenvolveu um amplo uso do termo "tipos lógicos", aplicando como meio de elucidar relacionamentos hierárquicos em diversos domínios. Na "dupla descrição", argumenta que o bônus metafórico obtido é inevitável

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

em relação ao fenômeno estudado. A diferenciação das descrições em tipos lógicos faz a dupla descrição mais do que uma abdução no sentido de Pierce. Isso exige que se usem descrições relacionadas para que se obtenha uma descrição de um tipo lógico superior. Essa distinção permite emergir a "diferença que faz a diferença" no sentido batesoneano. No que se refere ao exemplo da visão binuclear, Bateson (1979, p. 7) salienta que "a diferença entre a informação obtida por uma retina e a provida pela outra é em si mesma informações de diferentes tipos lógicos". Perceber profundidade depende de registrar sistematicamente as diferenças nos sinais dos dois olhos, mas isso não pode ser reconhecido até que os sinais sejam justapostos e alinhados em função de suas similaridades. O método de Bateson foi explorado em perspectivas terapêuticas, como pela escola de Milão (Palazzoli et al., 1972), pelo método de intervenções sistêmicas (De Shazer, 1982) e por áreas da biologia (Maturana e Varela, 1987) e da estética (Maciel e Santos, 2010).

Em relação à articulação possível entre a terapia psicanalítica e sistêmica de casais, o método batesoniano de "dupla descrição" parece produtivo, pois permite a diferenciação cuidadosa de diferentes conhecimentos obtidos por diferentes métodos e a emergência de padrões úteis de hipotetização de suas relações como um novo conhecimento emergente. Para tanto, temos de considerar que um alinhamento cognitivo sobre o mesmo objeto deve ocorrer nas duas perspectivas. Esse alinhamento, de fato, ocorreu após um processo longo de estudo e adequação metodológica ao objeto, a terapia de casal, nas duas abordagens, como uma focalização. Aspectos salientes podem então ser levantados, fornecendo o campo de diferenças e similitudes; assim, um conhecimento supraordenado pode emergir. Essa informação precisa ser produtiva e aplicável ao campo de estudo em foco, permitindo operar-se em um nível mais elevado do que nas descrições anteriores.

O método batesoniano de "dupla descrição" parece produtivo, pois permite a diferenciação cuidadosa de diferentes conhecimentos obtidos por diferentes métodos e a emergência de padrões úteis de hipotetização de suas relações como um novo conhecimento emergente.

Para articular duas teorias tão díspares em seus fundamentos como a psicanálise e a abordagem sistêmica, é necessário descrever o processo de focalização no objeto terapia de casal em ambas as abordagens, revelando a dinâmica metodológica e epistemológica que levou ao surgimento das teorias de intervenção. Em seguida, é preciso realizar uma discussão sobre os aspectos salientes comuns emergentes no campo de comparação. Poderemos obter assim uma metadescrição, nem psicanalítica, nem sistêmica, porém mais do que ambas e menos do que ambas.

TERAPIA PSICANALÍTICA DE CASAIS: DO SUJEITO À RELAÇÃO CONJUGAL

Para Gurman e Fraenkel (2002), as contribuições do pensamento psicanalítico à psicoterapia de casal podem ser divididas em três períodos, segundo as tendências metodológicas e teóricas e as contribuições técnicas. O primeiro período vai da década de 1930 até a década de 1960, sendo caracterizado por experimentações e aplicação dos princípios e técnicas psicanalíticas tradicionais à situação de tratamento do casal. O segundo período, que vai da metade da década de 1960 até a década de 1980, marca um arrefecimento do interesse pela aplicação da psicanálise à situação conjugal. Isso se deve, por um lado, às críticas do próprio movimento psicanalítico ao uso da psicanálise em situações não tradicionais e, por outro, ao interesse despertado pelo movimento de terapia sistêmica de família, que formulou sérias críticas à abordagem psicanalítica, considerando-a excessivamente personalista e voltada ao intrapsíquico. O terceiro período ocorreu a partir da década de 1980 quando podemos notar o surgimento de um interesse renovado na abordagem psicanalíti-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

ca de casais, caracterizando um novo período que se estende até os dias de hoje.

Assim, importantes contribuições foram feitas pelos pioneiros em suas tentativas de responder à demanda crescente de atendimento por parte dos casais. Nos Estados Unidos, no início do século XX, apenas psiquiatras eram admitidos como psicanalistas. Então, um grupo de profissionais interessados em responder à demanda das dificuldades conjugais, muitas vezes endereçadas por conselheiros matrimoniais, e insatisfeitos com os resultados do método analítico individual tradicional, iniciou uma série de experimentações e modificações na técnica de um modo um pouco ambivalente. Com isso, intervenções psicanalíticas com o casal desenvolveram-se de forma autônoma em relação ao aconselhamento matrimonial. A questão era: como tratar casais com uma técnica desenvolvida e voltada para o indivíduo? Ou como modificar a técnica analítica adaptando-a para o contexto conjugal, mantendo-se orientados pelos princípios da psicanálise? Além dessas questões, várias outras eram consideradas, como a seleção do parceiro na formação do casal e os fatores que levavam à manutenção das relações conjugais, mesmo em situações de extremo estresse, que já despertavam o interesse de psicanalistas nesse período.

A psicanálise de casais parece ter sido iniciada por Oberndorf, que apresentou em 1931 um trabalho descrevendo a relação das neuroses individuais na formação do sintoma do casal. Anos depois, em 1938, Oberndorf publicou outro artigo no qual descrevia um método de psicanálise conjugal consecutiva, na qual a análise de um dos esposos começava quando terminava a do outro. O objetivo era solucionar o impasse conjugal pela análise das neuroses individuais. Mittelman (1948) propôs o tratamento conjugal como um processo de análise individual concomitante de ambos os esposos pelo mesmo analista. Críticas e restrições foram dirigidas a essas abordagens, pois obviamente contrariavam o método psicanalítico tradicional, no qual qualquer contato com qualquer membro da família deveria ser evitado, sob pena de "contaminação" da transferência (Greene, 1965).

Mittelman (1948) realizou, segundo Sager (1966), a primeira sessão de casal conjunta relatada na abordagem psicanalítica, tendo sido motivado por histórias dos casais que não combinavam em aspectos significativos. Na época, essa intervenção foi considerada teoricamente incorreta para a abordagem psicanalítica e politicamente incorreta para o período histórico social, mas revela a hipótese que guiava a intervenção psicanalítica com casais: era tarefa do analista destacar e corrigir as percepções distorcidas pelas neuroses de ambos os cônjuges, permitindo uma relação descontaminada, liberta da irracionalidade neurótica. Dessa forma, caberia ao analista a difícil posição de decidir ou auxiliar na decisão do que era "mais racional". O próprio Mittelman (1948) expressava ambivalência quanto a sessões conjuntas e acreditava que esse modelo só deveria ser usado em 20% das situações, ou seja, apenas em casos específicos cuja irracionalidade neurótica tornara-se excessiva. Os demais casos de terapia de casal seriam mais beneficiados com análises em separado, com diferentes analistas.

Durante o final da década de 1950 e início da década de 1960, surgiram outras propostas orientadas pelo pensamento psicanalítico. Porém, como destaca Sager (1966), "essas contribuições não evidenciavam nenhum desenvolvimento significativo da teoria" (p. 460). Diferentes formatos para a psicoterapia de casal foram propostos, como a "terapia colaborativa" de Martin (1965), na qual dois analistas atendiam o casal, comunicando-se entre si sobre os processos em andamento com o objetivo de manter o casamento. Foram propostas sessões conjuntas, combinadas com sessões individuais e de grupo, com vários propósitos e combinações (Greene, 1965). Nesses modelos de tratamento psicanalítico conjunto do casal, a visão individual prevalecia, embora desafiando a adesão aos métodos clássicos, como a livre associação e a análise dos sonhos. A análise da transferência, pedra de toque do método psicanalítico, continuou

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

como instrumento central do trabalho terapêutico, ampliada para incluir a transferência recíproca entre os cônjuges e a importância do "real" (Greene, 1965; Gurman e Fraenkel, 2002).

A década de 1960 assistiu a uma mudança ambivalente na abordagem psicanalítica de casal para o predomínio de modelos que privilegiavam a realização de sessões conjuntas. Contudo, essa transição não foi feita sem restrições. Em 1963, por exemplo, Watson recomendava em um artigo sobre o tratamento conjunto do casal a realização prévia de duas ou três sessões de anamnese com cada um dos cônjuges, antes da realização de sessões conjuntas. O pressuposto de tal prescrição partia da suposta necessidade e possibilidade de o analista compreender o modo de conexão conjugal e de padrões neuróticos do sistema comunicativo do casal, bem como seus padrões de homeostase. Supunha-se que a apreciação por meio de uma cuidadosa avaliação dos aspectos psicodinâmicos e desenvolvimentais de cada um dos cônjuges, individualmente, forneceria importantes indícios sobre o funcionamento do casal.

A abordagem psicanalítica de casal começava a emergir, oferecendo hipóteses que orientaram o campo, como aponta Manus (1966): "A mais influente hipótese é a de que o conflito conjugal é baseado na interação neurótica dos parceiros (...) um produto da psicopatologia de um ou ambos os parceiros" (p. 449). Em um artigo clássico dos anos de 1960, Leslie (1964) propõe que a técnica central do trabalho com casais era a identificação de distorções nas percepções mútuas dos parceiros sobre si e sobre o outro, que ocorriam projetivamente, e cujas manifestações tornavam-se evidentes na transferência e na contratransferência com o psicanalista, e sua correção, permitindo a plena manifestação do conflito na sessão e sua direta alteração.

Mesmo com o aumento e a prevalência de métodos de abordagem conjunta do casal, a visão teórica e as técnicas terapêuticas psicanaliticamente orientadas permaneceram sem maiores mudanças. A interpretação das defesas era a maior ênfase e passou a incluir as defesas do casal além das individuais. O uso de técnicas de associação livre passou a ser realizado conjuntamente pelo casal, assim como a análise dos sonhos, que agora incluía, além das associações individuais, as associações do cônjuge (Gurman e Fraenkel, 2002; Sager, 1967a). Sendo um dos mais influentes terapeutas de casal do período, Sager (1967b) ilustra a ambivalência entre os métodos derivados da psicanálise individual e as adaptações ao casal: "Eu não estou envolvido primeiramente em tratar desarmonias conjugais, que são um sintoma, mas em tratar os dois indivíduos no casamento" (p. 185). Portanto, ainda se mantém ligado à perspectiva tradicional psicanalítica, com forte ênfase nos processos de transações transferênciais trianguladas e na atenção aos elementos edípicos.

As ambivalências em relação à técnica eram reflexos de uma dificuldade teórica ainda mais profunda para os psicanalistas do período, interessados em terapia de casal: qual o lugar central daquilo que tradicionalmente seria o caráter distintivo da psicanálise, ou seja, a análise da transferência em um procedimento conjugal. Uma década mais tarde, ao avaliar a produção do período, Skynner (1980), influenciado pela escola das relações objetais, afirma que a abordagem psicodinâmica parecia ter perdido o seu caminho na identificação das técnicas indutoras de mudança do casal ao focar de modo impróprio o conceito de transferência e as técnicas interpretativas. Retrospectivamente, concluiu que um modo mais produtivo de tratar as questões da transferência na abordagem psicanalítica de casal seria considerar que os conflitos inconscientes estavam presentes e totalmente desenvolvidos em padrões projetivos. E que eles poderiam ser mais acessíveis e trabalhados diretamente na relação projetiva do casal do que por meio de métodos indiretos, como a interpretação da transferência.

No final da década de 1960, uma saída simples para o impasse teórico e técnico, ligado a essas questões, levou a uma diminuição temporária do interesse pela abordagem psicanalítica. Esta sofreu, ainda na década de 1960, fortes críticas das escolas de terapia de

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

família, que começavam a expandir o seu movimento. Conforme Broderick e Schrader (1991), o artigo de Sager (1966) sobre uma revisão histórica do desenvolvimento da psicoterapia de casal de orientação psicanalítica "parece ser o verdadeiro zênite de seu desenvolvimento independente" (p. 17) no período. A ausência de desenvolvimentos teóricos e técnicos próprios e as fortes críticas, tanto da psicanálise mais ortodoxa quanto da abordagem da terapia de família, levaram a um período de declínio do interesse pela terapia psicanalítica de casais. Apenas na década de 1980, com importantes mudanças teóricas e novas metodologias, surgiu um novo interesse na aplicação do enfoque psicanalítico à clínica da conjugalidade.

Gurman e Fraenkel (2002) consideram que o interesse na abordagem psicodinâmica reemergiu na década de 1980, facilitado por três importantes eventos. O primeiro ocorreu na medida em que pesquisadores de terapia de casal contribuíram significativamente para o refinamento de técnicas e para a construção de manuais de tratamento que orientariam a prática terapêutica. Isso permitiu seu uso em estudos de resultados de eficácia. O segundo ocorreu em função do surgimento de um grande número de modelos de terapia integrativos com elementos psicodinâmicos. O terceiro, ocorrido na década de 1980, está relacionado à pesquisa de vários clínicos que, trabalhando independentemente, publicaram estudos nos quais procuram desenvolver e explorar teorias fundamentadas nas relações objetais e técnicas para a terapia de casal, refinando intervenções e estratégias (Bader e Pearson, 1988; Nadelson, 1978; Scharff e Scharff, 1991, 2007; Siegel, 1992; Solomon, 1989; Willi, 1982). Outros autores, como Ruffiot (1981), Eiguer (1984) e Lemaire (1988), desenvolveram, também nesse período, a partir da psicanálise de grupo, modelos psicanalíticos de atendimento a casais. Esses estudos objetivaram facilitar a individuação, modificar as defesas diádicas e individuais, tornando-as mais flexíveis, e aumentar as capacidades dos membros do casal de suportar e apoiar as dificuldades emocionais do parceiro (Féres-Carneiro, 1996; Gurman e Fraenkel, 2002).

Todos os métodos de terapia psicodinâmica de casal atribuem importância central à comunicação inconsciente e aos processos de manutenção de relações que caracterizam a conjugalidade. Embora muitos desses métodos utilizem diferentes técnicas e intervenções, todos parecem estar em débito com as contribuições de Dicks (1967) sobre as relações objetais na cena conjugal. Entre os conceitos centrais dessa abordagem, podemos citar a identificação projetiva, o *splitting*, a colusão, o *holding* e a contenção (Catherall, 1992). Segundo Gurman e Fraenkel (2002), "quaisquer que sejam as explicações para o renovado interesse pela psicodinâmica do casal, no nascimento deste milênio, parece que esse interesse voltou contribuindo para o enriquecimento do campo" (p. 227).

Todos os métodos de terapia psicodinâmica de casal atribuem importância central à comunicação inconsciente e aos processos de manutenção de relações que caracterizam a conjugalidade.

Retrospectivamente, o desenvolvimento da prática da terapia psicodinâmica de casal evoluiu de uma abordagem de indivíduos neuróticos em uma relação conjugal para uma abordagem psicodinâmica da relação conjugal. Pode-se afirmar que os terapeutas de casal psicodinâmicos tendem, atualmente, mesmo descrevendo suas intervenções em uma linguagem psicanalítica pura, a ser flexíveis e ecléticos na clínica (Snyder, Castellani e Whisman, 2006). Essas mudanças teóricas e metodológicas colocaram a abordagem psicodinâmica de casais em uma posição favorável para um diálogo com outros modelos e métodos. Assim, no início do século XXI, uma nova visão sobre os métodos psicanalíticos de tratamento de casais surgiu com a integração de contribuições das escolas de relações objetais, teoria de apego e terapia sexual (Scharff e Scharff, 2007). A influência das escolas de relações objetais contribuiu consideravelmente para a mudança de foco dos aspectos intrapsíquicos puros, econômicos,

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

característicos da primeira tópica freudiana, para uma visão transicional. Essa mudança da visão dinâmica da conjugalidade, na qual o outro é sujeito desejante e objeto de desejo ao mesmo tempo, articulando-se na linguagem, tanto para si quanto para o outro, parece mais produtiva.

Portanto, os casais são abordados como uma dinâmica psíquica na qual, através de processos de identificação projetiva e identificação introjetiva, repetem padrões de relações objetais experimentados em suas famílias de origem. A escolha do par cria um processo de defesas mútuas, através do cônjuge, que ocupam certos papéis na relação, evitando conflitos infantis inconscientes e realizando desejos inconscientes através do cônjuge. Assim, depositam seus conflitos nos parceiros, evitando suas próprias dificuldades. Nesse sentido, a dinâmica dos desejos inconscientes e da relação projetiva pode levar a situações de emergência de sintomas que refletem o conflito. Por exemplo, um casal em profunda relação simbiótica pode resolver parte de sua tensão com a entrada de um terceiro, seja através de uma infidelidade ou de um forte investimento projetivo, que cria um espaço de diferenciação em relação ao cônjuge/objeto persecutório, ainda que de modo disfuncional. Talvez seja surpreendente para o terapeuta iniciante descobrir como o cônjuge "traído" pode, muitas vezes, colaborar com o caso do parceiro de forma consciente e inconsciente. A questão terapêutica é a dependência psíquica, que deve ser resolvida por diferenciação, e não apenas triangulada como no sintoma "caso extraconjugal".

Nota-se nos diversos modelos psicodinamicamente orientados uma mudança, ao longo de seu desenvolvimento, de focalização do indivíduo na relação conjugal para a dinâmica da conjugalidade. Tal mudança abre espaço para o diálogo produtivo com a perspectiva sistêmica que, por sua vez, também modificou sua posição teórica e epistemológica ao longo do tempo, à medida que tomava o casal como foco de tratamento (Diniz-Neto, 2005).

TERAPIA DE FAMÍLIA SISTÊMICA: TERAPIA DE CASAIS

Outro paradigma desenvolveu-se, durante as décadas de 1950 e 1960, a partir de estudos pioneiros que parecem ter se inspirado no hoje clássico estudo intitulado *Toward a theory of schizophrenia*, de Bateson e colaboradores (1956). Nesse trabalho, foi apresentada pela primeira vez a teoria do duplo vínculo, inaugurando estudos sobre possibilidade e necessidade de intervenções com a família como campo de tratamento (Foley, 1995). Esse estudo foi a primeira proposta de modelo, na perspectiva sistêmica comunicacional, sobre a psicopatologia como um processo do grupo familiar e propiciou novas propostas de tratamento. A abordagem sistêmica, que rapidamente se desenvolveu em inúmeras escolas de terapia de família, marcou o surgimento de um novo paradigma na perspectiva psicoterapêutica.

A abordagem sistêmica, que rapidamente se desenvolveu em inúmeras escolas de terapia de família, marcou o surgimento de um novo paradigma na perspectiva psicoterapêutica.

Os modelos de terapia sistêmica desenvolvidos no período derivam do que pode ser considerada como a primeira cibernética (Esteves-Vasconcelos, 1995), baseando-se nas ideias de Von Bertalanfy (1977), que propunha que os sistemas abertos, aqueles que trocam informações e energia com o ambiente, exibiam certas propriedades e características, como globalidade, homeostase e equifinalidade. Essas propriedades estariam presentes independentemente do nível de complexidade do sistema estudado, embora se expressassem de acordo com o nível de ordem emergente. A aplicação de princípios da teoria geral dos sistemas levou à visão da família como um sistema aberto, ciberneticamente orientado por laços de *feedback* positivos e negativos, que propiciavam uma oscilação ao redor de um ponto de equilíbrio homeostático e mantinham um padrão de equifinalidade. Assim, as diversas leituras sobre o funcionamento con-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

jugal só poderiam ser interpretadas como parte do funcionamento sistêmico familiar. O sintoma, manifestado no casal ou em membros da família, era caracteristicamente percebido como um processo de *feedback* que mantinha o funcionamento do sistema. Diferentes escolas emergiram com diferentes leituras do sistema familiar, como, por exemplo, escola de solução de problemas, escola estrutural, escola estratégica e escola transgeracional (Féres-Carneiro, 1996).

As hipóteses descritivas e as intervenções das escolas sistêmicas de terapia de família guiavam-se principalmente pelos aspectos de comunicação verbal e não verbal, visando a uma modificação do sistema como um todo. Desenvolveram-se modelos sofisticados de compreensão do processo comunicacional e de modos de intervenção (Watzlavick, Beavin e Weakland, 1977). Então, o processo conjugal passou a ser compreendido como aspecto do funcionamento familiar. Essa tendência não é estranha, conforme destaca Fraenkel (1997): "As abordagens sistêmicas desenvolveram-se em larga medida como uma reação às limitações percebidas nas terapias que atribuíam as disfunções psicológicas e sociais apenas a problemas no plano individuais, fosse este visto como de natureza biológica, psicológica, psicodinâmica ou comportamental" (p. 380).

Portanto, a história inicial da terapia sistêmica de família foi marcada por uma forte e, por vezes, radical discordância de muitos dos princípios aceitos da psicoterapia psicanalítica e psicodinâmica, em especial do foco nos aspectos psicodinâmicos individuais como princípios teóricos explicativos e de intervenção. É necessário, contudo, apontar que muitos dos pioneiros da terapia de família, como Akerman, Jackson, Framo e Bowen, entre outros, tinham sólida formação em psicanálise (Féres-Carneiro, 1996; Foley, 1995). Essas críticas, somadas ao interesse pela abordagem da família, e não mais do casal, juntamente com os impasses teóricos, levaram a um esmaecimento da abordagem de casal. Não se tratou de fato de um desaparecimento, pois, apesar de sua menor visibilidade em termos de publicações, ocorreram algumas significativas contribuições, como as de Framo (1976, 1981), Paul (1969) e Sander (1979).

Historiadores do período descrevem uma absorção do campo da psicoterapia de casal pela abordagem sistêmica de família. Broderick e Schrader (1991) referem-se a "uma mistura ou amálgama das abordagens" (p. 15). Nichols e Schwartz (1998) referem-se à "terapia de família absorvendo a psicoterapia de casal" (p. 37). Olson, Russel e Sprenkle (1980) concluem que "no início da década de 1980 a distinção entre terapia de família e psicoterapia de casal havia desaparecido" (p. 973), notando ainda que o campo havia se tornado "unitário, mas não totalmente unificado e integrado" (p. 973).

O foco também parecia deslocado da inclusão da família como um todo, e qualquer proposta de atender menos que a família parecia inadequada ou insuficiente. Isso não quer dizer que os teóricos pioneiros da terapia sistêmica de família não tivessem nenhum interesse pelas questões conjugais. É possível apontar, como Gurman e Fraenkel (2002), algumas contribuições seminais, de autores como Donald Jackson, Jay Haley, Virginia Satir e Murray Bowen, todas significativas para a terapia de casais.

Até o início da década de 1980, a abordagem sistêmica da família moldou a visão de tratamento de transtornos psicológicos que incluíam aspectos conjugais. Todo tratamento conjugal deveria passar pela visão da família. Essa perspectiva esteve presente nas diversas escolas de terapia familiar e moldou grande parte da produção desse campo. Isso pode ser inferido de alguns desdobramentos. Em primeiro lugar, o aconselhamento matrimonial, em que ainda pese a sua ausência de contribuições teóricas e técnicas significativas, acabou sendo absorvido teoricamente pelo movimento da terapia familiar, o que levou ao seu fim enquanto profissão em 1979.

Por outro lado, no campo da terapia de casal psicanalítica, seus praticantes debatiam-se entre o dilema de se manterem fiéis à teoria e à técnica psicanalítica ou de se lançarem

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

na criação e no desenvolvimento de teorias e técnicas para além do intrapsíquico, envolvendo o inter-relacional, ocorrendo uma certa imobilização. Surgiram poucos avanços teóricos nessa escola, sendo os mais notáveis referentes às contribuições de Dicks (1967), no clássico *Marital tensions*, que se tornou o livro-texto da abordagem da teoria das relações objetais na relação conjugal. São também relevantes os trabalhos de Sager (1976, 1981) sobre o "contrato conjugal" e a contribuição original de Framo (1965, 1996), que desenvolveu modelos de atendimento a casais em grupo e em sessões com a família de origem, orientado pela teoria das relações objetais.

As abordagens experienciais humanísticas, originadas das contribuições de Virginia Satir, permaneceram marginalizadas até meados da década de 1980, na medida em que a própria Virginia Satir afastou-se do movimento de terapia familiar. Assim, Gurman e Fraenkel (2002) consideram que nesse período, da metade da década de 1960 à metade da década de 1980, poucos trabalhos de monta surgiram no campo da terapia de casal, indicando um eclipse da abordagem. Porém, o interesse por esse campo não desapareceu por completo. Nas décadas de 1970 e 1980, emergiram pesquisas sobre a eficácia da psicoterapia em geral, recolocando questões sobre a validade de abordagens teóricas e métodos de tratamento.

Em 1986, Jacobson e Gurman publicaram o clássico *Clínical handbook of marital therapy*, anunciando, pela sua grande difusão e utilização, um novo período do desenvolvimento conceitual da psicoterapia de casal. Esse período foi marcado pelo aumento de sólidas pesquisas empíricas sobre a conjugalidade, o exame detalhado de conceitos e teorias até então propostas, o surgimento de pesquisas empíricas experimentais sobre modelos e a criação de centros de pesquisa e treinamento de terapeutas de casal. A combinação desses fatores levou a um contínuo refinamento do modelo, à colocação de novas questões e ao desenvolvimento de novas abordagens. Críticas dos autores pós-modernos, transculturais e feministas oportunizaram a recolocação de questões relativas à validade fundacional dos modelos (Féres-Carneiro e Diniz-Neto, 2008).

Tais críticas contribuíram para o desenvolvimento de modelos integrativos e articulados, incluindo contribuições de outras abordagens, como terapia sexual e modelos derivados da teoria do apego. (Féres-Carneiro e Diniz-Neto, 2010). O próprio desdobramento da abordagem sistêmica, a partir de críticas à epistemologia da primeira cibernética, levou ao surgimento de novas propostas. Esse novo olhar, considerando uma segunda cibernética (Esteves-Vasconcelos, 1995), traduziu-se em modelos construtivistas e construcionistas sociais. Essas propostas incluem o próprio observador na descrição, declarando a impossibilidade de uma teoria livre da subjetividade do observador, bem como enfatizando os processos cognitivos do observador no construtivismo e os processos sociais de construção da realidade no construcionismo social (Diniz-Neto, 2005). Desse modo, no início, a abordagem sistêmica introduziu uma nova perspectiva, apontando as relações intrínsecas do casal com a família extensa, convidando a compreender aspectos familiares da conjugalidade; no entanto, toldou a compreensão e o foco dos fenômenos específicos da conjugalidade. Os desafios de tratar casais, incluídos ou não em famílias, trouxe gradativamente a reemêrgencia do aspecto conjugal como irredutível, quer ao sujeito monádico, quer ao familiar sistêmico, lançando um olhar complexo sobre a sua especificidade.

OLHANDO PARA ALÉM DO SUJEITO E DO SISTEMA FAMILIAR

A complexidade da conjugalidade desafia uma leitura simples e redutiva. Ao observar o desenvolvimento das abordagens no tratamento de casais, pode-se notar na psicanálise, nas abordagens sistêmica, comportamental e cognitiva, entre outras, um gradual reconhecimento de muitos níveis de complexidade, possibilidades de descrição e de intervenção

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Ao observar o desenvolvimento das abordagens no tratamento de casais, pode-se notar na psicanálise, nas abordagens sistêmica, comportamental e cognitiva, entre outras, um gradual reconhecimento de muitos níveis de complexidade, possibilidades de descrição e de intervenção.

(Diniz-Neto e Féres-Carneiro, 2005). A metáfora batesoneana da visão binocular convida-nos a compreender o reconhecimento da especificidade da conjugalidade como uma gradual focalização em sua complexidade. Assim, à medida que se abandonou a pretensão de reduzir o conjugal ao sujeito, pela psicanálise, ou o casal ao sistema familiar, pela abordagem sistêmica, abriu-se um campo renovado para o diálogo. Do ponto de vista batesoneano, abriu-se mão de inferir homologias produtivas e diferenças reveladoras, produzindo um novo conhecimento: uma diferença que faz diferença. Aspectos ligados a semelhanças e diferenças e padrões emergentes ligados aos níveis epistemológico, metodológico, estratégico e terapêutico tornam-se salientes. Alguns pontos de convergência e diferença podem, porém, ser esboçados.

Homologias

Tanto a perspectiva sistêmica quanto a abordagem psicanalítica, em seus desenvolvimentos recentes, parecem ter hipóteses semelhantes sobre o funcionamento do casal.

Tanto a perspectiva sistêmica quanto a abordagem psicanalítica, em seus desenvolvimentos recentes, parecem ter hipóteses semelhantes sobre o funcionamento do casal. Ambas as abordagens consideram o aspecto conjugal um nível próprio no qual formulações específicas devem ser feitas, a saber:

- ambas consideram o papel do terapeuta como essencial para estabelecer um campo de mudança na relação conjugal a partir de um acoplamento com o casal;
- ambas valorizam a influência dos sujeitos, mas não a reduzem a ele. As experiências individuais devem ser descritas, mas a realidade conjugal apropria-se de modo imprevisível das características do sujeito;
- ambas reconhecem a influência do meio social, em especial da família, como campo relacional maior, no qual a conjugalidade é acoplada, mas não reduzida à mera forma de funcionar nesse acoplamento;
- certos conceitos parecem ter uso similar, como o conceito de homeostase, como princípio explicativo geral, quer no nível intrapsíquico, quer no nível sistêmico-relacional;
- ambas aplicam técnicas de seus campos de origem, ou seja, a psicanálise da clínica do sujeito, e a abordagem sistêmica das técnicas de trabalho com a família, porém adaptadas ao casal;
- ambas desenvolveram técnicas específicas para tratar a conjugalidade, diferentes das técnicas utilizadas na clínica do sujeito ou da família;
- ambas contam com autores que consideram seu modelo insuficiente para tratar todos os níveis de complexidade da relação.

Heterogenias

A terapia psicanalítica o vê como sistema desejante, articulado na linguagem com um primado inconsciente na formação do casal, de sua dinâmica e de seus sintomas. A abordagem sistêmica considera o casal um sistema relacional de muitos níveis, regido pela comunicação, como troca de mensagens definidoras dos papéis dos cônjuges.

Tanto a terapia psicanalítica quanto a abordagem sistêmica consideram o casal por diferentes vieses. A terapia psicanalítica o vê como sistema desejante, articulado na linguagem com um primado inconsciente na formação do casal, de sua dinâmica e de seus sintomas. A abordagem sistêmica considera o casal um sistema relacional de muitos níveis, regido pela comunicação, como troca de mensagens definidoras dos papéis dos cônjuges. Além disso, em autores da segunda cibernética, o casal é visto como construção narrativa

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

de histórias vividas em comum, construtoras de experiências de si mesmo.

As técnicas variam consideravelmente, abordando a modificação da dinâmica inconsciente com análise da transferência e das projeções no casal, como na análise de sonhos, por exemplo. As técnicas sistêmicas veem o casal como produtor de significados, autopoiético, movendo-se através dos ciclos de vida da família.

Sintomas como a infidelidade ou as dificuldades sexuais são compreendidos de modo diferente. Na abordagem psicodinâmica de casais, o sintoma é compreendido como uma situação de compromisso na dinâmica pulsional inconsciente do casal, organizada nas relações objetais. Na abordagem sistêmica, o sintoma é parte da construção da conjugalidade que responde a diferentes níveis de relação do casal simultaneamente, produzindo significados que podem ser contraditórios ou paradoxais nos múltiplos níveis da relação conjugal.

Os princípios descritivos e explicativos diferem, pois a abordagem psicanalítica organiza-se em torno do conceito de energia e sua dinâmica, enquanto a abordagem sistêmica organiza-se em torno do conceito de informação e processos recursivos.

FOCALIZANDO A DIFERENÇA QUE FAZ DIFERENÇA

Ao aplicarmos a metodologia batesoneana à articulação da abordagem sistêmica com a abordagem psicodinâmica, encontramos um processo de definição gradual de dois pontos de vista irredutíveis sobre a conjugalidade. No entanto, a crítica pós-moderna relativizou os diversos discursos com pretensões fundacionais sobre a realidade, revelando sua impossibilidade de verdade ontológica. O observador revela-se em suas teorias, mas também interage e realiza recortes epistemológicos, "abduções" no sentido batesoneano, descrevendo os diferentes níveis de sua interação.

A crítica pós-moderna relativizou os diversos discursos com pretensões fundacionais sobre a realidade, revelando sua impossibilidade de verdade ontológica.

Conforme Morin (1996), o todo é mais e menos a soma das partes, assim como a parte é um todo que é mais e menos os sistemas de que faz parte. Assim, podemos afirmar que teorias sobre o sujeito são irredutíveis a teorias sobre a família ou sobre o casal, teorias sobre o casal são irredutíveis a teorias sobre o sujeito ou sobre a família e teorias sobre a família são irredutíveis a teorias sobre os sujeitos ou sobre o casal. Portanto, cada teoria não revela o fundacional, a realidade definitiva a partir da qual todas as propriedades em todos os níveis podem ser deduzidas, mas campos de operação que seriam marcados pelo processo inicial de abdução, no sentido batesoneano.

As deduções de um campo de recorte epistemológico (abdução) seriam inaplicáveis a outro campo complexo. Cabe, então, formular a hipótese de que cada campo de complexidade hierarquizada apresenta processos de "antecipação" e "retrocipação" de complexidade, isto é, aspectos parciais das hipóteses orientadoras do olhar sobre casal podem ser antecipadas na situação clínica individual, assim como ao se olhar para o casal é possível antecipar aspectos parciais do funcionamento familiar. Inversamente, podem-se inferir alguns aspectos do funcionamento do casal pela dinâmica familiar, como também se podem inferir aspectos dos sujeitos a partir do funcionamento do casal.

Elkaim (1998) fala da renúncia de uma epistemologia da verdade, enfatizando construções nascidas da relação terapêutica. Lemaire (1988) ressalta a necessidade na clínica de se realizar uma tríplice leitura do intrapsíquico, do sistêmico-relacional e do social. Por outro lado, Wilber (2008), em um projeto de crítica e articulação metametodológica, convida ao pensamento integral, no qual aspectos subjetivos e objetivos de qualquer fenômeno devem relacionar aspectos interobjetivos e intersubjetivos, reconhecendo a necessidade de múltiplas articulações entre níveis irredutíveis de cortes epistemológicos.

A aproximação da abordagem psicanalítica de casais com a abordagem sistêmica de

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

A abordagem psicanalítica de casais a descreve com um discurso sobre a subjetividade, orientado para processos psicodinâmicos organizados em desejos e afetos pela linguagem. A abordagem sistêmica a descreve com processos informacionais interindivíduos, orientados por padrões de regulação supraordenadores.

casais revela ainda a diferença fundamental de foco descritivo. Embora ambas discutam a conjugalidade, cada uma delas a descreve a partir de princípios diferentes. A abordagem psicanalítica de casais a descreve com um discurso sobre a subjetividade, orientado para processos psicodinâmicos organizados em desejos e afetos pela linguagem. A abordagem sistêmica a descreve com processos informacionais interindivíduos, orientados por padrões de regulação supraordenadores. Portanto, cada abordagem, como dois olhos, fornece uma visão parcial que pode ser enriquecida pela aproximação respeitosa das diferenças e semelhanças. Além disso, suas técnicas podem atuar como dois diferentes modos operativos, tornando os terapeutas de casal mais ricos em sua ação e mais justos quanto à complexidade da conjugalidade.

Questões para discussão

1. Qual é a evolução histórico-conceitual da abordagem psicanalítica de casais e da abordagem sistêmica?
2. De que modo a epistemologia batesoneana permite a articulação entre as duas abordagens?
3. Qual a importância das críticas pós-modernas para a articulação entre as abordagens sistêmica e psicanalítica de casais?
4. Como um terapeuta de casal pode orientar-se por ambas as abordagens?

REFERÊNCIAS

Abdo, C. H. N., & Oliveira, S. R. C. (1994). Psicanálise, teoria sistêmica e o princípio da homeostase. *Revista ABP-APAL, 16*(3), 99-104.

Ackerman, N. W. (1970). Family psychotherapy today. *Family Process, 9*, 123-126.

Bader, E., & Pearson, P. T. (1988). *In quest of the mythical mate*. New York: Brunner/Mazel.

Bateson, G. (1956). Toward a theory of schizophrenia. *Behavioral Science* (*Michigan*), *1*, 251-264.

Bateson, G. (1979). *Mind and nature: A necessary unity*. New York: E. P. Dutton.

Broderick, C. B., & Schrader, S. S. (1991). The history of professional marriage and family therapy. In A. S. Gurman, & D. P. Kniskern (Orgs.), *Handbook of family therapy* (Vol. 2, pp. 3-40). New York: Brunner/Mazel.

Catherall, D. R. (1992). Working with projective identification in couples. *Family Process, 31*, 355-367.

De Shazer, S. (1982). *Patterns of brieff family therapy*. New York: Guilford.

Dicks, H. V. (1967). *Marital tensions*. New York: Basic Books.

Diniz-Neto, O. (2005). *Conjugalidade: Proposta de um modelo construcionista social de terapia de casal*. Tese de doutorado não publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Diniz-Neto, O., & Féres-Carneiro, T. (2005). Psicoterapia de casal na pós-modernidade: Rupturas e possibilidades. *Estudos de Psicologia, 22*, 133-141.

Eiguer, A. (1984). *La therapie psychanalytique de couple*. Paris: Dunod.

Elkaim, M. (1998). *Panorama das terapias familiares*. São Paulo: Summus.

Esteves-Vasconcelos, M. J. (1995). *As bases cibernéticas da terapia familiar*. Campinas: Psy.

Féres-Carneiro, T. (1994). Diferentes abordagens em terapia de casal: Uma articulação possível? *Temas em Psicologia, 2*, 53-63.

Féres-Carneiro, T. (1994). Terapia familiar: Da divergência às possibilidades de articulação dos diferentes enfoques. *Psicologia: Ciência e Profissão, 16*, 38-42.

Féres-Carneiro, T., & Diniz-Neto, O. (2008). Psicoterapia de casal: Modelos e perspectivas. *Aletheia, 27*(1), 173-187.

Féres-Carneiro, T., & Diniz-Neto, O. (2010). Construção e dissolução da conjugalidade: Padrões relacionais. *Paideia, 20*(46), 269-278.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Figueiredo, L. C. M. (2004). *Revisitando as psicologias*. Petrópolis: Vozes.

Foley, V. (1995). *Introdução à terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1984).

Fraenkel, P. (1997). Systems approaches to couple therapy. In W. K. Halford, & H. J. Markman (Orgs.), *Clinical handbook of marriage and couples interventions* (pp.379-414). New York: John Wiley & Sons.

Framo, J. L. (1965). Rationale and techniques of intensive family therapy. In I. Boszormenyi-Nagy, & J. L. Framo (Orgs.), *Intensive family therapy* (pp. 143-212). New York: Harper and Row.

Framo, J. L. (1976). Family of origin as a therapeutic resource for adults in marital and family therapy: You can and should go home again. *Family Process, 15*, 193-210.

Framo, J. L. (1981). The integration of marital therapy with sessions with family of origin. In A. S. Gurman, & D. P. Kniskern (Orgs.), *Handbook of family therapy* (pp. 133-158). New York: Brunner/Mazel.

Framo, J. L. (1996). A personal retrospective of the family therapy field: Then and now. *Journal of Marital and Family Therapy*, *22*, 289-316.

Gondim, S. M. G., Bastos, A. V. B., & Peixoto, L. S. A. (2010). Áreas de atuação e abordagens teóricas do psicólogo brasileiro. In A. V. B. Bastos, & S. M. G. Gondim, *O trabalho do psicólogo no Brasil* (pp. 174-199). Porto Alegre: Artmed.

Gottman, J. M., & Notarius, C. I. (2002). Marital research in the 20th century and aagenda for the 21th century. *Family Process, 41*(2), 159-198.

Greene, B. L. (1965). Introduction: A multioperational approach to marital problems. In B. L. Greene (Org.), *The psychotherapies of marital disharmony* (pp. 1-14). New York: The Free Press.

Gurman, A. S., & Fraenkel, P. (2002). The history of couple therapy: A millennial review. *Family Process, 41*(2), 199-260.

Hui, J., Cashman, T., & Deacon, T. (2008). Bateson's method: Double description. What is it? How does it work? What do we learn? In J. Hoffmeyer (Ed.), *A legacy of living systems: Gregory Bateson as precursor of biosemiotics* (pp. 77-92). London: Springer.

Jacobson, N. S., & Gurman, A. S. (1986). *Clinical handbook of couple therapy*. New York: Guilford.

Lemaire, J. (1988). Du je au nous, ou du nous au je? *Dialogue Recherches Cliniques et Sociologiques sur le Couple et la Famille, 4*(102), 72-79.

Leslie, G. R. (1964). Conjoint therapy in marriage counseling. *Journal of Marriage and the Family*, *26*, 65-71.

Maciel, S. F. M., & Santos, E. M. (2010). Como enfrentamos o futuro: Linguagem, cognição corporificada e ação humana. *Ciências & Cognição, 15*(1), 211-216.

Manus, G. I. (1966). Marriage counseling: A technique in search of a theory. *Journal of Marriage and the Family*, *28*, 449-453.

Martin, P. A. (1965). Treatment of marital disharmony by collaborative therapy. In B. L. Greene (Org.), *The psychotherapies of marital disharmony*. New York: The Free Press.

Maturana, H., & Varela, F. (1987). *The tree of knowledge: The biological roots of human understanding*. Boston: New Science Library.

Mittelman, B. (1948). The concurrent analysis of married couples. *Psychiatric Quarterly*, *17*, 182-197.

Morin, E. (1996). *Problemas de uma epistemologia com complexidade*. Lisboa: Europa América.

Nadelson, C. C. (1978). Marital therapy from a psychoanalytic perspective. In T. Paolino, & B. McCrady (Orgs.), *Marriage and marital therapy* (pp. 89-164). New York: Brunner/Mazel.

Nichols, M. P., & Schwartz, R. C. (1998). *Family therapy: Concepts and methods*. Boston: Allyn and Bacon.

Oberndorf, C. P. (1931). *Psychoanalysis of married couples*. Presented at the 87° Congress of the American Psychiatric Association, Toronto.

Oberndorf, C. P. (1938). Psychoanalysis of married couples. *Psychoanalytic Review, 25*, 453-475.

Olson, D. H., Russell, R. C., & Sprenkle, D. H. (1980). Marital and family therapy: A decade review. *Journal of Marriage and Family*, *42*, 973-992.

Palazzoli, M. S. (1987). *Paradoxo e contraparadoxo*. São Paulo: Cultrix. (Original em italiano).

Paul, N. (1969). The role of mourning and empathy in conjoint marital therapy. In G. Zuk, & I. Boszormenyi-Nagy (Orgs.), *Family therapy and disturbed families* (pp.186-205). Palo Alto: Science and Behavior Books.

Peirce, C. S. (1994). *Collected papers* (Vols. I – V). Cambrige: Harvard University.

Pinto, J. (1995). *Um, dois, três da semiótica*. Belo Horizonte: UFMG.

Ponciano, E. L. T., & Féres-Carneiro, T. (2006). Terapia de família no Brasil: Uma visão panorâmica. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 19*(2), 252-260.

Ruffiot, A. (1981). *Thérapie familiale psychanalytique*. Paris: Dunod, 1981.

Sager, C. J. (1966). The development of marriage therapy: An historical review. *American Journal of Orthopsychiatry*, *36*, 458-467.

Sager, C. J. (1967a). The conjoint session in marriage therapy. *American Journal of Psychoanalysis*, *27*, 139-146.

Sager, C. J. (1967b). Transference in conjoint treatment of married couples. *Archives of General Psychiatry*, *16*, 185-193.

Sager, C. J. (1976). *Marriage contracts and couple therapy*. New York: Brunner/Mazel.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Sager, C. J. (1981). Couples therapy and marriage contracts. In A. S. Gurman, & D. P. Kniskern (Orgs.), *Handbook of family therapy* (pp. 85-130). New York: Brunner/Mazel.

Sander, F. M. (1979). *Individual and family therapy*: *Toward anintegration*. New York: Jason Aronson.

Scharff, D. E., & Scharff, J. S. (1991). *Object relation couple therapy*. Northvale: Aronson.

Scharff, D. E., & Scharff, J. S. (2007). Terapia psicodinâmica de casais. In: G. O. Gabbard, J. S. Beck, & J. Holmes (Orgs.), *Compêndio de psicoterapia de Oxford*. Porto Alegre: Artmed.

Sholevar, G. P. (2003). *Family and a couple therapy*. Arlington: American Psychiatric Publishing.

Siegel, J. (1992). *Repairing intimacy*: *An object relations approach to couples therapy*. Northvale: Jason Aronson.

Skynner, A. C. (1980). Recent developments in marital therapy. *Journal of Family Therapy, 2*, 271-296.

Snyder, D. K., Castellani, A. M., & Whisman, M. A. (2006). Current status and future directions in couple therapy. Annual. *Review of Psychology, 57*, 317-44.

Solomon, M. F. (1989). *Narcissism and intimacy*. New York: W.W. Norton.

Von Bertalanfy, L. (1977). *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis: Vozes. (Original em ingles publicado em 1968).

Watson, A. S. (1963). The conjoint psychotherapy of married partners. *American Journal of Orthopsychiatry, 33*, 912-922.

Watzlawick, P., Beavin, J., & Weakland, J. (1981). *Pragmática da comunicação humana*. São Paulo: Cultrix.

Wilber, K. (2008). *A visão integral: Uma introdução à revolucionária abordagem integral da vida, de Deus, do universo e de tudo mais*. São Paulo: Cultrix.

Willi, J. (1982). *Couples in collusion*. Claremont: Hunter House.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

6

Saudade da família no futuro ou o futuro sem família?

Dinael Corrêa de Campos

Noite de sábado. Recebo o convite para jantar com uma família amiga: Talita e Nílson, casados há pouco mais de duas décadas. À mesa também estão os dois filhos do casal (é necessário que se diga *do casal* para os objetivos do capítulo), Cleison, 21 anos, que estuda na escola militar, e Cássia, 18 anos, que estuda medicina. Ao lado da mesa, também está Lili, 11 meses, que faz parte da família como "filhinha mais nova", a cachorra. Durante o jantar, Talita tece o seguinte comentário:

– Se eu não insistisse, ele (referindo-se ao filho), ficaria mais um final de semana sem aparecer.
– Eh, mãe, que pegação de pé, dá um tempo. Eu não tô aqui?

O pai, até então calado, também se manifesta:

– Mas ela não é muito diferente; aposto que, se não precisasse de dinheiro, não estaria aqui.
– Pai, que injustiça, eu tava aqui há duas semanas atrás – responde a filha.

Todos rimos e voltamos a nos concentrar na comida... felizes, afinal, a família estava reunida...

Ao receber o convite para escrever um capítulo neste livro sobre família, em especial sobre a família do futuro, passei semanas refletindo sobre os temas que exigiam minhas reflexões para compor tal capítulo. Primeiro, levei dias tentando delimitar o que quero escrever sobre família e, depois, refletindo sobre que futuro quero dialogar, ou mesmo se no futuro haverá família, ou se a família se fará presente no futuro. Parecia estar correndo em círculos, como um cachorro atrás do próprio rabo (algumas pessoas podem não perceber a ironia da figura de linguagem), mas o fato é que falar sobre família e futuro, ou o futuro da família, parece-me redundante, pois não há como imaginarmos um futuro sem família.

CONTEXTUALIZANDO A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

Quando Enriquez (Levi et al., 2001, p. 27) atesta que ficou irritado com o sucesso das teses sobre a "morte do sujeito", pareceu-me também assustador imaginar a história como processo sem sujeito. Por certo, o tempo que vivemos na sociedade contemporânea, que considero pós-moderna (Anderson, 1998; Eagleton, 1996; Lion, 1994; Lyotard, 1979; Connor, 1989), tem feito muito para que o homem

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Um futuro sem família, ou a família sem futuro?

cada vez mais se individualize (Touraine, 1997; Elias, 1987; Riesman, 1961), tornando-se narcísico (Debord, 1992; Lowen, 1983; Freud, 1914) em sua maneira de ser e de pensar (Baudrillard, 1991, Lipovetsky, 1983; Sennett, 1974), fabricando assustadoramente e anulando os "estranhos" (Bauman, 1997; Galimberti, 2000; Melville, 1956; Rousseau, 1782).

É nesse cenário que as palavras de Saramago (1995) tornam-se desafiadoras às diversas práticas a que a psicologia tem o compromisso de se fazer presente, "a responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam". Em se tratando de família (sendo ela produto e produzindo a sociedade contemporânea), exige que a vejamos com olhos também contemporâneos, revendo inclusive o conceito que temos de família, ou melhor dizendo, de que família se quer "falar": política, social, antropológica, psíquica, sociológica. Hobsbawn (1994, p. 537) afirma:

À Psicologia cabe a prática da "responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam".

> O breve século XX acabou em problemas para os quais ninguém tinha, nem dizia ter, soluções. Enquanto tateavam o caminho para o terceiro milênio em meio ao nevoeiro global que os cercava, os cidadãos do *fin-de-siècle* só sabiam ao certo que acabara uma era da história. E muito pouco mais. Assim, pela primeira vez em dois séculos, faltava inteiramente ao mundo da década de 1990 qualquer sistema ou estrutura internacional.

O novo milênio começou com os velhos problemas do século anterior, sendo que uma década já se passou, mas ainda não encontramos o caminho para as possíveis soluções. A sociedade pós-moderna agora se depara com um problema ainda maior: a possibilidade de nos confrontarmos com vidas desperdiçadas, com famílias situadas em meio ao turbilhão do existir e do não existir.

O que se observa cotidianamente são famílias compostas por pais ausentes, por mães ausentes demais ou presentes demais, julgando-se negligentes para com a educação de seus filhos, por pais e mães "cegos" aos filhos e aos perigos que podem sobrepujá-los, perdidos no como educar, ou seja, observa-se que muitos pais simplesmente se recusam a ser pais, uma vez que, para o exercício da maternalidade e da paternalidade, exige-se que homens e mulheres sejam adultos, e ser adulto é muito "chato". O chato tem de dizer não, proibir, frustrar, decepcionar, negar e colocar limites.

Sinto dizer que, em se tratando de educação de crianças e constituição familiar, não há espaço para o amigo. Os pais podem (e devem) ter atitudes de amigo, mas o que as crianças precisam é de pais e mães que lhes sejam referenciais para que não passem a buscar essas referências na *internet*, nas salas de bate-papo, na televisão com seus programas cada vez mais adultos para crianças, nos *videogames* cada vez mais interativos ou mesmo em suas tribos que ensinam que pertencer é não ser e que, para ser aceito (sentir-se pertencente e amado), tem de se submeter às regras do grupo.

Pais e mães encontram-se perdidos no como educar seus filhos pelo fato de que, em se tratando de família, não há espaço para o egoísmo, o narcisismo e o individualismo.

Pais e mães encontram-se perdidos no como educar seus filhos pelo fato de que, em se tratando de família, não há espaço para condições, disputas por poder, desprezo pelo Outro. Em família se aprendem limites, tempo, compartilhamento, doação. Em família se frustra, e o que tenho observado na prática clínica (consultório, escola, hospitais, convívio social) é que os pais têm negado às crianças a frustração tão necessária para que conheçam sua maneira de ser, para que vislumbrem seu eu (e o mesmo se aplica aos pais). Os pais estão oferecendo aos filhos um mundo utópico de possibilidades ilimitadas,

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

várias "*windows*" e possibilidades de acontecer, impondo às crianças a necessidade de deixar sua marca, pregando a imortalidade como em um jogo de videogame em que, diante de uma fase difícil de se "avançar/"superar", dá-se o *restart* e então se inicia tudo de novo (como se nos relacionamentos isso fosse possível).

Aqui se encontra o grande equívoco da modernidade e a herança da pós-modernidade: o homem almeja que sua existência seja permanente, e não eterna, e a família apropriou-se desse *modus operandi*, porém esquecemos que a maneira de nos tornarmos eternos e nascermos muitas vezes é "morrendo". O permanente não muda, cristaliza-se; não muda, não se flexibiliza; não muda, morre buscando a eternidade.

As famílias contemporâneas têm prometido aos seus filhos uma liberdade descontextualizada, sem dizer aos filhos que a liberdade consiste no fato de que, em sendo livre, no exercício de seu livre-arbítrio, possa renunciar, mas continuar a conviver com suas renúncias. Isso é ser livre. Lembremo-nos da seguinte história:

Uma mãe está fazendo compras com seu filho, e a criança mexe em tudo, abre os pacotes dos produtos, derruba outros, estraga os alimentos... Um cliente, vendo a cena, dirige-se à mãe e pergunta por que ela tolera tal comportamento de criança rebelde, ao que a mãe responde: "Em nossa família, educamos nossos filhos para que exerçam sua liberdade, para que se expressem da maneira que lhes convém". O cliente então abre uma garrafa de água que estava no carrinho de compras e a despeja sobre a cabeça da criança, gerando protestos da mãe, ao que ele responde: "Em nossa família, também fomos educados para exercer nossa liberdade da maneira como nos convém".

Por certo, muitos condenam a atitude do cliente, mas o que quero ilustrar não é a atitude, e sim o princípio a se debater. É comum, em nossa sociedade, que os pais julguem que seus filhos estejam sempre certos, terceirizando a culpa aos amigos, à influência das más companhias, à mídia, o que gera uma verdadeira omissão para com a realidade que cerca essas crianças. Os pais devem sim amar e expressar esse amor em cuidados para com seus filhos. Porém, filhos que podem fazer o que querem, quando querem, como querem, não são filhos amados, e sim filhos abandonados. Em nome da autonomia, exerce-se o abandono. Penso que, por vezes, a letra da canção de Cazuza (1986) se faça presente nos relacionamentos: "O nosso amor a gente inventa pra se distrair, e quando acaba a gente pensa que ele nunca existiu".

"O nosso amor a gente inventa pra se distrair, e quando acaba a gente pensa que ele nunca existiu".

Talvez possamos afirmar que o que esteja imperando em muitas relações seja o medo do futuro, ou de "um" futuro em que os valores por muitos considerados fundamentais para a sociedade estejam se perdendo. Então, o medo como sentimento não compreendido ou mesmo superado volta sempre a subjugar a razão. Que medos podem estar assombrando as famílias? Que sentimentos geram as inseguranças nos relacionamentos? Que medos e inseguranças têm-se tornado a base da família contemporânea?

CONTEXTUALIZANDO A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: SOBRE PAIS E MÃES

Para caracterizar os pais e mães na sociedade atual, inicio minhas reflexões com as palavras de Sá (1999, p. 114s):

> Mais e melhor vida tem transformado as famílias alargadas em famílias nucleares que, em consequência da contracepção e do trabalho feminino (...), tem trazido o homem de regresso à "casa", à maternidade e à família. A igualdade de oportunidades tem-nos ensinado a conviver sem "fadas do lar" e sem "príncipe de marés" e releva, incontornavelmente, a função do casal, muito para além do vínculo matrimonial, no sentido da exigência de uma maturidade relacional que se traduz, no plano da interioridade, numa

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Uma maturidade relacional que se traduz, no plano da interioridade, numa união de fato (...) disso depende a melhor qualidade de vida familiar e a sua equivalente psicológica, que se traduzirá na persistência do desejo (...) de ser feliz.

união de fato (...) disso depende a melhor qualidade de vida familiar e a sua equivalente psicológica, que se traduzirá na persistência do desejo (...) de ser feliz.

Os avanços proporcionados pela ciência e as mudanças sociais obrigam homens e mulheres a se dedicarem às suas carreiras, a não poderem dispor de tempo para seus desejos, buscando o prazer imediato, a solução mais fácil, o caminho mais seguro, o que muitas vezes faz com que protelem a constituição de uma família; e, em se tratando de família, muitas vezes a carreira tem de ser postergada, os desejos protelados, o prazer não é imediato, as soluções nunca são fáceis e nada é seguro ou garantido. Como conviver com a constante possibilidade de perda de um filho que de uma hora para outra fica doente? Que sentimentos de revolta podem ocorrer quando perdemos um filho?

Penso que o exercício da maternalidade e da paternalidade seja muito exigente no sentido que pressupõe que os sujeitos de uma sociedade sejam praticantes da gratuidade, não baseiem suas relações no poder e superem o individualismo coletivo, não se tornando adeptos do narcisismo. Amar é hoje muito mais difícil do que outrora, não porque o amor tenha mudado, mas talvez porque as pessoas que amam passaram a amar outras "importâncias", têm outros quereres – e os filhos são exigentes, uma exigência que me solicita, pede, depende... Calligaris (1994, p. 15) afirma que "os psicanalistas sabem que, para aguentar ser pai, o mínimo exigido para um homem é reconhecer-se como filho", ou como nos diz Garfinkel (1985, p. 23):

> A relação pai-filho é uma das grandes expectativas, de crença e confiança (...) e de grande desapontamento, descrença e traição. O pai não é tudo aquilo que, inicialmente, parece ser. Na realidade, conforme a maioria dos homens de minha pesquisa indica, os homens que eles desejavam amar ao máximo e de quem desejavam estar mais próximo possível – seus pais – foram aqueles de quem menos conseguiram ser íntimos. O aliado é revelado como o rival. O herói possui duas faces.

O pai não é tudo aquilo que, inicialmente, parece ser.

Reconhecer-se como filho é outra questão de debate na sociedade contemporânea que merece nossa atenção por caracterizar a família contemporânea. A crescente ausência dos pais na educação de seus filhos tem-se configurado em uma educação "feita" por babás, TV, videogames ou mesmo "pessoas estranhas". É inegável que a influência da presença paterna e materna é de fundamental importância para a formação da personalidade e do caráter de uma criança (Winnicott, 1979). Contudo, os pais estão – por necessidades que criam – cada vez mais tempo fora de casa e, consequentemente, mais ausentes para com seus filhos e longe de transmitir-lhes a educação familiar. Segundo Malpique (1990, p. 98)

> (...) o pai, tanto na teoria psicanalítica quanto na teoria da aprendizagem social, é o verdadeiro agente de mudança, porque introduz a relação triangular. É a partir dele que a criança se depara com a mudança de objeto ou com a diferença de modelos. É ele o mediador da relação mãe-filho e é ele que introduz a distância, a diferença e a frustração mais penosa. É ele que, segundo Lacan, faz reconhecer à criança a falta, a impossibilidade da relação fusional com a mãe. A presença de um pai real (ou seu substituto) que dispute a mãe à criança é, portanto, indispensável. (...) O perigo da ausência real é a excessiva idealização, não o esquecimento.

E é justamente dessa idealização que Kafka (1919) escreve ao seu pai: "É muito possível que também não teria chegado a ser o tipo de homem que tu pretendes, mesmo que tivesse ficado inteiramente livre de tua influência durante o meu desenvolvimento". Por isso é que anteriormente expus a ideia de que a

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

criança precisa de um pai, não de um amigo, melhor ainda se for um pai com atitudes de amigo. É saudável para a criança que o pai exerça sua paternalidade. Paternalidade assume então a concepção de exercício da paternidade. Creio ser um processo em que o pai se "descobre" pai no mesmo processo em que o filho se "descobre" filho. É nesse exercício de ser pai, que frustra, que põe e impõe limites, que o homem/marido se encontra com o papel de pai e, por consequência, a criança se reconhece como filho/a.

Creio ser um processo em que o pai se "descobre" pai no mesmo processo em que o filho se "descobre" filho.

Contudo, é inegável que o papel do homem em nossa sociedade tem-se transformado muito nas últimas décadas, fazendo com que muitos se percam "no canto da sereia", como os homens de Ulisses na Odisseia. A eterna síndrome de Peter Pan (Kiley, 1983) insiste em se fazer presente. Tal síndrome agrava-se ainda mais com o mito capitalista de que o dinheiro compra tudo, inclusive o amor. Essa teoria sobre o dinheiro, que é muitas vezes praticada por parte dos pais, dá à criança uma falsa sensação de segurança e acaba por confundi-la ainda mais. "A criança é levada a pensar: se eu tiver dinheiro e as coisas de que gosto, não vou precisar das pessoas. Esse engano apresenta-se como solução do problema da solidão, mas na realidade somente a agrava" (Kiley, 1983, p. 94). Se desde criança pensamos e agimos assim, como nos comportar, que crenças ter quando adultos? Quando pais?

É comum os homens serem criados para "ganhar dinheiro", "fazer o seu primeiro milhão antes dos 25 anos", ter posses, carro, uma imagem de sucesso. Essa prática constante pode levar os homens a crer que o amor possa realmente ser comprado ou ao menos negociado. Busca-se isso no casamento em primeira instância e depois nas possíveis relações com os filhos. No mundo capitalista em que nos encontramos, o amor também é, muitas vezes, visto como negócio em que até criamos seguro para casamentos desfeitos...

A paternalidade vem tornando-se exigente para alguns justamente pelo fato de que ser pai é estar presente, preenchendo um espaço vazio que é no/do Outro – o filho, e aqui não há lugar para o individualismo ou narcisismo. Mas como dar ao Outro algo que julgo não ter? Surpreendi-me em uma aula de psicodinâmica da família em que uma acadêmica, no meio de nosso debate, declarou: "Agora compreendo que meu pai não tinha como me entender como a adolescente que fui; ele não teve um pai na adolescência dele (...) como então pode ser pai para mim e meus irmãos?" Por certo, nem todo processo familiar pode ser explicado como causa-efeito, mas merece nosso olhar sobre as realidades que se nos apresentam. É certo também que, para dominarmos as situações que as vida nos apresenta, precisamos desenvolver a capacidade de superação das críticas (reais ou imaginárias), dos reveses (concretos e fabricados por nós) e das desilusões.

"Agora compreendo que meu pai não tinha como me entender como a adolescente que fui; ele não teve um pai na adolescência dele (...) como então pode ser pai para mim e meus irmãos?".

O pai contemporâneo às vezes se vê perdido, em um mar de tantas teorias, tantas possibilidades e facilidades. Perdido porque as diversas teorias de como ser um pai eficiente, um pai eficaz, um pai-líder, um pai servidor, abarrotam as prateleiras das livrarias. Fórmulas, receitas, maneiras do como educar seu filho para que seja feliz proliferam semanalmente. Agregue a isso as mil possibilidades que temos para estar aqui, ali ou acolá em questão de frações de segundos (os equipamentos eletrônicos nos possibilitam isso) ou em questão de minutos (tomamos um avião em qualquer parte do mundo e em horas cruzo o Atlântico, o Pacífico, o país) e daí as "obrigações" anteriormente contratadas – casamento, filhos – podem facilmente ser desfeitos, tal como em Kundera (1984, p. 13):

> Tomas vivera apenas dois anos com a primeira mulher e tivera um filho. No julgamento do divórcio, o juiz confiou à mãe a

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

> guarda do filho. (...) Concedeu-lhe também o direito de ver o filho duas vezes por mês. Mas, todas as vezes em que Tomas deveria vê-lo, a mãe desmarcava o encontro. (...) Um domingo em que a mãe, mais uma vez, desmarcara no último minuto uma saída com o filho, ele decidiu que nunca mais o veria. Afinal, por que se prenderia a essa criança mais do que a qualquer outra? Não estavam ligados por nada, a não ser por uma noite imprudente. Depositaria escrupulosamente o dinheiro, mas que não viesse exigir dele que, em nome de vagos sentimentos paternos, disputasse a companhia do filho!

Na outra extremidade, temos a mulher/mãe que, tanto quanto o homem/pai, vem passando pelas mesmas agruras, com o agravante de que muitas ainda têm de ser mulher, esposa, amiga, filha dedicada. Weberman (2002) ressalta a seguinte ideia ao "explicar" por que nos encontramos nesse panóptico:

> Considere a seguinte hipótese: em algum momento entre os anos de 1966 e 1974, o mundo mudou (...). A primeira geração de crianças "amamentadas" com uma dieta regular de televisão atingiu a maioridade nessa época. E depois da televisão ocorreu a vasta proliferação de tevê a cabo, vídeo, fax, estimulantes farmacêuticos do humor, telefones celulares e internet. Tudo isso teve um efeito em nossos pensamentos, desejos e sentimentos.

Weberman expõe claramente que nossa sociedade apropriou-se do avanço tecnológico e fez como que ele também avançasse sobre as relações. Nesse movimento, a mulher não tardou a ser "engolida" por um cotidiano que exige dela respostas de sucesso, empreendedorismo e competição. Aburdene e Naisbitt (1992) já alertavam:

> Não há dúvida: a ida das mulheres para o trabalho rompeu a unidade familiar. Sem o apoio das empresas ou do governo, os pais enfrentaram uma questão simples, mas esmagadora: quem vai cuidar das crianças? Em consequência do aumento do poder das mulheres, algumas escaparam de casamentos em que haviam estado economicamente aprisionadas. O número de divórcios aumentou também por outras razões, mas o resultado final foi o mesmo: mais rompimento. Mães trabalhando. Divórcios. Assistência inadequada aos filhos. Crianças vivendo na pobreza porque pais ausentes não proveem o sustento dos filhos. Famílias adotivas. Mãe e pai trabalhando fora. Excesso de trabalho. Durante as duas últimas décadas, tanto os pessimistas quanto os observadores atentos podiam fazer uma boa previsão de que a família estava se desintegrando e, por isso, a sociedade também se desintegrava.

Vivemos as últimas décadas envolvidos por muitas transformações, com os papéis das mulheres mudando constantemente e, por consequência, o papel de mãe também. É fácil levantarmos os dados do aumento do número de mães "solteiras", mães pobres com pais omissos, famílias adotivas e combinadas, maior número de mães de meia-idade, com mulheres podendo optar por casar mais tarde, tornar a se casar, não casar, morar ou não junto com um companheiro e até mesmo ser mãe sem a necessidade de ato sexual. Enfim, cada vez mais observamos uma sociedade na qual tudo o que era sólido se desmanchou no ar, o que Bauman denominará de "tempos líquidos" (2007), "modernidade líquida" (2000) ou "mal estar da pós-modernidade" (1997).

Vivemos as últimas décadas envolvidos por muitas transformações, com os papéis das mulheres mudando constantemente e, por consequência, o papel de mãe também.

As mulheres, por mais liberdade que possam obter, ainda se empenham para cumprir os papéis sociais que lhes são impostos. Uma análise sobre o papel feminino é o descrito por Dias (2006) sobre a "elasticidade" da mulher, tendo justamente como pano de fundo uma família.

A ideia de uma supermãe que tudo sabe, tudo faz e tudo pode (três virtudes teologais de Deus) ainda assombra as mães. É necessário resgatar a ideia de Winnicott sobre o que é ser uma mãe suficientemente boa, aliviando as mulheres da carga que a psicanálise impõe sobre essa função. Segundo Grolnick (1990, p. 40):

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

> Mães suficientemente boas, porque sempre presentes, de algum modo substituem um ambiente sustentador mais constante, empaticamente flexível. (...). A mãe suficientemente boa (ou, na verdade, aquela que provê cuidados) gratifica empaticamente e, de uma forma winnicottiana maravilhosamente paradoxal, frustra, engana, mas proveitosamente.

Assim tem se constituído muitas relações e com os mesmos valores: os pais também se relacionam com seus filhos, não distinguindo o que é ser adulto de ser criança. As carências têm sido as mesmas, e as relações familiares mostram-se devoradoras, podendo chegar ao extremo de pais assassinados, filhos abandonados, padrastos e madrastas com vidas arrancadas e tantas outras notícias que fazem dos filhos, muitas vezes, algozes de seus pais e irmãos. Teria então a família se transformado em uma arena na qual a diversidade de papéis e carências se multiplica? Estaríamos esquecendo que cada um de nós tem, na verdade, diversas famílias, como, por exemplo, a família de nossa infância, a família que contraímos quando nos casamos, a família que constituímos quando nos tornamos pais e até mesmo a família que ganhamos quando nos tornamos avós?

Teria então a família se transformado em uma arena na qual a diversidade de papéis e carências se multiplica?

Concordo com a afirmação de Ackerman (1958, p. 29) quando diz: "A família é a unidade básica de crescimento e experiência, desempenho ou falha. É também a unidade básica de doença e saúde. (...) A família é uma unidade paradoxal e indefinível. Ela assume muitos aspectos. É a mesma em qualquer lugar, contudo nunca permaneceu a mesma".

DEFININDO O ESTADO EM QUE SE ENCONTRA A FAMÍLIA

Diante da dificuldade em definirmos um conceito de família, talvez possamos caracterizar em que estado se encontra a família. Creio que a palavra que melhor a defina seja *crise*, entendida como um momento privilegiado para equacionarmos quais são os valores fundamentais para a nossa existência e, inclusive, para a existência da família.

As dificuldades pelas quais passam os seres humanos definem, contudo, as mudanças de valores sociais. Assustamo-nos quando nos deparamos com as regras reescritas e as relações instáveis. Como pais, não sabemos de que modo impor a disciplina; os valores morais estão frágeis; a liberdade é aclamada como direito sem que se questione que antes temos deveres para com ela; o materialismo cada vez mais se apresenta como resposta à ilusão à felicidade; o respeito ao outro está cada vez mais esquecido e só me importa o que diz "respeito" a mim (a cada um de nós). Iniciamos mais uma vez o círculo do individualismo, do narcisismo coletivo, que leva à falta de disciplina, ao não respeito às regras e aos valores.

É por vivermos em tempos tão turbulentos que nos questionamos se outrora não era mais fácil viver, mais fácil controlar as crianças, mais fácil educar e impor mais respeito. O fato é que vivemos o tempo presente desejosos dos tempos passados... daí a afirmação de que vivemos em crise. Mas a crise é ótima, pois ela nos leva ao caos e o caos é a ordem espontânea da natureza; por isso, as famílias pensam que estão vivendo em um caos. Temos, com a crise, a oportunidade de reavaliar quais valores queremos "levar" para o futuro ou disseminar para as gerações futuras.

Como definirmos o estado em que se encontra a família? Penso que se esteja redirecionando e reposicionando para o questionamento de valores que hoje parecem ser importantes, mas que não o são. São perceptíveis alguns movimentos sociais que tentam resgatar a figura dos pais, os valores dos avós, a cidadania e a civilidade. Porém, para tudo isso, é necessário que esteja-

Como definirmos o estado em que se encontra a família? Penso que se esteja redirecionando e reposicionando para o questionamento de valores que hoje parecem ser importantes, mas que não o são.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

mos em crise, pois é na crise que fazemos outras escolhas.

Devemos estar alertas e vigilantes para com o que Schwartz (2004) denomina de paradoxo da escolha. O autor argumenta que o excesso de escolha tem um custo quando nos apegamos, de maneira obstinada, a todas as escolhas disponíveis, acabamos tomando decisões erradas, ficamos ansiosos, estressados, insatisfeitos e até mesmo deprimidos.

É necessário definir claramente que família se quer ter frente às inúmeras possibilidades que se apresentam – e mais uma vez nos vemos diante da pergunta: que família queremos ter hoje? Que família queremos ter amanhã? Cabe ressaltar que muitos clamam por fórmulas, dicas, orientações referentes a como sobreviver à própria família sem perceber que ela passa por seu ciclo de vida.

Carter e McGoldrick (1989) explicam que, para cada estágio de ciclo de vida familiar, há um processo emocional de transição. Por exemplo: sair de casa, jovem e solteiro, implicará a aceitação da responsabilidade emocional e financeira. Já um casamento implicará o comprometimento com um novo sistema, e assim por diante; família com filhos pequenos, com adolescentes, a saída dos filhos adolescentes de casa, "famílias no estágio tardio da vida".

Definir a família hoje para o futuro é trazer à mesa de debates questões referentes à criação de filhos do casal pelos avós; é falar de adoção internacional; é debater as questões dos filhos da homoparentalidade; é debater as atitudes e expectativas de jovens solteiros frente à família e ao casamento; é debater as escolhas de opção sexual que pais e mães fazem e que dizem respeito à educação dos filhos (está tornando-se comum casais com filhos se separarem e tanto o homem quanto a mulher optarem por viver uma relação homossexual).

Féres-Carneiro (2009) argumenta que, em se tratando de família, fica evidente que "aspectos relativos às permanências e rupturas que coexistem nas múltiplas configurações conjugais e familiares da contemporaneidade" vêm tornando-se a base de constructo das famílias. Além disso, "tais rupturas e permanências têm-se refletido nas relações de gênero, na subjetivação, na parentalidade, na filiação, no trabalho e na saúde emocional dos sujeitos envolvidos na trama familiar".

DEFININDO SAUDADE E ALGUNS OUTROS SENTIMENTOS FAMILIARES

Saudade é quando o momento tenta fugir da lembrança para acontecer de novo e não consegue. *Lembrança* é quando, mesmo sem autorização, seu pensamento reapresenta um capítulo. *Angústia* é um nó muito apertado bem no meio do sossego. *Preocupação* é uma cola que não deixa o que ainda não aconteceu sair de seu pensamento. *Indecisão* é quando você sabe muito bem o que quer, mas acha que deveria querer outra coisa. *Certeza* é quando a ideia cansa de procurar e para. *Intuição* é quando seu coração dá um pulo no futuro e volta rápido. *Pressentimento* é quando passa em você o trailer de um filme que talvez nem exista. *Vergonha* é um pano preto que você quer para se cobrir naquela hora. *Ansiedade* é quando sempre faltam muitos minutos para o que quer que seja. *Interesse* é um ponto de exclamação ou de interrogação no final do sentimento. *Sentimento* é a língua que o coração usa quando precisa mandar algum recado. *Raiva* é quando o cachorro que mora em você mostra os dentes. *Tristeza* é uma mão gigante que aperta o seu coração. *Felicidade* é um agora que não tem pressa alguma. *Amizade* é quando você não faz questão de você e se empresta aos outros. *Culpa* é quando você cisma que podia ter feito diferente, mas geralmente não podia. *Lucidez* é um acesso de loucura ao contrário. *Razão* é quando o cuidado aproveita que a emoção está dormindo e assume o comando. *Vontade* é um desejo que cisma que você é a casa dele. *Paixão* é quando, apesar da palavra perigo, o desejo chega e entra. *Amor* é quando a paixão não tem outro compromisso marcado. Não... Amor é um exagero... também não. Um dilúvio, um mundaréu, uma insanidade, um destempero, um despropósito, um descontrole, uma necessidade, um desa-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

pego? Talvez porque não tenha sentido, talvez porque não tenha explicação. Esse negócio de amor... não sei explicar (retirado do blog Palavras Rabiscadas).

Discorrer sobre a família do futuro colocou-me em xeque sobre qual família falaria: a família Talita-Nílson-Cleisson-Cássia? Ou falaria da família Talita-Nílson agora sem os filhos? Ou, ainda, poderia eu discorrer sobre as famílias Cleisson e sua família ou Cássia e sua família? Havia ainda outra possibilidade, Talita-Nílson-Lili, ou ainda as famílias individuais Talita, Nílson, Cleisson, Cássia.

Como só podemos sentir saudade daquilo que ainda não vivemos, a família do futuro é a família de encontros de sujeitos que se reencontrarão com seus pares. Não creio que o futuro existirá sem família – até porque não existirá futuro sem família –, mas haverá sim outras formas de famílias, outras concepções, arranjos, necessidades.

A família do futuro é a família de encontros de sujeitos que se reencontrarão com seus pares.

As famílias do futuro serão como no desenho *A família do futuro*, em que fica evidente que lançaremos mão de nossa memória para a formação não mais de famílias mononucleares (com filho, pai e mãe), mas certamente desejaremos resgatar a família como grupo, orla primeira do ser humano. Nas "novas" famílias do futuro, as constituições serão possivelmente os filhos dela com os enteados dele; os enteados dela e os enteados dele; os filhos gerados no útero da avó, convivendo com os filhos adotados, que por sua vez são filhos gerados *in vitro*; filhos gerados pelos "meios naturais" e filhos gerados "sem pai" em laboratório; o casal de mães e seus filhos ou o casal de pais com seus filhos e os avós.

As famílias do futuro não mais se constituirão de mães como Talita que, sentindo a falta do filho, implora que venha visitá-la, pois construíram uma casa para abrigar a família e eles simplesmente foram embora, proporcionando a ela e ao marido que vivenciem a síndrome do ninho vazio – ninho que será preenchido com animais de estimação que terão a "missão" de tapar a dor da saudade, da separação, de se tornar objeto de amor, carinho e afeição. Por vezes, também se pode incorrer que, na falta de repertório para trocas significativas, sendo mais fácil o relacionamento com um animal do que com um ser humano, que pede, solicita e questiona o amor e afeto que lhe é dado, ou seja, exige qualidade. As famílias do futuro não deverão ter pais que, carentes de afeto filial, cobrem de seus filhos maior regularidade de visitas sem permitir-lhes que vivam suas vidas, ou ainda não precisarão exercer poder econômico sobre eles para justificar suas necessidades. Acredito, contudo, que tal família existirá se pudermos abandonar os medos apontados nos questionamento de Pelbart (2000, p. 11):

> Não paramos de nos perguntar: o que se passou, o que terá acontecido que de repente tudo mudou, que já não nos reconhecemos no que ainda ontem constituía o mais trivial cotidiano? Aumenta nosso estranhamento com as maneiras emergentes de sentir, de pensar de fantasiar, de amar de sonhar, e cada vez mais nos vemos às voltas com imensos aparelhos de codificação e captura, que sugam o estofo do que constituía, até há pouco, nossa íntima espessura.

Será necessário, porém, que a sociedade dê chances para que a subjetividade do homem seja resgatada, que o homem possa se reencontrar consigo, com sua essência, com seus verdadeiros quereres, e assim constituir uma família com seus valores, e não mais com os valores de uma sociedade pós-moderna que expurga o que há de mais humano no ser humano.

Sem dúvida, nosso tempo aponta que as famílias ficarão cada vez menores, pois a humanidade tem-se pautado no individualismo-narcísico que nada vê a não ser a si mesmo. Contudo, a consciência do coletivo imperará; os pais encontrarão outras formas de trabalho para que o tempo que hoje é curto para ficarem com seus filhos possa existir e, com isso, a convivência deixará de ser ameaçadora, já que

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Pais e filhos passarão a se conhecer em descobertas parentais.

pais e filhos passarão a se conhecer em descobertas parentais.

A prática de famílias com menos filhos perdurará por muito tempo, ainda fazendo com que o medo da perda assombre as mentes (como diriam os "antigos": quem tem um não tem nenhum), mas não creio que viveremos como "Os Jetsons", tampouco como "Os Waltons", mas podemos aprender desde já com as diversas famílias com as quais temos oportunidade de visualizar os conceitos aqui expostos. São elas: "Os Incríveis", "Everybody Loves Raymond", "Everybody Hates Chris", "Os Simpsons", "Uma Família da Pesada", "A Grande Família", "Married with Children", "Malcolm in The Middle", "The Middle", "No Ordinary Family" entre muitos seriados que nos brindam com situações inusitadas (ficção ou realidade?). É pertinente nos atermos em como as famílias são retratadas em cada um desses seriados:

Everybody Loves Raymond – a vida de Raymond Barone não poderia ser melhor: cronista esportivo de sucesso, casado com Debra, é pai de três belas crianças e mora numa bela casa de subúrbio. Ray, como também é conhecido, só queria uma coisa: ficar longe de sua família. Mas o destino quis que ele fosse morar ao lado da casa dos pais, Marie e Frank, que também vêm abrigando o irmão mais novo de Ray, Robert, um policial que acabou de se separar do primeiro casamento. A vida de Ray seria apenas uma rotina tranquila se sua família não passasse o dia inteiro tentando participar mais ativamente do que acontece dentro de sua casa. Debra pede mais decisão do marido para inibir o contínuo entra e sai de sua casa e de suas vidas. Porém, Ray não é muito chegado a um confronto, especialmente contra a sua família. A série é baseada na história da vida do comediante Ray Romano.

Everybody Hates Chris – Chris Rock, um dos mais famosos atores e comediantes da TV, conta histórias e vivências engraçadas de sua adolescência durante o fim da década de 1980. A começar pela luta que teve de travar para encontrar seu espaço em um colégio de brancos que ficava a duas horas de sua casa. Como o mais velho de três irmãos, no Brooklyn, Nova York, também precisou manter os mais novos na linha e superar os testes de sua escola. Em 1982, Chris completa 13 anos e, ao entrar na adolescência, descobre que ela não é tão legal quanto imaginava ser. Em meio à responsabilidade de ter de cuidar dos irmãos mais novos, Drew e Tonya, enquanto seus pais trabalham, Chris amadurece rapidamente e percebe que já faz parte do universo adulto, mesmo sem ter idade para isso. Conforme o protagonista olha para o seu passado, aos poucos descobre o que sua família já sabia: sua personalidade excêntrica e marcante lhe abrirá portas.

The Middle – esqueça os atletas, os astros do cinema e os políticos. Os verdadeiros heróis são os pais – mas achamos que Frankie Heck deve ser uma super-heroína. Esposa dedicada e mãe de três filhos, ela pertence à classe média, mora no meio do país e está chegando à meia-idade. Frankie e seu marido, Mike, vivem em Orson, na Indiana, desde sempre. Homem de poucas palavras, Mike é o gerente das escavações, e Frankie é a terceira melhor vendedora de carros usados em uma empresa com três empregados. Ela pode não ser uma excelente empresária, mas, quando o assunto é sua família, ela faz o possível e o impossível. Temos Axl, seu filho adolescente seminudista (concebido ao som de Guns N' Roses), Sue, a adolescente esquisita que falha em tudo o que tenta fazer, mas sempre tem a palavra final, e Brick, o garoto de sete anos cuja melhor amiga é sua mochila de escola. Às vezes, parece que todos estão tentando chegar ao topo (ou lutando para não chegar ao fundo do poço), mas acreditamos que Frankie e sua família encontrarão muito amor e darão muitas risadas em algum lugar no meio do caminho.

Malcolm in The Middle – a série Malcolm mostra as aventuras e trapalhadas de uma família de classe média americana formada por quatro irmãos briguentos e seus pais – um casal que tenta "segurar as pontas" até que o

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

filho mais novo complete 18 anos. Criada e produzida por Linwood Boomer, a série é narrada a partir da visão de Malcolm (Frankie Muniz), um garoto normal que adora andar de *skate*, fazer algazarra com os irmãos e evitar problemas na escola. Ele até já conseguiu aceitar o fato de seus pais perambularem pela casa completamente despidos. Entretanto, o mundo de Malcolm virou de pernas para o ar quando seu QI de gênio foi descoberto. A partir de então, ele passou a frequentar uma classe de alunos superdotados. Os pais de Malcolm, Hal (Bryan Cranston) e Lois (Janes Kaczmarek), não têm o gramado mais bem-cuidado, a casa mais limpa e os filhos mais inteligentes da vizinhança. No entanto, apesar das confusões cotidianas dessa família, todos sabem que o amor acaba prevalecendo. Francis (Christopher Masterson) é o irmão mais velho e o favorito de Malcolm. Ele foi enviado para um campo de guerra como medida disciplinar do exército e está longe da família. Com Francis fora de casa, Malcolm é literalmente o filho do meio. Agora o mais velho é seu irmão Reese (Justin Berfield), um rapaz cujos punhos funcionam mais rápido do que o cérebro. Já o caçula do grupo, Dewey (Erik Per Sullivan), não hesita em demonstrar seu comportamento infantil. Com seu humor inteligente e sarcástico, Malcolm segue a vida cumprindo as etapas apresentadas pela idade – um caminho por vezes perigoso e sempre repleto de diversão. Como ele mesmo costuma dizer, "A melhor coisa da infância é que num determinado momento ela acaba".

Por fim, cabe relembrar as palavras de Freud (1912) em que afirma a importância de se pensar o homem historicamente, no cerne de seu meio ambiente cultural, atravessado pelas vicissitudes do tempo e do espaço que constituem sua realidade psíquica. Contextualizando o homem, contextualizaremos também a família e, a partir daí, não temeremos mais as palavras de Rousseau (1782) que ecoam através dos tempos:

> No requinte do seu ódio, procuraram o tormento que fosse mais cruel para a minha alma sensível e quebraram violentamente todos os laços que a eles me ligavam. Eu teria amado os homens apesar do que são. Ao deixarem de o ser, mais não fizeram do que furtar-se ao meu afeto. Ei-los, portanto, estrangeiros, desconhecidos, em suma, inexistentes para mim, já que assim o quiseram. Mas eu, desligado deles e de tudo, o que sou afinal? É o que me falta descobrir.

Acredito na perpetuação da família no futuro, reafirmando a crença de que as pessoas nunca estiveram tão interessadas em manter relacionamentos mais duradouros e profundos, e a família configura-se como lugar privilegiado para essas relações, pois neste início de século observamos que os pais passam mais tempo com seus filhos do que em qualquer outro período da história. Parece algo paradoxal, mas, se observarmos bem a história (embora possamos apontar que os pais não têm tempo para seus filhos), não há a necessidade de jornadas de trabalho tão extensas quanto no século passado, e a opção por permanecer junto à família e aos filhos já se configura como uma possibilidade maior. É certo também que essa mudança de comportamento/opção terá de se tornar uma tendência. Torço para que as palavras de Penn (2007) realmente se concretizem:

> Quando determinada tendência atinge 1%, ela está pronta para criar um filme de sucesso, um *best-seller* ou um novo movimento político. O poder da escolha individual está influenciando cada vez mais a política, a religião, o entretenimento e até mesmo a guerra. Nas atuais sociedades de massa, basta que apenas 1% dos indivíduos faça uma escolha – contrária à da maioria – para criar um movimento que pode mudar o mundo.

É preciso que, despidas dos paradigmas e conceitos estanques, as práticas psicológicas se interessem pela família no futuro, pois precisaremos de profissionais que encarem o ambiente familiar como algo a ser construído e compreendido, ou seja, compreender a paternidade tardia; compreender o papel dos bichos de estimação em substituição aos filhos; compreender as mães que geram seus filhos

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

após os 40 anos e não querem um pai para "seu" filho; explicar à sociedade as implicações de fecundações *in vitro*; trabalhar as mediações cada vez mais necessárias no litígio de pais que disputam a guarda de seus filhos ou mesmo buscam seus direitos de pai. Tudo isso penso ser um presente-futuro ou um futuro já presente. O futuro sem família? Não existe, porque não existe família sem futuro, por isso sempre temos saudade de nossas famílias.

Questões para debate

1. Que outras formas de amor temos inventado na sociedade pós-moderna?
2. Das famílias listadas como exemplo, qual delas mais se parece com a sua? Qual você gostaria de constituir?
3. Quais são as suas saudades?

Questões para discussão

1. Que pressupostos você julga que serão necessários para o trabalho com famílias?
2. Debata com argumentos a afirmação: "pais e filhos passarão a se conhecer em descobertas parentais".

REFERÊNCIAS

Aburdene, P., & Naisbitt, J. (1992). *Megatendências para as mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.

Ackerman, N. W. (1986). *Diagnóstico e tratamento das relações familiares*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Anderson, P. (1998). *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

Baudrillard, J. (1991). *A sociedade do consumo*. Lisboa: Edições 70.

Bauman, Z. (1997). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bauman, Z. (2000). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bauman, Z. (2007). *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Calligaris, C. (1994). O grande casamenteiro: Questionamentos psicanalíticos sobre o que nos leva a casar. In *O laço conjugal*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

Carter, B., & McGoldrick, M. (1989). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (2. ed.). Porto Alegre: Artmed.

Connor, S. (1989). *Cultura pós-moderna: Introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo: Loyola.

Debord, G. (1992). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Dias, R. (2006). *A família incrível é mesmo incrível?* Trabalho de conclusão de curso não publicado, Universidade São Francisco, São Paulo.

Dowling, C. (1981). *Complexo de cinderela*. São Paulo: Círculo do Livro.

Eagleton, T. (1996). *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar.

Elias, N. (1987). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Féres-Carneiro, T. (2009). *Casal e família: Permanência e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Freud, S. (1990). Introdução ao narcisismo. In *Ensaios de metapsicologia e outros textos* (Obras completas, Vol. 12). São Paulo: Companhia das Letras. (Original de 1914).

Friedman, C., & Yorio, K. (2006). *Mulheres no comando: Como liderar sem descer do salto*. São Paulo: Verus.

Galimberti, U. (2000). *Psiche e techne: O homem na idade da técnica*. São Paulo: Paulus.

Garfinkel, P. (1985). *No mundo dos homens: Pais, filhos, irmãos, amigos e outros papéis que os homens desempenham*. São Paulo: Círculo do Livro.

Grolnick, S. (1990). *Winnicott, o trabalho e o brinquedo: Uma leitura introdutória*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Hobsbawm, E. (1994). *A era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)* (2. ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

Kafka, F. (1919). *Carta a meu pai*. São Paulo: Martin Claret.

Kiley, D. (1983). *Síndrome de Peter Pan*. São Paulo: Círculo do Livro.

Kirn, W. (2001). *Amor sem escalas*. Rio de Janeiro: Record.

Kundera, M. (1984). *A insustentável leveza do ser*. São Paulo: Circulo do Livro.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Levy, A. (2001). *Psicossociologia, análise e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica.

Lion, D. (1994). *Pós-modernidade*. São Paulo: Paulus.

Lipovetsky, G. (1983). *A era do vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Antropos.

Lowen, A. (1983). *Narcisismo: Negação do verdadeiro "self"*. São Paulo: Círculo do Livro.

Lyotard, J. F. (1979). *A condição pós-moderna* (9. ed.). Rio de Janeiro: José Olympio.

Malpique, C. (1984). *A ausência do pai* (3. ed.). Porto, Portugal: Afrontamento.

Melville, H. (1956). *Bartleby, o escrivão*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Pelbart, P. P. (2000). *A vertigem por um fio: Políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras.

Quiroga, H. (1917). A galinha degolada. In *Contos de amor, de loucura e de morte*. Rio de Janeiro: Record.

Riesman, D. (1950). *A multidão solitária: Um estudo da mudança do caráter americano*. São Paulo: Perspectiva.

Rousseau, J. J. (1782). *Os devaneios do caminhante solitário*. Lisboa: Cotovia.

Sá, E. (1999). *Manual de instruções para uma família feliz*. Lisboa: Fim de Século.

Saramago, J. (1995). *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schwartz, B. (2004). *O paradoxo da escolha: Por que mais é menos*. São Paulo: A Girafa.

Seligson, H. (2007). *Mulheres trabalhando: Os segredos que toda mulher deve saber para construir uma carreira de sucesso*. São Paulo: Futura.

Sennett, R. (1974). *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sina, A. (2005). *Mulher e trabalho: O desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade*. São Paulo: Saraiva.

Touraine, A. (1997). *Podemos viver juntos, iguais e diferentes*? Rio de Janeiro: Vozes.

Weberman, D. (2002). A simulação de matrix e a era pós-moderna. In W. Irwin, *Matrix: Bem-vindo ao deserto do real*. São Paulo: Madras.

Winnicott, D. W. (1979). *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Parte II
A família em diferentes contextos

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

7

Família ribeirinha: um estudo de suas relações

Simone Souza da Costa Silva
Fernando Augusto Ramos Pontes
Júlia S. N. F. Bucher-Maluschke
Kátia Carvalho Amaral
Thamyris Maués dos Santos

INTRODUÇÃO

A importância da família como um espaço privilegiado no qual se estabelecem relações fundamentais que estruturam o desenvolvimento dos indivíduos é antiga e há muito constitui um dos principais objetos de interesse da psicologia clínica (Nichols e Schwartz, 1998). Todavia, com o crescente reconhecimento dos aspectos dinâmicos do ambiente, a família tornou-se o foco das pesquisas em psicologia do desenvolvimento humano.

O avanço dos estudos em família têm-se dado de modo significativo à luz do modelo sistêmico. Nessa perspectiva, a família é compreendida como um todo constituído por partes que mantêm relações de interdependência entre si, de modo que alterações em uma das partes alteram o funcionamento das demais (Minuchin, 1985). Essa concepção traz consequências importantes, como a interdependência entre os subsistemas parentais e conjugais. Em sua metanálise, Erel e Burman (1995) identificaram uma correlação positiva entre as relações conjugais e parentais, de modo que, quanto melhor a qualidade da relação marital, melhor o ajustamento entre os genitores e seus filhos, e vice-versa.

Quanto melhor a qualidade da relação marital, melhor o ajustamento entre os genitores e seus filhos e vice-versa.

Dessa maneira, pode-se entender que a função parental é mais facilmente realizada quando os cônjuges dispõem do apoio mútuo. As tomadas de decisões são mais fáceis quando os parceiros veem a criança como um empreendimento comum, cuja responsabilidade é igualmente partilhada. O sentimento de parceria presente em algumas relações conjugais fortalece individualmente os parceiros, que se tornam mais capazes de transmitir segurança e firmeza diante do sujeito em desenvolvimento.

Partindo do princípio de que o subsistema conjugal constitui a unidade central da família como um todo, já que organiza as demais relações que se processam em seu interior, estudos com famílias têm destacado o papel que as percepções exercem nas relações do contexto familiar. De fato, elas constituem um dos principais componentes dos relacionamentos, sendo que o modo como as pessoas percebem-se, mutuamente, orienta

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

O modo como as pessoas percebem-se, mutuamente, orienta suas relações.

suas relações (Hinde, 1997). Portanto, a percepção mútua que marca o subsistema conjugal influencia na qualidade do seu relacionamento e, por conseguinte, repercute no subsistema parental.

Estudos indicam que as percepções positivas dos indivíduos sobre suas relações e as de seus parceiros geram comportamentos que favorecem a qualidade e a estabilidade dos relacionamentos interpessoais (Berscheid, 1994; Berscheid e Reis, 1998; Gottman, 1993, 1998; Heavey, Shenk e Christensen, 1994; Hinde, 1979, 1997). Assim, quanto mais idealizadas forem as construções sobre o parceiro, maior será a satisfação conjugal. Para Gottman (1998), "casais infelizes consideravam aproximadamente todo traço negativo como característica de seus parceiros [...], enquanto que parceiros felizes consideravam aproximadamente todo traço positivo como característica de seus [...] companheiros" (p. 172).

Então, pode-se depreender que as percepções produzidas entre os membros atuam na dinâmica dos relacionamentos intrafamiliares. Em consequência, a qualidade das percepções produzidas pelos membros das famílias influencia, entre outros aspectos, a qualidade da comunicação estabelecida e as estratégias utilizadas por seus membros para solucionar os conflitos.

A qualidade das percepções produzidas pelos membros das famílias influencia, entre outros aspectos, a qualidade da comunicação estabelecida e as estratégias utilizadas por seus membros para solucionar conflitos.

Segundo Bateson (1972), a comunicação é um processo que ocorre através de gestos e palavras, entre um indivíduo que envia uma mensagem e outro que recebe a mensagem, ganhando sentido apenas no contexto relacional. Tais relacionamentos produzem e são produzidos por meio de diferentes papéis, como aqueles construídos socialmente em função do gênero.

Luo Lu e Yu Yi Lin (1998), ao investigar os papéis nos grupos familiares chineses concluíram que o gênero associado aos valores culturais de cada grupo é fundamental no estabelecimento das tarefas que mantêm o funcionamento do sistema familiar. Estes, assim como a percepção, constituem elementos que organizam as relações familiares, estabelecendo formas peculiares não apenas de se relacionar, mas também de solucionar os conflitos.

O gênero associado aos valores culturais de cada grupo é fundamental no estabelecimento das tarefas que mantêm o funcionamento do sistema familiar.

Há fortes evidências de que certas dimensões do conflito, tais como frequência, intensidade e conteúdo, afetam as reações infantis. Cummings, Zahn-Waxler e Radke-Yarrow (1984) indicaram que crianças expostas com mais frequência a conflitos em casa demonstram mais reações emocionais negativas do que crianças menos expostas. O'Brien e colaboradores (1995) consideram que conflitos que envolvem agressões podem ser mais prejudiciais à criança do que aqueles que não envolvem.

Por outro lado, os conflitos são vistos como elementos inevitáveis das relações, que podem desempenhar uma função positiva, principalmente quando são resolvidos ou quando são expressos de maneira construtiva (Easterbrooks, Cummings e Emde, 1994). As disputas podem servir para promover a intimidade e o crescimento no casamento graças à possibilidade de se exercitar a comunicação através de negociações e podem ser necessárias para manter a harmonia familiar por um longo tempo (Gottman e Krokoff, 1989). Uma outra função positiva das situações de conflito consiste na oportunidade oferecida às crianças de aprender modos, estratégias apropriadas e inapropriadas de manejar as diferenças interpessoais com seus parceiros.

Os conflitos são vistos como elementos inevitáveis das relações, que podem desempenhar uma função positiva, principalmente quando são resolvidos ou quando são expressos de maneira construtiva.

O modo como os grupos resolvem seus conflitos e os padrões de comunicação estabe-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

A dinâmica das relações parentais e conjugais pauta-se no conjunto de regras e valores que constituem determinado grupo cultural.

lecidos entre as pessoas estão relacionados, entre outras variáveis, à estrutura sociocultural em que esses grupos estão inseridos. Portanto, a dinâmica das relações parentais e conjugais pauta-se no conjunto de regras e valores que constituem determinado grupo cultural.

Essa perspectiva baseia-se na noção de que a interdependência que marca os vínculos intrafamiliares também está presente nas relações entre as famílias e a culturas (Bronfenbrenner, 1996). Desse modo, o conjunto de crenças e valores que caracterizam um grupo cultural torna-se parte da dinâmica intrafamiliar, que se expressa nos padrões de comunicação e de conflito adotados por seus membros. Por outro lado, as relações familiares constituem parte dos elementos que especificam as culturas, distinguindo-as uma das outras.

Geertz (1966) argumenta que as representações culturais exercem um papel constitutivo na evolução da personalidade ao oferecer orientações sobre como regular o comportamento das crianças, integrando-as ao mundo cultural através de prescrições referentes à maneira como as pessoas devem comportar-se para solucionar os problemas da vida diária.

Considerando a noção de que a dinâmica das famílias é marcada pela cultura na qual estão inseridas e tendo em vista a diversidade cultural que caracteriza o contexto brasileiro, o objetivo deste capítulo é apresentar as relações conjugais e parentais estabelecidas em uma família moradora de uma comunidade ribeirinha na Amazônia, destacando as principais características do ambiente que interferem em sua dinâmica.

RELATO DE CASO

A região amazônica, em sua diversidade populacional, é composta por comunidades tradicionais que vivem em regiões de difícil acesso, como as margens dos rios. Uma dessas comunidades, a do rio Araraiana, foco desta pesquisa, faz parte do município de Ponta de Pedras, na Ilha do Marajó, no estado do Pará, que é considerado um dos mais pobres dessa região.

A comunidade do rio Araraiana é composta por 23 famílias, com cerca de 129 pessoas. As casas estão dispostas às margens desse rio, havendo uma distância aproximada de no mínimo 300 metros entre cada residência. As casas são geralmente pequenas, com poucos compartimentos, em média divididos em sala, quarto e cozinha. A renda mensal das famílias gira em torno de R$ 150,00, sendo que o extrativismo e a pesca são as principais fontes de recursos financeiros.

Foi selecionada como participante da pesquisa uma família numerosa, constituída por 23 pessoas: o casal, seus nove filhos e seus respectivos companheiros, filhos e enteados. A escolha dessa família deveu-se ao seu tamanho, uma vez que nessa comunidade é comum encontrar famílias com muitos membros. Ressalta-se que os nomes citados no corpo do texto são fictícios em respeito ao sigilo e às normas éticas de pesquisa.

Diante da complexidade de se investigar estruturas e dinâmicas familiares, as abordagens multimetodológicas tornaram-se mais adequadas para o objetivo da pesquisa. Foram utilizados o inventário sociodemográfico, o questionário de rotinas familiares e as situações estruturadas de investigação. A aplicação desses instrumentos foi realizada após aprovação da pesquisa pelo Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, que emitiu o protocolo de aprovação de número 2716-06.

Inventário sociodemográfico

Teve por objetivo caracterizar a família com questões referentes à identificação, dados demográficos, modo de vida e caracterização do sistema familiar. Esse instrumento foi aplicado por completo em todos os grupos familiares da comunidade Araraiana (Silva, 2006).

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Questionário de rotinas familiares

Consiste em uma planilha em cujas linhas consta o horário disposto em escala de uma hora e em cujas colunas constam a atividade, o local e a companhia. Teve por objetivo registrar as atividades realizadas por cada membro em dias típicos, de modo que o entrevistado era solicitado a responder acerca dos acontecimentos ocorridos no dia anterior e no domingo anterior ao dia da coleta. No entanto, foram realizadas adaptações no instrumento para que ele se tornasse mais coerente com o modo de vida ribeirinho (Silva et al., 2010).

Situações estruturadas de investigação

Tiveram por objetivo revelar aspectos da dinâmica dos relacionamentos intrafamiliares, como comunicação e conflito. Com duração média de 20 minutos, foram elaboradas considerando-se aspectos que poderiam ser significativos e motivadores em termos da cultura local. Foram elaboradas cinco situações de investigação, a saber: o miriti, a solução de problemas, as fotos, as semelhanças e diferenças, o nível de satisfação-ciclo vital (Silva, 2006).

No que diz respeito à análise das informações coletadas através desses instrumentos, os dados sociodemográficos serviram de base para a construção do mapa genealógico (McGoldrick, Gerson e Shellenberger, 1999). Os dados de rotina também foram utilizados para construir mapas de rede (Sluzki, 1997) que descrevem os diferentes tipos de envolvimento dos membros do grupo familiar entre si e entre as várias categorias de relações desenvolvidas no interior da comunidade (Silva et al., no prelo).

As informações referentes à rotina foram organizadas em oito categorias aglutinadoras, nas quais constavam as atividades executadas, os membros que as realizavam, a frequência, os exemplos e algumas observações a respeito das atividades. Essas categorias foram elaboradas com base em Sluzki (1997):

a) companhia social: refere-se à realização de atividades conjuntas ou simplesmente ao estar junto;
b) ajuda material e de serviços: referem-se a relações em que predominam uma colaboração específica com base em conhecimentos, ajuda física ou material;
c) regulação e controle social: reafirmam responsabilidades e papéis;
d) apoio emocional: refere-se a intercâmbios que conotam atitude emocional positiva, clima de compreensão, simpatia, empatia, estímulo e apoio; é o poder de contar com a ressonância do outro;
e) acesso a novos contatos: refere-se à função de abertura para a conexão com pessoas e redes que até então não faziam parte da rede social do indivíduo; é um atributo de qualquer relação, mas aparece como um traço importante apenas em algumas pessoas;
f) guia cognitivo e de conselhos: refere-se às interações destinadas a compartilhar informações pessoais ou sociais, esclarecer expectativas e proporcionar modelos de papéis.

Os dados obtidos através das situações estruturadas foram organizados em duas grandes categorias: relação conjugal e relação parental. Nos dois subsistemas, foram destacados a comunicação e o conflito entre seus membros.

CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA FOCAL

O grupo analisado era constituído por 23 pessoas: César, Naná, seus nove filhos e seus respectivos companheiros. Três dos dez filhos já estavam casados e seus parceiros moravam junto ao sistema familiar, sendo que alguns deles trouxeram consigo filhos de outros relacionamentos. Assim, além de César, Naná e os nove filhos, havia três companheiros, seis netos e três enteados dos filhos.

Esse sistema diferenciava-se dos demais sistemas da comunidade porque seus membros

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

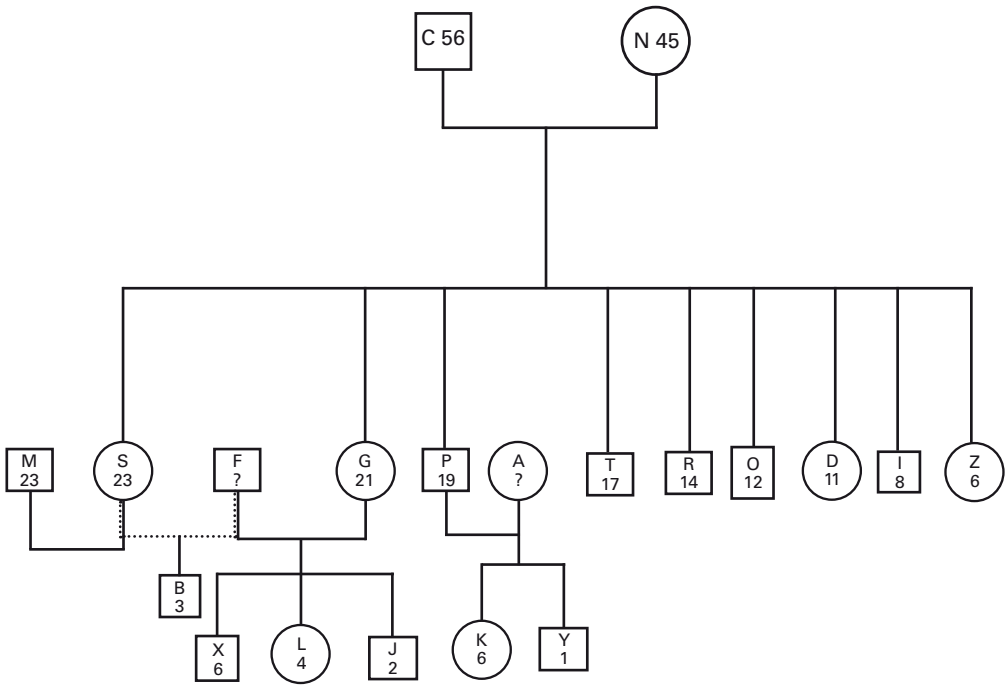

FIGURA 7.1
Mapa genealógico da família César/Naná: membros apresentados pelas iniciais dos nomes fictícios.

estavam vivendo simultaneamente várias etapas do ciclo vital: embora a filha caçula tivesse seis anos de idade, o sistema também era composto por adolescentes e filhos adultos. É interessante ressaltar que a chegada da vida adulta não representou a saída e, consequentemente, a redução do grupo, e sim o seu aumento.

Pode-se considerar que o sistema César/Naná caracterizava-se como uma família multigeracional, já que era formada por mais de duas gerações, isto é, além dos pais e dos filhos ocorreu a entrada de uma terceira geração.

ROTINA FAMILIAR

A fim de organizar as atividades de rotina da família focal, foram construídas oito categorias aglutinadoras, nas quais se explicita em que consiste cada atividade, os exemplos, os membros que a realizavam, a frequência com que aconteciam e algumas observações a respeito das atividades.

a) Subsistência econômica: atividades voltadas à obtenção de recursos financeiros. Percebeu-se um maior envolvimento em torno da família nuclear. César estabelecia um sistema isolado, desenvolvendo sem o auxílio de seus filhos ou genros algumas atividades pela parte da manhã e da tarde. De fato, toda a venda de produtos retirados da mata era de algum modo centralizada por ele, que também era proprietário do barco que fazia o transporte para os pequenos centros urbanos. Além de César, os filhos Pedro, Tales e Gerson, auxiliados por Ana, esposa de Pedro, também desenvolviam atividades desse tipo. Essa rotina repete-se parcialmente no domingo,

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

sem a presença de Ana. Trata-se de uma atividade essencialmente masculina, semelhante ao observado em famílias tradicionais.

b) Subsistência alimentar: atividades envolvidas na aquisição e no preparo de nutrientes. Eram realizadas diariamente por Naná com o auxílio de suas filhas mais velhas; todavia, no final de semana, ela era a única encarregada dessa tarefa.

c) Tarefa doméstica: atividade relativa ao espaço da casa, exceto o preparo de alimentos. São exemplos dessa atividade o ato de varrer a casa, lavar a louça, apanhar lenha, pequenas reformas na casa, etc. Essas atividades eram compartilhadas entre as mulheres da casa, com exceção de Marcos, do subsistema conjugal Marcos/Sara, que realizava algumas tarefas com sua esposa.

d) Cuidado físico: atividades que envolvem outras pessoas, principalmente as crianças. São exemplos dessa atividade o ato de alimentar, dar banho, colocar para dormir, etc. Os cuidados físicos eram exercidos pelas mães, que, à exceção de Naná, dedicavam boa parte de seu tempo a essa atividade. Contudo, pelo modo de cuidado desenvolvido no local, essa atividade era restrita ao banho e à alimentação, pois as crianças passavam muito tempo juntas, criando um subsistema em que uma cuidava da outra. A ausência de cuidado físico na rotina de Naná pode ser relacionada ao momento do ciclo de vida de sua família: embora tivesse uma filha menor, Zilú (6), o grande sistema César/Naná contava com outros cuidadores, principalmente as filhas mais velhas e as noras.

e) Lazer: atividades praticadas no período de tempo livre, incluindo divertimento, entretenimento ou distração. São atividades dessa categoria o ato de interagir/conversar, assistir à televisão, jogar futebol, etc. Foram encontrados diversos subsistemas de lazer, podendo ser classificados em individual, conjugal, maternal, comunitários, grupo de pares e grupo de afinidade. No fim da noite, as atividades eram predominantemente de lazer: parte da família reunia-se e revezava-se entre assistir à televisão e conversar. Nos fins de semana, os homens, principalmente Cesar, dedicavam-se a atividades de lazer como jogar futebol e interagir com outras pessoas.

f) Brincar: todas as atividades de caráter lúdico infantil. Eram realizadas em alguns momentos pela díade mãe e filhos, mas em geral eram atividades realizadas entre as crianças da casa (Ferreira e Mettel, 1999; Pontes e Magalhães, 2002). Percebeu-se também o direcionamento em grande parte realizado por Diana, a responsável pelo controle dessas atividades.

g) Estudo: momento dedicado à escola. Como as pessoas em idade escolar não frequentavam a escola e as crianças ainda eram muito pequenas para estudar, essa categoria não foi registrada.

Redes de relação

Apesar de apresentar características multigeracionais, a família César/Naná mantinha relações apenas com três subsistemas fundamentais: o grupo de futebol, as amizades de César e a sogra de Geise, uma das filhas do casal. Com exceção da sogra de Geise, todos os sistemas externos com os quais essa família mantinha relações eram uma extensão das relações desenvolvidas por César. Por sua vez, Naná não estabelecia relações ativas com outros subsistemas na comunidade. Seu isolamento só é rompido quando vizinhos a visitavam em casa.

Ao se observar o mapa de rede do casal (Figura 7.2), percebe-se que César estabelecia uma relação de regulação social e controle com o conjunto de membros de sua família. Suas maiores proximidades no sistema situavam-se em torno de Diana (sua filha), Igor e Xavier (seus netos); contudo, Diana tendia a assumir mais uma função de suporte para os irmãos e o pai. De modo geral, sua função e a do restante de sua família era de companhia social.

Outra relação significativa de César era estabelecida com Zilú, sua filha caçula. Esse vínculo tinha o caráter de apoio emocional,

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

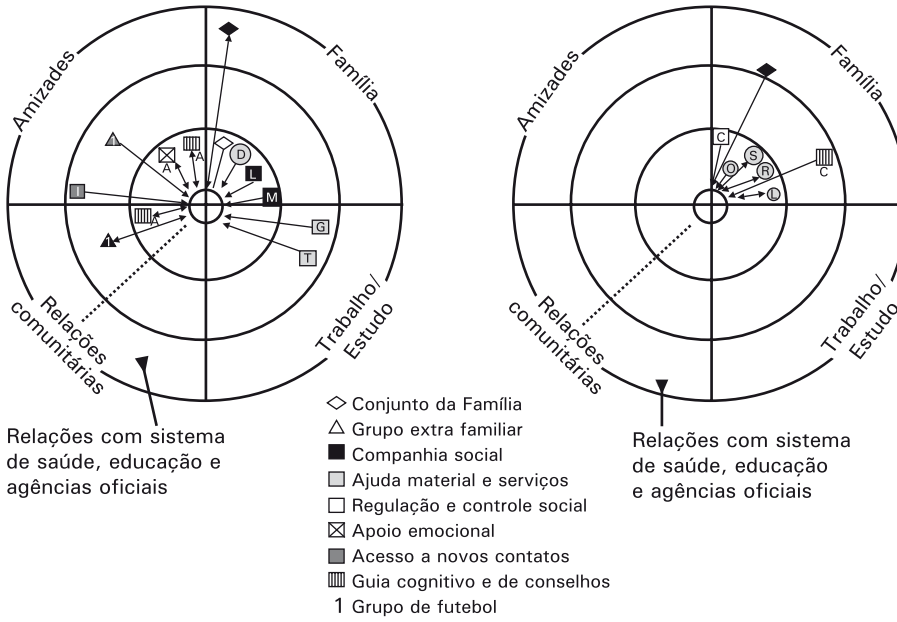

FIGURA 7.2
Mapa de rede de César e Naná.

de guia cognitivo e de conselhos, estendendo-se às relações comunitárias, já que Zilú e César eram pessoas ativas nas poucas mobilizações a esse respeito. O grupo de futebol e o capataz da fazenda próxima tinham a função de acesso a novos contatos. Em termos de trabalho, os irmãos Tales e Renan eram os que apresentavam maior proximidade com o pai no que se refere ao suporte de tarefas de subsistência econômica.

Ao contrário de César, Naná tinha suas redes relacionais restritas ao ambiente doméstico. Como sua casa era a última do rio, ela recebia poucas visitas. Suas relações limitavam-se aos membros da família que lhe ofereciam suporte na execução das tarefas domésticas, ou seja, suas filhas Sara, Geise e Diana e sua nora Ana. A julgar pela intensidade de contato, a maior proximidade ocorre com Diana. Esse aspecto marcante da rede social de Naná lembra os dados de Bott (1976), que sugeriu a diferença entre os papéis como um elemento que atua na formação das redes sociais dos cônjuges com pessoas do mesmo sexo.

Para Naná, seu esposo exercia a função de controle social e, ao mesmo tempo, de guia de conselhos referentes às discussões travadas em casa. Sua relação desenvolvida com o conjunto da família era principalmente a de companhia social e ocorria quase sempre de modo unidirecional.

SISTEMA CONJUGAL

História da relação

Durante o início do relacionamento do casal, os pais de Naná não aprovavam o namoro com César, uma vez que ainda rapaz gostava muito de festas, onde bebia em excesso e envolvia-se em brigas. Diante da proibição permanente de seus pais, Naná resolveu fugir com o rapaz a fim de formarem uma nova família. Ela conta: "Eu gostava dele. Meu pai e

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

minha mãe não queriam que eu ficasse com ele, não gostavam dele, mas eu gostava ai, até que nós se amasiemo, eu com ele".

Segundo Naná, os primeiros anos de união do casal foram mais estáveis e de maior satisfação por parte da esposa. Antes do nascimento dos filhos, eles viveram dias mais felizes juntos: "César não criava problema nenhum, a vida era melhor antes das crianças nascerem". Entretanto, com a chegada dos filhos, seu sentimento, que outrora era dirigido a César, voltou-se para eles.

Por outro lado, César enfatiza que sua vida sempre foi boa, tanto no passado, quando ainda não conhecia Naná, quanto no presente. Ele diz: "Olha, quando eu conheci ela pra mim tudo tava bom e antes de conhecer ela a mesma coisa". No entanto, à medida que falava, ele apresentava uma descrição que sofria variações, por exemplo, "pra mim era muito bom e agora está melhor porque eu mudei um pouco do que eu era noutro tempo".

Durante a coleta de dados, César destacou o fato de, no passado, ter se envolvido em muitas confusões e reconhece o quanto isso era negativo para a sua vida. Ao falar do período em que as crianças nasceram, ele diz: "era meio ruim ainda porque eu gostava muito de festa (...)" e complementa "eu era um pouco problemático porque eu gostava muito de encrencar com os outros, até no tempo quando o Tales nasceu, parei mais agora, que eu mudei". Segundo César, "se eu ia na festa, via duas pessoas que ia brigar, um queria e o outro não queria, eu já pulava pra banda daquele que não queria, eu sempre teve uma temperatura assim meio forte. Eu já comprava o peixe do outro que não era pra mim fazer uma coisa dessa".

Os dados referentes à história conjugal revelam as mudanças ocorridas nesse subsistema. O conteúdo de Naná remete à satisfação, o que constitui um aspecto fundamental que atua na manutenção da unidade familiar (Carter e McGoldrick, 1995; Heavey, Shenk e Christensen, 1994; Kreppner, 1995; Mebert, 1991; Petzold, 1995). Por sua vez, César enfatiza mudanças em seu comportamento social.

Relação conjugal atual: percepção dos cônjuges

Quando perguntada a respeito de sua relação conjugal na atualidade, Naná apresenta uma resposta evasiva e limita-se a dizer que hoje a vida é melhor: "eles tão tudo grande, tem uns que já tem mulher e tá melhor. Hoje é melhor do que antes da Sara nascer". Porém, durante uma observação não estruturada em que a pesquisadora conversava com Naná a respeito de sua relação com César, a esposa confessa, após ser perguntada sobre o que sentia pelo marido, que não gosta mais dele. Diante da sinceridade de Naná, a pesquisadora questionou-a sobre a sua vida sexual, ao que ela respondeu que ainda mantém atividade sexual com César, sendo que é sempre ele que a procura durante a madrugada. Naná reconhecia o interesse do marido quando este deitava silenciosamente em sua rede.

Ao falar da sua relação conjugal na atualidade, César ressalta sua mudança comportamental, haja vista que deixou de ser uma pessoa que se envolve facilmente em confusão, e destaca o fato de ter com Naná uma relação sem conflitos. Contudo, posteriormente, apresenta os aspectos de seu casamento que mais o incomodam, isto é, os padrões de comunicação estabelecidos com a esposa.

Comunicação e conflito

Em sua verbalização, César destaca as diferenças em seu estilo de comunicação, comparando-o com o modo de se comunicar de Naná. Ao falar sobre seu casamento, ele diz:

"Olha, nós se entende muito bem, não semo muito bom pra conversar porque ela é uma pessoa que não gosta de conversar, você vê o jeito dela, ela não é de puxar conversa, se puxarem conversa com ela, ela responde, às vezes

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

eu tô conversando com ela, ela tá calada só concordando, mas nós se entende muito bem, eu falo ela obedece, nunca me desobedeceu, não, tudo que eu falar pra ela, ela obedece."

Após ter ouvido um conjunto de opiniões emitidas pelos filhos mais velhos e por Naná durante as situações estruturadas, César, ao falar de sua diferença em relação à esposa, justifica-se dizendo:

"Olha, todo mundo diz que eu sou brabo, que meu gênio é forte, mas eu sou uma pessoa fácil de lidar comigo, qualquer pessoa lida comigo, eu só quero que entenda o que eu falo, entendeu? Aí é uma beleza a gente se acerta muito bem, a nossa diferença é que eu quero de um jeito e ela quer de outro. Eu digo, olha Naná eu tenho que fazer assim e assim, vamo botar ordem na casa, ela não me responde nem que sim nem que não, aí nós se torna diferente um do outro, quando eu quero uma coisa ela acha que não deve ser assim, eu digo não, mas tu tem que me dar apoio para eu poder ti dar apoio também sobre os pequenos quando querem ir na festa, eu digo olha eu acho que eles não vão nessa festa, pode proibir, aí ela fica calada, ela não fala nada, eles vão e pedem licença pra ela, porque nenhum deles pede licença pra mim, tudo o que eles querem vão falar pra ela pra ela falar pra mim."

Por outro lado, Naná, que ao longo da entrevista e das observações apresentava-se como uma pessoa passiva, revelou-se mais ativa, destacando a dificuldade do casal de chegar a acordos: "É porque ele tem uma parte de querer ser brabo e eu também não sou muito" (pequena pausa). "Aí não dá certo porque ele quer uma coisa e eu quero outra e ai nós se desentende, nós teima, eu saio prum lado ele sai pra outro, acaba sendo o que ele quer".

Pode-se observar que o sistema conjugal apresenta dificuldades de comunicação. Se, por um lado, esse dado justifica parcialmente a insatisfação de Naná, já que a comunicação é um aspecto destacado pelos estudos que avaliam o grau de satisfação dos cônjuges (Minuchin, 1990; Olson, 1988), o mesmo não se pode dizer em relação a César, que não se diz insatisfeito, mas destaca suas insatisfações com o modo de Naná se comunicar. Essa postura de César poder estar associada ao seu interesse em apresentar ao pesquisador o que julga adequado, ou seja, sua satisfação conjugal.

SISTEMA PARENTAL

As queixas de César em torno dos padrões de comunicação adotados no sistema conjugal estendem-se para a relação com seus filhos, revelando o que deseja nesses relacionamentos:

"Eles (os filhos) têm que chegar comigo: olha eu quero assim, assim, assim, eu vou fazer isso o que tu acha? Dá pra fazer? Se tornava bonito né, mas eles vão com ela (com Naná), ela que tem que passar já pra mim as informação."

Ao falar de suas relações parentais, César demonstra insatisfação com todos os filhos, exceto com Osmar, com quem se identifica, visto que é uma pessoa que tem iniciativa e sabe expressar suas ideias. Ao descrever sua relação com Osmar, César reforça sua crítica à postura dos outros filhos:

"Nós se entende muito bem, o pensar dele é o mesmo do meu. Quando eu penso em fazer, eu digo: Osmar, vamo fazer tal coisa, vamo é isso que nós temo que fazer. Por exemplo: trabalho, ir para o mato tirar uma tala, até na panhação de açaí, até numa viagem, eu digo para onde nós vamo? Ele diz olha vamo por aqui e já os outros não, eu pergunto, olha eu não sei tu, é que sabe, aí já não combina bem, eu acho eles diferentes de mim nesta parte, com o Osmar não."

Alguns filhos, como Renan, Pedro, Diana e Tales revelam que se sentem distantes de César, mas, com exceção de Tales, não apresentam os motivos desse distanciamento. É possível que a ausência de justificativa deva-se em parte à aproximação com o estilo menos comunicativo de Naná, ou a uma consequência do possível temor que sentem da figura paterna.

Ao justificar sua semelhança com Naná e a diferença de César, Tales diz que seu pai é uma pessoa que tem um gênio muito forte. Diante da observação de Tales, César argu-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

menta, novamente em torno da postura dos filhos, em especial de Tales, que não emite suas opiniões quando é colocado diante de alguma demanda. Ele se queixa que, ao perguntar o que pensa, Tales diz apenas "hum, hum!" e destaca o quanto este tipo de resposta o irrita: "Assim não dá, eu quero que o cara converse comigo, vamo ou não".

Além de criticar Tales, César estende sua observação ao comportamento de outros membros da família e ratifica sua preferência pelo estilo comportamental de Osmar:

"O Pedro é a mesma coisa, eu não sei o que eles querem dizer com esse 'hum, hum', não dá. D'agora nós fomo tirar açaí ali, nós vamo por aqui pela beira, ou pelo centro, Igor disse não sei, e tu Naná? Não sei, Oh meu Deus, diga alguma coisa, tô pedindo opinião. O Osmar tem esta vantagem, se eu perguntar vamo por aqui, vamo, ou então não vamo por aqui, eu quero que a pessoa converse comigo, eles dizem que eu sou mais brabo por causa disso, mas eu tô pedindo opinião, tudo o que eu vou fazer eu peço opinião, agora só que nem todos me dão opinião, nem certo nem errado, é só o Osmar."

Chama atenção o fato de que, mesmo diante dos pedidos de opinião de César aos seus filhos, estes se retraem e não emitem suas ideias. Parece que o temor que os filhos sentem diante do pai é maior do que o suposto desejo de se fazerem presentes em dada situação. Esse retraimento dos filhos lembra as características das relações parentais predominantemente autoritárias descritas nos sistemas mais rígidos.

Ao falar do filho com quem menos mantém um padrão de comunicação que julga satisfatório, César destaca o modo de conversar de Renan. Contudo, ao analisar a fala de César, percebe-se que ele se refere muito mais ao conteúdo da fala de seu filho do que ao estilo de apresentação de suas ideias. Na verdade, tal como se percebe na fala de César, Renan parece ter um estilo semelhante ao do pai, uma vez que emite suas opiniões com assertividade e precisão. César diz:

"Nem tudo o que ele fala eu aceito, nem tudo o que eu falo ele aceita, somo muito amigo, mas não dá certo as opiniões. Praticamente todas as opiniões não dão certo, por exemplo, eu digo Renan vamo fazer tal coisa, ele diz não, não vai dar certo. Se for no trabalho, se nós vamo pro mato, eu digo Renan o que tu achas vamo por aqui ou por aqui, olha eu não sei, por aqui é mais ruim, começa a botar dificuldade."

Se, por um lado, o pai é considerado uma figura de poder, a quem os filhos parecem temer, a mãe é a mediadora, aquela que serve de canal de comunicação dos filhos com o pai, ou seja, a porta-voz do subsistema dos irmãos. Mesmo Naná sendo uma pessoa que mantém relações de proximidade com o subsistema dos irmãos, Ana a descreve como uma pessoa que faz muitas coisas boas, mas "quando se invoca dá muita porrada nos moleques". Parece que a punição física ao tratar os filhos é uma característica presente inclusive nas relações de Naná, que serve como referência de afetividade no sistema com os filhos.

Os dados coletados sugerem que as relações familiares no grupo César/Naná são extremamente tradicionais, caracterizadas por uma forte hierarquia baseada no temor que se expressa, muitas vezes, através de punições físicas e que constituem, segundo Pacheco, Silveira e Schneider (2008), uma das estratégias utilizadas pelos pais para ensinar seus filhos. Essas práticas podem provocar emoções intensas, como hostilidade, medo e ansiedade, interferindo na capacidade do indivíduo para ajustar seu comportamento às situações.

Diante das observações feitas do sistema familiar César/Naná, pode-se observar que o gênero é um fator determinante na constituição das rotinas e das relações estabelecidas na família. Desse modo, as atividades de subsistência econômica são executadas quase exclusivamente pelos homens, assim como as tarefas diárias e atividades de cuidados físicos são executadas pelas mulheres.

Em comunidades com características mais tradicionais, os homens são provedores e chefes de família, enquanto as mulheres são responsáveis pelo espaço doméstico e pela educação dos filhos.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Esse padrão é observado em comunidades com características mais tradicionais, nas quais os homens são provedores e chefes de família, enquanto as mulheres são responsáveis pelo espaço doméstico e pela educação dos filhos (Amâncio e Wall, 2006; Monteiro, 2001; Wagner et al., 2005).

Essa divisão de tarefas que segue padrões tradicionais pode ainda ser demonstrada na rede de relações do casal. De acordo com o mapa de relações, César estabelece relacionamentos em todos os quadrantes analisados, quais sejam: família, amizades, relações comunitárias e trabalho. Naná, por sua vez, relaciona-se apenas com os membros de sua família, o que pode ser considerado como uma consequência de sua permanência no ambiente doméstico.

As percepções conjugais, os padrões de comunicação e as estratégias de resolução de conflitos também podem ser relacionados com as características do contexto cultural investigado. Tal como nas sociedades tradicionais, no rio Araraiana é evidente a influência dos papéis de gêneros, que apresentam características extremamente distintas. Todavia, apesar da insatisfação que essa dinâmica possa gerar, não é suficiente para criar rompimentos dos laços familiares. Embora tenham uma visão crítica de César, a esposa e os filhos mantêm-se próximos do chefe da família, submetendo-se à sua orientação.

Questões para discussão

1. Como a visão sistêmica concebe a dinâmica observada nas famílias?
2. Como as percepções produzidas pelos membros de determinado grupo familiar influenciam a forma como se comunicam, estabelecem seus papéis e resolvem seus conflitos?
3. Como pode ser observada na família focal a influência do contexto cultural na dinâmica das relações familiares?
4. Por que o gênero é um fator determinante na constituição das rotinas e das relações estabelecidas na família em questão?

REFERÊNCIAS

Amâncio, L., & Wall, K. (2006). *Família e papéis de gênero: Alguns dados recentes do Family and Gender Survey (ISSP)*. Working paper apresentado no Seminário Família e Género, Lisboa. Acessado em 25 mar, 2009, em http://scholar.google.com.br.

Bateson, G. (1972). *Steps to an ecology of mind*. New York: Ballantine Books.

Berscheid, E. (1994). Interpersonal relationships. In L. W. Porter, & M. R. Rosenzweig (Eds.), *Annual review of psychology* (pp. 79-129). Palo Alto: Annual Reviews.

Berscheid, E., & Reis, H. T. (1998). Attraction and close relationships. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (4. ed.). Nova York: McGraw-Hill.

Bott, E. (1976). *Família e rede social*. Rio de Janeiro: F. Alves. (Original publicado em 1957).

Bronfenbrenner, U. (1994). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados.* Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).

Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar. In B. Carter, & M. McGoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Cummings, E. M. (1991). Resolution and children's responses to interadult anger. *Developmental Psychology, 27*, 462-470.

Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and children's functioning. *Social Development, 3*, 16-36.

Cummings, E. M., Zahn-Waxler, C., & Radke-Yarrow, M. (1984). Developmental changes in children's reactions to anger in the home. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 25*, 63-74.

Easterbrooks, M. A., Cummings, E. M., & Emde, R. N. (1994). Young children's responses to constructive marital disputes. *Journal of Family Psychology, 8,* 160-169.

Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin, 118*, 108-132.

Ferreira, E. A. P., & Mettel, T. P. L. (1999). Interação entre irmãos em situação de cuidados formais. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 12*(1), 133-146.

Fletcher, G. J. O. (1999). Ideals in intimate relationships. *Journal of Personality and Social Psychology, 76*, 72-89.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Geertz, C. (1966). Religion as a cultural system. In M. Banton (Org.), *Anthropological approaches to religion*. London: Tavistock.

Gottman, J. M. (1993). The roles of conflict engagement, escalation, and avoidance in marital interaction: A longitudinal view of five types of couples. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 61,* 6-15.

Gottman, J. M. (1994). *What predicts divorce*? Hillsdale: Erlbaum.

Gottman, J. M. (1998). Psychology and the study of marital processes. *Annual Review of Psychology, 49*, 169-197.

Gottman, J., & Krokoff, L. (1989). Marital interaction and satisfaction: A longitudinal view. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 57*, 47-52.

Grych, J. H., & Fincham, F. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin, 108,* 267-290.

Heavey, C. L., Shenk, J. L., & Christensen, A. (1994). Marital conflict and divorce: A developmental family psychology perspective. In L. L'Abate (Org.), *Handbook of developmental family psychology and psychopathology*. New York: Wiley & Sons.

Hinde, R. A. (1979). *Towards understanding relationships*. London: Academic.

Hinde, R. A. (1997). *Relationships: A dialectical perspective*. Sussex: Psychological.

Kreppner, K. (1995). Padrões comportamentais da família perante um segundo filho. In J. Gomes-Pedro, & M. F. Patrício (Orgs.), *Bebé XXI: Criança e família na viragem do século*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lu, L., & Lin, YY. (1998). Family roles and happiness in adulthood. *Personality and Individual Differences, 25*, 195-207.

Mcgoldric, M., Gerson, R., & Shellenberger, S. (1999). *Genograms: Assessment and intervention*. New York/London: Norton & Company.

Mebert, C. J. (1991). Variability in the transition to parenthood experience. In K. Pillener, & K. McCartney (Orgs.), *Parent-child relations throughout life*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.

Minunchin, P. (1985). Families and individual development: Provocations from the field of family therapy. *Child Development, 56*, 289-302.

Minuchin, S. (1990). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Monteiro, A. M. (2001). Avanços no estudo da conjugalidade: Os casais de dupla carreira. *Psicologia: Ciência e Profissão, 21*(3), 10-19.

Nichols, M. P., & Schwartz, R. C. (1998). *Terapia familiar: Conceitos e métodos*. Porto Alegre: Artmed.

Notarius, C., & Markman, H. J. (1993). *We can work it out: Making sense of marital conflict*. New York: Putnam.

O'brien, M., Margolin, G., & John, R. (1995). Relation among marital conflict, child coping, and child adjustment. *Journal of Clinical Child Psychology, 24,* 346-361.

Olson, D. H. (1988). Family types, family stress and family satisfaction: A family development perspective. In C. J. Falicov (Org.), *Family transitions: Continuity and change over the life cycle*. New York: Guilford.

Pacheco, J. T. B., Silveira, L. M. O. B., & Schneider, A. M. A. (2008). Estilos e práticas educativas parentais: Análise da relação desses constructos sob a perspectiva dos adolescentes. *Psico, 39,* 66-73.

Petzold, M. (1995). Aprender a ser pai. In J. Gomes-Pedro, & M. F. Patricio (Orgs.), *Bebé XXI: Criança e família na viragem do século*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Pontes, F. A. R., & Magalhães, C. M. C. (2002). A estrutura da brincadeira e a regulação das relações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 18,* 213-219.

Silva, S. S. (2006). *Estrutura e dinâmica das relações familiares de uma comunidade ribeirinha da região amazônica*. Tese de doutorado não publicada, Universidade de Brasília, Brasília.

Silva, Pontes, Santos, Maluschke, Mendes, Reis, Silva (2010). Rotinas familiares de ribeirinhos amazônicos: Uma possibilidade de investigação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26*(2), 341-350.

Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Wagner, A. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 21*(2), 181-186.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

8

A pessoa idosa no contexto da família

Deusivania Vieira da Silva Falcão

INTRODUÇÃO

A participação de idosos na população brasileira aumentou significativamente entre 1999 e 2009, movimento contrário ao que ocorreu com a população de até 19 anos. O número de idosos passou de 14,8 milhões em 1999 para 21,7 milhões em 2009. Esses dados fazem parte da Síntese de Indicadores Sociais 2010 e retrata a tendência de envelhecimento da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse cenário, um fato que chama a atenção é que a longevidade humana e as mudanças sociais enfrentadas pela família têm propiciado a vivência do papel de avós e bisavós, além da convivência e da corresidência de três ou mais gerações. Além disso, é preciso destacar que a feminização da velhice (fenômeno em que a presença das mulheres na população idosa é superior à dos homens), se observada em um enfoque conjugal, revela que existem mais viúvas do que viúvos, pois, além da maior longevidade feminina, as mulheres costumam casar-se com homens mais velhos, que findam morrendo mais cedo. Por isso, muitas idosas responsáveis pelos domicílios vivem sem o cônjuge, mesmo que ainda morem com outros parentes.

As relações mais importantes para as pessoas idosas geralmente são as dos cônjuges, filhos, netos, irmãos, demais membros familiares e amigos. Ocorre que, ao longo do envelhecimento, há várias mudanças nas configurações, nas características e nos usos dessa rede social e de apoio. Tais modificações podem ser resultados da vivência de situações como aposentadoria, perdas (morte de familiares ou de amigos; perda de contato com amigos do trabalho), eventos familiares (saída dos filhos de casa), fatores materiais (baixas condições socioeconômicas); deterioração da saúde (física ou psicológica), migração (podendo ocasionar o distanciamento geográfico de parentes) e institucionalização.

Partindo dessas condições, percebe-se que são vários os aspectos que podem ser abordados acerca dos idosos no contexto da família. Devido à amplitude do tema, pretende-se neste capítulo discutir brevemente três situações e/ou desafios comumente vivenciados por essa população: o exercício do papel de avós; a condição de viuvez; e o suporte social familiar, abordando-se a relação entre "obrigação" de cuidar e expectativa de cuidado entre as gerações. Também, considera-se importante apontar a pluralidade do conceito de família e a heterogeneidade do envelhecer.

FAMÍLIA E IDOSOS: A DIVERSIDADE DO ENVELHECER

A família tem passado por mudanças que levam a refletir sobre a pluralidade de suas

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

formas atuais. Conforme apontou Falcão (2006), o conceito de família é polissêmico. Em termos restritos, refere-se ao núcleo familiar básico. Em termos amplos, diz respeito ao grupo de indivíduos vinculados entre si por laços consanguíneos, consensuais, jurídicos ou afetivos, que constituem complexas redes de parentesco e de apoio, influenciadas por aspectos biopsicossociais, históricos, culturais e econômicos. De acordo com Angelo (2005), a questão da definição do que vem a ser família é fundamental não apenas para o profissional direcionar o foco do seu trabalho, mas também para compreender o sujeito a ser investigado e o seu contexto familiar. Assim, antes de qualquer avaliação ou intervenção, é recomendável indagar à pessoa o que ela compreende por família e quais os membros que para ela compõem esse grupo.

Antes de qualquer avaliação ou intervenção é recomendável indagar à pessoa o que ela compreende por família e quais os membros que para ela compõem esse grupo.

A literatura atual destaca a família como sendo um sistema interativo complexo, que demanda acomodações constantes, dependendo especificamente de situações estressoras externas e modificações nos padrões internos de relacionamento. Sendo assim, as principais funções da família são as de favorecer a aprendizagem de códigos sociais, sistemas de regras específicas, valores, padrões de relacionamentos e vínculos, ainda que nos diversos recantos culturais as estruturas sociais familiares sejam diferentes daquelas conhecidas pelas sociedades modernas mais desenvolvidas.

Na sociedade atual, o significado de envelhecer e de ser idoso tem exigido uma reflexão que abarque a heterogeneidade e a complexidade desses fenômenos, envolvendo o processo dinâmico de perdas e ganhos; e fatores como gênero, condições genéticas, educacionais, culturais, história de vida, nível socioeconômico, atividades profissionais, religião, etc. Portanto, há vários modelos de envelhecimento e de velhice. Todavia, apesar do aumento do número de idosos saudáveis e autônomos, não se pode deixar de mencionar aqueles que possuem patologias, sofrem violência doméstica ou são vítimas de abandono e exclusão social.

Assim sendo, a família vista como um sistema enfrenta desafios importantes diante das demandas advindas com a velhice (normal ou patológica), especialmente quando há alterações ocasionadas por doenças associadas ao envelhecimento, como, por exemplo, a doença de Alzheimer (Falcão, 2006). A resposta de cada família a essa fase do ciclo de vida decorre comumente dos relacionamentos, vínculos, normas e padrões familiares anteriores a essa fase, desenvolvidos para manter a estabilidade e a integração entre os seus componentes. Portanto, a maneira como a família e seus membros lidam com esse período do ciclo de vida familiar dependerá do tipo de sistema que criaram ao longo dos anos e da capacidade de ajuste às novas exigências ou às perdas decorrentes desse processo. Padrões familiares estabelecidos, outrora adequados, podem tornar-se disfuncionais com as mudanças no ciclo de vida individual dessas pessoas (Walsh, 1995).

Assim sendo, a família vista como um sistema enfrenta desafios importantes diante das demandas advindas com a velhice (normal ou patológica), especialmente quando há alterações ocasionadas por doenças associadas ao envelhecimento, como, por exemplo, a doença de Alzheimer (Falcão, 2006).

Também, é comum observar o aumento dos domicílios multigeracionais que, com frequência, são mais um reflexo da estratégia de sobrevivência do que uma opção afetiva ou cultural. Vários idosos, além de chefiar seus domicílios e de se responsabilizar pelo sustento financeiro da família, desempenham o papel de cuidadores dos netos, assumindo, muitas vezes, a função de avós guardiãs.

O PAPEL DOS AVÓS NA FAMÍLIA

O aumento de pesquisas sobre os avós ocorreu principalmente na década de 1980, devido a fatores como a longevidade humana, o trabalho da mulher fora do lar, a aceitação social

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

de pais solteiros e a alta incidência da AIDS, bem como dos divórcios e recasamentos, os quais fizeram sobressair a importância dos avós e, desse modo, despertaram o interesse dos pesquisadores sobre eles. Nesse sentido, observa-se que são vários os papéis a serem desempenhados pelos avós no meio sócio-histórico-cultural e familiar.

A partir da revisão de literatura feita por Dias e Silva (1999), observou-se que, no final da década de 1960, os avós tinham papéis tradicionais, tais como provedores de mimos e presentes, narradores de histórias infantis e cuidadores das crianças durante a ausência dos pais. Nas décadas de 1970 e 1980, o estudo sobre o papel dos avós foi situado nos âmbitos social, emocional, transacional e simbólico, como parte de um processo grupal da família, envolvendo o relacionamento entre as gerações, considerando o poder e o controle na estrutura parental, enfatizando modelos de ajuda e manutenção da família. Assim sendo, os tipos de avós eram determinados pelo estilo de vida, e os principais papéis exercidos eram os de cuidadores, figuras de apoio emocional e financeiro, mentores, historiadores e modelos de papéis a serem seguidos por conta das experiências adquiridas e da sua importância no meio social e familiar. Já na década de 1990, o papel dos avós centralizou-se em atuar como origem de muito afeto e pouca repreensão aos netos, como mediadores entre os pais e os netos, como fonte de apoio e compreensão nos momentos tempestuosos vividos pela criança, como perpetuadores da história familiar, contando os acontecimentos de sua própria infância e da infância de seus filhos.

Na década de 2000, observou-se especialmente a diversidade das experiências relacionadas ao envelhecimento nos contextos sociais e familiares, levando-se em consideração perdas e ganhos advindos com esse processo, tais como: o aumento do número de bisavós; o acirramento do número de avós como chefes de domicílios e responsáveis pelo sustento financeiro da família; o aumento no número de avós que exercem o papel de cuidadores dos netos, assumindo, muitas vezes, a função de avós guardiãs, ou seja, avós que criam os netos diante de situações como a ausência da mãe devido ao trabalho que a mantém fora do lar durante horas; as dificuldades financeiras dos filhos por conta do desemprego e do acúmulo de dívidas; a gravidez na adolescência; o uso abusivo de drogas pelos pais; a morte dos pais, etc. Por outro lado, observou-se o aumento do número de avós e bisavós que voltaram a estudar e/ou trabalhar, envolvendo-se em atividades como cursos de informática, viagens nacionais e internacionais, participação em grupos de apoio psicossocial e em Universidades Abertas da Terceira Idade (UnATIs).

Ressalta-se que há avós idosos e avós jovens, mas, independente da idade em que se encontram, a posição ocupada por essas figuras na família pode ser central ou periférica e envolve questões de autoridade, tradição, hierarquia e relações entre as gerações ao longo dos tempos. Outrossim, destaca-se que essas figuras podem influenciar positivamente ou negativamente o sistema familiar. Como influência positiva, destacam-se os casos de avós que funcionam como mediadores de conflitos e amortecedores do estresse familiar, auxiliam na resolução de problemas vivenciados pelos filhos e netos, que são confidentes e companheiros, fortalecendo a autoestima e a independência dos membros da família, moderando a influência negativa que os pais possam exercer sobre os filhos, ajudando-os, assim, a se entenderem melhor. Os avós, também, podem ajudar a minorar os problemas sociais, pois, seria maior a quantidade de crianças abandonadas ou institucionalizadas se não fosse sua assistência e seu apoio. O papel exercido por eles pode significar conti-

Avós que funcionam como mediadores de conflitos e amortecedores do estresse familiar, auxiliam na resolução de problemas vivenciados pelos filhos e netos, que são confidentes e companheiros, fortalecendo a autoestima e a independência dos membros da família, moderando a influência negativa que os pais possam exercer sobre os filhos, ajudando-os, assim, a se entenderem melhor.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

nuidade biológica, uma chance de atuar melhor do que quando foram pais/mães, uma oportunidade de reavaliação da própria vida, de complementação do *self* e de realização pessoal através dos netos. No que diz respeito à influência negativa, citam-se, por exemplo, os casos de avós abusivos e negligentes, as interferências à criação dada pelos filhos e a transmissão transgeracional de problemas (conflitos, violência e uso de drogas) (Dias, 2002; Falcão et al., 2006).

As transições no ciclo de vida familiar, bem como os eventos normativos e não normativos (doenças repentinas e acidentes), possibilitam a ocorrência de mudanças no relacionamento avós-pais-netos, podendo atingir todos os membros do sistema familiar, o que exige reformulação das regras e adaptação aos papéis que cada membro desenvolve no contexto da família. Além disso, há variáveis que podem influenciar o modo como os avós exercem seus papéis no sistema familiar, tais como dinâmica e estrutura familiar, estado de saúde, idade, gênero, estado civil, personalidade e temperamento, crenças e atitudes, etnia, nível socioeconômico, aspectos geográficos, vinculação materna ou paterna, origem urbana ou rural, experiências com os próprios avós, características pessoais de cada membro da família, frequência de contato entre eles e atividades desenvolvidas em conjunto (Dias e Silva, 1999).

O estilo de relações que os avós estabelecem com seus familiares também depende do modo como eles se veem enquanto avós e qual o significado desse papel em suas vidas. Logo, os vínculos entre as pessoas do grupo familiar abarcam aspectos multidimensionais e complexos. Muitos desses fatores estão ligados, por exemplo, aos estilos de vida, às relações entre eles vivenciadas no passado e na atualidade, e aos eventos de vida estressantes, tais como a morte de um filho ou cônjuge.

A VIUVEZ NA VELHICE

A viuvez é caracterizada pela perda do(a) companheiro(a) e provoca mudanças na vida das pessoas, obrigando-as a enfrentar uma transição de identidade que envolve rituais (tradicionalmente, em determinadas culturas, algumas viúvas vestem-se de preto por vários dias, devem apresentar comportamento de reclusão social e recato, como forma de respeitar a memória do cônjuge falecido), perda do *status* de casada e modificação na rede de contatos. Muitas vezes, quando não dispõem de suporte, elas têm de assumir sozinhas a responsabilidade pelo lar. A viuvez também altera a estrutura e a dinâmica da família, afetando todos os seus membros, o que torna necessária uma reavaliação de papéis e funções no sistema familiar (Suzuki e Falcão, 2010).

Durante muitas décadas, as mulheres morriam mais cedo, em geral, devido à morte pós-parto, uma vez que não havia recursos ao atendimento adequado em casos de gravidez de alto risco e, quando ocorria alguma complicação no trabalho de parto, contava-se apenas com o conhecimento das parteiras. Desse modo, os homens tornavam-se viúvos mais cedo (Doll, 1999). Atualmente, devido ao fenômeno da feminização da velhice, observa-se um maior número de mulheres viúvas em relação aos homens viúvos.

Portanto, a viuvez, para os homens, é um fenômeno demográfico de baixa incidência, mesmo entre os mais velhos. Em sentido amplo, a repercussão social é tranquila e seu modo de vida pouco se transforma, já que é comum ocorrer o recasamento. Todavia, para as mulheres, a viuvez é uma questão demográfica e cultural que envolve conceitos extremos que vão da prevaricação ao modelo ímpar de virtude (Motta, 2004). Nesse contexto, observa-se que os comportamentos dos viúvos nem sempre são questionados, ao passo que a maneira de agir, pensar ou falar das viúvas, pelo fato de serem mulheres, apesar de todo o desenvolvimento sociocultural, ainda atrai os olhares da sociedade e gera comentários (Tôrres, 2006).

São muitos os aspectos que influenciam a maneira como homens e mulheres percebem a viuvez e a perda do cônjuge. Isso depende de alguns fatores, como a maneira em

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

que foi vivida a relação conjugal e com os filhos, se havia ou não cumplicidade, coesão, lealdade e companheirismo de ambas as partes, se houve traição ou a presença de violência doméstica, etc. Por isso, a condição de viuvez pode desencadear nas pessoas que tiveram anos de convivência com seus companheiros um processo sofrido ou uma sensação de alívio e liberdade. No que diz respeito aos aspectos negativos, marcados não só pela perda do marido ou da esposa, mas também pelas dificuldades em administrar a casa e os filhos na falta do chefe da família, observa-se a vivência da solidão, a depressão, as incertezas diante de qual rumo tomar na vida, o isolamento social, as dificuldades financeiras, o descuido com a aparência física, o uso elevado de tranquilizantes e serviços de saúde, etc.

A condição de viuvez pode desencadear nas pessoas que tiveram anos de convivência com seus companheiros um processo sofrido ou uma sensação de alívio e liberdade.

Por outro lado, é possível que a condição de viuvez na velhice traga benefícios e aspectos positivos à vida da pessoa viúva, especialmente para aquelas que foram infelizes durante o período de união com o(a) companheiro(a) que perderam. Alguns desses fatores incluem a oportunidade de exercer a liberdade sem ter de dar satisfação ao cônjuge, a possibilidade de usufruir da renda deixada pelo(a) falecido(a), a possibilidade de renovar ou ampliar o ciclo de amizade e de viver um novo amor, a oportunidade de exercer papéis, funções ou atividades inibidas ou desencorajadas pelos cônjuges, etc.

Convém salientar que o rótulo de "viúva" pode gerar uma identidade capaz de interferir no relacionamento com amigos e familiares que não conseguiram elaborar o luto ou que não aceitaram a realidade da morte ou a possibilidade de viuvez, podendo ocorrer o distanciamento e o rompimento da relação com essas pessoas (Lopata, 1973). Em contrapartida, os membros da família podem tentar compensar a perda da interação com o cônjuge desenvolvendo um contato maior com a pessoa viúva. Essa aproximação auxilia os parentes a lidar com a elaboração de seu próprio luto e reforça a solidariedade na família. Além disso, alguns familiares buscam assumir os papéis que antes eram ocupados pelo cônjuge falecido, tais como a administração financeira ou a manutenção da casa (Bakk e Lee, 2001).

No filme brasileiro dirigido por Jorge Fernando, intitulado *A guerra dos Rocha* (2008), os três filhos adultos, casados, da viúva idosa Dina Rocha disputam entre eles quem deve ficar com a mãe. Eles não almejam assumi-la de fato e, uma vez que ela cede sua própria residência para um deles morar com a esposa e a filha, permanece de casa em casa rogando um espaço para se sentir aceita e exercer sua autonomia. Diante da falsa notícia de que Dona Dina morrera atropelada, manifestam a preocupação de quem vai ficar com os bens deixados por ela. Essa batalha familiar calcada em aspectos como disputa pelo poder e pelo dinheiro, traições, segredos, ciúme, egoísmo e conflito de gerações propicia a reflexão sobre valores patrimonialistas e individualistas que permeiam o mundo contemporâneo. Além disso, impele a pensar na condição vulnerável que várias pessoas idosas enfrentam quando estão sem a presença de seus companheiros que, por vezes, funcionam como fortes aliados e amortecedores de estresse diante de situações conflituosas.

Na pesquisa realizada por Suzuki e Falcão (2010) com 21 viúvas idosas que frequentavam as atividades de uma UnATI, verificou-se que, após o falecimento do cônjuge, vários filhos assumiram os papéis do falecido, tais como administrar os recursos financeiros, realizar a manutenção doméstica, dar orientações, etc. Diante dessa situação, algumas delas se sentiam confortáveis, enquanto outras vivenciavam conflitos e expressavam indignação, devido ao fato de se sentirem pressionadas, vigiadas, controladas e sufocadas pela prole. Tinham a sensação de que eles, por sentirem ciúme ou por estarem com medo de perder a mãe, assumiam os papéis dos pais, preocupando-se com as necessidades afetivas,

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

emocionais e financeiras de suas mães. Os filhos, por sua vez, também eram influenciados por ensinamentos, funções na família, características e imagens que tinham dos pais falecidos (companheiros, solidários, ríspidos, intelectuais, beberrões, etc.) para assumir a postura que consideravam necessária à manutenção da homeostase familiar.

Todavia, os sentimentos de desorientação, desamparo e perda de identidade decorrentes da viuvez podem diminuir com o tempo. Nesse cenário, torna-se importante a participação dessas pessoas em grupos de apoio e programas de atenção que auxiliem a elaboração do luto, a maneira de lidar com a situação e as demandas advindas após a morte do ente querido, a fim de evitar, por exemplo, a vivência de um luto patológico. A rede de suporte social, especialmente os membros da família, os amigos e vizinhos, também podem ajudar a superar os desafios advindos com esse processo.

SUPORTE SOCIAL FAMILIAR E VELHICE: A "OBRIGAÇÃO" DE CUIDAR E A EXPECTATIVA DE CUIDADO ENTRE AS GERAÇÕES

O construto suporte social (ou apoio social) tem sido investigado por profissionais das mais diversas áreas incluindo Psicologia, Gerontologia, Sociologia, Medicina, Serviço Social e Antropologia. Ele apresenta diferentes concepções, diversos sentidos e vários âmbitos de avaliação, enfoques e interesses. Assim sendo, a literatura aponta que não há uma definição operacional consensual. Historicamente, um dos primeiros estudiosos a definir o conceito de apoio social foi Caplan (1974), para quem significa os laços entre os sujeitos ou entre os indivíduos e grupos que permitem promover o domínio social, oferecer conselhos e proporcionar *feedback* sobre a própria identidade e desempenho. Posteriormente, Cassel (1976) sublinha que a principal função do apoio social é favorecer no indivíduo o sentimento de ser cuidado e amado, que as pessoas preocupam-se com ele, que é valorizado, estimado e membro de uma rede de obrigações mútuas.

Autores clássicos como Sarason, Sarason e Pierce (1989) propõem que a verdadeira natureza do apoio social repousa nos processos perceptivos dos sujeitos implicados (o que se denomina apoio social percebido). Caplan (1974) aponta a dimensão objetiva ou o apoio recebido (trocas de ajuda produzidas entre os membros de uma relação) e a dimensão subjetiva do apoio social ou o apoio percebido (avaliação do sujeito sobre essa ajuda). Por sua vez, Lin e Ensel (1989) defendem a relação existente entre apoio social e qualidade de vida, definindo esse termo como o conjunto de provisões expressivas ou instrumentais (percebidas ou recebidas) proporcionadas pela comunidade, pelas redes sociais e por pessoas de confiança que apoiem o sujeito tanto em eventos que suscitam crise quanto nas situações do cotidiano.

A definição de suporte social adotada neste capítulo é a apresentada no modelo de comboio (ou escolta) de apoio social de Kahn e Antonnuci (Kahn e Antonucci, 1980; Antonucci e Akiyama, 1987). Esse modelo oferece uma abordagem teórica das relações sociais ao longo do tempo, a qual está vinculada à perspectiva teórica de desenvolvimento ao longo da vida proposta por Paul Baltes. Segundo o modelo da escolta, o apoio social é compreendido como trocas interpessoais que incluem um ou mais dos seguintes elementos: afeto, afirmação e ajuda. Esse processo é baseado em recursos emocionais, instrumentais e informativos das redes sociais de que o indivíduo dispõe, direcionadas a potencializar, manter ou restituir o bem-estar. Desse modo, é percebido como sendo uma ajuda tanto pelo receptor quanto pelo provedor.

Nessa direção, devem ser levadas em consideração todas as dimensões implicadas, como as características estruturais (tamanho ou número de relações, proximidade, densidade, frequência de contato) das relações que a pessoa mantém (Arrazola et al., 2001). A li-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

teratura costuma diferenciar três tipos de suportes: instrumental, informacional e emocional (House e Kahn, 1985). O suporte instrumental envolve o suprimento de auxílio material, como, por exemplo, assistência financeira. O suporte informacional refere-se à prestação de informações relevantes que objetivam ajudar o indivíduo a lidar com as dificuldades atuais que enfrenta e normalmente assume a forma de conselhos ou orientação para lidar com tais problemas. Já o suporte emocional envolve a expressão de empatia, carinho, tranquilidade e confiança, oferecendo oportunidades para expressão emocional (Cohen, 2004). Há ainda o tipo de suporte social formal e informal. O primeiro é oferecido por recursos da comunidade, ou seja, residências, auxílio de profissionais, serviços de ajuda a domicílio, teleassistência, centros-dia, serviços de voluntariado social, etc. O segundo geralmente é dado por pessoas como membros da família, amigos e vizinhos.

Além disso, o suporte social familiar pode ser avaliado pelo favorecimento de características afetivas (carinho, cuidado, empatia, confiança, etc.), informacionais (noções indispensáveis para que o membro possa guiar e orientar suas ações na solução de problemas cotidianos) e instrumentais (auxílio prático, como, por exemplo, apoio financeiro em alimentação, educação, cuidado, vestimenta e outras áreas) (Connor e Rueter, 2006).

Ocorre que é no campo familiar que os indivíduos aprendem e desenvolvem suas práticas de cuidado, as quais são influenciadas pelos aspectos socioculturais. Em alguns casos, o cuidado exercido pelos membros da família pode não ser o mais adequado tecnicamente, mas apresenta uma forte expressão simbólica, seja por envolver vínculos afetivos e alianças, seja por compartilhar uma história que é peculiar a cada sistema familiar. Como foi visto anteriormente, vários idosos, além de chefiar seus domicílios e de se responsabilizar pelo sustento financeiro da família, desempenham o papel de cuidadores dos netos, assumindo, muitas vezes, a função de avós guardiãs. Os domicílios multigeracionais, com frequência, são mais um reflexo da estratégia de sobrevivência do que uma opção afetiva ou cultural. Em contrapartida, quando são acometidos por doenças crônicas ou incapacitantes, os idosos são cuidados pelos cônjuges, filhos (sobretudo as filhas) e, por vezes, noras e netos. Na falta ou na recusa dessas pessoas para oferecer suporte, é na figura dos amigos ou nas instituições de longa permanência que os idosos buscam ajuda.

Mesmo morando com os pais, a atual geração de filhas integra, desde cedo, o mercado de trabalho. Para as mais jovens, a vida profissional é fundamental, sendo em torno dela que organizarão, como puderem, os futuros acontecimentos familiares. Em alguns países, como nos Estados Unidos, existe uma política de apoio a essas mulheres no caso de algum idoso de sua família vier a depender de cuidados. A jornada de trabalho pode ser reduzida, além de ser oferecida uma ajuda em dinheiro para suprir os gastos com a assistência prestada ao idoso.

De acordo com Carter e McGoldrick (1998), quando as mulheres se rebelam contra o fato de assumir a total responsabilidade pelo cuidado, pela manutenção dos vínculos familiares e pela conservação das tradições e rituais, em geral elas se sentem culpadas por não continuar a exercer o papel constituído como uma obrigação feminina durante o ciclo vital. Quando ninguém mais entra para preencher a lacuna pelo não exercício de tal obrigação, podem sentir que a solidariedade familiar está sucumbindo e que a culpa é delas.

Além disso, o aumento no número de famílias monoparentais, somado ao fato de vários membros trabalharem fora do lar, limitou o número de pessoas disponíveis para exercer as tarefas de cuidado em casa. Essas circunstâncias têm levado várias crianças e adolescentes a assumir os cuidados de adultos com doenças crônicas que moram na mesma residência (Lackey e Gates, 2001).

No estudo das relações intergeracionais, alguns autores destacam a interdependência entre as gerações, principalmente entre filhos adultos e pais idosos. A solidariedade familiar

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

tem sido considerada um componente importante das relações familiares, sobretudo diante de estratégias de enfrentamento e integração social das pessoas idosas (McChesney e Bengston, 1988).

No campo da sociologia, Bengtson e colaboradores (1991, 1994) desenvolveram estudos para investigar essas relações, pautando-se em um "modelo de solidariedade intergeracional", que compreende a solidariedade intergeracional familiar como um fenômeno multidimensional com seis componentes:

1. solidariedade estrutural;
2. solidariedade associativa;
3. solidariedade afetiva;
4. solidariedade consensual;
5. solidariedade funcional;
6. solidariedade normativa.

Os três componentes mais importantes dessa solidariedade são a associação (componente comportamental medido pelo tipo de interação entre os membros familiares), o afeto (componente emocional estimado pelos sentimentos entre os membros) e o consenso (componente cognitivo definido pelo grau de concordância ou desacordo nas atitudes e expectativas). Portanto, o apoio familiar intergeracional pode ser compreendido como um processo recíproco. A reciprocidade nas trocas de apoio pode ser imediata ou ocorrer ao longo da vida.

Na área da terapia de família, a solidariedade intergeracional foi destacada por Ivan Boszormenyi-Nagy, que a percebe como um antídoto contra a acelerada exploração das gerações futuras, tal como se constata no prisma familiar (maus-tratos) e no campo geral (exploração destruidora de recursos da natureza). Segundo ele, a ética nas relações não se refere a uma definição do bem ou do mal nem a uma série de regras morais, mas à obrigação de preservar o equilíbrio das trocas intrafamiliares de acordo com uma lei de reciprocidade, que considera os interesses do grupo e de cada um de seus membros (Boszormenyi-Nagy e Spark, 2003).

Nesse sentido, o conceito de ética relacional está ligado à noção de justiça. Na relação de dar e receber, o fato de um membro da família ter se tornado devedor em relação a outro obriga-o à reciprocidade: é como se existisse uma "balança ética". Se a pessoa se propõe a manter a equidade dessa relação, estará respeitando os princípios da ética relacional. O termo contexto, por sua vez, denomina o conjunto de indivíduos que se encontram em um elo de expectativa e de obrigação cujos atos refletem impacto sobre o outro. Sejam quais forem as modalidades de interação social e familiar, cada pessoa deve estar consciente do que recebeu dos demais e do que passou a lhes dever.

Contudo, nem sempre essas relações de dar e receber são equivalentes ou recíprocas. Apesar de muitos pais terem zelado por seus filhos ou netos, podem não receber de volta esse investimento quando chegam à velhice. Muitas vezes, a expectativa de cuidado dos idosos por parte desses membros da família não é realizada. Alguns fatores que influenciam essas relações e expectativas são as habilidades sociais e cognitivas, os padrões e regras da família, o sentimento de obrigação filial, a qualidade do relacionamento entre os membros, a proximidade geográfica e afetiva, o estado civil da pessoa cuidadora, as condições financeiras e a personalidade dos envolvidos, a disponibilidade de tempo ou o preparo para lidar com as atividades de cuidado, a coesão, a hierarquia, a interação familiar e o familismo.

O termo *familismo* é usualmente descrito como sendo uma forte identificação e engajamento dos indivíduos com suas famílias (nucleares e extensas) e um forte sentimento de lealdade, reciprocidade e solidariedade entre os membros de um mesmo sistema familiar (Triandis et al., 1982).

O termo *familismo* é usualmente descrito como sendo uma forte identificação e engajamento dos indivíduos com suas famílias (nucleares e extensas) e um forte sentimento de lealdade, reciprocidade e solidariedade entre os membros de um mesmo sistema familiar (Triandis et al., 1982).

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

familiar (Triandis et al., 1982). Representa um valor importante para grupos de diversas culturas. Em estudos realizados, verificou-se uma associação positiva entre familismo e menor uso do álcool (Gil et al., 2000) e bem-estar de familiares que cuidavam de membros adultos com retardo mental.

Outrossim, constatou-se que o familismo favorece uma percepção positiva sobre o papel de cuidar e pode funcionar como um fator protetor para familiares cuidadores de idosos com demência; por exemplo, cuidadores com alto escore de familismo apresentam baixo escore de depressão (Robinson e Knight, 2004), o que reduz o uso de serviços de saúde mental. Por outro lado, Rozario e DeRienzis (2008) observaram que os cuidadores que tinham uma forte opinião sobre o familismo – operacionalizado como "crenças socioculturais do cuidado" (p. 778) – estavam predispostos a maiores níveis de depressão e estresse percebido. Similarmente, Losada e colaboradores (2006) detectaram que um alto escore de familismo foi relacionado a altos escores de sintomatologia depressiva.

Quando se discute sobre a obrigação de cuidar de familiares idosos, cabe ainda refletir que, no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), o art. 3º afirma que "é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária", havendo "a priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência" (art. 3º., parágrafo V).

Além disso, "o idoso tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada" (art. 37). Está tramitando um projeto de lei (nº 4.294/2008) que acrescenta um parágrafo ao art. 1.632 do Código Civil e ao art. 3º do Estatuto do Idoso, de modo a estabelecer a indenização por dano moral em razão do abandono afetivo. Assim sendo, sujeitará pais que abandonarem afetivamente seus filhos a pagamento de indenização por dano moral, prevendo esse mesmo direito aos pais idosos abandonados pelos filhos.

Sabe-se que o afeto favorece a saúde e atribui sentido às relações humanas. Porém, é crucial considerar que o direito ao afeto é a liberdade de ter estima ou tomar afeição a um indivíduo. O afeto, portanto, constitui um direito individual. Também, é preciso pensar se todas as famílias têm as condições necessárias para exercer essas tarefas de cuidado. Podemos obrigar, por exemplo, um(a) filho(a) a cuidar de um pai ou de uma mãe que a vida inteira agiu como algoz? Se, por um lado, as condições aludidas pelo estatuto restringem-se ao sustento material e financeiro do idoso, por outro lado, o projeto de lei referido punirá os filhos que abandonarem afetivamente os pais idosos, podendo aumentar os conflitos intergeracionais, industrializar o dano moral, monetarizar o afeto e as relações familiares como se fossem mercadorias de troca (Falcão e Bucher-Maluschke, 2010).

Sabe-se que o afeto favorece a saúde e atribui sentido às relações humanas. Porém, é crucial considerar que o direito ao afeto é a liberdade de ter estima ou tomar afeição a um indivíduo.

É preciso ainda lembrar que cada caso tem suas particularidades e cada relação apresenta-se distinta da outra. Na avaliação dos meios de sobrevivência do sistema familiar, devem ser incluídas outras dimensões essenciais para oferecer os cuidados necessários a um idoso (sobretudo os dependentes), tais como a saúde mental dos membros da família e os relacionamentos anteriores à situação atual, especialmente de quem se responsabiliza pelo maior número de tarefas de cuidados. Além desses aspectos, deve haver

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

apoio do Estado, suporte social e comunitário, bem como o reconhecimento do valor da função que a família desempenha. Partindo dessas reflexões, pode-se começar a falar da responsabilidade dos familiares sobre os idosos.

Quando a pessoa sente-se obrigada a cuidar, a dívida de reciprocidade pode despertar sentimentos ambíguos, que conduzem à agressão (Zarit, Stevens e Edwards, 1996). Desse modo, muitas famílias não assumem o cuidado com os idosos, são indiferentes ou os rejeitam, institucionalizando-os, desejando sua morte ou tramando matá-los, como no filme italiano *Parente é serpente* (1992), de Mario Monicelli. Porém, cumpre destacar que, ao institucionalizar o membro idoso, o papel de cuidar não se encerra. Cabe aos profissionais questionarem os familiares se, assumindo essa decisão, as preocupações e os conflitos vividos serão dirimidos ou se apenas mudarão de foco ou de intensidade (Falcão e Bucher-Maluschke, 2010). Enfim, os familiares e os amigos são as figuras mais importantes da rede social do idoso, e os papéis desempenhados por eles na vida dessas pessoas sofrem modificações que possivelmente se afetam em termos mútuos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, pretendeu-se discutir brevemente três situações e/ou desafios comumente vivenciados pelas pessoas idosas: o exercício do papel de avós, a condição de viuvez e o suporte social familiar, abordando-se a relação entre "obrigação" de cuidar e expectativa de cuidado entre as gerações. Os avós têm desempenhado um importante papel na família, podendo exercer influências positivas ou negativas na estrutura e na dinâmica familiar. Nesse contexto, as relações que os avós estabelecem com seus filhos e netos dependem de uma série de fatores que envolvem aspectos biopsicossociais, histórico e culturais, além das características de personalidade dos envolvidos, da autopercepção dos idosos sobre o significado e exercício do papel de avós em suas vidas.

Por sua vez, a viuvez é um evento estressante na vida do indivíduo. Nos últimos tempos, tem atingido mais as mulheres do que os homens. Constatou-se ainda que as reações à viuvez e as vivências da perda do cônjuge refletem percepções heterogêneas, apresentando diversas maneiras de lidar com essa condição. Nesse sentido, é preciso levar em consideração questões como modo de vida compartilhado por ambos, estilos de personalidade, presença ou ausência de filhos e apoio de uma rede de suporte social.

Embora não haja um consenso sobre o construto apoio social, vários pesquisadores reconhecem o fato de que ele contribui para a saúde e que exerce uma função de suporte emocional, na medida em que envolve comportamentos, gestos e expressões emocionalmente positivos e íntimos no âmbito interpessoal. As pessoas sentem-se mais satisfeitas com suas vidas e percebem-se com mais sanidade sempre que estão satisfeitas com suas relações sociais. Tem-se demonstrado em diversas pesquisas que os benefícios obtidos pelas pessoas idosas procedentes de suas redes sociais são similares aos de outras etapas da vida (Antonucci, Fuhrer e Jackson, 1990). Todavia, o suporte social também pode resultar em consequências negativas devido à excessiva assistência ou dependência em relação a poucas pessoas que possam ajudar (Krause, 1997).

A vivência de cada família e a qualidade das relações entre os seus membros durante a vida se refletirão na expectativa de cuidado e no suporte percebido-recebido por esses idosos. Portanto, a maneira como os componentes das famílias de pessoas idosas lidam com esse período do ciclo de vida dependerá do tipo de sistemas, normas, padrões e vínculos que foram criados e estabelecidos ao longo dos anos, assim como da capacidade de ajustar-se aos ganhos, às novas exigências e às perdas decorrentes desse processo.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Questões para discussão

1. Quais os principais aspectos positivos e negativos acerca do papel exercido pelos avós nos âmbitos social e familiar?
2. Assista os filmes "A Guerra dos Rocha" e "Parente é Serpente" e com base na fundamentação teórica apresentada no texto disserte sobre:
   a) a imagem propagada da velhice e do envelhecimento;
   b) as relações intergeracionais entre os membros das famílias destacadas.
3. Qual a importância do familismo para a saúde da família?
4. De que maneira instituições como escolas, universidades, igrejas, órgãos de saúde, etc. complementares à família podem contribuir para:
   a) o fortalecimento da rede de suporte social das pessoas idosas;
   b) a promoção da interação entre avós, pais e netos baseadas na solidariedade intergeracional?

REFERÊNCIAS

Angelo, M. (2005). O contexto familiar. In Y. A. O. Duarte, & M. J. D. Diogo (Orgs.). *Atendimento domiciliar: Um enfoque gerontológico*. São Paulo: Atheneu.

Antonucci, T. C., & Akiyama, H. (1987). Social networks in adult life and a preliminary examination of the convoy model. *Journal of Gerontology*, *42*, 519-527.

Arrazola, F. J. L. (2001). *La valoración de las personas mayores: Evaluar para conocer, conocer para intervenir*. Madrid: Caritas Espanhola.

Bakk, L., & Lee, C. D. (2001). Later-life transitions into widowhood. *Journal of Gerontological Social Work, 35*(3), 51-63.

Bengtson, V. L., & Harootyan, R. A. (1994). *Intergenerational linkages*. New York: Springer.

Bengtson, V. L., & Roberts, R. (1991). Intergenerational solidarity in aging families: An example of formal theory construction. *Journal of Marriage and the Family*, (53), 856-870.

Boszormenyi-Nagy, I., & Spark, G. (2003). *Lealtades invisibles: Reciprocidad en terapia familiar intergeracional*. Buenos Aires: Amorrotu. (Original publicado em 1973).

Brasil. (2003). *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003: Estatuto do Idoso*. Acessado em 14 dez, 2009, em http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/estatuto_do_idoso.pdf.

Caplan, G. (1974). *Support systems and community mental health*. New York: Behavioral.

Carter, B., & McGoldrick, M. (1998). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Cassel, J. (1976). The contribution of the social environment to host resistance. *American Journal of Epidemiology, 104*, 107-123.

Cohen, S. (2004). Social relationships and health. *American Psychologist*, 676-684.

Connor, J. J., & Rueter, M. A. (2006). Parent-child relationships as systems of support or risk for adolescent suicidality. *Journal of Family Psychology, 20*(1), 143-145.

Dias, C. M. S. B. (2002). A influência dos avós nas dimensões familiar e social. *Revista Symposium, 6*(1/2), 34-38.

Dias, C. M. S. B., & Silva, D. V. (1999). Os avós: Uma revisão da literatura nas três últimas décadas. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: Entre a tradição e a transformação*. Rio de Janeiro: Nau.

Doll, J. (1999). Viuvez: Processos de elaboração e realização. In L. Py (Org.), *Finitude*. Rio de Janeiro: Nau.

Falcão, D. V. S. (2006). As relações familiares entre as gerações: Possibilidades e desafios. In D. V. S. Falcão, & C. M. S. B. Dias (Orgs.), *Maturidade e velhice: Pesquisas e intervenções psicológicas* (Vol. I). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Falcão, D. V. S. (2006). *Doença de Alzheimer: Um estudo sobre o papel das filhas cuidadoras e suas relações familiares*. Tese de doutorado não publicada, Universidade de Brasília, Brasília.

Falcão, D. V. S., & Bucher-Maluschcke, J. S. N. F. (2010). Os conflitos nas relações familiares de idosos com doença de Alzheimer: Contextos clínico e jurídico. In D. V. S. Falcão (Org.), *Família e idosos: Desafios da contemporaneidade*. Campinas: Papirus.

Gil, A. G., Wagner, E. F., & Vega, W. A. (2000). Acculturation, familism and alcohol use among Latino adolescent males: Longitudinal relations. *Journal of Community Psychology, 28*, 443-458.

House, J. S., & Kahn, R. L. (1985). Measures and concepts of social support. In S. Cohen, & S. L. Syme (Eds.), *Social support and health*. New York: Academic.

Kahn, R. L., & Antonucci, T. C. (1980). Convoys over the life-course: Attachment, roles and social support. In P. B. Baltes, & O. G. Brim (Eds.), *Life-span development and behavior*. New York: Academic.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Krause, N. (1997). Perceived social support, anticipated support, social class and mortality. *Research on Aging, 19*(4), 387-422.

Lackey, N. R., & Gates, M. F. (2001). Adults' recollections of their experiences as young caregivers of family members with chronic physical illnesses. *Journal of Advanced Nursing, 34*(3), 320-328.

Lin, N., & Ensel, W. M. (1989). Life stress and health: Stressors and resources. *American Sociological Review*, (54), 382-399.

Lopata, H. Z. (1973). Self-identity in marriage and widowhood. *The Sociological Quartely, 14*, 407-418.

Losada, A. (2006). *Estudio e intervención sobre el malestar psicológico de los cuidadores de personas con demencia: El papel de los pensamientos disfuncionales*. Madrid: IMSERSO.

McChesney, K. Y., & Bengston, V. L. (1988). Solidarity, integration and cohesion in families: Concepts and theories. In D. J. Mangen, V. L. Bengston, & P. H. Landry Jr. (Eds.), *Measurement of intergenerational relations*. Beverly Hills: Sage.

Motta, A. B. (2004). Sociabilidades possíveis: Idosos e tempo geracional. In C. E. Peixoto (Org.), *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV.

Robinson, G. S., & Knight, B. G. (2004). Preliminary study investigating acculturation, cultural values, and psychological distress in Latino caregivers of dementia patients. *Journal of Mental Health and Aging, 10*, 183-194.

Rozario, P. A., & Derienzis, D. (2008). Familism beliefs and psychological distress among African American women caregivers. *The Gerontologist, 48*, 772-780.

Sarason, B. R., Sarason, I. G., & Pierce, G. R. (1990). *Social support: An interactional view*. New York: John Wiley.

Suzuki, M. Y., & Falcão, D. V. S. (2010). O significado da viuvez e as relações familiares de viúvas idosas. In D. V. S. Falcão (Org.), *A família e o idoso: Desafios da contemporaneidade*. Campinas: Alínea.

Tôrres, E. M. (2006). *A viuvez na vida dos idosos*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Triandis, H. C., Manrn, G., Betancourt, H., Lisansky, J., & Chang, B. (1982). *Dimension of familism among hispanic and mainstream navy recruits* (Technical Report n. 14). Champaing: University of Illinois.

Zarit, S. H., Stevens, H. E., & Edwards, A. B. (1996). Caregiving: Research and clinical intervention. In R. T. Woods (Ed.), *Handbook of the clinical psychology of aging*. Chichester: John Wiley & Sons.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

9

Família e escola: promoção da saúde e prevenção ao abuso de drogas

Marília Saldanha da Fonseca
Evely Boruchovitch

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O consumo de drogas tem-se intensificado em escala mundial, difundindo-se sem fronteiras entre os países. A droga tornou-se parte do nosso universo, constituindo um fenômeno que atravessa espaço ou tempo e desconhece idades. Na sociedade contemporânea, as drogas representam uma ameaça à estabilidade das estruturas e dos valores econômicos, políticos, sociais e culturais das nações, agravando os problemas de cunho social e de saúde pública. Tal fato vem trazendo sérias consequências, já que o abuso de drogas afeta os setores mais jovens da população, sendo cada vez mais comum entre adolescentes. Os levantamentos epidemiológicos entre estudantes brasileiros apontam uma tendência de uso crescente e de iniciação precoce (Galduróz et al., 2004).

Charbonneau (1982), ao refletir sobre tais problemas no nível da educação, sugere que é impossível não ficarmos preocupados com a tão complexa questão da droga e questiona: "Quais são os pais que podem [...] eliminar de suas inquietações este problema tão agudo, tão ameaçador, tão imprevisível? E tão onipotente" (p. 95). Nesse sentido, discorrer sobre a importância da família e da escola como fatores de proteção ao abuso de drogas, bem como apresentar estratégias de ação e sugestões de atividades para que essas instâncias possam conjuntamente fortalecer suas ações preventivas primárias contra o abuso de drogas, constituem-se, nos principais objetivos do presente capítulo.

"Quais são os pais que podem [...] eliminar de suas inquietações este problema tão agudo, tão ameaçador, tão imprevisível? E tão onipotente".

A FAMÍLIA, A ESCOLA E AS DROGAS

Segundo Kalina e Korin (1980), a instituição família é o contexto primário na qual se desenvolve o ser humano. Os autores acreditam que uma família define-se mais pela intimidade partilhada entre seus protagonistas do que pelos critérios legais que caracterizam a clássica célula familiar. A intimidade partilhada tece uma rede de relações significativas, ou seja, "relações de influência estável que evidenciam dependência recíproca entre pais e filhos" (p. 56). Nas pesquisas que enfocam as formas de comunicação entre pais

Uma família define-se mais pela intimidade partilhada entre seus protagonistas do que pelos critérios legais que caracterizam a clássica célula familiar.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

e filhos, Wagner e colaboradores (2002) constataram entre adolescentes de 11 a 16 anos que a maioria dos participantes (96%) considera fundamental ter um bom nível de comunicação familiar. A mãe é a pessoa mais procurada para conversar, sendo vista como a principal cuidadora. Já a falta de diálogo é apontada como a modalidade de comunicação familiar entre usuárias de drogas em um estudo que envolveu 568 adolescentes, usuárias e não usuárias de drogas (Pratta e Santos, 2007).

Outras investigações revelam que os jovens enfatizam não só a importância da participação da família em suas vidas, mas também a percebem como referência básica. Para eles, a melhor fonte de informações sobre drogas ainda são os pais. A família que mantém com o filho uma relação de amor, comprometimento e confiança pode ser o diferencial na decisão desse filho em usar ou não drogas (Abramovay e Castro 2002). A esse respeito, Schwebel (2002) entende que crianças, adolescentes e jovens precisam de diálogo com os pais para tomarem decisões sobre suas vidas, assim como de experiências variadas para lidar com conflitos e tensões sem usar drogas. Ao proporcionar tais experiências, os pais podem estar dando um grande passo para evitar que seus filhos desenvolvam problemas com psicotrópicos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 1981) indica que a pessoa com menor possibilidade de uso de drogas é aquela bem-integrada na família e na sociedade, bem-informada, com boa saúde, com qualidade de vida satisfatória e com difícil acesso às drogas. Já o indivíduo mais propenso a utilizar drogas, em geral, não dispõe de informações adequadas sobre seus efeitos, tem fácil acesso às drogas, está insatisfeito com sua qualidade de vida e apresenta fragilidades em sua saúde física e mental. O presente capítulo tem como base uma abordagem biopsicossocial sobre o fenômeno das drogas, o que significa que estas são examinadas à luz de uma triangulação, a saber: indivíduo-droga-contexto sociocultural. Considerar somente um desses fatores isoladamente é incorrer em uma interpretação incompleta, preconceituosa e reducionista da questão. Segundo a OMS (1981):

> *Droga* é qualquer entidade química ou mistura de entidades (mas outras que não aquelas necessárias à manutenção da saúde, como a água e o oxigênio) que altera a função biológica e possivelmente sua estrutura.
>
> *Drogas psicotrópicas* são as que agem no sistema nervoso central (SNC), produzindo alterações de comportamento, humor e cognição, possuindo grande propriedade reforçadora e sendo, portanto, passíveis de autoadministração (uso não sancionado pela medicina). São drogas que levam à dependência.

Existem inúmeras classificações para os psicotrópicos, segundo diferentes critérios. Indica-se aqui os relacionados à legalidade e aos efeitos das substâncias psicoativas. Consideram-se legais aquelas drogas de uso aprovado pela legislação brasileira vigente, mas sujeitas a critérios de regulamentação do Ministério da Saúde, como os medicamentos, o álcool e o tabaco. A Lei nº 10.409/2002 (Brasil, 2002) regula operações e ações relacionadas aos produtos, substâncias ou drogas consideradas ilícitas ou que causem dependência. Quanto aos efeitos, as drogas classificam-se em três grandes grupos: estimulantes, perturbadoras e depressoras do SNC, conforme indica o Quadro 9.1.

Segundo Bucher (1988), fazer a distinção entre drogas legais e ilegais não é suficiente na patologia toxicômona. Nos dois casos, um indivíduo pode ser levado à dependência e suas consequências, pois a periculosidade da substância é relativa. O necessário é verificar a frequência do abuso e os resultados de administração repetida do tóxico. As alterações da ingestão de drogas variam de acordo com o tipo e a quantidade utilizada, com as características de quem as usa, com as expectativas sobre os seus efeitos e com as circunstâncias em que são ingeridas.

Podemos observar seis níveis de consumo de drogas universalmente adotados pela OMS (1981), a saber: uso na vida – uso de drogas pelo menos uma vez na vida; uso no ano –

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Quadro 9.1

Classificação das drogas psicotrópicas

Estimulante	Perturbadora	Depressora
Drogas naturais:	**Drogas naturais**	**Drogas naturais**
Cafeína	Maconha (*Cannabis*)	Álcool
Cocaína e derivados	Datura (trombeta)	Opiáceos e derivados
Nicotina	Cogumelos:	
	Mescalina	
	Paneaulus	
	Psylocib	
	Daime	
Drogas sintéticas	**Drogas sintéticas**	**Drogas sintéticas**
Anfetamina e derivados	LSD-25	Benzodiazepínicos
	Anticolinérgicos	Inalantes
	Êxtase (MDMA)	Xaropes (codeína)
		Barbitúricos

Fonte: Fonseca (2006).

uso de drogas pelo menos uma vez nos últimos 12 meses; uso no mês – uso de drogas pelo menos nos últimos 30 dias; uso frequente – uso de drogas seis ou mais vezes nos últimos 30 dias; uso de risco – padrão de uso ocasional, repetido ou persistente, que implica alto risco de dano futuro à saúde física ou mental do usuário, mas que ainda não resultou em significativos efeitos mórbidos orgânicos ou psicológicos; uso pesado – padrão de uso que já causa dano à saúde, físico e/ou mental.

Sobre o usuário de droga, a OMS (1981) recomenda a seguinte classificação: não usuário – nunca utilizou drogas; usuário leve – utilizou drogas, mas no último mês o consumo não foi diário ou mensal; usuário moderado – utilizou drogas semanalmente, mas não diariamente, no último mês; usuário pesado – utilizou drogas diariamente no último mês. É importante observar que esses estágios não são necessariamente crescentes. Termos como adição, vício, hábito, adicto e viciado não são mais adotados por serem imprecisos, segundo a OMS. O mesmo ocorre com os termos dependência física e dependência psicológica: passou-se a usar apenas dependência.

Segundo a OMS e a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), para ser considerada dependente, uma pessoa precisa apresentar, ao longo dos últimos 12 meses, um padrão de consumo que incorra pelo em três dos seguintes sinais ou sintomas: forte desejo ou compulsão de consumir drogas; consciência subjetiva da dificuldade em controlar o uso em termos de início, término ou nível de consumo; uso de substâncias psicoativas para atenuar sintomas de abstinência, com plena consciência dessa prática; estado fisiológico de abstinência; evidência de tolerância, necessitando de doses maiores da substância para alcançar os efeitos obtidos anteriormente com doses menores; estreitamento de repertório pessoal de consumo, quando o indivíduo passa, por exemplo, a consumir drogas em lugares inadequados, a qualquer hora, sem motivo especial; falta de interesse progressivo por outros prazeres e interesses em favor do uso de drogas; insistência no uso da substância, apesar de manifestações danosas comprovadamente decorrentes desse uso; evidência de que o retorno ao uso da substância, após um período de abstinência, leva a uma rápida reinstalação do padrão de consumo anterior.

Na dependência, há que se considerar os seguintes conceitos: tolerância, quando o organismo acostuma-se com a droga e passa a exigir doses maiores para obter os mesmos efeitos; escalada, quando uma pessoa passa de uma

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

droga mais "leve" para outra mais "pesada", ou quando com uma mesma droga o consumo ocasional torna-se intenso; poliusuário, quando uma pessoa utiliza combinações de várias drogas simultaneamente, ou dentro de um período curto de tempo, ainda que tenha predileção por determinada droga; overdose, quando a quantidade de substância absorvida é suficiente para causar a morte de um indivíduo; síndrome de abstinência, quando há uma série de alterações físicas causadas pela falta da droga no organismo; redução de danos, quando há controle dos efeitos adicionais adversos de qualquer substância psicoativa, em especial das consequências decorrentes de drogas ilícitas.

Abramovay e Castro (2002) constataram problemas relacionados à aprendizagem escolar que o aluno usuário enfrenta, havendo uma associação entre consumo e baixo rendimento escolar. Em geral, os usuários apresentam defasagem série/idade quando se considera o universo de alunos reprovados mais de uma vez, verificando-se que a frequência dos que fazem uso de drogas (31,5%) é duas vezes superior aos que não usam (16,2%). Outro problema refere-se à relação entre consumo de droga/expulsão/transferência de estudantes, que apresenta uma proporção de 12,7% para usuários e 2,7% para não usuários. Torna-se necessário conhecer e compreender as raízes desse problema. Pesquisas confiáveis não só indicam magnitude do consumo, como também identificam condições de risco dos grupos afetados que possibilitam diagnósticos que contribuem para elaboração de políticas públicas correspondentes à demanda gerada pelo abuso de drogas.

O V Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras, realizado pelo Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) (Galduróz et al., 2004), revela que drogas como álcool, anfetaminas, ansiolíticos, anticolinérgicos, cocaína, energéticos, solventes, maconha e tabaco constituem o universo de "uso e abuso" no qual transitam cerca de 22% de nossos alunos. Outras substâncias, como alucinógenos, barbitúricos, esteroides/anabolizantes, orexígenos, xaropes à base de codeína (opiáceo) tiveram percentagem inferior a 1,0% entre os alunos. O crack aparece com 0,7% de uso na vida e 0,2% de uso pesado. Supõe-se que a baixa prevalência seja em função da incompatibilidade entre o uso intenso do crack e a manutenção do cotidiano. Não houve relato de uso dos opiáceos morfina e heroína. A Tabela 9.1 descreve os resulta-

Tabela 9.1 **Uso na vida de 10 drogas psicotrópicas por 48.155 estudantes do ensino fundamental e médio das redes municipal e estadual de ensino do Brasil: dados expressos em percentagem, levando-se em conta idade, sexo e diferentes drogas individuais**

Drogas	Sexo %			Idade (anos) %				
	M	F	NI	10-12	13-15	16-18	>18	NI
Álcool	64,5	66,3*	41,2	69,5	80,8	82,1	69,2	
Tabaco	25,2	24,7	25,3	7,0	24,7	39,7	41,3	34,6
Solvente	16,9	14,3*	15,3	9,9	16,9	19,1	19,9	13,8
Anfetaminas	3,0	4,3*	3,5	1,7	3,9	4,8	4,7	4,9
Ansiolíticos	3,1	5,0*	4,4	1,5	4,1	5,8	7,0	6,3
Anticolinérgicos	1,3	1,0	1,3	0,9	1,2	1,3	1,8	1,3
Energéticos	14,9	9,4*	12,4	4,3	12,8	18,9	20,0	11,0
Maconha	7,9	4,1*	7,0	0,6	3,9	11,2	17,7	9,5
Cocaína	2,8	1,3*	2,7	0,5	1,4	2,8	6,8	4,2
Crack	1,1	0,4	1,1	0,2	0,6	1,1	2,0	1,5

NI significa dados não informados pelos alunos.
* Diferença estatisticamente significativa entre os dois sexos (teste do χ^2; $p < 0,05$).
Fonte: Galduróz et al. (2004, p. 25).

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

dos globais obtidos no levantamento realizado pelo CEBRID.

Merece destaque o uso do álcool e tabaco por serem as substâncias psicoativas mais consumidas entre crianças, adolescentes e jovens. A bebida alcoólica é aceita pela sociedade e incentivada pela propaganda; portanto, está plenamente integrada aos costumes atuais. A maioria das pessoas sequer entende o álcool como droga. Em 1967, o alcoolismo foi reconhecido como doença, passando a incorporar a CID-10. As consequências do consumo do álcool são graves, pois provoca mudanças de comportamento e alterações de raciocínio, visão, fala e coordenação motora. A questão do álcool no Brasil tornou-se um problema de saúde pública.

Os resultados encontrados no levantamento epidemiológico do CEBRID indicam a seguinte situação: a média de idade de iniciação está sendo 12,5 anos, menor média de primeiro uso entre as demais drogas. Os índices foram os seguintes: uso na vida de 65,2%, uso frequente de 11,7% e uso pesado de 6,7%. O uso pesado é um caminho para a dependência. Na faixa etária de 10 a 12 anos, 41,2% dos alunos já haviam feito uso na vida, sendo que cerca de 587 mil adolescentes de 12 a 17 anos (ou 5,2% da população brasileira) apresentam dependência (Galduróz et al., 2004).

Segundo Fonseca (2006), a família é referência comum na literatura sobre o assunto. Os estudos mostram que 40% dos alunos usaram bebidas alcoólicas pela primeira vez em sua residência, oferecida pelos próprios pais, principalmente pais consumidores. A bebida é valorizada como indício de virilidade e maturidade, sendo o uso doméstico facilitado pela família. É importante que, desde a infância, os filhos compreendam pela atitude dos pais o que é uso adequado ou uso indevido de drogas. Se, por um lado, crianças e adolescentes podem aprender comportamentos de abuso convivendo em famílias que apresentam histórico de problemas de drogas, por outro, quando as relações com pais foram solidamente constituídas, é pouco provável que o uso de drogas torne-se um problema.

Quando as relações com pais foram solidamente constituídas, é pouco provável que o uso de drogas torne-se um problema.

O tabaco é, mundialmente, o maior fator de risco relacionado ao adoecimento, causando doenças cardiovasculares, pulmonares e cancerígenas. Há cerca de 1.250 mil tabagistas entre 12 e 24 anos. O uso é iniciado cedo na vida dos estudantes, em torno dos 12,5 anos. Abramovay e Castro (2002) descrevem que, quando se pergunta aos 42.804.430 alunos das escolas de ensino fundamental (5ª a 8ª série) e ensino médio "Você costuma fumar cigarros?", as respostas obtidas são as seguintes: não fumam (89,1%); fumam eventualmente (7,5%); fumam diariamente (3,3%). Os depoimentos mostram, ainda, que o primeiro contato dos adolescentes com tabaco ocorre ou no próprio ambiente familiar, ou com amigos em festas, bares e shows que costumam frequentar. O grupo de amigos é importante como fator de pressão, pois o hábito de fumar é um ritual valorizado, uma forma de padronização, identificação e prestígio. Goldfarb (1999) sugere que os profissionais da saúde atuem, de modo mais sistemático, em consultas de aconselhamento e programas educativos que orientem pais e filhos a evitar o tabagismo. Reitera, além disso, o valor da função da escola como canal de desenvolvimento das ações de prevenção e de promoção da saúde.

Uma indagação tem sido constante: por que o consumo de drogas? As drogas vêm sendo examinadas por diferentes perspectivas que tentam explicar, à luz de teorias psicológicas, psicanalíticas, antropológicas, sociológicas e de tantas outras ciências, o porquê de tal uso. Segundo Olivenstein (1991), duas condições são necessárias e suficientes para uma pessoa tornar-se dependente: encontrar a droga e ter relação com a transgressão da lei, tanto a lei imaginária quanto a lei real. Baudrillard (1987) associa as drogas à cultura do Estado Mínimo que, regulado pela competitividade do mercado, acentuou as diferenças em um mundo dividido em ricos e pobres, produzindo assim uma legião de excluídos. Nos países econo-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

micamente pobres, misturam-se subdesenvolvimento, miséria e drogas, o que leva a uma maior vulnerabilidade aos jovens marginalizados que procuram nas drogas um meio de compensar essa privação. Por outro lado, nas chamadas sociedades ricas, o consumo de substâncias tóxicas é tido como produto do consumo, do bem-estar e do supérfluo. Conforme Baudrillard (1987, p. 9):

> As drogas, qualquer uma, forte ou fraca, incluindo fumo, álcool e todas as variantes contemporâneas são condutas de exorcismo: exorcizam a realidade, a ordem, a indiferença das coisas. Mas não se deve esquecer que, através delas, é a própria sociedade que exorciza certos poderes esquecidos, certas contradições internas. Exorcizar é produzir para maldizer. É ela que produz este efeito e é ela que o condena. Se não pode deixar de produzi-lo (o que seria desejável), ao menos deixe de maldizê-lo.

Para Bucher (2002), o consumo de drogas significa a procura deliberada de alteração dos estados de consciência, de experiências inéditas que sejam "experiências de prazer". O autor atribui três funções ao abuso: esquecer a transitoriedade e a mortalidade a que o ser humano está sujeito e a angústia que isso provoca; procurar a transcendência e entrar em contato com forças sobrenaturais, tentando alargar os limites existenciais em busca de elementos espirituais ou divinos que assegurem sobrevivência além da morte; buscar o prazer, função que domina a farmacodependência moderna.

Abramovay e Castro (2002) verificaram as percepções dos estudantes, agrupando-as em quatro categorias: alívio dos problemas, modismo, autoafirmação e diversão. Para os alunos, a influência e a pressão dos amigos, a curiosidade, os conflitos existenciais fazem aumentar a possibilidade de usar drogas. A falta de espiritualidade, a falta de diálogo em casa e as brigas familiares também são apontadas como causas prováveis, mas não necessárias, para que os jovens procurem as drogas. Salles (1998) coletou, entre alunos adolescentes, depoimentos sobre o motivo do uso de drogas e obteve as seguintes justificativas: vontade de experimentar, exibir-se, desafiar o proibido, divertir-se, curtir a noite, fugir da realidade em que vive, buscar a felicidade, sentir-se melhor, aliviar o sofrimento, ter relação familiar ruim, atingir os pais. Qual é o lugar da escola? A adolescência e a juventude formam um grupo social bastante vulnerável às drogas, e o alvo tem sido os alunos entre 16 e 18 anos, motivos que poderiam explicar por que o ambiente escolar é tão vulnerável. Assim, a escola defronta-se com este fato real: a existência das drogas em seu entorno e em seu interior.

Murad (1985) aponta a presença do tráfico na escola e sua infiltração no espaço escolar, que ocorre ou por meio de uma abordagem ostensiva ou por meio de estratégias diversas que seduzem os jovens. Os amigos têm um papel especial na iniciação às drogas, uma vez que as primeiras experiências são feitas com pessoas de confiança. Segundo Abramovay e Castro (2002), a presença das drogas e da violência que dela advém traz consequências para o cotidiano das escolas, impondo um clima de insegurança e estabelecendo a "lei do silêncio". Entretanto, a repressão ao tráfico é responsabilidade de setores policiais. Isso não cabe à escola, que no máximo deve informar essas situações aos órgãos competentes. No caso de aluno-traficante, deve ser evitada sua convivência na vida escolar. Enfim, é na escola que surgem os conflitos e é nela que eles precisam ser resolvidos. Contudo, um trabalho educativo deve considerar que o consumo de drogas é sempre afetado pelos valores da sociedade da qual a escola é uma de suas instâncias. Conforme Edwards e Arif (1982, p. 33):

> O lugar que a sociedade designar para o indivíduo será de especial importância, assim como o valor que se der à liberdade, ao direito à procura hedonista do prazer, e o significado que se atribui à saúde.

A família, assim como a escola, é responsável pela socialização de crianças, adolescentes e jovens pelo convívio e pela interação com

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Os pais desempenham um papel fundamental na aquisição de valores morais e pessoais, apoiando-se em suas experiências pessoais, no amor por seus filhos e em seus princípios para levar adiante a orientação dos mais jovens.

adultos significativos. Os pais desempenham um papel fundamental na aquisição de valores morais e pessoais, apoiando-se em suas experiências pessoais, no amor por seus filhos e em seus princípios para levar adiante a orientação dos mais jovens (Gennaro, 1987). O professor, devido à sua formação pedagógica, psicológica, social e cultural, tem um papel construtivo, ajudando os estudantes a desenvolverem seus recursos intelectuais, afetivos e morais, a aprender a ser e a conviver. Tanto quanto os pais, o professor é o educador que está em condições de ajudar o aluno a exercitar sua cidadania diante de questões sociais, tais como a farmacodependência.

Escola e família são espaços privilegiados no debate sobre psicotrópicos, assumindo uma posição fundamental a respeito de uma educação que possa estar voltada para a prevenção do consumo de drogas. Prevenir é intervir para evitar que se estabeleça uma relação nociva entre crianças, adolescentes e jovens com as substâncias psicoativas. Nessa perspectiva, a prevenção tem de ser concebida como educação e ser realizada por aqueles que estão diretamente relacionados com os educandos na escola e na família.

A FAMÍLIA, A ESCOLA E A PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS

Ao pensarmos em prevenção, estaremos optando por valores e normas éticas fundamentadas no respeito ao indivíduo e às suas diferenças, ao contexto histórico, cultural e religioso.

Ao pensarmos em prevenção, estaremos optando por valores e normas éticas fundamentadas no respeito ao indivíduo e às suas diferenças, ao contexto histórico, cultural e religioso. Também ao abuso de drogas estão interligadas questões do contexto social, cultural e econômico, intervindo valores determinados socialmente. Portanto, a prevenção não é neutra. Toda intervenção contém elementos ideologicamente orientados. A prevenção ao abuso de drogas é, acima de tudo, um processo de valorização da vida. A adoção de comportamentos que visem a estilos de vida saudável e intervenções comportamentais que proponham qualidade de vida são eixos norteadores de determinados projetos preventivos. (Fonseca, 2006). O exercício da prevenção requer que família e escola tomem conhecimento de conceitos essenciais ao ato de prevenir. Reconhecer os níveis de prevenção é fundamental para que possam agir e tomar as decisões cabíveis para cada situação. A prevenção primária objetiva intervir antes que surja algum problema no sentido de um conjunto de medidas que visem a uma educação para a saúde e que envolva desde crianças pequenas até jovens adultos.

A prevenção secundária pode ser entendida como um prolongamento da primária quando o objetivo da primária não é alcançado. Destina-se aos estudantes que apresentam uso leve ou moderado de drogas, que não são dependentes, mas que correm esse risco. A família e a escola precisam atender às dificuldades e aos conflitos do usuário, procurando intervir no nível das motivações associadas ao abuso de drogas. Cabe advertir que não compete à escola o tratamento ao abuso, mas sim à família encaminhar adequadamente o caso. Já a prevenção terciária dirige-se ao usuário dependente, tendo como objetivo apoiar o tratamento e reintegrá-lo à escola, ao grupo de amigos e à família. A escola tem como função prestar auxílio à família e ao aluno, encorajando a formulação do pedido de ajuda, incentivando a procura de terapia e favorecendo relações especiais. Mais precisamente, deve identificar pessoas de confiança do estudante que possam ser elementos motivadores para que ele procure uma ajuda especializada (Bucher, 1988).

Há outras situações que determinam comportamentos de crianças, adolescentes e jovens para as quais a família e a escola, obrigatoriamente, têm de estar capacitadas para

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

reconhecimento e atuação. Prevenir exige atenção às condições que resguardem a saúde das pessoas, potencializando os fatores de proteção e minimizando os fatores de risco. Como fator de risco, entende-se o elemento facilitador para situações críticas de agravo à saúde física, psíquica e social. Fator de risco é uma associação entre as características de um indivíduo, de um grupo ou de um ambiente e uma probabilidade crescente de uma certa doença ou transtorno, que podem levar o indivíduo, o grupo ou o ambiente a se colocarem diante de agressões. Merecem atenção especial alguns fatores em particular. Na família: crise familiar; falta de cuidados, atenção e orientação; regras disciplinares inconstantes; falta de limite; falta de rituais familiares; uso inadequado do não; conflito conjugal mal-conduzido; baixa expectativa de sucesso do filho; história familiar de abuso de drogas; abuso físico e sexual. Na escola: baixa interação com a família; baixo envolvimento com os alunos; permissividade com fumo e álcool; inadequação do ensino aos alunos; falta de sintonia com a realidade social; falta de preparo pedagógico dos professores (Maitland, 1999).

Existem situações que reduzem, abrandam, inibem ou eliminam comportamentos de risco, conhecidos como fatores de proteção. Fatores ou pessoas protetoras são aqueles que previnem o indivíduo de fatos que possam agredi-lo física, psíquica ou socialmente, garantindo um estado saudável, seja reduzindo o risco, seja fortalecendo a resistência das pessoas ao risco. Segundo Maitland (1999), os fatores de proteção na família compreendem os cuidados pré-natais, a presença de vínculos afetivos, a valorização da educação, a interação com a escola dos filhos, a presença dos pais na escola dos filhos, a adequação e o manejo do estresse, o estilo de crítica afetivo, não autoritário, o compartilhamento de responsabilidades. Na escola, os fatores de proteção incluem a interação com a família dos alunos, o estímulo à continuidade dos estudos, a demonstração de confiança nos alunos, a atuação no desenvolvimento social, afetivo e sexual dos alunos, o estímulo à formação continuada dos professores, a definição de um projeto pedagógico para a escola, a resolução de fatores críticos por meio de afeto, atenção especial, disponibilidade, comprometimento, respeito, paciência, perseverança e consistência nas atitudes.

Propostas preventivas devem incluir noções fundamentais, como vulnerabilidade, ou seja, o conjunto de fatores de natureza biológica, epidemiológica, cultural e social que em interação são capazes de ampliar ou reduzir o risco ou a proteção das pessoas frente a doenças e danos. Dirige-se às crianças e aos adolescentes em risco, susceptíveis de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, Aids, tabagismo e alcoolismo, abuso de drogas psicotrópicas. Merecem atenção os fatores pessoais de vulnerabilidade que afetam o comportamento como: a sensação de onipotência, a tendência à experimentação, a identidade não definida, a ansiedade, a dificuldade de decisão, a desagregação familiar (Rua e Abramovay, 2001).

Às situações de vulnerabilidade contrapõe-se o *empowerment* ou empoderamento. Trata-se do processo no qual o poder de decisão e ação é dado aos sujeitos diretamente envolvidos em determinado acontecimento. Se a vulnerabilidade é reconhecida como pouca ou nenhuma capacidade de decidir sobre situações de risco, o *empowerment* apresenta-se como o antídoto que retira as pessoas da passividade. As ações preventivas devem estimular o *empowerment* através do desenvolvimento de habilidades como flexibilidade e abertura interior ao novo; tolerância a tensões; firmeza e clareza de finalidades; afastamento da revolta e autocompaixão; reflexão crítica, positiva, ampla e preventiva; sublimação por meio da arte, lazer, humor e atividade física; capacidade de reiniciar, agregar, dar e receber; tolerância com os limites, erros e características próprias e dos outros (Rua e Abramovay, 2001).

Outra ideia estreitamente relacionada à prevenção é a resiliência, um fenômeno psicológico que se traduz na capacidade do indivíduo de recuperar-se mantendo um comportamento adaptado após a ocorrência de um

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

dano. Estudos sobre o assunto mostram que algumas pessoas, ao passarem por adversidades, demonstram capacidade de resistir às experiências negativas sem apresentar sequelas graves. Esse fenômeno recebeu a denominação de resiliência, a palavra-chave em matéria de saúde mental. Os autores estabelecem ligações entre a resiliência e a teoria do apego, que postula uma necessidade humana universal de formar vínculos afetivos estreitos e duradouros com outras pessoas (Celia e Souza, 2002; Delgado, 2002; Dell'Aglio, Koller e Yunes, 2006; Fonagy, 2003; Gandra e Farias, 2000; Main, 2000).

Pessoas resilientes apresentam as seguintes características: temperamento sociável, elevada autoestima, competência social, ideia realista do próprio valor, senso de humor, forte rede de contatos informais (família, amigos), conhecimento de sua história de vida. Existem condições que permitem incrementar a cultura da resiliência, como, por exemplo, viver em famílias com bom nível de funcionamento, que orientam e impõem limites educativos a crianças e adolescentes, que elaboram projetos para o futuro e que dão um sentido à vida. É importante, ainda, um ambiente comunitário socialmente organizado em bairros, cidades, escolas, instituições. Todos estamos em condições de ser resilientes, pois a resiliência é uma capacidade latente ou manifesta, com possibilidade de ser construída ou restabelecida. Ela não é absoluta, nem permanente; é construída na relação com quem convivemos e na interação com nosso contexto sociocultural. Segundo Celia e Souza (2002), fatores protetores denominados recursos (*resources*) têm influência decisiva para se chegar à resiliência, porque interagem e predizem bom ajustamento às situações "de alto risco" ou "baixo risco". No Quadro 9.2, são apresentados os principais fatores que geram risco e aqueles que promovem a resiliência.

Os educadores precisam estimular os fatores de proteção junto aos filhos e alunos. O modelo People, Contribution, Activities, Place (PCAP) vem sendo considerado elemento-chave para ser aplicado às condições familiares, escolares e comunitárias, havendo um trabalho interativo nessa direção (Celia e Souza, 2002). O signo PCAP, em linhas gerais, pode ser compreendido da seguinte forma: **P**

Quadro 9.2

Fatores de risco e de resiliência

Situações	Risco	Resiliência
Predisponentes	Estresse perinatal, expressão verbal pobre, deficiência física, temperamento agressivo, necessidade de controle externo, baixo nível de inteligência, dificuldades de aprendizagem, mudanças puberais.	Crença em algo maior do que a si próprio, bom traquejo social, autocontrole, alto nível de inteligência, alto nível de autoestima, autoconceito positivo.
Familiares	Baixo nível de educação materna, desarmonia familiar, pobreza, doença mental na família, ausência de relação mãe-filho positiva, ambiente familiar caótico, família numerosa.	Boa conexão com pelo menos um dos genitores, coesão familiar, família estruturada, união entre irmãos.
Externos	Pequeno ou nenhum apoio externo, ocorrência de mais do que quatro eventos estressantes na vida.	"Cuidador" adulto além dos pais, envolvimento na comunidade ou na escola, trabalho com grupos de amigos, poucos eventos negativos.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

(people) gente: deve haver um adulto ou grupo que cuide da criança, do adolescente e do jovem, ao qual eles se apeguem. **C** *(contribution)* contribuições: devem ser criadas oportunidades de envolver a família, a vizinhança e a comunidade na atenção aos estudantes. **A** *(activities)* atividades: nas escolas e nas comunidades, devem ser promovidas atividades para o desenvolvimento do senso de apego. **P** *(place)* lugar: é necessário encontrar um local para crianças, adolescentes e jovens se reunirem com a supervisão de adultos, de modo a possibilitar-lhes relações de amizade.

Para Schwebel (2002), os pais precisam evitar cair em armadilhas recorrentes encontradas nas relações familiares. Dois exemplos são bastante comuns: o primeiro é a negação do problema, pois ignorar o assunto não constitui uma força na prevenção, e o outro refere-se ao autoritarismo, ou seja, uma tentativa de ditar e controlar a vida dos filhos, impondo regras rígidas e usando de coerção, punição e medo. Em uma abordagem autoritária, a ênfase está na obediência, e não no comportamento em si. Ao contrário, cabe à família ensinar o filho a pensar para tomar suas próprias decisões e fazer algumas escolhas, entendendo as regras e participando de sua constituição.

Cabe à família ensinar o filho a pensar para tomar suas próprias decisões e fazer algumas escolhas, entendendo as regras e participando de sua constituição.

No que concerne à escola, Fonseca (2006) assinala que há dificuldades em diversos níveis para implementar ações preventivas. Muitas vezes, os professores sentem-se perdidos, incapazes de abordar o assunto. Mesmo cientes da gravidade da situação, faltam-lhes informações, metodologia adequada, recursos pedagógicos, investimentos e rede de apoio, entre outros aspectos. Depoimentos de educadores relatam a falta de capacitação de professores e a efetivação de programas de prevenção nas escolas. Há carência de oportunidades institucionais que preparem os docentes a assumir uma atividade com base nos temas sociais (Asinelli-Luz, 2000).

Cabe à escola, como agente propulsor, implementar ações de resultados amplos e duradouros para promover a educação preventiva. Há urgência em preparar professores, diretores e membros do corpo técnico pedagógico a participarem não só de cursos pontuais, mas também de um programa de formação continuada, o que significa recorrer a especialistas e promover debates diversos. Os estudantes argumentam que, embora a prevenção comece na família, os pais poderiam ser mais bem preparados pela própria escola. Portanto, é necessário incluí-los no programa de formação continuada, com participação em *workshops,* palestras, cursos, encontros (Fonseca, 2001). Existem vantagens preciosas quando pais e educadores estão preparados para ações preventivas. Trata-se de unir e alinhar forças na execução de uma proposta comum. Segundo Ribeiro (2005, p. 80), "o adolescente, numa fase de busca de identidade e autoafirmação, necessita, para estruturar sua personalidade, de estar circunvolto de referenciais e limites coerentes e comuns".

É na vivência com a família e a escola, na educação infantil e no ensino fundamental, que está a base de um desenvolvimento sadio na vida do estudante. O foco está na formação global do aluno saudável, de modo a ajudá-lo a construir um sistema de valores pessoal que o estimule a adotar um estilo de vida em que o abuso de drogas não encontre ressonância. As propostas de intervenção estendem-se à delinquência, à sexualidade mal-orientada, à violência, e não somente ao consumo de psicotrópicos.

Na relação educador-estudante, Fonseca (2006) propõe a abordagem afetiva, cuja ênfase está na personalidade do aluno. A educação afetiva defende a modificação de fatores pessoais que são vistos como riscos ao uso de drogas. As ações no lar e na escola devem priorizar o autoconhecimento, a autoestima, a autoafirmação, as relações interpessoais, a capacidade de lidar com a ansiedade, a habilidade de decidir, a habilidade de lidar com grupos, a capacidade de resistir às pressões grupais e a comunicação verbal. É igualmente importan-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

te fortalecer a resiliência, o saber dizer não, a solidariedade, o pertencimento, o saber ouvir, a autonomia, a criatividade, o respeito às diferenças, o respeito aos valores e, quando necessário, amenizar a ansiedade, o desamparo, a vulnerabilidade, a insegurança, os estigmas e preconceitos.

Conforme Boruchovitch (2000), há que se desenvolver nos estudantes a capacidade de lidar com conflitos, de se comunicar, de interagir com grupos. Oferecer alternativas para que o adolescente possa dar vazão à necessidade de viver experiências significativas, de aceitar desafios, de explorar e de se arriscar construtivamente. Estratégias promissoras podem ajudar os jovens a lidar com os desafios inerentes ao seu desenvolvimento de forma sadia, as quais devem ser adotadas no lar e na escola, como a promoção e o desenvolvimento da competência social, o desenvolvimento de atitudes autônomas, a promoção da afetividade, a promoção do autoconhecimento e a integração corpo-mente-emoção (Quadro 9.3).

Schwebel (2002) sugere a pais e educadores que olhem para além da família e da escola, trabalhando juntos com o objetivo de provocar mudanças sociais que reduzam a aceitação e a facilidade de se conseguir drogas nas comunidades. Devem acreditar que, ao expandir suas influências como força organizada, podem alcançar metas que não conseguiriam sozinhos. O trabalho com outros pais permite criar diretrizes

Schwebel (2002) sugere a pais e educadores que olhem para além da família e da escola, trabalhando juntos com o objetivo de provocar mudanças sociais. Devem acreditar que, ao expandir suas influências como força organizada, podem alcançar metas que não conseguiriam sozinhos.

Quadro 9.3

Estratégias que auxiliam os jovens a lidar com as tarefas evolutivas

Estratégias	Sugestões de atividades
Promoção do autoconceito	Criar um clima cooperativo de amizade, confiança e respeito.
Desenvolvimento de atitude autônoma	Permitir a participação ativa em casa e na escola, facilitar as interações pessoais, criar momentos para falar e comunicar-se com os outros, oferecer situações para decidir e julgar, promover o contraste de opiniões, exercitar a argumentação e a contra-argumentação.
Alcance da competência social	Estimular a tomada de decisão responsável, desenvolver mecanismos de defesa, promover a aptidão para negociar, aumentar a capacidade de resistir a pressões grupais, fortalecer a habilidade de lidar com conflitos, permitir experimentar e explorar construtivamente, valorizar a autopreservação diante de riscos desnecessários.
Promoção da afetividade	Estimular o diálogo, reforçar atitudes positivas, desenvolver o espírito crítico, aumentar o sentido de autoeficácia, desenvolver a capacidade de lidar com a ansiedade, facilitar as relações inter e intrapessoais, estimular o conhecimento de si mesmo, elevar a autoestima.
Integração corpo, mente e emoção	Criar situações que contemplem o pensar, o sentir e o agir de forma harmoniosa, promover a descoberta de si mesmo, o reconhecimento do corpo e o aprimoramento do nível sensorial.

Fonte: Fonseca (2006).

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

para festas supervisionadas, com a não tolerância ao álcool e a outras drogas. Outro exemplo são as atividades alternativas, como encontro de jovens, programas de monitoria e treinamento de liderança para adolescentes.

Segundo Fonseca (2001), a união família-escola é o início da construção de uma comunidade que inclui líderes de negócios locais, profissionais da área da saúde, técnicos esportivos, bem como mídia, clubes de recreação, clubes de esportes, clubes de serviço, associações de bairro, instituições religiosas, postos de saúde, bibliotecas, grupos culturais e organizações não governamentais. Comunidades organizadas mudam hábitos, práticas e padrões de comportamento. Uma sugestão é criar entre as escolas uma rede de informações e intercâmbio de conhecimentos no campo da prevenção, como, por exemplo, Prevenção, Educação e Drogas (PEDDRO) que a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) realiza em conjunto com a Comissão Europeia.

A escola deixou de ser um espaço seguro para as crianças e os jovens brasileiros, tornando-se um dos alvos da violência juvenil. Abramovay e Castro (2002) defendem a combinação dos projetos de prevenção com a construção de uma escola protetora/protegida, que esteja voltada à proteção integral dos alunos, onde as drogas sejam mais um dos temas incluídos. A cultura de uma escola protetora é construída pelo diálogo, pela discussão de valores, princípios e limites, pela educação participativa, com respeito aos direitos humanos, à diversidade e à tolerância. Essa escola deve ser uma referência positiva, uma fonte de conhecimentos de boa qualidade, um lugar agradável de estar, um estímulo de convivência solidária e participante. E, principalmente, deve transmitir um sentimento de segurança às famílias dos alunos.

A UNESCO Brasil desenvolve o Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz, cujo projeto de inclusão social Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude tornou-se política pública do Ministério da Educação (MEC). Nos finais de semana, as escolas oferecem oficinas e ações diversas, trabalhadas de maneira integrada, democrática e transversal. Contemplam-se atividades de estímulo à expressão oral, artística, de desenvolvimento físico, reforço escolar, de convivência e sociabilidade, cidadania, entre outras, na perspectiva de disseminação de uma cultura de não violência e promoção da cidadania. O projeto vem sendo desenvolvido com sucesso desde outubro de 2004 e, atualmente, inclui mais de 1.500 escolas em todas as regiões brasileiras.

Finalmente, vale refletir sobre as palavras de Bucher (1988, p. 67):

> As atividades preventivas (...) nas famílias, nas escolas e em outras instituições não são fáceis, mas elas são possíveis e são prementes. A implantação e seu desenvolvimento permanente são responsabilidade de todos os educadores. (...) Em nenhum caso, a política de avestruz é rendosa; esses problemas existem, alastram-se na sociedade, atingem a todos e dizem respeito a todos. Somente a conscientização dos adultos poderá contribuir com campanhas preventivas eficientes, para diminuir, senão a presença, pelo menos o abuso de drogas em nosso meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salientamos a importância da aliança família-escola na prevenção do abuso de drogas e na melhora da qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens frente aos problemas da drogadição. Nesse sentido, cabe tecer algumas considerações sobre educação preventiva.

Em relação à família:

- Ampliar o diálogo entre filhos e pais. Os pais podem suprir a ausência física implementando a qualidade no relacionamento com os filhos.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Ajudar os filhos a se tornarem pessoas fortes e competentes é a oportunidade para que os pais também cresçam.

- Ajudar os filhos a se tornarem pessoas fortes e competentes é a oportunidade para que os pais também cresçam.
- Participar da vida escolar dos filhos e estabelecer nexos com a escola, em interações sociais que se baseiam na compreensão e na responsabilidade mútuas. Trabalhar com escolas aumenta o poder dos pais.
- Inserir a prevenção em um quadro mais amplo de uma educação para a saúde, tornando mais atraente as regras sadias de vida no dia a dia.
- Adotar como princípio fundamental a formação de valores, em lugar da mera disseminação da informação ou do conhecimento da natureza e do efeito de certas substâncias psiocoativas.
- Ter como foco a formação do caráter, a tomada de decisão, o desenvolvimento da capacidade de argumentar e contra-argumentar ideias e a adesão aos princípios da vida.
- Considerar que aproximadamente 90% dos estudantes brasileiros não usam drogas e que a maioria faz uso experimental. Isso implica que a prevenção primária na família tem funcionado. Sua atuação como agência preventiva deve ser fortalecida assim como sua força e seu papel na prevenção ao abuso de drogas não devem, em hipótese alguma, ser subestimados.

Em relação à escola:

- Adotar a construção de uma escola protetora/protegida.
- Participar de projetos sociais.
- Estabelecer parcerias com outras instituições no nível da comunidade.
- Estabelecer redes de informações entre as escolas para debates sobre problemas comuns.

Em relação à cultura da prevenção:

- Iniciar os programas de prevenção primária com crianças de menor idade, bem pequenas, em atividades educativas que sejam criativas e prazerosas.
- Enfatizar as drogas lícitas, como álcool e tabaco, e as lícitas de uso ilícito, como inalantes e medicamentos, devido à elevada porcentagem de uso entre os alunos.
- Abordar as drogas de abuso que realmente ocorrem entre estudantes brasileiros, evitando-se enfocar drogas de uso em outros países.
- Oferecer um contexto adequado para o desenvolvimento psicossocial dos alunos, auxiliando-os na resolução das tarefas evolutivas características de cada etapa do desenvolvimento humano.

Finalmente, a cultura da prevenção demanda ações específicas e inespecíficas. As ações específicas estão voltadas à educação para a saúde e objetivam prestar informações criando atitudes, discutindo valores, estabelecendo comportamentos, hábitos e estilos de vida saudável. As ações inespecíficas têm como meta a valorização da vida, o resgate da cidadania, as questões de bem-estar social, a sexualidade, a opção profissional, as alternativas de lazer e a questão do prazer. Família e escola podem fazer muito, mas não tudo. Há que se ter o empenho das três esferas governamentais (federal, estadual e municipal) para que ações comuns e conjuntas tenham como consequência uma sociedade mais sadia com o envolvimento de todos.

Família e escola podem fazer muito, mas não tudo. Há que se ter o empenho das três esferas governamentais (federal, estadual e municipal) para que ações comuns e conjuntas tenham como consequência uma sociedade mais sadia com o envolvimento de todos.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Questões para discussão

1. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a identificação do abuso de drogas requer a acesso a conhecimentos relevantes por parte da família e da escola, tais como sua classificação, seus níveis de consumo, situações de uso entre outros. Examine esses conceitos-chave.
2. Diferencie os três tipos de prevenção e caracterize o papel da família e da escola em cada uma delas.
3. A união família-escola tem efeitos sinérgicos em direção à construção de uma comunidade que reduza a aceitação e a facilidade do consumo de drogas. Analise os aspectos essenciais dessa parceria.
4. Com base no Quadro 9.3 do texto reflita sobre as estratégias apresentadas na lida com as tarefas evolutivas do estudante. Sugira outras atividades.
5. "As atividades preventivas (...) nas famílias, nas escolas e em outras instituições não são fáceis, mas elas são possíveis e são prementes. A implantação e seu desenvolvimento permanente são responsabilidade de todos os educadores". (Bucher, 1988, p. 67). Discuta sobre os possíveis caminhos para o alcance dessa finalidade.

REFERÊNCIAS

Abramovay, M., & Castro, M. (2002). Drogas nas escolas. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/Aids do Ministério da Saúde, Secretaria do Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Sena, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME.

Asinelli-Luz, A. (2000). Educação e prevenção ao abuso de drogas: Limites e possibilidade. Tese de doutorado não publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Baudrillard, J. (1978). A parte maldita. Correio da UNESCO, (9), 8-9.

Boruchovitch, E. (2000). O uso e o abuso de drogas na adolescência. In F. F. Sisto (Org.), Leituras de psicologia para formação de professores. Petrópolis: Universidade São Francisco.

Brasil. Ministério da Educação. Programa Nacional Paz nas Escolas. Acessado em 2 out, 2010, em http://www.mj.gov.br/sedh/paznasescolas/memorial/htm.

Brasil. (2002). Lei no 10.409, de 11 de janeiro de 2002. Acessado em 5 set, 2010, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10409.htm.

Bucher, R. (1988). A abordagem preventiva. In R. Bucher (Org.), As drogas e a vida: Uma abordagem biopsicossocial. São Paulo: EPU.

Bucher, R. (2002). Visão histórica e antropológica das drogas [mimeo]. In R. M. M. D. Figueiredo, Prevenção ao abuso de drogas em ações de saúde e educação. NEPAIDS.

Celia, S., Souza, R. P. (2002). Risco e resiliência. In C. O. M. Costa, & R. P. Souza (Orgs.), Adolescência: Aspectos clínicos e psicossociais. Porto Alegre: Artmed.

Charbonneau, P. E. (1982). Juventude, droga e família. In A. M. Sanches (Org.), Drogas e drogados: O indivíduo, a família, a sociedade. São Paulo: EPU.

Delgado, C. E. (2002). La resiliência em la educacion. Uma Revista Cultural Universidad Florêncio. Acessado em 28 set, 2003, em http://www.uca.ac.cr/ucatedra/13.htm.

Dell'Aglio, D. D., Koller, S. H., & Yunes, M. A. M. (2006). Resiliência e psicologia positiva: Interfaces do risco à proteção. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Edwards, G., & Arif, A. (1982). Um problema em constante evolução. Correio da UNESCO, (3), 33-34.

Fonagy, P. (1999). Persistencias trangeneracionales del apego: Uma nueva teoria. Aperturas Psicoanalíticas, Revista de Psicoanálisis. Acessado em 28 set, 2003, em http://www.aperturas.org./3fonagy.html.

Fonseca, M. S. (2001). Cultura da prevenção e formação de professores. Revista Educação e Ensino – USF, 6(1), 25-30.

Fonseca, M. S. (2006). Prevenção ao abuso de drogas: Como implantar nas escolas. Revista Psicologia Escolar e Educacional, 10(2), 339-342.

Fonseca, M. S. (2006). Prevenção ao abuso de drogas na prática pedagógica dos professores do ensino fundamental. Tese de doutorado não publicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Galduróz, J. C. F. (2004). V Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras. São Paulo: Centro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID).

Gandra, M. I. S., & Farias, M. A. (c2004). A importância do apego no processo de desenvolvimento. Acessado em 29 jul, 2011, em http://www.criancaemfoco.com.br/ pag_tt.php?pag=6&tt=526#lista.

Gennaro, G. (1987). Contra a cultura da droga. Correio da UNESCO, (9), 10-17.

Goldfarb, L. C. S. (1999). Tabagismo: Estudos em adolescentes e jovens. Cadernos da Juventude, Saúde e Desenvolvimento, 1, 162-172.

Kalina, E., & Korin, S. (1980). A família do drogadicto. In E. Kalina, & S. Kovadloff, Drogadicção: Indivíduo, família e sociedade (3. ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Main, M. (2000). The organized categorie of infant, child and adult attachment: Flexible vs. inflexible attention under attachment-related stress. Journal of the American Psychoanalytic Association, 48(4), 1055-1127.

Maitland, R. (1999). Prevenção começa cedo e nunca é cedo para começar: O trabalho de prevenção usado no Head Start of Greater Dallas. Rio de Janeiro: Lions Club do Rio de Janeiro.

Murad, J. E. (1985). Educação e prevenção ao abuso de drogas. AMAE Educando, (173), 7-11.

Olivenstein, C. (1991). Toxicômano e sua infância. In J. Bergeret, & J. Leblanc, Toxicomanias: Uma visão multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas.

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. (1994). Prevenção Educação e Drogas (PEDDRO). Acessado em 1 maio, 2003, em http:// www.unesco.org/education/educprog/pead/SP/DRUGSP/PEDDRO/PeddroSP.htm.

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. (2000). Abrindo espaços: Educação e cultura para a paz. Acessado em 1 jun, 2009, em http://www.unesco.org.br/areas/dsocial/destaque/progabrindoespacos/index_html.

Organização Mundial de Saúde. (1981). Drogas psicotrópicas. Acessado em 1 maio, 2003, em http://www.imesc.sp.gov.br.

Pratta, E. M. M., & Santos, M. A. (2007). Lazer e uso de substâncias psicoativas na adolescência: Possíveis relações. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 23(1), 2007.

Ribeiro, W. (2005). Drogas na escola: Prevenir educando. São Paulo: Annablume.

Rua, M. G., & Abramovay, M. Avaliação das ações de prevenção de DST/AIDS e o uso indevido de drogas nas escolas de ensino fundamental e médio em capitais brasileiras. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, Grupo Temático UNAIDS, UNDCP.

Salles, L. M. F. (1998). As drogas e o aluno adolescente. In J. G. Aquino (Org.), Drogas na escola: Alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus.

Schwebel, R. (2002). Antes que aconteça. São Paulo: Claridade.

Wagner, A. (2002). A comunicação em famílias com filhos adolescentes. Psicologia em Estudo, 7, 75-80.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

10

Violência familiar: rompendo o ciclo transgeracional e seguindo em frente

Denise Falcke
Larissa Wolff da Rosa
Marcela Madalena

Os dados de violência familiar aparecem desde a Antiguidade, nas mais diferentes civilizações, mas apenas há algumas décadas é que o tema começou a ser discutido de maneira mais enfática pelos profissionais da saúde. A violência familiar é, sem dúvida, um problema de saúde pública e tem ganhado bastante espaço na mídia nos últimos tempos, desde jornais que noticiam as mais diversas formas de agressão familiar (abandono de crianças, ferimentos causados pelos pais ou familiares próximos, exploração sexual e casos de infanticídio) até algumas campanhas publicitárias destinadas a combater a violência familiar. Essa exposição midiática denuncia a necessidade de uma maior reflexão sobre o fenômeno da violência intrafamiliar.

Quando a família deixa de ser um lugar de proteção e favorecimento do desenvolvimento saudável de seus membros, e constata-se que muitas pessoas são vítimas de violência dentro de suas próprias casas, cabe à sociedade como um todo, e especificamente aos profissionais da saúde, encontrar meios de lidar com a problemática da violência, especialmente porque é na família que as crianças desenvolvem seus modelos de identificação, aprendendo o que é ser pai, mãe, marido, esposa e cidadão. Quando as relações familiares são permeadas pelo fenômeno da violência, qual é o aprendizado que as crianças levam para suas vidas? Quantas crianças convivem diariamente com um ambiente violento em casa?

É na família que as crianças desenvolvem seus modelos de identificação, aprendendo o que é ser pai, mãe, marido, esposa e cidadão.

Os índices de violência são alarmantes, sobretudo se considerarmos que as estatísticas nunca são o reflexo preciso do universo das situações de violência, já que muitos casos permanecem encobertos pelo segredo familiar e enclausurados entre as paredes do lar. Em um estudo realizado por Moura e Reichenheim (2003), no ambulatório de pediatria do Hospital Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro, foram encontrados níveis elevados de violência entre casais em 17% das famílias entrevistadas, e as agressões físicas "mais leves" cometidas contra as crianças apareceram em 46% das famílias, sendo que as agressões graves tiveram um percentual de 9,9%.

Dados do Ministério da Saúde (2001) alertam ainda para o fato de que as crianças são as principais vítimas de violência quando esta ocorre dentro de casa. Elas podem ser vítimas diretas de agressão ou até mesmo indi-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

retas, quando, por exemplo, testemunham a agressão entre os pais. Segundo alguns pesquisadores, ser vítima de violência, tanto direta como indiretamente, pode fazer com que as crianças apresentem prejuízos em seu desenvolvimento em curto e longo prazo (Everstine e Everstine, 2007; Johnson et al., 2000; Melchert, 2000; Roy, 2001; Walker-Barnes e Mason, 2001).

Ser vítima de violência, tanto direta como indiretamente, pode fazer com que as crianças apresentem prejuízos em seu desenvolvimento em curto e longo prazo.

Há algumas décadas, em nosso contexto sociocultural, era comum que os pais educassem seus filhos por meio do castigo físico. O poder do adulto sobre a criança legitimava a utilização da força física como uma demonstração da autoridade. Por isso, esse era um comportamento socialmente aceito. Foi a partir de algumas mudanças sociais, como o reconhecimento da infância como uma etapa essencial na constituição do ser humano e o surgimento dos direitos constitucionais e dos direitos da criança e do adolescente (ECA, 1990), que os estilos educativos parentais passaram a sofrer modificações.

No Brasil, cogita-se até mesmo a implementação de uma nova lei que proíba qualquer tipo de agressão contra crianças e adolescentes, inclusive palmadas e puxões de orelha (Projeto de Lei nº 2.654/2003). Desse modo, os pais que hoje ainda utilizam esse tipo de conduta na educação de seus filhos acabam indo de encontro aos direitos adquiridos por crianças e adolescentes, motivo pelo qual são criticados. Todavia, apesar dessa mudança de paradigma, as condutas punitivas ainda são utilizadas por muitos pais e justificadas como uma prática disciplinar, ou seja, como uma forma de controle do comportamento da criança, o que torna impreciso o limiar entre a contenção física como meio de estabelecer limites e como forma de abuso infantil.

Quando se fala em violência intrafamiliar, entende-se todo tipo de violência, ação ou omissão que é gerada por um ou mais componentes do grupo familiar e que provoca danos ao desenvolvimento de outros membros do grupo, podendo ser de natureza física, psicológica, sexual ou negligência. Nesse sentido, a violência física caracteriza-se pelo ato de causar ou tentar causar lesões internas e/ou externas por meio de força física – como tapas, socos, mordidas – ou de algum instrumento. A violência psicológica acontece por meio da tomada ou não de atitudes que prejudiquem a autoestima, a identidade ou o desenvolvimento da pessoa. No caso de violência sexual, o agressor faz com que a vítima pratique atos sexuais contra a sua vontade, fazendo uso de força física ou psicológica – o abuso também pode acontecer sem contato físico, que é o caso do exibicionismo (quando a pessoa exibe partes sexuais do seu corpo) e do *voyeurismo* (quando a pessoa observa a criança ou o adolescente em trajes mínimos ou sem roupa). A negligência acontece quando um membro da família exime-se da responsabilidade por algum outro membro que precisa de cuidado em função de sua idade ou condição física (Day et al., 2003).

Deve-se levar em conta que os abusos nem sempre acontecem de maneira isolada. Na maioria dos casos, eles podem acontecer simultaneamente, até mesmo pelo fato de ser difícil que exista, por exemplo, abuso físico ou sexual sem a ocorrência de violência psicológica. Muitas vezes, ainda, a violência física fica mascarada, pois o agressor utiliza instrumentos que não deixam marcas visíveis nas vítimas, o que diminui a probabilidade de serem identificados os casos de violência familiar (De Antoni, 2004). Além de a violência nem sempre deixar marcas físicas, outro motivo para ela ficar invisível é pelo fato de as famílias silenciarem sobre esse assunto. Em 61,7% dos casos, segundo a cartilha "A violência sexual contra meninas", alguém sabe o que está acontecendo e não denuncia (Coletivo Feminino Plural, 2007).

São diversas as causas da violência familiar, e é importante levar em conta os fatores históricos e culturais, os fatores situacionais, as características das etapas do desenvolvimento dos filhos ou até mesmo problemas financeiros que possam estar relacionados à

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

ideia de poder que os pais acreditam ter sobre os filhos e da manifestação de tal poder sob a forma de violência. Nessa perspectiva, para a compreensão das situações de violência, devem ser considerados diversos níveis de análise, conforme propõem Barreto e colaboradores (2009), sendo eles: o "pessoal", que compreende as características biológicas e psicológicas das pessoas envolvidas; o "processual", que considera as interações interpessoais; o "contextual", que inclui os aspectos da rede de apoio social, da comunidade e da cultura e, por fim, o "temporal", que corresponde à transgeracionalidade.

Diferentes estudos já têm demonstrado o quanto essa perspectiva temporal é imprescindível à compreensão do fenômeno da violência familiar, uma vez que se constata uma forte tendência a transmissão transgeracional das situações de abuso em uma mesma família (Banyard, Arnold e Smith, 2000; Ceccone-llo, 2003; De Antoni, Barone e Koller, 2007; Dunn et al., 2001; Falcke, 2006; Kamsner e McCabe, 2000; Mendlowicz e Figueira, 2007; Roy, 2001). A transmissão transgeracional é entendida como a travessia de uma geração a outra em termos de rituais, legados e tradições, sendo que essa transmissão pode ser consciente ou inconsciente. Ela permite dar continuidade à identidade de uma família através de um legado de mitos e ritos. O processo de transmissão transgeracional pode ser articulado pela via da estrutura psíquica, da modelagem e da cultura. Nesse sentido, os discursos parental e social sustentam também a transmissão da cultura e a elaboração de um legado de vínculos com perturbações, como percebemos em algumas relações familiares (Lisboa, Féres-Carneiro, e Jablonski, 2007).

Ainda que se possa supor que os pais não desejariam que os filhos sofressem o mesmo tipo de violência que vivenciaram na infância, a força do legado transgeracional, com frequência, impulsiona a repetição do padrão aprendido.

Ainda que se possa supor que os pais não desejariam que os filhos sofressem o mesmo tipo de violência que vivenciaram na infância, a força do legado transgeracional, com frequência, impulsiona a repetição do padrão aprendido. Como ocorre esse processo de repetição de uma geração a outra? Everstine e Everstine (2007) referem que os pais que maltratam os filhos carecem de modelos de identificação saudáveis e de flexibilização no desenvolvimento de estratégias de solução frente aos problemas com os quais se deparam, devido, sobretudo, à aprendizagem deficiente que vivenciaram em suas famílias de origem. Reforçando esse ponto de vista, Pereira (2005) constata que as crianças que viveram em contextos nos quais a violência esteve presente tendem a acreditar que essa é a única forma de socialização, repetindo os padrões aprendidos na vida adulta e contribuindo, assim, para a manutenção da violência através das gerações.

A fim de investigar a transmissão transgeracional da violência familiar, realizamos uma pesquisa quantitativa com 153 pais de crianças de 1ª a 5ª série do ensino fundamental de nove escolas da região do Vale do Rio dos Sinos. Os pais responderam a um questionário composto por uma ficha de dados sociodemográficos, a Escala de Estilos Educativos, o Inventário de Estilos Parentais (IEP) e as subescalas de abuso físico, negligência e controle parental do Family Background Questionnaire (FBQ) (Melchert, 2000). Como resultado desse estudo, constatou-se um índice muito elevado de situações de risco, especialmente com relação à monitoria negativa (excesso de instruções e ameaças, ainda que nem sempre sejam cumpridas) e abuso físico (uso de força física contra a criança, tanto por palmadas quanto por agressões mais graves). Essas duas dimensões foram as principais responsáveis pelos indicativos de estilo parental de risco na escala como um todo.

Tais resultados revelam o quanto, no contexto da amostra investigada, a utilização de ameaças e agressões físicas contra crianças ainda é algo frequente. Corroborando esses achados, verificou-se também que 65,3% dos pais referem já ter agredido os filhos ao menos uma vez e 25,3% indicam já ter sido violentos. Considerando as experiências dos pais em sua família de origem, identificou-se que 45,1% reportam ter sido vítimas de violência. A par-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

tir da comparação das experiências vividas na família de origem e na família atual, os achados revelam que em torno de 55% dos pais que participaram do estudo não sofreram violência e não a repetem, 25% sofreram violência e a utilizam com seus filhos, 20% sofreram, mas não repetem, e nenhum dos participantes refere não ter sofrido violência e utilizá-la com os filhos no presente.

Considerando tais achados, pode-se evidenciar a tendência à repetição das experiências vivenciadas na família de origem, reforçando a hipótese de transmissão transgeracional da violência familiar. O que surpreende na análise desses dados é que, em nenhum caso, a pessoa passou a utilizar a violência sem ter tido contato com ela na infância. Nessa perspectiva, revela-se a importância de os vínculos precoces na família de origem serem favorecedores de um desenvolvimento sadio. Ter como modelos parentais pessoas que não utilizam a violência é um fator de proteção não só para o desenvolvimento pessoal no futuro, mas também para a qualidade das relações que a pessoa estabelecerá ao longo da sua vida. Por outro lado, conviver com a violência desde a infância pode ser considerado um importante fator de risco.

Risco é a consequência da exposição a uma situação na qual se busca realizar certo desejo ou vontade, mas depara-se com a possibilidade de perda e/ou ferimento físico ou psicológico. Estar exposto a um fator de risco significa estar diante da possibilidade de ocorrência de resultados negativos para a saúde, para o bem-estar ou para o desempenho social dos indivíduos (Schenker e Minayo, 2005). Existem diversos fatores de risco que afetam a capacidade de resiliência de crianças e adolescentes, sendo que as condições de pobreza, rupturas com a família, vivência de algum tipo de violência ou perdas importantes na família são alguns exemplos (Pesce et al., 2004). Os eventos considerados de risco são obstáculos que aumentam a vulnerabilidade da criança para resultados negativos durante o seu desenvolvimento.

Por outro lado, proteger significa oferecer condições de crescimento e de desenvolvimento, além de proporcionar amparo e fortalecimento para a criança ou o adolescente. São considerados fatores de proteção qualquer experiência de vida que possa ser favorecedora do processo de resiliência. A resiliência pode ser entendida como um conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento de uma vida saudável, mesmo que o indivíduo não viva em um ambiente sadio. Esse processo é resultado da combinação entre as características individuais da criança ou do adolescente e seu ambiente familiar, cultural e social (Pesce et al., 2004). É a capacidade que alguns sujeitos apresentam de amenizar ou evitar os efeitos negativos de certas situações de risco que vivenciam em sua família ou meio social. A resiliência anuncia a possibilidade de que as pessoas se desenvolvam bem, mesmo expostas a situações e ambientes com alto potencial de risco (Silva et al., 2009).

É de geração em geração que vemos as tradições familiares ancoradas em hábitos e atitudes, em muitos casos extremamente rígidos e inflexíveis, que garantem a sobrevivência do grupo diante das transformações sociais. Entretanto, em gerações posteriores, percebe-se a possibilidade de algum membro da família estar disposto a modificar o legado de sua família na tentativa de transformar os rituais e tradições já existentes (Lisboa, Féres-Carneiro e Jablonski, 2007).

Para compreender a capacidade de resiliência do indivíduo, é fundamental entender a ideia de *coping*. O conceito de *coping*, empregado na psicologia, é entendido como a maneira pela qual os indivíduos lidam com as adversidades que surgem. Existe o *coping* positivo, que é construído durante o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo. As estratégias de *coping*, assim como a resiliência, dependem dos atributos individuais, familiares e ambientais para que se consolidem. Essas estratégias funcionam como um fator de proteção, pois proporcionam resiliência aos indivíduos, caso sejam ativadas para a resolução dos problemas (Schenker e Minayo, 2005). O conceito de *coping* ilustra a importância das diferenças individuais, so-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

ciais e psicológicas, além de ser uma estratégia usada pela criança e pelo adolescente baseada em diversas experiências já vividas (Pesce et al., 2004).

Ao pesquisar fatores de proteção para as famílias em situação de risco de violência, De Antoni, Barone e Koller (2007) destacam a importância da rede de apoio social e afetivo, da valorização das conquistas e do desejo de mudança. Pode-se observar que, além da rede social, são relevantes aspectos do desenvolvimento pessoal do sujeito como a autoestima e o desejo de mudança. Nesse sentido, os mecanismos de proteção que o sujeito dispõe internamente são considerados elementos cruciais para a compreensão da resiliência. Além de o ambiente oferecer apoio e segurança, torna-se imprescindível que o próprio sujeito fortaleça sua capacidade de fazer escolhas e de estar aberto a novas experiências.

Na mesma perspectiva de identificação de fatores de proteção para evitar a repetição das situações de violência, Cecconello (2003) enfatiza a manutenção de um relacionamento amoroso estável, do acompanhamento psicoterapêutico ou da participação em grupos de autoajuda e da presença de pessoas significativas na rede de apoio. Verifica-se, através da análise desses fatores, em que medida a experiência de vínculos saudáveis com outras pessoas significativas pode constituir-se em um importante tutor de resiliência, tendo em vista que possibilita o contato com novos modelos de identificação.

Dedicando-se ao estudo dos tutores de resiliência, Cyrulnik (2005) considera dois fatores determinantes: vínculo e sentido. Com isso, refere a importância de haver outros significativos e um ambiente cultural que permita algum tipo de significação para a experiência traumática vivenciada. Com relação aos outros significativos, o autor salienta que a empatia é um grande fator de resiliência, pois, colocando-se no lugar da vítima, é possível acalmá-la e transformar o acontecimento em espetáculo a partir de um novo significado que lhe é atribuído. Nesse sentido, a representação do acontecimento traumático oferece a possibilidade de torná-lo o eixo de uma história de vida, "uma espécie de *estrela do pastor escura* que nos indica a direção" (p. 16).

Tal direção também é definida nas pessoas resilientes pela capacidade de sonhar e ter esperança. Segundo Cirulnik (2005), "habitualmente, os sonhos fazem voltar às marcas do passado, mas, na esperança aprendida, os sonhos de antecipação são construções imaginadas de nossos desejos" (p. 37). Mais do que dar todo o cuidado e atenção, é necessário possibilitar às pessoas que sofreram algum tipo de traumatismo uma abertura, uma libertação, que pode ser promovida pelo incentivo ao direito de dar, ou seja, uma oportunidade de autonomia precoce. O adultismo, para o autor, é um longo desvio no desenvolvimento, mas que pode levar à resiliência quando a criança consegue utilizá-lo para libertar-se e tornar-se responsável por si mesma.

Com base nesses pressupostos, percebe-se que são várias as possibilidades de promoção de resiliência, o que permite questionar o caráter determinista muitas vezes atribuído às experiências precoces na família. Nem é preciso que exista um grande acontecimento, mas experiências singelas podem funcionar como tutores de resiliência, desde que possibilitem à pessoa atribuir um novo sentido à vivência traumática, desenvolver um sentimento de esperança com relação ao futuro ou receber a confiança em seu poder de ajudar e de ser útil a alguém.

São várias as possibilidades de promoção de resiliência, o que permite questionar o caráter determinista muitas vezes atribuído às experiências precoces na família.

Tomando como base os resultados da pesquisa que realizamos, os quais foram descritos anteriormente, podemos perceber que a maioria das pessoas repetiu o mesmo padrão educativo, envolvendo ou não a presença de violência, que vivenciaram em sua família de origem (80%). Nenhum participante utiliza a violência com os filhos sem ter sido vítima disso na infância. Todavia, quase 20% dos participantes do estudo referiram ter sido vítima de violência na família de origem e não utilizá-la com seus filhos. Que fatores podem

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

ter sido responsáveis por essa mudança no padrão? Esses sujeitos podem ser considerados resilientes? Que aspectos da sua história de vida podem ter favorecido o desenvolvimento da resiliência?

Na continuidade do estudo realizado, convidamos esses participantes que demonstraram ter rompido o ciclo da violência familiar para participar de um estudo qualitativo, através do qual buscamos conhecer a sua história de vida, tentando identificar possíveis tutores de resiliência. A seguir, apresentaremos uma breve descrição de duas das histórias coletadas, como modo de analisarmos os fatores que podem ter contribuído para o desenvolvimento da resiliência e, consequentemente, para o rompimento do ciclo de violência. Os nomes e principais dados de identificação dos participantes foram alterados a fim de preservar a sua identidade.

História 1

Amanda tem três irmãos, sendo ela a mais velha. Ela relata que seus pais eram muito agressivos durante a sua infância e que batiam nela seguidas vezes, sem antes tentar conversar. Diz que a experiência de ser agredida pelos pais na infância foi marcante e que não quer isso para seus filhos. Acredita que a violência interferiu bastante em sua vida, pois percebe que, em alguns momentos, caso ela não se controlasse, poderia chegar a ser agressiva. Considera importante para a sua personalidade atual a presença de uma tia que a criou quando ela saiu de casa. Quando soube que seria mãe pela primeira vez, ficou muito feliz, já que ser mãe para ela era um grande sonho. Pensava em desempenhar o papel de mãe melhor do que seus pais haviam desempenhado com ela, por isso buscou como modelo de referência sua tia, que demonstrava paciência com os filhos, conversava com eles e não lhes batia. Segundo Amanda, o principal fator para ter conseguido dar aos filhos uma educação diferente da que recebeu foi o fato de querer muito ter sido criada de modo diferente e querer dar aos filhos o que ela não teve.

História 2

Cláudia teve uma infância muito difícil. Quando criança, seus pais se separaram. Sua mãe foi embora com outra pessoa e deixou os três filhos aos cuidados do pai. Relata que o pai batia muito nela e em seu irmão e que ele não conversava com os filhos, pois sempre achava que tinha razão. Apesar de tudo, acredita que a violência sofrida tenha contribuído para que ela se tornasse uma pessoa melhor. Com 12 anos, Cláudia engravidou e refere que ter sofrido violência inclusive a ajudou a criar melhor o seu filho, pois conseguia colocar-se no lugar dele e agir diferente, com amor, carinho, diálogo e, às vezes, com algumas palmadas, mas em menor intensidade do que aquelas que sofreu. Relata que seu marido, os patrões que teve, o irmão mais velho e os vizinhos foram pessoas importantes na sua formação como pessoa. Por ter engravidado muito cedo, amadureceu rapidamente e sente falta de não ter vivido melhor a sua adolescência e o início da vida adulta. Quando soube que seria mãe, sofreu muito preconceito, porque lhe diziam que não seria uma boa mãe, por ter sido abandonada pela sua, mas ela não acreditava nisso e adotou uma postura positiva. A oportunidade de precisar cuidar de uma criança, sentindo-se útil e responsável, foi muito importante para que ela preenchesse o vazio que sentia após a perda da mãe e as agressões do pai. Não acredita ter tido nenhum modelo para seguir, já que, na realidade, sempre quis mostrar aos outros que podia ser diferente dos seus pais. Atribui a sua força de vontade ao fato de ter conseguido dar ao filho uma educação diferente da que recebeu dos seus pais, tentando sempre mostrar o seu melhor e que poderia viver sem eles.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

O relato dessas duas histórias possibilita a análise de alguns fatores que, ao longo da vida dessas pessoas, podem ter contribuído para que elas desenvolvessem uma maneira diferente de lidar com os filhos, não repetindo o padrão de violência que vivenciaram na infância. Não cabe aos propósitos deste capítulo definir se podemos considerar que essas pessoas são exemplos de resiliência. Nosso objetivo é que as suas histórias sirvam como inspiração para que possamos refletir sobre alguns fatores que possam ter sido protetivos, constituindo-se em possíveis tutores de resiliência.

O primeiro aspecto que chama a atenção refere-se à existência de vínculos com pessoas significativas, que empaticamente podem ter auxiliado na construção de laços afetivos mais seguros do que os vivenciados com os pais na família de origem. No caso de Amanda, o convívio com uma tia, exemplo de mãe e possivelmente um modelo de identificação saudável, parece ter servido como a possibilidade de visualização de um ideal, de alguém em quem se espelhar. Da mesma forma, na vida de Cláudia, a presença do marido, dos patrões, do irmão mais velho e dos vizinhos foi importante para que ela desenvolvesse relacionamentos baseados em padrões mais saudáveis. Ainda assim, nesse caso, ela acredita que não teve modelos de como deveria ser como mãe, por exemplo. Na visão de Cláudia, ela sempre teve de se basear no que não deveria ser, evidenciando a marca que traz das referências parentais. No entanto, é possível que ela nem se dê conta disso, mas que essas outras pessoas significativas em sua história de vida tenham deixado pequenas marcas que foram sendo introjetadas e possibilitaram uma construção gradativa de referenciais positivos.

Um segundo aspecto que se destaca na análise dos dois casos estudados é a experiência da maternidade – no caso de Cláudia, em uma etapa bastante precoce. A maternidade e seu significado de cuidado, dedicação e proteção ao outro pode, nesses casos, ter constituído o que Cirulnik (2005) refere como o direito de dar? O autor refere que pessoas expostas a situações de violência tendem a casar cedo, formar um casal estável, tornar-se pais precocemente, o que, ao responsabilizá-los, comprova a importância que atribuíam ao ideal de família que sonhavam em construir. Nesse sentido, ainda que a parentalidade adolescente possa trazer implícita uma série de outros riscos ao desenvolvimento infantil e familiar, em certas circunstâncias, a oportunidade de tornar-se responsável por uma criança pode funcionar como um possível tutor de resiliência. Nesse contexto, pode ser entendida como um tipo de adultismo precoce, devido à necessidade de desempenhar a função de adulto ainda na etapa da adolescência.

As histórias também possibilitam identificar a dimensão do sonho. As duas participantes, em suas falas, remetem aos pensamentos que tinham, desde a mais precoce etapa de vida, quando imaginavam como seriam no futuro e o que esperavam para a sua vida. Amanda refere o sonho de ser mãe como a dimensão de sua vida que representava um ideal a ser buscado. Cláudia, por sua vez, reporta-se ao desejo de autonomia, de provar para si e para os outros como poderia viver sem os pais e ser diferente deles. Traçando estratégias rumo ao futuro e seguindo em busca delas, as duas participantes empenharam-se em construir um jeito seu de viver para além dos padrões vivenciados em suas famílias de origem.

Retomando os fatores de proteção que foram descritos por Cecconello (2003) e por De Antoni, Barone e Koller (2007), as histórias narradas também evidenciam o desejo de mudança, a valorização das conquistas e o investimento em uma relação amorosa estável. Cláudia, em sua fala, manifesta de modo bastante evidente o quanto procura estar sempre mudando, refletindo sobre o passado e tentando agir diferente. Essa flexibilização é fundamental para que ela reconheça em si as bagagens trazidas da família de origem, mas entenda que pode construir novas experiências. Ela diz que poucas vezes recorreu à palmada na educação do filho e que, nessas ocasiões, sempre parou para refletir sobre o que

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

tinha acontecido. Na mesma direção, Amanda reconhece situações em que ela poderia ter sido muito agressiva e teve de se controlar. Esse esforço de reflexão, avaliando-se a experiência passada e fugindo-se da posição rígida de repetição direta das experiências, oferece a possibilidade de um novo jeito de ser, de trilhar um novo caminho.

Essas parecem ser alternativas possíveis para o rompimento do ciclo de violência que promovem a capacidade de resiliência, fazendo com que pessoas que foram vítimas de violência na infância não repitam os maus-tratos na vida adulta. Por isso, torna-se um desafio para os profissionais da saúde possibilitarem que esses tutores de resiliência cheguem à realidade das vítimas de abuso.

Diversas são as potencialidades das intervenções psicológicas na promoção dos tutores de resiliência, especialmente porque, como refere Cirulnik (2005), as duas peças-chave para a resiliência são vínculo e sentido. Sendo assim, pode-se compreender o importante espaço que as intervenções clínicas em psicologia podem ocupar, tanto na direção da constituição de um vínculo seguro e saudável com a pessoa do terapeuta quanto na direção de busca de sentido para os acontecimentos vivenciados, permitindo que se atribuam novas perspectivas de interpretação. Além disso, o desenvolvimento de possíveis tutores de resiliência também pode ocorrer através do fortalecimento de características individuais, tais como autoestima, confiança, flexibilidade, tolerância à frustração, desejo de viver novas experiências sem tanto temor ao desconhecido, entre outros aspectos.

Questões igualmente relevantes a serem potencializadas são as relações sociais, tanto no sentido de desenvolvimento de vínculo com pessoas significativas, que sirvam como modelos de identificação e de relacionamento, quanto no sentido de constituição de uma rede de apoio social à qual se possa recorrer sempre que existir alguma necessidade. Sentir-se importante e valorizado pelas outras pessoas favorece novas possibilidades de ação e a segurança para desbravar novos caminhos. Na rede social, também é percebida a possibilidade de troca, de ajuda mútua, o que se caracteriza em um aspecto essencial para o exercício da possibilidade de auxiliar os outros. Essa posição exige um lugar de responsabilidade e de maturidade que é potencialmente favorecedor da resiliência.

Por fim, não se pode deixar de ressaltar a necessidade de que as intervenções psicológicas atentem para a dimensão do sonho e da esperança. Muito do que move as pessoas em direção ao futuro são as idealizações, os desejos, os ideais de ego. Portanto, torna-se essencial permitir que a criança vítima de violência imagine-se para além do mundo que vivencia no presente. Só assim ela poderá ir em busca de outros referenciais, fugindo da perspectiva de repetição compulsiva das experiências já vividas. Aliada ao sonho, a esperança constitui-se na dimensão do possível, na confiança despertada pelos pequenos atos de ajuda que foram recebidos e que se constituem em referências de que, tendo ocorrido em algum momento, podem voltar a se repetir e possibilitar a segurança necessária para seguir em frente.

Torna-se essencial permitir que a criança vítima de violência imagine-se para além do mundo que vivencia no presente. Só assim ela poderá ir em busca de outros referenciais, fugindo da perspectiva de repetição compulsiva das experiências já vividas.

O estudo dos tutores de resiliência permite constatar que, muitas vezes, eles não são oriundos de grandes acontecimentos ou de grandes investimentos, mas que podem ser potencializados por intervenções pontuais de pessoas que conseguem empaticamente se colocar no lugar do outro e oferecer algum novo olhar, algum novo sentido para a experiência vivenciada. Nessa perspectiva, é importante sempre acreditar na possibilidade do ser humano de reinventar a sua história. Ainda que se reconheça a relevância das experiências na família de origem e a tendência de que elas se constituam no padrão de referência para o desenvolvimento e para os relacionamentos no futuro, não existe um determinismo linear em termos de história, e muitos são os acontecimentos do presente que podem indicar novos rumos a seguir. O

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

mais importante não é necessariamente o que os pais fizeram ou o tipo de relações que as pessoas experimentaram na infância, mas o modo como elas lidam com as suas experiências do passado e o que aproveitarão dessas experiências para definir a maneira como conduzirão suas vidas, sendo autoras de seu próprio destino.

Relembrando conceitos

Violência intrafamiliar: ação ou omissão que é gerada por um ou mais componentes do grupo familiar e que provoca danos ao desenvolvimento de outros membros do grupo, podendo ser de natureza física, psicológica, sexual ou negligência.

Transgeracionalidade: travessia de uma geração a outra de rituais, legados e tradições, sendo que essa transmissão pode ser consciente ou inconsciente.

Fatores de risco: situações ou fenômenos que geram a possibilidade de ocorrência de resultados negativos para a saúde, para o bem-estar ou para o desempenho social dos indivíduos.

Fatores de proteção: situações ou fenômenos que oferecem condições de desenvolvimento saudável, proporcionando amparo e fortalecimento para a criança ou o adolescente. Diminuem o risco de exposição a vivências negativas e/ou evitam as consequências negativas de experiências traumáticas, favorecendo o processo de resiliência.

Resiliência: conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento de uma vida saudável, mesmo que o indivíduo não viva em um ambiente sadio. Possibilidade de aprender com as situações difíceis e superá-las, atingindo níveis ainda mais elevados de maturidade.

Questões para discussão

1. De que modo a violência intrafamiliar pode interferir no desenvolvimento de crianças e adolescentes?
2. Existe a tendência de repetição transgeracional da violência intrafamiliar? Por quê?
3. Reflita sobre os fatores de risco e os fatores de proteção nos casos de violência intrafamiliar. Você é capaz de identificar alguns deles?
4. Como é possível promover a resiliência nas vítimas de violência intrafamiliar?

REFERÊNCIAS

Banyard, V. L., Anold, S., & Smith, J. (2000). Childhood sexual abuse and dating experiences of undergraduate women. *Child Maltreatment, 5*(1), 39-48.

Barreto, A. C., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Almeida, P. C., & Desouza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: Uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 22*(1), 86-92.

Cecconello, A. M. (2003). *Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco*. Tese de doutorado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, *8*(núm. esp.), 45-54.

Cirulnik, B. (2005). *O murmúrio dos fantasmas*. São Paulo: Martins Fontes.

Coletivo Feminino Plural. (2007). *Cartilha "A violência sexual contra meninas: Uma leitura feminista sobre a violência intrafamiliar"*. Porto Alegre.

Day, V. P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria, 25*(1), 9-21.

De Antoni, C. (2004). *Coesão e hierarquia em famílias com história de abuso físico*. Tese de doutorado não publicada,

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

De Antoni, C., Barone, L., & Koller, S. H. (2007). Indicadores de risco e de proteção em famílias fisicamente abusivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 23*(2), 125-132.

Dunn, M.G. (2001). Transmission of neglect in substance abuse families: The role of child dysregulation and parental SUD. *Journal of Child and Adolescent Substance Abuse, 10*(4), 123-132.

Everstine, D. S., & Everstine, L. (2007). *Personas en crisis: Intervenciones terapeuticas estratégicas*. México: Pax.

Falcke, D. (2006). Filho de peixe, peixinho é: A importância das experiências na família de origem. *Revista Colóquio, 3*(2), 83-97.

Johnson, J. J. (2000). Associations between four types of childhood neglect and personality disorder symptoms during adolescence and early adulthood: Findings of a community-based longitudinal study. *Journal of Personality Disorders, 14*(2), 171-187.

Kamsner, S., & McCabe, M. (2000). The relationship between adult psychological adjustment and childhood sexual abuse, childhood physical abuse, and family-of--origin characteristics. *Journal of Interpersonal Violence, 15*(12), 1243-1261.

Lisboa, A. V., Féres-Carneiro, T., & Jablonski, B. (2007). Transmissão intergeracional da cultura: Um estudo sobre uma família mineira. *Psicologia em Estudo*, *12*(1), 51-59.

Melchert, T. P. (2000). Clarifying the effects of parental substance abuse, child sexual abuse, and parental caregiving on adult adjustment. *Professional Psychology: Research and Practice, 31*(1), 64-69.

Mendlowicz, M., & Figueira, I. (2007). Transmissão intergeracional da violência familiar: O papel do estresse pós--traumático. *Revista Brasileira de Psiquiatria, 29*, 88-89.

Moura, A. T. M., & Reichenheim, M. E. (2005). Estamos realmente detectando violência familiar contra a criança em serviços de saúde? A experiência de um serviço público do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública, 21*(4), 1124-1133.

Pereira, A. L. (2005). Educação em saúde. In N. M. A. Figueiredo (Org.), *Ensinando a cuidar em saúde pública*. São Caetano do Sul: Yendis.

Pesce, R. P. (2004). Risco e proteção: Em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 20*(2), 135-143.

Reichenheim, M. E., Hasselmann, M. H., & Moraes, C. L. (1999). Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: Contribuições para a elaboração de propostas de ação. *Ciência e Saúde Coletiva, 4*(1), 109-121.

Roy, A. (2001). Childhood trauma and hostility as an adult: Relevance to suicidal behavior. *Psychiatry Research, 102*(1), 97-101.

Schenker, M., & Minayo, M. C. S. (2005). Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência e Saúde Coletiva*, *10*(3), 707-717.

Silva, M. R. S. (2009). Processos que sustentam a resiliência familiar: Um estudo de caso. *Texto-contexto--enfermagem, 18*(1), 92-99.

Walker-Barnes, C. J., & Mason, C. A. (2001). Ethnic differences in the effect of parenting on gang involvement and gang delinquency: A longitudinal, hierarchical linear modeling perspective. *Child Development, 72*(6), 1814-1831.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

11

Suportes e recursos familiares: relações com o contexto escolar

Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Selma de Cássia Martinelli
Rebecca de Magalhães Monteiro

INTRODUÇÃO

Estudos dedicados a avaliar o contexto familiar e suas relações com o desenvolvimento infantil não são recentes. Esse interesse deve-se, fundamentalmente, ao fato de que, desde o nascimento e durante toda a primeira infância, os principais cuidados e estímulos necessários ao desenvolvimento infantil são fornecidos pela família, sejam eles físicos, econômicos ou socioafetivos. Esses fatores são considerados essenciais, já que a família também desempenha o papel de mediadora entre a criança e a sociedade.

Durante toda a primeira infância, os principais cuidados e estímulos necessários ao desenvolvimento infantil são fornecidos pela família, sejam eles físicos, econômicos ou socioafetivos.

O contexto onde a criança está inserida, conforme apontado por Silva e Hasenbalg (2000), em um estudo amplo sobre a evolução da educação no Brasil, pode contribuir de diversas formas. Uma delas refere-se aos recursos econômicos ou capital econômico, usualmente caracterizada por meio da renda ou riqueza familiar. Segundo os autores, costuma-se estudar a situação de bem-estar material dos domicílios abrangendo-se desde os recursos físicos, como aqueles que facilitam o aprendizado das crianças, até os bens de consumo, como geladeira, televisão, rádio, etc. A outra refere-se aos recursos educacionais ou capital cultural, sendo definida pela distribuição da educação entre os membros adultos da família. Nesse caso, a escolaridade dos pais e o consumo cultural da família (como a presença de livros) sugerem que os pais podem perceber melhor os benefícios futuros da educação de seus filhos. Por fim, a terceira dimensão refere-se à estrutura familiar, representada pelo tamanho da família, pelas relações estabelecidas entre seus membros e pela participação ou pelo acompanhamento por parte dos pais na vida de seus filhos.

Para além dessa função social, uma série de condições presentes no contexto familiar também têm sido apontados como fortes preditores do desempenho escolar infantil. Estudos indicam que as crianças tendem a apresentar um melhor desempenho escolar quando vivem em um ambiente familiar no qual predomina um clima emocional positivo, no qual seus membros incentivam, organizam e reforçam comportamentos que visam o sucesso escolar (Marturano, 1999; Dessen, 2001; Marques, 2001).

Dada essa importância é que a estrutura familiar e as alterações significativas verifica-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

das nos últimos 20 anos têm despertado o interesse de muitos pesquisadores. Em recente revisão de literatura, Aguena (2010) salienta que a quantidade de membros que compõem as famílias brasileiras tem diminuído consideravelmente. O tamanho das famílias brasileiras, que no século passado era de 4,5 pessoas em média, chegou ao ano 2000 com apenas 3,4 pessoas por grupo familiar. O padrão de família tradicional, composta pelo casal com filhos, baixou de 60% em 1992 para 55% em 1990 (Silva e Hasenbalg, 2000). Ao mesmo tempo em que ocorreram essas transformações, constatou-se um crescimento da proporção de outros tipos de composição familiar. O núcleo familiar que era constituído por pai, mãe e filho já não se apresenta somente assim. Existem famílias de pais separados que casaram novamente, pais homossexuais, avós que cuidam dos netos como se fossem filhos, mães solteiras, entre outras tantas estruturas. O modelo tradicional, cujo núcleo familiar era composto por pai, mãe e filhos, não é o único que se pode encontrar na sociedade do século XXI (Amazonas et al., 2003; Cardoso e Féres-Carneiro, 2008; Ferry, 2007; Leone, Maia e Baltar, 2010).

Essas condições são importantes para se compreender a diversidade de organizações encontradas atualmente no ambiente familiar e devem ser consideradas para se desenvolver pesquisas com famílias. Sabe-se que a família participa de maneira efetiva na formação do sujeito, o que pode contribuir ou não, dependendo dos recursos proporcionados pelo ambiente familiar, tanto para a motivação quanto para o seu desempenho escolar. Para Baptista (2005) e Guidetti e Martinelli (2009) o ambiente familiar tanto pode ser fonte de recursos para um bom desenvolvimento, atuando como mecanismo de proteção para a criança lidar com as dificuldades, como pode levar a reações inadaptadas. Na mesma direção, D'Avila-Bacarji, Marturano e Elias (2005) afirmam que o contexto no qual o indivíduo se desenvolve pode contribuir para a competência, em maior ou menor grau, e também para a vulnerabilidade aos riscos, tanto aqueles inerentes a cada fase do desenvolvimento quanto aqueles que são circunstanciais.

O contexto no qual o indivíduo se desenvolve pode contribuir para a competência, em maior ou menor grau, e também para a vulnerabilidade aos riscos.

Langford e colaboradores (1997), com base em uma revisão da literatura, observaram que o suporte familiar e social está associado a aspectos como competência social, enfrentamento de problemas, percepção de controlabilidade, senso de estabilidade, autoconceito, afeto positivo e bem-estar psicológico. Ao lado disso, um alto nível de suporte familiar tem-se mostrado relacionado com baixa prevalência de transtornos ansiosos e de humor. Contudo, vale ressaltar que o suporte ao desenvolvimento da criança reflete uma disposição dos pais para investir tempo e recursos em arranjos da vida familiar. Tal disposição, em sentido amplo, tem como objetivo o crescimento dos filhos, aliada à preocupação de adequar esses recursos ao nível de desenvolvimento de cada um e à priorização de atividades de lazer em que os filhos estejam incluídos. Assim, aqueles pais que compartilham com a criança parte do seu tempo livre, proporcionando-lhe um elenco de atividades culturais e educacionais enriquecedoras, seja no lar, seja na comunidade, favorecem o ajustamento interpessoal, o desenvolvimento cognitivo e o desempenho escolar (Baptista, 2007; Bradley e Corwyn, 2002).

Para Cooper, Lindsay e Nye (1999), a família tem papel-chave no sucesso escolar das crianças, e os pais podem contribuir para o desenvolvimento intelectual de seus filhos de diversas formas, como, por exemplo, preparando as crianças para a escola, valorizando a educação, mostrando apreço pelas habilidades dos filhos, encorajando-os e estimulando-os, delimitando-lhes padrões, estabelecendo hábitos de estudo, ajudando-os nos deveres de casa, acompanhando seu progresso acadêmico, recompensando os esforços, enfim, apoiando em todas as atividades relacionadas à escola. Fonseca (1999) destaca que o progresso escolar está associado a duas características consideradas importantes no que se refere às práticas educativas e disciplina: o suporte à

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

autonomia e a estruturação de regras e rotinas. Desse modo, os pais devem estimular a independência e a autonomia da criança, permitindo que ela resolva problemas por si mesma, dando-lhe todo o apoio e a assistência de que necessite, além de organizar a vida da criança em termos de horários e rotinas, ou seja, estabelecendo um cotidiano regrado.

Pode-se dizer então que a família e a escola são os principais sistemas de suporte de que a criança dispõe para enfrentar os desafios da aprendizagem. Nessa equação, segundo Marturano e Loureiro (2003), a escola pode ser vista como a ampliação do contexto sociocultural da criança, no qual os papéis sociais e as exigências formais de aprendizagem apresentam-se com novas oportunidades de interação com outras pessoas e situações. Além disso, o ambiente familiar pode contribuir oferecendo às crianças tanto uma base segura de estabilidade emocional quanto a disponibilidade de materiais e brinquedos e a supervisão das atividades escolares dos filhos (Marturano, 2006). Existe um consenso entre pesquisadores da área sobre o reconhecimento da participação familiar na construção de um desenvolvimento saudável por parte das crianças, bem como de sua influência direta sobre a aprendizagem dos filhos (Cooper, Lindsay e Nye, 1999). Segundo Baggio (2010), existem vários aspectos da vida familiar que são importantes para o desempenho escolar e, embora estes se modifiquem de acordo com o desenvolvimento da criança, os efeitos do ambiente familiar têm sido observados nos diferentes níveis de ensino.

A família e a escola são os principais sistemas de suporte de que a criança dispõe para enfrentar os desafios da aprendizagem.

Sob essa perspectiva, estudos têm sido conduzidos com a finalidade de investigar as condições presentes no ambiente familiar que poderiam ser apontadas como relevantes e fundamentais ao desenvolvimento infantil. Aguena (2010), ao revisar a literatura, apresenta um panorama de estudos atuais que se dedicaram a investigar aspectos do ambiente familiar que se mostraram relacionados ao desempenho escolar, tais como a violência intrafamiliar (Brancalhone, Fogo e Williams, 2004; Pereira e Williams 2008; Perreira, Santos e Williams, 2009); a participação dos pais no processo de escolarização (Hampton et al., 2004; Hong e Ho, 2005; Cia, Pamplim e Willians, 2008); o suporte parental e as práticas parentais (D'Avila-Bacarji, Marturano e Elias, 2005); o envolvimento paterno (Cia, D'Affonseca e Barham, 2004); o envolvimento materno (Costa, Cia e Barham, 2007); a interação entre pais e filhos (Bong, 2008); as expectativas e as crenças familiares (Molnar, 2000; Englund e Luckner, 2004); a presença de recursos materiais e humanos (Guidetti e Martinelli, 2009), bem como o nível socioeconômico das famílias (Jiang, 2004; Santos e Graminha, 2005).

Tem-se observado, nas últimas décadas, um interesse crescente pela análise dos suportes e recursos presentes no ambiente familiar. Assim, este artigo priorizará em sua análise subsequente, para fins de construir um panorama que comprove os dados apresentados até aqui, estudos atuais que investigaram os suportes e recursos familiares em relação ao desempenho escolar dos estudantes.

De acordo com D'Avila-Bacarji, Marturano e Elias (2005), a família é um dos principais sistemas de suporte para a criança, contribuindo com a base segura de estabilidade emocional e com uma diversidade de recursos de apoio, tais como a valorização dos esforços da criança, um envolvimento positivo na vida escolar e a oferta de experiências educacionais e culturais enriquecedoras. Destacam-se três formas de suporte: o suporte específico para realização escolar, o suporte ao desenvolvimento e o suporte emocional. O suporte para realização escolar concretiza-se através do envolvimento direto dos pais com a vida acadêmica dos filhos. São exemplos dessa modalidade de suporte a disposição de tempo e espaço adequado em casa para a realização dos deveres escolares, a exigência de cumprimento desses deveres, o intercâmbio regular com o professor e

O suporte para realização escolar concretiza-se através do envolvimento direto dos pais com a vida acadêmica dos filhos.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

uma rotina de horários para as atividades diárias básicas. O suporte ao desenvolvimento reflete uma disposição dos pais para investir tempo e recursos em arranjos da vida familiar que têm como objetivo o crescimento dos filhos em sentido amplo, aliada à preocupação de adequar esses recursos ao nível de desenvolvimento de cada um e à priorização de atividades de lazer em que os filhos estejam incluídos. Por último, o suporte emocional diz respeito ao clima emocional na família e caracteriza-se por processos interpessoais com elevada coesão, ausência de hostilidade e relação afetiva apoiadora com a criança. Essas três formas de suporte, quando adequadamente desenvolvidas pelas famílias, favorecem o desenvolvimento cognitivo, o desempenho escolar e o ajustamento interpessoal da criança.

Com o objetivo de verificar as associações entre problemas de comportamento e variáveis do ambiente familiar em crianças com queixa de dificuldade de aprendizagem, Ferreira e Marturano (2002) desenvolveram uma pesquisa com 67 crianças provenientes de uma clínica de psicologia de um hospital universitário. Todas as crianças, com idades entre 7 e 11 anos, foram encaminhadas a essa clínica com queixa de baixo rendimento escolar e foram divididas em dois grupos: o grupo 1 (G1), formado pelas crianças sem problemas de comportamento (n=30), e o grupo 2 (G2), formado pelas crianças com problemas de comportamento (n=37), com base em informações obtidas por meio da Escala Comportamental Infantil A2. Os resultados revelaram diferenças significativas entre os grupos quanto ao escore total do Inventário dos Recursos do Ambiente Familiar (RAF) e aos escores obtidos nos tópicos "passeios", "atividades compartilhadas por pais e filhos", "pessoa a quem a criança recorre para pedir ajuda ou conselho", "oferta de brinquedos e outros materiais promotores do desenvolvimento". Em todas as questões, as crianças do G1 tiveram escores maiores do que as crianças do G2. Isso sugere que crianças sem problemas de comportamento têm maior supervisão dos pais em relação à organização do tempo e do espaço para a realização de tarefas escolares, dispõem de mais brinquedos e materiais que auxiliam na aprendizagem, realizam passeios e viagens com os pais, além de compartilhar histórias em casa. Quando a criança necessita de ajuda, recorre não só à mãe, como as crianças do G2, mas também ao pai ou a um irmão ou irmã. Os grupos também se diferenciaram quanto aos indicadores socioeconômicos, havendo menos recursos no grupo com problemas de comportamento.

Com o objetivo de comparar o suporte parental oferecido à criança com queixa escolar, encaminhada para atendimento psicológico, e o suporte parental de crianças identificadas como não tendo dificuldades acadêmicas, D'Avila-Bacarji e colaboradores (2005) realizaram um estudo com 60 crianças de 7 a 11 anos. A seleção ocorreu em uma clínica de psicologia e em uma escola – ambas públicas e situadas no interior de São Paulo. Os grupos formados, cada qual com 30 crianças, receberam o nome de grupo clínico e grupo não clínico, já que o critério de divisão foi o de encaminhamento ou não à clínica de psicologia. Os instrumentos selecionados foram o Teste Matrizes Progressivas de Raven (Escala Especial), o Teste de Desempenho Escolar (TDE), o Inventário de Comportamentos da Infância e Adolescência (CBCL), a entrevista breve sobre o histórico escolar da criança, o comportamento do filho observado pela mãe e, por fim, o Inventário de Recursos do Ambiente Familiar (RAF). Os resultados do estudo relatado revelaram que, quanto ao suporte acadêmico, os grupos não apresentaram diferenças, o que significa que as crianças dos dois grupos recebem esse tipo de apoio dos pais. Em relação ao suporte ao desenvolvimento, o grupo não clínico obteve melhores resultados, caracterizando esses pais como mais atentos ao apoio cultural. O resultado considerado mais importante foi a diferença entre os grupos quanto ao suporte emocional, que engloba as relações estabelecidas entre os pais e os filhos. As crianças do grupo clínico apresentam um clima afetivo no ambiente familiar menos favorável em comparação às crianças do grupo não clínico. Esse fato sugere que a relação conflituosa entre pais e filhos pode afetar e prejudicar o desempenho es-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

colar e, principalmente, o comportamento da criança diante do fracasso acadêmico.

A pesquisa de Trivellato-Ferreira e Marturano (2008) foi realizada em duas escolas da rede municipal de Ribeirão Preto, tendo como participantes 32 meninos e 38 meninas, com idade entre 6 e 8 anos, suas mães e professoras. Todas as crianças frequentavam a 1ª série pela primeira vez. O objetivo foi verificar como as diferenças em resultados de competência no final da transição da 1ª série podem ser explicadas em termos de experiência escolar prévia, suporte familiar e recursos da criança ao iniciar a transição. Os instrumentos utilizados foram o Inventário de Recursos do Ambiente Familiar (RAF) e o Teste de Desempenho Escolar (TDE), além de testes e avaliações sobre inteligência, estresse infantil, ajustamento social e escolar. As correlações das variáveis do final do ano com as do início apontaram que o desempenho escolar, o ajustamento e a competência social correlacionam-se com quase todos os preditores do início do ano, ao passo que os sintomas de estresse e a percepção de estressores escolares correlacionam-se apenas com o indicador de tempo de exposição à educação infantil. Observou-se também que a frequência à educação infantil e o acesso a recursos promotores de desenvolvimento no ambiente familiar estão associados e que cada um se correlaciona com pelo menos um dos recursos da criança avaliados no início da 1ª série.

Os autores analisaram os resultados de regressão para cada indicador de competência no final do ano letivo e concluíram que o modelo final preditivo de desempenho escolar explica 43% da variância nos resultados do TDE, incluindo consciência fonológica, recursos do ambiente familiar e práticas parentais positivas, nessa ordem de importância. Outro resultado apresentado é que o grupo sem experiência prévia de pré-escola teve um desempenho significativamente mais pobre na maior parte das medidas de competência avaliadas no final da 1ª série. Andrade e colaboradores (2005), por sua vez, investigaram a associação entre a qualidade do estímulo doméstico e o desempenho cognitivo infantil, identificando o impacto da escolaridade materna sobre a qualidade de tal estimulação. Essa pesquisa foi um estudo de corte transversal com 350 crianças entre 17 a 42 meses, examinadas em áreas centrais e periféricas de Salvador, na Bahia. Os resultados indicaram que, quanto melhor a qualidade da estimulação ambiental disponível para a criança, melhor o seu desempenho cognitivo. A escolaridade materna também apresentou uma associação positiva com a qualidade da estimulação ambiental recebida pelas crianças.

Também em países desenvolvidos a preocupação com o contexto familiar e escolar é comum. Em sua pesquisa, Steensel (2006) analisou a relação entre o ambiente familiar e o desempenho na fase da alfabetização de crianças do ensino infantil. Participaram 116 alunos e pais de 19 escolas primárias de uma cidade da Alemanha. As crianças tinham idade média de 6,4 anos. Os instrumentos utilizados foram um questionário de pais denominado Home Literacy Environment (HLE) e os testes escolares padronizados. O HLE é dividido em duas partes, sendo a primeira referente a atividades de leitura e escrita desenvolvida pelos pais (p. ex., ler livros, revistas, jornais, escrever cartas e usar o computador). A outra parte caracteriza-se pelas atividades de leitura e escrita que os pais realizam com os filhos (p. ex., ler livros, contar histórias, assistir a programas televisivos educacionais e compartilhar atividades de escrita). Os alunos foram submetidos a testes escolares padronizados, incluindo habilidades de leitura, escrita e matemática, consideradas básicas para o aprendizado formal na fase da alfabetização.

Os resultados da pesquisa de Steensel (2006) revelaram que crianças com um alto escore no HLE também obtiveram notas altas nas medidas de desempenho para a alfabetização, exceto em decodificar palavras na 1ª e 2ª série do ensino infantil e soletrar palavras na 2ª série. Observou-se que a compreensão de leitura é mais afetada pelos aspectos do ambiente familiar, já que a diferença entre os grupos de maior e menor escores foi significativa. A comparação das habilidades de vocabulário e compreensão da leitura, entre os

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

alunos que alcançaram um bom rendimento e os que não alcançaram, revelou que o desempenho estava relacionado a uma maior pontuação no HLE. Sendo assim, o autor considera que pais que desenvolvem mais atividades que estimulam sua leitura e escrita e a de seus filhos podem contribuir para um melhor resultado das crianças na escola.

Pode-se dizer que o nível de instrução dos pais e os recursos disponibilizados por eles para o desenvolvimento dos seus filhos são de extrema relevância. Nesse sentido, o estudo de Steensel (2006) enfatiza a compreensão de leitura e a aquisição de vocabulário em casa. Isso se reflete nas informações recebidas pelas crianças ao longo de seu desenvolvimento. Conforme afirmam Lopes e Paula (2008), Santos e colaboradores (2002) e Sternberg (2000), a leitura envolve processos cognitivos mentais, como o processamento e o armazenamento de informações. A aquisição desses conhecimentos facilita a aquisição de novas aprendizagens e o crescimento intelectual da criança.

Dessa maneira, é possível identificar a importância da qualidade do estímulo recebido pela criança desde o ambiente familiar até o escolar. Inserida em um contexto cultural rico e diversificado, ela tem uma maior possibilidade de desenvolver um amplo vocabulário, por exemplo, e assim usufruir disso em futuras aprendizagens. Porém, os estudos até então relatados consideraram as percepções dos pais em relação a condições, recursos e suportes oferecidos para seus filhos. Outras pesquisas, como a de Spera (2006) ou Guidetti e Martinelli (2009), mostram que as percepções dos filhos sobre os recursos familiares também se relacionam de maneira significativa com o desempenho escolar, o interesse e a compreensão de leitura.

A pesquisa de Spera (2006) teve como um de seus objetivos relacionar as percepções de adolescentes do 7º e 8º ano do ensino fundamental sobre os suportes parentais no desenvolvimento, acompanhamento e envolvimento com atividades escolares e seus resultados em relação a interesse, notas, aprendizagem e desempenho nos estudos. A pesquisa foi realizada com 184 alunos, com idade média de 13,6 anos, de duas regiões dos Estados Unidos. Os instrumentos utilizados foram questionários e escalas sobre desempenho acadêmico, interesse nos estudos e suportes parentais. O material sobre suporte parental englobou diferentes instrumentos que abordavam as metas dos pais em relação aos filhos, os valores educacionais dos pais, as aspirações educacionais para seus filhos, a escolaridade e ocupação dos pais, os estilos parentais, a supervisão e o envolvimento com as tarefas escolares. Os resultados revelaram existir uma correlação positiva e significativa entre todos os suportes oferecidos pelos pais e o desempenho acadêmico dos filhos. Os maiores índices de correlação com o desempenho acadêmico foram em relação ao envolvimento dos pais com as atividades escolares ($r=0,68$), ao envolvimento dos pais com a escola ($r=0,50$) e ao monitoramento e à supervisão dos pais em relação às atividades escolares do filho ($r=0,43$). Isso significa que, quanto maior a participação e o incentivo dos pais em relação às atividades escolares dos filhos, melhor o desempenho e a aprendizagem deles na escola.

O estudo realizado por Guidetti e Martinelli (2009) teve como objetivo avaliar a compreensão de leitura de crianças do ensino fundamental e verificar sua relação com a percepção infantil sobre os suportes e recursos do ambiente familiar. Participaram da pesquisa 148 alunos matriculados da 2ª à 4ª série do ensino fundamental, na faixa etária de 8 a 12 anos, provenientes de três escolas municipais do interior de São Paulo. Os instrumentos utilizados foram um texto de Cloze proposto por Santos (2005) e o Questionário sobre Suportes e Recursos do Ambiente Familiares, adaptado a partir do Inventário de Recursos Familiares (RAF), de Marturano (1999). Os resultados revelaram uma correlação positiva e significativa entre os recursos materiais do ambiente físico e o desempenho em leitura ($r=0,280$; $p<0,001$). Isso sugere que a oferta de brinquedos e outros materiais promotores do desenvolvimento, assim como revistas, livros e jornais, podem contribuir para um melhor desempenho da criança.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Com base na literatura analisada, é possível afirmar que o contexto familiar é um tema bastante relevante para os estudos em psicologia educacional por representar as primeiras relações de aprendizagem e socialização da criança. Percebe-se que esse tema tem sido foco de pesquisas para melhor avaliar a relação entre o ambiente familiar e os diversos aspectos da vida infantil, entre eles a escolarização. Apesar da relevância desses estudos, muitos obstáculos ainda precisam ser transpostos para que se possa chegar a uma compreensão mais abrangente dessa intrincada relação família-aprendizagem. Para além dos desafios enfrentados pelos pesquisadores, cumpre também destacar a necessidade de fazer com que o conhecimento já disponível esteja mais acessível a pais e educadores de forma geral.

Questões para discussão

1. Identifique e explique os suportes familiares apresentados.
2. Qual é a importância dos suportes e recursos familiares para a aprendizagem da criança?
3. É possível afirmar que existe uma relação entre o desempenho acadêmico e os suportes oferecidos pelos pais? Por quê?
4. Qual é o papel da família no desenvolvimento infantil?
5. Dada a relevância da estrutura familiar, discuta as alterações ocorridas nos últimos 20 anos.
6. As relações entre família e escola devem ser encorajadas? Como e por quê?
7. Como os professores podem estimular a participação mais efetiva dos pais no processo de aprendizagem de seus filhos?
8. Quais atitudes e comportamentos dos pais podem contribuir *positiva* e *negativamente* para o aprendizado infantil?

REFERÊNCIAS

Aguena, E. C. (2010). *As crenças e as atitudes parentais e o desempenho escolar de alunos do ensino fundamental*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Amazonas, M. C. L. A. (2003). Arranjos familiares de crianças das camadas populares. *Psicologia em Estudo, 8*, 11-20.

Andrade, S. A. (2005). Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo infantil: Uma abordagem epidemiológica. *Saúde Pública*, *39*(4), 606-611.

Baggio, R. C. (2010). *Desempenho escolar e variáveis do contexto familiar*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Baptista, M. N. (2005). Desenvolvimento do inventário de percepção de suporte familiar (IPSF): Estudo psicométricos preliminares. *Psico-USF, 10*(1), 11-19.

Baptista, M. N. (2007). Inventário de percepção de suporte familiar (IPSF): Estudo componencial em duas configurações. *Psicologia: Ciência e Profissão, 27*(3), 496-509.

Bong, M. (2008). Effects of parent-child relationships and classroom goal structures on motivation, help-seeking avoidance, and cheating. *The Journal of Experimental Education, 76*(2), 191-217.

Bradley, R. H., & Corwyn, R. F. (2002). Socioeconomic status and child development. *Annual Review of Psychology, 53,* 371-399.

Brancalhone, P. G., Fogo, J. C., & Williams, L. C. A. (2004). Crianças expostas à violência conjugal: Avaliação do desempenho acadêmico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 20*(2), 113-117.

Cardoso, C. L., & Féres-Carneiro, T. (2008). Sobre a família: Com a palavra, a comunidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *8*(2), 523-539.

Cia, F., D'Affonseca, S. M., & Barham, E. J. (2004). A relação entre envolvimento paterno e desempenho acadêmico dos filhos. *Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação, 14*(29), 277-286.

Cia, F., Pamplin, R. C. O., & Williams, L. C. A. (2008). O impacto do envolvimento parental no desempenho acadêmico de crianças escolares. *Psicologia em Estudo, 13*(2), 351-360.

Cooper, H., Lindsay, J. J., & Nye, B. (1999). Homework in the home: How student, family, and parenting-style differences relate to the homework process. *Contemporary Educational Psychology, 25*(4), 464-487.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Costa, C. S. L., Cia, F., & Barham, E. J. (2007). Envolvimento materno e desempenho acadêmico: Comparando crianças residindo com a mãe e com ambos os pais. *Psicologia Escolar e Educacional, 11*(2), 339-351.

D'Avila-Bacarji, K. M. G., Marturano, E. M., & Elias, L. C. S. (2005). Suporte parental: Um estudo sobre crianças com queixas escolares. *Psicologia em Estudo, 10*(1), 107-115.

Dessen, M. A. (2001). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 16*(3), 221-231.

Englund, M. M., & Luckner, A. E. (2004). Children's achievement in early elementary school: Longitudinal effects of parental involvement, expectations, and quality of assistance. *Journal of Educational Psychology, 96*(4), 723-730.

Ferreira, M. C. T., & Marturano, E. M. (2002). Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 15*(1), 35-45.

Ferry, L. (2007). *Famílias, amo vocês*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Fonseca, C. (1999). *Família e honra*. Porto Alegre: UFRGS.

Guidetti, A. A., & Martinelli, S. C. M. (2009). Desempenho em leitura e suas relações com o contexto familiar. In A. A. A. Santos, E. Boruchovitch, & K. L. Oliveira (Orgs.), *Cloze: Um instrumento de diagnóstico e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Hampton, V. (2004). A multivariate examination of parent involvement and the social and academic competencies of urban kindergarten children. *Psychology in the Schools*, *41*(3), 366-377.

Hong, S., & Ho, H. (2005). Direct and indirect longitudinal effects of parental involvement on student achievement: Second-order latent growth modeling across ethnic groups. *Journal of Educational Psychology, 97*(1), 32-42.

Jiang, Y. (2004). Family environment and academic achievement in Nanjing secondary schools (China). *Dissertation Abstracts International Section A: Humanities and Social Sciences*, *64*(12-A), 4414.

Langford, C. P. H. (1997). Social support: A conceptual analysis. *Journal of Advanced Nursing, 25*(1), 95-100.

Leone, E. T., Maia, A. G., & Baltar, P. E. (2010). Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. *Economia e Sociedade*, *19*(1), 59-77.

Lopes, D. M. B., & Paula, E. M. (2008). Habilidades de resolução de conflito e ocorrência de disfluências comuns em crianças em desenvolvimento normal de linguagem. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 13*(3), 272-278.

Marques, R. (2001). *Professores, família e projecto educativo*. Porto, Portugal: Asa.

Marturano, E. M. (1998). Ambiente familiar e aprendizagem escolar. In C. A. Funayama (Org.), *Problemas de aprendizagem-enfoque multidisciplinar*. Ribeirão Preto: Legis Summa.

Marturano, E. M. (1999). Recursos do ambiente familiar e dificuldades de aprendizagem na escola. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 15*(2), 135-142.

Marturano, E. M. (2006). O inventário de recursos do ambiente familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 19*(3), 498-506.

Marturano, E. M., & Loureiro, S. R. (2003). O desenvolvimento socioemocional e as queixas escolares. In A. Del Prette, & Z. A. P. Del Prette (Orgs.), *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem*. Campinas: Alínea.

Marturano, E. M., Ferreira, M. C. T., & D'Avila-Bacarji, K. M. G. (2005). An evaluation scale of family environment for identification of children at risk of school failure. *Psychological Reports, 96,* 307-321.

Molnar, Z. (2000). Parents beliefs about school, attributions about performance, and their children's academic achievement. *Magyar-Pszichologiai-Szemle, 55*(2-3), 207-227.

Pereira, P. C., & Williams, L. C. A. (2008). A concepção de educadores sobre violência doméstica e desempenho escolar. *Psicologia Escolar e Educacional, 12*(1), 139-152.

Pereira, P. C., Santos, A. B., & Williams, L. C. A. (2009). Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 25*(1), 19-28.

Santos, A. A. A. (2002). O teste de cloze na avaliação da compreensão em leitura. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 15*(3), 549-560.

Santos, P. L., & Graminha, S. S. V. (2005). Estudo comparativo das características do ambiente familiar das crianças com alto e baixo rendimento acadêmico. *Paideia*, *15*(3), 217-226.

Silva, N. V., & Hasenbalg, C. (2000). Tendências da desigualdade educacional no Brasil. *Dados, 43*(3). Acessado em 12 dez, 2008, em http://www.scielo.br.

Spera, C. (2006). Adolescents' perceptions of parental goals, practices and styles in relation to their motivation and achievement. *The Journal of Early Adolescence, 26*, 456-490.

Steensel, R.V. (2006). Relations between socio-cultural factors, the home literacy environment and children's literacy development in the first years of primary educations. *Journal of Research in Reading*, *29*(4), 367-382.

Sternberg, R. J. (2008). Linguagem em contexto. In R. J. Sternberg, *Psicologia cognitiva* (4. ed). Porto Alegre: Artmed.

Trivellato-Ferreira, M. C., & Marturano, E. M. (2008). Recursos da criança, da família e da escola predizem competência na transição da 1ª série. *Revista Interamericana de Psicologia*, *42*(3), 549-558.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

12

O contexto familiar e o desenvolvimento vocacional de jovens

Marucia Patta Bardagi
Maria Célia Pacheco Lassance
Marco Antônio Pereira Teixeira

"Carreiras não surgem, elas são construídas."
(Mark Savickas, 2002)

INTRODUÇÃO

A família é o contexto a partir do qual se constroem percepções, valores e crenças sobre si e sobre o mundo, inclusive o mundo do trabalho. Avaliações acerca das próprias capacidades e habilidades, das opções consideradas aceitáveis ou inaceitáveis, assim como a construção de projetos ou metas pessoais e profissionais que acontecem ao longo da trajetória de trabalho do indivíduo, são resultado, entre outros aspectos, de um histórico de relações estabelecidas com os outros âmbitos significativos da rede de cada pessoa.

Este capítulo pretende descrever alguns modelos teóricos que destacam a importância da família no desenvolvimento inicial de carreira dos filhos, identificar estudos brasileiros que tenham investigado tais questões tanto na perspectiva dos filhos quanto na perspectiva dos pais e, por fim, indicar sugestões para inserir os aspectos familiares nas intervenções em orientação de carreira com os jovens.

A PSICOLOGIA VOCACIONAL: ORIGENS E ABORDAGENS

Até a primeira metade do século XX, as teorias clássicas da psicologia vocacional concebiam o desenvolvimento e as escolhas de carreira como dimensões à parte do desenvolvimento global do indivíduo, adotando uma perspectiva estrutural e combinatória de ajuste de características individuais às características exigidas para o desempenho bem-sucedido em determinadas ocupações. A escolha profissional era considerada então uma tarefa típica da adolescência e representava um importante passo na transição para a vida adulta. Na segunda metade do século XX, a psicologia vocacional sofre uma profunda mudança, a partir da perspectiva evolutiva que tem em Donald Super (1957) seu principal teórico, ao conceber o desenvolvimento vocacional como um processo que ocorre ao longo de toda a vida através do confronto com tarefas evolutivas previstas

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

em estágios ou ciclos sequenciais – crescimento (infância), exploração (adolescência), estabelecimento (adultez jovem), manutenção (adultez madura) e desengajamento (velhice). Assim, ao invés de se tomar a escolha profissional como um evento pontual, passa-se a estudar o comportamento vocacional através de sucessivas escolhas e ajustamentos que respondem a demandas sociais enfrentadas em cada etapa do desenvolvimento, desde a infância até a velhice.

Contemporaneamente, o desenvolvimento da carreira profissional é visto sob uma perspectiva evolutiva e contextualizada, isto é, um processo que ocorre ao longo de toda a vida e que se caracteriza pela tentativa de ajustamento contínuo do indivíduo às demandas sociais, referentes aos diversos contextos em que está inserido. Nesse sentido, o processo de construção da carreira é essencialmente o de formular, reformular e implementar autoconceitos vocacionais nos papéis de trabalho (Super, 1980). As teorias contextualistas postulam que o indivíduo constrói sua carreira profissional a partir dos significados que para ele assumem as suas experiências nos diversos contextos, sendo o contexto familiar a principal fonte de identificações e referências para a interpretação destas experiências (Vondracek, 2001).

O indivíduo constrói sua carreira profissional a partir dos significados que para ele assumem as suas experiências nos diversos contextos.

No estágio de crescimento (4 a 14 anos), espera-se da criança que se preocupe com o seu futuro profissional, que desenvolva controle pessoal sobre as próprias atividades vocacionais, que forme uma concepção sobre como fazer escolhas vocacionais ou ocupacionais e que adquira confiança para fazer e implementar escolhas de carreira (Savickas, 2002). O modelo evolutivo afirma que o confronto com essas tarefas ocorre essencialmente a partir da curiosidade, que pode ser o principal descritor de grande parte da experiência na infância. A curiosidade leva ao comportamento exploratório que, nessa fase, não se constitui em comportamento vocacional, mas é a base essencial para o seu desenvolvimento em etapas posteriores do desenvolvimento. A exploração é um comportamento emitido em resposta à curiosidade originada a partir de uma necessidade de resolução de problemas, de conflitos ou até mesmo de aborrecimentos e mudança, levando à informação acerca de si mesmo e do ambiente (Jordaan, 1963).

No estágio de exploração (14 a 25 anos), espera-se do adolescente e do jovem adulto que conjuguem o mundo interno e externo. Como indicado pelo nome, o principal comportamento desse estágio é a exploração vocacional, isto é, a realização de tentativas de adquirir informação sobre si e sobre o mundo do trabalho de modo a realizar escolhas combinatórias que construam a carreira através de um processo de tradução dos autoconceitos em termos vocacionais (Savickas, 2002). Esse processo de tradução segue uma sequência de três tarefas evolutivas: cristalização (primeiras decisões, que ainda são gerais e imprecisas, mas que requerem exploração dos elementos possíveis), especificação (as possibilidades são paulatinamente substituídas pelas probabilidades, exigindo do jovem que categorize as informações, estabelecendo relações mais específicas com a realidade de suas possibilidades) e implementação (definida uma preferência, ela demanda o teste de hipótese de adequação da preferência a realidades concretas de trabalho). Assim, escolhas de carreira feitas nesse estágio exigem do adolescente que tenha formado um sistema integrado, claro e estruturado de autoconceitos, que tenha informações relevantes acerca do mundo do trabalho e, principalmente, que seja capaz de se lançar em atividades de exploração acerca de seu desempenho profissional futuro (Super, 1963).

A exploração exige tolerância à ambiguidade e à frustração, bem como capacidade de perceber com objetividade os resultados da exploração, evitando distorções perceptivas como meio de proteger crenças irrealistas não confirmadas pela nova informação. Crianças e adolescentes que se sentem adequados na maior parte das situações, que antecipam o sucesso e que não desistem frente a um fracasso, ou que não se sentem excessivamente temerosos frente

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

ao desconhecido, tendem a explorar mais do que seus pares que carecem de autoconfiança e que se sentem inadequados. Além disso, crianças e adolescentes que crescem cercados de restrições e que não são encorajadas a se engajar em novas experiências tendem a demonstrar menos curiosidade e a explorar menos do que seus pares que cresceram em condições de maior liberdade de expressão e de descobertas.

Ainda em uma perspectiva evolutiva, a teoria de circunscrição e compromisso, de Linda Gottfredson (2002), postula que o desenvolvimento vocacional é um processo de negociação entre as características pessoais e as barreiras ou oportunidades percebidas do contexto. Circunscrição é o processo através do qual os jovens eliminam alternativas ocupacionais inaceitáveis, em uma sequência na qual consideram primeiramente o espaço social – gênero e prestígio – e depois suas características pessoais, como interesses e habilidades. Existem quatro estágios de circunscrição: orientação para força e poder (3-5 anos), quando a criança desenvolve o conceito de como ser um adulto; orientação para o papel sexual (6-8 anos), quando a criança desenvolve autoconceitos de gênero; orientação para a avaliação social (9-13 anos), quando a criança preocupa-se em desenvolver conceitos abstratos sobre classe social e inteligência; orientação para um *self* singular (a partir de 14 anos), quando o jovem passa a refinar seus próprios valores, traços, atitudes e interesses. Ao progredir através desses estágios, o indivíduo rejeita, sucessivamente, as ocupações que não se ajustam ao seu gênero, que são inapropriadas à sua classe social e ao seu nível de habilidades e, finalmente, que não se ajustem a seus interesses e valores. Desse processo resulta uma zona de alternativas aceitáveis: as preferências ocupacionais são produto da compatibilidade entre a ocupação, o *self* e a acessibilidade da ocupação (obstáculos ou oportunidades oferecidas pelo contexto sociocultural que afetam as chances de uma pessoa conseguir determinado trabalho).

Algumas implicações a partir da teoria de Gottfredson são bastante relevantes para a discussão das questões familiares no desenvolvimento vocacional. Em primeiro lugar, a importância e a prevalência das identificações de papel sexual na formação de uma base de circunscrição de opções aceitáveis remetem diretamente aos processos de socialização primária que ocorrem no seio da família e que devem favorecer uma exploração o mais livre possível de estereotipias sexuais. Em segundo lugar, o contexto familiar apresenta à criança uma estrutura que não deve ser rígida, de modo a oportunizar a exploração de outras possibilidades que ampliem os horizontes de aspirações e, consequentemente, as fronteiras de opções aceitáveis. O que se percebe a partir desses modelos é a necessidade e a relevância de se considerar as questões contextuais não como pano de fundo do desenvolvimento vocacional, mas como questão constitutiva desse processo. Em outras palavras, uma tomada de decisão de carreira pode ser um evento pontual, mas certamente consiste em um momento construído ao longo da biografia pessoal, constituída de uma narrativa inserida em um contexto social de relações, principalmente aquelas mediadas e elaboradas através das relações familiares.

A literatura empírica internacional sobre a relação família-carreira é bastante extensa e não aborda somente o período da adolescência ou da adultez jovem. De forma geral, os estudos alinham-se às perspectivas evolutivas e contextualistas, buscando identificar variáveis e processos do desenvolvimento vocacional a partir da infância. Autores como Bryant, Zvonkovic e Reynolds (2005) realizaram amplas revisões da literatura, nas quais avaliaram os achados empíricos sobre os fatores parentais que afetam crianças e adolescentes em seu desenvolvimento vocacional. Para descrever tais achados, será utilizada a estrutura conceitual de Bryant e colaboradores (2005), que delimitaram como variáveis de carreira:

1. o desenvolvimento de conhecimentos, crenças e valores ocupacionais;
2. o desenvolvimento do processo exploratório;
3. o desenvolvimento de aspirações, autoeficácia e realizações.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Em relação ao desenvolvimento do conhecimento do mundo do trabalho, os estudos revisados pelos autores destacam que os pais constituem o principal recurso que crianças e adolescentes utilizam, direta ou indiretamente, para formar seus conhecimentos e crenças sobre a preparação necessária para as ocupações (Galinsky, 2000). Embora a influência familiar tenha efeito em um amplo espectro de referências sobre as ocupações, os dados apontam que as crianças estariam mais conscientes dos benefícios financeiros do que psicológicos acerca das motivações parentais para o trabalho, percebem as atitudes parentais em relação ao trabalho mais negativamente do que seus próprios pais e têm pouco conhecimento direto sobre o trabalho de seus pais. A medida na qual os pais são capazes de influenciar o conhecimento, as atitudes e crenças de crianças e adolescentes acerca do mundo do trabalho parece estar associada à proximidade física e emocional deles em relação aos filhos (Young, Paseluikho e Valach, 1997).

Os pais constituem o principal recurso que crianças e adolescentes utilizam, direta ou indiretamente, para formar seus conhecimentos e crenças sobre a preparação necessária para as ocupações.

As variáveis apontadas como determinantes nessa proximidade costumam ser as jornadas de trabalho, o conflito entre a agenda de trabalho e a agenda de atividades familiares, a natureza do trabalho, o nível de fadiga após o trabalho e as prioridades que levam à diminuição do tempo despendido com os filhos (Zvonkovic, Notter e Peters, 2006). A forma como os pais percebem o desenvolvimento vocacional dos filhos e seu próprio papel nesse desenvolvimento varia com o nível socioeconômico: famílias de classe média tendem a oportunizar para seus jovens maior exposição à informação ocupacional do que famílias desfavorecidas, uma vez que contam com uma rede de contatos mais ampla e com possibilidades de proporcionar inserção em programas de orientação profissional qualificados (Lareau, 2003). Por fim, a observação da experiência concreta no mercado de trabalho e dos valores parentais em relação ao trabalho, incluindo tanto a insegurança no emprego quanto as relações de gênero e mercado de trabalho, transmite valores e atitudes que se manifestam na forma de aspirações, sentimento de autoeficácia percebida e, consequentemente, padrão de escolhas educacionais.

Em relação ao desenvolvimento do comportamento exploratório, vários estudos demonstram que a qualidade do relacionamento entre pais e filhos (*attachment*) influencia muitos dos processos exploratórios que são relevantes para o desenvolvimento vocacional. A responsividade parental acerca das necessidades da criança proporciona uma base segura para o desenvolvimento da curiosidade, para a exploração do ambiente à sua volta e para o desenvolvimento posterior de relações de confiança com professores e profissionais que possam auxiliar na solução de problemas e conflitos, assim como para o engajamento crescente em experiências que levem à independência e à autonomia necessárias à assunção dos papéis adultos (Lee e Hughey, 2001).

Além disso, o engajamento dos pais em atividades conjuntas com seus filhos (tanto atividades escolares quanto extraescolares) afeta a amplitude da exploração de interesses na infância que, por sua vez, está associada à exploração dos interesses e ao planejamento vocacional na adolescência. Ainda, com relação ao desenvolvimento de aspirações, autoeficácia e realizações, alguns resultados são recorrentes na literatura internacional. Variáveis parentais como autoeficácia percebida, recursos financeiros, nível educacional, estimulação intelectual dos filhos e experiências concretas com o trabalho constituem uma rede de relacionamentos importantes para o desenvolvimento das aspirações, escolhas e realizações acadêmicas ou ocupacionais de crianças e adolescentes.

O engajamento dos pais em atividades conjuntas com seus filhos afeta a amplitude da exploração de interesses na infância que, por sua vez, está associada à exploração dos interesses e ao planejamento vocacional na adolescência.

A partir da revisão de literatura, Bryant e colaboradores (2005) propuseram um mo-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

delo para a compreensão da influência parental no desenvolvimento vocacional de crianças e adolescentes. No modelo proposto, as variáveis parentais referentes à fonte de conhecimento ocupacional, percepção do desenvolvimento dos filhos, percepção do papel parental e acessibilidade teriam impacto na construção de conhecimento, crenças e atitudes frente ao trabalho, levando a escolhas profissionais informadas. As variáveis parentais referentes à responsividade pelas necessidades da criança e realização de atividades conjuntas com os filhos teriam impacto nos processos exploratórios, levando os jovens à percepção de autoeficácia para o trabalho e satisfação com as escolhas profissionais. Finalmente, as variáveis parentais referentes à autoeficácia percebida, aos recursos financeiros, ao nível educacional, à estimulação intelectual, às experiências profissionais e ao conhecimento sobre realização no trabalho levariam a melhores competências no desenvolvimento de aspirações, bem como no planejamento educacional e profissional.

ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE FAMÍLIA E CARREIRA NO BRASIL

Ao contrário do cenário internacional, no qual os estudos que envolvem as relações familiares e o desenvolvimento de carreira dos diferentes membros da família são bastante profícuos e procuram avaliar especificamente o impacto de determinadas variáveis familiares sobre características vocacionais dos filhos, no Brasil o volume de estudos realizados sobre o tema não é tão expressivo. Como exemplo, para este capítulo foi feita uma revisão da literatura em desenvolvimento de carreira publicada em periódicos (através das bases Scielo, Pepsic e IndexPsi) e em teses e dissertações disponibilizadas pelo banco de teses da Capes nos últimos dez anos (1999-2009), que identificou 294 trabalhos na área; porém, apenas 68 abordando, direta ou indiretamente, aspectos familiares.

Desses estudos, 27 abordavam questões familiares em outras etapas do desenvolvimento, como pré-aposentadoria e aposentadoria (Shibata, 2006), transições no meio da carreira (Coutinho, 2008; Gomes, 2005) e estudos sobre conflito trabalho-família, especialmente para profissionais mulheres adultas (Meireles, 2004; Souza, 2009); 41 trabalhos investigavam aspectos sobre a influência familiar na escolha e no desenvolvimento de carreira de jovens e apenas quatro estudos envolviam coleta de dados com os pais. Embora os estudos ainda privilegiem o período da adolescência, em função da estrutura educacional brasileira que pressupõe uma decisão profissional quanto à continuidade dos estudos ao final do ensino médio, percebe-se um crescimento de pesquisas acerca de outros contextos e etapas de carreira, corroborando uma perspectiva longitudinal de desenvolvimento profissional (Savickas, 2002; Super, 1980), para a qual é preciso relacionar os aspectos e as demandas pessoais e profissionais em todos os momentos da vida.

Três trabalhos teóricos foram encontrados no período pesquisado (Almeida e Pinho, 2008; Gabel e Soares, 2006; Teixeira e Hashimoto, 2005). São estudos de revisão sobre o tema da influência familiar que indicam aspectos identificados como fundamentais nas relações entre adolescentes e seus pais, como os modelos profissionais, os valores de trabalho compartilhados, as expectativas de realização de metas parentais através dos filhos, a qualidade da relação afetiva e comunicacional entre pais e filhos, a possibilidade de facilitação da escolha através da explicitação das variáveis familiares e a inclusão dessas variáveis nas intervenções com adolescentes. Nota-se que, embora sejam estudos teóricos, ocorre a utilização de abordagens psicológicas gerais (modelo psicodinâmico ou modelo sistêmico) às problemáticas de carreira, mas não o uso de modelos teóricos de carreira. Esses estudos refletem uma tendência importante da orientação profissional no Brasil, a transposição de conceitos e modelos psicológicos globais para a interpretação das demandas de carreira e a pouca ênfase atribuída pelos profissionais e pesquisadores às teorias específicas de desenvolvimento e escolha de carreira consolidadas no âmbito internacional.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Em relação aos estudos empíricos, não é objetivo deste capítulo analisá-los em profundidade, mas apontar consistências entre os temas pesquisados e indicar seus principais resultados em relação ao que se observa na literatura internacional. A maior parte desses estudos avalia os fatores descritos por adolescentes ou jovens universitários como importantes para a tomada de decisão profissional e, a partir de seus resultados, é possível identificar em que medida os jovens apontam a família (em especial os pais) como fontes de influência em suas escolhas (Alves, 2004; Ávila, 2008; Bardagi e Hutz, 2008; Bolzani, 2009; Diniz, 2007; Gastaldon, 2007; Moura et al., 2003; Pereira, 2007; Santos, 2005; Selig e Valore, 2008; Teodoro, 2005). Esses estudos indicam de forma consistente em seus resultados que os pais são citados espontaneamente pelos adolescentes e adultos jovens como fontes importantes de influência para as escolhas de carreira, muitos deles destacando a influência familiar como principal na tomada de decisão. No entanto, em diversos estudos, não fica clara a maneira pela qual esses pais exercem influência, sendo possível apenas identificar a frequência com que são citados pelos jovens.

Quando se analisa mais especificamente como os jovens percebem a influência familiar, os estudos costumam descrever aspectos positivos, como apoio ao estudo recebido dos pais, informações recebidas sobre formação e instituições de ensino, incentivo a escolhas independentes e baseadas no interesse e existência de familiares como modelos bem-sucedidos de trabalho (Alves, 2004; Moura et al., 2003; Teodoro, 2005). Quando são vistos de forma negativa, os aspectos familiares da influência aparecem como pressão para a escolha de determinadas profissões, baixo índice de comunicação familiar sobre trabalho e carreira, expectativas de alto desempenho em relação aos filhos, fraco apoio às dúvidas e opções dos adolescentes (Bardagi e Hutz, 2008; Diniz, 2007; Selig e Valore, 2008). Os estudos que comparam as influências de pais e amigos descrevem predomínio dos primeiros como determinantes para a definição de objetivos pessoais (carreira ou curso escolhido) e os últimos como mais importantes como fontes de apoio social e intimidade (Pereira, 2007; Santos, 2005). Alguns resultados apontam, ainda, que os filhos identificam-se significativamente menos com a profissão das mães do que com a profissão dos pais, que há menor identificação com as profissões dos pais entre filhos de alunos da rede pública em relação a filhos de alunos da rede privada e que os alunos tendem a se aproximar das profissões de seus pais que são consideradas agradáveis (interessantes e com turno de trabalho flexível) e a se afastar daquelas consideradas sacrificantes (Gastaldon, 2007).

Quando são vistos de forma negativa, os aspectos familiares da influência aparecem como pressão para a escolha de determinadas profissões, baixo índice de comunicação familiar sobre trabalho e carreira, expectativas de alto desempenho em relação aos filhos, fraco apoio às dúvidas e opções dos adolescentes.

O segundo conjunto de estudos diz respeito ao impacto de características da família, como variáveis de formação, configuração, nível socioeconômico e estilo educacional dos pais no desenvolvimento de carreira dos filhos (Gaioso, 2005; Kober, 2008; Magalhães, 2008; Monção, 2009; Ribeiro, 2005; Silva, 2004; Sparta e Gomes, 2005). Os resultados desses estudos destacam, de forma consistente, o impacto positivo da maior escolaridade parental e das oportunidades culturais e educacionais oferecidas aos filhos na importância atribuída à formação e na motivação para os estudos, na maior independência e autonomia dos filhos, na ampliação de opções de carreira percebidas e no desempenho no vestibular. A formação parental e o nível socioeconômico são, para Kober (2008), fatores motivacionais no sentido de busca da manutenção de uma posição social favorável ou mesmo de superação da posição conquistada pela geração anterior.

Nesse sentido, os trabalhos de Ribeiro (2005) e Gaioso (2005) mostram que a ausência de modelos familiares de educação superior e a falta de uma história familiar relacionada às instituições, às carreiras e às rotinas

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

universitárias podem ser fortes razões para o abandono de um curso superior. Esses estudos costumam relacionar o *background* familiar com o conjunto de valores de trabalho e expectativas de desempenho e metas transmitidas aos filhos, além de relacioná-lo com o conjunto de oportunidades de desenvolvimento de interesses e habilidades e aquisição de conhecimentos (objetivos e sociais) oferecidos aos filhos que mais diretamente vão modelar as decisões profissionais. Além do nível socioeconômico e educacional, os estilos educacionais adotados pelos pais parecem ter implicação no bem-estar psicológico dos filhos, especialmente em momentos decisivos, como a escolha profissional (Bardagi e Hutz, 2006). A própria configuração familiar parece ser um aspecto relevante, uma vez que esta se relaciona ao padrão de interação que se estabelece nas famílias, trazendo implicações para os sentimentos e projetos estabelecidos pelos filhos (Magalhães, 2008).

Por fim, são raros os estudos cujo objetivo envolve uma avaliação da percepção dos pais em relação às escolhas e ao desenvolvimento profissional dos filhos (Almeida, 2009; Mansão, 2002; Oliveira, 2000). Esses estudos costumam descrever que os pais preocupam-se com uma escolha que seja aliada ao prazer, ao mercado de trabalho, ao vestibular e à adequação entre o projeto profissional e o de vida. Como ações para auxiliar os filhos em seu processo de escolha, os pais indicaram a manutenção do diálogo e a busca de informações sobre as profissões. Além disso, existe uma expectativa dos pais quanto ao trabalho da escola no sentido de uma integração permanente através de encontros organizados nos quais tenham possibilidade de ser orientados e possam trocar experiências com outros pais sobre os sentimentos experimentados no processo de escolha profissional dos adolescentes. Entre as principais dificuldades apontadas pelos pais nesse momento, conforme indicam os trabalhos de Almeida (2009) e Oliveira (2000), estão a percepção de que os filhos são excessivamente dependentes e imaturos, bem como o fato de se sentirem ambíguos frente ao processo de crescimento e independização dos filhos, interferirem diretamente na sua escolha profissional e atribuírem ao vestibular o significado de realização deles próprios, demonstrando que se sentem avaliados em seu papel parental pelo desempenho dos filhos.

A PESQUISA E A PRÁTICA DE ORIENTAÇÃO DE CARREIRA DE JOVENS

Os estudos, tanto internacionais quanto nacionais, apresentam pontos em comum. Em primeiro lugar, admite-se que a família é o contexto de influência mais relevante para o desenvolvimento vocacional de crianças e adolescentes, com efeitos concretos na qualidade do desenvolvimento de carreira do adulto, e assume-se a necessidade, na medida do possível, de incluir os pais nos processos de intervenção de carreira com jovens. Variáveis parentais como nível socioeconômico, acessibilidade e qualidade de relacionamento permeiam grande parte das conclusões dos estudos. Famílias de nível socioeconômico baixo tendem a apresentar expectativas e aspirações restritas, tornando-se menos prováveis de oferecer oportunidades de exploração, uma vez que a qualidade da exploração depende de recursos materiais, de modelos de identificação para autoeficácia na escolha e no desempenho profissional, bem como de aspirações profissionais.

A família é o contexto de influência mais relevante para o desenvolvimento vocacional de crianças e adolescentes, com efeitos concretos na qualidade do desenvolvimento de carreira do adulto.

Além disso, filhos de adultos insatisfeitos com o seu trabalho ou com o nível educacional e profissional atingido tendem a ver a vida profissional como tediosa e difícil, tendo diminuídas a motivação para exploração, suas aspirações e sua percepção de autoeficácia para escolhas de carreira. Desse modo, é preciso trabalhar com crianças e adolescentes que vivem nesses contextos a ampliação das oportunidades educacionais e o contato com mo-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

delos profissionais diversificados. Adultos com boas condições socioeconômicas provavelmente têm níveis mais altos de escolaridade e, portanto, maior possibilidade de se inserir em uma profissão ou ocupação de sua escolha, o que aumenta a probabilidade de satisfação no trabalho e, consequentemente, de se tornarem modelos de referências positivas frente ao trabalho, visto que possuem expectativas e aspirações ocupacionais mais favoráveis. No entanto, pais e mães mais bem-sucedidos também correm o risco de exigir demasiadamente dos filhos em termos de desempenho e de restringir os espaços de escolha livre em favor de certas opções estereotipadamente percebidas como de maior prestígio social e ganho econômico.

Além disso, a qualidade dos relacionamentos, a funcionalidade da dinâmica familiar, a presença de aspectos como responsividade, dedicação, qualidade de tempo disponível para acompanhar o desenvolvimento infantil e mesmo atitudes positivas em relação ao crescente aumento da independência parecem estar dentre as variáveis mais fortemente associadas a um desenvolvimento vocacional ajustado. Elas fornecem o suporte necessário para que a criança explore o mundo à sua volta e, a partir dessa exploração, possa avaliar seus resultados e agir de acordo com a avaliação, fazendo escolhas que reproduzirão as condições de satisfação e realização. Pais superprotetores, dominadores e possessivos constituem um obstáculo à experimentação, porque impedem não só seus filhos de se arriscarem, fracassarem e aprenderem com o fracasso, mas também de serem bem-sucedidos em suas experiências e, assim, tornarem-se mais autoconfiantes. Quando experiências de exploração resultam em fracasso, desilusão ou punição, a tendência da criança ou do adolescente é a de evitar novas situações semelhantes, tornando-se exploradores pobres e temerosos, que buscam as situações seguras, a opinião dos outros ou os resultados mais conservadores e já comprovados (Jordaan, 1963).

Portanto, suporte e encorajamento estão na base do comportamento exploratório e, por conseguinte, da construção da carreira. Os contextos sociais escolar e particularmente o familiar fornecem a maior parte das oportunidades de experimentação ao jovem, embora a família e especialmente os pais representem a principal fonte de referências e identificações, favorecendo a construção de um mapa através do qual delinearão suas escolhas vocacionais. Assim, tanto nos contextos escolares quanto naqueles de atendimento de orientação de carreira, promover reflexões e atividades que favoreçam essas interações familiares positivas é extremamente benéfico para o desenvolvimento de carreira dos filhos, podendo funcionar como medida protetiva de futuros conflitos e inseguranças nas transições profissionais.

Promover reflexões e atividades que favoreçam essas interações familiares positivas é extremamente benéfico para o desenvolvimento de carreira dos filhos, podendo funcionar como medida protetiva de futuros conflitos e inseguranças nas transições profissionais.

A partir desses resultados, é possível tecer algumas considerações sobre a pesquisa realizada no Brasil. O conhecimento produzido na área da psicologia vocacional, especialmente no que concerne à influência parental, ainda é incipiente e tem sido gerado de forma assistemática, através de estudos que desconhecem ou ignoram teorias de carreira, as quais se baseiam em evidências empíricas que podem ser identificadas e avaliadas de modo independente por diferentes pesquisadores. Uma teoria orienta a seleção dos elementos a serem pesquisados, e sua estrutura favorece a comparação entre resultados, condição essencial para a construção de um corpo de conhecimentos sólido, que é analisado de maneira ampla, com o objetivo de fornecer elementos para a composição de uma prática que possa ser avaliada. Nesse sentido, parece claro que, para gerar informações mais úteis aos profissionais de orientação e para permitir a troca de conhecimentos com outros pesquisadores da área, os estudos nacionais precisam alinhar-se com as metodologias e investigações de constructos já consolidados internacionalmente. Isso não significa deixar

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

de lado as especificidades do contexto brasileiro, mas possibilitar a compreensão do desenvolvimento de carreira no país à luz das principais perspectivas teóricas em uso e favorecer as intervenções realizadas no país com subsídios concretos que indiquem benefícios aos clientes.

Com relação às implicações para a prática de orientação, uma vez que a disposição de muitos pais é a de auxiliar seus filhos nos processos de exploração e planejamento vocacional, e uma vez que os temas de carreira estão intrinsecamente relacionados a outros contextos de vida (estudo, lazer, comunidade, família, etc.) (Super, 1980), a avaliação sobre a dinâmica familiar deve tornar-se tema essencial no aconselhamento de carreira. Ao esclarecer e tornar mais funcionais as relações familiares, o orientador deve estar consciente de que também está agindo sobre a maneira como essas relações viabilizam o desenvolvimento de competências exploratórias e planejamento vocacional de crianças e adolescentes. A intervenção junto aos pais pode centrar-se no auxílio à percepção de suas próprias expectativas e aspirações acerca do trabalho, sua trajetória profissional, seus próprios processos de escolha. Com os filhos, a intervenção pode levar à reflexão acerca de padrões limitantes internalizados ao longo da infância e da adolescência e de como esses padrões afetam a extensão, a qualidade e a quantidade de seu comportamento exploratório, bem como suas aspirações e seus planos de carreira futuros.

A intervenção junto aos pais pode centrar-se no auxílio à percepção de suas próprias expectativas e aspirações acerca do trabalho, sua trajetória profissional, seus próprios processos de escolha.

Questões para discussão

1. Porque os pais continuam sendo as principais influências no desenvolvimento vocacional dos filhos?
2. Como os pais podem contribuir para o desenvolvimento do comportamento exploratório dos filhos?
3. Porque dizemos que o nível educacional dos pais ou o nível socioeconômico dos pais exerce influência sobre o desenvolvimento de carreira dos filhos?
4. O que os jovens costumam apontar como os aspectos mais positivos e mais negativos da influência familiar em suas escolhas de carreira?
5. Quais os principais aspectos a abordar sobre a influência familiar em uma intervenção de carreira?

REFERÊNCIAS

Almeida, F. H. (2009). *Inclusão de pais com filhos em processo de escolha profissional: Uma intervenção em grupo operativo*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Almeida, M. E. G. G., & Pinho, L. V. (2008). Adolescência, família e escolhas: Implicações na orientação profissional. *Psicologia Clínica, 20*(2), 173-184.

Alves, S. C. (2004). *Aspiração e escolha profissional: Um produto de relações sociais*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade de Brasília, Brasília.

Ávila, E. G. B. (2008). *Motivos de escolha do curso de graduação: Uma análise da produção científica nacional*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

Bardagi, M. P., & Hutz, C. S. (2006). *Indecisão profissional, ansiedade e depressão na adolescência: A influência dos estilos parentais. Psico-USF, 11*(1), 65-73.

Bardagi, M. P., & Hutz, C. S. (2008). Apoio parental percebido no contexto da escolha inicial e da evasão de curso universitário. *Revista Brasileira de Orientação Profissional, 9*(2), 31-44.

Bastos, J. C. (2005). *Trajetória de egressos do ensino médio público do município de Juiz de Fora: A questão da escolha profissional*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

Bolzani, B. (2009). *Orientação profissional: Tecendo perspectivas para os alunos da rede pública de ensino: Um*

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

estudo na Escola Técnica Estadual Dr. Júlio Cardoso. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca.

Bryant, B. K., Zvonkovic, A. M., & Reynolds, P. (2005). Parenting in relation to child and adolescent vocational development. *Journal of Vocational Behavior, 69*, 149-175.

Coutinho, R. B. (2008). *Expectativas e questionamentos dos sucessores ou membros da família que trabalham na empresa familiar*. Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Diniz, C. F. N. (2007). *As narrativas do jovem e sua família: Tecendo redes entre a terapia familiar sistêmica e a orientação profissional*. Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Gabel, C. L. M., & Soares, D. H. P. (2006). Contribuições da terapia familiar sistêmica para a escolha profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional, 7*(1), 57-64.

Gaioso, N. P. L. (2005). *A evasão discente na educação superior no Brasil: a perspectiva de alunos e dirigentes*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Católica de Brasília, Brasília.

Galinsky, E. (2000). *Ask the children: The breakthrough study that reveals how to succeed at work and parenting*. New York: Quill.

Gastaldon, C. F. (2007). *Fatores que influenciam na escolha da profissão no ensino superior: Um estudo de caso na cidade de Criciúma (SC)*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.

Gomes, A. R. (2005). *O significado da mudança de carreira para a transformação da identidade pessoal: Um estudo sobre identidade e trabalho*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade São Marcos, São Paulo.

Gottfredson, L. S. (2002). Gottfredson's theory of circumscription, compromise, and self-creation. In: D. Brown, & L. Brooks (Eds.), *Career choice and development* (4th ed.). San Francisco: Jossey Bass.

Jordaan, J. P. (1963). Exploratory behavior: The formation of self and occupational concepts. In D. Super, R. Starishevsky, N. Matlin, & J. P. Jordaan (Eds.), *Career development: Self-concept theory*. New York: College Entrance Examination Board.

Kober, C. M. (2008). *Tempo de decidir: Produção da escolha profissional entre jovens do ensino médio*. Tese de doutorado não publicada, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

Lareau, A. (2003). *Unequal childhoods: Class, race, and family life*. Berkeley: University of California.

Lee, H., & Hughey, K. F. (2001). The relationship of psychological separation and parental attachment to the career maturity of college freshmen from intact families. *Journal of Career Development, 27*(4), 279-293.

Magalhães, M. O. (2008). Relação entre ordem de nascimento e interesses vocacionais. *Estudos de Psicologia (Campinas), 25*(2), 203-210.

Mansão, C. S. M. (2002). *Orientação profissional no ensino médio: Perspectivas dos pais*. Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Meireles, V. M. (2004). Feminino superlativo: Mulher, família e carreira. *Família e Comunidade, 2*(1), 77-93.

Monção, C. F. (2009). *Escolha de instituições de educação superior e carreiras: Um estudo sobre o que pretendem estudantes de grupos sociais privilegiados*. Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Moura, C. B. (2003). Uso de relatos escritos como instrumento de avaliação e intervenção em orientação profissional. *Estudos em Psicologia (Campinas), 20*(3), 83-98.

Oliveira, I. M. D. A. (2000). *De quem é o vestibular: A mãe frente à diferenciação do filho*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

Pereira, F. N. (2007). *A participação dos amigos nas escolhas profissionais de adolescentes*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Ribeiro, M. A. (2005). O projeto profissional familiar como determinante da evasão universitária: Um estudo preliminar. *Revista Brasileira de Orientação Profissional, 6*(2), 55-70.

Santos, L. M. M. (2005). O papel da família e dos pares na escolha profissional. *Psicologia em Estudo, 10*(1), 57-66.

Savickas, M. L. (2002). Career construction: A developmental theory of vocational behavior. In: D. Brown, & L. Brooks (Eds.), *Career choice and development* (4th ed., pp. 149-205). San Francisco: Jossey-Bass.

Selig, G. A., & Valore, L. A. (2008). Orientabilidade ao longo de um processo grupal com adolescentes: Relato de uma experiência. *Revista Brasileira de Orientação Profissional, 2*(9), 127-140.

Shibata, L. H. (2006). *Em busca de um novo caminho: O pós-carreira como oportunidade de realização de potencialidades*. Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Silva, M. M. (2004). *Inserção profissional e condição social: Trajetórias de jovens graduados no mercado de trabalho*. Tese de doutorado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Souza, A. A. M. (2009). *"Trailing spouse": Estudo sobre a vivência da cônjuge do executivo expatriado*. Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Sparta, M. M., & Gomes, W. B. (2005). Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. *Revista Brasileira de Orientação Profissional, 6*(2), 45-53.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Super, D. E. (1957). *The psychology of careers*. New York: Harper and Row.

Super, D. E. (1963). *Self-concepts in career development*. In: D. E. Super, R. Starishevsky, N. Matlin, & J. P. Jordaan, *Career development: Self-concept theory*. New York: College Entrance Examination Board.

Super, D. E. (1980). A life-span, life-space approach to career development. *Journal of Vocational Behavior, 16*, 282-298.

Teixeira, M. A. R., & Hashimoto, F. (2005). Família e escolha profissional: A questão espacial, temporal e o significado dos nomes. *Pulsional Revista de Psicanálise, 182*(18), 63-73.

Teodoro, E. G. (2005). *Escolhas profissionais de adolescentes em carreiras técnicas no Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Pará, Belém.

Vondracek, F. W. (2001). The developmental perspective in vocational psychology. *Journal of Vocational Behavior, 59*, 252-261.

Young, R. A., Paseluikho, M., & Valach, L. (1997). Emotion in the construction of career in conversations between parents and adolescents. *Journal of Counseling and Development, 76*, 36-44.

Zvonkovic, A. M., Notter, M. L., & Peters, C. L. (2006). Family studies: Situating everyday family life at work, in time and across contexts. In E. Kossek, S. Sweet, & M. Pi Castouphes (Eds.), *The work-family handbook*. New York: Lawrence Erlbaum.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

13

Famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social

Silvia H. Koller
Clarissa De Antoni
Maria Elisa Fontana Carpena

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas ideias relacionadas às famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social. Agrega-se a essa situação também a vulnerabilidade pessoal, porque ela está intrinsecamente relacionada à anterior.

Uma criança poderá ser considerada em situação de vulnerabilidade social e pessoal quando seu desenvolvimento não ocorrer de acordo com o esperado para a sua faixa etária, segundo os parâmetros de sua cultura. A presença de fatores de risco externos ou internos, como físico (doenças genéticas ou adquiridas, prematuridade, problemas de nutrição, entre outros), social (exposição a ambiente violento ou a drogas) ou psicológico (efeitos de abuso, negligência ou exploração) pode determinar tal caracterização.

Eventos externos de risco relacionam-se às condições adversas do ambiente no qual as crianças se desenvolvem. Estes podem ser riscos proximais (em microssistemas nos quais elas interagem face a face) ou distais (sistemas nos quais elas não estão presentes, mas que têm influência sobre elas – nível exo ou macrossistêmico). Os comportamentos de risco também podem expor as crianças à vulnerabilidade social e pessoal e referem-se a ações ou atividades realizadas pelos próprios indivíduos que aumentam a probabilidade de consequências adversas para o seu desenvolvimento ou funcionamento psicológico ou social adequado, favorecendo o desencadeamento ou o agravamento de patologias ou enfermidades (Hutz e Koller, 1997).

Antes de definir o que seriam famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social, é interessante percorrer a definição de famílias em geral ao longo das últimas décadas.

DEFININDO FAMÍLIA...

A família é o microssistema fundamental para a interação das pessoas com seu ambiente nos diversos níveis ecológicos. É o palco do desenvolvimento humano, das transições ecológicas e dos processos proximais. Nela as pessoas tanto constroem sua história e suas rotinas quanto são construídas pela permeabilidade dos valores, tradições e segredos da intergeneracionalidade e do que dela her-

A família é o microssistema fundamental para a interação das pessoas com seu ambiente nos diversos níveis ecológicos.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

dam. Nas últimas décadas, as inúmeras mudanças sociais necessariamente levaram as ciências humanas a redefinir o conceito de família. Como ela se forma, qual a sua importância e como desempenha seu papel na sociedade são questões permanentes para estudiosos do tema. Até recentemente, a família aparecia como principal e único sistema ecológico de orientação dos indivíduos. Sua configuração era baseada na presença de um pai-provedor, de uma mãe-cuidadora e dos filhos nascidos da união entre eles. O bem-estar e a proteção de todos os membros, ao longo do desenvolvimento no ciclo vital, eram tarefas fundamentais dos pais, que também apareciam como modelos proximais exclusivos e responsáveis por todas as consequências no desenvolvimento dos filhos. Fugir a essa equação significava tornar-se alvo de preconceitos.

As transformações ocorridas na sociedade atingiram essa definição de família. Novas organizações e reorganizações familiares foram estabelecendo-se e desafiando a definição anterior. A mãe-cuidadora tornou-se a mulher-mãe que ganha espaço no mercado de trabalho, assumindo uma jornada tripla: sua atividade profissional + os cuidados com o bem-estar dos membros da família + o cuidado pessoal e de seu próprio desenvolvimento. O pai-provedor revela-se o homem-pai que deixa de ser o único provedor e passa a contar com a participação da mulher na manutenção da casa. Dele passa a ser exigido que expresse sentimentos, compartilhe afazeres domésticos, envolva-se na educação e no cuidado dos filhos e esteja ao lado da mulher no cotidiano da família. E, evidentemente, que também cuide de seu desenvolvimento e cuidado pessoal. Esse novo cenário, que desvenda uma nova estrutura e um novo funcionamento do microssistema familiar e doméstico, no entanto, independe do fato de homem e mulher viverem juntos ou separados.

Kniebiehler e Fouquet (1983) fizeram uma revisão histórica da questão da maternidade, desde a Idade Média até os dias de hoje, mostrando que a exaltação do amor materno é fato recente na civilização ocidental. Os fatos históricos sugerem que, até o século XVIII, predominava uma conduta de indiferença materna. Apenas no final daquele século teve início a exaltação do amor materno no discurso de filósofos, médicos e políticos. Começou, então, o processo de ativar os sentimentos de culpa nas mulheres que abortavam ou que não queriam amamentar. No século XIX, o culto à maternidade ampliou o lugar da mãe e da criança na sociedade. Conforme Ariès (1985), isso aconteceu na época em que novas condições de vida atraíam cada vez mais os homens para fora de casa, tornando-se necessário delegar à mulher a função de cuidadora/educadora. No século XX, com o surgimento de teorias psicológicas, reforçou-se a tendência de responsabilizar a mãe pelos problemas dos filhos.

Recentemente, estudos e pesquisas fazem avançar os estudos das dinâmicas familiares e de seus papéis, que levam mais em conta a família como um todo e sua inter-relação com fatores sociais e econômicos no entendimento dos problemas e bloqueios do desenvolvimento emocional, entre outros. Essa breve revisão histórica demonstra que o vínculo com os filhos não se desenvolve a partir de um instinto materno nem depende da biologia dos laços de sangue. Para Maldonado (1989), aspectos como o convívio e a disponibilidade para cuidar de uma criança e acompanhar seu desenvolvimento são determinantes na construção do amor e do vínculo da mãe para com o filho. Seguindo a mesma ideia, Badinter (1985) ressalta que "não há amor sem algum desejo, e a ausência da faculdade de tocar, mimar e beijar é pouco propícia ao desenvolvimento do sentimento. Se a criança não está ao alcance de sua mão, como poderá a mãe amá-la? Como poderá apegar-se a ela?" (p. 15). E acrescenta: "O amor materno é apenas um sentimento humano. E, como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não seja profundamente inscrito na natureza feminina" (p. 22).

Famílias monoparentais, reconstituídas, extensivas, homoafetivas e não consanguíneas, entre outras, são possibilidades que não passam despercebidas na realidade atual (De

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Antoni e Koller, 2000). Não significa que elas não existissem antes, mas estavam encobertas pelos preconceitos da sociedade. A psicologia, como ciência humana, depara-se com um novo desafio: para além de carecer de estudos que abordem tais possibilidades como contextos e processos de desenvolvimento, deve lidar com o desvelamento da realidade das famílias e de sua influência no ser humano.

A instituição casamento, considerada necessária e por vezes obrigatória, aparece com novas configurações. Muitas famílias passam a ser definidas quando os pais são namorados, vivem separados, têm novos(as) companheiros(as), têm a guarda compartilhada ou são do mesmo sexo. Há produções independentes, filhos de pai ou mãe solteiros ou separados, padrastos e madrastas e seus filhos agrupando-se entre si, avós que se tornam mães/pais de seus netos. Existe a necessidade clara de entender tais contextos, conhecer valores e acolher costumes. São necessárias mais pesquisas sistemáticas e rigorosas para produzir conhecimento sobre o tema. Portanto, esse contexto ecológico proximal que as pessoas chamavam de família não pode mais ser facilmente definido.

A melhor forma de lidar com essa realidade e com o desafio de defini-la, por questões metodológicas ou terapêuticas, deve basear-se na pergunta direta para aqueles com quem os psicólogos querem trabalhar: quem é a sua família? Pergunta difícil de responder em alguns casos. Porém, a partir da resposta dada, planejamentos podem ser estabelecidos. Não cabe aos pesquisadores ou terapeutas prescrever uma receita do que é uma família aos seus participantes ou pacientes. Se houver necessidade de ter um padrão para a manutenção do necessário e desejado rigor metodológico, por exemplo, em uma pesquisa, essa configuração poderá ser colocada *a priori*, mas não se pode exigir que os participantes sejam enquadrados ou enquadrem suas definições de família nesse padrão. Certamente a definição *a posteriori* precisa ser levada em conta.

É evidente que todas essas mudanças impactam a forma de vida das pessoas. É inegável a importância de ambos os pais ou de representantes dessas figuras no desenvolvimento de crianças e adolescentes. A participação da família na vida dos filhos cumpre uma função básica de cuidado e referência que ainda perdura. Uma boa vinculação com pessoas próximas, relações estáveis, face a face, comunicação e manutenção do respeito à hierarquia de poder têm sido apontados como protagonistas na construção de uma estrutura emocional segura. Apoio e proteção, independentemente da configuração e do funcionamento do agrupamento estabelecido, revelam o seu funcionamento e a partir dele se constroem valores, crenças e projetos de vida para todos os seus membros.

A família vai além do que está lá, porque é mais do que um agrupamento de pessoas; ela é um contexto ecológico dinâmico, com o qual as pessoas compartilham seu desenvolvimento, que elas percebem como sua e que as percebe como membros. Há reciprocidade e estabilidade nessa interação (Bronfenbrenner, 1996). Historicamente, as funções da família têm atendido a dois diferentes objetivos: um interno, de proteção psicossocial de seus membros; e outro externo, de acomodação e transmissão da cultura. Observa-se a presença de um viés paradoxal da família como formadora, dando à pessoa a noção de pertencimento, ao mesmo tempo em que a situa em um mundo independente, concedendo-lhe autonomia (Minuchin, 1988).

Historicamente, as funções da família têm atendido a dois diferentes objetivos: um interno, de proteção psicossocial de seus membros; e outro externo, de acomodação e transmissão da cultura.

Mesmo com tantas mudanças, há aspectos tradicionais que ainda vigoram e têm sido considerados na história da família. Como resultado dos desafios que se apresentam, a principal tarefa psicossocial da família, que é proteger seus membros, tem-se tornado ainda mais importante, apesar das diversas configurações e funcionamentos que essa família apresente. Atualmente, o nível de interação face a face em atividades compartilhadas pa-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

rece diminuir a cada dia. No entanto, a interação e a comunicação presentes e ativas têm marcado seu papel de interesse na saúde emocional dos membros da família.

Zamberlan (2002) sugeriu que o processo para cumprir o compromisso de acompanhar o desenvolvimento dos filhos requer compreensão e flexibilidade dos adultos, assim como respeito à individualidade das crianças. A família é um grupo dinâmico que precisa reformular-se internamente para se adequar à passagem de seus membros pelo ciclo vital e às inúmeras mudanças da própria vida e da sociedade. Portanto, a família, identificável como a menor unidade da sociedade, precisa manter suficiente continuidade (Minuchin, 1988). Crianças adequadamente criadas são menos vulneráveis ao estresse e dele se recuperam com maior facilidade, pois seu poder de adaptação e seus recursos internos são de grande valia nas horas críticas (Rutter, 1987).

FAMÍLIA E CULTURA

Grupos culturais em que as crianças nascem e então se desenvolvem funcionam no sentido de produzir adultos que operam psicologicamente de uma maneira particular e de acordo com os modos culturalmente constituídos (Oliveira, 1993). Um ambiente facilitador e seus ajustes adaptativos progressivos às necessidades individuais poderiam ser isolados como parte do estudo da saúde. A aprendizagem social apontou para o fato de que, durante sua vida, as crianças estão expostas a vários modelos cuja influência relativa depende de sua disponibilidade, homogeneidade e heterogeneidade, assim como de suas interações (Bandura e Walters, 1978). No processo inicial da socialização, as famílias modelam e programam tanto o comportamento quanto o sentido de identidade das crianças.

A importância da família, seja nas relações sociais nas quais ela se inscreve, seja na vida emocional de seus membros, é indiscutível. Conforme Reis (1994), seria na família, mediadora entre a pessoa e o seu contexto, que se aprende a perceber o mundo e a tomar lugar nele. Sendo a formadora da primeira identidade social, ela é o primeiro "nós" a que os seres humanos aprendem a fazer referência. Cerveny (1997) salientou que, enquanto instância de articulação entre o pessoal e a coletividade, o privado e o público, e o modelo da vida de relação, a família poderia ser considerada como aquela organização que, ao mesmo tempo em que sofre, também espelha o impacto das transformações e constitui o *locus* do redimensionamento individual em suas interações com o contexto mais amplo. Essas ideias, embora tecidas nas décadas passadas, ainda parecem muito atuais.

Carlo e colaboradores (2007), em um estudo sobre a família latino-americana, centraram sua análise sobre o familismo e a interdependência familiar, o papel da família expandida, as tendências pró-sociais e cooperativas, a orientação coletivas e gênero. Essas características foram descritas como fortes nas famílias da região que são adaptáveis, servindo para aumentar o sucesso ideal dos indivíduos nessas sociedades. Essas características também podem ser concebidas como fatores de resiliência, ou seja, fatores que protegem os indivíduos de ambientes de alto risco ou condições adversas. Uma das marcas características de muitas famílias latinas é o forte valor de unidade e conexão, o qual se reflete na identificação do familismo – apego e lealdade à família.

Pais brasileiros e latinos incentivam seus filhos a permanecer fisicamente e psicologicamente junto da família, por meio de frequentes interações sociais e proximidade física. Em muitas famílias latinas, os membros mais velhos mantêm papéis ativos nas atividades familiares. Há uma ênfase de sua contribuição para a família, atribuindo-lhes a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelo cuidado das crianças e dos jovens (Zayas e Solari, 1994). Membros jovens da família são criados pelos pais, irmãos, tios, tias e avós. As regras de respeito para com os membros adultos da família estão fortemente colocadas e geralmente há consequências (reprovação, por exemplo, social, vergonha) quando estas são

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

violadas. Além disso, mesmo quando as crianças entram na idade adulta, os pais (e avós) são procurados como fontes de apoio financeiro, instrumental e emocional. Essas ações de socialização são úteis para reforçar uma orientação no sentido de interdependência familiar, que serve de fundamento básico a uma rede de apoio social. Relações familiares positivas podem ajudar a proteger adolescentes de se envolverem em comportamentos de risco. Vários estudos têm demonstrado apoio à família, indicando que ligações familiares fortes e maior controle parental estão associados a um menor uso de álcool e de substâncias psicoativas, assim como menos envolvimento em gangues (Frauenglass, Routh e Pantin, 1997; Kerr e colaboradores, 2003).

FAMÍLIA E POBREZA

Estudos sobre famílias em situação de risco pessoal e social, especialmente aquelas expostas à pobreza e ao empobrecimento, têm atraído a atenção de pesquisadores no campo das ciências humanas. A pobreza é definida como uma situação de vida resultante de escassos recursos materiais (moradia, alimentação), enquanto os riscos são analisados como níveis de saúde insatisfatória ou de doenças recorrentes e baixa ou insuficiente escolaridade. A família tem sido abordada como um contexto que pode atuar como fator de risco ou proteção no desenvolvimento de seus componentes. Por um lado, autores apontam as interações positivas que as famílias podem mobilizar diante de situações de estresse e vulnerabilidade social, denominando-as de resiliência familiar (Walsh, 2005; Yunes, 2006). Por outro lado, eventos estressores podem produzir maior vulnerabilidade social das famílias (Silva, 2004). A condição socioeconômica precária de certas famílias impõe maiores dificuldades para a sua sobrevivência e pode desencadear episódios de risco, como abandono, negligência e violência.

A pobreza é definida como uma situação de vida resultante de escassos recursos materiais (moradia, alimentação), enquanto os riscos são analisados como níveis de saúde insatisfatória ou de doenças recorrentes e baixa ou insuficiente escolaridade.

Com base em dados recolhidos no Millennium Cohort do Reino Unido, Schoon e colaboradores (em produção) encontraram evidências de que a pobreza e a existência de eventos adversos podem causar sérios danos à saúde física e mental. Seus resultados correspondem à perspectiva da vulnerabilidade, com base no dano causado pela pobreza e pelo empobrecimento (Luthar, 1999). Por exemplo, as dificuldades econômicas têm sido associadas a um maior risco de rompimento de relações. Muitos estudos têm explorado a pobreza como um fator de risco potencial no desenvolvimento pessoal. Viver na pobreza em si é um fator de risco que ameaça o bem-estar e as oportunidades para o desenvolvimento, já que a pobreza influencia o desenvolvimento pessoal e os relacionamentos. Ela transforma inclusive os casamentos, aumentando os conflitos entre os pais, e as relações entre pais e filhos (Cecconello e Koller, 2000; Zimmermam e Arunkumar, 1994).

Por outro lado, deve-se levar em conta que a adversidade pode provocar o desenvolvimento de habilidades adicionais e mais fortes (Morais et al., 2010). Muitos estudos latino-americanos e africanos têm-se concentrado em investigar como o empobrecimento e a pobreza mais a instabilidade familiar influenciam o desenvolvimento das crianças. Esse reconhecimento tem apoiado políticas sociais para projetar intervenções com maior efeito para melhorar o desenvolvimento humano e o bem-estar humano, podendo ser usadas em outros países e culturas. Esses dados também são capazes de ajudar a desvendar a ocorrência, o tempo, a gravidade, a intensidade e a duração dos riscos, determinando assim o modo de preveni-los. Convém salientar que nem todas as pessoas reagem igualmente à adversidade, sendo que algumas podem ajustá-la de forma positiva.

A visão da pobreza como outro aspecto importante na vulnerabilização das famílias tem sofrido mudanças conceituais importan-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

tes. Os filhos da pobreza estão marcados por um tipo de vida que revela riscos em nível biológico e também psicossocial. Estudos em psicologia evolutiva, nas últimas décadas, direcionaram seus esforços para entender diferenças individuais no desenvolvimento de pessoas em relação a situações ambientais semelhantes (Kotliarenco e Dueñas, 1992). As famílias em situação de pobreza estão submetidas a uma série de demandas que se constituem em poderosas fontes de ameaça e estresse crônico. As crianças pobres e suas famílias estão expostas a condições precárias que atentam contra a saúde mental, e sabe-se que os efeitos da privação material sobre a saúde mental são cumulativos.

A dificuldade para satisfazer as necessidades básicas da família desencadeia nos pais sentimentos como dor, culpa e preocupação ao se verem fracassados em seus papéis (Kotliarenco e Cáceres, 1995). Muitas reações dos pais que vivem na pobreza condicionam consideravelmente a qualidade de vida de seus filhos. Pode acontecer que a reação dos pais ao estresse ambiental traduza-se na exigência à obediência permanente por parte da criança, aplicando castigos físicos, escasseando carinho e falhando nas respostas às necessidades dos filhos. A pobreza, como assinalaram Swart-Kruger e Donald (1996), pode ser uma fonte de estresse que influencia os papéis de pai e mãe, porém não como razão suficiente para a caracterização das crianças e das suas famílias como em situação de risco.

FAMÍLIA E VIDA NA RUA

Como bem apontaram Paludo e Koller (2008), "toda criança tem família: criança em situação de rua também". No entanto, a escassez de recursos materiais e afetivos pode ter tido como consequência a saída da criança ou do adolescente para o contexto da rua, expressando o resultado negativo e imediato dessas condições. A vinculação com a família tem sido mencionada como um dos principais fatores a serem considerados na descrição de crianças e adolescentes em situação de rua. Este, entre outros aspectos, tem aparecido como indicador da relação que crianças e adolescentes estabelecem com a rua. Desde o final da década de 1990, ter ou não vínculos familiares, viver ou não com a família, têm sido usados como variáveis para descrever a diferença entre "crianças de rua" e "crianças na rua".

O primeiro grupo ("de rua"), caracterizado por aqueles que não têm mais vínculo familiar estável, é o de crianças que abandonaram a família ou foram abandonados por ela e passam a maior parte do tempo nas ruas. O segundo grupo ("na rua") é composto por crianças e adolescentes que mantêm laços familiares, que utilizam o espaço da rua como lugar de lazer e trabalho, visando obter seu sustento e auxiliar a família, mas retornam diariamente para casa (Morais et al., 2010).

Tais definições estão superadas, pois limitar com precisão esses vínculos e a utilização do espaço da rua é praticamente impossível. A maioria das crianças e dos adolescentes encontrada na rua não é abandonada, pois em geral mantêm algum ponto de referência com relação ao grupo familiar. Recentemente, a vinculação com a família foi associada a outros fatores que podem definir a criança "em situação de rua". Apontam-se ainda a atividade exercida, a aparência, o local em que se encontra a criança ou o adolescente e a ausência de um adulto responsável junto deles, assim como o horário de permanência na rua (Morais et al., 2010).

Embora crianças e adolescentes que utilizam o contexto da rua como espaço de moradia e socialização tenham família, as crenças que permeiam a sociedade parecem indicar o contrário. Como afirmam Paludo e Koller (2008, p. 44), "se as crianças moram na rua é porque não têm família, uma vez que, se tivessem, naturalmente estariam em casa". Vários estudos, porém, reiteram e confirmam a existência de vínculos familiares de crianças e adolescentes em situação de rua. Eles fazem referência a adultos responsáveis e estabelecem contatos, efetivos ou esporádicos, com essas pessoas que consideram parte de sua família. No entanto, conforme enfatizam os au-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

tores, esses vínculos devem ser analisados de forma dinâmica e contínua, devido às frequentes oscilações no grau e na configuração.

Em um estudo com famílias de crianças em situação de rua, a necessidade de buscarem na rua sustento para si e para suas famílias ficou bastante evidente, provocando o seu progressivo afastamento de seus lugares de moradia e a inserção na vida da rua (Carpena e Koller, 1999). Os resultados revelam as dificuldades de relacionamento entre essas famílias e as suas crianças, com exposição a vários fatores de risco no desenvolvimento de todos os seus componentes. Contudo, também apresentaram expectativas para o futuro no âmbito dessa realidade. A situação de pobreza torna a todos vulneráveis, mas mesmo em tais condições a possibilidade de superação pode ser contemplada.

VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA FAMILIAR

A resiliência pode ser compreendida como um fenômeno individual ou grupal. Masten (no prelo) define resiliência como uma "capacidade de um sistema dinâmico para resistir ou se recuperar de importantes desafios que ameaçam a sua estabilidade, viabilidade ou desenvolvimento." É uma característica que não se aplica apenas a indivíduos, mas também a sistemas ecológicos, como grupos e comunidades, famílias incluídas. Todavia, uma definição recente de Ungar (no prelo) acrescenta detalhes a tal definição: "No contexto da exposição à adversidade significativa, a resiliência consiste na capacidade dos indivíduos para navegarem o seu caminho em busca de recursos psicológicos, sociais, culturais e materiais que sustentem o seu bem-estar e da sua capacidade individual e coletiva, para negociarem esses recursos de forma culturalmente significativa".

Nessa perspectiva, Trzesniak, Libório e Koller (no prelo) salientam a importância de se estabelecer dimensões críticas para o entendimento do constructo resiliência, ou seja, como podem ser definidas as condições *sine qua non* para que haja ou não a sua detecção. O mesmo procedimento vale para o constructo vulnerabilidade. Para chegar a eles, tais constructos devem ser comparados com outros que apresentem quase todas as suas características, mas não pertençam ao sistema a ser examinado (por exemplo, indivíduos, grupos de pares, família, comunidade, cultura). Como uma construção, a resiliência teria seis dimensões fundamentais:

1. trata-se de um sistema que, devido a
2. um conjunto não exclusivo de recursos internos a si próprio, é capaz de
3. funcionar normalmente, apesar de exposto a um
4. contexto
5. de estresse
6. significativo.

O conceito de vulnerabilidade seria aplicado a um sistema que contraria o ponto 3, mesmo na presença de todos os outros, pois indica um funcionamento não adaptado. Quanto mais completa estiver a informação sobre essas dimensões críticas, melhor será a definição. É sabido que, durante décadas, a definição de resiliência tem desafiado pesquisadores de ciências humanas. Todos aqueles que trabalham com seres humanos estão conscientes de que há algum tipo de característica, capacidade, processo ou fenômeno que indica que as pessoas podem superar os eventos estressantes e continuar seu ciclo de desenvolvimento. Isso é diferente da mera adaptação, sendo difícil identificá-lo ou medi-lo.

Todos aqueles que trabalham com seres humanos estão conscientes de que há algum tipo de característica, capacidade, processo ou fenômeno que indica que as pessoas podem superar os eventos estressantes e continuar seu ciclo de desenvolvimento. Isso é diferente da mera adaptação, sendo difícil identificá-lo ou medi-lo.

Walsh (2005) definiu a resiliência familiar como uma capacidade de seus membros que demonstram enfrentar situações adversas e, ao lidar com essas situações, tornam-se mais unidos e capazes de administrar outras situa-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

ções. Três condições que auxiliam na promoção da resiliência familiar foram identificadas: a forma como estão estabelecidos os padrões de organização, os processos de comunicação e os sistemas de crenças. A análise desses "processos-chave" (Yunes, 2006) da resiliência familiar permite compreender como as famílias estão estruturadas e como funcionam. Na concepção sistêmica, a ideia de estrutura permite conhecer como estão estabelecidas as relações, que envolvem relações de poder (hierarquia e tomadas de decisão) e de interação (coesão e sentimentos de pertencimento) (De Antoni, Teodoro e Koller, 2009).

A estrutura de funcionamento pode revelar o estado nas quais as relações são estabelecidas. Toda família tem uma estrutura e um funcionamento, que podem ser sofisticados, precários, organizados, caóticos, etc. O termo "famílias desestruturadas", por exemplo, utilizado no cotidiano de alguns profissionais, não condiz com essa concepção e deveria ser evitado. Por mais que na perspectiva externa a família não consiga organizar-se para enfrentar seus problemas, todas têm em si uma estrutura e um funcionamento. Por exemplo: o abuso de substâncias ilícitas por parte de um adolescente e, consequentemente, seu isolamento da família e a negação ou apatia dos pais sobre o comportamento do filho sugere que a família não estabelece uma comunicação aberta e eficaz. Tal descrição revela sua estrutura caótica e como seu funcionamento pode reforçar o afastamento físico e emocional dos seus membros: Eles funcionam assim.

Karpel (1986) salientou que está na estrutura familiar que revela resiliência a unidade funcional capaz de promovê-la em cada um de seus membros. Além disso, há uma inter-relação das características individuais e a forma de criação das pessoas, considerando a família um potencial importante no desenvolvimento da resiliência em seu meio. As pessoas constroem suas próprias experiências, havendo evidências empíricas de relações entre as características familiares e parentais, o que tem sido interpretado como a influência que a família exerce sobre as conquistas das crianças, o seu nível socioeconômico e a saúde mental delas. A família não pode ser tomada como um sistema único, tendo em vista que o que afeta os seus membros são os microambientes que cercam as famílias. Rutter (2007) argumenta que, frente a uma mesma experiência externa, as pessoas de uma mesma família podem ter "percepção compartilhada", ou seja, manifestar reações muito diferentes entre si, embora partilhem do mesmo evento.

Lipp (1996) apontou para o papel importante dos pais em relação à resistência ou à vulnerabilidade que os filhos desenvolvem em relação ao estresse, partindo não só de questões relacionadas à hereditariedade, como também de fatores ligados à aprendizagem. Segundo a autora, "os pais exercem um papel fundamental na aquisição, pela criança, de estratégias naturais para lidar com o estresse e a forma mais positiva de ver a vida, com interpretações saudáveis em relação a eventos do dia a dia e sua percepção de que é capaz de lidar com o mundo ao seu redor de modo competente" (p. 93). O modo adotado por uma criança para lidar com o estresse determinará sua resistência quando adulta.

O bom relacionamento familiar, a competência materna e a capacidade de transmitir valores, entre outros fatores, também favorecem o desenvolvimento da resiliência. O ser humano necessita do grupo para sobreviver, e a família tem sido identificada como o contexto básico para fornecer alimentação, proteção e ensinamento para as crianças (Minuchin, 1988). A sobrevivência humana, em todas as sociedades, é resultado do pertencimento a agregações sociais.

Conceitos sobre famílias encontrados na literatura referem-se, de modo geral, a um sistema aberto, dinâmico, sociocultural, adaptativo, homeostático e governado por regras de origem externa ou interna. As funções da família atendem a dois diferentes objetivos: um interno, de proteção

Conceitos sobre famílias encontrados na literatura referem-se, de modo geral, a um sistema aberto, dinâmico, sociocultural, adaptativo, homeostático e governado por regras de origem externa ou interna.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

psicossocial de seus membros, e outro externo, de acomodação e transmissão da cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a relação que as pessoas mantêm com suas famílias, em princípio, parece um desafio. Embora nas últimas décadas seja notável a mudança na configuração e no funcionamento familiar, é curioso observar que permanecem tabus e mitos no que se refere a outros arranjos que fogem ao modelo original e tradicional. A sociedade ainda insiste na transmissão do modelo de família nuclear, e qualquer composição diferente dessa é classificada como desestruturada, mas o significado de família parece transcender tais preceitos e preconceitos (Paludo e Koller, 2008).

Uma abordagem que enfatize a força entre as famílias não é apenas um argumento para os estudiosos. Pesquisas rigorosas e sistemáticas mostram-se necessárias para fornecer informações cruciais para a manutenção de programas de intervenção mais eficazes. Uma abordagem para estudar os pontos fortes das famílias amplia a compreensão das forças e promove o desenvolvimento de programas de prevenção destinados a fomentar características de resiliência das famílias, em vez de uma ênfase em programas de intervenção destinados a corrigir problemas já manifestos e patologias. Além disso, ferramentas de diagnóstico para identificar os pontos fortes existentes entre as pessoas, as famílias e as comunidades, nos mais diversos níveis ecológicos, podem permitir que as suas forças sejam canalizadas de maneira mais eficaz.

Questões para discussão

1. Como se pode definir família?
2. Por que uma família pode estar em situação de vulnerabilidade?
3. O que é resiliência?
4. O que é vulnerabilidade?
5. Discuta a situação familiar de crianças em situação de rua.

REFERÊNCIAS

Ariès, P. (1985). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.

Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: O mito do amor materno* (3. ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bandeira, D. R. (1994). *O cotidiano de meninos e meninas de rua*. Apresentado no XVII International School Psycology Colloquium, Campinas, SP.

Bandura, A., & Walters, R. (1978). *Aprendizage social e desarrollo de la personalidad*. Madrid: Alianza.

Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).

Carlo, G. (2007). Culture-related strengths among Latin American families: A case study of Brazil. *Marriage & Family Review, 41*(3/4), 335-360.

Carpena, M. E. F., & Koller, S. H. (1999). Famílias de meninos em situação de rua na cidade de Caxias do Sul: Locus de controle, situação atual de vida e expectativas para o futuro. *Coletânea Cultura e Saber Psicologia, 3*, 53-81.

Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2000). Social competence and empathy: Study about resilience with children in poverty. *Estudos de Psicologia, 5*(1), 71-93.

Cerveny, C. M. O. (1997). *Ciclo vital da família*. Trabalho apresentado na XXVII Reunião Anual de Psicologia em Ribeirão Preto, São Paulo, SP.

De Antoni, C., & Koller, S. H. (2000). A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia, 5*, 347-381.

De Antoni, C., Teodoro, M., & Koller, S. H. (2009). Coesão e hierarquia em famílias fisicamente abusivas. *Universitas Psychologica, 8*(2), 399-412.

Frauenglass, S., Routh, D. K., & Pantin, H. M. (1997). Family support decreases influence of deviant peers on Hispanic adolescents' substance use. *Journal of Clinical Child Psychology, 26*, 15-23.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Hutz, C., & Koller, S. H. (1997). Questões sobre o desenvolvimento da criança em situação de rua. *Estudos em Psicologia, 2*, 17-23.

Karpel, M. A. (1986). *Family resources: The hidden partner in family therapy*. New York: Guilford.

Kerr, M. H. (2003). Family involvement, problem and prosocial behavior outcomes of Latino Youth. *American Journal of Health Behavior, 27*(Supplement 1), S55-S65.

Kniebiehler, Y., (1983). Fouquet, C. *La femme et les médecins: Analyse historique*. Paris: Hachette Littérature Générale.

Kotliarenco, M. A., & Cáceres, I. (1995). *Una posible possibilidad frente al estres de las famílias en pobreza: Los mecanismos protectores*. Trabalho apresentado no Seminário Pobreza e Desenvolvimento Humano, Chile.

Kotliarenco, M. A., & Dueñas, V. (1992). *Vulnerabilidad versus resilience: Una propuesta de accion educativa*. Trabalho apresentado no Seminário Pobreza e Desenvolvimento Humano, Chile.

Lipp, M. N. (1996). Atitudes parentais e o desenvolvimento de resiliência ao estresse. *Psicologia, Reflexão e Crítica, 4*, 91-96.

Luthar, S. S. (1999). *Poverty and children's adjustment*. Newbury Park: Sage.

Maldonado, M. T. (1989). *Maternidade e paternidade: Situações especiais e de crise na família*. Petrópolis: Vozes.

Masten, A. S. (in press). *Disaster and resilience in children and youth*. ISSBD Newsletter. New York: Sage.

Minuchin, S. (1988). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Morais, N., Neiva-Silva, L., & Koller, S. H. (2010). *Endereço desconhecido: Crianças e adolescentes em situação de rua*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Oliveira, M. K. de. (1993). *Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento: Um processo sóciohistórico*. São Paulo: Scipione.

Paludo, S. S., & Koller, S. H. (2008). Toda criança tem família: Criança em situação de rua também. *Psicologia e Sociedade, 20*, 42-52.

Reis, J. R. T. (1994). *Família, emoção e ideologia: Psicologia social: O homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry, 57*, 316-331.

Rutter, M. (2007). Resilience, competence and coping. *Child Abuse & Neglect, 31*(3), 205-209.

Sarti, C. A. (1995). O valor da família para os pobres. In I. Ribeiro, & A. C. Ribeiro (Eds.), *Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola.

Schoon, I. (in press). *Resilience in children facing poverty and family disadvantage: Evidence from the UK Millennium Cohort*. ISSBD Newsletter. New York: Sage.

Swart-Kruger, J., & Donald, D. (1996). Crianças das ruas da África do Sul. *Psicologia, Reflexão e Crítica, 9*, 59-82.

Trzesniak, P., Libório, R. C., & Koller, S. H. (in press). Resilience and children's work and: lessons from physics for psychology. In M. Ungar (Ed.), *The social ecology of resilience: Culture, context, resources, and meaning*. New York: Springer.

Ungar, M. (in press). *The social ecology of resilience: Culture, context, resources, and meaning*. New York: Springer.

Walsh, F. (2005). *Fortalecendo a resiliência familiar*. São Paulo: Roca.

Yunes, M. A. M. (2006). Psicologia positiva e resiliência: Foco no indivíduo e na família. In D. D. Dell'Aglio, S. H. Koller, & M. A. M. Yunes (Orgs.), *Resiliência e psicologia positiva: Interfaces do risco à proteção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Zamberlan, M. A. T. (2002). Interação mãe-criança: Enfoques teóricos e implicações decorrentes de estudos empíricos. *Estudos de Psicologia, 7*(2), 399-406.

Zayas, L. H., & Solari, F. (1994). Early childhood socialization in Hispanic families: Context, culture and practice implications. *Professional Psychology: Research and Practice, 25*, 200-206.

Zimmerman, M. A., & Arunkumar, R. (1994). Resiliency research: Implications for schools and policy. *Social Policy Report, 8*(1), 1-18.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Parte III
Avaliação familiar no Brasil

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

14

Alguns instrumentos para avaliação familiar no Brasil

Maycoln L. M. Teodoro

INTRODUÇÃO

A avaliação psicológica no Brasil vem ganhando cada vez mais espaço nos meios acadêmicos e profissionais nas últimas décadas. Isso se deve, em grande parte, à formação de grupos de pesquisas nos programas de pós-graduação e à regulamentação do uso, da elaboração e da comercialização dos testes psicológicos pelo Conselho Federal de Psicologia (Resolução nº 002/2003, CFP, 2003) e à criação do SATEPSI (http://www2.pol.org.br/satepsi/sistema/admin.cfm).

O grande interesse pela avaliação psicológica reflete-se especificamente na avaliação familiar. No entanto, ainda se percebe uma considerável distância desta com outras áreas da avaliação, como a inteligência e a personalidade. Um indicativo dessa diferença é o número de instrumentos produzidos para a avaliação familiar. A razão para essa discrepância é possivelmente histórica, já que o interesse pela avaliação da inteligência e personalidade é muito mais antigo. Outra dificuldade na sistematização de instrumentos para a avaliação familiar é a definição de família e suas várias possibilidades de sistematização.

A definição de família mais utilizada em pesquisas internacionais tem sido a chamada nuclear, que limita as relações ao relacionamento dos pais com as crianças e com os irmãos. Tal concepção está vinculada a uma ideia tradicional, e segundo a qual os pais são um casal heterossexual e estão no primeiro casamento. Teodoro (2009) resumiu algumas razões para que este seja o tipo de família mais estudado na literatura. O primeiro motivo consiste em que, mesmo com o aumento da taxa de divórcio e de casais homossexuais, a maior parte das famílias ainda é nuclear, o que justificaria a quantidade de estudos desse tipo familiar. O segundo motivo refere-se às vantagens metodológicas dessa escolha, o que produz uma padronização do tamanho e dos membros familiares incluídos nas pesquisas.

Tendo em vista a variedade de definições de família, o estudante ou o clínico pode questionar-se sobre qual deverá ser escolhida para a avaliação familiar. Teodoro (2009) sugere três possibilidades que podem orientar didaticamente essa investigação. A primeira definição de família possível é arbitrária e baseia-se em uma escolha realizada previamente pelo clínico ou pelo pesquisador. É o caso da família nuclear quando definida pelo investigador. Essa opção facilita a compreensão de resultados de pesquisa familiar por limitar o seu conceito a um determinado número de membros. Por outro lado, limita o clínico a uma formação familiar que, muitas

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

vezes, não condiz com a realidade da família nem com as suas hipóteses sobre o funcionamento daquele sistema familiar.

Para resolver tal problema, podem-se utilizar outras duas possibilidades. Uma delas é deslocar a investigação da família para as relações familiares, como pai-criança, mãe--criança, etc. A vantagem dessa estratégia é poder analisar os diversos subsistemas e suas regras internas de funcionamento em separado. Por exemplo, caso o clínico considere que a avó desempenhe uma importante função no sistema familiar e que, por esse motivo, deva ser investigada, ele pode solicitar a sua inclusão ao investigando. A outra possibilidade é perguntar ao investigado qual a sua concepção de família e, a partir daí, investigar o sistema descrito. Dessa maneira, a investigação é feita com a perspectiva de família do próprio investigado. Deve-se ressaltar que tal opção possibilita, assim como a anterior, a avaliação de famílias extensas, com pessoas externas ao sistema familiar.

A avaliação psicológica da família deve ser baseada, como qualquer outro processo de avaliação psicológica, em hipóteses desenvolvidas pelo clínico sobre o funcionamento do sistema familiar. Similarmente, na investigação científica, o pesquisador seleciona os instrumentos que são mais adequados para testar as suas hipóteses de pesquisa. Isso nos leva à conclusão de que o uso de instrumentos psicológicos constitui-se em um meio para que o clínico ou o pesquisador obtenha dados para uma conclusão em particular. Importante também destacar que, na clínica, o uso de instrumentos psicológicos deve vir acompanhado de entrevistas que auxiliam na compreensão da complexidade do sistema familiar.

O objetivo deste capítulo é apresentar ao leitor alguns instrumentos de avaliação familiar desenvolvidos ou adaptados para o Brasil. Pretende-se, assim, oferecer um mapa para que o clínico e o pesquisador possam investigar suas hipóteses com técnicas padronizadas e adequadas aos seus objetivos. Deve-se ressaltar, entretanto, que não se tem a pretensão de esgotar todos os instrumentos existentes em virtude do espaço. Então, sugerimos ao leitor a consulta de outros capítulos neste livro para o conhecimento de outras técnicas de investigação familiar.

Apesar de serem semelhantes para o clínico e o pesquisador as razões para a escolha do instrumento psicológico que investigaram as hipóteses de funcionamento familiar, é necessário levar em consideração na avaliação clínica o fato de o instrumento ter sido aprovado pelo Conselho Federal de Psicologia. Isso implica uma tarefa para o psicólogo clínico: consultar regularmente a página do SATEPSI e verificar quais instrumentos podem ser utilizados na avaliação psicológica. Por outro lado, o pesquisador pode basear sua escolha naqueles instrumentos que estão adaptados para o Brasil e que oferecem as melhores propriedades psicométricas. Por esse motivo, a apresentação dos instrumentos psicológicos será dividida em duas partes. A primeira será constituída por aqueles que foram aceitos pelo Conselho Federal de Psicologia até início de 2011. A segunda conterá instrumentos que ainda não foram submetidos ou avaliados pelo conselho.

INSTRUMENTOS APROVADOS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Entrevista Familiar Estruturada (EFE)

Constitui-se em um processo de avaliação interacional entre o entrevistador e os membros da família. O avaliador procura, durante a entrevista, investigar dimensões relativas a comunicação, regras, papéis, liderança, conflitos, etc., por meio de tarefas verbais e não verbais. Trata-se de um método clínico que busca realizar um diagnóstico interacional da família. A EFE começou a ser desenvolvida na década de 1970 e obteve, em 2005, a aprovação do Conselho Federal de Psicologia para o seu uso clínico. Suas propriedades psicométricas vêm sendo investigadas nos últimos anos e apresentam escores satisfatórios (Féres--Carneiro, 1997, 2005).

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Autora: Terezinha Féres-Carneiro.
O que avalia: interação familiar.
Onde foi desenvolvido: Brasil.
Definição de família: os membros da família que estiverem presentes durante a sessão.
Público-alvo: sem restrição etária.
Principais publicações: Féres-Carneiro (1997, 2005).

Inventário de Estilos Parentais (IEP)

Trata-se de um inventário aprovado pelo Conselho Federal de Psicologia que investiga sete práticas educativas. As duas primeiras práticas são consideradas positivas, enquanto as outras cinco são negativas. A primeira é a monitoria positiva, que se refere ao conhecimento sobre onde se encontram os filhos e suas preferências. A segunda é o comportamento moral, que aborda o ensino de valores como honestidade e empatia aos filhos. Entre as práticas negativas, situam-se a punição inconsistente, que investiga o grau em que os pais educam os filhos de maneira inconsistente; a negligência, que se refere à ausência dos pais na educação dos filhos; a disciplina relaxada, ilustrada pelo estabelecimento de regras que não são respeitadas pelos próprios pais; a monitoria negativa, que ocorre quando os pais fiscalizam em demasia e, finalmente, o abuso físico, que consiste no uso de castigos físicos para controlar o comportamento dos filhos. O IEP contém 42 questões, sendo que as respostas são dadas por meio de uma escala de Likert de três pontos em três versões: do filho em relação à mãe, do filho em relação ao pai e dos pais em relação ao filho.

Autora: Paula Gomide
O que avalia: práticas educativas.
Onde foi desenvolvido: Brasil.
Definição de família: as respostas são dadas pelos filhos adolescentes em relação aos pais e pelos pais em relação ao filho.
Principais publicações: Gomide (2006) e Sampaio e Gomide (2007).

Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF)

É uma escala aprovada pelo Conselho Federal de Psicologia que investiga três características do suporte familiar. A primeira é denominada afetivo-consistente e avalia a expressão de afetividade entre os membros familiares, incluindo proximidade, clareza nas regras intrafamiliares, consistência de comportamentos e verbalizações e habilidades na resolução de problemas. O segundo conceito avaliado é denominado adaptação familiar, composto por itens referentes a sentimentos e comportamentos negativos em relação à família. O terceiro aspecto é chamado de autonomia e investiga relações de confiança, liberdade e privacidade entre os membros. Os entrevistados respondem às perguntas sobre a família por meio de uma escala Likert de três pontos. O IPSF apresenta propriedades psicométricas de validade e fidedignidade adequadas.

Autor: Makilim Baptista.
O que avalia: percepção do suporte familiar.
Onde foi desenvolvido: Brasil.
Definição de família: as respostas são dadas de acordo com a concepção de família do entrevistando e os escores obtidos refletem a família como um todo.
Público-alvo: adolescentes e adultos.
Principais publicações: Baptista (2009) e Baptista e colaboradores (2009).

Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais (RE-HSE-P)

Refere-se ao conjunto de habilidades sociais dos pais utilizado na prática educativa dos filhos e engloba comportamentos como comunicação, expressão dos sentimentos e estabelecimento de limites. O roteiro visa a identificar as habilidades de familiares de crianças na pré-escola, sendo composto por categorias de comportamentos. As perguntas são realizadas de modo que a sua frequência seja analisada

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

por uma escala Likert de três pontos. Essas categorias incluem temas como manter conversação, expressar sentimentos, demonstrar carinho, etc. As propriedades psicométricas desse instrumento são adequadas e demonstram boa discriminação entre grupos (Bolsoni-Silva e Loureiro, 2010).

Autores: Alessandra Bolsoni-Silva, Sonia Loureiro e Edna Marturano.
O que avalia: habilidades sociais educativas parentais.
Onde foi desenvolvido: Brasil.
Definição de família: percepção dos pais sobre as suas habilidades sociais e educativas em relação ao filho.
Público-alvo: pais.
Principal publicação: Bolsoni-Silva e Loureiro (2010).

INSTRUMENTOS NÃO AVALIADOS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Os instrumentos descritos a seguir podem ser utilizados em pesquisa, mas não na elaboração de avaliações clínicas pelos psicólogos.

Familiograma (FG)

Avalia a percepção da afetividade e do conflito familiar nas díades familiares (por exemplo, pai-mãe, filho-pai, filho-mãe, etc.). A afetividade é definida como um conjunto de emoções positivas existentes no relacionamento interpessoal, enquanto o conflito é caracterizado como uma gama de sentimentos negativos que podem ser uma fonte geradora tanto de estresse quanto de agressividade no sistema familiar. As díades são selecionadas de acordo com o desejo do investigador, podendo seguir uma lista pré-definida ou acompanhar a descrição de família dada pelo entrevistando. Para cada uma delas, o entrevistado deverá informar, por meio de uma lista de adjetivos (alegre, agradável, nervoso, estressante, etc.), e de uma escala Likert que varia de um a cinco, como é cada relacionamento. O FG pode ser aplicado em crianças, adolescentes e adultos, permitindo a classificação das famílias em quatro diferentes categorias de acordo com a intensidade da afetividade e do conflito familiar (Quadro 14.1). As famílias pertencentes ao tipo I são aquelas descritas como tendo alta afetividade e baixo conflito. As famílias do tipo II apresentam alta afetividade e alto conflito. Já as famílias classificadas como tipo III apresentam baixa afetividade e baixo conflito, enquanto as do tipo IV têm baixa afetividade e alto conflito. Esse instrumento contém propriedades de validade e fidedignidade adequadas (Teodoro, 2006).

Autor: Maycoln Teodoro.
O que avalia: relações familiares de afetividade e conflito em díades.
Onde foi desenvolvido: Brasil.
Definição de família: fornecida pelo entrevistando ou definida previamente pelo entrevistador. Os escores obtidos referem-se a cada díade familiar e, se somados, a toda a família.
Público-alvo: crianças (a partir de 8 anos), adolescentes e adultos.
Principais publicações: Teodoro (2006) e Teodoro, Cardoso e Freitas (2010).

Inventário do Clima Família (ICF)

Investiga as dimensões teóricas de coesão, apoio, hierarquia e conflito familiar em adolescentes e adultos. Contém 22 itens que devem ser pontuados em uma escala Likert de cinco pontos (desde não concordo até concordo plenamente). O constructo conflito avalia a relação agressiva, crítica e conflituosa entre os membros da família (p. ex., "Os conflitos são comuns"; "As pessoas criticam umas às outras com frequência"). O fator hierarquia está relacionado a uma clara diferenciação de poder no âmbito da família, na qual as pessoas mais velhas têm mais influência sobre as decisões familiares. Representa o nível de poder e controle no sistema familiar (p. ex., "É comum que algumas pessoas proíbam outras de fazer algo sem explicar o porquê"; "Uns mandam, enquanto outros obedecem"). A di-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Quadro 14.1

Classificação de tipos de família de acordo com os constructos afetividade e conflito do familiograma

Tipo I	Tipo II
Alta afetividade Baixo conflito	Alta afetividade Alto conflito
Tipo III	**Tipo IV**
Baixa afetividade Baixo conflito	Baixa afetividade Alto conflito

mensão apoio contém itens que descrevem o suporte material e emocional dos membros, avaliando a existência de suporte emocional e material dado e recebido na família (p. ex., "Procuramos ajudar as pessoas da nossa família quando percebemos que estão com problemas"; "Quando alguém está doente, os outros cuidam dele"). Finalmente, a coesão familiar foi definida como o vínculo emocional entre os membros da família. (por exemplo, "As pessoas sentem-se felizes quando toda a família está reunida"; "As pessoas gostam de passear e estar juntas"). Os resultados psicométricos do ICF apontam para uma estrutura fatorial compatível com o modelo de quatro fatores e *alphas* de Cronbach superiores a 0,80.

Autor: Maycoln Teodoro.
O que avalia: clima familiar (coesão, apoio, hierarquia e conflito familiar).
Onde foi desenvolvido: Brasil.
Definição de família: as respostas são dadas de acordo com a concepção de família do entrevistando, e os escores obtidos refletem a família como um todo.
Público-alvo: adolescentes e adultos.
Principal publicação: Teodoro, Land e Allgayer (2009).

Parental Bonding Instrument (PBI)

Investiga, a partir da percepção de adolescentes e adultos, o vínculo estabelecido com os pais durante a infância e a adolescência. O questionário é constituído por 25 itens que compõem as escalas e avaliam aspectos como cuidado e superproteção/controle. O participante deve eleger a alternativa que melhor descreve sua relação com cada um dos pais separadamente através da escala Likert, que varia de zero a três pontos. Altos escores na escala de cuidado representam percepções de carinho e proximidade, ao passo que, na escala de superproteção/controle, representam percepções de proteção excessiva, vigilância e infantilização. A partir dessas duas escalas, é possível obter quatro classificações de vínculos entre pais e filhos. A primeira (cuidado ótimo) contempla os pais que obtêm alta pontuação em cuidado e baixa em superproteção/controle. O segundo grupo (controle afetivo) engloba pais com alta pontuação em cuidado e em superproteção/controle. O terceiro (controle sem afeto) abrange pais com baixa pontuação em cuidado e alta em superproteção/controle e o último (negligente) engloba os pais com baixa pontuação em cuidado e em superproteção/controle. O PBI foi adaptado para o português por Hauck e colaboradores (2006) e teve suas propriedades psicométricas avaliadas por Teodoro e colaboradores (2010).

Autores: G. Parker, H. Tupling e L.B. Brown.
O que avalia: vínculo estabelecido com os pais durante a infância e a adolescência (cuidado e superproteção).
Onde foi desenvolvido: Estados Unidos.
Definição de família: as respostas são dadas para as relações do entrevistando com a mãe e o pai separadamente.
Principais publicações: Parker, Tupling e Brown (1979), Hauck et al. (2006).

Escalas para Avaliação dos Estilos Parentais

Analisam a exigência e a responsividade percebidas pelos adolescentes em relação aos seus pais. A exigência está relacionada às atitudes dos pais em estabelecer limites e regras em re-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

lação aos filhos, incluindo supervisão e cobrança das mesmas, enquanto a responsividade diz respeito à capacidade dos pais em atender às necessidades dos filhos, incluindo apoio emocional e desenvolvimento da autonomia e da autoafirmação. O instrumento é respondido pelo filho adolescente em relação aos pais, sendo composto por 24 itens e uma escala Likert de cinco pontos. A combinação dos escores das escalas permite a identificação do estilo parental: altos níveis de exigência e responsividade resultam no estilo autoritativo; alto nível de exigência combinado com baixa responsividade resulta no estilo autoritário; alto nível de responsividade e baixo nível de exigência caracterizam o indulgente e baixos níveis de exigência e responsividade caracterizam o negligente. As propriedades psicométricas das escalas foram investigadas e apresentam índices de validade e fidedignidade adequados (Teixeira, Bardagi e Gomes, 2004).

Autores: Marco Teixeira, Marúcia Bardagi e William Gomes.
O que avalia: estilos parentais (exigência e responsividade).
Onde foi desenvolvido: Brasil.
Definição de família: as respostas são dadas pelos filhos adolescentes em relação aos pais.
Principal publicação: Teixeira, Bardagi e Gomes (2004).

Teste do Sistema Familiar (FAST)

Avalia coesão e hierarquia por meio da representação de seus membros familiares. É constituído por um tabuleiro monocromático dividido em 81 quadrados (5 cm x 5 cm) e peças confeccionadas em madeira representando figuras masculinas e femininas (8 cm) e blocos cilíndricos com três diferentes alturas (1,5 cm; 3 cm; 4,5 cm). A partir da descrição da família pelo entrevistando, solicita-se que ele disponha todos os membros no tabuleiro de acordo com duas regras:

1. os membros que têm mais intimidade devem ficar mais próximos e
2. os membros que têm mais poder devem ficar mais altos.

A coesão é medida por meio da distância das peças, calculada pelo teorema de Pitágoras. Para avaliar a hierarquia, conta-se o número de blocos de cada membro. A coesão e a hierarquia podem ser divididas em baixa, média e alta; a partir daí, as famílias e os subsistemas podem ser classificados em balanceados (hierarquia média combinada com coesão média ou alta), não balanceados (hierarquia alta ou baixa combinada com coesão alta ou baixa) e instáveis (hierarquia média com coesão baixa ou hierarquia baixa ou alta combinada com coesão média). As famílias podem ser representadas em três situações: típica (como a família é no dia a dia), ideal (como o entrevistando gostaria que a família fosse) e conflituosa (a família é vista como uma situação de conflito).

Autor: Thomas Gehring.
O que avalia: coesão e hierarquia familiar.
Onde foi desenvolvido: Suíça.
Definição de família: é dada pela concepção do entrevistando. Os escores obtidos refletem a família como um todo e os seus subsistemas.
Público-alvo: crianças (a partir de 7 anos), adolescentes e adultos.
Principal publicação: Gehring (1998) e De Antoni, Teodoro e Koller (2009).

Teste de Identificação Familiar (FIT)

Pode ser aplicado a pessoas alfabetizadas e consiste em 12 adjetivos (calmo, independente, etc.) que descrevem características de personalidade. O objetivo do instrumento é investigar, de modo indireto, a autocongruência (eu sou do jeito que gostaria de ser) e os padrões de identificação real (eu me acho parecido com...) e ideal (eu gostaria de ser parecido com...). Para isso, solicita-se ao entrevistando que diga quais são os membros de sua família e, a partir daí, solicita-se que descreva cada um deles com os adjetivos e com uma escala Likert que varia de um a cinco

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

(não concorda a concorda totalmente). Além disso, deve descrever a si mesmo (*self* real) e como gostaria de ser (*self* ideal). Todos os escores são associados por meio da correlação de Pearson para se chegar aos valores de autocongruência (*self* real e ideal: "Eu sou como gostaria de ser"), identificação real com a mãe (*self* real e descrição da mãe: "Eu sou como a minha mãe"), identificação ideal com a mãe (*self* ideal e descrição da mãe: "Eu gostaria de ser como a minha mãe"), etc. O instrumento foi traduzido para o português e demonstra boa discriminação entre amostras clínicas e não clínicas (Käppler, 1998; Teodoro, 2009).

Autor: Helmut Remschmidt e Fritz Mattejat.
O que avalia: autocongruência e identificação familiar real e ideal.
Onde foi desenvolvido: Alemanha.
Definição de família: os membros avaliados são escolhidos antecipadamente pelo entrevistador ou pelo entrevistado.
Público-alvo: crianças (a partir de 7 anos), adolescentes e adultos.
Principais publicações: Remschmidt e Mattejat (1999) e Teodoro et al. (2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS E DIREÇÕES FUTURAS

O objetivo deste capítulo foi oferecer ao leitor um guia para escolher instrumentos psicológicos que avaliem a família e as relações familiares. Entretanto, deve-se salientar que nenhuma investigação clínica pode prescindir de entrevistas com os pacientes, de modo que os dados sejam complementados. A avaliação psicológica da família vem desenvolvendo-se nos últimos anos no Brasil e, consequentemente, o número de instrumentos tem aumentado continuamente. Por esse motivo, os estudantes e clínicos devem consultar o SATEPSI regularmente e observar as suas mudanças.

A seleção e o uso adequado dos instrumentos psicológicos dependem de um treinamento adequado do profissional da psicologia, que só deverá fazê-lo após conhecer muito bem a teoria e o material de cada teste ou escala. Por isso, o psicólogo deverá ler cuidadosamente o manual de cada instrumento antes de sua aplicação, já que seguir todas as recomendações de uma boa aplicação de teste e as orientações contidas no manual garante a qualidade dos resultados obtidos.

Questões para discussão

1. Analise a relevância da utilização de instrumentos psicológicos na avaliação familiar.
2. Quais considerações o clínico deve fazer antes da escolha de um instrumento psicológico para avaliação da família?
3. Discuta a importância da definição de família para a sua avaliação clínica.
4. Quais são as vantagens e desvantagens na utilização do conceito de família nuclear para a avaliação familiar?

REFERÊNCIAS

Antoni, C., Teodoro, M. L. M., & Koller, S. H. (2009). Coesão e hierarquia em famílias fisicamente abusivas. *Universitas Psychologica, 8*, 399-412.

Baptista, M. N. (2009). Evidência de validade entre o inventário de percepção de suporte familiar (IPSF) e o familiograma (FG). *Psicologia: Reflexão e Crítica, 22*, 466-473.

Baptista, M. N. (2009). *Inventário de percepção de suporte familiar (IPSF)*. São Paulo: Vetor.

Bolsoni-Silva, A. T., & Loureiro, S. R. (2010). Validação do roteiro de entrevista de habilidades sociais educativas parentais (RE-HSE-P). *Avaliação Psicológica, 9*, 63-75.

Conselho Federal de Psicologia. *Resolução CFP nº 002/2003*. Acessado em 1 ago, 2011, em http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/ legislacao-Documentos/resolucao2003_02.pdf.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Dell'aglio, D. D., & Siqueira, A. C. (2011). Avaliação da rede de apoio familiar: A utilização do Mapa dos Cinco Campos. In M. Baptista, & M. L. M. Teodoro (Eds.), *Psicologia da família: Teoria, avaliação e intervenções*. Porto Alegre: Artmed.

Féres-Carneiro, T. (1997). Entrevista familiar estruturada: Um método de avaliação das relações familiares. *Temas em Psicologia, 3*, 63-94.

Féres-Carneiro, T. (2005). *Entrevista familiar estruturada: Um método clínico de avaliação das relações familiares*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Gehring, T. (1998). *Family System Test: FAST, Manual*. Göttingen: Hogrefe & Huber.

Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de estilos parentais: Modelo teórico: Manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis: Vozes.

Hauck, S. (2006). Adaptação transcultural para o português brasileiro do Parental Bonding Instrument (PBI). *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, 28*, 162-168.

Käppler, K. C. (1998). Padrões de identificação em famílias: Um estudo comparativo entre crianças com e sem problemas psicológicos. *Cadernos de Psicologia, 8,* 241-252.

Parker, G., Tupling, H., & Brown, L. B. (1979). A parental bonding instrument. *British Journal of Medical Psychology, 52*, 1-10.

Remschmidt, H., & Mattejat, F. (1999). *Der Familien--Identifikations-Test (FIT): Manual*. Göttingen: Hogrefe.

Sampaio, I. T. A., & Gomide, P. I. C. (2006). Inventário de estilos parentais (IEP): Percurso de padronização e normatização. *Psicologia Argumento, 25*, 15-26.

Silva, S. S. C., & Pontes, F. A. R., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Amaral, K. C., & Santos, T. M. Família ribeirinha: Um estudo de suas relações. In M. Baptista, & M. L. M. Teodoro (Eds.), *Psicologia da família: Teoria, avaliação e intervenções*. Porto Alegre: Artmed.

Teixeira, M. A. P., Bardagi, M. P., & Gomes, W. B. (2004). Refinamento de um instrumento para avaliar responsividade e exigência parental percebidas na adolescência. *Avaliação Psicológica, 3*, 1-12.

Teodoro, M. L. M. (2005). The Matson Evaluation of Social Skills with Youngsters (MESSY) and its adaptation for Brazilian children and adolescents. *Interamerican Journal of Psychology, 39*, 239-246.

Teodoro, M. L. M. (2006). Afetividade e conflito em díades familiares: Avaliação com o familiograma. *Interamerican Journal of Psychology, 40*, 395-390.

Teodoro, M. L. M. (2009). Família, bem-estar e qualidade de vida de crianças e adolescente. In: V. G. Haase, F. O. Ferreira, & F. J. Penna. (Orgs.), *Aspectos biopsicossociais da saúde na infância e adolescência* (pp. 111-122). Belo Horizonte: Coopmed.

Teodoro, M. L. M. (2010). Propriedades psicométricas do Parental Bonding Instrument e associação com funcionamento familiar. *Avaliação Psicológica, 9*, 243-251.

Teodoro, M. L. M., Allgayer, M., & Land, B. R. (2009). Desenvolvimento e validade fatorial do Inventário do Clima Familiar (ICF) para adolescentes. *Psicologia: Teoria e Prática, 11*, 27-39.

Teodoro, M. L. M., Cardoso, B. M., & Freitas, A. C. H. (2010). Afetividade e conflito familiar e sua relação com a depressão em crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 23*, 324-333.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

15

Entrevista familiar: técnicas de escuta e investigação

Terezinha Féres-Carneiro
Orestes Diniz Neto

INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o desenvolvimento de técnicas de entrevista e avaliação familiar, apontando não só os desdobramentos epistêmicos, metodológicos e teóricos, mas também seus impactos sobre o estudo, a investigação e a abordagem clínica da família. A entrevista psicológica é a técnica mais antiga e a mais valiosa no contexto de investigação, avaliação e intervenção clínica. Em sentido mais amplo, toda situação de diálogo, com o objetivo de permitir um maior conhecimento psicológico do outro ou de determinada situação psicológica, é uma entrevista psicológica, diferenciando-se de outros usos e técnicas de entrevista. No entanto, sendo a psicologia uma ciência de um saber em dispersão (Figueiredo, 2004), também ocorrem diferentes maneiras de compreender, conceituar e atuar em uma entrevista clínica, diagnóstica ou de avaliação psicológica. Além disso, as técnicas de avaliação podem ser conceituadas como situações de entrevista estruturada (Féres-Carneiro, 1996). Cabe ressaltar que toda técnica de entrevista diagnóstica ou avaliativa é também uma intervenção, assim como toda intervenção valida ou refuta uma hipótese clínica, correlacionando os aspectos de entrevista, avaliação e intervenção.

A entrevista psicológica é a técnica mais antiga e a mais valiosa no contexto de investigação, avaliação e intervenção clínica.

A entrevista clínica é o ato mais complexo da práxis psicológica, no qual praticamente toda a atividade clínica ocorre. O ato clínico psicológico é, portanto, de enorme complexidade, pois é o resultado da ação em diversos contextos teóricos psicológicos, sociais, éticos, estéticos, políticos e filosóficos, entre outros, que perpassam e agenciam, consciente ou inconscientemente, o clínico e seus clientes em cada momento da entrevista. A compreensão da dimensão psicológica da clínica de família é, nesse sentido, o resultado de um complexo processo de desenvolvimento epistêmico, metodológico e de explicitação teórica no qual as técnicas foram e são construídas. O campo de aplicação de técnicas de entrevista e avaliação familiar tem-se tornado mais amplo, envolvendo desde áreas clássicas, como terapia e aconselhamento de família, até áreas

A entrevista clínica é o ato mais complexo da práxis psicológica, no qual praticamente toda a atividade clínica ocorre. O ato clínico psicológico é, portanto, de enorme complexidade, pois é o resultado da ação em diversos contextos teóricos psicológicos, sociais, éticos, estéticos, políticos e filosóficos.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

mais amplas, como psicologia jurídica, escolar, empresarial, militar, hospitalar e saúde da família, entre outras (Sholevar e Schwoeri, 2007; Gottman, Gottman e Atkins, 2011).

Certamente foi a abordagem psicodinâmica que primeiro aplicou e desenvolveu o olhar clínico psicológico em uma situação de entrevista. Autores como, Freud (1968), Jung (1972) e Adler (1961), cada qual seguindo pressupostos e orientações teóricas diferentes, apontaram para a importância do ambiente e do relacionamento familiar para a constituição psicológica do individuo. Freud, provavelmente o mais influente teórico clínico, já assinalava em 1905 que devemos prestar atenção às condições humanas e sociais dos enfermos tanto quanto aos dados psicopatológicos e somáticos, ressaltando que o interesse do psicanalista deve dirigir-se, sobretudo, para as relações familiares dos pacientes. De fato, Freud (1968) faz referência à importância da família em vários momentos de sua obra. Refere-se, por exemplo, às influências externas e familiares do paciente que poderiam explicar muitos dos casos de fracasso terapêutico. Notava que, quando a neurose relacionava-se a conflitos entre os membros de uma família, muitas vezes os membros saudáveis preferiam não prejudicar os próprios interesses a colaborar com a recuperação dos membros enfermos. Porém, apesar de suas observações clínicas argutas sobre a influência familiar na produção de quadros clínicos, Freud nunca desenvolveu uma teoria ou técnicas de tratamento familiar que abordassem seus esforços no tratamento individual.

Outras áreas do conhecimento, como a antropologia, desde o final do século XIX também ressaltavam a importância da família em suas múltiplas configurações, como núcleo estruturador da sociedade, foco de transmissão da cultura e fundamento para o processo de humanização. Os estudos antropológicos interculturais revelaram a impossibilidade de existir qualquer organização social carente da estrutura familiar. Portanto, a unidade familiar e conjugal é conceituada como o primeiro nível lógico de análise da relação entre a construção do sujeito e o meio sociocultural. Assim, métodos de avaliação e entrevista familiar foram desenvolvidos à medida que diversas teorias sobre a família surgiram em diferentes paradigmas psicológicos, embora todos se fundamentem na hipótese da influência dos grupos sociais na construção do sujeito e no agenciamento de seu comportamento. Contudo, dada a suposição intrínseca que dominou o olhar da psicologia desde o seu surgimento até quase metade do século XX, de que a situação clínica seria o encontro individual por excelência, a maior parte das técnicas foi desenvolvida para a entrevista individual.

Mesmo em situações que envolviam questões eminentemente interpessoais, como no aconselhamento matrimonial ou familiar, ainda assim prevalecia o encontro individual como estratégia clínica e investigativa (Gottman e Notarius, 2002), apesar de alguns pioneiros, como Akerman (1938), defenderem a possibilidade e a utilidade de abordar a família como totalidade de um modo produtivo. Apenas com o desenvolvimento de novas abordagens psicológicas que desafiaram a visão reducionista ao individual é que foi possível utilizar o estudo e o uso amplo de técnicas de entrevista e avaliação familiar na clínica psicológica.

ESBOÇO HISTÓRICO

O desenvolvimento de técnicas de entrevista e avaliação familiar foi influenciado por aspectos epistemológicos, metodológicos e paradigmáticos, tornando a história do desenvolvimento das ideias mais complexa e entrelaçada. É possível observar, no entanto, etapas de desenvolvimento marcadas pelo surgimento de novas metodologias, abordagens e técnicas que se sobrepu-

É possível observar, no entanto, etapas de desenvolvimento marcadas pelo surgimento de novas metodologias, abordagens e técnicas que se sobrepunham, mesclando-se ou coexistindo com outras abordagens, inaugurando novos modos de atuar na investigação psicológica e prática clínica.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

nham, mesclando-se ou coexistindo com outras abordagens, inaugurando novos modos de atuar na investigação psicológica e prática clínica (Féres-Carneiro e Diniz-Neto, 2008). Resumidamente:

- A primeira etapa começa, no final do século XIX e início do século XX, com os primeiros estudos sobre família, nos quais teorias gerais pouco sistemáticas, de orientação religiosa ou sociológica, orientavam a abordagem teórica e técnica. O método de entrevista era empírico e pretendia descrever relações gerais. A entrevista individual era predominante. Aspectos de disfunção na família eram atribuídos à atuação disfuncional individual de cunho moral.
- A segunda etapa é marcada pelo uso de conceitos e ideias da abordagem psicanalítica, mas apenas em entrevistas individuais. Surgem estudos com testes psicológicos de personalidade e família, mas os constructos são inteiramente centrados no sujeito visto como predominantemente monádico. A psicopatologia é individual, derivada de aspectos intrapsíquicos, contextualizada na família e produtora de disfunções familiares. A fantasia inconsciente tem prevalência sobre as relações familiares.
- A terceira etapa ocorre no final da década de 1930, quando pioneiros começam relutantemente a realizar entrevistas conjuntas com membros da família, porém orientados por conceitos aplicáveis à psicologia individual. A técnica de entrevista individual é usada concomitantemente com dois ou mais membros da família. A psicopatologia individual combina-se para criar um quadro disfuncional, chamado de *Folie à deux*. Os aspectos intrapsíquicos são prevalentes na etiologia.
- A quarta etapa, nas décadas de 1940 e 1950, assiste ao desenvolvimento de conceitos referentes à família ou ao casal como um todo, com características específicas e irredutíveis à psicologia individual. Na psicanálise, as aplicações da teoria de relações de objetos à família e casais orientam novas teorias e técnicas. Surgem os primeiros estudos sobre família e esquizofrenia. A família torna-se objeto de estudo, assim como a psicopatologia ou a disfunção é vista como sintoma do aparelho psíquico familiar ou do sistema comunicacional familiar.
- A quinta etapa, nas décadas de 1950 e 1960, adota a abordagem sistêmica à família, influenciada pela primeira cibernética, que desloca o interesse do intrapsíquico para o comunicacional, do individual para o sistema familiar. Escolas de pensamento sistêmico, como transgeracional, estrutural, solução de problemas e estratégica, são exemplos clássicos desse período criativo em termos de técnicas de entrevista e avaliação. Surgem as técnicas de entrevista com equipe de observação e também atendimentos em terapia conjunta. Os processos homeostáticos são centrais para as formulações teóricas do diagnóstico e da intervenção. Nesse caso, a disfunção é observada como funcional e homeostática no contexto mais amplo da família.
- A sexta etapa, no fim da década de 1960 e início da década de 1970, inclui outras abordagens, como o behaviorismo e o humanismo, que desenvolvem teorias e propostas para o tratamento de famílias, tornando complexo o campo com uma diversificação de escolas. Métodos de entrevista e abordagem da família são propostos, inspirados em técnicas de avaliação e entrevista individual dessas escolas de pensamento psicológico. O campo de estudo da psicologia da família afirma-se como campo de pesquisa psicossocial básica independente, embora relacionada com a terapia de família. Outras teorias psicopatológicas emergem, derivadas das teorias psicopatológicas de outras escolas. Padrões recíprocos de condicionamento são estudados como base do pensamento disfuncional, assim como processos cognitivos.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

- A sétima etapa, no final da década de 1970 e início da década de 1980, presencia o surgimento da segunda cibernética, que desloca o foco do objeto-sistema para o sujeito-sistema, revelando a complexidade da construção do objeto em seu entrelaçamento com o olhar do clínico e as técnicas de estudo. A escola de Milão é paradigmática desse período, com a proposta de modelo de entrevista com grupo de supervisão que atua durante o atendimento. O foco desloca-se dos processos homeostáticos para os processos de auto-organização. A disfunção é compreendida como parte do funcionamento familiar auto-organizado.
- A oitava etapa, na década de 1980, é marcada pelas críticas feministas, pós-modernas e multiculturais, que revelam os limites das escolas de terapia de família, apontando suas técnicas como agentes repetidores de processos de construção social, marcadas pelo domínio ideológico sobre a mulher, a cultura e a raça. São propostos novos procedimentos e modificação nas técnicas de entrevistas, e os padrões de avaliação são questionados, revelando vieses ideológicos. As escolas construtivistas e construcionistas sociais propõem técnicas de entrevista que desafiam as distinções clássicas entre entrevistador e entrevistado, causando rupturas nas fronteiras e integrando o sistema terapêutico por meio do diálogo. A disfunção familiar é relacionada a processos de gerenciamento de domínio de classe, raça, gênero e cultural.
- A nona etapa, no final década de 1980 e início da de 1990, abrange os estudos sobre eficácia terapêutica que revelam padrões consistentes de resultados positivos para diversas escolas de terapia de família. Surgem modelos articulados e integrados, renovando-se o diálogo com outras formas de conhecimento, como filosofia, psicopatologia, psiquiatria, neurociência, sexologia e terapia breve. Modelo s sistêmicos matemáticos não lineares são desenvolvidos e aplicados ao estudo de famílias e casais, resultando em modelos preditivos de dissolução e manutenção conjugal que, quando utilizados com técnicas de entrevista e avaliação apropriadas, podem chegar a mais de 98% de acerto (Gottman, 1998). A disfuncionalidade familiar é abordada como fenômeno complexo que ultrapassa a possibilidade de redução a teorias simples.
- A décima etapa, que vai da década de 1990 à década de 2000, tem sido caracterizada por uma diversidade de olhares e diálogos sobre a atuação da psicologia da família. Além disso, tem-se expandido a atuação da terapia de família a outros contextos, como psicologia hospitalar, saúde da família e psicologia do trabalho, entre outros.

REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS SOBRE A DIVERSIDADE

A entrevista familiar, assim como a entrevista individual, é uma atividade complexa que assume uma diversidade de funções nas quais são empregadas diferentes técnicas.

Como compreender então a diversidade de olhares sobre a ciência e a técnica da entrevista familiar? A entrevista familiar, assim como a entrevista individual, é uma atividade complexa que assume uma diversidade de funções nas quais são empregadas diferentes técnicas. De fato, todos os aspectos do enquadre dos participantes no diálogo filosófico, teórico, metodológico, ético, estético e antropológico refletem-se no encontro da entrevista psicológica familiar. DeBruyne, Hurmam e Deschoutheete (1977) propõem um modelo quadripolar dinâmico para a metodologia em ciências sociais que pode ser transposto para a complexidade do campo da entrevista clínica e da avaliação familiar e suas técnicas (Diniz-Neto, 2005). Nesse modelo, cada polo relaciona-se com os demais em um processo dinâmico, revelador da tensão conceitual e do

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

caráter autorreferente presente em cada abordagem:

Polo teórico Polo epistemológico

Entrevista clínica familiar

Polo metodológico Polo técnico

O polo epistemológico fundamenta, orienta e valida as práticas clínicas, fornecendo enquadres relacionados a visões antropológicas, filosóficas, ontológicas, éticas e estéticas. Diversas orientações são possíveis nesse polo, tais como as abordagens fenomenológica, empírica existencialista, estruturalista, dialética e construtivista. Assim, o polo epistemológico fundamenta filosoficamente o olhar que constrói teorias. Mahoney (1998) observa que, dos 190 autores mais citados em livros clássicos de história da psicologia, 40 são filósofos.

O polo teórico sempre reflete uma base filosófica e procura descrever aspectos ligados ao objeto de estudo orientado por esse olhar. No caso de entrevistas clínicas e técnicas de avaliação familiar, as teorias organizam-se ao redor de questões como: o que é a família? Como surge ou se desenvolve? Como mantém sua estrutura, sua dinâmica e seus processos? Como se torna saudável ou disfuncional? Como abordá-la tecnicamente e nela intervir? É importante salientar que a maneira como cada uma dessas questões pode ser feita é influenciada pela visão filosófica anterior à própria pergunta. Assim, talvez a grande dificuldade de se estabelecer um diálogo enriquecedor entre as várias escolas de terapia de família deva-se principalmente à confusão nos níveis de observação, entre elementos primários e constructos teóricos. As teorias fazem referência aos constructos, muitas vezes, como se fossem dados primários, perdendo graus de objetivação e tornando difícil o consenso.

O polo metodológico refere-se ao uso de métodos de investigação orientados por procedimentos psicológicos científicos que, por sua vez, estarão fundamentados em quadros de análise que permitirão um espaço de abordagem dos objetos teóricos de sua prática. De fato, o que se avalia nunca é a família em si, mas a possibilidade e o limite de uma leitura do clínico sobre uma realidade complexa no âmbito de determinada metodologia. A existência de inúmeros métodos fornece uma ampla gama de opções para o psicólogo em sua prática. O método clínico pode seguir uma orientação fenomenológica, psicanalítica, estrutural, sistêmica ou construtivista. Essa riqueza permite a utilização de esquemas variados que devem estar em consonância teórica e epistemológica com uma prática clínica daí decorrente.

Por outro lado, os diferentes métodos implicam, por sua vez, enquadramentos técnicos diferentes, que propiciarão uma gama de interações multivariadas, o que poderia produzir resultados "anômalos" e não observados em outra abordagem. E estes poderão ser desconsiderados, ou considerados espúrios e pouco significativos, por membros de outra escola (Diniz-Neto, 1997).

Portanto, o universo da técnica de entrevista enriquece-se de diferentes fontes e, em sua utilização, podemos observar a grande produtividade do campo. As técnicas têm significado apenas quando compreendidas no enquadre de sua produção, e seus resultados devem ser avaliados em função da teoria que as sustenta. Esses vários polos não se configuram como aspectos isolados, mas em uma relação dinâmica, constituindo o todo de cada abordagem. É dessa dinâmica que emergem várias abordagens tanto de avaliação e de entrevista familiar quanto de propostas terapêuticas, com seus aspectos comuns e específicos.

CONSTRUINDO TEORIAS DA ENTREVISTA

Os primeiros estudos sobre família e casais fundamentavam-se, no início do século XX, em hipóteses que relacionavam o funcionamento familiar e conjugal à estrutura de personalidade dos membros da família (Gottman e Notarius, 2002). Esta parecia uma hipótese razoável, derivada do paradigma newtoniano-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

-cartesiano que supunha que a complexidade de um fenômeno poderia ser explicada por aspectos elementares do mesmo, ou seja, a psicologia da família não seria mais que a soma das características e combinações das personalidades de seus membros. Gottman (1998) assinala que esses estudos, baseados em técnicas de entrevistas ingênuas sobre casais e famílias, revelaram o primeiro padrão nas pesquisas sobre casais: a avaliação da personalidade dos parceiros sofria um efeito halo, considerando a relação conjugal.

Desse modo, a avaliação de cada cônjuge de traços e características da personalidade do outro cônjuge modificava-se de acordo com a qualidade da relação no momento da avaliação. Assim, traços de personalidade descritos pelo próprio indivíduo, seu cônjuge ou seus familiares eram inúteis para qualquer previsão ou compreensão sobre o funcionamento conjugal ou familiar. Apenas com o desenvolvimento de técnicas psicométricas mais aprimoradas é que se tornou possível avançar de padrões ingênuos de investigação sobre personalidade para procedimentos metodologicamente mais robustos. No entanto, tais estudos pouco contribuíram para relacionar as características do funcionamento familiar aos traços específicos de personalidade.

Com a emergência do paradigma psicanalítico como escola teoricamente dominante e bem-articulada, as pesquisas e intervenções em famílias, como o aconselhamento matrimonial, apropriaram-se de conceitos e teorias da psicanálise (Sholevar e Schwoeri, 2007). Contudo, as técnicas de entrevista e intervenção continuaram sendo primeiramente individuais. Apenas na década de 1930, de modo relutante, Oberndorf (1938) realizou as primeiras sessões conjugais conjuntas, enquanto outros pioneiros, como Akermam (1938), realizavam entrevistas familiares. Essas experiências foram realizadas com hesitação, sob severas críticas e reservas do meio psicológico, em especial da psicanálise clássica. A entrada de um membro da família no *setting* terapêutico, e em especial do cônjuge, era considerada teoricamente temerária e possivelmente danosa ao processo terapêutico. Porém, os resultados clínicos decorrentes dessas abordagens revelaram que tal modo de proceder poderia ser produtivo, abrindo novas possibilidades de investigação e teorização no meio psicanalítico (Nichols e Schawartz, 1998). Novas técnicas de investigação e intervenção foram desenvolvidas durante a década de 1950 e 1960, em especial sob a influência da escola de relações objetais.

As décadas de 1950 e 1960 assistiram ao surgimento de um novo paradigma, sob o nome de cibernética, como resposta transdisciplinar aos desafios de problemas ligados ao tratamento e processamento da informação e ao funcionamento cognitivo, gerando um grande número de ideias seminais, novas hipótese e disciplinas (Varela, Thompson e Rosch, 2003). Tal movimento está na origem das ciências cognitivas, da ciência da informação e da teoria geral dos sistemas. A teoria geral dos sistemas foi proposta por von Bertalanffy (1973) como uma abordagem geral, aplicável ao funcionamento de sistemas abertos. Suas hipóteses centrais giram em torno de padrões ou propriedades redundantes comuns a sistemas abertos, sejam eles sistemas fisiológicos, químicos, psicológicos, econômicos ou sociais. Esses sistemas exibiriam, cada qual com o seu grau de complexidade e especificidade, propriedades gerais de globalidade, retroalimentação e equifinalidade, podendo sua dinâmica ser explicada por esses princípios fundamentados em padrões de causalidade circular.

No campo das ciências psicológicas, o foco de estudo deslocou-se do indivíduo para o grupo, do fenômeno "isolado" para o sistema. Assim, novas formas de entrevista familiar e conjugal desenvolveram-se à medida que terapeutas e pesquisadores, inspirados por essa nova maneira de pensar os fenômenos psicológicos, realizavam suas pesquisas. Várias delas utilizaram métodos de entrevista familiar conjunta, observando e interagindo com a família, com vistas a descrever os padrões do funcionamento familiar em novos conceitos. Um dos trabalhos seminais mais importantes nesse campo talvez tenha sido a abordagem da comunicação com matriz da organização social, realizado por Bateson e

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

colaboradores em 1956. O foco descritivo e técnico deslocara-se do mundo intrassubjetivo para os aspectos comunicacionais, como contexto que permitia a emergência de significado, e para os processos sistêmicos dos quais o indivíduo participava. Nessa perspectiva, o comportamento que parecia sem sentido ou patológico tomava outro significado quando compreendido como parte de um processo sistêmico-comunicacional familiar.

Bateson e colaboradores (1956) descreveram um complexo processo de trocas comunicacionais envolvendo famílias com membros esquizofrênicos. Esse padrão de comunicação era caracterizado por uma forte relação vital, uma injunção comunicacional paradoxal e uma forte injunção para responder em um contexto que tornava impossível fugir da relação ou metacomunicar. Tal padrão era marcado pela repetição, sendo possível apenas uma resposta paradoxal nesse contexto. Os autores nomearam esse padrão de duplo-vínculo (*double-bind*). A esquizofrenia seria, assim, a única resposta possível a um contexto comunicacional disfuncional.

Esse padrão de comunicação era caracterizado por uma forte relação vital, uma injunção comunicacional paradoxal e uma forte injunção para responder em um contexto que tornava impossível fugir da relação ou metacomunicar.

Esse trabalho inspirou diversos outros, como o realizado por Wynne e colaboradores (1958), os quais descreveram, ao estudar 58 famílias com membros esquizofrênicos isoladas no hospital luterano de La Cruz, aspectos ligados ao funcionamento da comunicação familiar. Essas famílias pareciam funcionar em padrões de pseudomutualidade, um estado denominado de aparente cooperação, que escondia tentativas de controle recíproco, ou pseudo-hostilidade, na qual um estado aparente de confronto ocultava uma relação próxima e entrelaçada. No mesmo ano, Lidz, Terry e Fleck (1958), ao estudar famílias de membros esquizofrênicos, descreveram padrões de cisma ou divórcio emocional aparente, compensado por processos de controle recíproco por meio de uma triangulação (obliquidade) de outros membros da família. Laing e Esterson (1964), utilizando-se de um referencial teórico existencial, observaram padrões de relacionamento familiar em que os padrões comunicacionais expressavam a impossibilidade de o membro doente da família afirmar-se existencialmente, criando um processo que nomearam de mistificação.

Constructos como pseudomutualidade, pseudo-hostilidade (Wynne et al., 1958), cisma e obliquidade (Lidz, Terry e Fleck, 1958) ou mistificação (Laing e Esterson, 1964) e duplo-vínculo (Bateson et al., 1956) só poderiam ser descritos se observássemos o funcionamento familiar em um nível sistêmico. Assim, observações da interação da família em entrevista clínica levaram ao desenvolvimento de novas técnicas de avaliação familiar, terapia familiar e novos usos de entrevistas.

Constructos como pseudomutualidade, pseudo-hostilidade, cisma e obliquidade ou mistificação e duplo-vínculo só poderiam ser descritos se observássemos o funcionamento familiar em um nível sistêmico.

Desse modo, a terapia de família surgiu orientando-se inicialmente por dois paradigmas: a abordagem psicanalítica e a abordagem sistêmica. Durante as décadas de 1960 e 1970, surgiram diversas escolas com diferentes pressupostos, teorias e técnicas. Autores comportamentais cognitivistas e humanistas compreendem a importância da abordagem familiar, propondo modelos e técnicas terapêuticas inspiradas em suas abordagens.

Do ponto de vista técnico de entrevista, tanto autores sistêmicos quanto psicanalistas ou de outras abordagens de família passaram a realizar entrevistas conjuntas em esquemas variados, ora atendendo à família como um todo, ora incluindo apenas membros da família, ora atendendo a grupos de família ou várias gerações da família em uma mesma sessão. A técnica de entrevista refletia o modelo teórico, sendo possível a presença de um terapeuta, de um par de terapeutas ou do atendimento com uma equipe de supervisão. A diversidade de técnicas utilizadas expande-se exponencialmente: são introduzidas técnicas dramáticas de confrontação, comunicacionais

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

e narrativas entre muitas com especial ênfase nos aspectos verbais e não verbais. O quadro de análise e interpretação revela a complexidade das teorizações de cada escola de terapia e investigação, que focavam o sistema familiar como um sistema estrutural, ou de comunicação cibernética, ou de comunicação emocional, ou de transmissão transgeracional. Todas as abordagens nesse período são marcadas, contudo, pelo viés da primeira cibernética.

Na década de 1970, surge a escola de Milão, que, ao criticar a identificação das escolas sistêmicas de terapia de família com a perspectiva da primeira cibernética, propõe uma releitura da obra de Gregory Bateson, redescobrindo e aplicando a visão ecossistêmica desse autor (Féres-Carneiro, 1996). As escolas sistêmicas adotaram uma visão da comunicação ou interação como evento objetivo a ser descrito, e não como uma construção da qual participa a própria equipe terapêutica. O desenvolvimento da técnica de entrevista da escola de Milão pode ser visto como uma mudança de paradigma. Inicialmente, a equipe dessa escola adotava as técnicas de entrevista da escola de solução de problemas do Mental Research Institute, na qual a família era atendida por um terapeuta em uma sessão que era observada por uma equipe (Watzlawick, Beavin, e Jackson, 1981). Esta auxiliava na elaboração de uma descrição diagnóstica do modo pelo qual a família interagia, mantendo seu problema como processo homeostático, e propunha intervenções a serem utilizadas na próxima sessão. Essa técnica foi modificada, sendo introduzido um casal de terapeutas na sessão, com o objetivo de convidar a ressonâncias e identificações com a família. As sessões rapidamente desenvolveram uma direção própria, adotando-se o modelo de um único terapeuta e a utilização de intervenções da equipe de supervisão, que passa a intervir no processo da própria sessão. Conceitos sistêmicos foram desenvolvidos à medida que a técnica de entrevista de diagnóstico sistêmico e a intervenção evoluíram.

Surge então a entrevista circular, técnica de entrevista que demonstra ser um modo produtivo de interagir com a família, revelando aspectos do seu funcionamento ao focar os aspectos ecossistêmicos da família (Tomm, 1987a). A entrevista circular refere-se a um modo específico de desenvolver um padrão de interação entre o terapeuta e a família. Esse modo de inquirir reflete algumas contribuições de Bateson, referentes à posição central do processo circular nos fenômenos mentais, o qual é orientado à identificação dos "padrões que conectam" pessoas, ações, contextos, acontecimentos, ideias, crenças, etc., em sequências recorrentes ou cibernéticas. Na entrevista circular, as questões são formuladas com o objetivo de revelar as conexões recorrentes, levando tanto a família quanto o terapeuta a desenvolver uma compreensão da situação problemática em uma visão sistêmica.

Assim, o contexto no qual o problema emerge torna-se mais claro, possibilitando que as alternativas não problemáticas decorram naturalmente da nova compreensão. O grupo de Milão esboçou três princípios para orientar a conduta do terapeuta: hipotetização, circularidade e neutralidade. A *neutralidade* refere-se à atitude do terapeuta de família que não se alia a nenhum membro específico, procurando manter-se curioso e aberto sobre os padrões de funcionamento. A *circularidade* denota a busca de compreensão do enlaçamento dos diversos aspectos de funcionamento da família que revelam a multiplicidade de olhares e vivências. A *hipotetização* refere-se à construção constante de hipóteses centradas na circularidade, mantendo uma atitude de curiosidade e abertura, apoiando a neutralidade. Cada aspecto dos princípios da entrevista circular fomenta os

A *neutralidade* refere-se à atitude do terapeuta de família que não se alia a nenhum membro específico, procurando manter-se curioso e aberto sobre os padrões de funcionamento. A *circularidade* denota a busca de compreensão do enlaçamento dos diversos aspectos de funcionamento da família que revelam a multiplicidade de olhares e vivências. A *hipotetização* refere-se à construção constante de hipóteses centradas na circularidade, mantendo uma atitude de curiosidade e abertura, apoiando a neutralidade.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

outros, criando um processo circular e produzindo novas visões modificadoras da realidade familiar (Palazzoli et al., 1987).

Outros aspectos do método de questionamento circular começaram a ser descritos (Hoffman, 1989, 1990; Lipchick e de Shazer, 1986). Questões circulares gerais de dois tipos, "questões diferenciais" e "questões contextuais", por exemplo, foram associadas a padrões fundamentais de simetria e complementaridade de Bateson, revelando a reciprocidade entre ações, percepções e crenças de membros de uma família de modo eficaz (Tomm, 1987a, 1987b, 1987c). À medida que as consequências das críticas pós-modernas e da segunda cibernética na terapia de família foram exploradas, surgiram escolas construtivistas e construcionistas sociais. Para elas, o questionar ancora-se na noção de que as experiências vividas são muito mais ricas que as narrativas construídas e de que outros sentidos podem emergir da confrontação com eventos não historiados. Além disso, as histórias vividas, como as histórias futuras, podem ser coloridas pelas histórias presentes narradas por diferentes perspectivas. O sentido hermenêutico, no entanto, deve orientar o questionamento reflexivo, ancorando-se no diálogo, e não em supostos processos considerados teoricamente *a priori*.

Assim, outros modos de questionar presentes na prática clínica foram diferenciados por Freedman e Combs (1996). São pertinentes ao contexto do dialógico terapêutico as seguintes questões: desconstrutivas, de abertura de espaço, de preferências, de desenvolvimento de histórias e de significado. As questões desconstrutivas convidam a olhar as histórias a partir de um novo viés, devolvendo ao cliente a autoria de sua narrativa por explicitar crenças, práticas e atitudes que as sustentam, desafiando a construção de narrativas dominantes limitadoras. As questões de abertura de espaço exploram episódios inéditos, que contradigam ou refutem a narrativa limitada, oferecendo alternativas e dirigindo para a abertura de conversação em tópicos inusitados para a narrativa dominante. Já as questões sobre preferências convidam à avaliação dos significados alternativos, surgidos nas novas narrativas em relação às histórias problemáticas. As questões de desenvolvimento de histórias propiciam a reautoria da narrativa das histórias vividas, contextualizando-as em um processo, esclarecendo detalhes e enriquecendo a narrativa de modo a propiciar uma nova compreensão das histórias contadas com inserção do novo, do negligenciado. Por fim, as questões sobre significado incitam à criação de novos significados por envolver o linguajar reflexivo dos significados emergentes a partir de episódios singulares, direções e histórias preferidas (Maturana, 1997).

Outros processos reflexivos são explorados no contexto terapêutico desde a década de 1950. Quando o terapeuta dialoga com a família ou com os clientes em conjunto, constrói o contexto a partir do qual os membros da equipe elaboram suas narrativas e compreensões orientadas por seus sistemas de significados preexistentes. E, quando a equipe de supervisão compartilha suas reflexões, estas passam a construir o contexto a partir do qual o terapeuta e os clientes construirão seus significados, partindo do contexto anterior surgido no diálogo terapêutico e criando uma hierarquia reflexiva. Andersen (1987), em um contexto pós-moderno, invalidou o campo hierárquico de atendimento, com importantes consequências, ao introduzir uma lógica reflexiva e dialógica entre a equipe de atendimento e a família, convidando os clientes a assistir às discussões da equipe terapêutica sobre a atuação da família e do terapeuta após uma sessão de terapia de família. O Quadro 15.1 apresenta um resumo das características e técnicas de entrevista das escolas de família mais representativas.

Como compreender de um modo produtivo e articulado as várias possibilidades de atuação em uma entrevista? Nesse sentido, Tomm (1987a) propõe, em um enquadre sistêmico, um modelo de atuação na entrevista que considera que o questionamento, como técnica de entrevista psicológica, organiza-se em função da intenção do entrevistador, que pode estar orientada para o foco descritivo ou para o foco interventivo. O foco descritivo

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Quadro 15.1

Escolas de terapia familiar de base sistêmica

Escolas	Estratégica	Estrutural	Transgeracional
Representantes	Jay Haley	Salvador Minuchin	Murrey Bowen
Família como	Sistema comunicacional relacional no qual se estabelece desde o início uma luta pelo poder e domínio da relação.	Sistema como grupo natural estruturado em subsistemas que evoluem no tempo. Enfatiza a inter-relação dos subsistemas.	Sistemas intergeracionais evoluindo e servindo de suporte ao processo de diferenciação de seus membros.
Comunicação	A comunicação se dá como um processo de luta pelo poder e domínio na relação em aspectos verbais e não verbais.	Utiliza a comunicação verbal, não verbal e metafórica, estimulando a expressão das diferenças por meio da interação.	Revela os padrões de relacionamento que se desenvolvem na família, os aspectos verbais e não verbais.
Sintoma	Metáfora do contrato familiar e solução de compromisso. Organizado em uma sequência disfuncional de comunicação de luta pelo poder.	Pressões intra e extrafamiliares levam à mudança. O sintoma é visto como uma estabilização diante de uma mudança necessária, mas paralisante.	Revela aspectos de indiferenciação emocional da família que se revela, é mantido pelos entrelaçamentos triangulares dentro da família.
Mudança	O terapeuta, instância de maior poder, rompe a sequência comunicacional que mantém o problema.	O terapeuta une-se ao sistema, criando uma crise terapêutica. Nesse contexto, a mudança poderá ocorrer terapeuticamente.	A mudança se dá pela diferenciação e aprendizagem sobre o sistema emocional familiar.
Agente terapêutico	Perito que usa o poder na relação com a família para alterar a comunicação disfuncional como meta governador.	O terapeuta individual utiliza o *self* como caixa de ressonância e as alianças terapêuticas para alterar o sistema.	Terapeuta individual que interage esclarecendo os padrões emocionais e destriangulando os afetos.
Objetivo terapêutico	Romper a sequência disfuncional, reorganizando a família, restabelecendo as fronteiras geracionais, em um novo pacto de poder e relação na família.	Estruturar a família, ajudando-a a lidar com as mudanças emergentes. Definir claramente os subsistemas familiares e seus papéis.	Favorecer o processo de destriangulação, e o processo de diferenciação emocional de todos os membros.
Técnicas de entrevista e coleta de dados	Através da observação da comunicação verbal e não verbal, das sequências das interações.	Através de dramatizações, observação da interação familiar, das diferenças individuais e da união ao sistema.	Nas sessões se observam os padrões de interações e as triangulações no sistema e com o terapeuta.

(continua)

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Quadro 15.1

Escolas de terapia familiar de base sistêmica (continuação)

Escolas	Estratégica	Estrutural	Transgeracional
Técnicas terapêuticas	Diretivas, tarefas, prescrições paradoxais, táticas terapêuticas, diretivas ambíguas, ênfase no positivo, utilização da resistência. Hipnose como modelo.	Dramatização, rearranjo espacial da família, escalonamento de estresse, alianças estratégicas, alteração do contexto ou efeito do sintoma, designação de tarefas.	Definir os triângulos emocionais, diferenciar os triângulos, ensinar o funcionamento emocional, e servir de modelo assumindo a posição "eu".
Número de sessões	Tipicamente menos de 12.	Semanais no início e com maior espaçamento no final da terapia (mensal).	Livre, tipicamente ao redor de 12. Pode incluir as famílias de origem.
Estrutura das sessões	Sessão simples.	Sessão simples.	Sessão simples.
Promoção de mudanças	Na sessão e através das tarefas de casa.	Durante as sessões e em tarefas de casa.	Nas sessões e na aprendizagem após.

Escolas	Solução de problemas	Escola de Milão	Escola Construtivista
Representantes	Jackson, Watzlawick e Weakland	Pallazoli, Prata, Cechin e Boscolo	Goolishian Anderson Mahoney
Família como	Sistema cibernético comunicacional, retroalimentado. As disfunções são parte de processos homeostáticos, manutenção do sistema e suas conexões.	Uma unidade total inserida em sistemas maiores com os quais interage. Minimiza aspectos de hierarquia e organização na família.	Sistema construído na comunicação e linguagem. Historicamente interpretada, mudando no fluxo comunicacional.
Comunicação	Verbal e não verbal com ênfase no processo homeostático disfuncional que gera e mantém o sintoma.	Enfoque nos aspectos verbais e não verbais com ênfase no aspecto circular e total da comunicação em andamento.	Atividade intrínseca do estar vivo. Organiza e constrói a realidade. Proporciona encaixes sistêmicos.
Sintoma	Como processo comunicacional que mantém o sistema equilibrado em um padrão comunicacional estabilizado no tempo.	Como um impedimento da família continuar o seu ciclo de desenvolvimento, por meio de uma estabilização homeostática disfuncional.	Sintoma como resultado de construções da realidade e desencaixe comunicacional sistêmico.
Mudança	Alteração de padrões comunicacionais que modificam a maneira	Mudança total do sistema familiar, não existe cura seja na	Mudança das construções sistêmicas. O sintoma

(continua)

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Quadro 15.1

Escolas de terapia familiar de base sistêmica (continuação)

Escolas	Solução de problemas	Escola de Milão	Escola Construtivista
	usual de tratar a dificuldade.	teoria, seja na prática, apenas mudança das configurações.	constrói o sistema. Sistema autônomo.
Agente terapêutico	Equipe terapêutica ou individual, fornecendo um subsistema terapêutico para estimar o padrão que mantém o problema e a intervenção que irá alterar o problema.	Equipe terapêutica composta de um terapeuta e equipe de supervisão, procurando garantir uma objetividade sistêmica, enfatizando o aspecto de não lateralidade.	Interlocutores coconstrutores da realidade: individual, equipe. Ruptura da hierarquia formal.
Objetivo terapêutico	Alteração do padrão comunicacional que mantém o problema, possibilitando a emergência de um novo padrão comunicacional.	Alteração dos padrões disfuncionais através de mínima intervenção possível, ênfase nos aspectos ecológicos do sistema familiar.	Coconstruir diferentes descrições da realidade, com alternativas mais ricas. Perturbar os padrões de encaixe propiciando alternativas.
Técnicas de entrevista e coleta de dados	Por meio de focalização sobre o problema e as tentativas de resolução.	Questionamento circular, enfocando as diferenças pela discussão das opiniões de cada um dos membros sobre os outros.	Interlocução com o sistema. Método compreensivo. Diálogo terapêutico.
Técnicas terapêuticas	Prescrição de tarefas, prescrição do sintoma, prescrição paradoxal.	Questionamento circular, conotação positiva, prescrição paradoxal, contraparadoxo.	Contexto construtivista, abandono de técnicas, ou uso de todas.
Número de sessões	No máximo 10 sessões semanais.	Tipicamente 10 sessões mensais.	Indefinido.
Estrutura das sessões	Sessão, prescrição e pós-sessão.	Pré-sessão, sessão, intervalo, intervenção pós-sessão.	Contínua, com intervalo e intervenção.
Promoção de mudanças	Fora da sessão geralmente através de prescrição paradoxal.	Mudança ocorre entre as sessões.	Na mudança da construção das narrativas comunicacionais.

aborda modificações na compreensão do problema, e seu principal objetivo é modificar o agente terapêutico, enquanto o foco interventivo objetiva atuar terapeuticamente com o cliente. A lógica do questionar pode ser linear ou circular, havendo quatro modos de perguntar, combinando o foco na descrição do problema com a lógica linear ou circular ou o foco na intervenção com lógica linear ou circular. Tomm (1987b) aponta que o questio-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

nar, como toda comunicação, tem importantes efeitos no sistema terapêutico (cliente e terapeuta), definindo papéis e posições ao longo da entrevista. Além do princípio da neutralidade, da circularidade e da hipotetização, o autor propõe o princípio da estrategização (Tomm, 1987a, p. 7):

> "Estrategizar" pode ser definido como a atividade cognitiva do terapeuta (e da equipe) na elaboração de planos alternativos de ação, avaliando as possíveis consequências das várias alternativas e decidindo como proceder em cada momento particular, com base na melhor utilidade terapêutica. Enquanto um princípio de entrevista, a "estrategização" impõe ao terapeuta escolhas intencionais sobre o que ele deve ou não deve fazer a fim de avançar para o alvo da mudança terapêutica.

Esse princípio difere da proposição da escola estratégica, pois ocorre em todo o contexto clínico. Refere-se também à escolha de foco e intenção, considerando os efeitos sobre o sistema terapêutico. É importante ressaltar que, em princípio, não existe um modo de questionar melhor que outro, mas que em cada situação o entrevistador tem a responsabilidade de escolher os passos de sua atuação, tanto ética quanto esteticamente, encaminhando a entrevista. Diferentes situações e hipóteses clínicas levarão a diferentes modos de interagir e questionar.

No caso de a intenção do entrevistador ser investigativa, o foco será descritivo e a lógica do questionar será linear. Esse modo de perguntar gerará questões que procurarão relações de causalidade linear. Exemplos de questões lineares são questões de definição de problema, explanação de problema ou descrição temporal do problema. Esse modo de perguntar produz o efeito de julgamento sobre o terapeuta e é estabilizador sobre o cliente, a família ou o indivíduo por conduzir o terapeuta à posição de especialista, que conhece o problema e que busca um diagnóstico definido, aceitando as distinções e os significados que o cliente faz sobre sua situação. Assim, as ações do terapeuta são avaliadas e julgadas em função da expectativa de reparo que o cliente tiver, ao mesmo tempo em que confirma, ainda que parcialmente, a pontuação na sequência de eventos geradora das descrições da realidade, definições e significados do cliente, estabilizando-o em sua posição.

Na intenção exploratória do entrevistador, o foco é descritivo e a lógica circular. O questionamento circular ocorre nesse caso. Diversos tipos de perguntas circulares foram descritas na literatura, algumas delas envolvendo questões de diferença de contexto e percepção dos membros da família ou questões de efeitos comportamentais entre os membros familiares. As questões circulares geram um efeito liberador sobre a família, pois o problema não está mais localizado em alguém. Sentimentos de culpabilização são substituídos por corresponsabilização pela situação. O efeito desse modo de questionar sobre o terapeuta é liberador, colocando-o na posição de neutralidade.

Quando a intenção do terapeuta é corretiva, a lógica é linear e o foco é interventivo. O questionamento estratégico ocorre nesse campo, no qual as perguntas são realizadas a partir de hipóteses que relacionam uma sequência linear de ações entre os membros da família. O objetivo desse modo de inquirir é produzir uma mudança em determinada direção indicada pela hipótese clínica. Questões de orientação ou de confrontação são alguns exemplos. O seu efeito sobre os membros da família é coercitivo e confrontador sobre o terapeuta.

Já na intenção facilitadora dos processos de auto-organização do sistema, a lógica é circular e o foco é interventivo, sendo realizadas as questões reflexivas. Estas introduzem hipóteses circulares sobre o sistema, provocando a mudança terapêutica por meio da retroação entre níveis de significado. O efeito sobre a família é produtivo e sobre o terapeuta criador. Tomm (1987a, 1978b, 1987c) utiliza o modelo CMM (Comunication Meaning Manager), de Pearce e Cronen (1980), para compreender o efeito desse modo de perguntar.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

O modelo CMM propõe que a comunicação humana encontra seu significado em uma rede autorreferente de relações entre níveis de significados e crenças: conteúdo da declaração, ato da fala, episódio da interação, relação interpessoal, roteiro de vida, padrão cultural. Assim, cada nível de significado pode referendar os demais em uma rede, validando o significado de determinado nível ou contradizendo-o. Portanto, a comunicação humana é abordada como um complexo processo de interação, sendo os significados produzidos, mantidos ou alterados pela interação entre os participantes, enquanto a comunicação é proposta como um processo gerador circular de criação conjunta pelos envolvidos. Pearce e Cronen (1980) diferenciaram e descreveram regras da organização desse processo gerador, propondo duas amplas categorias de regras: regras reguladoras das ações e regras constitutivas dos significados.

As regras reguladoras são injunções sobre o grau em que comportamentos ou ações devem ser efetivados e em que situações específicas: quando a integridade de alguém é desafiada, é "obrigatório" defender-se. As regras constitutivas relacionam-se ao processo de atribuir um significado particular a uma declaração, um evento ou uma situação. No contexto de um confronto, por exemplo, um cumprimento "indica" sarcasmo. Uma rede dessas regras guia o interagir e a comunicação. No caso das regras constitutivas, estas funcionam reflexivamente, determinando retroações estabilizadoras (*loops* mágicos) ou retroações modificadoras de significado (*loops* inesperados). As questões reflexivas produzem a retroação entre níveis, podendo produzir mudanças de significado pela dissonância entre esses níveis e levando a *loops* inesperados.

ENTREVISTA FAMILIAR

O processo de avaliação e diagnóstico da entrevista familiar é guiado pela orientação teórica do clínico. O terapeuta de família de orientação comportamental focará nos antecedentes e consequentes do comportamento familiar problemático e coletará dados nessa área. Terapeutas de família de orientação comunicacional tenderão a buscar padrões de interação que mantêm os padrões homeostáticos disfuncionais. Clínicos de orientação analítica abordarão os eventos traumáticos, a reação transferencial intrafamiliar que pode modelar as interações atuais e a identificação projetiva dos membros da família. Na escola transgeracional, o foco poderá recair nas lealdades entre gerações e deficiências no nível de diferenciação psicológica dos membros da família. Clínicos construtivistas abordarão a construção de narrativas e realidades compartilhadas no campo conversacional. Assim, a dispersão de olhares teóricos enriquece as possibilidades de investigação na entrevista familiar.

Terapeutas de família de orientação comunicacional tenderão a buscar padrões de interação que mantêm os padrões homeostáticos disfuncionais. Clínicos de orientação analítica abordarão os eventos traumáticos, a reação transferencial intrafamiliar que pode modelar as interações atuais e a identificação projetiva dos membros da família.

Clínicos construtivistas abordarão a construção de narrativas e realidades compartilhadas no campo conversacional.

O contexto da avaliação terapêutico, judicial ou outro influenciará o processo da entrevista. A diversidade de teorias sobre a disfunção familiar também dirige o olhar do clínico. Os objetivos de uma entrevista familiar inicial incluem: identificar as variáveis familiares e individuais que podem ter influência decisiva na situação familiar problemática; abordar o funcionamento da família, assim como sua dinâmica, sua estrutura e seu desenvolvimento, de acordo com o ciclo de vida familiar e de seus membros; conduzir a sessão de tratamento inicial, quando necessário. Esses objetivos influenciam a escolha de estratégias na entrevista, na qual o clínico prestará atenção a aspectos pessoais e interpessoais e intrapsíquicos. Uma exploração sistemática da estrutura familiar pode ser complementada por intervenções inicias para testar hipóte-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

ses sobre seu funcionamento, sua flexibilidade do sistema familiar e sua possibilidade de atendimento conjunto. Assinalar as expectativas positivas torna-se prioridade para despertar aspectos reparadores, presentes nos recursos da família.

Para autores como Haley (1976) e Minuchin (1992), a entrevista diagnóstica inicial é dividida em três momentos: estágio social, estágio de questionamento multidimensional com exploração da estrutura e desenvolvimento. No estágio social, o clínico age criando um *setting* social e culturalmente adequado à família, possibilitando a investigação e a intervenção psicoterapêutica inicial. Os aspectos de interação e enquadre são tão importantes quanto o ambiente físico, que pode ter o aspecto de uma sala de visita, com mesa material de brinquedo e cadeiras para crianças pequenas, caso necessário. O *rapport* inicial pode incluir um tempo de conversação informal e o estabelecimento de relacionamento através de comunicação verbal e não verbal amistosa.

A entrevista diagnóstica inicial é dividida em três momentos: estágio social, estágio de questionamento multidimensional com exploração da estrutura e desenvolvimento.

No estágio de questionamento multidimensional, o clínico investiga o motivo da consulta tanto quanto o modo como a família o descreve. A lógica do questionamento poderá seguir estrategicamente padrões investigativos ou circulares para o levantamento de informações que permitam a construção das primeiras hipóteses sobre a família. Essa construção referenda-se no quadro teórico e epistêmico do clínico que utilizará as técnicas que domina no método de sua escolha.

A apresentação da problemática inicial é frequentemente um estágio confortável para a família que tenderá a descrever a imagem oficial do problema. A exploração de visões alternativas dos outros membros da família deve ser feita respeitosamente, buscando-se a neutralidade sistêmica. Áreas potencialmente problemáticas não reportadas devem ser investigadas, pois podem relacionar-se retroativamente com as dificuldades da família na área da queixa. A resistência em explorar outras áreas talvez esteja presente e surja na forma de convite à aliança com o terapeuta ou com a injunção para que ele aplique soluções preestabelecidas para o problema. É importante evitar confronto, já que a resistência pode ser compreendida como a comunicação silenciosa de áreas problemáticas de tensão que estão acima da possibilidade de manejo da família. A abordagem de áreas problemáticas deve ser realizada com cuidado e respeito, apontando-se a necessidade de compreender amplamente o problema e de demonstrar que o ponto de vista de todos é importante.

Diversas técnicas podem ser utilizadas para explorar a estrutura, o desenvolvimento e as questões emergentes do ciclo familiar. Elas correspondem às condições nas quais se realiza a entrevista, bem como à orientação teórica e à habilidade técnica do entrevistador. O objetivo é a realização do diagnóstico familiar. Em toda entrevista, o clínico parte de suposições prévias fundamentadas em sua experiência e nas teorias pelas quais se orienta. No decorrer da entrevista, suposições gerais dão lugar ao conjunto de hipóteses derivadas das interações com a família, dos dados apresentados e das inferências derivadas do confronto das evidências com o quadro referencial do clínico. A diversidade de técnicas de entrevista soma-se à diversidade de instrumentos de avaliação familiar.

CONSIDERAÇÕES SOBRE PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS: AVALIAÇÃO FAMILIAR

As entrevistas clínicas de avaliação familiar e suas técnicas foram desenvolvidas consistentemente com o surgimento de escolas e paradigmas no estudo e tratamento de casais e famílias. O desenvolvimento complexo da área, desde a metade do século XX, já desafiava uma descrição e classificação simples do campo. Bodin (1968) classificou os métodos e processos de avaliação familiar em objetivos e subjetivos em função de suas características.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

As tarefas subjetivas poderiam ser classificadas como: tarefas familiares, como, por exemplo, a aplicação familiar do TAT (Winter e Ferreira, 1965) e as entrevistas estruturadas (Watzlawick, 1969), ou inventários, como o inventário de força egoica familiar (Otto, 1962). As técnicas objetivas também foram classificadas em três grupos: baseadas na comunicação, como a pesquisa sobre padrões familiares (Haley, 1964); centradas nas teorias dos jogos, como o teste interpessoal de comportamento de jogo (Ravish, 1969); orientadas para a avaliação de resolução de conflito, como a técnica das diferenças reveladas de Strocteck (1951).

Féres-Carneiro (1996), ao estudar os métodos de avaliação familiar, propõe a classificação em métodos objetivos, subjetivos e mistos, apontando, ainda, a possibilidade de utilização de testes psicológicos que, por sua constituição, poderiam ser adequadamente utilizados em processos de atendimento familiar. Entre estes, é possível citar o teste de mundo, de Charllote Buhler (1951), ou o MAPS (Make a Picture Story), de Edwin Shneidman (1947). Os métodos objetivos classificam-se em dois grupos:

1. métodos que utilizam questionários, como o questionário autorreferente de Mann e Start (1972) e o índex familiar de tensão (Wells e Rabner, 1973);
2. métodos que utilizam jogos, como o teste de comportamento de jogo, de Ravish (1969).

Os métodos subjetivos, por sua vez, classificam-se em três grupos:

1. métodos que utilizam técnicas de desenho, como o desenho familiar conjunto (Bing, 1970), o arte diagnóstico familiar (Kwiatkowska, 1967) ou a avaliação familiar artística (Rubin e Magnussen, 1974);
2. métodos que se baseiam em técnicas psicodramáticas, como a técnica de esculpir a família (Simon, 1972) ou a entrevista familiar com marionetes (Irwin e Maloy, 1975);
3. métodos que utilizam testes projetivos, incluindo a aplicação familiar do TAT (Winter e Ferreira, 1965), o Rocharch familiar (Loveland, Wynne e Singer, 1963) e a aplicação familiar do Scenotest (Cerveny, 1982).

Entre as técnicas mistas, estão a tarefa familiar (Minuchin et al., 1964), a entrevista estruturada de Watzlawick (1969), a primeira entrevista de Satir (1967), a entrevista familiar via videoteipe (Ford e Henrrick, 1971), a entrevista diagnóstica conjunta (Wells e Rabiner, 1973) e a entrevista familiar estruturada (Ferés-Carneiro, 1996). Outras técnicas de avaliação utilizam observação de reações emocionais em diversas situações, tarefas e ambientes, incluindo os de interação natural. Fundamentados nos estudos de Paul Ekman (1983), que desenvolveu o FACS (Facial Active Coding System), um sistema de codificação de expressão emocional facial, outros sistemas de codificação foram desenvolvidos, como o SPAFF (Specific Affect Coding System) (Gottman et al., 1996). Esses sistemas são utilizados para traçar processos de comunicação emocional, permitindo previsão sobre a formação e a dissolução da conjugalidade, com mais de 96% de precisão (Gottman et al., 2004).

O desenvolvimento contínuo do campo da psicologia e da terapia de família levou à proposta de inúmeras técnicas de estudo e diagnóstico familiar e conjugal. Lindholm e Touliatos (1993) identificaram, em cerca de 50 periódicos, no período de 1928 a 1988, mais de 946 instrumentos de avaliação familiar. Contudo, um levantamento de Boughner (1994) revelou que poucos clínicos utilizavam esses instrumentos padronizados de avaliação e diagnóstico, preferindo o uso de entrevista clínica de acordo com a sua abordagem teórica. Sholevar (2007) observa que a mudança no sistema de atendimento, com a entrada de planos de saúde como terceira parte no processo, tem levado os profissionais a uniformizar de modo mais sistemático seus procedimentos de diagnóstico, incluindo o uso de instrumentos padronizados para avaliação.

No Brasil, a necessidade de instrumentos de avaliação e diagnóstico familiar pode

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

ser notada pela publicação de apenas alguns inventários e testes voltados para avaliação familiar e aprovados para uso pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).* Entre eles, podemos citar o Inventário de Estilos Parentais (IEP) (Gomide, 2006), o Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF) (Baptista, 2010), o Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais (REHSEP) (Bolsoni-Silva, 2010) e a Entrevista Familiar Estruturada (EFE) (Féres-Carneiro, 1996).

O uso desses instrumentos enriquece o estudo da família, propiciando uma melhor atuação na clínica, desde que sejam utilizados com parcimônia e como instrumentos complementares. A atuação terapêutica apropriada deriva-se de um diagnóstico compreendido como um conjunto de hipóteses úteis e produtivas. Assim, à medida que um diagnóstico familiar emerge, distinções de condições permitem ao terapeuta realizar indicações gerais de tratamento conforme o universo possível. A avaliação familiar é, contudo, um processo contínuo que orienta a atuação do clínico em cada sessão. Cabe ressaltar que a construção de hipóteses na prática clínica é sempre um processo de reavaliação, já que as hipóteses podem sempre se alterar, por não refletirem a especificidade da família ou por serem transformadoras, levando a novas dinâmicas e reestruturações.

À medida que um diagnóstico familiar emerge, distinções de condições permitem ao terapeuta realizar indicações gerais de tratamento conforme o universo possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS E QUESTÕES

A complexidade do campo de entrevista e avaliação psicológica de famílias em muito ultrapassa qualquer modelo conceitual ou esquema simplificador de descrição. As técnicas de entrevista desenvolveram-se simultaneamente aos paradigmas sobre a família, ao processo disfuncional familiar, às relações com as psicopatologias individuais e à terapia familiar. O olhar sobre o grupo familiar evoluiu desde uma abordagem religiosa e de senso comum até olhares mais críticos da filosofia e da sociologia para, finalmente, tornar-se diferenciado na abordagem psicológica da família. Devemos considerar, portanto, o estado atual dos estudos sobre família como mais uma etapa, na qual se colocam várias questões.

O estudo dos processos de entrevista familiar tem desafiado os limites impostos pelos pressupostos das escolas de terapia familiar, demonstrando ser um campo rico e desafiador. Estudos sobre os aspectos críticos da entrevista familiar têm descortinado relações entre a construção de hipóteses clínicas e as intervenções, mas também têm ressaltado a participação central da atuação da família como grupo capaz de funcionar em um nível produtor de disfunções e de promover novas formas de relacionamento. A intervenção clínica fica, assim, enriquecida com a diversidade de olhares que descortinam novas modalidades de atuação e de produção de subjetividades no encontro terapêutico.

Questões para discussão

1. Como compreender a diversidade de métodos de entrevista familiar?
2. De que forma os métodos de avaliação familiar podem ser integrados em uma entrevista de família?
3. Como podemos utilizar o princípio de estrategização, proposto por Tomm (1987a), em uma entrevista familiar?
4. Discuta a importância do uso de métodos de avaliação familiar.
5. Como podemos compreender a existência de poucos instrumentos de avaliação familiar, validados pelo Conselho Federal de Psicologia, para uso no Brasil?

* Disponível em: http://www2.pol.org.br/satepsi/sistema/admin.cfm. Acesso em: 05 fev. 2011.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

REFERÊNCIAS

Adler, A. (1961). *A ciência da natureza humana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. (Publicado originalmente em inglês em 1927).

Akerman, N. W. (1938). The unity of the family. *Archives Pediatric*, *2*, 51-62.

Andersen, T. (1987). The reflecting team: Dialogues and meta dialogues in clinical work. *Family Process*, *26*(4), 415-428.

Baptista, M. N. (2010). *Coleção IPSF: Inventário de Percepção de Suporte Familiar*. São Paulo: Vetor.

Bateson, G. (1956). Toward a theory of schizophrenia. *Behavioral Science* (*Michigan*), *1*, 251-264.

Bing, E. (1970). The conjoint family therapy. *Family Process*, *11*(1), 173-197.

Bodin, A. M. (1968). Conjoint family assessment. In P. McReynolds (Ed.), *Advances in psychological assessment* (pp. 223-243). Palo Alto: Science e Behavior Books.

Bolsoni-Silva, A. T. (2010). *Validação do roteiro de entrevista de habilidades sociais educativas parentais (RE-HSE-P)*. *Avaliação Psicológica, 9*(1), 63-75.

Boughner, S.R. (1994). Use of standardized assessment instruments by marital and family therapists: A survey. *Journal of Marital & Family therapy, 20*(1), 69-75.

Buhler, C. (1951). The world test: Manual of directions. *Journal of Child Psychiatry*, *2*, 24-35.

Cerveny, C. M. O. (1982). *O Scenotest como instrumento de investigação das relações familiares, no processo do diagnóstico psicológico com crianças e adolescentes*. Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

Debruyne, P., Hurmam, J., & Deschoutheete, M. (1977). *A dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Publicado originalmente em francês).

Diniz-Neto, O. (1997). Psicoterapias: Paradigmas em colisão? *Cadernos de Psicologia do Departamento de Psicologia UFMG*, *6*, 34-52.

Diniz-Neto, O. (2005). *Conjugalidade: Proposta de um modelo construcionista social de terapia de casal*. Tese de doutorado não publicada, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

Ekman, P. (1983). *Emotion in the human face: Studies in emotion and social interaction*. Cambridge: Cambridge University.

Féres-Carneiro, T. (1996). *Família: Diagnóstico e terapia*. Petrópolis: Vozes.

Féres-Carneiro, T., & Diniz-Neto, O. (2008). De onde viemos? Uma revisão histórico conceitual da terapia de casal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 24*(4), 487-496.

Figueiredo, L. C. M. (2004). *Revisitando as psicologias*. Petrópolis: Vozes.

Ford, F., & Herrick, J. (1971). *Family assessment vía videotaped interview*. Apresentado no 124º Encontro Anual da Associação Norte-Americana de Psiquiatria, Washington.

Freedman, J., & Combs, G. (1996). *Narrative therapy: The social construction of preferred realities*. New York: W. W. Norton.

Freud, S. (1968). A novela familiar do neurótico. In R. R. Ardid, *Sigmund Freud: Obras Completas* (Vol. III, pp. 465-469). Madri: Biblioteca Nueva. (Publicado originalmente em alemão em 1905).

Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de estilos parentais*. Petrópolis: Vozes.

Gottman, J. M. (1996). The Specific Affect Coding System (SPAFF) for observing emotional communication in marital and family interaction. In J. M. Gottman (Org.), *What predicts divorce? The Measures* (pp. 112-195). Mahwah: Lawrence Erinbaum Associates.

Gottman, J. M. (1998). Psychology and the study of marital process. *Annual Review of Psychology, 49*, 69-197.

Gottman, J. M. (2004). *The mathematics of marriage*: *Dinamic non linear models*. London: MIT.

Gottman, J. M., & Notarius, C. I. (2002). Marital research in the 20th century and a agenda for the 21th century. *Family Process*, *41*(2), 159-198.

Gottman, J. M., Gottman, J. S., & Atkins, L. A. (2011). The comprehensive soldier fitness component: family skills component. *American Psychologist, 66*(1), 52-57.

Haley, J. (1964). Research on family patterns: an instrument of measurement. *Family Process, 3*, 41-65.

Haley, J. (1979). *Psicoterapia familiar*. Belo Horizonte: Interlivros.

Hoffman, L. (1989). Una posición constructivista para la terapia familiar. *Psicoterapia y Família, 2*(2): 41-53.

Hoffman, L. (1990). *Constructing realities: An art of lenses family process*, *29*, 1-12.

Irwin, E. C., & Maloy, E. S. (1975). Family puppet interview. *Family Process*, *2*, 120-128.

Jung, C. G. (1972). *Fundamentos de psicologia analítica*. Petrópolis: Vozes. (Publicado originalmente em ingles em 1935).

Kwiatkowska, H. Y. (1967). The use of families art productions for psychiatric evaluation. *Bulletin of Art Therapy, 6*, 52-69.

Laing, R., & Esterson, A. (1964). *Sanity madness and family*. Baltimore: Penguin.

Lidz, T., Terry, D., & Fleck, S. (1958). The intrafamilial environment of schizophrenic patient: VI. The transmission of irrationality. *Archives of Neurology and Psychiatry*, *79*, 305-316.

Lindholm, B. W., & Touliatos, J. (1993). Measurement trendes in family research. *Psychology Report, 73*, 1265-1266.

Lipchick, E., & De Shazer, S. (1986). The purposeful interview. *Journal of Strategic and Systemic Therapies, 5*, 88-89.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Loveland, N., Wynne, L., & Singer, M. (1963). The family Rorschach: A technique for studying interaction. *Family Process, 2*, 187-215.

Mahoney, M. J. (1998). *Processos humanos de mudança*. Porto Alegre: Artmed.

Mann, J., & Start, S. (1972). The self report questionnaire as a change agent in family therapy. *Family Process, 1*, 95-104.

Maturana, H. R. (1997). A ontologia do conversar. In C. Magro, M. Graciano, & N. Vaz (Orgs.), *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: UFMG.

Minuchin, S. (1964). A method for the clinical study of family interaction. *Journal of American Orthopsychiatry*, *10*, 30-56.

Minuchin, S. (1992). *Família funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Publicado originalmente em inglês em 1980).

Nichols, M.P., & Schwartz, R. C. (1998). *Family therapy*: *Concepts and methods*. Boston: Allyn and Bacon.

Oberndorf, C. P. (1938). Psychoanalysis of married couples. *Psychoanalytic Review*, *25*, 453-475.

Palazzoli, M. S. (1987). *Paradoxo e contra paradoxo*. São Paulo: Cultrix. (Publicado originalmente em italiano em 1978).

Pearce, W. B., & Cronen, V. E. (1980). *Communication action and meaning: The creation of social realities*: New York: Praeger.

Ravish, R. (1969). Game testing in conjoint marital psychotherapy. *America Journal of Psychotherapy*, *23*, 217-229.

Rubin, J. A., & Magnussen, M.G. (1974). A family art evaluation. *Family Process*, *13*, 185-200.

Satir, V. (1967). *Conjoint family therapy*. Palo Alto: Science and Behavior Books.

Shneidman, E. (1947). The Make-A-Picture-Story (MAPS) projective personality test: A preliminary report. *Journal of Consulting Psychology, 11*(6), 315-325.

Sholevar, G. P., & Schwoeri, L. D. (2007). *Texbook of family and couple therapy*. Washington: American Psychiatric Publishing.

Simon, R. M. (1972). Sculpting the family. *Family Process, 11,* 49-57.

Stroctbeck, F. (1951). Husband-wife interaction over revealed differences. *American Sociological Review, 23*, 468-473.

Tomm, K. (1987a). Interventive interviewing: Part I. Strategizing as a fourth guideline for the therapist. *Family Process*, *26*, 3-13.

Tomm, K. (1987b). Interventive interviewing: Part II. Reflexive questioning as a means to reflexive questioning as a means to enable self-healing. *Family Process*, *26*, 167-183.

Tomm, K. (1987c). Interventive interviewing: Part III. Intending to ask lineal, circular, reflexive or strategic questions? *Family Process*, *27*, 1-15.

Varela, F., Thompson, E., & Rosch, E. (2003) *A mente incorporada: Ciências cognitivas e experiência humana*. Porto Alegre: Artmed. (Publicado originalmente em inglês em 1991).

Von Bertalanffy, L. (1973). *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis: Vozes. (Publicado originalmente em inglês em 1968).

Watzlawick, P. (1969). A structured family interview. *Family Process, 50*, 265-278.

Watzlawick, P., Beavin, J., & Jackson, D. (1981). *Pragmática da comunicação humana*. São Paulo: Cultrix. (Publicado originalmente em inglês em 1967).

Wells, C. F., & Rabner, E. L. (1973). The conjoint family diagnostic interview and family index of tension. *Family Process*, *12*, 127-144.

Winter, W. D., & Ferreira, A. J. (1965). Story sequence analysis of family TATA's. *Journal of Projective Techniques*, *29*, 392-397.

Wynne, L. C. (1958). Pseudo mutuality in the family relationship of schizophrenics. *Psychiatry*, *21*, 205-220.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

16

Intimidade conjugal: principais modelos teóricos

Lina Wainberg
Claudio Simon Hutz

INTRODUÇÃO

A capacidade de construir e manter relações interpessoais íntimas tem sido considerada pelos teóricos uma necessidade vital para a saúde mental e psicossocial dos seres humanos (Descutner e Thelen, 1991), um importante preditor de bem-estar psicológico (Gore, Cross e Morris, 2006) e também um critério de maturidade (Feldman e Gowen, 1998). Para a área da saúde, tornou-se por isso mesmo um critério fundamental para avaliar a "qualidade de vida" de uma pessoa ou de um casal.

A capacidade de construir e manter relações interpessoais íntimas tem sido considerada pelos teóricos uma necessidade vital para a saúde mental e psicossocial dos seres humanos.

Percebe-se, no entanto, que os estudos que investigam a temática da "intimidade" confundem esse conceito com outros próximos, como é o caso da sexualidade. Muitas vezes, os dois termos aparecem juntos (por exemplo, intimidade sexual ou intimidade e sexualidade). Nesse caso, os dois fenômenos não são diferenciados (Rowland et al., 2009). A verdade é que autores que estudam a relação entre sexo e intimidade percebem que ambos estão relacionados, embora ainda não esteja clara a forma como essa relação ocorre (Patton e Waring, 1985).

A intimidade tem sido pensada como uma necessidade humana básica em teorias de psicólogos proeminentes, como Erikson (1950) e Bowlby (1969). Erikson (1950) foi um dos primeiros a introduzir a intimidade na teoria psicossocial, não apenas como a qualidade de um casal romântico, mas também como uma capacidade individual. Em sua teoria do desenvolvimento, ele descreve os estágios da vida e afirma que os indivíduos só são capazes de abordar verdadeiramente a intimidade de suas relações quando formam uma identidade segura. Aqueles que não resolveram a tarefa vital de formar uma identidade podem entrar na arena das relações com o foco na exploração de autonomia e no estabelecimento de uma identidade em oposição à obtenção de uma verdadeira interdependência com outra pessoa (Marcia, 1966; Sanderson et al., 2007). Para Erikson, são necessárias três capacidades elementares para a obtenção da intimida-

Aqueles que não resolveram a tarefa vital de formar uma identidade podem entrar na arena das relações com o foco na exploração de autonomia e no estabelecimento de uma identidade em oposição à obtenção de uma verdadeira interdependência com outra pessoa.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

de: desejo de se comprometer com outra pessoa, habilidade para compartilhar em nível pessoal profundo a vida com um parceiro e capacidade de comunicar os sentimentos e pensamentos pessoais a ele. Aqueles indivíduos que resolveram de modo favorável a crise psicossocial chamada de "intimidade *versus* isolamento" teriam então esses três componentes consolidados (Weinberger, Hofstein e Whitbourne, 2008).

De maneira similar, a teoria do apego de Bowlby pode ser usada para se compreender a intimidade através dos estilos de apego (Bartholomew e Horowitz, 1991). Entre esses estilos, estão o perfil seguro, o temeroso, o preocupado e o desinteressando (Reis e Grenyer, 2004). Essa teoria entende que as pessoas diferem em suas crenças sobre o que esperar dos outros. Indivíduos com estilo de apego seguro sentem-se confortáveis para buscar a intimidade em suas relações próximas, incluindo depender dos outros e ter outros dependendo deles. Por outro lado, aqueles que desenvolveram um estilo temeroso ou arisco podem relutar em buscar a intimidade, talvez porque sejam incapazes de acreditar nas pessoas, ou porque enxergam negativamente os outros, ou ainda porque demonstram uma forte preferência por autossuficiência (Hazan e Shaver, 1987). Segundo Sanderson e colaboradores (2007), a busca de intimidade está fortemente associada ao conforto com a interdependência e a uma preocupação menor com o abandono.

Entre os teóricos das relações amorosas, Kaplan (1977) descreve a intimidade como a expressão de uma qualidade singular de proximidade emocional entre duas pessoas. Seria o "elo afetuoso" composto por atenção mútua, senso de responsabilidade, confiança, comunicação franca de sentimentos e sensações, assim como livre intercâmbio de informações acerca de ocorrências emocionais significativas.

Na clássica teoria do amor de Sternberg (1988), o relacionamento amoroso é descrito por um triângulo em cujos ângulos o autor propõe três fatores: a intimidade, a paixão e a díade "decisão/compromisso". Nessa concepção, a intimidade é um dos componentes do relacionamento amoroso, incluindo "dar e receber apoio emocional e outros comportamentos que proporcionam calor humano como comunicar-se aberta e honestamente, partilhar, sentir felicidade juntos, compreender um ao outro e valorizar a pessoa amada" (Masters, Johnson e Kolodny, 1997, p.15). A intimidade representa o componente emocional, enquanto a paixão é o componente motivacional e, por último, o compromisso abrange o componente cognitivo envolvido nas relações de amor (Overbeek et al., 2007).

Embora os conceitos de intimidade ou proximidade sejam compreendidos até por crianças (Gummerum e Keller, 2008), esses constructos ainda carecem de uma definição operacional (Waring et al., 1980). A literatura apresenta perspectivas diferentes e muitas vezes contraditórias sobre esse termos (Ben-Ari e Laave, 2007) e sobre como medi-los (Lippert e Prager, 2001).

Clark e Reis (1988) sustentam que uma definição única ainda não foi estabelecida no campo de estudo das relações humanas. Similarmente, Van den Broucke, Vendereycken e Vertommen (1995b) ressaltam o fato de que inexiste uma abordagem integrativa que ultrapasse as barreiras teóricas, sendo que a definição de intimidade depende da perspectiva adotada.

Considerando a importância do tema para as relações humanas e objetivando fugir do senso comum para a compreensão do fenômeno, este capítulo discute o que se entende por intimidade, suas principais confusões teóricas e as propostas de modelos teóricos. Para isso, desenvolve uma discussão que aborda as seguintes temáticas: diferenciação entre intimidade e autorrevelação e como ela se apresenta nas relações conjugais; relação entre intimidade e vulnerabilidade emocional; influência psicossocial na intimidade; e, por fim, instrumentos de medida desenvolvidos para a sua avaliação.

INTIMIDADE E AUTORREVELAÇÃO

Como se vê, a disputa semântica e conceitual em torno do tema é ampla. A capacidade das

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

pessoas de se revelarem aos outros é descrita por vários autores – com alguma frequência – como sendo o paradigma ideal da intimidade (Emmers-Sommer, 2004; Laurenceau, Barrett e Rovine, 2005; Sprecher e Hendrick, 2004).

Em seus estudos, Dandeneau e Johnson (1994) definiram a intimidade como sendo um "evento relacional em que a confiança [de uma pessoa] em revelar-se é devolvida [pelo interlocutor] com empatia comunicacional". Ou seja, para que haja intimidade, a responsividade – o comportamento verbal e não verbal que se converte em empatia, apoio e afeto do parceiro (Miller, Berg e Archer, 1983 apud Marshall, 2008) – é tão ou mais importante do que a autorrevelação (*self-disclosure*) (Prager, 1995). Segundo Reis e Shaver (1988), o principal componente do processo de formação da intimidade é a abertura de revelar-se e a responsividade do parceiro. Para esse modelo, o desenvolvimento da intimidade começa com o fornecimento de informações pessoais e emocionais por um dos parceiros. Isso é compreendido pelo interlocutor como um gesto de confiança, de afeto e de comprometimento para o esforço em aumentar o grau de intimidade do parceiro. A revelação das emoções também demonstra aspectos centrais importantes de *self*, permitindo ao parceiro verificar e validar essas visões cultivadas pelo interlocutor de seu *self* (Reis e Patrick, 1996).

Ressalta-se, no entanto, que não é qualquer revelação que serve como preditor da intimidade. Reis e Shaver (1988) afirmam que diferentes tipos de revelações influenciam diferentemente a intimidade. É a revelação do afeto, e não simplesmente de fatos e informações, que faz a diferença (Laurenceau, Barrett e Rovine, 2005; Cordova, Gee e Warren, 2005). Já Lippert e Prager (2001) salientam que são as revelações pessoais, e principalmente sobre os afetos positivos cultivados sobre o parceiro, que fazem diferença para o estabelecimento da intimidade. A revelação de desejos, fantasias, ansiedades e emoções permitem ao ouvinte compreender o outro e responder de acordo com o que o outro verdadeiramente sente e é.

É a revelação do afeto, e não simplesmente de fatos e informações, que faz a diferença.

Dessa forma, apesar do reconhecimento da influência que a autorrevelação exerce sobre a intimidade, tem-se sugerido que o processo de autorrevelação, por si só, não é suficiente para capturar a essência da intimidade (Korobov e Thorne, 2006; Waring e Chelune, 1983). Portanto, e ao contrário do tratamento trivial desses dois termos em muitos estudos, eles não se equivalem.

Bradford, Feeney e Campbell (2002) aquecem a discussão salientando que, no início de uma relação, algumas pessoas podem exceder-se na autorrevelação na tentativa de forjar uma intimidade que ainda inexiste. Dito de outra forma, em baixos níveis de intimidade, as pessoas estão motivadas para obter informações particulares sobre a natureza da relação. Elas querem avaliar quão recompensadora a relação pode vir a se tornar no futuro. Quando se desenvolvem altos níveis de intimidade, as pessoas conseguiram estabelecer rotinas benéficas e interdependentes. Elas conhecem as atitudes do parceiro e estão comprometidas com a manutenção da relação. Assim, a conversa terá um impacto menor na intimidade devido à bem-definida concepção da relação em jogo (Laurenceau, Barrett e Rovine 2005). Fica evidente, portanto, que esses autores percebem a diferenciação entre a autorrevelação e a intimidade.

INTIMIDADE E RELAÇÃO CONJUGAL

Entre as maiores correlações da intimidade, está a satisfação conjugal (Greef e Malherbe, 2001; Harper, Schaalje e Sandberg, 2000; Kirby, Baucom e Peterman, 2005; Mirgain e Cordova, 2007). Muitos estudos sobre casais partem do pressuposto de que a intimidade é requisito básico para a manutenção de um relacionamento conjugal.

No entanto, Bach e Wyden (1991) afirmam que milhões de casais, embora continuem a viver juntos em termos físicos e legais, na realidade estão emocionalmente apartados. Esse distanciamento afetivo seria o res-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

ponsável por efeitos emocionais e físicos graves, como depressão e ataques cardíacos, entre outros. Goldberg (2000) destaca que as dificuldades nos relacionamentos são a causa dos frequentes sentimentos de alienação e exaustão que caracterizam a sociedade pós-moderna. A contrapartida parece também ser verdadeira, isto é, relacionamentos íntimos saudáveis podem contribuir para o bem-estar físico, emocional e psicológico (Hook et al., 2003; Hassebrauck e Fehr, 2002), pois criam um ambiente no qual cada um dos parceiros pode satisfazer necessidades importantes (Kirby, Baucom e Peterman, 2005). Esse efeito foi constatado inclusive em estudos longitudinais (McAdams e Vaillant, 1982) que mostram como a motivação para intimidade é capaz de predizer o ajuste psicossocial do indivíduo 17 anos depois.

Contudo, a importância da relação varia entre as pessoas, assim como o grau de intimidade obtido na relação. Enquanto alguns indivíduos precisam de anos para criar uma relação profunda, outros têm a capacidade de desenvolver relações íntimas ainda nos estágios iniciais (Gore, Cross e Morris, 2006). Assim, há ainda outra diferenciação relevante: a necessidade de distinguir os efeitos da intimidade da mera passagem de tempo de um relacionamento, questionando assim a noção de alguns autores (Emmers-Sommer, 2004) para os quais a intimidade resulta do tempo de relacionamento. Theodore e colaboradores (2004) afirmam que não se pode contar apenas com a variável tempo de relacionamento para prever a intimidade.

Não se pode contar apenas com a variável tempo de relacionamento para prever a intimidade.

MODELOS TEÓRICOS DA INTIMIDADE

Alguns autores propõem várias categorias para compreender como se desenvolve a intimidade. Prager (1995), por exemplo, sugere três categorias: comportamentos relacionados (a revelação de informações privativas e de sentimentos positivos), afetos positivos (interações prazerosas) e cognição (percepção do parceiro como compreensivo). Essa autora verificou que cada uma dessas categorias contribuía independentemente para a percepção da intimidade, enquanto Harper, Schaalje e Sandberg (2000) utilizaram em sua definição de intimidade a ideia de que há um processo de partilha de experiências íntimas em cinco áreas: emocional, social, sexual, intelectual e recreativa.

Berscheid e colaboradores (1989) definem a intimidade como um constructo multidimensional que consiste em passar algum tempo junto (frequência), em uma variedade de interações conjuntas (diversidade), causando a percepção da influência que um tem nos planos, nas decisões e nas atividades do outro (força). Contudo, essa formulação tem sido criticada por negligenciar as qualidades cognitivas e afetivas associadas à intimidade (Aron, Aron e Smollan, 1992).

Embora tais definições tentem definir o que é a intimidade, Van den Broucke, Vendereycken e Vertommen (1995b) mostram que alguns pesquisadores investigaram-na como um constructo mais amplo, referindo-se à qualidade dos relacionamentos. Nesse sentido, Perlman e Fehr (1987, apud Van den Broucke et al., 1995b), identificaram quatro principais abordagens sobre o estudo da intimidade como um constructo psicológico, a saber: o modelo desenvolvimental, no qual a crise de superação do isolamento e obtenção de relações íntimas é uma tarefa central do desenvolvimento e determinante na evolução da vida humana; o modelo motivacional admite intimidade como um motivo duradouro, o qual reflete a preferência individual ou a prontidão para experenciar proximidade, calor e comunicação.

A intimidade é aqui considerada um atributo individual que se manifesta através das diversas situações interacionais; o modelo *equilibrium*, em contraste com as perspectivas anteriores, preconiza que a intimidade deve ser concebida como uma propriedade dos re-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

lacionamentos, em vez de um atributo individual. Aqui o entendimento básico é de que deve haver um equilíbrio entre o desejo de alcançar e de evitar intimidade nas interações para sentir-se confortável com o parceiro; e, por fim, o modelo equidade, no qual a intimidade é baseada na teoria da equidade para relacionamentos pessoais. Embora o foco dessas formulações teóricas individuais e interacionais pareça contraditório, a intimidade pode ter propriedades de ambos os modelos. Considerar tanto os aspectos individuais quanto os diádicos parece uma abordagem integrativa, até mesmo porque, segundo Zeedyk (2006), as capacidades individuais só podem surgir através do engajamento íntimo com os outros.

Autores como Van den Broucke, Vendereycken e Vertommen (1995a) formularam seu modelo teórico de intimidade através de seis dimensões estruturais, três no nível diádico (afeto, cognitivo e interdependência instrumental), duas no nível individual (autenticidade e abertura) e uma no nível grupo social ou de rede (exclusividade). A grande vantagem desse modelo é que integra as visões descritas sobre intimidade conjugal, abrangendo perspectivas tanto teóricas quanto empíricas. E ainda acrescenta um terceiro, o nível social ou de rede, que foi negligenciado com frequência.

Para eles, o envolvimento da intimidade nos relacionamentos depende desses três fatores. No primeiro, o nível individual, ambos os parceiros devem ter alcançado uma identidade segura. Ainda no nível individual, Gore, Cross e Morris (2006) consideram que a forma como cada um se define influencia a maneira como cada um pensa, sente e interage com os outros. O papel do *self-system* tem sido verificado como central nas relações (Cross, Bacon e Morris, 2000; Markus e Kitayama, 1991). No segundo, o nível diádico, a intimidade é promovida pela autorrevelação mútua dos parceiros. Por último, no nível social, os parceiros separaram-se emocionalmente de suas famílias de origem.

Há, contudo, um consenso entre cientistas e clínicos quanto a certos ingredientes essenciais que compõem a intimidade. A intimidade resume-se à sensação de autorrevelação, ao compartilhamento do seu eu interior e ao sentimento de estar próximo do parceiro (Kirby, Baucom e Peterman, 2005; Prager, 1995; Reis e Shaver, 1988). Em outras palavras, segundo Master, Johnson e Kolodny (1997, p. 27):

> uma dedicação mútua e um desejo de transformar essa dedicação em compromisso; partilhar livremente um com o outro; comunicar-se aberta e profundamente; valorizar o suficiente um relacionamento para imbuí-lo de vulnerabilidade e confiança; ternura; e esforçar-se constantemente para ter empatia um com o outro.

Betchen (2003) define a intimidade como um processo em andamento, envolvendo dois parceiros que alcançaram um grau de diferenciação saudável de suas famílias de origem (autonomia emocional), consequentemente, contribui para a habilidade de estar em contato com os próprios sentimentos e expressá-los de forma livre, clara e racional, sem medo e sem consequências reais geradas pelo parceiro. Parceiros íntimos são próximos em termos emocionais, físicos e sexuais; portanto, a intimidade não é indicada pela mera existência ou sobrevivência de uma relação intacta. Ela representa muito mais. Segundo Cordova, Gee e Warren (2005), será a sensação de "conforto com a vulnerabilidade", ou intimidade segura, que admitirá a dimensão afetiva da intimidade, já que faz parte do desenvolvimento da intimidade compartilhar suas vulnerabilidades para que o outro possa dar suporte (Cordova e Scott, 2001).

A intimidade como um processo em andamento, envolvendo dois parceiros que alcançaram um grau de diferenciação saudável de suas famílias de origem (autonomia emocional), consequentemente, contribui para a habilidade de estar em contato com os próprios sentimentos e expressá-los de forma livre, clara e racional, sem medo e sem consequências reais geradas pelo parceiro.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

INTIMIDADE E VULNERABILIDADE

Cordova e Scott (2001) sustentam que a intimidade é um processo gerado pela capacidade do parceiro de fortalecer o outro quando este se mostra vulnerável. O comportamento será considerado vulnerável à medida que estiver associado ao ser penalizado pelos outros (direta ou indiretamente).

Segundo Cordova, Gee e Warren (2005), a relação íntima é caracterizada pelo acúmulo de eventos íntimos e de eventos supressores. Aqueles relacionamentos que são mais ricos em eventos íntimos do que supressores são percebidos como mais seguros e, com isso, mais íntimos. Nessa formulação, o grande desafio da intimidade genuína está na intrínseca presença do magoar emocionalmente. Em outros termos, a turbulência relacional é inerente à redefinição de uma relação como íntima (Solomon e Knobloch, 2004). No entender de alguns pesquisadores, a relação íntima acarreta a interferência do parceiro em uma série de atividades do dia a dia (Knobloch e Solomon, 2004). Essa interferência pode gerar turbulência aparente em níveis moderados de intimidade. Assim, são entendidas como fundamentais, para o maior envolvimento do casal, as mudanças graduais na incerteza e na interdependência relacional.

Mirgain e Cordova (2007) consideram que, devido a essa natureza desafiadora da intimidade, o funcionamento saudável de uma relação íntima requer uma adequada habilidade emocional. Por habilidade emocional entende-se administrar os sentimentos gerados nas relações (por exemplo, raiva, mágoa, etc.) de maneira adequada. Teoricamente, a habilidade emocional facilitaria o processo de intimidade através do papel que esses sentimentos desempenham, seja na manutenção da vulnerabilidade de cada um, seja na habilidade de administrar a vulnerabilidade do parceiro (Cordova, Gee e Warren, 2005).

Em outros termos, Ben-Ari e Laave (2007) consideram que a proximidade requer duas forças opostas: autonomia e conexão. Baxter (1988) argumenta que, sem a conexão, as relações não adquirem identidade e não podem existir; contudo, sem a autonomia, os indivíduos não têm identidade e, consequentemente, não podem existir numa relação. É importante ressaltar que a demanda por autonomia e conexão muda constantemente e que o processo de manutenção dessas demandas é permanente.

Outro aspecto que deve ser considerado é a diminuição da incerteza na relação para o aumento da intimidade (Theiss e Solomon, 2008). Por incerteza relacional entende-se o grau de confiança que as pessoas têm em sua percepção de envolvimento na relação interpessoal (Knobloch e Solomon, 2002). Constatou-se que, muito mais do que baixos níveis de incerteza iniciais, é a sua gradual diminuição, ou seja, o aumento da confiança ou da maior previsibilidade, que permite a construção de relações íntimas. O processo de redução de incerteza por si só é experienciado como recompensador e acelera a intimidade, independentemente de alguma incerteza que permaneça (Knobloch e Solomon, 2002).

Outra forma de compreensão do processo de tornar-se íntimo está no modelo desenvolvido por Hess, Fannin e Pollom (2007). Segundo esses autores, para compreender como as pessoas tornam-se próximas de alguém, é preciso que compreendamos tanto as estratégias de aproximação quanto as de distanciamento. Assim, eles desenvolveram o conceito de afiliação para a dinâmica entre essas forças. Para as estratégias de distanciamento, os autores propõem três estratégias básicas: evitação (reduzir totalmente o contato com parceiro), desengajamento (reduzir a abertura e o respeito com o outro que caracterizaria uma atitude normal) e dissociação cognitiva (perceber menos conexão, denegrindo mentalmente o outro, ou distanciando o outro a fim de diminuir o impacto psicológico que suas ações podem gerar). Para as estratégias de aproximação, os autores afirmam que a abertura, a atenção e o envolvimento seriam os meios de obtenção de proximidade. Quando essas duas variáveis são levadas em consideração, é possível adquirir uma visão mais precisa da descrição da afiliação, até por-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

que as relações mais longas, de modo geral, apresentam alguma medida das duas variáveis.

A INFLUÊNCIA PSICOSSOCIAL NA INTIMIDADE

Existem diferenças individuais na habilidade de fazer uso das gratificações das relações íntimas. A origem dessas diferenças provavelmente remonta à aprendizagem sobre a intimidade durante a infância e a adolescência, tanto na relação do indivíduo com a família quanto em relação ao modelo de vida conjugal dos pais (Waring et al., 1980). As relações com os amigos na adolescência também são influentes no treino dessa habilidade (Scharf e Mayseless, 2001).

Não se pode negar, porém, que a família e as regras sociais que orientam as relações de amizade estão inseridas em um contexto maior de normas culturais. Algumas pesquisas têm abordado a vivência da intimidade, comparando culturas mais ligadas ao individualismo ou ao coletivismo (Gao, 2001). Quanto aos aspectos da autorrevelação, o individualismo enfatiza a autoconfiança, a competição e a priorização dos objetivos pessoais frente aos objetivos grupais, enquanto o coletivismo enfatiza a interdependência, a harmonia interpessoal, a cooperação e a subordinação aos objetivos grupais frente aos pessoais (Marshall, 2008).

Tem-se sugerido que os casais de culturas coletivistas experienciam menos intimidade por terem suas necessidades satisfeitas principalmente através das relações familiares (Marshall, 2008). Outros dizem que as culturas individualistas atribuem uma maior ênfase à autorrevelação para a obtenção de intimidade do que as culturas coletivistas (Adams, Anderson e Adonu, 2004). No entanto, uma possibilidade é que as ideologias tradicionais de gênero encorajem as mulheres a cultivar traços "femininos" que potencializam a responsividade, como simpatia, compreensão e sensibilidade, enquanto encorajam os homens a desenvolver traços de responsividade-inibitória "masculinos", como dominância e agressividade (Bem, 1974).

Outra possibilidade é a de que a intimidade conjugal seja mais importante nas culturas individualistas, justamente porque ela será o principal veículo de obtenção de satisfação dessas necessidades, ao passo que nas culturas coletivistas as relações conjugais podem servir para outros valores culturais, como reforçar a família e as ligações econômicas, em vez de satisfazer o interesse de alguém. Assim, baixos níveis de intimidade na cultura individualizada podem gerar consequências pessoais e relacionais particularmente negativas (Dion e Dion, 1993), enquanto na cultura coletivista pode não haver as mesmas consequências (Hsu, 1985).

Por fim, Marshall (2008) distingue que não é a cultura individualista ou coletivista que explica as diferenças culturais na intimidade, mas sim a ideologia relacionada ao papel de gênero. Logo, as diferenças culturais na intimidade podem não ser tão benignas assim e ter importantes implicações nos relacionamentos. O autor salienta que as culturas tradicionais não medem as implicações que a socialização à qual homens e mulheres são expostos pode suscitar na vivência da intimidade. Segundo eles, envolve o sentimento, o pensamento e o comportamento de que são essencialmente diferentes e, consequentemente, de que há uma maior distância empática e emocional.

Muitos acreditam que uma cultura com maior equidade propicia uma maior satisfação pessoal e conjugal (Munck e Korotayev, 2007). Várias pesquisas têm constatado uma capacidade de autorrevelação reduzida para homens que vivenciam papéis de gênero tradicionais (Neff e Suizzo, 2006), o que traz consequências para a intimidade. Uma explicação é que o tradicional papel de gênero masculino não encoraja a revelação de sentimentos que costumam ser vistos como afeminados ou homossexuais (Thompson e Pleck, 1986). Por outro lado, as mulheres tendem a autorrevelar-se com maior frequência (Dindia e Allen, 1992).

Apesar de Cordova, Gee e Warren (2005) considerarem que a diferença entre os sexos

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

continua sendo uma questão mal respondida que pode ser essencial para nossa compreensão do processo de intimidade no casamento, ainda assim percebem algumas tendências. Aparentemente, homens e mulheres experienciam a intimidade emocional de modos diferentes. Enquanto os homens utilizam a interação sexual para aumentar a intimidade (Hatfield et al., 1988; Korobov e Thorne, 2006), as mulheres precisam de intimidade emocional para se engajar sexualmente. Há também evidências de que os homens atribuem maior valor à capacidade de relaxar e de ser autêntico no estabelecimento da intimidade (Wagner-Raphael, Seal e Ehrhardt, 2001), preservando assim sua individualidade, enquanto as mulheres tendem a incluir os outros como parte da sua definição de *self* (Cross e Madson, 1997). Desse modo, a sensação de intimidade apresenta uma influência maior da atitude (Mitchell et al., 2008) e da responsividade do parceiro (Reis e Patrick, 1996) para as mulheres. Enquanto elas parecem precisar mais desse *feedback* dos parceiros, os homens apresentam uma necessidade de autorrevelação menos dependente dos que as parceiras responderão (Laurenceau, Barrett e Rovine, 2005).

Os homens atribuem maior valor à capacidade de relaxar e de ser autêntico no estabelecimento da intimidade, preservando assim sua individualidade, enquanto as mulheres tendem a incluir os outros como parte da sua definição de *self*.

Radmacher e Azmitia (2006) sintetizaram três perspectivas quanto à questão do gênero na compreensão da intimidade. A primeira delas postula que homens e mulheres compartilham da importância da intimidade, mas diferem em sua conceitualização, pois as mulheres experienciam a intimidade através de meios tradicionais de autorrevelação, enquanto os homens a experienciam através de atividades conjuntas (Floyd, 1997), cujas questões recreacionais e sexuais assumem um papel importante (Korobov e Thorne, 2006). A segunda perspectiva postula que os homens experienciam a intimidade através de dois caminhos, a autorrevelação e as atividades compartilhadas, enquanto as mulheres atingem a intimidade primordialmente através da autorrevelação. A terceira perspectiva postula que homens e mulheres mobilizam a mesma conceitualização de intimidade; porém, como resultado da socialização dos homens, estes se autorrevelam menos do que as mulheres (Fehr, 2004). Há aqueles, no entanto, que verificaram que a cultura não influencia a intimidade. Segundo Gao (2001), a importância da intimidade pode ser culturalmente universal, mas a forma como é expressa pode variar de cultura para cultura.

As mulheres experienciam a intimidade através de meios tradicionais de autorrevelação, enquanto os homens a experienciam através de atividades conjuntas, cujas questões recreacionais e sexuais assumem um papel importante.

A importância da intimidade pode ser culturalmente universal, mas a forma como é expressa pode variar de cultura para cultura.

INSTRUMENTOS DE MEDIDA DA INTIMIDADE

Considerando a complexidade do constructo, tornam-se necessários instrumentos bem-elaborados para a sua medição. Repinski e Zook (2005) argumentam que instrumentos que se propõem a medir a intimidade através de apenas uma questão são problemáticos em termos de confiabilidade, devido à natureza subjetiva das respostas dos indivíduos. Para a execução das pesquisas sobre essa temática, os instrumentos descritos a seguir têm sido utilizados com maior frequência.

- *Waring Intimacy Questionnaire (WIQ) (Waring, 1984)*: é um questionário com 90 itens que mede oito dimensões:
  1. afeto (grau de expressão dos sentimentos de proximidade dos cônjuges);
  2. expressividade (grau de comunicação dos pensamentos, crenças, atitudes e sentimentos no casamento;

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

3. compatibilidade (grau de capacidade dos cônjuges de trabalhar e brincar juntos confortavelmente);
4. coesão (grau de comprometimento com o casamento);
5. sexualidade (grau de comunicação e satisfação das necessidades sexuais);
6. resolução de conflitos (grau de tranquilidade com que as diferenças de opiniões são resolvidas);
7. autonomia (grau de conexão positiva do casal com a família e os amigos);
8. identidade (grau de autoestima e autoconfiança do casal).

- *Personal Assessment of Intimacy in Relationships (PAIR) (Schaefer e Olson, 1981)*: é um questionário composto por 36 itens que acessa os níveis esperados e obtidos em cinco tipos de intimidade:

  1. emocional (experiência de proximidade de sentimentos);
  2. social (existência de amigos em comum e de similaridades nas redes sociais);
  3. sexual (experiências de compartilhar prazeres gerais e/ou atividade sexual);
  4. intelectual (experiência de compartilhar ideias) e
  5. recreacional (experiência de compartilhar *hobbies* e/ou participação conjunta em eventos esportivos).

- *Miller Social Intimacy Scale (MSIS) (Miller e Lefcourt, 1982)*: é uma escala de autorrelato com 17 itens que acessa os níveis máximos de intimidade experienciados na relação em curso.
- *Fear-of-Intimacy Scale (Descutner e Thelen, 1991)*: analisa o medo de intimidade, estejam os entrevistados envolvidos ou não em um relacionamento. O medo de intimidade é entendido como a capacidade inibida de um indivíduo, devido à ansiedade, de trocar pensamentos e sentimentos de importância pessoal com outro indivíduo que tenha alto valor. O constructo de medo de intimidade leva em conta três características principais:

  1. conteúdo (comunicação de informações pessoais);
  2. valência emocional (sentimentos fortes a respeito da troca de informação pessoal);
  3. vulnerabilidade (grande consideração com a intimidade do outro).

  Os autores propõem que somente com a coexistência dessas três características é que a intimidade pode existir.

- *Marital Intimacy Questionnaire (MIQ) (Van den Broucke, Vendereycken e Vertommen, 1995a, b)*: embora este seja um instrumento de pesquisa menos popular, a sua vantagem está na tentativa de integrar os modelos existentes. Busca, por exemplo, aproveitar as qualidades do PAIR quanto ao foco na comunicação e à delimitação das áreas de exercício da intimidade, mas tentando prover os componentes afetivos, individuais e situacionais que foram negligenciados pelo outro instrumento. Segue a tendência do WIQ em agregar dimensões, mas especifica os níveis de sistema (individual, díade ou de rede social) que estas compõem. Além disso, Haning e colaboradores (2007) salientam a confusão conceitual (através de seus itens) feita por esses dois instrumentos entre intimidade e interação física e/ou satisfação sexual.

Não existem instrumentos em língua portuguesa que pretendam avaliar a intimidade de casais estáveis. Essa temática ainda precisa ser mais bem investigada entre a população brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações íntimas reconhecidamente influenciam a saúde emocional e a qualidade de vida. Devido a isso, baixos níveis de intimidade têm sido referidos como a causa mais comum para a busca por terapia de casal (Mitchell et al., 2008). A intimidade pressupõe muito mais do que a mera convivência

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

com o passar do tempo. Ela requer entrega emocional, o que significa compartilhar não só as virtudes, mas também as fragilidades com o intuito de receber amparo e aceitação. O grande desafio é que a revelação das fragilidades de um pode gerar ansiedade no outro, e nem sempre é possível ter uma maturidade emocional para suportar tal fato. De acordo com Solomon e Knobloch (2004), para se atingir uma relação de maior envolvimento, os cônjuges devem desenvolver uma diferenciação de cada um como indivíduo, obter um consenso sobre a natureza da relação, regular os seus sentimentos de apego emocional, coordenar padrões de intercâmbio de recursos e cultivar uma pretensão de relacionamento a longo prazo.

Conforme Scharf e Mayseless (2001), para obter intimidade é necessário, em primeiro lugar, que se esteja inclinado a valorizá-la. Em segundo lugar, é necessário que o sujeito seja capaz de tolerar e abraçar as emoções intensas que fazem parte das relações íntimas, além de compartilhar experiências emocionais livremente. Por fim, é preciso ser capaz de autorrevelar-se, bem como demonstrar reciprocidade e sensibilidade com os sentimentos do outro, além de preocupação com o seu bem-estar. A intimidade madura envolve simultaneamente a capacidade de autonomia, individualidade e separação no âmbito da relação. Os indivíduos devem primeiramente desenvolver um senso de identidade coerente, que lhes permitirá obter intimidade sem o medo de perder sua identidade (Erikson, 1968). Intimidade madura e genuína pressupõe um equilíbrio entre proximidade emocional e separação.

Dessa forma, fica evidente que, para a compreensão teórica da intimidade, o aspecto individual deve ser contemplado junto com o interpessoal. Assim, parece adequada a proposta de integrar teorias do desenvolvimento com os modelos interpessoais para a compreensão desse constructo (Weinberger, Hofstein e Whitbourne, 2008). Essa proposta entende que, além de características desenvolvidas por cada um, a relação também auxiliará ou dificultará esse processo.

Apesar da importância da intimidade, a negociação das diferentes formas de vivenciá-la pode ser um grande desafio para os casais por uma série de razões. Primeiro, os parceiros podem diferir nos níveis de necessidade de intimidade. Segundo, mesmo que desejem os mesmos níveis de intimidade, podem ter maneiras diferentes para atender a essas necessidades, o que pode variar de conversar com conteúdo autorrevelador até manter contato físico. Terceiro, questões de *timing* podem interferir na habilidade de um dos parceiros em atender a necessidade de intimidade do outro (Kirby, Baucom, e Peterman, 2005). Devido a isso, a noção de que o processo de intimidade requer que ambos os parceiros participem é crucial (Reis e Shaver, 1988), principalmente quanto a certa concordância do que é ser íntimo e do grau de intimidade percebida (Lippert e Prager, 2001).

Assim, a proposta de tratamento para a obtenção e a melhora de intimidade de L'Abate e Sloan (1984) ainda parece pertinente. Nesse modelo, os autores propõem três módulos:

1. identidade e diferenciação;
2. comunicação das emoções;
3. negociação.

Cordova, Gee e Warren (2005) sugerem que as intervenções terapêuticas destinadas a acessar os problemas de intimidade dos casais talvez precisem direcionar-se diretamente à habilidade emocional dos clientes, já que as intervenções destinadas a facilitar a intimidade podem não ter resultado se houver déficit na habilidade de identificar ou de comunicar as emoções.

Por fim, Duncombe e Marsden (1995) entendem a intimidade como a última fronteira para a assimetria entre os gêneros. Segundo os autores, a menos que se reconheçam e que se discutam os fenômenos do comportamento emocional mais abertamente, os casais continuarão a sofrer de considerável dor e infelicidade. O passo inicial deverá ser a busca por conceitos e uma linguagem para conversar sobre os problemas de intimidade emo-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

cional e comportamento sexual. As mudanças necessárias para uma igualdade emocional deverão levar em conta como a identidade masculina heterossexual tradicionalmente esteve associada à manutenção da distância emocional e da defesa contra a intimidade, deixando a responsabilidade emocional para as mulheres (Weinberger, Hofstein e Whitbourne, 2008). No momento em que elas assumem cada vez mais responsabilidades no mercado de trabalho, a aprendizagem dos homens na esfera emocional tem sido exigida, modificando a forma como as novas gerações aprenderão a ser íntimas.

Questões para discussão

1. Por que a formação da identidade é tão importante para a construção de uma relação íntima?
2. Por que o tempo de convívio não é suficiente para proporcionar a intimidade de um casal?
3. Qual é o papel da autorrevelação para a obtenção e a manutenção de uma relação íntima?
4. O que os autores querem dizer com "conforto com a vulnerabilidade" como fator necessário para a aquisição de intimidade?
5. Qual é a diferença entre a vivência masculina e feminina acerca da intimidade?

REFERÊNCIAS

Adams, G., Anderson, S. L., & Adonu, J. K. (2004). *The cultural grounding of closeness and intimacy*. In D. J. Mashek, & A. P. Aron (Eds.), *The handbook of closeness and intimacy*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.

Aron, A., Aron, E. N., & Smollan, D. (1992). Inclusion of other in the self scale and the structure of interpersonal closeness. *Journal of Personality and Social Psychology, 63*, 596-612.

Bach, G. R., & Wyden, P. (1991). *O inimigo íntimo: Como brigar com lealdade no amor e no casamento*. São Paulo: Summus.

Bartholomew, K., & Horowitz, L. M. (1991). Attachment styles among adults: A test of a four category model. *Journal of Personality and Social Psychology, 61*, 226-244.

Baxter, L. A. (1988). A dialectical perspective on communication strategies in relationship development. In S. W. Duck (Ed.), *Handbook of personal relationships: Theory, research and interventions* (pp. 257-273). Chichester: Wiley.

Bem, S. L. (1974). The measurement of psychological androgyny. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 42*, 155-162.

Ben-Ari, A., & Laave, Y. (2007). Dyadic closeness in marriage: from the inside story to a conceptual model. *Journal of Social and Personal Relationship, 24*(5), 627-644.

Berscheid, E., Snyder, M., & Omoto, A. M. (1989). The relationship closeness inventory: assessing the closeness of interpersonal relationships. *Journal of Personality and Social Psychology, 57*, 792-807.

Betchen, S. J. (2003). Suggestions for improving intimacy in couples in which one partner has attention-deficit/hyperactivity disorder. *Journal of Sex & Marital Therapy, 29*(2), 103-124.

Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss* (Vol. 1). London: Hogarth.

Bradford, S. A., Feeney, J. A., & Campbell, L. (2002). Links between attachment orientations and dispositional and diary-based measures of disclosure in dating couples: A study of actor and partner effects. *Personal Relationships, 9*, 491-506.

Clark, M. S., & Reis, H. T. (1988). Interpersonal processes in close relationships. *Annual Reviews Psychology, 39*, 609-673.

Cordova, J. V., & Scott, R. L. (2001). Intimacy: A behavioral interpretation. *The Behavior Analyst, 24*(1), 75-86.

Cordova, J. V., Gee, C. B., & Warren, L. Z. (2005). Emotional skillfulness in marriage: intimacy as a mediator of the relationship between emotional skillfulness and marital satisfaction. *Journal of Social and Clinical Psychology, 24*(2), 218-235.

Cross, S. E., & Madson, L. (1997). Models of the self: Self-construals and gender. *Psychological Bulletin, 122*, 5-37.

Cross, S. E., Bacon, P., & Morris, M. (2000). The relational-interdependent self-construal and relationships. *Journal of Personality and Social Psychology, 78*, 791-808.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Dandeneau, M. L., & Johnson, S. M. (1994). Facilitating intimacy: Interventions and effects. *Journal of Marital and Family Therapy, 20*(1), 17-33.

Descutner, C. J., & Thelen, M. H. (1991). Development and validation of a fear-of-intimacy scale. *Psychological Assessment, 3*(2), 218-225.

Dindia, K., & Allen, M. (1992). Sex-differences in self disclosure: A meta-analysis. *Psychological Bulletin, 112*, 106-124.

Dion, K., & Dion, K. (1993). Individualistic and collectivistic perspectives on gender and the cultural context of love and intimacy. *Journal of Social Issues, 49*(3), 53-69.

Duncombe, J., & Marsden, D. (1995). "Workaholics" and "whingeing women": theorising intimacy and emotion work: The last frontier of gender inequality? *The Editorial Board of The Sociological Review,* 150-169.

Emmers-Sommer, T. M. (2004). The effect of communication quality and quantity indicators on intimacy and relational satisfaction. *Journal of Social and Personal Relationships, 21*, 399-411.

Erikson, E. H. (1987). *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.

Fehr, B. (2004). Intimacy expectations in same-sex friendships: A prototype interaction pattern model. *Journal of Personality and Social Psychology, 86*(2), 265-284.

Feldman, S. S., & Gowen, L. K. (1998). Family relationships and gender as predictors of romantic intimacy in young adults: A longitudinal study. *Journal of Research on Adolescence, 8*(2), 263-286.

Floyd, K. (1997). Brotherly love: II. A development perspective on liking, love, and closeness in the fraternal dyad. *Journal of Family Psychology, 11*, 196-209.

Gao, G. (2001). Intimacy, passion, and commitment in Chinese and US American romantic relationships. *International Journal of Intercultural Relations, 25*, 329-342.

Goldberg, C. (2000). Basic emotional communication (BEC) for intimate relating: Guidelines for dialogue. *Journal of Contemporary Psychotherapy, 30*(1), 61-70.

Gore, J. S., Cross, S. E., & Morris, M. L. (2006). Let's be friends: Relational self-construal and the development of intimacy. *Personal Relationships, 13*, 83-102.

Greef, A. P., & Malherbe, H. L. (2001). Intimacy and marital satisfaction in spouses. *Journal of Sex & Marital Therapy, 27*, 247-257.

Gummerum, M., & Keller, M. Affection, virtue, pleasure, and profit: Developing an understanding of friendship closeness and intimacy in western and Asian societies. *International Journal of Behavioral Development, 32*, 218-231.

Haning, R. V. (2007). Intimacy, orgasm likelihood, and conflict predict sexual satisfaction in heterosexual male and female respondents. *Journal of Sex & Marital Therapy, 33*, 93-113.

Harper, J. M., Schaalje, B. G., & Sandberg, J. G. (2000). Daily hassles, intimacy, and marital quality in later life marriages. *The American Journal of Family Therapy, 28*(1), 1-18.

Hassebrauck, M., & Fehr, B. (2002). Dimensions of relationship quality. *Personal Relationships, 9*, 253-270.

Hatfield, E. (1988). Gender differences in what desired in the sexual relationship. *Journal of Psychology & Human Sexuality, 1*, 39-52.

Hazan, C., & Shaver, P. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology, 52*, 511-524.

Hess, J. A., Fannin, A. M. Y. D., & Pollom, L. H. (2007). Creating closeness: Discerning and measuring strategies for fostering closer relationships. *Personal Relationships, 14*, 25-44.

Hook, M. K. (2003). How close are we? Measuring intimacy and examining gender differences. *Journal of Counseling e Development, 81*(4), 462-472.

Hsu, F. L. K. (1985). *The self in cross-cultural perspective*. In A. J. Marsella, G. A De Vos, & F. L. K. Hsu (Eds.), *Culture and self: Asian and Western perspective*. New York: Tavistock.

Kaplan, H. S. (1977). *A nova terapia do sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Kirby, J. S., Baucom, D. H., & Peterman, M. A. (2005). An investigation of unmet intimacy needs in marital relationships. *Journal of Marital and Family Therapy, 31*(4), 313-325.

Knobloch, L. K., & Solomon, D. H. (2002). Intimacy and the magnitude and experience of episodic relational uncertainty within romantic relationship. *Personal Relationships, 9*, 457-478.

Knobloch, L. K., & Solomon, D. H. (2004). Interference and facilitation from partners in the development of interdependence within romantic relationships. *Personal Relationships, 11*, 115-130.

Korobov, N., & Thorne, A. (2006). Intimacy and distancing: Young men's conversations about romantic relationships. *Journal of Adolescent Research, 21*(1), 27-55.

L'abate, L., & Sloan, S. (1984). A workshop format to facilitate intimacy in married couples. *Family Relations, 33*, 245-250.

Laurenceau, J. P., Barrett, L. F., & Rovine, M. J. (2005). The interpersonal process model of intimacy in marriage: A daily-diary and multilevel modeling approach. *Journal of Family Psychology, 19*(2), 314-323.

Lippert, T. A., & Prager, K. J. (2001). Daily experiences of intimacy: A study of couples. *Personal Relationships, 8*, 283-298.

Marcia, J. E. (1966). Development and validation of ego-identity status. *Journal of Personality and Social Psychology, 3*(5), 551-558.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Markus, H.,& Kitayama, S. (1991). Culture and self: Implications for cognition, emotion, and motivation. *Psychological Review, 98*, 224-253.

Marshall, T. C. (2008). Cultural differences in intimacy: The influence of gender-role ideology and individualism collectivism. *Journal of Social and Personal Relationships, 25*, 143-168.

Masters, W. H., Johnson, V. E., & Kolodny, R. C. (1997). *Heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Mcadams, D. P., & Vaillant, G. E. (1982). Intimacy motivation and psychosocial adjustment: a longitudinal study. *Journal of Personality Assessment, 46*(6), 586-593.

Miller, R. S., & Lefcourt, H. M. (1982). The assessment of social intimacy. *Journal of Personality Assessment, 46*(5), 514-518.

Mirgain, S. A., & Cordova, J. V. (2007). Emotion skills and marital health: the association between observed and self--reported emotion skills, intimacy and marital satisfaction. *Journal of Social and Clinical Psychology, 26*(9), 983-1009.

Mitchell, A. E. (2008). Predictors of intimacy in couples' discussions of relationship injuries: An observational study. *Journal of Family Psychology, 22*(1), 21-29.

Munck, V. C., & Korotayev, A. V. (2007). Wife-husband intimacy and female status in cross-cultural Perspective. *Cross-Cultural Research, 41*, 307-335.

Neff, K. D., & Suizzo, M. A. (2006). Culture, power, authenticity, and psychological well-being within romantic relationships: A comparison of European Americans and Mexican Americans. *Cognitive Development, 24*(4), 441-457.

Overbeek, G. (2007). Brief report: Intimacy, passion, and commitment in romantic relationships: Validation of a 'triangular love scale' for adolescent. *Journal of Adolescence, 30*, 523-528.

Patton, D., & Waring, E. M. (1985). Sex and marital intimacy. *Journal of Sex & Marital Therapy, 11*(3), 176-184.

Prager, K. J. (1995). *The psychology of intimacy*. New York: Guilford.

Radmacher, K., & Azmitia, M. (2006). Are there gendered pathways to intimacy in early adolescents'and emerging adults' friendships? *Journal of Adolescent Research, 21*, 415-448.

Reis, H. T., & Patrick, B. C. (1996). Attachment and intimacy: Component processes. In E. T. Higgins, & A. W. Kruglanski (Eds.), *Social psychology: Handbook of basic principles*. New York: Guilford.

Reis, H. T., & Shaver, P. (1988). Intimacy as an interpersonal process. In S. Duck (Ed.), *Handbook of personal relationships*. Chichester: Wiley & Sons.

Reis, S., & Grenyer, B. F. S. (2004). Fear of intimacy in women: Relationship between attachment styles and depressive symptoms. *Psychopathology, 37*, 299-303.

Repinski, D. J., & Zook, J. M. (2005). Three measures of closeness in adolescents' relationships with parents and friends: variations and developmental significance. *Personal Relationships, 12*, 79-102.

Rowland, J. H. (2009). Addressing intimacy and partner communication after breast cancer: a randomized controlled group intervention. *Breast Cancer Research and Treatment, 118*, 99-111.

Sanderson, C. A. (2007). The association between intimacy goals and plans for initiating dating relationships. *Personal Relationships, 14*, 225-243.

Schaefer, M. T., & Olson, D. H. (1981). Assessing intimacy: The PAIR inventory. *Journal of Marital & Family Therapy, 7*(1), 47-60.

Scharf, M., & Mayseless, O. (2001). The capacity for romantic intimacy: Exploring the contribution of best friend and marital and parental relationships. *Journal of Adolescence, 24*, 379-399.

Solomon, D. H., & Knobloch, L. K. (2004). A model of relational turbulence: The role of intimacy, relational uncertainty, and interference from partners in appraisals of irritations. *Journal of Social and Personal Relationships, 21*, 795-816.

Sprecher, S., & Hendrick, S. S. (2004). Self-disclosure in intimate relationships: Associations with individual and relationship characteristics over time. *Journal of Social & Clinical Psychology, 23*, 857-877.

Sternberg, R. J. (1988). A triangular theory of love. *Psychological Review, 93*(2), 119-135.

Theiss, J. A., & Solomon, D. H. (2008). Parsing the mechanisms that increase relational intimacy: The effects of uncertainty amount, open communication about uncertainty, and the reduction of uncertainty. *Human Communication Research, 34*, 625-654.

Theodore, P. S. (2004). Intimacy and sexual behavior among HIV-positive men-who-have-sex-with-men in primary relationships. *Aids and Behavior, 8*(3), 321-331.

Thompson, E. H., & Pleck, J. H. (1986). The structure of male role norms. *American Behavioral Scientist, 29*(5), 531-543.

Van den Broucke, S., Vandereycken, W., & Vertommen, H. (1995a). Construction and validation of marital intimacy questionnaire. *Family Relations, 44*(3), 285-290.

Van den Broucke, S., Vandereycken, W., & Vertommen, H. (1995b). Marital intimacy: Conceptualization and assessment. *Clinical Psychology Review, 15*(3), 217-233.

Wagner-Raphael, L. I., Seal, D. W., & Ehrhardt, A. A. (2001). Close emotional relationships with women versus men: A qualitative study of 56 heterosexual men living in an inner-city neighborhood. *The Journal of Men's Studies, 9*, 243-256.

Waring, E. (1984). The measurement of marital intimacy. *Journal of Marital and Family Therapy, 10*(2), 185-192.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Waring, E., & Chelune, G. (1983). Marital intimacy and self-disclosure. *Journal of Clinical Psychology, 39*(2), 183-190.

Waring, E. M. (1980). Concepts of intimacy in the general population. *Journal of Nervous and Mental Disease, 168*(8), 471-474.

Weinberger, M. I., Hofstein, Y., & Whitbourne, S. K. (2008). Intimacy in young adulthood as a predictor of divorce in midlife. *Personal Relationships, 15*, 551-557.

Zeedyk, M. S. (2006). From intersubjectivity to subjectivity: The transformative roles of emotional intimacy and imitation. *Infant and Child Development, 15*, 321-334.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

17

A família no judiciário

Evani Zambon Marques da Silva
Sonia Liane Reichert Rovinski

INTRODUÇÃO

As importantes transformações operadas na sociedade durante o século XX, referentes aos papéis sociais de homens e mulheres, trouxeram mudanças significativas na constituição da família, refletindo maior diversidade decorrente da ampliação dos direitos individuais e das conquistas tecnológicas. Se antes os "hábitos de família de classe média" guiavam o comportamento das pessoas e todas as demais formas eram consideradas "erradas", agora o padrão das relações familiares pode ser considerado plural e em constante modificação (Tondo, 2001). A busca de legitimação e reconhecimento dessas mudanças na sociedade moderna passa, necessariamente, pela dimensão jurídica, trazendo a "judiciarização" das relações e dos conflitos interpessoais (Rifiotis, 2008). Nesse sentido, observa-se, nos dias atuais, um incremento no foco do Judiciário sobre o grupo familiar, na tentativa de legitimar direitos que vêm sendo conquistados por seus membros individualmente, como a guarda por genitores masculinos, ou por novas configurações que já obtiveram reconhecimento social, como a união de casais homoafetivos.

O Direito de Família tem tentado responder a essas demandas, readaptando-se às necessidades trazidas pelas mudanças sociais. Inicialmente, o Código Civil de 1916 apresentava a definição de família como uma unidade de produção, calcada principalmente em laços patrimoniais. Existia um modelo único de família, constituído pelo casamento e pelos filhos legítimos (apenas aqueles havidos no casamento), que legitimava o pai com todo o poder sobre a mulher e os filhos. Um marco importante na evolução do Direito foi a Constituição brasileira de 1988, quando definiu que o objetivo fundamental de República era "promover o bem de todos" (art. 3º, IV), colocando em primeiro plano a preocupação com a dignidade, com a liberdade e a igualdade de cada cidadão. A influência desses novos valores sobre a legitimação da família fez com que se abandonasse a visão essencialmente econômica para concebê-la como o núcleo formador da personalidade de seus membros, sendo que a comunicação emocional passou a ocupar um espaço primordial e o ambiente familiar passou a ser considerado como um "sistema democrático" (Farias, 2002 p. 61), deixando de lado a feição centralizadora e patriarcal a favor de um espaço

A influência desses novos valores sobre a legitimação da família fez com que se abandonasse a visão essencialmente econômica para concebê-la como o núcleo formador da personalidade de seus membros, sendo que a comunicação emocional passou a ocupar um espaço primordial e o ambiente familiar passou a ser considerado como um "sistema democrático".

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

aberto ao diálogo entre seus membros, no qual é almejada a confiança recíproca.

Com o advento do novo Código Civil (2002), confirmou-se a valoração do afeto na estruturação do núcleo familiar, ainda que originariamente não houvesse referência explícita a esse tipo de vinculação afetiva. Suas contribuições foram, em especial, no sentido de reconhecimento e garantias à filiação que não fosse natural (art. 1.593 e 1.596) e de valoração das questões de realização pessoal em detrimento das questões patrimoniais, como, por exemplo, na definição do casamento como "comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges" (art. 1.511). A legislação passa a utilizar expressamente a palavra "afeto" quando o Código Civil (2002) é modificado com a lei da guarda compartilhada (Lei 11.698/2008).

Com essa mudança da legislação, o artigo 1.583 passa a ter nova redação, definindo "o afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar" como um dos marcos para a definição da guarda unilateral. Deve-se salientar, ainda, a contribuição da legislação infraconstitucional na evolução do Direito da Família, podendo ser citados o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), todos voltados a garantias de direitos quanto à integridade e ao bem-estar de seus signatários. Mais recentemente, foram feitas propostas do atual projeto de lei do Estatuto das Famílias (PL nº 2.285/2007), que, se for aprovado, trará fundamentos jurídicos mais explícitos para a defesa de direitos das novas configurações familiares, além de discutir o valor jurídico da socioafetividade.

Conforme Farias (2002), com a evolução da legislação em relação ao Direito de Família, o grande desafio da contemporaneidade deixou de ser o reconhecimento dos novos modelos familiares, na medida em que estes já se constituíram em uma realidade inegável. O objetivo atual passou a ser a busca de mecanismos de garantia de direitos a toda essa diversidade de configurações, cujos laços de afetividade seriam sua causa e finalidade. Para a atual legislação, a estruturação da sociedade em núcleos familiares só se justifica se esses núcleos forem encarados como refúgios para a realização da pessoa humana, como "centro para a implantação de projetos de felicidade pessoal e para a concretização do amor" (p. 67).

Essa verdadeira mudança paradigmática no Direito de Família tem trazido demandas cada vez mais complexas aos psicólogos forenses, que passaram a exercer um papel fundamental nas situações de litígio trazidas ao judiciário. Cabe a esses profissionais não só levar aos autos a subjetividade das partes envolvidas nos processos, como também propor ações de intervenção que possam dar conta dos diferentes aspectos do conflito para minimizá-lo. Assim, seu trabalho pode ser feito por meio de avaliações psicológicas, as chamadas perícias judiciais, ou por meio de intervenções diretas com os usuários da instituição, como, por exemplo, por meio de atividades como mediação, orientação à adoção ou encaminhamento à rede de atendimento psicossocial. Todas essas atividades exigem do psicólogo uma adaptação de suas técnicas à realidade forense, sem, contudo, descaracterizar os aspectos éticos e técnicos de sua atividade profissional. Ainda que o psicólogo forense possa ter na base de sua atuação uma compreensão clínica dos sujeitos atendidos, precisa incluir em sua prática os aspectos da dinâmica judicial, de modo que seus achados possam realmente auxiliar os agentes jurídicos em uma melhor prática da justiça e, em última instância, trazer benefícios ao próprio usuário do sistema.

Sobral, Arce e Prieto (1994), ao discutirem a intersecção entre a Psicologia e o Direito, mostram que ambas as disciplinas se preocupam com a compreensão, a predição e a regulação da conduta humana, mas que tais significados seriam muito diferentes quando usados pelo psicólogo ou pelo legislador. O trabalho interdisciplinar gera a necessidade de contextualizar as demandas específicas que chegam ao profissional psicólogo, que em uma primeira instância é visto como aquele que consegue compreender comportamentos e contribuir para a sua regulação.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Quando um juiz determina o estudo psicológico de uma determinada situação, ele nada mais quer do que receber elementos para melhor compreendê-la e poder julgar: quer aplicar a lei visando a proteção e a garantia de direitos dos envolvidos. Nesse sentido, é necessário conhecer e compreender os conceitos jurídicos que se encontram em discussão e que geraram o processo de avaliação psicológica. Termos como "guarda compartilhada", "alienação parental" e "paternidade socioafetiva" supõem uma legislação pertinente, que sustente intervenções por parte do Estado.

Não basta ao psicólogo discutir os aspectos afetivos envolvidos nas relações familiares que lhe chegam para avaliação. Ele deve estar atento às repercussões de seus achados no mundo jurídico, analisando com critério a forma de expressá-los em seu relatório final. Ao psicólogo não cabe a função de julgar; seu trabalho restringe-se à apresentação de dados sobre a subjetividade das partes envolvidas no processo. Porém, definir os dados que serão apresentados e a relação que se estabelece entre eles pode denotar atos de julgamento que extrapolam a cientificidade da Psicologia e que representam, muitas vezes, valores e crenças do próprio profissional.

Não basta ao psicólogo discutir os aspectos afetivos envolvidos nas relações familiares que lhe chegam para avaliação. Ele deve estar atento às repercussões de seus achados no mundo jurídico, analisando com critério a forma de expressá-los em seu relatório final. Ao psicólogo não cabe a função de julgar; seu trabalho restringe-se à apresentação de dados sobre a subjetividade das partes envolvidas no processo.

Por outro lado, os objetivos daqueles que procuram a Justiça para a resolução de seus problemas podem orbitar em torno de interesses diversos daquele que deu origem ao processo, como manter determinada situação de poder, definir parâmetros identificatórios nas várias situações e ganhar tempo para o alcance de metas diversas, entre muitos outros. Cabe ao psicólogo estar atento a situações de simulação ou dissimulação, ao encobrimento de situações de violência ou a falsas acusações de maus-tratos ou abuso sexual. A abordagem clínica, nesse momento, não pode dar conta de toda a demanda que se estabelece, necessitando de um posicionamento mais crítico e incisivo, típico da entrevista psicológica investigativa (Rovinski e Stein, 2009).

DEMANDAS ATUAIS AO TRABALHO DO PSICÓLOGO FORENSE

Torna-se fácil entender o incremento de avaliações psicológicas nas varas de família, principalmente em relação a casos envolvendo disputas de guarda e regulamentação de visitas, quando se observa o crescimento dos índices de separação conjugal informados pelo IBGE. Esses dados mostram que no Brasil, entre 2005 e 2006, houve um aumento de 6,5% referente à taxa de nupcialidade e, no mesmo período, um aumento de 7,7% na taxa de divórcios em todo o país. Ainda que as separações judiciais concedidas no Brasil sejam caracterizadas, em sua maioria, pela consensualidade (76,2%), esses índices não podem ser desprezados quando vistos sob o olhar de uma conjuntura maior. O aumento dos divórcios leva à formação de novos arranjos familiares, dotados de relações mais imbricadas e complexas. Quando os indivíduos separados ou divorciados iniciam uma nova união, formam um novo arranjo denominado "famílias reconstituídas". Especialmente no caso da presença de crianças, tais arranjos nem sempre funcionam de maneira harmônica; nem sempre trazem segurança aos filhos ou a necessária vigilância em fases precoces do desenvolvimento.

A via que o Judiciário tem encontrado para enfrentar essa grande demanda, compensando a sua falta de capacidade e de infraestrutura, além de disponibilizar ao cidadão novas formas de resolução de seus conflitos e implementar a cultura de paz, conforme proposto pela Organização das Nações Unidas, é a utilização de um método de resolução de conflitos denominado *mediação*. Essa proposta consiste na intervenção de um terceiro, pessoa física, independente, imparcial, compe-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

tente, diligente e escolhido em consenso, que coordena reuniões conjuntas e individuais, promovendo o diálogo, para que as pessoas envolvidas em conflitos construam conjuntamente a melhor e mais criativa solução (Braga Neto, 2009). Ainda que a atividade de mediador não seja exclusiva da Psicologia, a formação nessa área de conhecimento pode ser determinante para o melhor desenlace das conflitivas familiares.

No entanto, sabe-se que nem todas as questões familiares conseguem ser resolvidas de modo consensual. Situações que envolvem violência contra os filhos, desinteresse das partes em participar de processo de mediação ou conciliação, presença de psicopatologias que dificultam o diálogo entre os pais ou entre os pais e os filhos acabam por inviabilizar as medidas de consenso e terminam por ser encaminhadas à avaliação psicológica pericial. Nesse caso, o objetivo seria não apenas expor ao agente jurídico a dinâmica do litígio, mas também compreender os vínculos parentais com a criança, de forma a sugerir arranjos que pudessem garantir o seu contato com cada um dos genitores e a manutenção de seus vínculos afetivos (Lei 11.698/2008).

Nessa dinâmica da conflitiva parental está em grande evidência o conceito de síndrome de alienação parental (SAP). Essa síndrome foi descrita pela primeira vez na década de 1980, pelo psiquiatra infantil norte-americano Richard Gardner (1987), para caracterizar as sequelas emocionais e comportamentais das crianças que foram alijadas de um dos genitores (alienado) pelo outro (alienador), sem que houvesse motivos concretos para isso. Ainda que alguns autores contestem a existência de tal síndrome, alegando a falta de critérios consistentes para a sua identificação (Bone, 2003), não há dúvida, para aqueles técnicos que trabalham no Judiciário, de que o processo de alienação é uma constante nos casos de separações litigiosas, às vezes ligado apenas a sentimentos de retaliação e de vingança do alienador, mas, outras vezes, integrado a dinâmicas complexas que envolvem aspectos psicopatológicos pessoais ou referentes à própria relação do casal em separação (Darnall, 2010). Com a promulgação recente da lei sobre a alienação parental (Lei 12.318/2010), o judiciário passou a requerer a perícia psicológica ou biopsicossocial (art. 5º) para fundamentar intervenções que podem chegar a "suspensão da autoridade parental" (art. 6º, VII). Conforme Pereda e Arch (2009), essas situações ficam ainda mais complicadas quando existem acusações de abuso sexual, sendo preciso que o psicólogo avaliador procure distinguir entre aquelas situações que se mostram claramente infundadas daquelas em que se continua suspeitando da presença do abuso.

Outras questões mais atuais que costumam ser encaminhadas para perícia psicológica dizem respeito ao reconhecimento pelo Judiciário do afeto como um valor jurídico, entendendo-o como elemento constituinte das relações e do próprio sujeito. Welter (2009, p.115-116), ao discutir a paternidade socioafetiva, cita o julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em que se decidiu: "A verdadeira paternidade não pode se circunscrever na busca de uma precisa informação biológica; mais do que isso, exige uma concreta relação paterno-filial, pai e filho que se tratam como tal, donde emerge a verdade socioafetiva". Conforme o autor, já não se podem mais negar as "paternidades genéticas e socioafetivas, ao mesmo tempo, com a concessão de todos os efeitos jurídicos" (p. 122), pois ambas fazem parte da trajetória humana.

Discutir tais relações socioafetivas, identificando as representações familiares da criança, é algo muito complexo para se submeter a uma avaliação psicológica, pois envolve não só as representações da própria criança em relação aos adultos, mas também desses adultos em relação à criança. Mais recentemente, processos de indenização por "abandono moral" têm sido impetrados a genitores que não cumpriram as obrigações de seu poder familiar. Conforme Angeluci (2006), filhos que não receberam dos pais o afeto a que tinham direito passam a postular uma compensação pecuniária, criando o questionamento sobre um possível "preço" ao amor. Essa questão, ainda bastante polêmica, está fundamentada na visão do Judiciário sobre a

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

importância do afeto na formação da pessoa no contexto familiar, fazendo parte das responsabilidades dos genitores no exercício de seu poder familiar.

O trabalho do psicólogo, nesse caso, não tem o objetivo de definir se alguém deveria ou não ser ressarcido pela falta de convivência afetiva, e muito menos o valor desse ressarcimento. Estas são questões jurídicas e dizem respeito a constructos da própria sociedade em relação a novos direitos que podem ser fundamentados juridicamente. A função da avaliação psicológica, nesses casos, será descrever a construção e a presença dos atuais vínculos afetivos, as representações socioafetivas de pais e filhos e as possíveis intenções subjacentes à reivindicação jurídica. A importância do trabalho está na capacidade descritiva do perito, de modo a fornecer elementos que possam auxiliar na compreensão do problema pelo julgador, cuja sentença será resultado de seu próprio convencimento.

A importância do trabalho está na capacidade descritiva do perito, de modo a fornecer elementos que possam auxiliar na compreensão do problema pelo julgador, cuja sentença será resultado de seu próprio convencimento.

Assim como as demandas apresentam-se diferenciadas, o trabalho do psicólogo pode se desenvolver de várias formas no contexto do Direito de Família. Este capítulo propõe-se a discutir duas delas que são consideradas mais usuais nessa prática – não porque se constituam como melhores, mas porque são as mais difundidas e debatidas, embora continuem gerando inúmeras dúvidas aos profissionais no momento da escolha e da aplicação.

PRÁTICAS DO PSICÓLOGO FORENSE

Avaliação psicológica

A avaliação psicológica constitui uma das provas de que o juiz poderá valer-se para alcançar o entendimento da situação que deverá julgar. Quando a avaliação psicológica é requerida por ele, significa perícia e, portanto, tem o valor de prova. A perícia é um "meio de prova porque se produz no processo e para o processo" (Varela et al., 2005). Ainda assim, a avaliação psicológica como perícia terá o valor que o juiz quiser lhe atribuir, uma vez que consta da lei (art. 420 do Código de Processo Civil) que o juiz não está adstrito ao laudo, podendo julgar a situação sem nem ao menos levar em consideração o que ali se analisou ou propôs.

É importante demarcar que a lógica subjacente às perícias é chamada de modelo adversarial, pois existem dois lados opostos que delegam a um terceiro, no caso o Poder Judiciário, a solução e o julgamento de quem tem razão ou de que modo a situação deveria ser resolvida (Silva, 2005). Inicialmente, tem-se a impressão de que o psicólogo trabalha de forma diversa daquela recebida em sua formação (já que a promoção da saúde mental é um dos fios condutores de nossa ciência) e de que os limites da atuação estariam mal desenhados. No entanto, convém analisar a doutrina para concluirmos que a perícia, ou seja, a avaliação psicológica realizada no âmbito forense, está inserida em um processo judicial cujas balizas legais devem ser obedecidas. Conforme Moraes (2007, p. 95):

> O devido processo legal tem como corolários a ampla defesa e o contraditório, que deverão ser assegurados aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral [...]
>
> Por ampla defesa entende-se o asseguramento que é dado ao réu de condições que lhe possibilitem trazer para o processo todos os elementos tendentes a esclarecer a verdade ou mesmo de omitir-se ou calar-se, se entender necessário, enquanto o contraditório é a própria exteriorização da ampla defesa, impondo a condução dialética do processo (par conditio), pois a todo ato produzido pela acusação caberá igual direito da defesa de opor-se-lhe ou de dar-lhe a versão que melhor lhe apresente [...].

Os princípios que norteiam a perícia psicológica nas varas de família não guardam

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Os princípios que norteiam a perícia psicológica nas varas de família não guardam qualquer intimidade com o propósito de definir quem é melhor ou pior, quem é bom ou mau, mas destinam-se a fornecer elementos para a reflexão sobre o que seria mais apropriado para atender às várias necessidades do menor.

qualquer intimidade com o propósito de definir quem é melhor ou pior, quem é bom ou mau, mas destinam-se a fornecer elementos para a reflexão sobre o que seria mais apropriado para atender às várias necessidades do menor (Cezar-Ferreira, 2004). Na atualidade, podem-se citar trabalhos nacionais (Zimerman e Coltro, 2002; Silva, 1999, 2005; Martins, 1999; Rovinski, 2007) e internacionais (Ortiz, 2005; Sobral, Arce e Prieto, 1994; Fonseca et al., 2006) que apontam ter a perícia uma importância cada vez maior na hierarquia das provas, tanto pela evolução da tecnologia quanto pela necessidade dos juízes de se apoiar cada vez mais em conhecimentos e procedimentos de rigor científico. De modo geral, existe uma valorização do trabalho do psicólogo no meio jurídico, com indicadores que demonstram o auxílio real que o profissional pode dar, fornecendo elementos que poderão subsidiar as sentenças judiciais – função, aliás, para a qual ele foi convidado a opinar no processo daquela contenda que se configura diante dele.

Escopo da avaliação psicológica

A transposição direta do modelo clínico para atender a indagações judiciais pode levar a erros essenciais em relação a futuras decisões dos magistrados, como também levantar descrédito quanto ao alcance do que é informado. De modo geral, a não distinção entre esses contextos leva a uma série de conflitos e a procedimentos não éticos.

A avaliação psicológica forense possui características específicas que a diferem daquela realizada no contexto clínico. Para Caires (2003), a transposição direta do modelo clínico para atender a indagações judiciais pode levar a erros essenciais em relação a futuras decisões dos magistrados, como também levantar descrédito quanto ao alcance do que é informado. De modo geral, a não distinção entre esses contextos leva a uma série de conflitos e a procedimentos não éticos.

Um dos aspectos que diferenciam a atuação psicológica na área clínica da área forense é a própria relação do profissional com o cliente. Na clínica, o indivíduo busca por sua iniciativa a avaliação psicológica, ou comparece porque outros profissionais ou instituições o encaminharam, sempre com a preocupação de buscar auxílio. Na avaliação psicológica realizada na área forense, o destinatário do trabalho é, antes de tudo, o chamado sistema de justiça, representado por advogados, membros do ministério público, juízes, delegados ou outras diversas instituições e/ou profissionais ligados a esse sistema, do qual emerge o próprio pedido de avaliação psicológica.

Assim, enquanto na área clínica o psicólogo tem como base uma postura de compreensão e auxílio, voltado ao entendimento do problema do outro para poder tratá-lo ou reduzir de algum modo seu sofrimento, na área forense o profissional deve se posicionar de forma mais objetiva e neutra, tendo como base uma postura investigativa de dados e de situações que, por vezes, como afirma Sullivan (2002), citado por Fonseca (2006), vai contra os interesses manifestos do indivíduo avaliado, relativizando a relação de confiança entre cliente e psicólogo.

Similarmente, na área clínica há espontaneidade na procura e livre-arbítrio para que os envolvidos na avaliação psicológica aceitem e sigam as conclusões ou os encaminhamentos derivados do trabalho. Na área forense, muitas vezes, o que o psicólogo avalia e conclui em seu trabalho será traduzido em determinações judiciais por parte do juiz, gerando certo grau de persecutoriedade e desconfiança por parte daqueles que estão sendo avaliados. Como exemplo, podemos citar o trabalho de Rodrigues, Couto e Hungria (2005) sobre as decisões judiciais nas varas de família da cidade de São Paulo: em 94,23% dos casos, o laudo psicológico contribuiu para a tomada de decisão.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Quando a demanda do juiz chega ao psicólogo perito, por meio do encaminhamento de suas questões traduzidas em torno da ordem para a realização da perícia, ele quer, entre outras coisas, saber se determinada situação ocorreu, se existe alguém em situação de risco, se alguém é doente emocionalmente – questões que, em geral, abrangem eventos definidos de forma mais restrita ou a interações de natureza não clínica. Um exemplo seria o encaminhamento para avaliação de um conflito familiar no qual o pai da criança, separado da mãe há alguns anos, desconfia de que na casa da genitora, detentora da guarda de sua filha de apenas 3 anos, estejam sendo praticados atos libidinosos com a criança.

Nesses casos, a pesquisa do psicólogo deve ser direta e destinada a responder a questões como: se essa mãe é ou não suficientemente capaz de proteger sua filha (como? com que tipo de rotina?), se esse pai tem motivações diretas ou indiretas para realizar esse tipo de denúncia, se há interesse do pai pela segurança da criança ou se há necessidade de atualizar o conflito que levou ao rompimento, quais são as características emocionais dessas figuras parentais, como se estabelece a dinâmica familiar, etc. Enfim, é preciso levantar elementos para a compreensão da dinâmica da situação que possam auxiliar o juiz a formar sua convicção e resolver a demanda judicial que se lhe apresenta, no caso específico, uma ação de modificação de guarda.

É claro que, em decorrência do lugar que o psicólogo ocupa e dos interesses das pessoas avaliadas, as motivações para a realização da avaliação podem variar e gerar a falta de cooperação dos periciados. Conforme Fonseca (2006), nesses casos, um dos desafios para o psicólogo forense passa a ser o de contribuir para a identificação da mentira, da simulação ou da dissimulação. Na prática, observa-se que as pessoas costumam mostrar a sua melhor face quando estão diante de um psicólogo forense, ou tentam conduzir a situação para terrenos que desejam ou que atendam parcial ou totalmente a seus interesses. Por exemplo, no caso de uma genitora que está sendo acusada de não proteger adequadamente sua filha, diante do psicólogo procurará trazer documentos e testemunhos que ilustrem o quão "boa mãe" ela é, portando-se de forma carinhosa, além de poder preparar as palavras de sua pequena filha a fim de confirmar sua versão dos fatos.

Em decorrência do lugar que o psicólogo ocupa e dos interesses das pessoas avaliadas, as motivações para a realização da avaliação podem variar e gerar a falta de cooperação dos periciados.

Castro (2003, p. 36), psicóloga que estuda as avaliações no âmbito das famílias, concluiu em seus estudos: "no Judiciário, um grande fator complicador é que, além desses encobrimentos derivados de defesas inconscientes, as pessoas podem dissimular e mentir, de forma consciente, nas entrevistas e até mesmo nos testes psicológicos, com a intenção de ganhar a causa ou livrar-se de uma punição". Assim, conforme determinação das Referências Técnicas para atuação do psicólogo em Varas de Família (CFP, 2010), cabe aos psicólogos peritos sempre ouvirem ambas as partes envolvidas no processo, ainda que haja dificuldade para localizar ou conseguir que uma delas compareça à entrevista. A criança também tem o direito de ser ouvida, mas esta escuta não pode ser confundida com a imposição de uma escolha. É importante que o psicólogo possa compreender a participação da criança na dinâmica do litígio e os motivos que a levam, muitas vezes, a escolher por um dos genitores.

Outro fator de diferenciação da avaliação na área forense diz respeito aos limites da confidencialidade. Em geral, as pessoas que chegam para a avaliação estão conscientes de que o material que foi discutido durante esse procedimento será encaminhado e, posteriormente, utilizado pelo juiz para o julgamento da demanda judicial; no entanto, é sempre interessante que o psicólogo explicite o nível de sigilo que será utilizado.

É sempre interessante que o psicólogo explicite o nível de sigilo que será utilizado.

Na prática, costuma-se iniciar a avaliação fazendo as apresentações de praxe (nome, cargo), discorrendo sobre a função daquela

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

avaliação, de modo a explicitar que o psicólogo encontra-se ali para estudar e avaliar a situação sob o ponto de vista psicológico, e não para realizar qualquer tipo de julgamento. Contudo, deve-se fundamentar a compreensão do caso e, para isso, relatar os fatos que forem pertinentes à questão jurídica. É preciso informar ao juiz os elementos psicológicos envolvidos na questão para que ele possa formar sua opinião e, em última instância, realizar o julgamento necessário. Nesse caso, relatar os fatos que fundamentaram a decisão do psicólogo se constitui mais em um direito do periciado do que em uma invasão de sua privacidade, pois só assim ele poderá conhecer os motivos que justificaram as conclusões do laudo e propor sua defesa, se necessária, através do contraditório, com a apresentação de outras provas (inclusive outros laudos psicológicos).

As avaliações realizadas na área forense também divergem da clínica quanto à execução do plano de trabalho. Enquanto na área clínica o profissional dispõe de maior liberdade para a organização de seu trabalho, seguindo os marcadores da demanda de seu cliente e/ou da própria linha teórica adotada, na área forense, via de regra, há um espaço de tempo mais delimitado para que se realize a avaliação solicitada. O andamento processual poderá ficar paralisado, em alguns casos, aguardando-se o término da avaliação. Embora não haja definição legal acerca desse prazo, é usual que o juiz do feito estabeleça em torno de 30 a 60 dias para a realização dos trabalhos na esfera psicológica, tempo esse que pode ser ampliado conforme as necessidades técnicas do profissional, desde que adequadamente justificadas.

Silva (2009) explicita a necessidade de realização de um planejamento de trabalho, em se tratando das avaliações realizadas na área forense, para demarcar também algumas diferenças entre aquelas que são realizadas por profissionais que são funcionários dos tribunais e aquelas que são realizadas por psicólogos que são nomeados da comunidade, indicados diretamente pelo magistrado e sem qualquer vínculo com os quadros dos tribunais. Há, portanto, a necessidade de uma leitura prévia dos autos para que seja estimado o número de sessões e de pessoas que serão ouvidas/avaliadas a fim de informar ao juiz o valor dos honorários periciais.

Um importante aporte que devemos realizar aqui é a questão da devolução das informações, como usualmente chamamos as entrevistas devolutivas. Também há diferenças que demarcam a atuação na área clínica da área forense. Estudiosos da avaliação psicológica, dentre os quais destacamos Arzeno (2003) e Ocampo (1986), falam sobre a importância da entrevista devolutiva na área clínica, a qual deve ser sempre realizada como um fechamento dos dados coletados e analisados, podendo ser feita de maneira individual ou com aqueles elementos da família que participaram do contexto avaliativo. Também pode ocorrer na forma de um ou mais encontros, já que não é raro surgirem conteúdos nas entrevistas devolutivas que ensejarão ainda algumas pontuações por parte do profissional.

No campo das avaliações que o psicólogo realiza por determinação judicial, o que se entende na prática é que nem sempre cabe a realização das entrevistas devolutivas, mesmo porque o destinatário do trabalho vem a ser o juiz, como já foi explicado anteriormente. Na prática, a recomendação é a de que o profissional, após a realização da avaliação, entregue seu material (laudo) ao juízo e coloque-se à disposição das partes para a discussão do caso se assim o desejarem (Silva, 2005). Essa discussão só deve ocorrer após o laudo tornar-se público através de determinação do juízo. Deve-se evitar criar uma via de comunicação independente ao processo judicial, quando o psicólogo abandonaria seu papel de assessor dos agentes jurídicos para assumir a coordenação do processo. Esse tipo de atitude extrapolaria a perícia e colocaria o profissional em situações que não poderia manejar (Rovinski, 2007). Por outro lado, toda e qualquer contestação que as partes tenham interesse de fazer deve ser encaminhada através dos autos, e não por questionamento direto à pessoa do psicólogo.

Por fim, deve-se salientar a importância de o psicólogo forense estar informado quan-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Deve-se salientar a importância de o psicólogo forense estar informado quanto ao funcionamento do sistema judicial e quanto às balizas legais de sua atuação, ou seja, quais os diplomas legais que amparam sua atuação.

to ao funcionamento do sistema judicial e quanto às balizas legais de sua atuação, ou seja, quais os diplomas legais que amparam sua atuação. O psicólogo atuante na área forense deve conhecer minimamente as seguintes leis: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Código de Processo Civil e Código Civil (no caso de atuar com perícias e avaliações familiares) e Lei de Execução Penal (no caso de atuar com avaliação de detentos e sistema penitenciário). Além disso, deve manter-se atualizado sobre leis específicas relacionadas à sua matéria de trabalho, tais como a Lei Maria da Penha, a Lei sobre a Alienação Parental, a Lei da Guarda Compartilhada e tantas quantas forem surgindo e que estiverem em consonância direta ou indiretamente com as demandas de sua prática profissional.

Mais recentemente foram publicadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) resoluções que tratam sobre a prática do psicólogo forense. Dentre elas, cabe aqui salientar a Resolução 10/2010, que trata sobre a entrevista com crianças e adolescentes em situação de violência. Seu texto salienta a importância de levar em conta as peculiaridades do desenvolvimento da criança no momento da utilização das técnicas e da metodologia de avaliação, considerando, ainda, sua diversidade social, cultural e étnica. A resolução prevê que, ao realizar um estudo psicológico da criança em situação de violência, devem ser incluídas no processo todas as pessoas relacionadas a tal situação, identificando-se as condições psicológicas, suas consequências, possíveis intervenções e encaminhamentos.

Papéis do psicólogo na prática da avaliação forense

Os papéis que o psicólogo pode desempenhar nos processos de avaliação forense no Direito de Família são definidos pelo Código de Processo Civil (1973), com as alterações trazidas pela Lei 8.855 (1992). Com essa última mudança, foram estabelecidas de maneira bem distinta as atividades do perito oficial e do assistente técnico. O perito oficial é de confiança do juiz, designado por ele, ficando sujeito às mesmas determinações de impedimento e suspeição. Sua função é auxiliar o juiz em suas tomadas de decisão, e seu trabalho consiste em um exame no qual verifica e comprova os fatos de determinada questão. Ao final, deve elaborar um documento denominado laudo pericial, que será entregue ao juiz.

O assistente técnico é aquele psicólogo é contratado por uma das partes envolvidas no litígio. Assim, por ser de confiança da parte, não se encontra sujeito a impedimentos ou suspeição. Sua função será auxiliar a parte naquilo que considerar correto, evitando práticas não éticas, que aviltem os limites da ciência e dos procedimentos esperados a sua profissão. Em sua prática, poderá formular quesitos ao perito e, posteriormente, analisar os procedimentos e os achados do perito, redigindo um documento chamado de parecer crítico (CPC, 1973).

O Código de Processo Civil define apenas como parte do ritual processual a necessidade de informar às partes a data e o local do início da perícia, sem fazer referências específicas às atividades do assistente técnico durante o processo de avaliação. Recentemente, foi emitida uma resolução pelo CFP que visa regulamentar de forma mais específica essa relação entre perito oficial e assistente técnico. Conforme a Resolução 08/2010, fica vedado ao assistente técnico estar presente no momento da avaliação realizada pelo perito, assim como fica vedado ao psicólogo, que esteja atendendo como psicoterapeuta das partes em litígio, atuar como perito ou mesmo como assistente técnico das partes atendidas por ele e emitir documentos com informações à instância judicial sem o consentimento expresso das pessoas atendidas.

No ano de 2008, o Núcleo de Apoio de Serviço Social e de Psicologia do Tribunal de Justiça de São Paulo (Comunicado nº 01/2008 – Núcleo de Apoio) emitiu recomendações

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

com o objetivo de aprimorar a prática de psicólogos e assistentes sociais nas varas de família. Nas recomendações sugeridas constam: a) estar atento à qualificação do assistente técnico no início dos trabalhos, verificando se sua atuação foi deferida pelo juiz; b) a relação entre peritos e assistentes técnicos deve ser pautada pelo espírito de colaboração, sendo recomendado que o compartilhamento das informações por parte do perito seja feito apenas com a anuência das partes; c) o questionamento do trabalho técnico do perito psicólogo deve ser feito por um assistente técnico da área da psicologia; d) a presença do assistente técnico no momento da avaliação do perito deve ser autorizada por ele, que analisará as variáveis intervenientes e dará ciência às partes por escrito; e) a sugestão de que o assistente técnico não seja parente próximo, irmão ou amigo íntimo das partes, embora não tenha impedimentos.

Por último, cabe lembrar que assistentes técnicos e peritos devem ter relações amistosas, a fim de facilitar o trabalho de cada um, sem, com isso, descaracterizar suas atividades. O parecer crítico do assistente técnico deve ser sempre voltado à técnica utilizada na realização do laudo e à extensão de suas inferências. Falhas éticas devem ser dirigidas ao foro dos Conselhos Regionais de Psicologia.

Comunicação dos resultados

O trabalho decorrente da avaliação na área forense é sempre traduzido em documentos escritos que farão parte do processo instaurado. Assim como em seu trabalho na área clínica, o psicólogo deverá manter-se atualizado com as normatizações do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais quanto à elaboração desses documentos. Especial atenção deve ser dada aos documentos quando o trabalho será destinado, de algum modo, ao sistema de justiça.

A comunicação dos resultados deve ser clara, tecnicamente embasada e centrada no fornecimento de elementos que auxiliarão a justiça a uma tomada de decisão; caso contrário, o material pode ser usado como fomento na guerra judicial travada entre as partes.

A comunicação dos resultados deve ser clara, tecnicamente embasada e centrada no fornecimento de elementos que auxiliarão a justiça a uma tomada de decisão; caso contrário, o material pode ser usado como fomento na guerra judicial travada entre as partes. Alberto (2006) elucida que o valor do trabalho do psicólogo na área forense depende do grau em que suas declarações sejam lógicas, consistentes, objetivas e assentadas nos dados de investigação.

O psicólogo poderá também, por determinação judicial, prestar oralmente esclarecimentos sobre a sua avaliação em audiência. Nossa recomendação é de que, nos casos em que já exista estudo prévio realizado, o psicólogo reporte-se estritamente ao conteúdo relatado no documento e, nos casos em que ainda não se realizou tal avaliação, que se esclareça à autoridade judiciária a importância da realização de um estudo aprofundado prévio que possa garantir respostas sobre os assuntos específicos envolvendo a ciência psicológica.

Conforme o Manual de Elaboração de Documentos (Resolução 07/2003, CFP), o laudo psicológico deve não só apresentar as características de um documento técnico, de caráter demonstrativo, como também ter por objetivo a especificidade de apresentar um diagnóstico e/ou prognóstico, visando fornecer orientações, subsidiar decisões ou dirigir encaminhamentos a partir de uma avaliação psicológica. A estrutura básica exigida pelo CFP consta de cinco itens: a) identificação – com dados de identificação de quem elabora o laudo, do interessado que fez o pedido (no caso, da instituição jurídica, com número do processo e vara de origem) e finalidade da avaliação; b) descrição da demanda – com informações referentes à problemática apresentada e aos motivos, razões e expectativas que produziram o pedido do documento; c) procedimentos – com recursos e instrumentos técnicos a serem utilizados para coletar as informações à luz do referencial teórico-filosófico que os fundamenta; d) análise – com exposição descritiva de forma metódica, objetiva e fiel dos dados colhidos e das situa-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

ções vividas relacionadas à demanda e sua complexidade; e) conclusão – exposição dos resultados e/ou considerações a respeito de sua investigação a partir das referências que subsidiam o trabalho. O documento conclui informando a indicação do local em que foi elaborado, a data da emissão, a assinatura do psicólogo e o seu número no CRP.

Quanto ao parecer psicológico, a Resolução 07/2003 propõe que este apresente a seguinte estrutura: a) identificação – com o nome do parecerista e sua titulação mais o nome do autor e sua titulação; b) exposição de motivos – com a transcrição do objetivo da consulta e/ou apresentação da questão em tese (no caso do documento jurídico, deve-se resumir os achados apresentados no laudo que justificam a crítica do parecer); c) análise – com a descrição minuciosa da questão explanada e argumentada com base nos fundamentos necessários, seja na ética, na técnica ou no corpo conceitual da ciência psicológica; d) conclusão – na parte final o psicólogo deverá apresentar seu posicionamento frente à questão discutida; e) resposta aos quesitos – que devem sempre ser todos respondidos. Em seguida, deve-se informar o local e a data em que foi elaborado e assinado o documento, assinando o mesmo com a informação do registro no CRP.

Cabe salientar que a Resolução 07/2003 emitida pelo CFP é um documento genérico e não visa atender especificamente aos documentos emitidos pelos psicólogos na área forense. Por isso, são necessários alguns cuidados em sua adaptação para esse outro contexto. Primeiro, entende-se que a estrutura proposta pelo CFP para o laudo psicológico deveria acrescentar um item de "discussão" no qual os elementos psicológicos levantados e previamente discutidos fossem relacionados à questão jurídica. É imprescindível que nessa discussão haja fundamentação de trabalhos empíricos na área da psicologia forense que possam sustentar as inferências realizadas pelo psicólogo; nesse momento, as referências bibliográficas são bem-vindas e evidenciam a capacitação do profissional que realiza o documento.

Além disso, existe um verdadeiro paradoxo na adaptação do documento realizado pelo assistente técnico, conforme descrito pela Resolução 07/2003, que se constituiria no "parecer crítico". Uma das atividades primordiais do assistente técnico é a formulação de quesitos ao perito, como meio de orientação à perícia. Assim, não caberia ao assistente técnico responder a esses quesitos (como é determinado pela resolução) em seu documento denominado "parecer", mas sim ao perito em seu "laudo pericial" (o que não está previsto pela resolução). É importante lembrar que o documento emitido pelo psicólogo integrará procedimentos jurídicos e deverá responder às normas legalmente estabelecidas por esses procedimentos.

Mediação

O trabalho de mediação apresenta inúmeros diferenciais em relação ao trabalho pericial que é desenvolvido junto aos conflitos familiares, possuindo alcances, limites e indicações precisas para sua efetivação. Em sentido amplo, a mediação, conforme discutido por Müller (2005, p. 153), "alarga a visão normativista e abstrata de justiça, além de lidar de maneira mais eficiente com o subjetivo que normalmente chega ao Judiciário".

O que interessa no trabalho de mediação é que cada parte envolvida no conflito consiga transformar a visão que tem do outro, de si próprio e da situação. A mediação de conflitos trabalha com pessoas e não com casos, o que, nas palavras de Braga Neto (2009, p. 30) significa que "o eixo central da mediação pressupõe acolhê-las em suas habilidades e limitações, promovendo seu fortalecimento como indivíduos, objeto de direitos e deveres [...]".

Embora existam diversos trabalhos denominados de mediação, este capítulo se limitará a trazer alguns apontamentos sobre a chamada *mediação familiar*, tentando, na medida do possível, diferenciá-la de outro trabalho convencional desenvolvido por psicólogos nos tribunais, já discutido aqui, chamado de *perícia*.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Estudos indicam que a mediação remonta a uma origem muito antiga, pois desde Confúcio, que viveu entre 550-479, já se valorizava a resolução de contendas de modo a se encontrar uma solução negociada (Rodrigues Jr., 2007; Breitman e Porto, 2001; Six, 2001). Ganancia (2001) destaca que a mediação familiar é nascida e conceituada na América do Norte, no início da década de 1970, difundindo-se pela Austrália, pelo Canadá e pela Grã-Bretanha, tendo entrado na França por influência das associações de pais divorciados. A autora define mediação familiar, levando em conta o procedimento e o método (Ganancia, 2001, p. 10):

> É um procedimento estruturado de gestão de conflitos pelo qual a intervenção confidencial e imparcial de um profissional qualificado, o mediador, visa restabelecer a comunicação e o diálogo entre as partes. Seu papel é o de levá-los a elaborar, por eles próprios, acordos duráveis que levem em conta as necessidades de cada um e em particular das crianças em um espírito de corresponsabilidade parental.

A visão inicial da mediação consistia, sobretudo, em introduzir ações para minimizar as consequências negativas do divórcio no desenvolvimento dos filhos. Assim a justiça familiar orbitou em torno de dois eixos: a coparentalidade (direito da criança de manter a ligação com ambos os genitores) e a responsabilização (devolver aos pais a responsabilidade pelo cuidado e pela organização da vida dos filhos após a separação, deixando ao juiz apenas um papel subsidiário). Hoje, sabe-se que a mediação vai muito além de uma técnica: ela é uma filosofia, um passo ético. Seu objetivo é tornar-se um instrumento qualificado para a pacificação do conflito.

A mediação tem como proposta não o diagnóstico, como é o caso da perícia, mas o restabelecimento da comunicação, a fim de que os envolvidos possam ver-se como parte que deu origem ao problema e como parte que pode dar outras soluções ao mesmo problema. Surge aí um primeiro diferencial entre a mediação familiar e a perícia judicial, pois a perícia não visa o tratamento das relações familiares, nem necessariamente o acordo, mas sim o diagnóstico, ainda que, com o desenrolar do trabalho de avaliação, possa surgir nos envolvidos a compreensão da necessidade do diálogo. Já a mediação visa, segundo Serpa (1999), a negociação com intervenção neutra, a instalação de um clima de estabilidade.

A mediação tem como proposta não o diagnóstico, como é o caso da perícia, mas o restabelecimento da comunicação, a fim de que os envolvidos possam ver-se como parte que deu origem ao problema e como parte que pode dar outras soluções ao mesmo problema. Surge aí um primeiro diferencial entre a mediação familiar e a perícia judicial, pois a perícia não visa o tratamento das relações familiares, nem necessariamente o acordo, mas sim o diagnóstico, ainda que, com o desenrolar do trabalho de avaliação, possa surgir nos envolvidos a compreensão da necessidade do diálogo. Já a mediação visa, segundo Serpa (1999), a negociação com intervenção neutra, a instalação de um clima de estabilidade.

A confidencialidade é um fator que diferencia o trabalho de mediação da perícia tradicional: toda e qualquer informação obtida no enquadre da mediação deve ser sigilosa, garantindo justamente que as pessoas sintam-se confortáveis para a discussão aberta do que desejam expor. Outra diferença é quanto à voluntariedade, ou seja, a mediação deve surgir como uma proposta para as partes, e não como uma imposição, sendo o mediador alguém neutro, que seja aceito por todos os envolvidos no conflito: "Não há como impor a utilização desse método, dada a sua característica eminentemente voluntária" (Braga Neto, 2009). Sottomayor (2004), estudiosa da mediação familiar na Europa, valoriza o livre-arbítrio para que o envolvimento com o trabalho proposto pelo mediador seja pleno. Nos Estados Unidos, em alguns estados, esse recurso é utilizado de forma obrigatória, quando acaba sendo criticado por se constituir em uma violação do direito fundamental dos cidadãos que recorrem ao tribunal e uma intromissão do Estado na vida privada da família.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Vale também dizer que o próprio mediador pode reconhecer que o caso não admite o início ou a continuidade do trabalho. A mediação não pode ser generalizada como uma boa solução para todo tipo de conflito familiar ou, em outras palavras, "não pode ser vista como um remédio para todos os males" (Silva, 2005). Sua indicação deve ser reservada a situações que não coloquem em risco efetivo a criança ou, conforme ensina Serpa (1999, p.78), deve-se ater a "alguns fatores limitadores para o trabalho de mediação, que seriam o uso de drogas, o alcoolismo, o abuso sexual, as psicológico e/ou físico, psicoses, os maus-tratos de crianças". Sottomayor (2004) acrescenta que situações que envolvam desequilíbrio de poderes entre as partes devem sempre ser excluídas.

A mediação pressupõe a disposição para a cooperação e a inexistência de graves distorções que afetem a comunicação e as relações entre as partes, especialmente violência e/ou ameaça. Já em uma perícia, esses fatores podem ser objeto de exame, pesquisa e conclusões quando existirem, sempre visando a preservação da saúde mental dos envolvidos e, principalmente, a averiguação da existência de riscos para crianças e adolescentes.

A mediação pressupõe a disposição para a cooperação e a inexistência de graves distorções que afetem a comunicação e as relações entre as partes, especialmente violência e/ou ameaça. Já em uma perícia, esses fatores podem ser objeto de exame, pesquisa e conclusões quando existirem, sempre visando a preservação da saúde mental dos envolvidos e, principalmente, a averiguação da existência de riscos para crianças e adolescentes.

Com o mesmo raciocínio, podemos citar Vezzulla (2001, p. 34), psicólogo e mediador formado em Buenos Aires, que vem capacitando profissionais nos Tribunais do Brasil e de Portugal.

> É fundamental que o mediador tenha bem presente, para poder transmitir aos mediados, que a mediação apenas os poderá ajudar se eles desejarem preservar o relacionamento, melhorá-lo ou pelo menos não o prejudicar. Se esse interesse não existir, a mediação perde a maior de suas forças, e os acordos correm o risco de não serem cumpridos, pela falta de desejo de reconstruir ou preservar o relacionamento anterior à contenda, ou de recriar um novo relacionamento, já que o antigo fracassou.

Vários autores sugerem que a mediação não seja utilizada no contexto da justiça, pois corre o risco de se tornar mais uma formalidade a ser seguida no andamento processual. Por isso, ela não deveria ser judicializada e/ou inclusa na parafernália de passos de um processo, permanecendo como uma alternativa ao sistema tradicional que aí está colocado.

A mediação ainda não foi regulada por legislação específica, tal como já ocorreu com outra forma de resolução alternativa denominada arbitragem (Lei 9.307/1996). No entanto, sua aplicação vem ocorrendo graças à valorização da harmonia social e da solução pacífica dos conflitos, que é preâmbulo da Constituição brasileira.

A justiça brasileira tem abordado diferentemente a questão da mediação familiar; alguns tribunais criaram provimentos próprios para a execução dessa modalidade alternativa de resolução de conflitos, enquanto outros abarcam apenas equipes de peritos, sendo que a mediação é um trabalho voluntário ou realizado fora do local, e outros tribunais ainda executam, com profissionais lotados em seus quadros, apenas trabalhos de mediação, encaminhando para profissionais externos ao quadro os casos em que houver determinação de realização de perícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática evidencia que o bom senso deve nortear aqueles que por ventura sejam chamados ou desejam realizar avaliações psicológicas que façam a interface com a justiça. No entanto, além do bom senso há que se investir em uma formação e ter humildade diante do saber científico que "por si só encerra possibilidades de alcances e limites" (Silva, 2005, p.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

166), não deixando nunca de lembrar que em todos os casos atendidos há sempre sofrimento, permeado por longos anos de pendências judiciais e de morosidade da justiça.

Melton e colaboradores (1997) salientam a necessidade de que o profissional reconheça seus limites técnico-científicos antes de aceitar a realização de avaliações para a área forense. Os profissionais da área da psicologia clínica (ou de outras áreas da psicologia) precisam de uma formação específica para realizar trabalhos no campo forense, estando preparados para as tarefas que lhe forem confiadas. A prática forense requer conhecimentos e competências que não são fornecidos no treino geral para profissionais da saúde mental.

Para Fonseca (2006), cada vez mais têm sido discutidos critérios aos quais o testemunho pericial deve satisfazer para ser aceito pelo tribunal de justiça, de modo a reduzir a margem de erros das decisões que são tomadas nesse contexto. Sugere-se que a melhor maneira do psicólogo responder a esse desafio seja fundamentando seu testemunho de perito em dados empíricos recolhidos ou produzidos através de uma metodologia rigorosa, além de informar os usuários de seu trabalho sobre os limites de uma prática razoável e empiricamente válida.

Sugere-se que a melhor maneira do psicólogo responder a esse desafio seja fundamentando seu testemunho de perito em dados empíricos recolhidos ou produzidos através de uma metodologia rigorosa, além de informar os usuários de seu trabalho sobre os limites de uma prática razoável e empiricamente válida.

Tanto o refinamento dos critérios metodológicos na avaliação psicológica de caráter pericial quanto o manejo do caso conflituoso em um *setting* de mediação devem ser vistos como instrumentais importantes para as famílias no contexto do judiciário, cabendo ainda a continuidade de estudos e pesquisas na área, já que constituem recursos de alcance e preservação de direitos considerados imprescindíveis para uma vida dotada de dignidade.

Questões para discussão

1. Que riscos o modelo jurídico adversarial, subjacente aos procedimentos periciais, pode gerar ao trabalho de avaliação do psicólogo?
2. Quais as principais diferenças entre o modelo clínico e o pericial?
3. Qual o papel do assistente técnico no processo judicial e como deve se dar a relação dele com o perito oficial?
4. Qual o propósito da Mediação e no que ela se diferencia dos procedimentos de avaliação pericial?
5. Que aspectos podem ser considerados como limitações para a realização da Mediação?
6. Qual o propósito do juiz quando ele determina estudo psicológico em uma dada situação?

REFERÊNCIAS

Alberto, I. M. (2006). O psicólogo na encruzilhada da ciência com a justiça. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. T. Simões, & M. S. Pinho (Orgs.), *Psicologia forense*. Lisboa: Almedina.

Angeluci, C. A. (2006). Amor tem preço? *Revista CEJ, 35*, 47-53.

Arzeno, M. E. G. (2003). *Psicodiagnóstico clínico: Novas contribuições*. Porto Alegre: Artmed.

Associação dos Magistrados Brasileiros. Acessado em 27 set, 2010, em www.amb.com.br.

Bone, J. M. (2003). Parental alienation syndrome: Examinig the validity amid controversy. *The Family Law Section, XX*(1), 24-27.

Braga Neto, A. (2009). Mediação de conflitos: Alguns princípios norteadores. *Revista MPD Dialógico, VI*(25), 30.

Brasil. (1984). *Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984, institui a Lei de Execuções Penais*. Acessado em 19 out, 2010, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Brasil. (1990). *Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Acessado em 19 out, 2010, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8090. htm.

Brasil. (1996). *Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Acessado em 19 out, 2010, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9307.htm.

Brasil. (2003). *Lei nº 10741, de 1º de outubro de 2003, dispõe sobre a arbitragem*. Acessado em 19 out, 2010, em http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L10.741.htm.

Brasil. (2004). *Constituição Federal, Código Cívil, Código de Processo Civil*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Brasil. (2006). *Lei nº 11340, de 7 de agosto de 2006, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências*. Acessado em 19 out, 2010, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm.

Brasil. (2008). *Lei nº 11.698, de 13 de janeiro de 2008, altera os artigos 1583 e 1584 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada*. Acessado em 19 out, 2010, em http://www.leidireito.com.br/lei-11698.htm.

Brasil. (2010). *Lei nº 12318, de 26 de ago de 2010, dispõe sobre a alienação parental e altera o artigo 236 da Lei 8069 de 13 de jul de 1990*. Acessado em 19 out, 2010, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm.

Castro, L. R. F. de. (2005). *Disputa de guarda e visitas: No interesse dos pais ou dos filhos?* São Paulo: Casa do Psicólogo.

Cezar-Ferreira, V. A. (2004). *Família, separação e mediação*. São Paulo: Método.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2003). *Resolução nº 07/2003*. Acessado em 10 out, 2010, em www.pol.org.br/resolucoes.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2010). *Referências técnicas para atuação do psicólogo em varas de família*. Brasília: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2010). *Resolução nº 08/2010*. Acessado em 10 out, 2010, em www.pol.org.br/resolucoes.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2010). *Resolução nº 10/2010*. Acessado em 10 out, 2010, em www.pol.org.br/resolucoes.

Costa, L. F., Penso, M. A., Legnani, V. N., & Sudbrack, M. F. O. (2009). As competências da psicologia jurídica na avaliação psicossocial de famílias em conflito. *Psicologia & Sociedade*, *21*(2), 233-241.

Darnall, D. (2010). *Beyond divorce casualties*. Maryland: Taylor.

Farias, C.C. (2002). A família da pós-modernidade: Em busca da dignidade perdida da pessoa humana. *Revista Trimestral do Direito Civil, 12*, 25-38.

Fonseca, A. C. (2006). Psicologia forense: Uma breve introdução. In A. C. Fonseca (Org.), *Psicologia forense*. Lisboa: Almedina.

Ganancia, D. (2001). Justiça e mediação familiar: uma parceria a serviço da coparentalidade. *Revista do Advogado*, (62).

Gardner, R. A. (1987). *The pariental alienation syndrome and the differentiation between fabricated and genuine child sex abuse*. New Jersey: Creative Therapeutics.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Banco de Dados Agregados*. Acessado em 25 set, 2010, em http://www.sidra.ibge.gov.br/.

Krüger, L. L. (2009). Mediação do divórcio: Pressupostos teóricos para a prática sistêmica. In S. L. R. Rovinski, & R. M. Cruz, *Psicologia jurídica: Perspectivas teóricas e processos de intervenção*. São Paulo: Vetor.

Martins, S. R. de C. (1999). *Perícias psicológicas judiciais e a família: Proposta de uma avaliação sistêmica*. Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

Moraes, A. de. (2007). *Direito constitucional* (21. ed.). São Paulo: Atlas.

Müller, F. (2005). Insuficiência da justiça estatal, mediação e conflito. In R. M. Cruz, S. K. Maciel, & D. C. Ramirez (Orgs.), *O trabalho do psicólogo no campo jurídico* (pp. 144-156). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Nalini, J. R. (1999). Tendências atuais na relação juiz-mídia. *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, 2*(3), 13-17.

Ocampo, M. L. S. (1986). *O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas*. São Paulo: Martins Fontes.

Pereda, N., & Arch, M. (2009). Abuso sexual infantil e síndrome de alienación parental: Critérios diferenciales. *Cuadernos de Medicina* Forense, *15*(58), 279-287.

Rifiotis, T. (2008). Judiciarização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: Repensando a 'violência' conjugal e a 'violência intrafamiliar'. Revista *Katálysis*, *11*(2), 225-236.

Rodrigues, J. R., & Walter, E. (2007). *A prática da mediação e o acesso a justiça*. Belo Horizonte: Del Rey.

Rodrigues, M. C., Couto, E., & Hungria, M. C. L.(2005). A influência dos laudos psicológicos nas decisões judiciais das varas de família e sucessões do fórum central da capital de São Paulo. In Shine, S. (Org.), *Avaliação psicológica e lei*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Rovinski, S. L. R. (2007). *Fundamentos da perícia psicológica forense*. São Paulo: Vetor.

Rovinski, S. L. R., & Stein, L. M. (2009). O uso da entrevista investigativa no contexto da psicologia forense. In S. L. R. Rovinski, & R. M. Cruz, *Psicologia jurídica: Perspectivas teóricas e processos de intervenção*. São Paulo: Vetor.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Serpa, M. de N. (1999). *Mediação de família*. Belo Horizonte: Del Rey.

Silva, E. L. (2009). *Perícias psicológicas nas varas de família: Um recorte da psicologia jurídica*. São Paulo: Equilíbrio.

Silva, E. Z. M. da. (1999). *Paternidade ativa na separação conjugal*. São Paulo: Juarez de Oliveira.

Silva, E. Z. M. da. (2005). *Alcances e limites da psicologia jurídica: O impacto da avaliação psicológica na visão das partes envolvidas*. Tese de doutorado não publicada, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

Six, J-F. (2001). *Dinâmicas da mediação*. Belo Horizonte: Del Rey.

Sobral, J., Arce, R., & Prieto, A. (1994). *Manual de psicologia jurídica*. Buenos Aires: Paidós.

Sottomayor, M. C. (2004). *Regulação do exercício do poder paternal nos casos de divórcio*. Coimbra: Almedina.

Sulllivan, J. R., Ramirez, E., Era, W. A., Razo, N. P., & George, C. A. (2002). Factors contributing to breaking confidentialy with adolescent clients: A survey of paediatric psychologists. *Professional Psychologists: Research and Practice, 33*(4), 396-401.

Tondo, C. T. (2001). O ciclo de vida da família e suas conflitivas. In Instituto Interdisciplinar de Direito da Família (Coord.), *Família e interdisciplinaridade* (p.11-22). Curitiba: Juruá.

Varella, O., Sarmiento, A., Puhl, S., & Iscurdia, M. de los A. (2005). *Psicologia jurídica*. Buenos Aires: JCE.

Vezzulla, J. C. (2001). *Mediação: Teoria e prática e guia para utilizadores e profissionais*. Portugal: Agora.

Welter, B. P. (2009). Teoria tridimensional no direito de família: Reconhecimento de todos os direitos das filiações genética e socioafetiva. *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões, X*(8), 104-126.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

18

Avaliação da rede de apoio familiar: a utilização do Mapa dos Cinco Campos

Débora Dalbosco Dell'Aglio
Aline Cardoso Siqueira

INTRODUÇÃO

A avaliação da rede de apoio – e especialmente do apoio familiar – constitui-se em um grande desafio para os profissionais da área de família, tendo em vista a importância dessa variável para a compreensão da dinâmica familiar. O apoio familiar tem sido descrito como um dos mais relevantes amortecedores do efeito de diversos estressores no desenvolvimento de crianças e adolescentes, tornando-o fundamental nos estudos de resiliência psicológica (Baptista, 2005; Rutter, 1987; Ungar, 2008; Walsh, 1996). Para avaliar o apoio familiar, pesquisadores têm se debruçado sobre a construção e a padronização de instrumentos próprios para essa avaliação. Então, o objetivo deste capítulo é discutir a importância da rede de apoio socioafetivo e apresentar o instrumento Mapa dos Cinco Campos, como um dos possíveis instrumentos para tal avaliação.

REDE DE APOIO SOCIAL E AFETIVO

A rede de apoio social é definida como conjunto de sistemas e pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo (Brito e Koller, 1999). O apoio socioafetivo está relacionado à percepção que a pessoa tem de seu mundo social, como se orienta nele, suas estratégias e competências para estabelecer vínculos, os recursos que esse ambiente oferece, como proteção e força frente a possíveis situações de risco. Para Sluzki (1997), a rede social pessoal pode ser definida como a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas, enquanto o conceito de apoio social remete aos aspectos positivos das relações sociais em compartilhar informações, auxílio em momentos de crise e presença em eventos sociais (Andrade e Vaitsman, 2002). O apoio social tem uma característica de diminuir ou amenizar os efeitos do estresse (Bao, Haas e Pi, 2007) e refere-se ao grau em que as relações interpessoais atendem a determinadas necessidades ou funções (Sherbourne e Stewart, 1991).

O desenvolvimento de relações que tenham caráter de apoio gera a interação entre grupos, o que forma uma rede. A rede de relações refere-se a um conjunto de pessoas em uma população e suas conexões (Barbosa, Byington e Struchiner, 2000). A rede social é definida como uma teia de relações que circundam o indivíduo, grupos de pessoas com quem estabelece contato ou alguma forma de participação (Chor et al., 2001). A rede de apoio social, no entanto, considera o caráter de apoio

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

ou suporte oferecido pela rede de relações, sendo este um fator diferencial do conceito.

A rede de apoio é reconhecida por seus efeitos protetivos ao desenvolvimento humano. Segundo Garmezy e Masten (1994), ela contribui para o aumento da competência individual, que reforça a autoimagem e a autoeficácia necessárias para alcançar um objetivo. A rede de apoio social está associada à saúde e ao bem-estar dos indivíduos (Samuelsson, Thernlund e Ringström, 1996; Sluzki, 1997), sendo um fator fundamental para o processo de adaptação a situações de estresse e de suscetibilidade a distúrbios físicos e emocionais (Masten e Garmezy, 1985; Rutter, 1987). Ela é dinâmica, construída e reconstruída em todas as fases da vida. O efeito protetivo que o apoio social oferece está relacionado ao desenvolvimento da capacidade de enfrentamento das adversidades, promovendo processos de resiliência, desenvolvimento adaptativo e superação (Brito e Koller, 1999; Garmezy e Masten, 1994).

A rede de apoio social refere-se ao conjunto de relações sociais próximas e significativas que representam o apoio percebido e recebido pelos indivíduos. Estudos têm apontado diferentes tipos de apoio percebido. Wills, Blechman e McNamara (1996) descrevem três tipos de apoio: emocional, instrumental e informacional. O apoio emocional é definido como a disponibilidade de conversar e dividir problemas, estabelecendo uma relação de confiança. O apoio instrumental está associado à ajuda e à assistência em tarefas, tais como oferecer transporte, dinheiro e auxílio nas tarefas escolares. O apoio informacional refere-se à disponibilidade de orientação e informação a respeito dos recursos da comunidade. Pesce e colaboradores (2004) acrescentaram mais duas categorias: apoio afetivo e apoio de interação positiva. O apoio afetivo é aquele fornecido através da demonstração de afeto e amor, como dar um abraço, enquanto o apoio de interação positiva é a possibilidade de obter apoio na realização de atividades em conjunto, como se divertir, fazer atividades agradáveis e distrair-se com alguém.

As redes de apoio podem ser avaliadas a partir de três dimensões diferentes: o número de elos da pessoa com o ambiente (estrutura da rede), a frequência de transações de apoio ou de reciprocidade e a avaliação subjetiva no que tange à satisfação com esses elos e a percepção da proximidade ou intimidade com seus integrantes (função da rede) (Barrera, 1986). Além disso, a relação entre essas dimensões, em diferentes momentos da vida e diante de níveis de estresse variados, não é estável (Robinson e Garber, 1995). Ou seja, o apoio recebido pode diferir do apoio percebido, fazendo com que algumas pessoas atribuam grande importância a alguns relacionamentos que não poderão ajudá-los efetivamente. Uma rede de apoio satisfatória pode ser distinta para diferentes indivíduos e também pode mudar ao longo da vida (Samuelsson et al., 1996).

As redes de apoio podem ser avaliadas a partir de três dimensões diferentes: o número de elos da pessoa com o ambiente, a frequência de transações de apoio ou de reciprocidade e a avaliação subjetiva no que tange à satisfação com esses elos e a percepção da proximidade ou intimidade com seus integrantes.

Apesar de a literatura indicar que a qualidade das relações estabelecidas na rede de apoio é mais importante do que a quantidade (Brito e Koller, 1999), considera-se importante a presença de uma rede de apoio ampla para crianças e adolescentes em condições socioeconômicas desfavorecidas e expostas às situações de risco. A importância está no fato de que, diante das situações adversas em que essas crianças e adolescentes estão expostos, a possibilidade de apoio se amplia com o aumento de pessoas significativas disponíveis na rede (Siqueira, Betts e Dell'Aglio, 2006).

APOIO FAMILIAR

Para as crianças, a primeira e mais importante rede de apoio social é a família. Ptacek (1996) aponta que, entre fatores determinantes da percepção de apoio social, a relação de apego

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

com o cuidador primário é o componente crucial do desenvolvimento. As relações primárias estão hipoteticamente relacionadas ao sentimento de ser aceito e cuidado por toda a vida. Aquelas pessoas que têm uma relação de apego positiva tendem a acreditar que as outras são confiáveis e que podem oferecer ajuda quando for necessário. Esse modelo de funcionamento, uma vez internalizado, estará relativamente resistente a modificações. A base segura oferecida pelo apego a uma figura importante na infância pode ser generalizada para prover uma base segura em outras fases do desenvolvimento através de outras relações pessoais.

Assim como a criança terá apoio e referência para reconhecer o mundo, o adolescente terá essa base segura para desenvolver seus interesses, suas habilidades e sua segurança para encarar os desafios do ambiente, como as transformações físicas, psicológicas e sociais que está vivendo. Além disso, ao longo do desenvolvimento, avanços cognitivos facilitam a generalização das capacidades e habilidades envolvidas na relação de apego com os pais para outras relações, ressaltando-se a importância das relações familiares para a rede de apoio de uma pessoa. Com a aquisição de habilidades cognitivas e sociais, a relação entre pares também conquista espaço e importância, demonstrando que o afeto é responsável por imprimir mais qualidade aos relacionamentos estabelecidos (Bronfenbrenner, 1996).

Os pais são considerados a fonte primária de contato do ser humano com o mundo e desempenham um papel importante no comportamento e no desenvolvimento da criança e do adolescente, sendo mediadores entre eles e a sociedade, além de ser também aqueles que fornecem (ou que deveriam fornecer) todo tipo de suporte aos filhos (Baptista e Oliveira, 2004). Esse suporte é um fator essencial tanto para o desenvolvimento global de crianças e adolescentes quanto para a qualidade do relacionamento estabelecido com seus pais, tendo em vista que é no contexto familiar que se aprendem conceitos como amor, moral, ética e sociabilidade, entre outros.

Os pais são considerados a fonte primária de contato do ser humano com o mundo e desempenham um papel importante no comportamento e no desenvolvimento da criança e do adolescente.

Estudos têm apontado relações entre o apoio familiar e social e a competência social, o enfrentamento de problemas, a percepção de controlabilidade, o senso de estabilidade, o autoconceito, o afeto positivo e o bem-estar psicológico (Langford et al., 1997). Além disso, um alto nível de suporte familiar tem sido relacionado a uma baixa prevalência de transtornos de ansiedade e de humor. O apoio familiar e social adequado também exerce influência positiva nos resultados de tratamento psicoterápico, inclusive diminuindo a recorrência de diversos transtornos, como, por exemplo, no caso dos transtornos de humor (Patten et al., 1997). Crianças que percebem baixos níveis de apoio social e familiar tendem a ser mais retraídas e menos ativas, mais desatentas, ofensivas e não cooperativas, além de apresentar mais desesperança, o que poderá refletir-se em sua vida adulta, aumentando as chances de desenvolvimento de transtornos mentais, principalmente os de humor (Kashani et al., 1994). O apoio familiar também está relacionado à satisfação pessoal, sobretudo entre adolescentes e jovens adultos (Pardeck et al.,1991).

Baptista e Oliveira (2004) avaliaram a sintomatologia depressiva e o apoio familiar em 154 adolescentes do ensino médio de uma escola pública. Os instrumentos foram o questionário Parental Bonding Instrument (PBI), que avalia carinho/indiferença e autonomia/superproteção dos pais, e o Inventário de Depressão Infantil (CDI). Os resultados demonstraram que o apoio familiar esteve negativamente correlacionado com a sintomatologia depressiva, indicando que, quanto maior o grau da sintomatologia depressiva encontrada entre os adolescentes, mais inadequada a forma do suporte familiar que é percebido por eles. A falta de apoio familiar também tem sido vista como fator de risco para o uso de drogas por esse grupo (Sanchez, Oliveira e Nappo, 2005; Schencker e Minayo, 2005).

McFarlene, Bellissimo e Norman (1995) distinguem os conceitos estrutura e apoio fa-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

miliar. A estrutura refere-se ao tipo de agrupamento da família, tal como o número de pessoas que vivem juntas, se vivem somente com um dos pais ou têm um ou os dois pais falecidos e se têm pais separados (ou convivendo com integrantes de outros casamentos). Já o conceito de apoio familiar refere-se ao tipo de relação entre os integrantes da família, tais como superproteção, carinho, afetividade, interesse, empatia, etc. Os autores ainda relatam que não há necessariamente uma relação direta entre estrutura e apoio familiar, visto que um adequado suporte familiar pode advir de diferentes estruturas familiares. Por isso, é importante que os estudos considerem tanto a estrutura quanto o apoio familiar, tendo em vista que são constructos que se mostram independentes.

Não há necessariamente uma relação direta entre estrutura e apoio familiar, visto que um adequado suporte familiar pode advir de diferentes estruturas familiares.

AVALIAÇÃO DA REDE DE APOIO

A rede de apoio social e afetivo tem sido avaliada através de diferentes instrumentos, questionários e entrevistas. Existem escalas que avaliam o apoio social em domínios específicos: a Escala de Percepção da Relação com a Família (Peixoto, 1999) avalia o apoio familiar, enquanto a Social Support Appraisals (Antunes e Fontaine, 2005) amplia a avaliação para os grupos sociais. Antunes e Fontaine (2005) confirmaram as qualidades psicométricas multidimensionais da SSA, diferenciando a percepção de apoio social dos adolescentes em relação à família, aos amigos e professores e a consistência das subescalas. A escala MOS de Apoio Social Percebido, desenvolvida por Sherbourne e Stewart (1991) e validada para a Argentina por Rodrigues Spíndola e Enrique (2006), também avalia a rede familiar e extrafamiliar medindo quatro dimensões do apoio social: emocional, instrumental, interação social positiva e afeto.

De acordo com Bass e Stein (1997), a literatura internacional lista especialmente dois tipos de questionários para avaliação da rede de apoio social: o Social Support Questionnaire (SSQ) (Sarason et al., 1987) e a Social Network List (SNL) (Hirsch, 1979). O SSQ foi criado para quantificar as dimensões de apoio percebido e a satisfação com este, avaliando as relações de troca, enquanto a SNL enumera os membros da rede de apoio, propondo uma média de 20 membros que sejam considerados significativos e cujo contato médio com o indivíduo ocorra entre quatro a seis semanas, avaliando a partir da percepção de intimidade.

No Brasil, apenas recentemente começaram a ser observados alguns esforços na construção de instrumentos para avaliar a rede de apoio familiar, tais como o Inventário de Percepção do Suporte Familiar (Baptista, 2005) e o Inventário do Clima Familiar (Teodoro, Allgayer e Land, 2009), ambos com propriedades psicométricas satisfatórias para utilização com jovens. O Inventário de Percepção do Suporte Familiar (IPSF) (Baptista, 2005) foi elaborado para identificar a visão que o indivíduo tem do apoio recebido no ambiente parental através de 42 itens, podendo ser aplicado à estrutura familiar de base (pai, mãe, irmãos) ou à família mais ampla (tios, primos, avós). O IPSF, a partir de análise fatorial, apresenta quatro dimensões principais: inadaptação familiar, afetividade familiar, consistência familiar e autonomia familiar. A primeira dimensão é um conjunto de indicadores negativos das outras três dimensões, favorecendo a obtenção de uma visão global da percepção do suporte familiar. O Inventário do Clima Familiar, desenvolvido por Teodoro e colaboradores (2009), avalia coesão, apoio, hierarquia e conflito, podendo ser utilizado para investigar relações entre estrutura familiar e indicadores de saúde psicológica nessa população. A dimensão apoio contém itens que descrevem o suporte material e emocional recebido na família (por exemplo: "Procuramos ajudar as pessoas da nossa família quando percebemos que estão com problemas" e "Quando alguém está doente, os outros cuidam dele") e obteve uma consistência interna nessa dimensão de 0,71.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Entre os instrumentos de caráter mais lúdico e representativo para avaliar o apoio social, pode-se citar o Modelo de Escolta Social, criado por Kahn e Antonucci (1980), reformulado por Antonucci e Jackson (1987), que propõe a avaliação da rede de apoio social e afetiva na forma de um diagrama com três círculos concêntricos e hierárquicos, no qual a rede é identificada no círculo central. Os círculos representam o grau de proximidade com os integrantes da rede. Esse modelo identifica as relações socioafetivas próximas e significativas, baseadas no apoio, e também propõe uma lista mínima de 10 pessoas significativas a serem enumeradas pelos indivíduos (Brito e Koller, 1999). Esse modelo é semelhante ao proposto por Sluzki (1997), que também utiliza o mapa da rede social, com três círculos concêntricos divididos em quatro quadrantes: família, amigos, escola-trabalho e comunidade. O núcleo do círculo representa o sujeito; o primeiro círculo indica a proximidade e a importância dos sistemas presentes; o segundo círculo constitui-se por pessoas que têm menor proximidade e importância; o terceiro círculo abrange as pessoas que são percebidas de forma mais distante. O mapa da rede social também foi utilizado por Branco e Wagner (2009), que avaliaram a rede social de adolescentes infratores, demonstrando o empobrecimento da rede ao longo do período de internação.

Outro instrumento lúdico é o Mapa dos Cinco Campos, que avalia a estrutura e a função da rede de apoio de crianças, adolescentes e adultos, considerando a quantidade e a qualidade dos vínculos estabelecidos na rede (Samuelsson et al., 1996). Esse instrumento também tem sido utilizado com crianças em situação de risco e fornece dados importantes sobre a percepção delas sobre o seu mundo social, permitindo a compreensão da percepção da rede em diferentes campos, incluindo o campo familiar.

Em alguns estudos, também são utilizados desenhos da família, como na pesquisa de Roe e colaboradores (2006). No entanto, esses autores afirmam que o desenho pode ser considerado uma medida menos sofisticada do que o instrumento Mapa dos Cinco Campos, pois não inclui uma medida direta da qualidade dos relacionamentos, além do caráter de natureza ambígua dos desenhos, devendo, portanto, ser evitado o seu uso de forma isolada. Além disso, a natureza dos dados coletados através do desenho não permite a inferência de causa e efeito, e as crianças com problemas de comportamento são menos propensas a se concentrar na tarefa do desenho o tempo suficiente para incluir todos os membros familiares. Em famílias que apresentam uma estrutura não tradicional, também se torna complexa para a criança a representação através de desenho.

MAPA DOS CINCO CAMPOS

O Mapa dos Cinco Campos é um instrumento lúdico, construído pelos pesquisadores britânicos Samuelsson, Therlund e Ringström em 1996. No Brasil, foi adaptado por Hoppe (1998). Em sua aplicação, é utilizada a colocação livre de figuras, que representam crianças, jovens e adultos de ambos os sexos, em um quadro com círculos concêntricos. Tem por objetivo avaliar a estrutura e a funcionalidade da rede de apoio socioafetivo, a partir dos cinco campos: família, escola, amigos, parentes e contatos formais. O mapa pode ser usado tanto em *settings* clínicos quanto em pesquisas.

Esse instrumento é composto por um pano de feltro e por figuras que podem ser fixadas com velcro (Figura 18.1). Também permite que pessoas já falecidas sejam consideradas parte da rede de apoio, em função da consideração subjetiva da percepção da rede. O círculo central corresponde ao participante e cada círculo adjacente mede a qualidade do vínculo, ou seja, quanto mais perto do círculo central, maior é a percepção de proximidade do participante com a pessoa representada: o primeiro e o segundo círculos correspondem às relações mais próximas (maior vínculo); o terceiro e o quarto círculos correspondem às relações mais distantes (menor vínculo); o último círculo, na periferia do mapa, corresponde aos contatos insatisfatórios.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

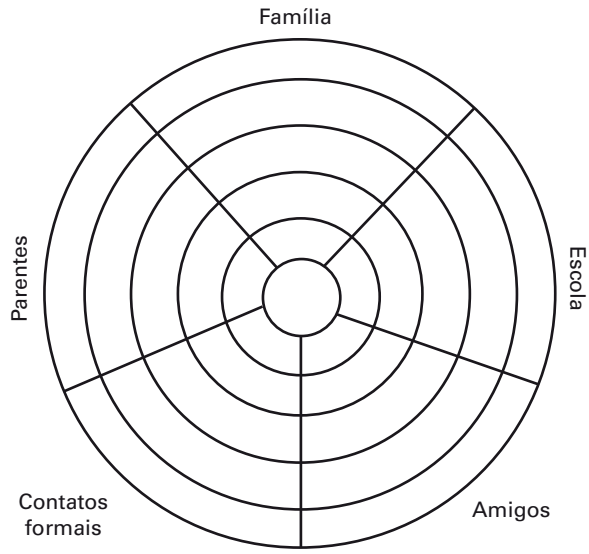

FIGURA 18.1
Mapa dos Cinco Campos (adaptado de Hoppe, 1998).

A aplicação exige treinamento e habilidade do pesquisador ou do terapeuta de família. Primeiramente, é apresentado o instrumento, ou seja, o pano e as figuras, explicando-se que cada uma das fatias representa um contexto no qual o indivíduo convive e que ele poderá representar essas pessoas no pano, utilizando as figuras de crianças, adolescentes e adultos. O indivíduo é solicitado a escolher uma figura para colocá-la no centro (representando a si mesmo). Assim, o aplicador o convidará a colocar as figuras de modo que, quanto mais próxima do centro, mais ele gosta da pessoa e, quanto mais distante do centro, menos ele gosta. No último nível, deverá colocar as pessoas de quem ele não gosta. É importante certificar-se de que o indivíduo compreendeu as instruções, especialmente se for uma criança. Para iniciar, ele deverá escolher um dos cinco campos e, antes de iniciar a representação, o aplicador deve explicar e contextualizar cada campo. À medida que ele for representando as pessoas que fazem parte de sua vida, o aplicador deverá questionar a qualidade da relação (conflito e rompimento). A aplicação de todo o instrumento leva cerca de 40 minutos e deve ser realizada individualmente. Contudo, destaca-se que o aplicador poderá utilizar o instrumento para investigar as relações do participante em apenas um campo, como, por exemplo, no campo família.

Os dados obtidos são anotados em uma folha de registro, juntamente com informações sobre satisfação/insatisfação e existência de conflitos/rompimentos nas relações. Por fim, após o término da aplicação do instrumento, o participante é solicitado a responder a duas questões:

1. Com qual dessas pessoas citadas no mapa você mais pode contar? e
2. Que tipo de apoio ela lhe dá?.

A primeira questão indica a principal fonte de apoio percebida e a segunda, o tipo de apoio fornecido.

A dinamicidade desse instrumento também se reflete na análise de seus dados, que pode ser tanto qualitativa quanto quantitativa. Por exemplo, é possível analisar a localização da figura materna dos indivíduos na rede de apoio e, associado a isso, investigar a quali-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

dade da relação com essa figura a partir de um inquérito que considere a presença de conflito e rompimento. A análise quantitativa focaliza uma perspectiva panorâmica dos dados, possibilitando a visualização da estrutura da rede. Assim, pode-se levantar a frequência e a média de contatos em cada um dos campos e em cada nível de proximidade, assim como a frequência e a média de conflitos e rompimento em cada um dos campos e o total da rede de apoio, o fator de proximidade, entre outras variáveis.

O fator de proximidade é uma variável que representa o grau de vinculação dos participantes com o número de pessoas citadas nos campos, sendo medido pela localização dessas pessoas em relação ao círculo central, no qual está o participante. Para o cálculo desse escore, o número de pessoas colocadas no primeiro nível é multiplicado por oito; no segundo nível, por quatro; no terceiro nível, por dois; no quarto nível, por um e, no quinto nível, por zero. O somatório desse cálculo é dividido pelo número total de pessoas citadas no campo (para a média de proximidade no campo) ou pelo número total de pessoas citadas no mapa (para a média de proximidade no instrumento). Assim, o fator de proximidade varia de zero a oito, sendo que escores entre zero e 2,6 são considerados de pequena força; 2,7 e 5,3, média força; entre 5,4 e 8, grande força de proximidade. Esse escore permite diferenciar qualidade de quantidade, à medida que um participante que mencione dez contatos em um campo, todos no primeiro nível, terá um maior fator de proximidade nesse campo se comparado a outro participante que mencione os mesmos dez contatos, porém distribuídos nos cinco níveis. A partir do cálculo desse fator, é possível compreender a função da rede, ou seja, a qualidade das relações estabelecidas.

O fator de proximidade é uma variável que representa o grau de vinculação dos participantes com o número de pessoas citadas nos campos, sendo medido pela localização dessas pessoas em relação ao círculo central, no qual está o participante.

ESTUDOS EMPÍRICOS COM O MAPA DOS CINCO CAMPOS

Ainda são poucos os estudos publicados que apresentam dados empíricos utilizando o Mapa dos Cinco Campos. O estudo original de Samuelsson e colaboradores (1996) procurou avaliar a rede social de 27 crianças de 11 anos, através de um teste-reteste para verificar a estabilidade dos resultados do instrumento ao longo do tempo. Foi observado que, nos campos família, parentes e contatos formais, houve estabilidade; no campo escola, a estabilidade foi mais presente em relação às figuras de adultos, enquanto no campo amigos/vizinhos não houve estabilidade, o que era esperado devido à faixa etária da amostra. Os resultados do mapa também foram comparados a resultados de outros instrumentos de avaliação de interação social e foram observadas associações entre contatos insatisfatórios, rupturas e problemas de comportamento em amostras não clínicas. O fator de proximidade do mapa e o número de contatos insatisfatórios e conflitos diferenciaram o grupo de crianças que viviam em famílias monoparentais de um grupo similar de crianças com problemas psiquiátricos. Assim, os autores consideraram que o instrumento é adequado para avaliar a rede social de crianças.

Sturgess, Dunn e Davies (2001) utilizaram esse instrumento para avaliar a percepção do relacionamento familiar de crianças de 4 a 7 anos, em famílias com diferentes configurações (famílias originais e reconstituídas), fazendo uma adaptação para um mapa dos quatro campos. Nesse estudo, os autores eliminaram o campo contatos formais, considerando que este não era útil para a avaliação de crianças pequenas, e concluíram que o instrumento é facilmente compreendido por elas, oferecendo aos profissionais uma possibilidade de avaliação da qualidade dos relacionamentos familiares de uma maneira apropriada à idade. Os resultados apontaram que, através desse instrumento, foi possível às crianças expressar claramente quando não se sentiam próximas de seus padrastos ou meio-irmãos, por exemplo.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

No Brasil, pode-se citar o estudo de Hoppe (1998), que adaptou e utilizou o Mapa dos Cinco Campos, investigando a rede de apoio socioafetivo de crianças de 7 a 9 anos e suas famílias expostas a situações de risco. Mayer (2002) também utilizou esse instrumento para avaliar 40 meninas vítimas e não vítimas de violência doméstica (abuso físico), com idade entre 8 e 12 anos. Os resultados apontaram que as meninas vítimas de violência apresentaram uma rede de apoio socioafetivo que difere mais qualitativamente do que quantitativamente das meninas não vítimas. As meninas vítimas apresentaram um número maior de relacionamentos com rupturas, especialmente no campo família, e incluíram menos pessoas nos círculos mais próximos, indicando relacionamentos mais distantes. Siqueira e colaboradores (2006) utilizaram o Mapa dos Cinco Campos para investigar a percepção de adolescentes institucionalizados quanto à sua rede de apoio social e afetivo, tendo em vista as mudanças nos relacionamentos decorrentes da situação de institucionalização. Participaram desse estudo 35 adolescentes, com idade entre 11 e 16 anos, de ambos os sexos. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e o Mapa dos Cinco Campos para avaliar a estrutura e a função da rede de apoio. Foi feita uma adaptação no instrumento, acrescentando-se o campo abrigo e reunindo-se os campos amigos e parentes, mas mantendo-se os cinco campos, uma vez que, para as crianças institucionalizadas, o abrigo é um contexto de maior importância do que o ambiente familiar. Os resultados indicaram que a principal fonte de apoio foi representada pelos adultos, especialmente os familiares e os monitores dos abrigos, e que o principal tipo de apoio percebido foi o instrumental. Também foram observadas diferenças de sexo na percepção das redes de apoio, tendo as meninas mais contatos do que os meninos. Assim, o estudo demonstrou a importância da família e do abrigo como fornecedores de apoio para esses adolescentes.

A seguir, será apresentado um estudo que investigou mais especificamente a percepção das figuras parentais através do Mapa dos Cinco Campos, de modo que se possa exemplificar mais detalhadamente as possibilidades de uso desse instrumento.

RELATO DE ESTUDO

No estudo intitulado "Percepção das figuras parentais na rede de apoio de jovens institucionalizados", de Siqueira e colaboradores (2009), participaram 146 crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idades entre 7 e 16 anos (M=11,1; DP=2,04), que viviam em abrigos governamentais e não governamentais da região metropolitana de Porto Alegre (RS). Eram crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida de proteção judicial, em função de terem sido expostos a situações de risco, como maus-tratos, negligência, abandono, violência física, sexual e psicológica. O tempo de institucionalização da amostra variou de um a 151 meses (M=36,56; DP=35,05).

Para a realização dessa pesquisa, o instrumento foi utilizado tal como no estudo de Siqueira e colaboradores (2006), acrescentando o campo abrigo e reunindo os campos amigos e parentes. Além do Mapa dos Cinco Campos, utilizou-se uma entrevista semiestruturada, que teve por objetivo estabelecer um *rapport* e levantar dados sociodemográficos dos participantes. Os dados foram avaliados de acordo com os seguintes aspectos:

- estrutura da rede: avaliada pelo número de contatos em toda a rede e por campo;
- funcionalidade da rede: avaliada a partir de três aspectos:
  1. média e desvios-padrão dos contatos em cada círculo adjacente ao centro, que representam os níveis de proximidade;
  2. média e desvios-padrão dos conflitos e rompimentos;
  3. fator de proximidade total da rede e por campo.
- percepção das figuras parentais na rede: avaliada como a qualidade da relação com

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

as figuras parentais (figura materna e paterna) a partir da localização de ambos nos níveis do instrumento. Nesse estudo, "figuras parentais" foram aquelas pessoas consideradas mães e pais pelos participantes, não sendo necessária a existência de vínculo consanguíneo. Por exemplo, uma avó e uma mãe de criação puderam ser consideradas figuras maternas e um tio ou amigo, figuras paternas.

A análise dos dados foi realizada de forma quantitativa e qualitativa. Os resultados permitiram caracterizar as famílias dos participantes. Em 38,2% dos casos, os participantes consideraram como família os membros da família nuclear (figura materna, paterna e irmãos) e membros da família extensa, como avós, tios(as), primos(as), entre outros familiares; em 34,4% dos casos, eles consideraram somente os membros da família nuclear; em 27,5% dos casos, consideraram, além da família nuclear e extensa, outras pessoas, como membros dos abrigos (pais sociais, monitores e crianças e adolescentes com quem conviviam). Em 73,6% dos casos, as figuras parentais não viviam mais juntas; em 17,1%, elas viviam juntas; em 9,3% dos casos, os participantes não souberam informar.

As médias de contatos satisfatórios, insatisfatórios, conflitos e rompimentos e o fator de proximidade nos cinco campos são apresentados na Tabela 18.1. Observa-se que o campo abrigo apresentou maior média de contatos satisfatórios, insatisfatórios e conflitos e que o fator de proximidade de cada campo pode ser classificado como de grande força.

Com relação à presença das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados, em 21,2% e 42,1% dos casos, a figura materna e a figura paterna, respectivamente, não foram citadas. A Figura 18.2 apresenta a porcentagem da presença das figuras parentais nos níveis de proximidade.

A localização das figuras parentais no mapa foi analisada. Para tanto, consideraram-se os níveis de proximidade, sendo que, quanto mais longe do centro estiverem as figuras parentais, maiores serão suas médias. Assim, constatou-se que a figura materna obteve média de localização de 2,34 (DP=2,05) e a figura paterna, 3,46 (DP=2,38), sendo essa diferença significativa ($t=5,7$; $gl=132$; $p<0,01$). Portanto, a figura materna foi percebida como mais próxima do que a figura paterna.

Uma análise foi realizada com o objetivo de verificar se a relação com as figuras parentais era considerada satisfatória ou insatisfatória e se havia a existência de conflito e rompimento com elas, considerando-se sexo e faixa etária. Quanto à figura materna, houve maior percentual de conflitos e rompimentos entre as meninas na faixa etária de adolescentes. Quanto à figura paterna, houve maior percentual de insatisfação entre os meninos e de conflitos entre os adolescentes. No entanto, só foi observada associação significativa entre

Tabela 18.1 **Médias e desvios-padrão dos contatos satisfatórios, insatisfatórios, conflitos, rompimentos e fator de proximidade por campo**

Campos	Satisfatórios		Insatisfatórios		Conflitos		Rompimentos		Fator de proximidade	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Abrigo	8,45	5,86	0,69	1,6	3,28	3,19	1,02	1,63	5,67	1,97
Família	7,25	4,61	0,37	0,85	2,13	2,31	1,02	1,6	6,51	1,75
Escola	5,43	3,85	0,58	1,14	1,13	1,6	0,8	1,26	5,45	2,25
Amigos/Parentes	4,92	4,49	0,13	0,48	0,8	1,38	0,61	1,24	5,49	2,63
Contatos Formais	3,17	3,32	0,18	0,49	0,3	0,7	0,15	0,47	5,58	2,8
Total	29,06	14,53	2,51	2,81	7,53	6,11	4,41	4,72	6,51	1,75

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

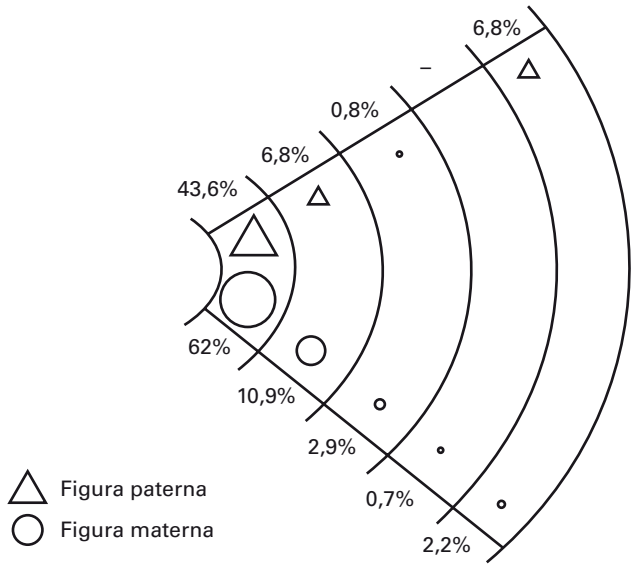

FIGURA 18.2
Porcentagem da localização das figuras parentais nos níveis de proximidade.

conflito com a figura materna e faixa etária (χ^2=5,75; gl=1; p<0,02), com uma média maior de conflito com a mãe entre os adolescentes.

Também foram investigadas as fontes de apoio e o tipo de apoio percebido. A família foi citada como principal fonte de apoio por 22,6% dos participantes, sendo que a figura materna foi considerada a principal fonte de apoio por 12,03% e a figura paterna por 3,76% dos participantes. Em relação ao tipo de apoio fornecido, uma análise de conteúdo (Bardin, 1977) foi utilizada, possibilitando a identificação das três categorias de apoio, semelhantes às propostas por Wills e colaboradores (1996) e Siqueira e colaboradores (2006): apoio emocional/afetivo, instumental ou informacional. Considerando-se os itens relacionados às figuras parentais (n=24), foi investigada a frequência dos tipos de apoio fornecidos por elas. O apoio instrumental foi associado à figura materna em 41,66% dos itens e à figura paterna em 8,33%; o apoio emocional e afetivo foi associado à figura materna em 33,33% das respostas e à figura paterna em 8,33%; o apoio informacional foi relacionado à figura materna em 8,33% das respostas, não sendo identificado esse tipo de apoio relacionado à figura paterna.

Os dados desse estudo indicaram que a família, na maioria dos casos, foi percebida como próxima e como importante ou principal fonte de apoio dos participantes. Para tais crianças e adolescentes, tanto os membros da família nuclear quanto os da família extensa foram considerados parte de suas famílias. Esse resultado sugere que familiares como tios(as), primos(as) e avós são pessoas presentes na trajetória de vida desses jovens, responsabilizando-se também, em muitos casos, por sua educação.

Foi possível identificar que os campos abrigo e família foram os contextos de maior importância para os participantes. O campo abrigo apresentou maior média de contatos satisfatórios, insatisfatórios e conflitos, em comparação ao campo família, e apareceu como principal fonte de apoio dos participantes. Esses aspectos confirmam dados da literatura que indicam que o abrigo passa a se cons-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

tituir no principal contexto de desenvolvimento de crianças e adolescentes abrigados, exercendo o papel de fornecedor de apoio (Oliveira, 2006; Siqueira et al., 2006; Yunes, Miranda e Cuello, 2004), visto que é nesse contexto que relações de amizade, trocas afetivas, comportamentos cooperativos, disputas e conflitos são postos em cena. Por outro lado, a análise do campo família e da percepção das figuras parentais na rede de apoio mostrou o predomínio de uma visão positiva relacionada à família.

O campo família apresentou maior média de fator de proximidade em comparação aos outros campos e foi classificado como sendo de grande força de proximidade, o que sugere a existência de relações próximas e de qualidade. Tendo em vista que são crianças e adolescentes abrigados e que suas famílias apresentam problemas de diversas ordens, com dificuldade de manter seu papel protetivo, com contatos esporádicos e muitas vezes ausentes, essa percepção positiva chamou a atenção. A literatura da área tem destacado a percepção idealizada valorizada da família em estudos com crianças e adolescentes que tiveram uma experiência de institucionalização (De Antoni e Koller, 2000; Rizzini e Rizzini, 2004; Yunes et al., 2001).

Diferenças entre a percepção das figuras parentais também foram observadas. A figura materna foi situada nos níveis de maior proximidade por mais de 70% dos participantes, tendo sido mais lembrada como membro da rede de apoio em comparação à figura paterna. Pode-se concluir que, na percepção dos participantes, relações de maior proximidade são estabelecidas mais com a figura materna do que com a figura paterna. Também se observou maior ocorrência de conflitos e rompimentos com a figura materna, especialmente entre as meninas na faixa etária dos adolescentes. Tal resultado pode ser relacionado aos processos típicos de mudanças que ocorrem na adolescência e que envolvem conflitos com as figuras parentais relacionadas aos processos de independização (Steinberg, 1999).

Além disso, é provável que as figuras maternas tenham sido mais lembradas justamente pelo fato de estarem mais presentes na vida desses jovens, o que pode relacionar-se à característica monoparental e matrifocal (Szymanski, 1992) dessas famílias. A figura materna, nessas famílias, é membro essencial no processo de desenvolvimento e educação dos filhos e assume o lugar de chefe da família, estabelecendo limites e estando mais presente na vida dos filhos do que a figura paterna, que, em muitos casos, não convive com eles (Feijó e Assis, 2004).

A figura paterna não foi identificada como integrante da rede de apoio por quase 50% dos participantes, apresentando relação insatisfatória em 11,7% e sendo citada como figura de apoio em apenas cinco casos. O estudo de Feijó e Assis (2004), realizado com jovens infratores e suas famílias, comprovou que a figura paterna estava ausente em quase 40% dos casos. Para as autoras, a falta da figura paterna faz com que esses jovens sofram as consequências emocionais e financeiras decorrentes, além da influência na formação de sua identidade social.

O estudo aqui descrito possibilitou conhecer as características da rede de apoio socioafetivo de crianças e adolescentes institucionalizados, bem como a sua percepção de família e, em especial, das figuras parentais. A análise da percepção das figuras parentais na rede de apoio mostrou a presença mais constante da figura materna, ao passo que a figura paterna esteve ausente em quase metade dos casos. A ausência de um membro do casal parental pode levar a um desgaste ainda maior para a figura que assume a responsabilidade econômica e emocional de cuidar dos filhos, podendo operar como um fator de risco.

Os resultados desse estudo sugeriram, ainda, uma idealização das relações familiares, visto que a família apresentou maior fator de proximidade. Tal percepção pode ser entendida como um movimento adaptativo e restaurador dos jovens, um processo importante para o resgate das relações familiares fragilizadas. A idealização das relações familiares, de modo geral, pode estar associada à dicotomia existente entre o que é de fato vivenciado e o

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

que é pensado (Szymanski, 1992). O vivido, por sua vez, está relacionado aos modos de agir no dia a dia das famílias, ao contexto real de convivência, enquanto o pensado é da ordem do idealizado, de como se gostaria que fosse. Destaca-se, assim, a importância de que os profissionais dos abrigos e demais instituições de atendimento aos jovens nessa situação reconheçam e legitimem os diferentes modelos de família, mesmo que atravessados por fatores sociais e culturais.

A idealização das relações familiares, de modo geral, pode estar associada à dicotomia existente entre o que é de fato vivenciado e o que é pensado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão sobre a importância da rede de apoio, e especialmente do apoio familiar ao longo do desenvolvimento, destaca-se a necessidade de avaliação dessa variável pelos profissionais da área de família. Embora ainda sejam poucos os instrumentos disponíveis, observa-se um esforço dos pesquisadores no sentido de desenvolver novas estratégias de avaliação do apoio familiar.

Neste capítulo, destacou-se a utilização do instrumento Mapa dos Cinco Campos, que possibilita a avaliação da estrutura e função da rede de apoio de crianças, adolescentes e adultos, considerando-se a quantidade e a qualidade dos vínculos estabelecidos na rede. O instrumento, graças ao seu formato lúdico, facilita a representação da rede de apoio, sobretudo de crianças, e permite a adaptação dos campos apresentados, de acordo com as necessidades e os objetivos da pesquisa. Alguns autores utilizaram apenas quatro campos, para a aplicação do instrumento a crianças pequenas, enquanto outros fizeram uma adaptação, incluindo o campo abrigo para crianças institucionalizadas. Nesse sentido, observa-se que o instrumento permite mapear os contatos da pessoa que está sendo avaliada, incluindo contatos satisfatórios e insatisfatórios, conflitos e rompimentos, assim como o nível de proximidade em relação a esses contatos.

Através do estudo descrito para exemplificar o uso do instrumento, pode-se demonstrar que o Mapa dos Cinco Campos possibilita avaliar as percepções das crianças em relação às figuras parentais, mesmo que não estejam vivendo juntos. O questionário que é utilizado durante a aplicação do mapa permite resgatar aspectos mais qualitativos do apoio recebido, tais como o tipo de apoio e o principal apoio percebido. Sendo assim, sugere-se que esse instrumento possa ser mais utilizado, tanto na área clínica quanto em pesquisa, por permitir uma avaliação bastante completa da rede de apoio social dos indivíduos e, em particular, por permitir uma visão detalhada dos relacionamentos familiares.

Questões para discussão

1. Diferencie os conceitos "rede de apoio" e "apoio social".
2. A quantidade de pessoas presentes na rede de apoio pode ser mais importante do que a qualidade das relações? Justifique sua resposta.
3. Quais são os efeitos do apoio familiar positivo no desenvolvimento de crianças e adolescentes?
4. Qual é a diferença entre "estrutura familiar" e "apoio familiar"?
5. Diferencie o que é a "família pensada" e a "família vivida", exemplificando situações em que pode haver dicotomia entre tais percepções.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

REFERÊNCIAS

Andrade, G. R. B., & Vaitsman, J. (2002). Apoio social e redes: Conectando solidariedade e saúde. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, *7*(4), 925-934.

Antonucci, T. C., & Jackson, J. S. (1987). Social support, interpersonal efficacy, and health: A life course perspective. In L. L. Carstensen, & B. A. Edelstein (Ed.), *Handbook of clinical gerontology*. New York: Pergamon.

Antunes, C., & Fontaine, A. M. (2005). Percepção de apoio social na adolescência: Análise fatorial confirmatória da escala de Social Support Appraisals. *Paideia, 15*(32), 355-366.

Bao, W. N., Haas, A., & Pi, Y. (2007). Life strain, coping, and delinquency in the people's Republic of China: An empirical test of general Strain theory from a matching perspective in social support. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 51*(9), 8-24.

Baptista, M. N. (2005). Desenvolvimento do Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF): Estudos psicométricos preliminares. *Psico-USF, 10*(1), 11-19.

Baptista, M. N., & Oliveira, A. A. (2004). Sintomatologia de depressão e suporte familiar em adolescentes: Um estudo de correlação. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 14*, 58-67.

Barbosa, M. T. S., Byington, M. R. L., & Struchiner, C. J. (2000). Modelos dinâmicos e redes sociais: Revisão e reflexões a respeito de sua contribuição para o entendimento da epidemia do HIV. *Cadernos de Saúde Pública, 16*(Sup. 1), 37-51.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barrera, M. (1986). Distinctions between social support concepts, measures, and models. *American Journal of Community Psychology, 14*(1), 413-445.

Bass, L. A., & Stein, C. H. (1997). Comparing the structure and stability of network ties using the social support questionnaire and the social network list. *Journal of Social and Personal Relationships, 14,* 123-132.

Branco, B. M., & Wagner, A. (2009). Os adolescentes infratores e o empobrecimento da rede social quando do retorno à comunidade. *Ciência & Saúde Coletiva, 14*(2), 557-566.

Brito, R., & Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In A. Carvalho (Org.), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Publicado originalmente em 1979).

Chor, D. (2001). Medidas de rede e apoio social no estudo pró-saúde: Pré-testes e estudo-piloto. *Cadernos de Saúde Pública, 17*(4), 887-896.

De Antoni, C., & Koller, S. H. (2000). A visão de famílias entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia, 5*, 347-381.

Feijó, M. C., & Assis, S. G. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia, 9*(1), 157-166.

Garmezy, N., & Masten, A. (1994). Chronic adversities. In M. Rutter, E. Taylor, & L. Herson (Eds.), *Child and adolescent psychiatry*. Oxford: Blackwell.

Hirsch, B. J. (1979). Psychological dimensions of social networks. *American Journal of Community Psychology, 7*, 263-277.

Hoppe, M. (1998). *Redes de apoio social e afetivo de crianças em situação de risco*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Kahn, R. L., & Antonucci, T. C. (1980). *Convoys* over the life course: Attachment, roles, and social support. In P. B. Baltes, & O. G. Brim (Eds.), *Life span development & behavior 3*. New York: Academic.

Kashani, J. H. (1994). Perceived family and social support: impact on children. *Journal of American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, *33*, 819-823.

Langford, C. P. H. (1997). Social support: A conceptual analysis. *Journal of Advanced Nursing, 25*, 95-100.

Masten, A., & Garmezy, N. (1985). Risk, vulnerability and protective in developmental psychopathology. In B. Lahey, & A. Kazdin (Eds.), *Advances in clinical child psychology*. New York: Plenum.

Mayer, L. R. (2002). *Rede de apoio social e afetivo e representação mental das relações de apego de meninas vítimas de violência doméstica*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Mcfarlene, A. H., Bellissimo, A., & Norman, G. R. (1995). Family structure, family functioning and adolescent well-being: the transcendent influence of parental style. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *36*, 847-864.

Oliveira, A. P. G. (2006). *O caráter transitório do abrigo e a passagem adolescente: Pensando transitoriedades*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Pardeck, J. T. (1991). Family structure and life satisfaction. *Family Therapy*, *18*(1), 11-15.

Patten, C. A. (1997). Depressive symptoms in California adolescents: Family structure and parental support. *Journal of Adolescent Health*, *20*, 271-278.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Peixoto, F. J. (1999). *Escala de percepção da relação com a família*. In A. P. Soares, S. Araújo, & S. Caíres (Orgs.), *Avaliação psicológica: Formas e contextos*. Braga: APPORT.

Pesce, R. (2004). Risco e proteção: Em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 20*, 135-143.

Ptacek, J. T. (1996). The role of attachment in perceived support and the stress and coping process. In G. R. Pierce, B. R. Sarason, & I. G. Sarason (Eds.), *Handbook of social support and family*. New York: Plenum.

Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.

Robinson, N. S., & Garber, J. (1995). Social support and psychopathology across life-span. In D. Cicchetti, & D. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology: Theory and methods*. New York: Wiley-Interscience.

Rodriguez Espíndola, S., & Enrique, H. C. (2006). Validación argentina del cuestionario MOS de apoyo social percibido. *Psicodebate: Psicologia, Cultura y Sociedad, 7*, 155-168.

Roe, A. (2006). Young children's representations of their families: A longitudinal follow-up study of family drawings by children living in different family settings. *International Journal of Behavioral Development, 30*, 529-536.

Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal Orthopsychiatry, 57*(3), 316-331.

Samuelsson, M., Thernlund, G., & Ringström, J. (1996). Using the five field map to describe the social network of children: A methodological study. *International Journal Behavioral Development*, *19*, 327-345.

Sanchez, Z. V. D. M., Oliveira, L. G., & Nappo, S. A. (2005). Razões para o não uso de drogas ilícitas entre jovens em situação de risco. *Revista Saúde Pública, 39*(4), 599-605.

Sarason, I. G. (1987). A brief measure of social support: Practical and theoretical implications. *Journal of Social and Personal Relationships, 4*, 497-510.

Schencker, M., & Minayo, M. C. S. (2005). Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência e Saúde Coletiva, 10*(3), 707-717.

Sherbourne, C. D., & Stewart, A. L. (1991). The MOS Social Support Survey. *Social Science & Medicine, 32*, 705-714.

Siqueira, A. C. (2009). Família e institucionalização: Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 61*, 176-190.

Siqueira, A. C., Betts, M. K., & Dell'Aglio, D. D. (2006). Redes de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados. *Interamerican Journal Psychology, 40*, 149-158.

Sluzki, C. (1997). *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Steinberg, L. (1999). *Adolescence*. New York: McGraw-Hill.

Sturgess, W., Dunn, J., & Davies, L. (2001). Young children's perceptions of their relationships with family members: Links with family setting, friendships, and adjustment. *International Journal of Behavioral Development, 25*(6), 521-529.

Szymanski, H. (1992). *Trabalhando com famílias: Cadernos de ação*. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais, PUC/SP.

Teodoro, M. L. M., Allgayer, M., & Land, B. R. (2009). Desenvolvimento e validade fatorial do Inventário do Clima Familiar (ICF) para adolescentes. *Psicologia: Teoria e Prática, 11*, 27-39.

Ungar, M. (2008). Resilience across cultures. *British Journal of Social Work, 38*(2), 218-235.

Walsh, F. (1996). The concept of family resilience: Crisis and challenge. *Family Process*, *35*(3), 261-281.

Wills, T., Blechman, E., & Mcnamara, G. (1996). Family support, coping and competence. In M. Hetherington, & E. Blechman (Eds.), *Stress, coping and resiliency in children and families*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Yunes, M. A. (2001). A família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. *Paideia, 11*, 47-56.

Yunes, M. A., Miranda, A. T., & Cuello, S. S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In S. H. Koller (Org.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Parte IV
Intervenções e práticas familiares

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

19

Intervenção na conjugalidade: estratégias de resolução de conflitos conjugais

Adriana Wagner
Clarisse Mosmann

INTRODUÇÃO

Você já se perguntou por que, entre tantas pessoas no mundo, escolheu esta para se casar? Para responder a tal pergunta, você provavelmente se reportou ao passado, quando vocês se conheceram. A maioria de nós tem lembranças prazerosas desses momentos. Lembramos como iniciou o namoro, como foi o primeiro encontro, o primeiro beijo, entre tantas outras memórias inesquecíveis. Independentemente do tempo transcorrido entre essa época e os dias atuais, a maior parte das pessoas guarda essas emoções como um tesouro em um lugar especial da memória. Entretanto, para alguns, o contraste entre essas agradáveis lembranças e o sofrimento que vivenciam no presente, na sua relação conjugal, pode vir a ser avassalador. Nessas uniões, muitas vezes qualquer possibilidade de resgate desse tempo parece um objetivo inatingível e, talvez por isso, nem mesmo almejado por muitos casais que se vêm soterrados em meio às dificuldades da vida a dois.

Esse panorama tão desolador não é privilégio de alguns poucos desafortunados que não encontraram a sua cara-metade, mas a realidade de grande parte dos cônjuges ao redor do mundo. Estatísticas internacionais mostram que entre 40 e 45% das primeiras uniões terminam nos Estados Unidos, na Austrália e na Inglaterra, enquanto 35% acabam na Alemanha (Halford et al., 2003). No Brasil, os dados são ainda mais alarmantes, indicando que mais da metade das uniões termina em divórcio. Apesar disso, a maior parte dessas pessoas inicia novas uniões em um tempo médio de três anos, porém essas novas relações tendem a ser mais conflituosas do que as primeiras e, em 60% dos casos, termina, em uma nova separação (IBGE, 2007; Markman, Stanley e Blumberg, 2001).

O fato de estarmos tratando de um fenômeno de expressão mundial indica não só a sua abrangência, mas também a sua complexidade. Frente a esse fenômeno, é comum que se pergunte: o que acontece nos relacionamentos que torna tão difícil para as pessoas permanecerem casadas e relatarem bons níveis de satisfação? Diante do crescente número de divórcios, é instigante pensar em algumas possibilidades de reverter tal quadro. Nessa perspectiva, como os profissionais da área podem auxiliar os casais, evi-

O que acontece nos relacionamentos que torna tão difícil para as pessoas permanecerem casadas e relatarem bons níveis de satisfação?

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

tando a ruptura do vínculo conjugal e otimizando os níveis de satisfação na vida a dois? Eis aí um desafio, o qual pretendemos discutir, descrevendo determinadas estratégias de resolução de conflitos conjugais que podem auxiliar na clínica do casal e da família.

INTERVENÇÃO NA CONJUGALIDADE

Vamos retomar nosso exercício inicial: pense no começo de seu relacionamento e em como ele está atualmente. Para a maior parte das pessoas, existe um abismo entre essas duas realidades. Mas o que sucedeu no decorrer desse percurso? Como vocês chegaram ao ponto em que estão? Como se tornaram tão diferentes do que eram no início?

Alguns pesquisadores dirão que isso tudo é decorrente da paixão, ou melhor, da falta dela, pois esse sentimento nada mais é do que um processo químico, o qual não dura além de dois anos. Assim, o que vocês sentiam naquela época era apenas um inebriamento, produzido pela liberação de determinados hormônios. Mas tudo, então, foi somente química? Nada dura para sempre? Isso pode até ser verdade, mas os resultados de pesquisas norte-americanas indicam que 25% dos casais permanecem juntos e felizes (Markman, Stanley e Blumberg, 2001). Dados semelhantes foram encontrados em uma pesquisa com 149 casais brasileiros com tempo médio de união de 22,4 anos (DP=5,4), sendo que 8,1% da amostra definiram sua satisfação conjugal como *muito boa*, 14,4% disseram ser *boa* e 20,5% *acima da média* (Mosmann, 2007). Se somente a química explicasse tal estado de paixão, poderíamos pensar que esses parceiros, os quais se mantêm casados e felizes, sofrem de algum distúrbio hormonal.

Certamente não é esse o caso, pois, quando o arrebatamento de sentimentos esmorece, é necessário que esses casais encontrem formas de lidar com o dia a dia. Todos os casais têm contas a pagar, problemas no trabalho, desentendimentos com os filhos e com a família de origem, enfim, dificuldades a serem superadas ou assimiladas frente às quais a paixão sozinha não é capaz de sustentar tal complexidade. Essa consciência do caráter laborioso do casamento, porém, não é comum entre os cônjuges. Um dos fatores que dificultam a tomada de consciência desses aspectos inerentes à conjugalidade são os mitos em torno do casamento.

Tais mitos que povoam o imaginário coletivo das pessoas casadas ou solteiras colaboram para que se acredite que, depois do casamento, os cônjuges serão felizes na saúde e na doença, na alegria e na tristeza, na riqueza e na pobreza, graças a algum mecanismo mágico.... até que a morte os separe. É no contraste entre o que é prometido socialmente como casamento e a realidade diária com a qual se deparam os casais que brota a decepção. Entretanto, observa-se que a maioria das pessoas envolvidas em uma crise conjugal faria o possível para dar conta das dificuldades de seu casamento, embora muitas vezes não saiba como proceder e mesmo como fazer diferente.

É no contraste entre o que é prometido socialmente como casamento e a realidade diária com a qual se deparam os casais que brota a decepção.

Esse não saber é extremamente compreensível, porque as pessoas não nascem sabendo como se relacionar amorosamente. Aceita-se que elas precisem aprender a ser pais, por exemplo, mas supõe-se que não há como aprender a ser casal. Será este um aprendizado possível? A educação para a conjugalidade é teoricamente definida como treinamento preventivo/educacional para casais. Tal intervenção visa engajar os membros do casal em processos de aprendizagem, reflexão, conscientização e treinamento de habilidades no intuito de que estabeleçam relações com melhores níveis de saúde e estabilidade (Roberts, 2006). Os programas de educação conjugal baseiam-se nos pressupostos da ciência psicológica e da educação.

Aceita-se que elas precisem aprender a ser pais, por exemplo, mas supõe-se que não há como aprender a ser casal. Será este um aprendizado possível?

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Existem basicamente dois tipos de programas educativos para casais: os pré-nupciais e os conjugais. O primeiro tipo auxilia os casais na preparação para o casamento, enquanto o segundo atende a cônjuges com até 5 anos de matrimônio. Na realidade, os dois tipos de programas têm enfoque preventivo e podem ser tanto pré-nupciais quanto realizados no início do casamento. Isso ocorre por dois motivos: primeiro, sabe-se que as intervenções precoces são as mais eficazes para os casais; segundo, porque o foco é instrumentalizar os cônjuges para não chegarem a níveis de conflito que exijam intervenção terapêutica (Wagner e Mosmann, 2010).

Além disso, as intervenções conjugais fundamentam-se nos resultados de pesquisas, as quais indicam que a diferença entre os 25% que conseguem permanecer casados e felizes e os outros 75% que se separam ou vivem juntos, mesmo insatisfeitos, está na forma como eles resolvem seus problemas, uma vez que todos os casais têm dificuldades. Nossa tendência seria pensar que casais estáveis e satisfeitos não têm problemas financeiros, profissionais e familiares; porém, se fosse assim, não veríamos tantas pessoas ricas, bem-sucedidas e inteligentes com casamentos tão efêmeros. Os problemas são inerentes à vida conjugal; alguns são mais graves do que outros, mas, não é a presença de conflito que diferencia os casais, e sim a forma de resolvê-los.

Se considerarmos que um casal pode ter, no mínimo, um desentendimento por dia, ao longo de um ano serão 365 desentendimentos e, se os mesmos não forem efetivamente resolvidos, não surpreende que 75% dos casais não permaneçam casados. É nesse contexto que se inserem as intervenções conjugais, para conscientizar os casais sobre as vicissitudes da vida a dois e instrumentalizá-los na resolução de conflitos que decorrem da conjugalidade.

Essa metodologia baseia-se no fato de que existem fatores estáticos e dinâmicos que compõem a conjugalidade. Os estáticos não podem ser modificados através de programas de intervenção e incluem as características da família de origem, a idade dos cônjuges e a fase do ciclo conjugal que atravessam, por exemplo. Os fatores dinâmicos são aqueles que podem ser modificados, tais como as expectativas sobre o casamento, os padrões de comunicação, a capacidade de adaptação e as habilidades de resolução de conflitos (Halford et al., 2003). Frente a isso, é essencial que se aposte nas intervenções voltadas aos fatores dinâmicos, considerando que expressam a natureza da interação conjugal e as possíveis causas de problemas conjugais e do divórcio. Esse entendimento fundamenta-se na definição da qualidade conjugal, que resulta de um processo dinâmico e interativo entre o casal (Mosmann, Wagner e Féres-Carneiro, 2007). Esse caráter processual abre possibilidades para mudanças e justifica um olhar mais aprofundado sobre cada um desses fatores dinâmicos, os quais passaremos a analisar.

EXPECTATIVAS SOBRE O CASAMENTO

Um dos motivos pelos quais os casais têm dificuldades em lidar com o dia a dia do casamento é porque todos somos educados em um contexto repleto de mitos sobre a conjugalidade que geram expectativas irreais sobre a vida a dois. Quando os cônjuges constatam na prática a discrepância entre mito e realidade, sua decepção é imensa e sentem-se enganados. Inicia-se, então, um processo no qual se tende a jogar a culpa no outro: foi o outro que não correspondeu às expectativas ou que mudou muito e já não é aquele com o qual se iniciou uma relação arrebatadora e completa.

Apresentaremos quatro mitos que consideramos essenciais abordar com os casais para que eles possam ter diferentes perspectivas sobre o casamento e, principalmente, sobre o parceiro. A partir disso é que se pode trabalhar o desenvolvimento de novas habilidades de resolução de conflitos (Notarius e Markman, 1993).

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Mito 1 – Se há amor e compromisso suficientes, o casal é capaz de enfrentar todas as dificuldades

Na verdade, o amor é fundamental para a formação do casal, mas não é o suficiente para mantê-lo. Esse mito, além de criar a falsa ideia de que o amor dará conta das dificuldades e será capaz de resolvê-las, faz com que os cônjuges sintam-se culpados por pensar que, se têm tantos conflitos e não conseguem resolvê-los, é porque provavelmente já não se amam mais.

Mito 2 – Os problemas do início do casamento tendem a melhorar com o tempo

Na realidade, os problemas não resolvidos tendem a piorar com o passar do tempo. A estratégia de tentar ignorá-los acaba por incrementar os problemas conjugais porque cria o efeito *bumerangue*, isto é, os conflitos não resolvidos tendem a retornar com mais força a cada novo desentendimento. Além disso, a não resolução gera um sentimento de frustração entre os cônjuges que se acumula com o passar do tempo. Esse acúmulo tende a criar um armazenamento de sentimentos negativos em relação ao casamento e ao parceiro.

Mito 3 – Com quem você se casa vai definir o quanto você será feliz no matrimônio

A satisfação conjugal tem muito menos a ver com as características pessoais do parceiro do que com a maneira como os cônjuges lidam com os conflitos. Esse mito é perigoso porque encerra um caráter definitivo na escolha do parceiro: se você escolheu errado, é mais fácil trocar de parceiro do que tentar ser feliz com este que elegeu. Quando os casais percebem que têm outras possibilidades e que só depende deles tentar descobrir alternativas que venham a resolver suas dificuldades, são potencializados seus recursos para aperfeiçoar os níveis de saúde do casamento.

Mito 4 – Homens e mulheres têm diferentes necessidades e formas de estabelecer intimidade

De fato, homens e mulheres lidam com os problemas de maneiras distintas, e isso não se refere à sua capacidade de estabelecer intimidade. Esse mito tende a aprisionar os homens no papel de emocionalmente distantes e as mulheres no de extremamente sensíveis e incompreendidas por seus parceiros. É comum que os homens falem menos do que as mulheres, especialmente sobre o que sentem, devido às diferenças de gênero que perpassam todo o processo educativo de qualquer pessoa. Esse aspecto, porém, não significa que os homens não sejam capazes de se relacionar intimamente, que não têm sentimentos profundos e que nunca queiram discutir a relação. A premissa central nessa análise é a de que tanto os homens quanto as mulheres necessitam de aceitação, apoio e afeto de seu cônjuge, embora a forma como expressem tal necessidade seja distinta.

Ao analisarmos os mitos associados ao casamento, fica evidente como somos praticamente induzidos socialmente a desejar uma união fundamentada em aspirações irreais. Essas expectativas distorcidas estão na base do que as pessoas almejam quando pensam em casamento.

Em relação a esses fatores dinâmicos, as intervenções apropriadas são basicamente psicoeducativas, pois consistem em dar informação aos casais sobre a realidade e a universalidade das dificuldades que se processam por trás desses mitos. Assim, podem-se abrir novas possibilidades de construção de expectativas baseadas nas reais possibilidades de cada cônjuge. A partir do conhecimento de quem é o/a parceiro/a,

Assim, podem-se abrir novas possibilidades de construção de expectativas baseadas nas reais possibilidades de cada cônjuge.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

quais são suas características pessoais, como ele/ela lida com as dificuldades, sem pressupor que por ser homem ou mulher deva agir de determinada forma, os casais podem estabelecer expectativas reais e atingíveis para os seus relacionamentos.

Entretanto, sabemos que a maior parte dos casais não tem a oportunidade de participar de programas de educação conjugal. Por isso, vão estabelecendo modos de interagir e solucionar suas dificuldades com base nos recursos pessoais de que cada um dispõe. Acabam então por estruturar padrões de resolução de conflitos que precisam ser analisados para que possamos elucidar alternativas de padrões mais funcionais.

PADRÕES DE INTERAÇÕES CONFLITUOSAS

Descreveremos a seguir padrões estabelecidos por grande parte dos casais a fim de resolver suas dificuldades.

Negatividade recíproca

Os casais apresentam um número muito superior de afirmações negativas em comparação às afirmações positivas referentes ao cônjuge. São parceiros que invariavelmente respondem mais de forma negativa em relação ao outro, por exemplo, acusando-se e rebaixando-se mutuamente. Há um padrão de percepção do outro e do relacionamento associado a percepções negativas quase automáticas.

Escalada negativa

Os casais que apresentam esse padrão são dominados por sequências de comportamentos negativos que normalmente se estabelecem em escalada e são difíceis de interromper. Um grande desafio para esses casais é encontrar uma alternativa mais adaptativa para sair desse ciclo. Em geral, a tentativa de conter a escalada negativa vem acompanhada de sentimentos negativos, que acabam por alimentar o ciclo, podendo esses casais permanecerem durante anos em discussões sem fim, cada vez mais agressivas e ressentidas, sem que consigam interrompê-las.

Padrão de demanda e retirada

Um dos cônjuges provoca ativamente o outro, hostilizando-o, enquanto o outro apenas se defende ou simplesmente não reage. Nessas interações, é mais comum que as mulheres adotem uma postura agressiva e hostil e que os homens as ignorem. São aqueles casais em que um está sempre provocando o outro e, quanto menos o outro reage, mais incomodado fica o provocador. Contudo, o sexo do cônjuge parece não ser sempre determinante nesse padrão, variando de acordo com quem adota a postura desafiadora ativa no momento, até porque aquele que supostamente não reage também está provocando o outro com essa suposta indiferença, o que reforça a permanência do ciclo de interação.

Guerrilha

De modo geral, a maioria dos casais não estabelece acordos sobre a forma de lidar com os problemas. Não são alertados para as dificuldades que enfrentarão ainda naquela época da paixão inicial. E, quando se deparam com tais dificuldades, recorrem a estratégias de *guerrilha*, atirando para todos os lados. Esse modelo pode ser extremamente daninho, porque algumas vezes as mágoas que os cônjuges causam mutuamente são profundas. Considerando que a maioria não aprende novas formas de resolver os conflitos, os ressentimentos em relação ao outro vão se acumulando até chegar a um ponto insustentável.

Independentemente do padrão estabelecido entre o casal, de acordo com Gottman (1998), pode-se resumir os dados sobre as interações conjugais conflituosas em uma equação matemática. Nos casais denominados

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

como "regulados", ambos os cônjuges têm mais comportamentos positivos do que negativos durante uma interação. Os casais regulados teriam cinco vezes mais esse padrão, enquanto os "desregulados" funcionariam na proporção 1x1, ou seja, um comportamento positivo por um negativo.

Esses dados são relevantes porque os casais "regulados" apresentam maiores níveis de satisfação e maior estabilidade. Em suma, a satisfação e a estabilidade conjugal não estão associadas à ausência de conflitos, mas à quantidade de comportamentos positivos e negativos que os casais estabelecem. Nesse sentido, justifica-se o foco das intervenções conjugais nas estratégias de resolução dos conflitos a fim de potencializar os comportamentos positivos e minimizar as interações negativas.

Estratégias de resolução de conflitos

Entre as estratégias de resolução de conflitos, algumas são apontadas como muito eficazes por casais que realizaram programas de educação conjugal (Markman, 2004). Esses cônjuges reportam que a aprendizagem de padrões de comunicação mais eficazes, que incluem uma escuta efetiva e respostas menos agressivas e mais empáticas, é a que mais utilizam posteriormente em seus relacionamentos. Esses casais, ao avaliarem os resultados da participação no programa, salientam que se esforçam para manter essas estratégias ativas, pois as consideram muito eficazes. Além das estratégias de comunicação, consideramos importante salientar outras três questões fundamentais para o desenvolvimento de padrões mais eficazes na resolução de conflitos.

Estar atento

É muito importante que os casais estejam atentos aos problemas e às dificuldades e os aceitem não como fraquezas que devem ser evitadas a todo custo, mas sim como sinalizadores do que é preciso fazer para mudar. Esse comportamento, associado à desmistificação da ideia de que os problemas se resolvem sozinhos, possibilita aos casais assumirem a responsabilidade por seus relacionamentos, aceitando que precisam trabalhar para resolver as diferenças e que negá-las não as faz desaparecer; pelo contrário, apenas fomenta seu crescimento.

Estabelecer uma comunicação efetiva

A comunicação efetiva é essencial para a resolução dos conflitos. Mas o que exatamente é uma comunicação efetiva? Muitos casais têm estilos negativos de comunicação, apresentando dificuldades de comunicar-se de maneira eficaz durante as discussões. Isso se expressa através dos juízos de valor que emitem durante uma discussão em frases como "Você sempre faz isso para me agredir" quando, na realidade, o melhor a dizer seria "Isto que você está fazendo faz com que eu me sinta agredida". Esta seria uma alternativa de comunicação efetiva porque retira do outro a intenção de causar dano. Também é eficaz esclarecer a comunicação a fim de evitar o conflito através de frases menos agressivas e mais empáticas, repetindo-se literalmente o que diz o outro. Por exemplo, quando um dos cônjuges diz algo como "Você sempre faz com que eu me sinta humilhado", o outro pode traduzir a ideia afirmando: "Você está dizendo que eu sempre o faço sentir-se humilhado". Assim, gera-se a possibilidade de que aquele que comunicou possa escutar o que disse e reavaliar se é isso mesmo que está tentando dizer.

Evitar iniciar agressão

É fundamental que os casais aprendam que apenas um gesto ou uma palavra em tom agressivo muitas vezes têm maior poder daninho do que os gestos de carinho. Os casais tendem a tratar com menos cuidado seu cônjuge do que as pessoas estranhas, com as quais

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

evitam iniciar agressões que podem ser evitadas. Essa iniciativa de tentar não agredir o outro tende a gerar um ciclo positivo, uma vez que, quanto menos agressões e provocações, menos hostilidade, mágoa e ressentimento os cônjuges acumularão em seu casamento.

Lidar com as diferenças de gênero

Por questões culturais de construção dos papéis de gênero, os homens têm mais dificuldades em lidar com o conflito, e as mulheres tendem a interpretar essas atitudes como distanciamento afetivo. Assim, os homens normalmente se retiram ou se afastam de situações de discussão, enquanto as mulheres tendem a demandar uma solução para todos os problemas através de intermináveis discussões. Esse descompasso é interpretado pelos cônjuges como algo pessoal, e a chave aqui é mostrar-lhes que ambos desejam o mesmo: ser felizes em seu relacionamento. Na maioria das vezes, perguntar ao cônjuge de que modo ele/ela se sente mais confortável para lidar com um problema pode criar novas alternativas de resolução de conflitos adequadas às necessidades de cada membro do casal.

As técnicas descritas são derivadas de pesquisas norte-americanas e testadas em programas de intervenção conjugais pré e pós-nupciais (Miller, Wackmann e Nunnally, 1983; Stanley et al., 2006), avaliadas pelos casais participantes como muito relevantes para a aprendizagem de diferentes modos de resolução de suas dificuldades. Contudo, aceitando a complexidade do relacionamento conjugal em termos do processo de interação entre os cônjuges, sabemos das limitações que as técnicas utilizadas isoladamente podem encontrar. O desafio das intervenções na conjugalidade encerra-se justamente no desenvolvimento de modelos de intervenção que abarquem os mitos, os padrões de interação e as estratégias de resolução de conflitos. É necessário que se trabalhe em diferentes níveis com os casais, iniciando-se com a conscientização em relação aos mitos e aos padrões de interação conflituosa e terminando com o treinamento de habilidades para o desenvolvimento de estratégias de resolução de conflitos mais eficazes.

DESAFIOS DA INTERVENÇÃO NA CONJUGALIDADE

Vários desafios são atribuídos aos programas de intervenção na conjugalidade, em especial à sua eficácia. Isso se justifica pela dificuldade de mensuração dos resultados: como avaliar a efetividade de uma intervenção na conjugalidade? Carroll e Doherty (2003) realizaram uma metanálise para analisar os resultados já publicados referentes aos programas de intervenção conjugais e concluíram que, de modo geral, são efetivos e mostram melhoras imediatas nos processos comunicativos, na resolução de conflitos e na avaliação da satisfação conjugal.

Independentemente da comprovação empírica de sua efetividade, se considerarmos que somente cada casal sabe "...a alegria e a tristeza de serem o que são...", eles próprios são os melhores parâmetros para avaliar se houve melhoras efetivas e duradouras. Nesse sentido, um dos desafios relatados pelos próprios cônjuges no desenvolvimento de habilidades interpessoais é a distância existente entre a aprendizagem de uma habilidade e o seu uso diário na vida a dois. Esse aspecto reforça o caráter laborioso do casamento, mostrando que é preciso praticar as habilidades aprendidas constantemente até que elas sejam internalizadas e automatizadas.

Esse aspecto reforça o caráter laborioso do casamento, mostrando que é preciso praticar as habilidades aprendidas constantemente até que elas sejam internalizadas e automatizadas.

Além disso, criticam-se alguns modelos de intervenção especialmente voltados à resolução de conflitos por estarem centrados nos problemas, nas dificuldades e nas diferenças entre os cônjuges, enquanto seriam mais pro-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

dutivos se estivessem voltados a conscientizar acerca das diferenças, como também a desmistificar a ideia de que elas são negativas. O foco não deveria ser o quanto homens e mulheres são distintos, mas o que cada casal deseja em comum. Potencializar as singularidades de cada um de modo a funcionarem em sentido cooperativo e produtivo é apostar na possibilidade de que os cônjuges passem de adversários a colaboradores.

Potencializar as singularidades de cada um de modo a funcionarem em sentido cooperativo e produtivo é apostar na possibilidade de que os cônjuges passem de adversários a colaboradores.

Descreveremos a seguir o relato de um caso clínico que ilustra alguns dos aspectos discutidos até aqui.

CASO CLÍNICO

Janaína, 29 anos, e Cláudio, 31 anos, buscam terapia porque se casarão dentro de seis meses e acreditam que estão brigando muito. Ele conta que tem uma colega que faz terapia de casal e recomendou-lhes que fizessem um tratamento preventivo (sic). Questionados sobre as brigas, ele relata que Janaína é muito controladora. A moça fica muito angustiada se ele não atende o telefone e não para de ligar até que ele atenda, nem que para isso precise telefonar mais de 20 vezes. Cláudio incomoda-se muito com isso, pois nesses momentos eles só discutem e não conseguem "se entender" (sic). Ambos ficam muito irritados, e já aconteceu de Janaína descontrolar-se e atirar objetos em Cláudio. Ela confirma esse relato, sentindo-se bastante envergonhada. Diz que não sabe muito bem como isso se inicia, mas que algo "dispara" (sic) dentro dela, se ele não a atende, e fica muito angustiada.

Na última briga que tiveram e que motivou a busca por terapia, Cláudio estava assistindo ao jogo de futebol de seu time no estádio e enfrentou um trânsito pesado na saída, demorando mais do que o costume para chegar em casa. Janaína começou a telefonar preocupada com a demora, mas ele não atendeu da primeira vez porque não ouviu o celular. Quando ele atendeu, ela já havia telefonado três vezes. Isso o deixou irritado, mas falou a ela o que estava ocorrendo e que não iria demorar, o que, na verdade, ele não sabia ao certo. Entretanto, apesar do desejo de Cláudio de retornar rapidamente para casa, devido ao trânsito, ele demorou mais do que imaginava. Janaína, então, passou e telefonar insistentemente até que ele chegasse em casa, o que o aborreceu profundamente. Eles discutiram muito, até que ela atirou um vaso nele, machucando-o.

A terapeuta iniciou a intervenção reforçando o caráter positivo de que o casal não acreditou no mito número 2 de que "Os problemas do início do casamento tendem a melhorar com o tempo", e de que a precocidade de sua procura antes do casamento provavelmente lhes dará maiores chances de conseguir desenvolver habilidades de resolução de conflito mais eficazes. Nesse sentido, passou a conscientizá-los a respeito de seu padrão de interação conflituosa: escalada negativa. Mostrou a eles que Cláudio, embora se sinta vítima do descontrole de Janaína, incita seu comportamento não lhe precisando exatamente onde está, ou quanto tempo demorará, por exemplo, e desencadeando um padrão de comportamentos negativos. Ela, por sua vez, entra no processo de angústia e tentativa de controle, telefonando insistentemente a ele, que passa a não atendê-la, já muito irritado. Esses comportamentos geram uma escalada de irritação em ambos até chegar ao ponto máximo de descontrole e agressão. A proposta terapêutica para esse casal é a de construir com eles novas alternativas de interação e romper com o ciclo de escalada que tem sido gerado na relação. Ao perceberem o caráter processual da escalada negativa, eles podem resgatar a autoria na interação e buscar alternativas que interrompam esse ciclo a partir de estratégias mais saudáveis de convivência e resolução de conflitos.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Questões para discussão

1. Qual é o conceito de educação conjugal?
2. Descreva os mitos existentes associados ao casamento.
3. Explique o padrão de interação conflituosa denominado guerrilha.
4. Exemplifique uma comunicação disfuncional entre o casal e elabore uma alternativa de comunicação efetiva para os cônjuges.

REFERÊNCIAS

Carroll, J. S., & Doherty, W. J. (2003). Evaluating the effectiveness of premarital prevention programs: A meta-analytic review of outcome research. *Family Relations, 52*, 105-118.

Gottman, J. M. (1998). Psychology and the study of marital processes. *Annual Review of Psychology, 49*, 169-197.

Halford, W. K. (2003). Best practice in couple relationship education. *Journal of Marital and Family Therapy, 29*(3), 385-406.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2007). *Estatísticas de registro civil*. Rio de Janeiro: IBGE.

Markman, H. J. (2004). Couples research & practice: Toward a bolder boulder model. *The Family Psychologist, 19*(4), 4-6.

Markman, H., Stanley, S., & Blumberg, S. (2001). *Fighting for your marriage* (Revised and updated edition). San Francisco: Jossey Bass.

Miller, S., Wackmann, D. B., & Nunnally, E. W. (1983). Couples communication: Equipping couples to be their own best problem solvers. *The Counseling Psychologist, 11*, 73-77.

Mosmann, C. *A qualidade conjugal e os estilos educacionais parentais*. Tese de doutorado não publicada, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2007.

Mosmann, C., Wagner, A., & Féres-Carneiro, T. (2007). Qué es la calidad conyugal? Una revisión de conceptos. *Cuadernos de Terapia Familiar, 67*, 213-229.

Notarius, C. I., & Markman, H. J. (1993). The couples interaction scoring system. In E. Filsinger, & R. Lewis (Eds.), *Assessing marriage: New behavioral approaches* (pp. 112-127). Beverly Hills: Sage.

Roberts, T. W. (2006). Marriage education and neuroscience: Forging news directions. *Journal of Couple & Relationship Therapy, 5*(3), 17-33.

Stanley, S. M. (2006). Premarital education, marital quality, and marital stability: Findings from a large, random, household survey. *Journal of Family Psychology, 20*, 117-126.

Wagner, A., & Mosmann, C. P. (2010). Educar para a conjugalidade: Que a vida não nos separe. In L. C. Osório, & M. E. P. do Valle (Orgs.), *Manual de terapia familiar* (Vol. 2, pp. 261-270). Porto Alegre: Artmed.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

20

Treinamento de pais: programas de intervenção

Maria Isabel S. Pinheiro
Vitor Geraldi Haase

INTRODUÇÃO

O trabalho colaborativo que objetiva capacitar os pais a promover um desenvolvimento mais adaptativo dos seus filhos com dificuldades de comportamento tem-se apresentado como uma alternativa de sucesso aos enfoques tradicionais da psicoterapia com crianças e adolescentes. A possibilidade de desenvolver estratégias para o manejo de contingências em situação natural oferece recursos indispensáveis para promover a aprendizagem e a generalização dos novos comportamentos adquiridos (Haase et al., 2000; Martin e Pear, 2009; Gadelha e Vasconcelos, 2005). No tratamento dos problemas de comportamento infantil, os recursos desenvolvidos pela psicologia cognitiva e comportamental têm sido frequentemente utilizados e apresentado grandes contribuições (Webster-Stratton, 2005, Kazdin, 2005; Barkley, 2008).

No *modelo cognitivo*, o pressuposto é o de que as emoções e os comportamentos das pessoas são influenciados por sua percepção dos eventos. Não é uma situação por si só que determina o que as pessoas sentem, mas sim o modo como elas *interpretam* uma situação, (Beck, 1964).

No *modelo cognitivo*, o pressuposto é o de que as emoções e os comportamentos das pessoas são influenciados por sua percepção dos eventos.

O *modelo da análise do comportamento* é derivado dos princípios operantes da aprendizagem descritos por Skinner. A análise funcional do comportamento baseia-se tanto na identificação dos antecedentes (A) que eliciam um comportamento (B) quanto na identificação dos consequentes (C) que contribuem para a manutenção do mesmo comportamento (esquema ABC). As intervenções podem ser baseadas em procedimentos destinados a modificar os antecedentes ou os consequentes, sendo que estes últimos são considerados mais eficientes.

O *modelo da análise do comportamento* é derivado dos princípios operantes da aprendizagem descritos por Skinner.

Esses recursos conjugam-se com as principais dificuldades identificadas nos enfoques tradicionais da psicoterapia com crianças e adolescentes, apontando o treinamento de pais como a estratégia que apresenta a maior evidência empírica no tratamento aos problemas comportamentais infantis ao considerar:

1. a importância de modificar o comportamento indesejável no contexto natural, contribuindo para a sua generalização;

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

2. a inadequação de novos comportamentos indesejáveis, evitando a sua aprendizagem.

O *treinamento de pais* pode ser definido como um programa de orientação que reúne princípios da análise do comportamento e da psicologia cognitiva, compondo um conjunto de considerações e ações que, orientados pelo terapeuta, serão utilizadas pelos pais no manejo de comportamentos problemáticos de seus filhos.

O *treinamento de pais* pode ser definido como um programa de orientação que reúne princípios da análise do comportamento e da psicologia cognitiva, compondo um conjunto de considerações e ações que, orientados pelo terapeuta, serão utilizadas pelos pais no manejo de comportamentos problemáticos de seus filhos. Esse procedimento tem merecido destacado investimento de pesquisadores da área, notadamente pelo efeito social e clínico dos resultados apresentados (McMahon, 1999; Del Prette e Del Prette 2005; Pinheiro et al., 2006; Gresham, 2009).

Esse programa tem sido utilizado para abordar vários problemas infantis, tendo por objetivo: promover competências funcionais em crianças autistas e com dificuldades de aprendizagem (Maurice, 1996; Leaf e McEachin, 1999; Dessen e Silva, 2004; Christophersen e Mortweet, 2002; Lansky, 1991; Matson, Mahan e LoVullo, 2009); reduzir problemas comportamentais a partir da promoção de um maior repertório de habilidades sociais (Michelson et al., 1983; Pinheiro et al., 2006); promover facilitadores para adesão a regras no círculo vicioso do mau comportamento (Barr e Parret, 2001; Hartman, Stage e Webster-Stratton, 2003; Pinheiro, Del Prette e Del Prette, 2009); tratar problemas comportamentais de crianças com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDA/H) (Anastopoulos, Shelton e Barkley, 2005; Kaminski et al., 2008).

Este capítulo propõe-se a apresentar informação teórica e empírica sobre o treinamento de pais e, em seguida, apresentar exemplos de programas de intervenção.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS

Os problemas de comportamento na infância constituem uma queixa frequente em serviços de saúde mental e são multideterminados (Webster-Stratton 2003). O repertório comportamental da criança é resultante de fatores genéticos, ambientais e psicossociais; ele não só é influenciado, como também influencia o comportamento dos pais (Bandura, 1977; Bronfenbrenner, 2002). Essa inter-relação, amplamente estudada na literatura nacional e internacional, tem destacado a importância do papel dos pais, do ambiente familiar, dos cuidadores e da escola no processo de orientação aos filhos. O reconhecimento da importância da família tem estimulado o desenvolvimento de programas específicos que oferecem aos pais algumas estratégias de conduta que favoreçam a promoção de um desenvolvimento mais adaptativo, de seus filhos com dificuldades de comportamento.

As práticas educativas parentais, associadas às características pessoais da criança, contribuem para a formação do perfil funcional do filho, podendo reduzir ou ampliar os problemas comportamentais apresentados (Del Prette e Del Prette, 2001; Gomide, 2006). Baumrind (1971, apud Papalia e Olds, 2000, p. 230), a partir da análise de presença ou ausência de padrões de controle, associados à presença ou à ausência de envolvimento com a criança, estabelece os estilos parentais que orientam o estilo educacional adotado pelos pais. Além disso, considera os seguintes fatores moderadores que podem atuar para favorecer um curso de desenvolvimento satisfatório: a estrutura familiar, as características temperamentais e o repertório de habilidades sociais dos próprios pais.

É consenso na literatura os efeitos do repertório de habilidades sociais educativas parentais na orientação comportamental dos filhos (Michelson et al., 1983). Gresham (2009) define as *habilidades sociais* como uma classe específica de comportamentos que um indivíduo emite para completar com sucesso uma tarefa social. As *habilidades sociais educativas*

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

são aquelas intencionalmente voltadas para a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem do outro em situação formal ou informal (Del Prette e Del Prette, 2001). O déficit nas habilidades socioeducativas parentais reflete um déficit na condução de um processo de ensino-aprendizagem configurado pela não utilização de recursos mais indicados para determinada situação.

Gresham (2009) define as *habilidades sociais* como uma classe específica de comportamentos que um indivíduo emite para completar com sucesso uma tarefa social. As *habilidades sociais educativas* são aquelas intencionalmente voltadas para a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem do outro em situação formal ou informal.

Ao identificar problemas comportamentais dos filhos e buscar por orientação profissional, os treinamentos de pais têm sido indicados com muita frequência. Em seus variados formatos – palestras psicoeducativas, programas de orientação/treinamento individual e programas estruturados para serem trabalhados em grupo –, os programas de treinamento de pais abordam uma diversidade de problemas de comportamento infantil.

Para elaborar um trabalho desse tipo, é fundamental considerar a queixa comportamental apresentada pela família identificada após uma avaliação detalhada, incluindo a idade da criança, o repertório de habilidades sociais dos pais e a estrutura familiar. Webster-Stratton (2005) discute, à luz da teoria do desenvolvimento, modelos para analisar os problemas de comportamento dos filhos. Nessa discussão, o autor nomeia como *early-starter* e *late-starter* problemas comportamentais como violência interpessoal, agressividade, oposição e abuso de substâncias. Os primeiros (*early-starter*) aparecem já na pré-escola e, de maneira geral, tornam-se mais graves na adolescência. Os segundos (*late-starter*) referem-se às situações nas quais os problemas comportamentais surgem durante a adolescência com prognóstico mais favorável. Essas indentificações permitem que estratégias de intervenções sejam analisadas e estruturadas com o objetivo de contribuir para o tratamento dos problemas comportamentais infantis já instalados e prevenir novos comportamentos desadaptativos que possam ocorrer.

Do ponto de vista psicoterapêutico, estudos em desenvolvimento no Laboratório de Neuropsicologia do Desenvolvimento (LND), da Universidade Federal de Minas Gerais, procuram incorporar à filosofia subjacente aos programas de treinamento de pais algumas estratégias validadas e compatíveis com as pesquisas e intervenções em andamento.

- Para atender a queixas comportamentais apresentadas por crianças em situação de risco social, foi desenvolvido um treinamento de pais com base no programa de Barkley (1997, apud Haase, Käppler e Schaefer, 2000).
- Para atender a um grupo de pais de crianças com problemas de comportamento, foram incorporados elementos de habilidades sociais em um programa em parceria com o Laboratório de Interação Social (LIS), da UFSCar (Pinheiro et al., 2006).
- Para atender a um grupo de pais de crianças com dificuldades de aprendizagem da matemática, foi elaborado um programa específico que utiliza recursos propostos pelo modelo da aprendizagem social, treinamento de habilidades sociais educativas e discalculia do desenvolvimento (Barkley, 1997; Christophersen e Mortweet, 2002; Pinheiro et al., 2006).

Nesse sentido, foram utilizadas nos programas de treinamento de pais, desenvolvidos no LND, estratégias advindas do modelo de aprendizagem social (Bandura, 1977), do treinamento em habilidades sociais (Del Prette e Del Prette, 2001) e da aprendizagem da representação matemática (Butterworth, 2005).

Modelo da aprendizagem social

De acordo com esse modelo (Bandura, 1977), grande parte do comportamento social é

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

aprendido através de experiências interpessoais vicariantes, ou seja, através da observação do desempenho de outros. Esse modelo propõe a aquisição de habilidades por observação do comportamento do outro, por observação do próprio comportamento e por imitação. Na família, o comportamento dos pais torna mais provável o comportamento dos filhos mediante a aprendizagem observacional, formando-se uma cadeia de transmissão de regras de estilos de comportamentos de pais para filhos (Del Prette e Del Prette, 2005).

Treinamento em habilidades sociais

Consiste em uma estratégia cujo objetivo é a prevenção de futuras dificuldades comportamentais por meio do ensino e da facilitação de padrões de comportamentos prossociais que podem reduzir efetivamente a ocorrência de problemas de comportamento (Gresham, 2009). Compõe-se de diversos procedimentos comportamentais e cognitivos, os quais não são considerados efetivos para o treinamento se tomados isoladamente (Caballo, 2009).

Aprendizagem da representação matemática

A discalculia do desenvolvimento é um transtorno específico da aprendizagem da aritmética. Crianças discalcúlicas, segundo Butterworth (2005), apresentam dificuldades no entendimento dos conceitos numéricos básicos, além de dificuldades na aprendizagem de fatos e procedimentos aritméticos. Os domínios mais afetados são o conceito numérico, a habilidade de contar, as habilidades de transcodificar entre as diversas representações simbólicas de número, aprender e resgatar os fatos aritméticos e realizar as quatro operações. Hyde e colaboradores (2006) defendem que a interação entre mãe e filho nas atividades escolares desenvolvidas em casa varia consideravelmente a favor das crianças cujas mães dominam resolução de problemas matemáticos.

TREINAMENTO DE PAIS: UM BREVE HISTÓRICO

A parentalidade competente é uma preocupação antiga. Stern (1960), em *Parent Education an Internacional Survey,* cita os trabalhos de Locke e de Priestley, datados de 1693 e 1778, respectivamente. O autor valoriza as contribuições apresentadas por diferentes abordagens da psicologia e de outras disciplinas, destacando que, para desenvolver um bom trabalho, são fundamentais a base científica e as melhores evidências empíricas.

A partir de 1950, estudiosos da terapia comportamental deram início na experimentação humana às técnicas até então só utilizadas em laboratório com animais. Os estudos teóricos originaram das investigações sobre condicionamento respondente desenvolvidas por Ivan Pavlov e dos estudos sobre comportamento operante (Skinner, 2000). O primeiro relato identificado com a eficiência de uma terapia familiar refere-se à intervenção bem-sucedida desenvolvida por Williams, em 1959, para reduzir acesso de raiva de uma criança pequena na hora de dormir. O princípio-chave do tratamento, descrito em O'Dell (1974), estava relacionado à extinção de comportamento. Esse autor, em sua revisão, destacou os programas de treinamento de pais como a mais bem-sucedida forma de intervenção para corrigir comportamentos infantis e relacionou vários estudos que contribuíram para o estágio atual desses programas. À medida que os estudos sobre a psicologia cognitiva e comportamental vêm avançando, melhores recursos são oferecidos aos clínicos da área.

Serketich e Dumas (1996) revisaram os efeitos dos programas de treinamento comportamental para pais. Nessa revisão, os autores discutem a importância do rigor metodológico utilizados nos programas, comparam os resultados com outras intervenções e analisam *follow-up.*

Uma metanálise que investiga os componentes associados à efetividade desses programas foi realizada por Kaminski e colaboradores (2008). Os autores identificaram que

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

treinar os pais na interação positiva com o filho e na habilidade de comunicação emocional contribui para que haja uma parentagem consistente, porém observaram um menor efeito em treinar os pais quando o objetivo era promover nos filhos habilidades cognitivas acadêmicas e habilidades sociais. Para que um procedimento de intervenção tenha maior chance de sucesso e possa ser efetivamente utilizado como estratégia científica, o rigor metodológico deve ser considerado, e os programas de treinamento de pais têm utilizado esses recursos.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Uma avaliação comportamental envolve tanto a coleta quanto o registro de dados e informações que contribuam para descrever o comportamento-alvo no modelo das relações causais que fundamenta a proposta terapêutica de análise do comportamento. Em seguida, deve-se investir na identificação detalhada da função comportamental, selecionar estratégias de tratamento adequadas e analisar a sequência de resultados (Martin e Pear, 2009). Não existe um instrumento ou uma bateria padrão que atenda a todo e qualquer objetivo de avaliação (Forehand et al., 2000).

O papel do clínico inicia com a coleta de dados objetiva e segura, utilizando tantas fontes quantas sejam necessárias para possibilitar o melhor conhecimento sobre o funcionamento da criança, dos pais e seu efeito na inter-relação familiar e social mais ampla. Vários instrumentos têm sido apresentados na literatura da área, objetivando contribuir para o processo diagnóstico e de avaliação nos programas de intervenção comportamental.

Nos programas de treinamento dos pais em grupo, os instrumentos eleitos devem alcançar um conhecimento geral do funcionamento dos participantes e avaliar, o mais detalhadamente possível, os comportamentos-alvo de intervenção. A entrevista clínica inicial subsidia a estruturação do programa e auxilia na condução dos passos. Nos programas apresentados a seguir, foram vários os instrumentos utilizados para avaliação, tais como:

- entrevista semiestruturada com foco na percepção dos pais em relação aos problemas de comportamento do filho;
- questionários de autorrelato.
  1. Questionário de Situações Domésticas (QSD – Barkley, 1997): tem como objetivo identificar as diferentes situações nas quais a criança apresenta problemas em casa, com indicação da quantidade e da gravidade dos comportamentos desafiantes, opositivos e agressivos.
  2. Inventário de Comportamentos Importunos (ICI – Barkley, 1997): quantifica a frequência de comportamentos inadequados (agressividade, desobediência a regras, etc.) apresentado pela criança, conforme indicação dos pais.
  3. Child Behavior Checklist (CBCL – Achenback, 1991): objetiva avaliar a percepção que os pais têm dos comportamentos do filho.
  4. Multimodaliti Treatment Study (MTA – SNAP – IV – Mattos et al., 2006) ou Questionário sucedânio do SNAP III: apresenta um escore quantitativo da gravidade dos sintomas comportamentais da criança e pode ser respondido pelos pais e professores.

Um dos principais modelos utilizados atualmente em neuropsicologia do desenvolvimento é a análise funcional do comportamento ou o esquema S:R ÞC, derivado dos princípios operantes da aprendizagem descritos por Skinner (2000). É importante que os pais transformem-se em peritos no que diz respeito à problemática apresentada por seus filhos. Barkley (2002) denomina de paternidade científica quando os pais admitem, tal como os cientistas, sua incerteza a respeito de algum assunto, procurando o máximo de informações sobre ele.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

EXEMPLOS DE PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO

Um programa desenvolvido em grupo

Este programa foi desenvolvido em grupo e dele participaram 32 mães e dois pais. Foi estruturado para trabalhar, em 11 encontros semanais de 90 minutos, o manejo comportamental dos filhos e as habilidades sociais educativas dos pais. Após o encerramento de cada grupo, foi possível obter indicadores quantitativos e qualitativos sobre os efeitos da intervenção. A estrutura do programa, cuja sequência está apresentada na Tabela 20.1, foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica da área de problemas de comportamento infantil (ver Pinheiro et al., 2006); Pinheiro, Del Prette e Del Prette, 2009).

Os resultados quantitativos estão apresentados na Tabela 20.2. Uma estimativa dos efeitos do treinamento foi analisada por meio do método proposto por Kazis, Anderson e Meenan (1989). Os resultados, obtidos através do Inventário de Comportamentos Inoportunos e do Questionário de Situações Domésticas (Barkley, 1997), indicam que os efeitos do programa foram de intensidade moderada da ordem de 0,5.

Para os resultados qualitativos, foram consideradas entre outras evidências:

- a assiduidade do grupo que concluiu o programa, sendo que frequência em cada um dos encontros/passos ficou acima de 80%;
- a entrevista final serviu para que os pais valorizassem e destacassem os resultados obtidos;
- as várias atividades realizadas nas sessões de treinamento foram adaptadas pelos pais e aplicadas em situações de rotina;
- o relato dos pais indicou adequação no uso de procedimentos para a solução de problemas (Pinheiro, 2006).

Tabela 20.1 **Sequência do programa de treinamento em habilidades sociais educativas para pais de crianças em trajetória de risco**

Sessão	Objetivos da sessão	Procedimentos e instrumentos	Tarefas para casa
Primeira reunião	Avaliação Pré-Teste	Entrevista Termo de consentimento livre e esclarecido; Inventário de habilidades sociais ICI QSD	Não há
Passo 1 Por que as crianças se comportam de maneira inadequada?	Integração do grupo Apresentação do programa aos pais, Contrato de funcionamento do grupo Conhecimento dos princípios da análise do comportamento	Apresentação dos participantes Vivência 1 Apresentação do programa *Banner* Contrato relacionado ao compromisso ético e à assiduidade **Principais procedimentos** Noções sobre o desenvolvimento humano; Análise do comportamento	Refletir e/ou listar comportamentos do filho que os pais consideram bons e comportamentos que os pais consideram inadequados
Passo 2 Prestando atenção ao bom comportamento	Desenvolvimento da habilidade de identificar o bom comportamento	Apresentação pelos participantes das observações e dos resultados propostos para o trabalho em casa	Aplicar a técnica do recreio especial

(continua)

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Tabela 20.1 **Sequência do programa de treinamento em habilidades sociais educativas para pais de crianças em trajetória de risco**

Sessão	Objetivos da sessão	Procedimentos e instrumentos	Tarefas para casa
do filho.	do filho Aumento do envolvimento dos pais com a criança Amenização do clima em família	*Banner* Vídeo **Principais procedimentos** Análise do Comportamento Extinção de comportamento Reforçamento diferencial Treinamento em *role play*	
Passo 3 Aumentando a brincadeira independente	Desenvolvimento nos pais da habilidade de reforçar a brincadeira independentemente do filho	Apresentação pelos participantes das observações e dos resultados propostos para o trabalho em casa *Banner* Vídeo **Principais procedimentos** Análise do Comportamento Reforçamento diferencial Ensaio comportamental	Utilizar a atenção diferencial para promover atividades independentes em situação estruturada
Passo 4 Prestando atenção ao comportamento de seguir instruções	Utilização pelos pais do reforço social contingente ao comportamento adequado	Apresentação pelos participantes das observações e dos resultados propostos para o trabalho em casa *Banner* Vídeo **Principais procedimentos** Análise do Comportamento Reforçamento diferencial Treinamento tipo *role play*	Realizar a atividade proposta Atentar para a utilização do reforço social e para a resposta do filho Alternar com as atividades das semanas anteriores
Passo 5 Ensinando a "ler" o ambiente social	Desenvolvimento pelos pais da habilidade de leitura do ambiente social	Apresentação pelos participantes das observações e dos resultados propostos para o trabalho em casa *Banner* Pictogramas **Principais procedimentos** Análise do Comportamento Ensaio comportamental Treinamento tipo *role play*	Identificar as expressões utilizando pictogramas e situações naturais Alternar com as atividades das semanas anteriores
Passo 6 Facilitando e empatia e dando ordens eficientes	Orientação dos pais sobre a interferência do ambiente no atendimento das ordens pelo filho	Apresentação pelos participantes das observações e dos resultados propostos para o trabalho em casa *Banner* Vídeo **Principais procedimentos** Análise do Comportamento Ensaio comportamental Treinamento tipo *role play*	Eleger o comportamento-problema apresentado pelo filho e trabalhar "ordens eficientes" Alternar com as atividades das semanas anteriores

(continua)

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Tabela 20.1 **Sequência do programa de treinamento em habilidades sociais educativas para pais de crianças em trajetória de risco (continuação)**

Sessão	Objetivos da sessão	Procedimentos e instrumentos	Tarefas para casa
Passo 7 Melhorando o comportamento na escola	Promoção de um trabalho colaborativo entre pais e professores	Apresentação pelos participantes das observações e dos resultados propostos para o trabalho em casa *Banner* Carimbos **Principais procedimentos** Análise do comportamento Reforçamento diferencial Monitoramento das atividades	Estabelecer contato com a escola Alternar com as atividades das semanas anteriores
Passo 8 Representação de papéis	Desenvolvimento nos pais da compreensão de seu papel e do papel do filho	Apresentação pelos participantes das observações e dos resultados propostos para o trabalho em casa *Banner* Vivência 2 **Principais procedimentos** Análise do Comportamento Ensaio comportamental Treinamento tipo *role play* Reforçamento diferencial	Utilizar *role play* a partir de uma situação cotidiana Alternar com as atividades das semanas anteriores
Passo 9 Desenvolvendo a capacidade de se expressar	Trabalho com os pais acerca da compreensão e da utilização da assertividade	Apresentação pelos participantes das observações e dos resultados propostos para o trabalho em casa *Banner* **Principais procedimentos** Análise do Comportamento Ensaio comportamental Treinamento tipo *role play* Reforçamento diferencial	Utilizar *role play* Alternar com as atividades das semanas anteriores
Décima Reunião	Avaliação pós-teste	Inventário de habilidades sociais ICI QSD	Manter a atenção aos comportamentos do filho Utilizar os recursos anteriores

Tabela 20.2 **Dados descritivos e inferenciais dos resultados obtidos no comportamento das crianças, conforme avaliação feita pelos pais**

	Pré-Treino		Pós-Treino				
	Média	DP	Média	DP	t	gl	P
Soma de comportamentos inoportunos	32,22	19,183	24,03	14,252	3,222	31	0,003
Questionário de situações domésticas	7,63	3,705	5,56	3,311	3,535	32	0,001
Gravidade média	5,40	1,884	4,35	1,894	2,874	31	0,007

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Um programa individual

A família de Paulo (nome fictício) procurou avaliação neurológica por solicitação da escola. Paulo estuda em uma escola particular localizada em zona nobre da cidade. Problemas de oposição em seu comportamento vinham aumentando intensamente a ponto de prejudicar seu desempenho escolar. A neurologista infantil que o acompanha com a hipótese diagnóstica de transtorno de oposição, encaminhou para o treinamento de pais. Nascido em setembro de 2003, Paulo não faz uso de medicação e é o segundo filho de uma família de dois filhos, bem-estruturada. Paralelamente ao treinamento de pais, ele iniciou com apoio psicopedagógico para acompanhar as atividades escolares.

O programa foi desenvolvido com a mãe, tendo em vista as viagens frequentes do pai por motivo de trabalho. Nos primeiros contatos para avaliação, as queixas da mãe estavam relacionadas ao não atendimento às regras e à dificuldade de controle do comportamento do filho em diversas situações sociais. Ela relatava grande preocupação com a vida escolar do filho, cujo desempenho estava cada vez mais baixo. Preocupava-se também com o efetivo controle de outros comportamentos, pois, naquele momento, ele só cumpria ordens em negociação com jogos de videogame. Vale dizer que os jogos que o filho "exigia" em negociação eram aqueles que os pais não permitiam por serem extremamente violentos. Muitas vezes, a mãe via-se obrigada a ceder para que o filho atendesse a idas de rotina ao médico, ao dentista, e assim por diante.

Em determinadas ocasiões, quando a mãe recorria ao pai para contribuir na solução de um conflito com o filho, sua preocupação era transferida pela "maneira rígida e agressiva com que o pai tratava o filho". Nos contatos para avaliação, a criança apresentou bom vocabulário, assim como um bom comportamento frente ao seguimento de regras e aos recursos para a solução de conflitos. Ao desempenhar atividades semelhantes na presença da mãe, ficou evidente a intolerância e a agressividade do Paulo. Durante a avaliação, ela se mostrou excessivamente preocupada com a postura do filho. Uma entrevista com a escola foi realizada para conhecer os comportamentos de Paulo também naquele contexto.

Os pais responderam ao Questionário de Situação Doméstica de Barkley (1997) ao iniciar o PTP. Quantificaram também, no mesmo formato do QSD, outros comportamentos que identificaram como queixa em situações de rotina familiar. Os trabalhos iniciaram após uma análise funcional de determinados comportamentos que poderiam estar contribuindo mais fortemente para o estresse familiar.

O programa de intervenção, que teve duração de quatro meses, foi desenvolvido basicamente com a mãe e alguns passos com a professora. Após as sessões nas quais foram trabalhadas "Ordens efetivas" e "Economia de fichas", foi possível identificar alguns ajustes no comportamento do Paulo. Uma segunda reunião com a escola foi realizada para avaliar o efeito do trabalho no contexto escolar. Os pais responderam novamente aos questionários após três meses de trabalhos. Os resultados do programa estão apresentados na Tabela 20.4.

Foi agendada uma sessão com o pai, que vinha participando do programa apenas respondendo aos questionários e seguindo as orientações recebidas através da mãe. As dificuldades encontradas pelo pai no manejo do comportamento do filho também haviam reduzido significativamente. Programou-se um intervalo de 30 dias entre as sessões e a reavaliação. Os relatos indicaram que a mudança de comportamento ainda se mantinha.

Aproximadamente 90 dias após a última sessão, no contato telefônico para assinatura do termo de consentimento para esta apresentação, as palavras da mãe foram as seguintes: "Estamos chegando da aula de natação. Paulo hoje pode fazer natação. É difícil acreditar como hoje ele atende às orientações dos professores".

Na Tabela 20.3 estão relacionadas as principais estratégias utilizadas no programa desenvolvido com os pais de Paulo.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Tabela 20.3 Programa de treinamento de pais

Item	Principais estratégias trabalhadas
01	Por que as crianças se comportam mal.
02	Prestando atenção ao bom comportamento do filho. Interação positiva.
03	Ordens efetivas.
04	Economia de fichas.
05	Ensinando a ler o ambiente.
06	Desenvolvendo a assertividade.
07	Suspensão e outros métodos disciplinares.
08	Manejo da criança em lugares públicos.
09	Antecipando problemas futuros.

A Tabela 20.4 apresenta os resultados do Questionário de Situações Domésticas. O máximo de pontuação que se poderia obter seria 144 pontos em nível de dificuldade. O número maior de pontos representa um número maior de dificuldade. Espera-se que, ao final do programa, o número de dificuldade encontrada seja menor que o inicial.

Um programa em andamento

Um projeto de reabilitação neuropsicológica desenvolvido no Laboratório de Neuropsicologia do Desenvolvimento (LND) da UFMG, intitulado "Intervenção neuropsicológica e treinamento de pais de crianças com dificuldade na aprendizagem da matemática", estudará os efeitos de procedimentos de intervenção neuropsicológica no processo de aprendizagem da matemática e do treinamento de pais no comportamento das crianças.

A partir de revisão bibliográfica e das considerações apresentadas por pais de crianças com dificuldades na aprendizagem da matemática, elaborou-se um programa para ser desenvolvido em grupo de pais. Esse programa será trabalhado em oito encontros que incluem sessões de avaliação pré e pós-treinamento. Para a avaliação, serão utilizados os seguintes instrumentos: entrevista clínica inicial; Child Behavior Checklist (CBCL – Achenbach, 1991); Multimodaliti Treatment Study (MTA – SNAP – IV – Mattos et al., 2006) e Questionário de Situação Doméstica (QSD – Barkley, 1997).

O programa se orientará a partir de seis passos, conforme descrito na Tabela 20.5, e será conduzido por um grupo de pesquisadores do LND, composto por alunos de iniciação científica, graduandos em psicologia e pela primeira autora, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente na Faculdade de Medicina da UFMG. Os alunos já participam do treinamento, que inclui seminários sobre o tema e atendimento supervisionado. Esse programa em grupos de pais de crianças discalcúlicas

Tabela 20.4 Dados obtidos através do questionário de situações domésticas respondidos pelos pais

	Avaliação Inicial – 14/03/2010	Avaliação final – 30/06/2010
Mãe	65 pontos	06 pontos
Pai	96 pontos	18 pontos

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Tabela 20.5 **Sequência do programa desenvolvido com pais de crianças com dificuldades de aprendizagem da matemática**

Sessão	Objetivos da sessão	Procedimentos e instrumentos	Tarefas para casa
Reunião Inicial	Pré-teste	Protocolo CBCL SNAP-IV QSD	Não há
Passo 1	Analisando as causas do comportamento infantil Integrar o grupo (vivências) Apresentar o programa Refletir sobre as causas dos comportamentos infantis Explicar os princípios da análise do comportamento Motivar os pais	*Banner* Apresentação dos participantes (Vivência 1) Apresentação do programa Contrato: compromisso ético e assiduidade **Principais procedimentos** Noções sobre desenvolvimento humano Análise do comportamento	Observar e listar bons comportamentos do filho e comportamentos considerados inadequados
Passo 2 Prestando atenção ao bom comportamento do filho	Desenvolver a habilidade de prestar atenção ao bom comportamento do filho Aumentar o envolvimento dos pais com a criança Desanuviar o clima na família	*Banner* Videoclipe Apresentação da discussão pelos participantes **Principais procedimentos** Análise do comportamento Extinção de comportamento Reforçamento diferencial Treinamento em *role play*	Aplicar a técnica do recreio especial
Passo 3 Trabalhando especificamente a autoestima e o envolvimento no programa	Desenvolver habilidade para elogiar os comportamentos do filho Envolver-se com atividades matemáticas	*Banner* Vídeo Linha mental numérica Apresentação e discussão pelos participantes das observações e dos resultados propostos para o trabalho em casa **Principais procedimentos** Análise do comportamento Reforçamento diferencial Ensaio comportamental	Dispensar uma atenção diferenciada para aumentar a autoestima Trabalhar com a linha mental numérica
Passo 4 Desenvolvendo o comportamento de seguir instruções Promovendo a interação família/escola	Desenvolver nos pais a utilização de ordens efetivas Utilizar o reforço social contingente ao comportamento adequado	*Banner* Vídeo Apresentação pelos participantes das observações e dos resultados propostos para o trabalho em casa Interação entre pais e professores **Principais procedimentos** Análise do comportamento Reforçamento diferencial Treinamento tipo *role play* Ensaio comportamental	Utilizar o reforço social frente às respostas adequadas do filho Estabelecer contato com a escola e com os professores Alternar com as atividades das semanas anteriores

(continua)

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Tabela 20.5 **Sequência do programa desenvolvido com pais de crianças com dificuldades de aprendizagem da matemática (continuação)**

Sessão	Objetivos da sessão	Procedimentos e instrumentos	Tarefas para casa
Passo 5 Abordando o cuidado infantil preventivo Ensinando a "ler" o ambiente social	Oferecer informações breves sobre como solucionar problemas de comportamento leves Desenvolver a habilidade de leitura do ambiente social	*Banner* Vídeo Apresentação pelos participantes das observações e dos resultados propostos para o trabalho em casa Pictogramas **Principais procedimentos** Análise do comportamento Ensaio comportamental Treinamento tipo *role play* Ensaio comportamental	Identificar as expressões utilizando os pictogramas em situações naturais Alternar com as atividades das semanas anteriores
Passo 6 Desenvolvendo a capacidade de se expressar	Trabalhar com os pais a compreensão e a utilização da assertividade	*Banner* Vídeo Fôlder Apresentação pelos participantes das observações e dos resultados propostos para o trabalho em casa **Principais procedimentos** Análise do comportamento Ensaio comportamental Treinamento tipo *role play* Reforçamento diferencial	Alternar com as atividades das semanas anteriores Encerrar o programa Planejar o contato telefônico sistemático Distribuir o fôlder
Reunião final	Pós-teste	CBCL SNAP-IV QSD	Manter a atenção aos comportamentos do filho Planejar o acompanhamento via telefone

utilizará instrumentos de apoio, conforme descrito na Tabela 20.5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com a parentalidade competente é tão antiga quanto a discussão de estratégias que podem assegurá-la. Vêm de longa data as iniciativas de grupos de profissionais que atuam no trabalho da competência parental. Psiquiatras infantis e outros especialistas, psicólogos, assistentes sociais, professores, gestores educacionais e religiosos foram apontados por Stern (1960).

Na área da psicologia cognitiva e comportamental, a psicologia tem trazido contribuições importantes, apresentando cada vez

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

mais resultados consistentes, questões que sugerem novas pesquisas e avanço em seus estudos. Os programas de treinamento de pais têm oferecido estratégias para atender indivíduos na adaptação psicossocial, na promoção de novas habilidades e também no processo de desenvolvimento de indivíduos portadores de lesões ou disfunções do sistema nervoso central.

Este capítulo apresentou alguns formatos e uma breve orientação sobre modelos desenvolvimentais que podem ser utilizados na construção de novos programas de treinamento de pais. Em sua estrutura, os programas em grupo devem procurar abarcar o perfil da população a ser atendida e a queixa básica a ser trabalhada.

Programa 1: as principais questões consideradas na elaboração do programa estavam relacionadas à disciplina dos filhos (queixa inicial dos pais). No processo da avaliação, foram identificados possíveis riscos considerando-se a moradia (comunidade residencial com alta frequência de tráfico de drogas, prisões, assassinatos) e o déficit nas habilidades sociais educativas dos pais. Os resultados quantitativos apontaram efeito de intensidade moderada, enquanto os resultados qualitativos apresentaram várias respostas nas entrevistas de pós-teste indicando que os pais valorizaram positivamente o programa e os resultados obtidos.

Programa 2: a avaliação inicial permitiu definir o objetivo geral do programa e elaborar, durante processo, cada passo para trabalhar queixa específica. Por exemplo, a queixa inicial estava relacionada com a oposição.

- objetivo geral: trabalhar questões relacionadas ao transtorno de oposição da criança;
- objetivos específicos: atender à orientação dos pais no seguimento de regra relacionada com o videogame, não provocar a irmã e cumprir as tarefas escolares.

Os resultados indicaram bom efeito, tanto quantitativo quanto qualitativo, do programa.

Programa 3: ainda em fase inicial, prevê, além da utilização de recursos didáticos como fôlder, vidoeclipe e cartilha, a atuação de um grupo controle, que permitirá uma análise consistente dos resultados.

Para as perspectivas futuras, Skinner (2000, p. 16) resume com maestria as dificuldades e exigências impostas aos cientistas do comportamento, nomeando de "engenhosidade" os mecanismos necessários para se trabalhar atendendo às exigências técnicas, "um processo" que não pode ser facilmente imobilizado:

> O comportamento é uma matéria difícil, não porque seja inacessível, mas porque é extremamente complexo. Visto que é um processo, e não uma coisa, não pode ser facilmente imobilizado para observação. É mutável, fluido e evanescente e, por essa razão, faz grandes exigências técnicas da engenhosidade e energia do cientista. Contudo, não há nada essencialmente insolúvel nos problemas que surgem desse fato. (Skinner, 2000)

Não há algo mais comum nem mais importante do que o comportamento humano. Podemos considerar que é recente o investimento e a utilização controlada de estratégias que contribuam para o bem-estar dos indivíduos. Considerando tal complexidade, as contribuições relevantes decorrentes de tantas áreas de pesquisa envolvidas com o comportamento humano e principalmente a relevância do tema, as pesquisas cada vez se apresentam com mais recursos e mais chances de sucesso na tentativa de oferecer métodos cada vez mais efetivos para uma melhor qualidade de vida.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Questões para discussão

1. Relacione algumas estratégias que favorecem o sucesso dos programas de treinamento de pais frente aos enfoques tradicionais das psicoterapias com crianças e adolescentes.
2. Os programas de treinamento de pais têm sido indicados para abordar uma diversidade de comportamentos infantis:
   a) Relacione algumas indicações;
   b) Eleja uma das indicações e crie, a partir de hipóteses o esboço de um programa.
3. Webster-Straton (2005) procura identificar o surgimento de problemas de comportamento apresentados por crianças e adolescentes e sugere um prognóstico em decorrência de seu início. Discuta a importância do diagnóstico precoce e sua relação com os programas de treinamento de pais.
4. Critérios que permitam analisar empiricamente esses programas são utilizados considerando-se a possibilidade de análise das estratégias e a avaliação dos resultados. Quais são os recursos de que dispomos para realizar tal análise?
5. A que se refere Skinner (2000) quando nomeia de "engenhosidade" os mecanismos necessários para se trabalhar atendendo às exigências técnicas, "um processo" que não pode ser facilmente imobilizado?

REFERÊNCIAS

Achenbach, T. M. (1991). *Integrative guide for the CBCL/4-18, YSR, and TRF profiles*. Burlington: University of Vermont.

Anastopoulos, A. D., Shelton, T. L., & Barkley, R. A. (2005). Family-based psychosocial treatments for children and adolescents with attention-deficit/hiperactivity disorder. In E. D. Hibbs, & P. S. Jensen (Orgs.), *Psychosocial treatments for child and adolescent dirorders: Empirically based stratefies for clinical practice* (2. ed., pp. 327-350). Washington: American Psychological Association.

Bandura, A. (1977). *Social learning theory*. New Jersey: Prentice-Hall.

Barkley, R. A. (1997). *Defiant children: A clinician's manual for assessment and parent training* (2. ed.). New York: Guilford.

Barkley, R. A. (2008). *Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: Manual para diagnóstico e tratamento* (3. ed.). São Paulo: Artmed.

Barr, R. D., & Parrett, W. H. (2001). *Hope fulfilled for at-risk and violent youth: K-12 programs that work*. Boston: Allyn and Bacon.

Beck, A. T. (1964). Thinking and depression: II. Theory and therapy. *Archives of General Psychiatry, 10*, 561-571.

Butterworth, B. (2005). The development of arithmetical abilities. *Journal of child psychology and psychiatry and allied disciplines, 46*(1), 3-18.

Caballo, V. E. (2009). Abordagem cognitive na avaliação e intervenção sobre habilidades sociais. In Z. A. P. Del Prette, & A. Del Prette (Orgs.), *Psicologia das habilidades sociais: Diversidade teórica e suas implicações* (pp. 67-107). Petrópolis: Vozes.

Christophersen, E., & Mortweet, S. L. (2002). *Parenting that works: Building skills that last a lifetime*. Washington: American Psychological Association.

Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2001). *Psicologia das relações interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo*. Rio de Janeiro: Vozes.

Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2003). Aprendizagem sócio-emocional na infância e prevenção da violência: Questões conceituais e metodologia da intervenção. In A. Del Prette, & Z. A. P. Del Prette (Orgs.), *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem* (pp. 83-127). Campinas: Alínea.

Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2001). O uso de vivências no treinamento de habilidades sociais. In M. L. Marinho, & V. E. Caballo (Orgs.), *Psicologia clínica e da saúde* (pp. 117-135). Londrina: UEL.

Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática*. Rio de Janeiro: Vozes.

Densen, M. A., & Silva, N. L. P. (2004). A família e os programas de intervenção: Tendências atuais. In E. G. Mendes, M. A. Almeida, & L. C. A. Williams (Orgs.), *Temas em educação especial: Avanços recentes* (pp. 179-187). São Carlos: EDUFSCar.

Forehand, R. (2000). The role f community risks and resources in the psychosocial adjustment of at-risk children: An examination across two community contexts and two informants. *Behavior Therapy, 31*, 395-414.

Gadelha, Y. A., & Vasconcelos, L. A. (2005). Generalização de estímulos: Aspectos conceituais, metodológicos e de intervenção. In J. A. Rodrigues, & M. R. Ribeiro (Orgs.), *Análise do comportamento: Pesquisa teoria e aplicação*. São Paulo: Artmed.

Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de estilos parentais: Modelo teórico: Manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis: Vozes.

Gresham, F. M. (2009). Análise do comportamento aplicada às habilidade sociais. In Z. A. P. Del Prette, & A. Del Prette (Orgs.), *Psicologia das habilidades sociais: Diversi-*

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

dade teórica e suas implicações (pp. 17-66). Petrópolis: Vozes.

Haase, V. G., Käppler, K. C., & Schaefer, A. (2000). Um modelo de intervenção psicoeducacional para prevenção da violência no ambiente familiar e escolar. In V. G. Haase, R. R. Neves, C. Käppler, M. L. M. Teodoro, & G. M. O. Wood (Orgs.), *Psicologia do desenvolvimento: Contribuições interdisciplinares* (pp. 265-282). Belo Horizonte: Health.

Haase, V. G., Käppler, K. C., Schaefer, A., Heleno, C. T., Dagnoni, J. M., & Freitas, P. C. (2000). *Disciplina não coerciva: Treinamento de pais*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG.

Hartman, R. R., Stage, S. A., & Webster-Stratton, C. (2003). A growth curve analysis of parent training outcomes: Examining the influence of child risk factors (inattention, impulsivity, and hyperactitity problems), parental and family risk factors. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 44*(3), 388-398.

Hayde, J. S., Else-Quest, N. M., Alibali, M. W., Knuth, E., & Romberg, T. (2006). Mathematics in the home: Homework practices and mother-child interactions doing mathematics. *Journal of Mathematical Behavior, 25*, 136-152.

Kaminski, J. W. (2008). A meta-analytic review of components associated with parent training program effectiveness. *Journal of Abnormal Child Psychology, 36*, 567-589.

Kazdin, A. E. (2005). Child, parent, and family-based treatment of agressive and antissocial child behavior. In E. D. Hibbs, & P. S. Jensen (Orgs.), *Psychosocial treatments for child and adolescent dirorders: Empirically based stratefies for clinical practice* (2. ed., pp. 327-350). Washington: American Psychological Association.

Kazis, E. L., Anderson, J. J., & Meenan, R. F. (1989). Effect sizes for interpreting changes in health status. *Medical Care, 27*(3 Supl), 178-189.

Lansky, V. (1991). *101 ways to make your child feel special*. Chicago: Contemporary Books.

Leaf, R., & Mceachin, J. (1999). *A work in progress: Behavior management strategies and a curriculum for intensive behavioral treatment of autism*. New York: DRL Books.

Martin, G., & Pear, J. (2009). *Modificação de comportamento: O que é e como fazer*. São Paulo: Roca.

Matson, J. L., Mahan, S., & Lovullo, S. V. (2009). Parent training: A review of methods for children with developmental disabilities. *Research in Developmental Disabilities, 30*, 961-968.

Mattos, P. (2006). Apresentação em português, para uso no Brasil do instrumento MTA-SNAP-IV de avaliação de síntomas de transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e síntomas de transtorno desafiador e de oposição. *Revista Psiquiatrica do Rio Grande do Sul, 28*(3), 290-297.

Maurice, C. (1993). *Behavioral intervention for young children with autism: A manual for parents and professionals*. Texas: PRO-ED.

Mcmahon, R. J. (1999). Treinamento de Pais. In: V. E. Caballo (Org.), *Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento* (pp. 399-422). São Paulo: Santos.

Michelson, L., Sugai, D. P., Wood, R. P., & Kazdin, A. E. (1983). *Social skills assessment and treining with children: An empirically based handbook*. New York: Plenum.

O'dell, S. (1974). Training parents in behavior modification: A review. *Psychological Bulletin, 81*, 418-433.

Papalia, D. E., & Olds, S. W. (2000). *Desenvolvimento humano* (7. ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.

Pinheiro, M. I. S. (2006). *Treinamento em habilidades sociais educativas para pais de crianças em trajetória de risco*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Pinheiro, M. I. S., Del Prette, A., & Del Prette, G. (2009). Crianças com problemas de comportamento: Uma proposta de intervenção via treinamento de pais em grupo. In V. G. Haase, F. O. Ferreira, & F. J. Penna (Orgs.), *Aspectos biopsicossociais da saúde na infância e adolescência* (pp. 523-535). Belo Horizonte: Coopmed.

Pinheiro, M. I. S., Haase, V. G., Del Prette, A., Amarante, C. L. D., & Del Prette, Z. A. P. (2006). Treinamento de habilidades sociais educativas para pais de crianças com problemas de comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 19*(3), 407-414.

Serketich, W., & Dumas, J. E. (1996). The efectiveness of behavioral parent training to modify antisocial behavior in children: A meta-analysis. *Behavior Therapy, 27*, 171-186.

Skinner, B. F. (2000). *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes.

Stern, H. H. (1960). *Parent education an internatinal survey: Special monograph*. Hamburg: University of Hull, Unesco Institute for Education.

Webster-Stratton, C. (1990). Enhancing the efectiveness of self-administred videotape parent training for families with condust-problem children. *Journal of Abnormal Child Psychology, 18*, 479-492.

Webster-Stratton, C. (1997). Early intervention for families of preescholl children with conduct problems. In M. J. Guralnick (Org.), *The effectiveness of early intervention* (pp. 429-453). Baltimore: Paul H. Brookes.

Webster-Stratton, C. (2003). Follow-up of children who received the incredible years intervention for oppositional--defiant disorder: Maintenance and prediction of 2-year outcome. *Behavior Therapy, 34*, 471-491.

Webster-Stratton, C. (2005). The incredible years: A training series for the prevention and treatment of conduct problems in yong children. In E. D. Hibbs, & P. S. Jensen (Orgs.), *Psychosocial treatments for child and adolescent dirorders: Empirically based stratefies for clinical practice* (2. ed., pp. 507-555). Washington: American Psychological Association.

Webster-Stratton, C., & Hammond, M. (1997). Treating children with early-onset conduct problems: A comparison of child and parent training interventions. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 65*, 93-109.

Williams, C. G. (1959). The elimination of tantrum behavior by extinction procedures. *Journal of Abnormal and Social Psychology, 59*, 269.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

21

Práticas da terapia de família no Brasil

Laíssa Eschiletti Prati
Silvia H. Koller

O objetivo deste capítulo é discutir a configuração das diversas práticas adotadas pelos terapeutas familiares brasileiros. A diversificação dessas práticas é compreendida como sendo semelhante ao desenvolvimento humano, conforme proposto por Bronfenbrenner (1996). A teoria bioecológica do desenvolvimento humano trabalha com a noção de ambiente ecológico: uma série de estruturas encaixadas que influenciam o desenvolvimento humano com maior ou menor intensidade, denominadas microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema. O microssistema consiste em inter-relações face a face no ambiente imediato da pessoa em desenvolvimento. O mesossistema é formado por todos os microssistemas dos quais participa a pessoa em desenvolvimento. O exossistema refere-se a contextos que influenciam o que acontece no ambiente imediato da pessoa. Por fim, o macrossistema diz respeito aos padrões globais de ideologia, história e organização das instituições sociais comuns a determinada sociedade (Bronfenbrenner e Morris, 1998).

Sendo assim, as alterações nas práticas terapêuticas acontecem através de interações dos profissionais em diversos contextos (pessoas em processo de desenvolvimento), de símbolos e de outras pessoas também em desenvolvimento (colegas, professores e clientes).

Sendo assim, as alterações nas práticas terapêuticas acontecem através de interações dos profissionais em diversos contextos (pessoas em processo de desenvolvimento), de símbolos e de outras pessoas também em desenvolvimento (colegas, professores e clientes). Todos esses processos consideram a história de vida de cada uma das pessoas (tempo). Para isso, os dados sobre as práticas dos terapeutas familiares brasileiros foram acessados a partir de estudos complementares, conforme nomeados a seguir, que compõem o contexto bioecológico de desenvolvimento da terapia familiar no Brasil (micro, meso, exo e macrossistemas). Considerou-se como macrossistema todos os referencias teóricos da terapia familiar, disponibilizados através de publicações reconhecidas, tais como livros de autores reconhecidos internacionalmente (por exemplo, Cecchin, Lane e Ray, 2001; Minuchin e Fischman, 1990) ou nacionalmente (Esteves de Vasconcellos, 2002; Macedo, 2008) e periódicos como *Family Process*, *Journal of Marital and Family Therapy*, Mudanças e Pensando Famílias.

O exossistema foi acessado através de um questionário semiestruturado, aplicado a 57 formadores de terapeutas familiares. Esse instrumento identificou, entre outros aspectos, os referenciais teóricos disponíveis aos profissionais para utilização em sua prática clínica e em cursos de formação. Os profissionais entrevistados selecionam autores e abordagens que são transmitidos para os seus es-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

tudantes em formação. Desse modo, classificam a literatura disponível, reconhecendo e qualificando os diversos referenciais disponíveis no macrossistema.

O mesossistema foi acessado através de um questionário *on-line* respondido por 308 terapeutas familiares vinculados à Associação Brasileira de Terapeutas Familiares (ABRATEF), que fizeram sua formação e atuam em diversas regiões brasileiras. Além de explorar possíveis diferenças regionais, investigaram-se as práticas adotadas na clínica com famílias em todo o território brasileiro. Não foram exploradas as atitudes dos terapeutas frente a uma família específica, mas buscou-se identificar posicionamentos e recursos que poderiam ser acionados quando no contexto clínico microssistêmico. As atitudes frente a um caso específico foram exploradas (microssistemicamente) ao serem realizados grupos focais com oito terapeutas familiares de Porto Alegre.

Um contexto não pode ser compreendido sem estar em relação com os demais, visto que há uma troca recíproca de informações (Bronfenbrenner e Morris, 1998). É esse movimento que possibilita o crescimento da terapia familiar. Nesse sentido, serão apresentados e discutidos os principais resultados dessa pesquisa, com vistas a compor o ambiente bioecológico das práticas da terapia familiar brasileira, analisando-se contexto a contexto.

Parte-se da constatação macrossistêmica de que há, na realidade brasileira, um movimento explícito pela integração teórica, bem como a busca por novos referenciais e conhecimentos. Para os terapeutas formadores, a utilização de diversas abordagens tem sido percebida como um leque de recursos clínicos. Houve uma crença de que, quanto mais conheciam técnicas, abordagens e escolas, maior a sua capacidade em usar recursos pessoais para compor uma forma pessoal de trabalho. Essa integração é o que possibilita o desenvolvimento da família que busca terapia (Aun et al., 2005; Cecchin et al., 2001; Dias e Ferro-Bucher, 1996; McNamee, 2004; Rycroft, 2004). A efetiva ação terapêutica tem, na opinião dos formadores participantes do estudo, uma relação direta com a competência técnica, o conhecimento teórico dos terapeutas e a sua habilidade pessoal de lidar com o caso em atendimento.

Para os terapeutas formadores, a utilização de diversas abordagens tem sido percebida como um leque de recursos clínicos.

A configuração teórica da terapia familiar brasileira começa a ser definida em nível exossistêmico com a constatação de que os formadores elegeram linhas diferentes (Tabela 21.1) e alguns autores específicos para serem mais utilizados em sua própria prática clínica. Por exemplo, 31 dos 57 formadores participantes do estudo afirmaram que se identificam com o referencial teórico sistêmico. Ao mesmo tempo, 25 disseram seguir o construcionismo social. Além disso, poucos citaram a identificação com apenas uma linha teórica, mencionando duas, três ou mais referências para a condução de seu trabalho. Não foi identificada uma única linha prevalente ou um(a) autor(a) referência nas práticas dos formadores brasileiros. Portanto, mantém-se nesse nível bioecológico a proposta de integrar modelos e compor uma prática multiteórica.

Ao investigar os autores mencionados pelos formadores para conduzir sua prática na clínica com famílias, foram identificados três grupos de profissionais. O primeiro identifica-se com autores que são referência da terapia familiar (considerados clássicos). Nesse grupo, os profissionais informaram utilizar tanto Andolfi, Minuchin, Papp, Whitaker e Sluzki (expoentes sistêmicos) quanto Bowlby, Winnicott e Freud (expoentes psicanalíticos). Tal resultado sugere certa inconsistência teórica por haver uma aproximação de autores reconhecidamente sistêmicos com outros identificados com a psicanálise. A coerência nesse grupo não está necessariamente nos autores utilizados, mas no fato de seus membros acessarem diversos modelos e, a partir deles, compor seu modo de trabalhar. Ou seja, há um conhecimento e uma valorização da caminhada desses profissionais. Na realidade brasileira, assim como em outros contextos, a psicanálise era a base teórica que predomina-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Tabela 21.1 **Frequências e porcentagens das linhas teóricas de identificação dos formadores de terapia familiar (respostas múltiplas, n=57)**

	f [a]	%	% casos
Sistêmica	31	19	54
Construcionismo social	25	15	44
Construtivismo	15	9	26
Narrativa	14	9	25
Estrutural	13	8	23
Estratégica	11	7	19
Psicanálise	10	6	18
Pós-moderna	8	5	14
Psicodinâmica	6	4	11
Psicodrama	5	3	9
Intergeracional	4	2	7
Trigeracional	3	2	5
Cognitivo-comportamental	2	1	4
Escola de Roma	2	1	4
Grupo de Milão	2	1	4
Teoria dos vínculos	2	1	4
Terapia breve	2	1	4
Colaborativa	1	1	2
Comunicacional	1	1	2
Dinâmica de grupo	1	1	2
Experiencial-simbólica	1	1	2
Teoria do objeto originário concreto (Prof. Armando Ferrari)	1	1	2
Terapia corporal	1	1	2
Várias	1	1	2
Total	**162**	**100**	

[a] Número de respostas múltiplas = 162.

va nos consultórios nas décadas de 1960 e 1970. Com o crescimento da abordagem sistêmica, alguns terapeutas passaram a conhecer e adotar as propostas clínicas dessa teoria. Entretanto, no contexto brasileiro, não houve um movimento de abandono da psicanálise. Desde o primeiro momento (década de 1970), houve a proposta de integração de abordagens. Por isso, a construção de uma modalidade de trabalho que aproxima expoentes das duas abordagens (psicanalítica e sistêmica) representa esse movimento de integração constantemente vivenciado no Brasil.

O segundo grupo aproximou-se mais de autores identificados como pós-modernos. Houve um agrupamento de profissionais que utilizam Andersen, Cecchin, Elkaïm e White em sua prática clínica. O terceiro grupo identificado foi o que apoiou sua prática em autores que construíram e desenvolveram mais aspectos teóricos do que práticos na terapia familiar. Os autores identificados como referências na clínica por esse grupo de formadores são Bateson, Bowen, Esteves de Vasconcellos, Maturana e Morin. Salienta-se a presença de uma autora brasileira (Esteves de Vasconcellos, 2002) entre os expoentes teóricos utilizados pelos formadores. Isso indica que há uma valorização das construções realizadas entre os profissionais brasileiros, somadaàscontribuições internacionais.

Os formadores de terapeutas familiares no Brasil apresentaram uma boa consistência teórica quanto às linhas de identificação e aos autores utilizados na clínica.

Os formadores de terapeutas familiares no Brasil apresentaram uma boa consistência teórica quanto às linhas de identificação e aos autores utilizados na clínica. Essa mesma coerência apresentou-se na análi-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

se dos autores considerados fundamentais para a formação em terapia familiar. A clínica é caracterizada por três grupos de palavras, as quais se referem a:

1. características dos profissionais (postura ética, experiência, disponibilidade, escuta, acolhimento, integração teórica, afeto, reflexão, empatia, criatividade, crenças nas possibilidades, espontaneidade);
2. características do processo terapêutico (técnicas, processo de mudança, abordagens terapêuticas, desafio, busca de recursos, interdisciplinaridade) e
3. características da relação terapêutica (construção conjunta, vínculo, ressonâncias, diálogo).

Os principais desafios apontados pelos formadores foram auxiliar o desenvolvimento dos alunos, fornecer modelos, promover a mudança de pensamento linear para circular, possibilitar uma abertura para o novo e para a criatividade, e garantir a formação pessoal constante dos formadores. Essas respostas indicam que os formadores percebem-se como uma ferramenta fundamental na clínica e no processo de formação. Eles se propõem a desenvolver essa atividade com base em três eixos: construção de referências teóricas, prática clínica supervisionada e trabalho de *self* (Tabela 21.2). Visam, portanto, transmitir tanto premissas clínicas quanto teóricas aos que cursam a formação em terapia em suas instituições de ensino. Não têm a proposta de apresentar modelos a serem seguidos, mas estão atentos a proporcionar uma base teórica sólida, que permita a construção de uma postura coerente entre estilo pessoal e abordagens teóricas utilizadas.

Os principais autores ensinados durante a formação indicam duas tendências principais entre os formadores. Um grupo tem uma preferência por ensinar autores pós-modernos (White, Andersen, Maturana e Bateson), enquanto o outro ensina autores sistêmicos clássicos (Haley, Whitaker, Andolfi e Minuchin). A análise dos autores ensinados e utilizados na clínica evidencia que há uma coerência entre os grupos, ou seja, os formadores que apresentam uma tendência mais pós-moderna na clínica consideram que os autores dessa abordagem são indispensáveis à formação. O mesmo acontece com o grupo de teóricos tradicionais. Os grupos de identificação das práticas clínicas dos formadores voltam a se repetir na clínica: aqueles que ensinam e utilizam autores teóricos (Bateson), os que utilizam e ensinam autores pós-modernos (Andersen, Maturana e White) e os que utilizam e ensinam autores clássicos da terapia familiar (Minuchin e Andolfi). Essa constatação indica que as interações desencadeadas durante a formação possibilitam trocas construtivas, nas quais os estudantes aprendem não apenas os autores que os formadores consideram válidos, mas também a forma como os terapeutas formadores integram esses autores em sua prática clínica.

Os terapeutas que fazem sua formação no Brasil passam por um processo de conhecimento de diversas abordagens. O acesso a essa diversidade é considerado um ponto positivo, uma vez que não limita o conhecimento desses profissionais.

Os terapeutas que fazem sua formação no Brasil passam por um processo de conhecimento de diversas abordagens. O acesso a essa diversidade é considerado um ponto positivo, uma vez que não limita o conhecimento desses profissionais. Os formadores ensinam a maneira de trabalhar de diversos autores reconhecidos internacionalmente (através de seminários teóricos) e como eles próprios as utilizam (supervisão de atendimentos clínicos). A supervisão (direta ou indireta) e o trabalho de *self* permitem que cada estudante encontre uma forma pessoal de agir frente às famílias em atendimento, integrando os modelos ensinados com as posturas sugeridas pelas práticas dos formadores e o seu próprio estilo pessoal. Entretanto, o modo como os formadores integram os conhecimentos teóricos para compor a sua maneira de trabalhar acaba por influenciar as práticas dos terapeutas que fazem formação com eles. São poucos os terapeutas brasileiros que defendem sua forma de trabalho com um modelo terapêutico único. Contudo, há um

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Tabela 21.2 **Frequência e percentagem das respostas sobre componentes da formação em terapia familiar (n=57)**

Respostas	f [a]	%	% casos
Teoria			
Embasamento teórico	25	18	44
Conhecimento de várias teorias após a mudança de paradigma	2	1	4
Estudo teórico de temas e autores na terapia familiar	2	1	4
Saber interdisciplinar	1	1	2
Prática clínica			
Atendimento clínico de família	19	13	33
Prática supervisionada	12	8	21
Atendimento em terapia conjunta	2	1	4
Conhecimento de técnicas	3	2	5
Observação de atendimentos	2	1	4
Conhecimento de diferentes supervisores	1	1	2
Trabalho de *self*			
Conhecimento de seu *self*	13	9	23
Trabalho pessoal focado na família de origem e na família atual	5	4	9
Desenvolvimento da pessoa do(a) terapeuta	6	4	11
Trabalhar a história do(a) terapeuta	4	3	7
Capacidade de criticar-se e de receber comentários	1	1	2
Consideração das capacidades pessoais	1	1	2
Mudança paradigmática	1	1	2
Terapia pessoal ou familiar	1	1	2
Articulação do tripé formativo			
Articulação entre o estudo teórico e a reflexão sobre a prática	5	4	9
Desenvolvimento do(a) terapeuta para articular teoria e prática	2	1	4
Teoria associada à prática clínica e ao trabalho do *self*	1	1	2
Posturas			
Clareza do que está fazendo e para quê (paradigma)	5	4	9
Manutenção de um estado de permanente aprendizado	4	3	7
Desenvolver habilidades e competências	2	1	4
Saber conviver	3	2	5
Saber fazer	3	2	5
Saber aprender	3	2	5
Saber ser	2	1	4
Consistência ética	1	1	2
Grupo			
Discussão em grupos/abertura para trocas	4	3	7
Exercícios simulados	2	1	4
Aspectos práticos da formação			
Conhecimento de outros institutos	1	1	2
Curso de quatro anos com aulas teóricas e práticas	1	1	2
Didática de ensino	1	1	2
Envolvimento com os problemas sociais da comunidade	1	1	2
Totais	**142**	**100**	

[a] Número de respostas múltiplas = 142.

movimento internacional afirmando que cada forma de trabalho indica uma possibilidade e, mais importante do que compor escolas e buscar seguidores, é apresentar cada modelo como um modo possível de fazer, tornando-se inspiração para novos profissionais (Hoffman, 2002). Como o processo de formação envolve a explicitação da forma de trabalhar de um profissional reconhecido no meio profissional, pode haver uma tendência dos alunos a considerarem essa forma de trabalho adequada à sua própria realidade e construir

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

um grupo de seguidores, não se apropriando de outras formas de trabalho.

Ao serem analisados os reflexos da formação na maneira pessoal de integração teórico-prática dos terapeutas (nível exossistêmico), chamou a atenção que 82% dos terapeutas brasileiros concordaram totalmente com a afirmação de que questões éticas sempre permeiam a prática clínica. Tendo em vista que os formadores também apontaram que postura ética é fundamental na caracterização da clínica, confirmou-se que durante a formação há a transmissão não somente dos autores e teorias a serem utilizadas, mas também da postura do profissional. Essa postura foi reforçada quando se identificou que mais de 50% dos profissionais discordaram da afirmação de que os terapeutas deveriam ter objetivos terapêuticos próprios, os quais não estavam necessariamente obrigados a comunicar aos clientes.

Os terapeutas familiares também informaram buscar a construção de um espaço de confiança e acolhimento para a garantia de um bom processo terapêutico (59% concordaram totalmente e 33% concordaram consideravelmente), confirmando a caracterização da clínica dos formadores. Além disso, 78% dos terapeutas afirmaram que estabelecer uma boa aliança terapêutica tem sido o principal objetivo da primeira entrevista.

Os profissionais não enfatizaram a necessidade de mudar a estrutura de personalidade das pessoas para gerar a mudança do funcionamento do sistema familiar (sendo que 49% discordaram totalmente e 27% discordaram consideravelmente) e também não pressupunham a neutralidade do(a) profissional (42% discordaram totalmente e 26% discordaram consideravelmente). Além disso, 32% dos profissionais consideraram a resistência um conceito útil para o processo clínico. Essas três últimas posições dos terapeutas familiares indicam que ao menos um dos aspectos apresentados pelos formadores como desafios inerentes à formação parece ter sido atingido: transformar um pensamento linear em sistêmico.

Outras afirmações sobre o pensamento do terapeuta familiar brasileiro indicaram que:

- 88% consideram fundamental estar atento à cultura da família para o estabelecimento dos objetivos terapêuticos;
- 86% concordam que a evolução da terapia ocorre através de conversações seguras e sinceras entre os membros do sistema terapêutico (família + terapeuta);
- 79% consideram importante negociar objetivos concretos e tangíveis com as famílias;
- 72% julgam que o ritmo da progressão do tratamento é definido pelos progressos dos clientes;
- 62% concordam que os terapeutas devem analisar as informações para verificar o que está realmente acontecendo na família.

Quanto ao trabalho de *self*, uma premissa da formação, verificou-se que 90% dos terapeutas concordaram que este é fundamental na formação. Dentre eles, 67% afirmaram que a história de vida do(a) terapeuta entra em ressonância com a história de vida da família e 79% concordaram que, entre os recursos disponíveis aos terapeutas familiares, está a sua própria experiência de vida.

Um aspecto bastante evidenciado foi o de que cada profissional transmitia aos alunos a sua forma de integrar teorias e utilizá-las na clínica sem a intenção de servir de modelo. O principal objetivo era permitir que os profissionais encontrassem sua forma pessoal de agir (Eschiletti, Prati e Koller, 2007). Esse desejo dos formadores, ao analisarem as práticas dos terapeutas, tem sido parcialmente atingido. Apesar de serem identificados inúmeros posicionamentos semelhantes entre os participantes do estudo, pode-se assegurar que os profissionais que realizaram sua formação na região Sul têm um posicionamento um pouco diferente dos profissionais de outras regiões. Em comparação aos profissionais da região Sudeste, os profissionais da região Sul concordaram mais com a afirmação de que a complexidade do problema influenciava o tempo de resolução. Ao mesmo tempo, os profissionais da região Sudeste concordaram mais com a ideia de a construção da realidade ser útil no processo clínico. Essas diferenças podem ter

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

sido influenciadas pelas vivências durante a formação (que foram conduzidas por diferentes profissionais).

Os terapeutas de família que responderam ao questionário *on-line* indicaram não adotar uma única abordagem teórica. Apesar disso, assumiam posturas coerentes com uma linha de atuação. Para melhor compreender o que orientava essa coerência, foi realizada uma análise fatorial a fim de identificar agrupamentos entre as escolas adotadas na clínica e as premissas teóricas investigadas. A análise fatorial permite identificar inter-relações entre diversas variáveis, construindo agrupamentos (fatores). Esse processo permite encontrar relações que não ficam claras ao se analisar cada item separadamente e enriquece a análise dos dados. Os resultados dessa análise fatorial mostraram que aspectos teóricos estavam orientando as opções por abordagens a serem seguidas (Tabela 21.3). Ou seja, os profissionais fizeram escolhas entre as diversas teorias de modo a manter uma consistência com as escolas de identificação em suas práticas.

Os profissionais fizeram escolhas entre as diversas teorias de modo a manter uma consistência com as escolas de identificação em suas práticas.

As premissas que abordavam aspectos teóricos correlacionavam-se com quase todas as abordagens adotadas pelos profissionais (com exceção da abordagem sistêmico-humanista). As premissas que enfocavam aspectos clínicos eram mais valorizadas pelos seguintes modelos: estrutural, trigeracional, grupo de Milão e psicodinâmico. Todas essas abordagens defendem que é no encontro terapêutico que ocorrem as principais mudanças do processo clínico. É fundamental para tais escolas, portanto, estar atento à constituição de um espaço de confiança e trocas que possibilite o repensar de comportamentos e a mudança para uma atitude mais positiva. O fator pós-moderno apresentou correlações positivas com os referenciais teóricos que a literatura indica como sendo referências desse momento (construcionismo social e narrativas) e negativa com os referenciais mais diretivos entre os investigados (cognitivo-comportamental, estratégico e psicodinâmico).

Quanto às abordagens utilizadas pelos profissionais brasileiros, não foi possível identificar um modelo que remetesse a uma única tendência de atuação pelos profissionais. O modelo mais utilizado (mesmo sendo por um pequeno grupo da amostra) é o sistêmico-construtivista. A análise da escola mais utilizada e das variâncias quanto ao local de formação indicou com um pouco mais de detalhes as diferenciações identificadas entre os

Tabela 21.3 **Coeficientes das correlações entre escolas adotadas na clínica pelos terapeutas familiares e fatores criados a partir das premissas teóricas investigadas**

	Fator 1 Clínico	Fator 2 Teórico	Fator 3 Pós-moderno
Centrado nas soluções (n=180[a])	,010	,171*	,046
Centrado nos problemas (n=253)	,021	,126*	-,012
Cognitivo-comportamental (n=285)	,047	**,306****	-,142*
Construcionista social (n=285)	,094	**-,273****	**,267****
Estratégico (n=296)	,083	**,362****	-,133*
Estrutural (n=296)	**,174****	**,239****	-,008
Grupo de Milão (n=294)	,126*	**,184****	,058
Narrativa (n=286)	,080	**-,198****	**,243****
Psicodinâmica (n=287)	,144*	**,268****	-,134*
Sistêmico-construtivista (n=300)	,088	**-,172****	,080
Sistêmico-humanista (n=233)	,011	,034	,001
Trigeracional (n=296)	**,199****	**,165****	-,011

*p < 0,05 **p < 0,01

[a] O n de cada abordagem varia porque foram considerados apenas os terapeutas que conhecem o modelo referido.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

profissionais brasileiros. Essa foi a única variável que apresentou algumas tendências que diferenciam as formas de trabalhar em todas as regiões brasileiras. Segundo os participantes do estudo, os profissionais formados no Centro-Oeste, Norte e Nordeste usam mais as orientações do Grupo de Milão do que os profissionais do Sudeste. Os profissionais da região Sul, por sua vez, usam mais conceitos psicodinâmicos do que os profissionais do Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. Não foi identificada uma tendência predominante na região Sudeste. Essas diferenças nunca foram reportadas na literatura. Os textos publicados no Brasil, em sua maioria, apresentam uma tendência em divulgar o que está sendo desenvolvido pelo autor, sem apontar características da sua região. Os textos organizados por Macedo (2008), apresentando diversas experiências vivenciadas pelos terapeutas, também não identificam essas tendências.

Apesar dessas diferenças, não foi possível identificar a predominância de alguma abordagem na prática brasileira. A análise de fatores quanto a agrupamento de escolas (Tabela 21.4) indicou que houve uma divisão semelhante à percebida na prática dos formadores: modelos sistêmicos, pós-modernos e de pouca identificação. Há um grupo de profissionais que utiliza abordagens tradicionais da terapia familiar e outro grupo que adota posturas pós-modernas. O terceiro grupo dos formadores indicou uma preocupação com autores teóricos, apontando escolas de menores identificações (que não são ensinadas explicitamente pelos formadores).

Percebe-se no Brasil uma preocupação em discutir novas integrações teóricas, o que assinala uma constante expansão das abordagens que são utilizadas por terapeutas familiares (Fernandes, 2008; Rodrigues, Horta e Costa, 2008). Esse resultado pode ser um reflexo da busca por novas abordagens pelos terapeutas (nível mesossistêmico), o que exige uma atualização constante por parte dos formadores (contexto exossistêmico).

Percebe-se no Brasil uma preocupação em discutir novas integrações teóricas, o que assinala uma constante expansão das abordagens que são utilizadas por terapeutas familiares.

A análise da variância dos fatores estruturados a partir das abordagens teóricas quanto às regiões de formação indicou novamente diferenças entre as regiões Sul e Sudeste. Os

Tabela 21.4 Matriz padrão da análise fatorial das variáveis sobre utilização de abordagens clínicas

	Componentes		
Padrão matricial [a]	**Modelos sistêmicos**	**Modelos pós-modernos**	**Modelos de pouca identificação**
Modelo estrutural	,850		
Modelo estratégico	,838		
Modelo do grupo de Milão	,756		
Modelo trigeracional	,628		
Modelo centrado nos problemas	,417		
Modelo construcionista social		,844	
Terapia narrativa		,774	
Modelo sistêmico-construtivista		,705	
Terapia familiar cognitivo-comportamental		,747	
Terapia sistêmico-humanista			,740
Terapia familiar psicodinâmica			,538
Modelo centrado em soluções			,459

Método de extração: análise de componentes principais.
Método de rotação: *Oblimin* com normalização de Kaiser.
[a] Rotação convergente em seis interações.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

terapeutas formados na região Sul utilizam mais os modelos sistêmicos e de menor identificação que os profissionais da região Sudeste. Novamente aqui as diferenças podem estar sendo definidas pelas práticas dos formadores, mas não é possível uma confirmação teórica dessas diferenças através desses estudos. É possível identificar, por meio de uma leitura macrossistêmica, que alguns expoentes da terapia familiar de São Paulo e Rio de Janeiro publicam artigos utilizando conceitos pós-modernos (p. ex., Rapiso, 2002) e que autores da região Sul utilizam autores mais tradicionais em seus estudos (p. ex., Osório, 2006). Contudo, esse ponto também merece ser aprofundado a partir de outros estudos.

A análise quanto a técnicas utilizadas pelos terapeutas familiares brasileiros indicou uma sobreposição e ampliação da utilização das técnicas propostas por determinadas escolas para outras abordagens clínicas (Tabela 21.5). Por exemplo, um terapeuta que se identifica com o modelo sistêmico utiliza técnicas como conotação positiva do sintoma, confrontação, contrato terapêutico, definição e contexto de limites e de objetivos, entre outras tradicionalmente sistêmicas. Entretanto, esse mesmo profissional também usa linguagem de pressuposições, perguntas circulares e de orientação ao futuro que são técnicas características de outros movimentos da terapia familiar. Já um terapeuta identificado com o

Tabela 21.5 **Correlações entre técnicas utilizadas na clínica e fatores identificados a partir das escolas adotadas por terapeutas familiares brasileiros**

	Modelos sistêmicos	Modelos pós-modernos	Modelos de menor identificação
Confrontação (n=304[a])	**,264****	**-,175****	**,333****
Conotação positiva do sintoma (n=308)	**,333****	,066	**,164****
Contrato terapêutico (n=307)	**,191****	,090	,088
Definição de contexto (n=301)	**,166****	,067	**,178****
Definição de limites (n=290)	**,314****	-,079	**,316****
Definição de objetivos (n=305)	**,184****	,039	**,322****
Desequilíbrio de aliança (n=274)	**,323****	-,129*	**,288****
Dramatizações (n=306)	**,170****	,068	**,182****
Elogios (n=304)	**,182****	,026	**,188****
Equipe como coro grego (n=221)	,157*	,156*	,055
Equipe reflexiva (n=299)	,015	**,279****	,066
Genograma (n=305)	**,296****	**,193****	,068
Hipnose (n=299)	,060	,059	,001
Linguagem de pressuposições (n=232)	,161*	**,351****	,151*
Metáforas (n=308)	**,172****	**,215****	,074
Mudanças pré-tratamento (n=196)	,149*	,013	**,252****
Pacto com o diabo (n=171)	,134	,012	,123
Perguntas circulares (n=304)	**,231****	**,299****	-,090
Perguntas de projeção ao futuro (n=304)	,117*	**,293****	**,164****
Prescrições invariáveis (n=267)	**,361****	-,081	**,219****
Provações (n=202)	**,228****	-,055	**,277****
Redefinição ou reestruturação (n=305)	**,351****	,032	**,317****
Registro em vídeo (n=307)	,128*	**,229****	,086
Rituais (n=307)	**,329****	,038	,120*
Tarefas diretas (n=306)	**,390****	-,095	**,351****
Tarefas paradoxais (n=302)	**,290****	-,092	**,303****
Trabalho em equipe (n=308)	,078	**,194****	,118*
Trabalho sobre o progresso dos clientes (n=289)	,139*	**,224****	**,183****

* p< 0,05 ** p< 0,01

[a] O n de cada técnica varia porque foram considerados apenas os terapeutas que conhecem a técnica referida. Os que marcaram "não conheço" foram considerados *missing*.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

modelo pós-moderno indica usar recursos como equipe reflexiva, metáforas, perguntas circulares e linguagem de pressuposições, bem como a construção de genograma e coro grego (técnicas sistêmicas por excelência). Nesse ponto do estudo, especificamente, torna-se evidente a não preocupação em separar as escolas que propõem técnicas diferentes.

Diversas técnicas são utilizadas pelos terapeutas, conforme a necessidade do caso em atendimento. Percebeu-se que existem correlações estatisticamente significativas entre as seguintes técnicas: linguagem de pressuposições, perguntas de projeção de futuro e trabalho sobre o progresso dos clientes e os três fatores de agrupamento das escolas. Essas técnicas são propostas de tendências pós-modernas (abordagens comunicacionais e terapia breve focada na solução). A correlação dessas técnicas com os três fatores indicou uma alteração na relação terapêutica: por meio delas, os terapeutas encontram outras formas de acessar a família. Porém, os objetivos para a sua utilização podem estar coerentes com os objetivos que são estabelecidos pelos profissionais (que são ou não coerentes com essas abordagens). Por exemplo, podem utilizar perguntas de projeção ao futuro (abordagem comunicacional) para ampliar a visibilidade de um funcionamento disfuncional, permitindo uma reflexão acerca de como a família vem funcionando nesse momento (abordagem estrutural).

A utilização das técnicas confrontação e desequilíbrio de aliança diferenciam os terapeutas que utilizam o modelo pós-moderno dos demais fatores (correlações negativas com o pós-moderno e positiva com os demais). Esse resultado demonstra uma coerência da postura teórica com as técnicas utilizadas. Nas tendências pós-modernas, os terapeutas tendem a assumir posturas de maior igualdade de poder com as famílias que chegam à terapia. Essa atitude é contrária ao uso da confrontação (por exigir que o terapeuta utilize de uma postura "mais poderosa" do que a família) e a de desequilíbrio de aliança. O modo de compreensão do poder familiar é um aspecto que pode definir essa diferença entre os dois fatores (White e Epston, 1990).

Os terapeutas que adotam modelos sistêmicos utilizam-se do contrato terapêutico. Os terapeutas identificados com os modelos pós-modernos utilizam a equipe reflexiva e os que seguem os modelos de menor identificação costumam utilizar as mudanças pré-tratamento. Essa última técnica é característica da terapia breve focada em soluções, incluída nesse fator. Esses resultados indicam que, apesar de haver uma ampliação de utilização de técnicas, sobrepondo abordagens teóricas, ainda é possível identificar uma coerência entre a postura terapêutica de identificação e as técnicas utilizadas por eles. Essas três correlações são exemplos de que a formação de terapeutas familiares no Brasil, apesar de propor um ensino de diversas teorias para que o terapeuta componha uma maneira pessoal de trabalhar, mantém uma coerência entre referencial teórico e técnicas utilizadas pelos terapeutas. Sendo assim, os formadores que utilizam determinada abordagem tendem a ensiná-la aos estudantes, e o ensino proporcionado (teórico e prático) apresenta uma consistência teórica suficiente para orientar as práticas dos novos terapeutas familiares.

Foi percebida uma maior diferenciação quanto à utilização de técnicas entre os terapeutas que seguem tendências sistêmicas (tradicionais) e os pós-modernos. Essa divisão é esperada e coerente com a literatura disponível sobre a evolução da terapia familiar. Todavia, ao serem analisadas as técnicas que apresentam correlações com os três fatores, configura-se uma proposta de integração das teorias mais modernas com as mais tradicionais. Ou seja, ocorre a inclusão de técnicas mais narrativas e comunicacionais no leque de opções dos terapeutas mais tradicionais. As técnicas tradicionais não são abandonadas por esses profissionais, mas há uma inclusão de técnicas pós-modernas nas práticas desenvolvidas pelos terapeutas identificados com os modelos sistêmicos.

Quanto aos terapeutas que se identificam com modelos pós-modernos, há uma

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

tendência mais evidente em abandonar algumas técnicas sistêmicas. Esse abandono deve-se à necessidade de reenquadramento da relação terapêutica, adotando-se uma postura mais comunicacional e de igualdade de poder entre terapeuta e família em atendimento. A abordagem pós-moderna questiona diversos pontos das abordagens sistêmicas tradicionais. As diferenças criam discussões públicas entre expoentes da área, indicando que estas são polêmicas e que há realmente uma visão diferenciada de terapia e processo terapêutico nessas duas abordagens (Anderson, 1999; Combs e Freedman, 1998; Minuchin, 1998; Sluzky, 1998).

Para identificar diferenças entre os terapeutas que atuam em diferentes regiões do Brasil quanto às técnicas utilizadas, foi realizada uma investigação de análise de variância (ANOVA). Esse teste estatístico permite identificar diferenças entre médias de diversos grupos, proporcionando o acesso a diferenças e semelhanças entre os mesmos. A análise da variância quanto a técnicas utilizadas de acordo com o local de formação novamente mostra uma diferença no modo de atuação dos profissionais da região Sul em comparação ao restante do Brasil (Tabela 21.6). Os terapeutas familiares formados na região Sul utilizam-se mais da confrontação, desequilíbrio de alianças e de tarefas diretas do que os profissionais que se formaram no restante do Brasil.

Ainda em comparação com os profissionais que se formaram no Sudeste, os da região Sul utilizam mais as seguintes técnicas: definição de limites, mudanças pré-tratamento, provações e trabalho sobre o progresso dos clientes. Os profissionais da região Sudeste diferenciam-se dos formados na região Sul por utilizarem mais rituais. Essas diferenças confirmam as tendências teóricas dos profissionais, sendo a região Sul mais tradicional do que as outras. Esse dado pode estar refletindo uma questão cultural ou perspectivas da formação (abordagens utilizadas pelos formadores). De qualquer forma, são aspectos macrossistêmicos e exossistêmicos que estão influenciando as atitudes e a postura dos terapeutas durante os atendimentos.

A análise da utilização de conceitos pelos terapeutas familiares brasileiros indica uma pequena fragilidade na construção teórica dos profissionais. Os conceitos mais conhecidos e utilizados são os de estrutura e relatos. O primeiro é característico do modelo estrutural (agrupado no fator sistêmico) e o segundo é um conceito mais trabalhado pelas abordagens comunicacionais (pós-modernas). No entanto, os conceitos de estrutura, hierarquia de poder e jogo patológico da família são uti-

Tabela 21.6 **Descrição de médias e desvio padrão de utilização de técnicas por profissionais distribuídos por regiões e valor da ANOVA[1]**

Técnica	Região Sul M (SD)	Região Sudeste M (SD)	Demais Regiões M (SD)	F	DF	P
Confrontação	2,40 (0,57)	2,04 (0,65)	2,05 (0,74)	7,172	3	<0,01
Definição de limites	2,59 (0,56)	2,30 (0,62)		5,471	3	<0,01
Desequilíbrio de aliança	2,17 (0,61)	1,80 (0,65)	1,82 (0,58)	6,940	3	<0,01
Mudanças pré-tratamento	1,74 (0,70)	1,40 (0,59)		3,909	3	<0,01
Provações	1,96 (0,74)	1,57 (0,69)		4,171	3	<0,01
Rituais	1,96 (0,74)	2,14 (0,63)		2,971	3	<0,05
Tarefas diretas	2,62 (0,50)	2,28 (0,61)	2,31 (0,66)	7,372	3	<0,01
Trabalho sobre o progresso dos clientes	2,64 (0,55)	2,40 (0,62)		3,363	3	<0,05

[1] Foram listadas somente as técnicas com distribuição normal que apresentaram diferenças estatisticamente significativas na comparação das médias dos grupos.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

A compreensão de estrutura, hierarquia e jogos relacionais conduz os olhares de todos os terapeutas familiares brasileiros participantes do estudo, independentemente das abordagens teóricas utilizadas por eles.

lizados por profissionais que se identificam com os três fatores construídos a partir da investigação fatorial das abordagens utilizadas (Tabela 21.7). Ou seja, a compreensão de estrutura, hierarquia e jogos relacionais conduz os olhares de todos os terapeutas familiares brasileiros participantes do estudo, independentemente das abordagens teóricas utilizadas por eles. O conceito de relato é mais utilizado por profissionais que se identificam tanto com as abordagens pós-modernas quanto com os modelos de menor identificação.

A análise da correlação dos conceitos com as abordagens teóricas pode indicar uma prática apoiada em conceitos teóricos inconsistentes, uma vez que algumas correlações fogem ao esperado pela literatura. Por exemplo, o conceito de estrutura familiar – característico da escola estrutural (agrupada nos modelos sistêmicos) – correlaciona-se negativamente com esse fator e positivamente com os modelos pós-modernos. Outra possibilidade de compreensão dessas incoerências é considerar que os terapeutas estão mais preocupados com o sucesso das intervenções na clínica (resolução dos problemas apresentados pelas famílias) e menos atentos aos conceitos que estão permeando a maneira como lidam com os sistemas em tratamento.

Essa hipótese foi investigada através da discussão de um caso clínico. Os participantes dos grupos focais indicaram que o processo clínico tem etapas que são seguidas sem identificar-se uma orientação teórica de referência. O primeiro momento é caracterizado pela investigação da dinâmica familiar e do problema apresentado pela família. Vinculado a essa exploração, há um trabalho de levantamento e verificação de hipóteses clínicas, caracterizando o segundo momento. Quando surge uma hipótese que é verificada na dinâmica familiar, os terapeutas passam para o terceiro momento: a definição da abordagem e do foco do tratamento. Essas etapas são semelhantes às propostas por terapeutas estruturais (Minuchin e Fishman, 1990) e breves (Fisch et al., 1982).

A porta de entrada na família é o paciente identificado. Os terapeutas investigam o problema apresentado pela família, mas têm o objetivo de construir uma visão sistêmica do problema (diluindo a responsabilidade desse paciente e desenvolvendo uma compreensão do problema que envolva a todos da família). Durante a exploração do problema e a verificação de hipóteses, fica evidente a construção de um entendimento do caso apoiado em modelos tradicionais da terapia familiar.

Tabela 21.7 **Correlações entre conceitos utilizadas e fatores identificados a partir das escolas adotadas por terapeutas familiares brasileiros**

	Modelos sistêmicos	Modelos pós-modernos	Modelos de menor identificação
Comunicação paradoxal (n=297[a])	-,302**	,100	-,175**
Estilo de cooperação (n=251)	,019	-,142*	-,148*
Estrutura familiar (n=302)	-,269**	,117*	-,224**
Exceções (n=142)	,025	-,014	-,010
Hierarquia de poder (n=297)	-,277**	,125*	-,178**
Jogo patológico da família (n=258)	-,158*	,134*	-,143*
Norma familiar (n=265)	-,067	,128*	-,100
Relatos (n=297)	-,048	-,142*	-,165**
Tentativas ineficazes de solução (n=205)	-,109	-,030	,066

* p< 0,05 ** p< 0,01

[a] O n de cada conceito varia porque foram considerados apenas os terapeutas que conhecem o conceito referido.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Em especial, é possível identificar o modelo estrutural, bastante difundido pelos formadores (Minuchin é o autor mais citado por eles), e o conceito de estrutura familiar, que é um dos mais conhecidos e utilizados por terapeutas brasileiros.

Na discussão do caso clínico, foram identificadas as seguintes abordagens: a abordagem estrutural (investigação de fronteiras, limites, distribuição de poder, segredos), a abordagem estratégica (identificação do paciente, diluição de poder), a abordagem trigeracional (exploração de legados e relações com a família de origem) e a psicanálise (vínculos). Todas essas abordagens auxiliaram os participantes do estudo a construir hipóteses e perguntas que verificassem a veracidade das hipóteses ou não.

Entretanto, quando se passou a investigar as formas de trabalhar com a família, a postura dos terapeutas seguiu tendências pós-modernas e ligadas aos modelos de menor identificação, tais como: a terapia breve voltada ao problema (investigação do problema para construção de uma visão sistêmica sobre ele), a terapia breve focada em soluções (investigação de aspectos positivos na dinâmica familiar), a escola narrativa (coconstrução de histórias alternativas à história do problema) e a terapia familiar cognitivo-comportamental (possibilidades de mudança de comportamento ou de compreensão do problema).

Essa constatação indicou novamente a integração de modelos tradicionais com abordagens mais contemporâneas. A análise das interações que ocorrem no microssistema terapêutico demonstrou que os terapeutas utilizam conceitos tradicionais para compreender o caso e conceitos pós-modernos para estabelecer uma relação terapêutica. A relação clínica foi caracterizada por maior proximidade e igualdade entre terapeuta e família, seguindo uma tendência pós-moderna.

A análise das interações que ocorrem no microssistema terapêutico demonstrou que os terapeutas utilizam conceitos tradicionais para compreender o caso e conceitos pós-modernos para estabelecer uma relação terapêutica.

Essa aproximação de abordagens não chega a compor um cenário de incoerências nas práticas da terapia familiar. Tal postura indica uma forma de trabalhar que é resultado da integração dos três eixos propostos pela formação em terapia familiar no Brasil: o referencial teórico, a prática supervisionada e o trabalho de *self*. Nesse ponto, também se percebeu a influência do exossistema sobre o microssistema terapêutico.

A análise detalhada das práticas dos terapeutas familiares indicou, portanto, a integração de leituras tradicionais da família com a postura clínica das abordagens mais contemporâneas. Com esse movimento, há uma ampliação na noção de si mesmo como recurso clínico. Tanto suas vivências pessoais quanto outras experiências na clínica são acionadas para a definição do foco clínico. Esse envolvimento pessoal apareceu em todos os níveis ecológicos do desenvolvimento das práticas terapêuticas, demonstrando que o trabalho de *self* é fundamental para o bom funcionamento da clínica brasileira.

O grupo focal evidenciou que os terapeutas estavam mais preocupados em definir um foco no trabalho que estivesse de acordo com a demanda da família. Para isso, partiam de experiências pessoais e estudos teóricos para investigar as hipóteses a serem construídas. O posicionamento dos terapeutas era o de que só haveria possibilidade de mudança se a família se engajasse no processo e, para que isso acontecesse, era fundamental estabelecer objetivos claros e concretos. Era importante ainda que terapeuta e família concordassem com os objetivos combinados, mesmo que fossem recontratados ao longo do processo. Nem todos os autores utilizados pelos profissionais que participaram do grupo focal foram citados pelos formadores. Essa ampliação teórica foi considerada indispensável ao processo de formação. Os formadores esperavam que os terapeutas buscassem modelos e autores diferentes daqueles ensinados por eles, indicando, assim, caminhadas pessoais de contínuo aprendizado.

Os terapeutas participantes dos grupos focais tinham noção de que suas práticas

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

baseiam-se em diversas teorias. Porém, não estavam acostumados com o exercício de identificar os fatores que permeiam suas decisões no processo clínico e verificar se havia coerência entre eles. Observou-se entre os terapeutas uma sensação de não ser necessária essa identificação (de autores e conceitos que conduzem a clínica) por considerarem que suas atitudes estavam colaborando para o sucesso terapêutico. Suas experiências pessoais eram percebidas como influenciadoras de sua prática mais do que os modelos teóricos aprendidos na formação. A postura de aparente despreocupação com a teoria utilizada na clínica pode ser compreendida como apropriação dos conceitos utilizados. Após algum tempo de familiarização e apropriação de uma teoria, seus conceitos e técnicas são somados aos demais recursos do terapeuta (sejam eles recursos disponibilizados por outras teorias ou por vivências pessoais). Quando a teoria não apresenta uma diretriz de atuação clara, o terapeuta acessa recursos pessoais, sem refletir se as posturas que está adotando são definidas por uma determinada teoria, se são construídas a partir de uma integração teórica ou se são resultado de uma vivência pessoal (Rycroft, 2004).

O que se pode identificar, portanto, é que a abordagem integrativa utilizada pelos terapeutas familiares brasileiros permite a construção de um estilo que possibilita a utilização de diversos recursos pessoais de forma criativa e consistente. Percebe-se que os conceitos tradicionais continuam conduzindo a construção de hipóteses clínicas e que os conceitos pós-modernos definem o tipo de condução do processo da terapia. Contudo, não há uma preocupação com a identificação e a definição dessa postura pelos terapeutas familiares. Esses profissionais estão sempre preocupados em acionar recursos (independentemente de abordagens teóricas) que possibilitem a mudança e o crescimento dos que chegam à terapia. Esse objetivo da clínica perpassa todos os níveis ecológicos, indicando uma unidade na definição de objetivos no campo da terapia familiar.

A abordagem integrativa utilizada pelos terapeutas familiares brasileiros permite a construção de um estilo que possibilita a utilização de diversos recursos pessoais de forma criativa e consistente.

A análise ecológica desse estudo indica que são ensinadas as abordagens teóricas que "fazem sentido" para a realidade brasileira. O processo acontece tanto do nível exossistema para o microssistema quanto do micro para o exossistema. Por exemplo, os formadores têm contato com determinada abordagem, estudam e colocam em prática as técnicas e os conceitos propostos por ela. Se essa proposta terapêutica faz sentido, então é incorporada à formação. Cada terapeuta que cursa a formação pode escolher utilizá-la ou não, respeitando o seu estilo pessoal e suas vivências clínicas. Quando os terapeutas acessam outras teorias e as consideram úteis, conversam com seus formadores ou colocam essas ideias em prática (na terapia) para confirmar a utilidade ou não dessa abordagem. Isso gera um espaço de discussão e trocas entre os diversos níveis ecológicos.

Identificou-se que há coerência entre o que é ensinado e o que é colocado em prática por terapeutas brasileiros, seja tanto no que se refere aos modelos adotados quanto às técnicas utilizadas. Não se observou tanta coerência no que se refere aos conceitos. Essa incoerência pode ser resultado de o foco maior estar na prática clínica do que no estudo de referenciais teóricos por parte dos terapeutas familiares.

Esse estudo, que adota uma compreensão ecológica da terapia familiar, revela que cada terapeuta cria seu modelo "ampliando as possibilidades" da família e percebendo todos os modelos terapêuticos como possíveis recursos a serem utilizados quando necessário. Tanto a dinâmica familiar quanto a história dos terapeutas fundamentam o processo terapêutico, e ambas se modificam durante a evolução da terapia. Escolas mais tradicionais orientam o diagnóstico da família, enquanto os modelos mais pós-modernos conduzem a postura em atendimento.

A diversidade teórica, a postura de contínua adaptação e mudança por parte dos te-

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

rapeutas familiares e a preocupação com o sucesso terapêutico (foco maior nas técnicas do que nas teorias) acaba por construir uma unidade na terapia familiar brasileira. Apesar de diferentes locais de formação e de diferentes identidades profissionais, os terapeutas familiares brasileiros construíram um ambiente ecológico rico, que possibilita o desenvolvimento dessa profissão de modo teoricamente coerente, com a possibilidade de compor um estilo pessoal único.

Apesar de diferentes locais de formação e de diferentes identidades profissionais, os terapeutas familiares brasileiros construíram um ambiente ecológico rico, que possibilita o desenvolvimento dessa profissão de modo teoricamente coerente, com a possibilidade de compor um estilo pessoal único.

Questões para discussão

1. Como a teoria bioecológica do desenvolvimento humano auxilia na compreensão do desenvolvimento das práticas utilizadas pelos terapeutas familiares?
2. Quais são os maiores desafios dos formadores de terapeutas familiares brasileiros?
3. De que modo a diversidade teórica influencia as práticas dos terapeutas familiares brasileiros?
4. Como o trabalho de *self* influencia as práticas adotadas pelos terapeutas familiares brasileiros?
5. Quais são as etapas seguidas no processo clínico apresentadas pelos participantes do estudo? Que teorias estão representadas nessas etapas?

REFERÊNCIAS

Anderson, H. (1999). Reimagining family therapy: Reflections on minuchin's invisible family. *Journal of Marital and Family Therapy, 25*(1), 1-8.

Aun, J., Vasconcellos, M. J. E. de, & Coelho, S. (2005). *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais* (Vol. 1: Fundamentos teóricos e epistemológicos). Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa.

Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Publicado originalmente em 1979).

Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon (Ed.), *Handbook of child psychology* (Vol.1, pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons.

Cecchin, G., Lane, G., & Ray, W. (2001). *Irreverenza: Una strategia di sopravvivenza per I terapeuti* (2. ed.). Milano: Franco Angeli.

Combs, G., & Freedman, J. (1998). Tellings and retellings. *Journal of Marital and Family Therapy, 24*(4), 405-408.

Dias, C. M., & Ferro-Bucher, J. (1996). Modalidades de supervisão em terapia familiar e a realidade brasileira. *Mudanças, 4*(5/6), 41-58.

Eschiletti Prati, L.; Koller, S. H. (2007). Formação em terapia familiar: desafio dos formadores *Pensando Famílias 11*, 115-126.

Fernandes, M. (2008). Contribuições da abordagem gestáltica para a terapia familiar. In R. M. Macedo. *Terapia familiar no Brasil na última década* (pp. 48-55). São Paulo: Roca.

Fisch, R., Weakland, J., & Segal, L. (1982). *The tacics of change: Doing therapy briefly*. San Francisco: Jossey-Bass.

Hoffman, L. (2002). *Family therapy: An intimate story*. New York: W. W. Norton & Company.

Macedo, R. M. (2008). *Terapia familiar no Brasil na última década*. São Paulo: Roca.

Mcnamee, S. (2004). Promiscuity in the practice of family therapy. *Journal of Family Therapy, 26,* 224-244.

Minuchin, S. (1998). Where is the family in narrative family therapy? *Journal of Marital and Family Therapy, 24*(4), 397-403.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Minuchin, S., & Fishman, H. (1990). *Técnicas de terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Osório, L. C. (2006). *Novos paradigmas em psicoterapia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Rapiso, R. (2002). *Terapia sistêmica de família: Da instrução à construção* (2. ed.). Rio de Janeiro: NOOS.

Rodrigues, V. S., Horta, R. L., & Costa, L. G. (2008). Construção de consensos: Paradigma sistêmico e modelo cognitivo-comportamental em transtornos por uso de substâncias psicoativas. In R. M. Macedo (Ed.), *Terapia familiar no Brasil na última década* (pp. 72-78). São Paulo: Roca.

Rycroft, P. (2004). When theory abandon us: Wading through the 'swampy lowlands' of practice. *Journal of Family Therapy*, *26*, 245-259.

Schwartz, R. C. (1999). Narrative therapy expands and contracts family therapy's horizons. *Journal of Marital and Family Therapy, 25*(2), 263-267.

Sluzky, C. (1998). In search of the lost family: A footnote to minuchin's essay. *Journal of Marital and Family Therapy, 24*(4), 415-417.

Vasconcellos, M. J. E. de. (2002). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus.

White, M., & Epston, D. (1990). *Narrative means to therapeutic ends*. New York: Norton.

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Índice

A

Agressão
  conflitos conjugais, resolução de, 245-246
Agressividade, 23-24
Apoio familiar, 18-20
Avaliação familiar
  entrevista familiar, 190-192
Avaliação familiar no Brasil, instrumentos para, 168-175
  aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, 169-171
    Entrevista Familiar Estruturada, 169-170
    Inventário de Estilos Parentais, 170
    Inventário de Percepção de Suporte Familiar, 170
    Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais, 170-171
  não avaliados pelo Conselho Federal de Psicologia, 171-174
    Escalas para avaliação dos estilos parentais, 172-173
    Familiograma, 171
    Inventário do Clima Família, 171-172
    Parental Bonding Instrument, 172
    Teste de Identificação Familiar, 173-174
    Teste do Sistema Familiar, 171
Avaliação psicológica
  psicólogo forense, práticas do, 213-219
    escopo da avaliação, 214-217
    papéis do psicólogo, 217-218
    resultados, comunicação dos 218- 219
Avós, papel dos, 101-103

C

Carreira
  de jovens
    orientação, 151-153
  e família no Brasil
    estudos empíricos, 149-151
Casal, terapia de, 58-73
Casamento *ver* conflitos conjugais
Casamento *ver* Intimidade conjugal
Casamento *ver* Sistema Conjugal
Casamento *ver* Terapia de casal
Comportamento agressivo/violento, 23-24
Comunicação e conflito
  sistema conjugal, 95-96
Comunidade e família, encontro entre, 44-45
Concepção psicanalítica de família, 27-37
  visão histórica de família, 27-31
  visão psicanalítica da família, 31-36
Conflitos conjugais, resolução de, 240-248
  caso clínico, 247-248
  desafios da intervenção na conjugabilidade, 246-247
  expectativas sobre o casamento, 242-244
  intervenção na conjugabilidade, 241-242
  padrões de interações conflituosas, 244-246
    comunicação afetiva, 245
    diferenças de gênero, 246
    escalada negativa, 244
    estar atento, 245
    estratégias de resoluções, 245
    evitar iniciar agressão, 245-246
    guerrilha, 244-245

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

negatividade recíproca, 244
padrão de demanda e retirada, 244
Conjugabilidade, intervenção na,
conflitos conjugais, resolução de, 240-248
Conselho Federal de Psicologia
instrumentos de avaliação, 169-171
Contexto escolar
suportes e recursos familiares, 137-144
Crianças em situação de vulnerabilidade social, família de, 156-165
definindo família, 156-159
família e cultura, 159-160
família e pobreza, 160-161
família e vida na rua, 161-162
vulnerabilidade e resiliência familiar, 162-164
Cultura e família, 159-160

D

Definição de família, 156-159
Depressão, 21-23
e terapia cognitiva, 48-57
depressão e sistema familiar, 49-51
tratamento da depressão na família, 54-55
vulnerabilidade cognitiva à depressão e transmissão familiar, 51-54
Desenvolvimento vocacional do jovem e contexto familiar, 145-155
família e carreira no Brasil, 149-151
orientação de carreira de jovens, 151-153
psicologia vocacional, origem da, 145
Discalculia do desenvolvimento, 252
Doença crônica, 42-44
Drogas
prevenção, 112-126
psicotrópicas, 113-115

E

EFE *ver* Entrevista Familiar Estruturada
Entrevista familiar
técnicas de escuta e investigação, 176-194
avaliação familiar, 190-192
diversidade, reflexões sobre a, 179-180
entrevista familiar, 189-190
histórico, 177-179
teorias da entrevista, 180-189
Entrevista Familiar Estruturada, 169-170
Escalas para avaliação dos estilos parentais, 171-172
Escola e família
saúde e prevenção às drogas, 112-126
família, escola e drogas, 112-118
prevenção ao abuso de drogas, 118-123
suportes e recursos familiares, 137-144
Escolas de terapia familiar de base sistêmica, 185-187
Estilos parentais, 20-21
Everybody Hates Chris, 83
Everybody Loves Raymond, 83

F

Família contemporânea, 74-76
Família focal, características da, 91-92
Família ribeirinha e suas relações, 88-99
família focal, características da, 91-92
relato de caso, 90-91
inventário sociodemográfico, 90
questionário de rotinas familiares, 91
situações estruturadas de investigação, 91
rotina familiar, 92-94
redes de relação, 93-94
sistema conjugal, 94-96
comunicação e conflito, 95-96
história da relação, 94-95
percepção da relação atual, 95
sistema parental, 96-98
Familiograma, 171
FAST *ver* Teste do Sistema Familiar
FG *ver* Familiograma
FIT *ver* Teste de Identificação Familiar

H

Heterogenias
terapia de casal, 69-70
Homologias
terapia de casal, 69

I

ICF *ver* Inventário do Clima Família
Idoso no contexto familiar, 100-111
avós, papel dos, 101-103
diversidade do envelhecer, 100-101
suporte social familiar, 105-109
viuvez na velhice, 103-105
IEP *ver* Inventário de Estilos Parentais
Influência psicossocial
intimidade conjugal, 201-202
Instrumentos
avaliação familiar no Brasil, 168-175
de medida da intimidade, 202-203
Intergeracionalidade familiar, 16-26
família e intergeracionalidade, 16-18
intergeracionalidade em diferentes contextos, 18-24

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

comportamento agressivo/violento, 23-24
depressão, 21-23
estilos parentais, 20-21
suporte ou apoio familiar, 18-20
Intervenção na conjugabilidade, 240-248
Intimidade conjugal, 195-208
influência psicossocial, 201-202
instrumentos de medida, 202-203
intimidade e autorrevelação, 196-197
intimidade e relação conjugal, 197-198
intimidade e vulnerabilidade, 200-201
modelos teóricos, 198-199
Inventário
de Estilos Parentais, 170
de Percepção de Suporte Familiar, 170
do Clima Família, 171-172
IPSF *ver* Inventário de Percepção de Suporte Familiar

J

Judiciário, a família no, 209-224
psicólogo forense, práticas do, 213-221
avaliação psicológica, 213-219
mediação, 219-221
psicólogo forense, trabalho do, 211-213

M

Malcolm in The Middle, 83-84
Mapa dos Cinco Campos, utilização do
rede de apoio familiar, avaliação da, 225-238
apoio familiar, 226-228
Mapa dos Cinco Campos, 229-231
Mapa dos Cinco Campos, estudos empíricos com o, 231-232
rede de apoio, avaliação da, 228-229
rede de apoio social afetivo, 225-226
relato de estudo, 232-236
Mediação
psicólogo forense, práticas do, 219-221

N

Narrativas
terapia de família, 41-42

P

Pais, treinamento de, 249-263
Parental Bonding Instrument, 172
PBI *ver Parental Bonding Instrument*
Pensamento sistêmico, 38-40
Programas de intervenção
treinamento de pais, 249-263
Psicologia vocacional, origem da, 145
Psicólogo forense
judiciário, família no, 211-221

R

RE-HSE-P *ver* Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais
Rede de apoio familiar, avaliação da
Mapa dos Cinco Campos, uso do, 225-238
apoio familiar, 226-228
avaliação da rede de apoio, 228-229
estudos empíricos com o Mapa, 231-232
Mapa dos Cinco Campos, 229-231
rede de apoio social e afetivo, 225-226
relato de estudo, 232-236
Resiliência, 135
vulnerabilidade e resiliência familiar, 162-164
Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais, 170-171
Rotina familiar
família ribeirinha e suas relações, 92-94
Rua, vida na, 161-162

S

Saudade, 74-86
definição e outros sentimentos familiares, 81-85
seriados, 82-84
estado da família, 80-81
família contemporânea, 74-76
pais e mães, 76-80
Saúde, promoção da, 112-126
Seriados sobre família, 83-84
Everybody Hates Chris, 83
Everybody Loves Raymond, 83
Malcolm in The Middle, 83-84
The Middle, 83
Sistema
conjugal, 94-96
família ribeirinha e suas relações, 96-98
familiar e depressão, 49-51
parental, 96-98
Sistemas e psicodinâmica na terapia de casal, 58-73
articulando diferentes visões, 60-62
olhando para além do sujeito e do sistema familiar, 68-70
focalizando a diferença, 70-71
heterogenias, 69
homologias, 69
olhares sobre o casal, 59-60

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

terapia de família sistêmica, 66-68
terapia psicanalítica de casais, 62-66
Suportes e recursos familiares
contexto escolar, 137-144

T

Técnicas de escuta e investigação
entrevista familiar, 177-179
Televisão
seriados sobre família, 83-84
Terapia
cognitiva e depressão, 48-57
de casa
sistemas e psicodinâmica, 58-73
de família
narrativas, 41-42
de família no Brasil
práticas, 264-279
psicanalítica de casais, 62-66
Teste
de Identificação Familiar, 172-174
do Sistema Familiar, 173
The Middle, 83
Transgeracionalidade, 135
Treinamento de pais, 249-263
avaliação, procedimentos de, 253
fundamentos teóricos e empíricos, 250-252
aprendizagem da representação matemática, 252
modelo de aprendizagem social, 251-252
treinamento em habilidades sociais, 252
histórico, 252-253
programa em andamento, 258-260
programa individual, 257-258
programas de intervenção, 254-260
programa desenvolvido em grupo, 254-256

V

Violência
familiar, 127-136
fatores de risco, 35
resiliência, 135
transgeracionalidade, 135
violência intrafamiliar, 135
intrafamiliar, 135
Visão sistêmica de família, 38-47
doença crônica, 42-44
encontro entre famílias e comunidade, 44-45
funcionamento familiar, 40-41
pensamento sistêmico, 38-40
terapia de família, narrativas na, 41-42
Viuvez na velhice, 103-105
Vocação e contexto familiar, 145-155
Vulnerabilidade
cognitiva à depressão, 51-54
crianças em situação de vulnerabilidade social, 156-165
e intimidade, 200-201

INDEX BOOKS GROUPS

INDEX BOOKS GROUPS

Psicologia de família

teoria, avaliação e intervenção

Makilim Nunes Baptista
Maycoln L. M. Teodoro
organizadores

Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção reúne pesquisadores e profissionais brasileiros que apresentam as mais diversas configurações familiares a partir de novas óticas teóricas, tendências e pesquisas em que o contexto familiar se encontra.

Esta obra contribui para a consolidação da psicologia de família no Brasil e auxilia estudantes e profissionais nos seus cursos e na prática clínica.

O leitor encontrará destaques dos principais conceitos ao longo do capítulo e, ao final, questões para discussão, que auxiliarão a compreensão e o debate sobre o texto.

"Este livro de psicologia de família procura estabelecer novas teorias, tendências e pesquisas no campo a partir de diferentes contextos em que a vida da família está focada, apresentando propostas que têm sido implementadas no Brasil, desde práticas e intervenções na vida da família e da conjugalidade até a educação dos filhos."

David Alonso Ramírez Acuña
Representante da Costa Rica no GT-2 - Psicologia e Família da ULAPSI

DINÂMICA FAMILIAR

ISBN 978-85-363-2742-6







www.grupoa.com.br

INDEX BOOKS GROUPS